

PROSPECTO PRELIMINAR DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES (UNITS) REPRESENTATIVOS DE AÇÕES ORDINÁRIAS E DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA



Votorantim Cimentos S.A.

Companhia de Capital Autorizado
Praça Professor José Lannes 40, 9º andar, CEP 04571-100, São Paulo, SP
CNPJ nº 01.637.895/0001-32 – NIRE 35300370554 – Código ISIN das Units BRVEBMCDDAM15
Código de Negociação das Units na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“**BM&FBOVESPA**”): “**VEBM11**”

400.000.000 Units

Valor da Oferta Global – R\$7.000.000.000,00

No contexto da Oferta Global, estima-se que o Preço por Unit (conforme definido abaixo) estará situado entre R\$16,00 e R\$19,00, podendo, no entanto, ser fixado fora dessa faixa indicativa.

Votorantim Cimentos S.A. (“**Companhia**”) e Votorantim Industrial S.A. (“**Acionista Vendedor**”) estão realizando, respectivamente, uma (i) oferta pública de distribuição primária (“**Oferta Primária**”) de 285.714.286 certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Units da Oferta Primária**”); e (ii) oferta pública de distribuição secundária (“**Oferta Secundária**”) de 114.285.714 certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, de titularidade do Acionista Vendedor, livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Units da Oferta Secundária**”), e, em conjunto com as Units da Oferta Primária, “**Units**”), sem prejuízo das Units do Lote Suplementar (conforme definido abaixo) e das Units Adicionais (conforme definido abaixo) caso venham a ser acrescentadas à Oferta Global (conforme definido abaixo).

As Units serão ofertadas simultaneamente (i) no Brasil, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. (“**BTG Pactual**”), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (“**Credit Suisse**”), do Banco Itaú BBA S.A. (“**Itaú BBA**” ou “**Coordenador Líder**”), do Banco J.P. Morgan S.A. (“**J.P. Morgan**”) e do Banco Morgan Stanley S.A. (“**Morgan Stanley**” ou “**Agente Estabilizador**”), e, em conjunto com o BTG Pactual, o Credit Suisse, o Coordenador Líder e o J.P. Morgan, “**Coordenadores da Oferta Global**”), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”) e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Units no exterior, por BTG Pactual US Capital LLC, Credit Suisse Securities (USA) LLC, Itaú BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC e Morgan Stanley & Co. LLC (em conjunto, “**Agentes de Colocação Internacional**”) e determinadas instituições a serem eventualmente contratadas, nos Estados Unidos da América, em oferta registrada na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (“**SEC**”) ao amparo do *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado (“**Securities Act**”), e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*Non US Persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”), pelo Banco Central do Brasil (“**Banco Central**”) e pela CVM (“**Investidores Estrangeiros**”) (“**Oferta Brasileira**”); e (ii) no exterior, sob a coordenação de Banco BTG Pactual S.A. – Cayman Branch, o Credit Suisse Securities (USA) LLC, o Itaú BBA USA Securities, Inc., o J.P. Morgan Securities LLC e o Morgan Stanley & Co. LLC (em conjunto, “**Coordenadores da Oferta Internacional**”), sob a forma de *American Depositary Shares* (“**ADSs**”), representados por *American Depositary Receipts* (“**ADRs**”), cada **ADS** representativo de duas Units, em oferta registrada na SEC em conformidade com o *Securities Act* (“**Oferta Internacional**”), e, em conjunto com a Oferta Brasileira, “**Oferta Global**”). Poderá haver realocação de Units e **ADSs** entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta Global, nos termos do *intersyndicate agreement* a ser celebrado entre os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores da Oferta Internacional.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Units Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 60.000.000 Units, inclusive sob a forma de **ADSs**, no âmbito da Oferta Primária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas (“**Units do Lote Suplementar**”), conforme opção a ser outorgada no contrato de distribuição da Oferta Brasileira (“**Contrato de Distribuição**”) pela Companhia ao Morgan Stanley e opção a ser outorgada no contrato de distribuição da Oferta Internacional (“**Contrato de Distribuição da Oferta Internacional**”) pela Companhia ao Morgan Stanley & Co. LLC, as quais serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta Global (“**Opção de Lote Suplementar**”). O Agente Estabilizador, no caso da Oferta Brasileira, terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta Global, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que for fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Global. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do anúncio de início da Oferta Brasileira (“**Anúncio de Início**”), a quantidade total das Units inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderá, a critério da Companhia e do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta Global, ser acrescida em até 20%, ou seja, até 57.142.857 Units, inclusive sob a forma de **ADSs**, no âmbito da Oferta Primária, e até 22.857.143 Units de titularidade do Acionista Vendedor, inclusive sob a forma de **ADSs**, no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas (“**Units Adicionais**”).

O preço por Unit (“**Preço por Unit**”) será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta Global no Brasil e pelos Coordenadores da Oferta Internacional no exterior, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“**Procedimento de Bookbuilding**”). Caso não haja excesso de demanda superior a um terço da Oferta Global, os Investidores Institucionais, que sejam pessoas vinculadas, poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* até o limite de 15% das Units inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais).

Oferta Global	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
Por Unit.....	17,50	0,42	17,08
Oferta Primária.....	5.000.000.005,00	118.750.000,12	4.881.250.004,88
Oferta Secundária.....	1.999.999.995,00	47.499.999,88	1.952.499.995,12
Total.....	7.000.000.000,00	166.250.000,00	6.833.750.000,00

(1) Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit.
(2) Sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas da Oferta Global.

A realização da Oferta Primária e da Oferta Global, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), foi aprovada (i) pelos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 5 de abril de 2013, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) em 16 de abril e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“**DOESP**”) e no jornal “Diário do Comércio”; e (ii) pelo conselho de administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de maio de 2013, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Diário do Comércio”. O Conselho de Administração da Companhia, previamente à concessão dos registros da Oferta Brasileira pela CVM, em reunião cuja ata será publicada no jornal “Diário do Comércio” na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP, aprovou a emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais a serem representadas pelas Units, dentro do limite do capital autorizado, e o Preço por Unit, a ser calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e aderido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. A realização da Oferta Secundária foi aprovada pelos acionistas do Acionista Vendedor, em assembleia geral extraordinária realizada em 4 de abril de 2013, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico”. A diretoria do Acionista Vendedor, previamente à concessão dos registros da Oferta Brasileira pela CVM, em reunião cuja ata será publicada no jornal “Valor Econômico” na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP, aprovou o Preço por Unit, a ser aderido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

Exceto pelo registro da Oferta Brasileira pela CVM e pelo registro da Oferta Internacional na SEC, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Global não pretendem realizar nenhum registro da Oferta Global, das Units ou das ações ordinárias e ações preferenciais por elas representadas em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas, a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto) e neste Prospecto, para subscrição e/ou aquisição de Units, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor e/ou adquirente após o início do período de distribuição.

A Oferta Brasileira foi registrada pela CVM em [*] de [*] de 2013, sob o nº CVM/SRE/REM/2013/[*] (Oferta Primária) e o nº CVM/SRE/SEC/2013/[*] (Oferta Secundária). A Oferta Internacional será registrada na SEC.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Units a serem distribuídas.

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Units. Ao decidir por investir nas Units, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Units.

Os investidores devem ler as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global”, nas páginas 25 e 108, respectivamente, deste Prospecto, para ciência de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação ao investimento nas Units.

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenadores da Oferta Global e Joint Bookrunners



Coordenador Líder

Agente Estabilizador

Coordenadores e Joint Bookrunners



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	3
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	13
SUMÁRIO DA COMPANHIA.....	15
Visão Geral.....	15
Os Nossos Mercados.....	16
Nossas Vantagens Competitivas.....	18
Nossa Estratégia	21
Estrutura Societária.....	24
Informações Adicionais.....	25
Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia	25
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA.....	29
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS ADMINISTRADORES, DOS COORDENADORES DA OFERTA GLOBAL, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES.....	30
Acionista Vendedor	30
Coordenadores da Oferta Global.....	30
Coordenadores.....	31
Consultores Jurídicos	32
Auditores Independentes.....	33
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS.....	34
Coordenador Líder.....	34
BTG Pactual	35
Credit Suisse.....	36
J.P. Morgan	38
Morgan Stanley	39
Coordenadores.....	40
SUMÁRIO DA OFERTA GLOBAL	53
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA GLOBAL.....	65
Composição do Capital Social.....	65
Descrição da Oferta Global	67
Preço por Unit	68
Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos	69
Reserva de Capital	69
Custos da Oferta Global	70
Identificação do Acionista Vendedor, Quantidade de Units Ofertadas pelo Acionista Vendedor e Recursos Líquidos da Oferta Secundária	70
Aprovações Societárias	71
Público Alvo da Oferta Brasileira	72
Cronograma Estimado da Oferta Brasileira	72
Procedimento da Oferta Brasileira.....	72
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição da Oferta Internacional	78
Estabilização do Preço de Units Ordinárias de Nossa Emissão	80
Restrições à Negociação de Units (<i>Lock-up</i>)	80
Direitos, Vantagens e Restrições das Units	81
Admissão à Negociação das Units.....	81
Instituição Financeira Escrituradora	81
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta Global	81
Suspensão e Cancelamento da Oferta Global	82
Intersyndicate Agreement.....	83

Relacionamento entre Nós e os Coordenadores da Oferta Global e entre Nós e os Coordenadores.....	83
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Global e entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores.....	97
Informações Adicionais.....	105
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA GLOBAL	107
FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA GLOBAL	108
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	114
CAPITALIZAÇÃO	115
DILUIÇÃO	116

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA	123
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2013, QUE APROVA A OFERTA GLOBAL.....	159
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2013, QUE APROVA CONDIÇÕES DA OFERTA GLOBAL	165
MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, QUE APROVARÁ O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA NO ÂMBITO DA OFERTA E FIXARÁ O PREÇO POR UNIT	171
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ACIONISTA VENDEDOR, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2013, QUE APROVA A OFERTA SECUNDÁRIA.....	177
MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA DO ACIONISTA VENDEDOR, QUE APROVARÁ A FIXAÇÃO DO PREÇO POR UNIT	183
DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 DA COMPANHIA.....	187
DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 DO ACIONISTA VENDEDOR	191
DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 DO COORDENADOR LÍDER.....	195

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	201
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT DOS NEGÓCIOS-ALVO DA CIMPOR E NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011	305
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS NÃO AUDITADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	389

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA.....	455
---	------------

PARTE 1 – INTRODUÇÃO

- Definições
- Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro
- Sumário da Companhia
- Informações Cadastrais da Companhia
- Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta Global, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores
- Apresentação das Instituições Intermediárias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Votorantim Cimentos S.A. e às suas controladas.

Os termos indicados abaixo utilizados neste Prospecto terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionista Controlador	Votorantim Industrial S.A.
Acionista Vendedor	Votorantim Industrial S.A.
Administração	O Conselho de Administração e a Diretoria, em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria, em conjunto.
ADRs	<i>American Depositary Receipts.</i>
ADSs	<i>American Depositary Shares.</i>
Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital LLC, Credit Suisse Securities (USA) LLC, Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC e Morgan Stanley & Co. LLC e determinadas instituições a serem eventualmente contratadas, em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta Global, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, a ser publicado nos jornais “Diário do Comércio” e “Valor Econômico”.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta Brasileira, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, a ser publicado nos jornais “Diário do Comércio” e “Valor Econômico”.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, revogação ou qualquer modificação da Oferta Global, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, a ser eventualmente publicado nos jornais “Diário do Comércio” e “Valor Econômico”.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado da Oferta Brasileira, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, publicado em 31 de maio de 2013 e a ser republicado em 7 de junho de 2013, nos jornais “Diário do Comércio” e “Valor Econômico”.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Banco Votorantim	Banco Votorantim S.A.
BB Investimentos	BB–Banco de Investimento S.A.

BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BofA Merrill Lynch	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
CAGR	Taxa composta de crescimento anual (<i>compound annual growth rate</i>).
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento de Arbitragem, instituída pela BM&FBOVESPA, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA.
Cláusula Compromissória	Cláusula de arbitragem mediante a qual a Companhia, seus acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.

Colaboradores

Administradores e empregados da Companhia, considerados como tais os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, do Acionista Vendedor e das Empresas e empregados com vínculo empregatício com a Companhia, o Acionista Vendedor ou qualquer das Empresas, que se encontrem em pleno exercício de seus respectivos mandatos ou integrem as respectivas folhas de pagamentos em 31 de maio de 2013.

Companhia ou nós

Votorantim Cimentos S.A.

Conselheiros Independentes

Conforme Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 caracterizam-se por: (i) não terem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não serem Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não terem sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não serem fornecedores ou compradores, diretos ou indiretos, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não serem funcionários ou administradores de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não serem cônjuge ou parente até segundo grau de algum Administrador da Companhia; e (vii) não receberem outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Serão ainda considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos nos termos previstos no artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações, os quais contemplam quorum e formas para eleição de membros do conselho pelos acionistas minoritários.

Conselho de Administração

O conselho de administração da Companhia, com as atribuições conferidas pela legislação vigente e pelo Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, com as atribuições conferidas pela legislação vigente e pelo Estatuto Social.

Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2

Contrato celebrado em 28 de maio de 2013, entre a BM&FBOVESPA, nós, nossos Administradores e nosso Acionista Controlador, por meio do qual concordamos em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecidos pelo Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, a fim de se qualificar para listagem no Nível 2, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início.

Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Certificados de Depósito de Ações (Units) Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão de Votorantim Cimentos S.A., entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Global e a BM&FBOVESPA.
Contrato de Distribuição da Oferta Internacional	<i>Underwriting and Placement Agreement</i> , entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Internacional.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Certificados de Depósito de Ações (Units) Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão de Votorantim Cimentos S.A., entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Morgan Stanley, a Corretora, o BTG Pactual, o Credit Suisse, o Coordenador Líder e o J.P. Morgan.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores	O Banco Votorantim, o BB Investimentos, o BofA Merrill Lynch, o Bradesco BBI, o Deutsche Bank, o Goldman Sachs e o HSBC.
Coordenadores da Oferta Global	O BTG Pactual, o Credit Suisse, o Coordenador Líder, o J.P. Morgan e o Morgan Stanley.
Coordenadores da Oferta Internacional	O Banco BTG Pactual S.A. – Cayman Branch, o Credit Suisse Securities (USA) LLC, o Itaú BBA USA Securities, Inc., o J.P. Morgan Securities LLC e o Morgan Stanley & Co. LLC.
Corretora	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	A data de liquidação física e financeira das Units (sem considerar as Units do Lote Suplementar, mas considerando as Units Adicionais), que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação, que será de até dois dias úteis contados da publicação do Anúncio de Início, prevista para ocorrer em 24 de junho de 2013.
Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Units do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil após a respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar.
Data de Reserva para Pessoas Vinculadas	7 de junho de 2013, data para os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (incluindo Colaboradores que sejam Pessoas Vinculadas) efetuarem seus Pedidos de Reserva, data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .

Deutsche Bank	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
Diretoria	A diretoria da Companhia, com as atribuições que lhe são conferidas pela legislação aplicável e pelo Estatuto Social.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA Mais Resultado de Participações Societárias	O EBITDA (<i>earnings before interest, taxes, depreciation, amortization and depletion</i>) mais resultado de participações societárias é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido mais resultado das participações societárias, mais o resultado financeiro mais depreciação, amortização e exaustão e mais imposto de renda e contribuição social.
EBITDA Ajustado	A Companhia define EBITDA Ajustado como EBITDA Mais Resultado de Participações Societárias menos/mais certas operações sem efeito caixa consideradas excepcionais pela administração, <i>impairment</i> de ágio e dividendos recebidos menos/mais EBITDA de operações descontinuadas. Itens sem efeito caixa considerados excepcionais pela administração geralmente referem-se a ganhos/perdas em aquisições, alienações ou permuta de ativos e /ou o <i>impairment</i> relacionado.
Empresas	As seguintes controladas diretas e indiretas da Companhia, Votorantim Cimentos N/NE S.A. (CNPJ/MF nº 10.656.452/0001-80), Interávia Transportes Ltda. (CNPJ/MF nº 09.795.030/0001-06), Silcar – Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda. (CNPJ/MF nº 01.006.864/0001-83), Pedreira Pedra Negra Ltda. (CNPJ/MF nº 09.248.567/0001-56), Acariúba Mineração e Participação Ltda. (CNPJ/MF nº 24.963.407/0001-82) e Seacrown do Brasil, Comércio, Importação e Participação S.A. (CNPJ/MF nº 07.524.114/0001-80), CRB Operações Portuárias S.A. (CNPJ/MF nº 05.481.823/0001-08), Calmit Mineração e Participação Ltda. (CNPJ/MF nº 25.679.465/0001-41), Petrolina Zeta Mineração Ltda. (CNPJ/MF nº 13.451.413/0001-34), São Francisco Zeta Mineração Ltda. (CNPJ/MF nº 13.503.293/0001-71), Minerações e Construções Ltda. (CNPJ/MF nº 05.686.604/0001-57), Poty Minerações Ltda. (CNPJ/MF nº 14.533.824/0001-31), Mineração Potilider Ltda. (CNPJ/MF nº 12.300.716/0001-93) e Lidermac Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ/MF nº 04.275.114/0001-03), em conjunto.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
FGV	Fundação Getulio Vargas.

Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Goldman Sachs	Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
HSBC	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , padrões internacionais de demonstrações financeiras emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar na BM&FBOVESPA contratadas para efetuar esforços de colocação das Units exclusivamente aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta Brasileira	Os Coordenadores da Oferta Global, os Coordenadores e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores.
Investidores Estrangeiros	Público alvo dos esforços de colocação das Units no exterior, no âmbito da Oferta Institucional, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Distribuição da Oferta Internacional, consistindo, nos Estados Unidos, em oferta registrada na SEC ao amparo do <i>Securities Act</i> , e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (<i>Non US Persons</i>), em conformidade com os procedimentos previstos no <i>Regulation S</i> , editado pela SEC ao amparo do <i>Securities Act</i> , em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no <i>Securities Act</i> , e nos regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> , respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$300.000,00, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM que apresentem intenções específicas ou globais de investimento, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, outros investidores qualificados na forma da regulamentação da CVM e Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA e Colaboradores, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que formalizem pedidos de investimento em montante entre o valor mínimo de R\$1.000,00 e o valor máximo de R\$300.000,00 e que tenham realizado Pedido de Reserva.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Morgan Stanley ou Agente Estabilizador	Banco Morgan Stanley S.A.
Nível 2 de Governança Corporativa	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
Oferta Brasileira	Oferta pública de distribuição primária e secundária das Units no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Units no exterior, nos Estados Unidos da América, exclusivamente para Investidores Estrangeiros.
Oferta de Varejo	Oferta das Units destinada aos Investidores Não Institucionais.
Oferta Global	Oferta Brasileira e Oferta Internacional, em conjunto.
Oferta Institucional	Oferta das Units destinada aos Investidores Institucionais.
Oferta Internacional	Oferta pública de distribuição primária e secundária das Units no exterior, sob a forma de ADSs, representados por ADRs, cada ADS representativo de duas Units, em oferta registrada na SEC ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Oferta Primária	Oferta pública das Units da Oferta Primária.
Oferta Secundária	Oferta pública das Units da Oferta Secundária.

Opção de Lote Suplementar

Opção a ser outorgada no Contrato de Distribuição pela Companhia ao Agente Estabilizador e opção a ser outorgada no Contrato de Distribuição da Oferta Internacional pela Companhia ao Morgan Stanley & Co. LLC, as quais serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta Global. O Agente Estabilizador, no caso da Oferta Brasileira, terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta Global, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que for fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Global.

Pedido de Reserva

Formulário específico para realização de pedido de reserva das Units pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo.

Período de Colocação

Prazo para a colocação e subscrição ou aquisição das Units, que será de até quatro dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.

Período de Reserva

Prazo de 7 de junho de 2013, inclusive, a 18 de junho de 2013, inclusive, para os Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva.

Pessoas Vinculadas

Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta, da Companhia e/ou do Acionista Vendedor ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.”, na página 109 deste Prospecto.**

PIB	Produto Interno Bruto.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e as normas, instruções e regulamentos da CVM.
Preço por Unit	O preço de subscrição/aquisição por Unit no âmbito da Oferta Global, que será fixado após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . No contexto da Oferta Global, estima-se que o Preço por Unit estará situado entre R\$16,00 e R\$19,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta Global no Brasil e pelos Coordenadores da Oferta Internacional no exterior, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400.
Prospecto Definitivo	O prospecto definitivo da Oferta Brasileira.
Prospecto Preliminar ou Prospecto	O prospecto preliminar da Oferta Brasileira.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto.
<i>Prospectus</i>	<i>Prospectus</i> relativo à oferta de Units sob a forma de ADSs no exterior.
PwC	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Real, reais ou R\$	Moeda oficial do Brasil.
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, e suas posteriores alterações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e no Estatuto Social e que consta dos termos de anuência dos Administradores e do Acionista Controlador, nos termos do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2.
Regulamento de Governança Corporativa Nível 2	Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 para listagem no Nível 2 da BM&FBOVESPA, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas listadas no Nível 2, estabelecendo regras diferenciadas para estas companhias.
<i>Securities Act</i>	<i>Securities Act</i> , de 1933, dos Estados Unidos, e alterações posteriores.
Securities and Exchange Commission ou SEC	Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos.

Units	Certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta Global. Salvo se disposto de maneira diversa, a referência às Units também será referência às Units do Lote Suplementar e às Units Adicionais.
Units Adicionais	Até 80.000.000 Units, inclusive sob a forma de <i>ADSs</i> , no âmbito da Oferta Primária e Secundária, equivalentes a até 20% das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar), que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início, poderão, a critério da Companhia e do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta Global, ser acrescidas à Oferta Global, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas. Salvo se disposto de maneira diversa, a referência às Units também será referência às Units Adicionais.
Units da Oferta Primária	285.714.286 Units, objeto da Oferta Primária.
Units da Oferta Secundária	114.285.714 Units, objeto da Oferta Secundária.
Units do Lote Suplementar	Até 60.000.000 Units, inclusive sob a forma de <i>ADSs</i> , no âmbito da Oferta Primária, equivalentes a até 15% das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units Adicionais), que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, conforme a Opção de Lote Suplementar, poderão ser acrescidas à Oferta Global, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas. Salvo se disposto de maneira diversa, a referência às Units também será referência às Units do Lote Suplementar.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global” e “Sumário da Companhia”, que se iniciam nas páginas 108 e 15, respectivamente, deste Prospecto, e nas seções “4. Fatores de Risco”, “5. Riscos de Mercado”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência.

Nossas estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar o nosso setor de atuação, a nossa participação de mercado, nossa reputação, os nossos negócios operacionais, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, nossas margens, nosso fluxo de caixa e/ou o preço de mercado das Units. Embora acreditemos que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos.

Nossas estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- nossa administração e operações futuras;
- a implementação de nossas principais estratégias operacionais;
- nossas aquisições, *joint ventures*, alianças estratégicas ou planos de desinvestimento, bem como nossa habilidade de integrar as operações de negócios ou ativos que adquirimos com sucesso;
- a implementação de nossa estratégia financeira e planos de investimento de capital;
- condições gerais políticas, econômicas e de negócios no Brasil e nos nossos principais mercados internacionais;
- tendências do nosso setor de atuação, incluindo o nível geral de demanda dos nossos produtos e serviços, bem como alteração nos preços de mercado de nossos produtos e serviços;
- a performance das economias brasileiras e mundial, incluindo o impacto da atual crise mundial ter uma duração maior do que prevista ou de uma futura deterioração nas condições da economia mundial;
- níveis da atividade de construção, especialmente nas regiões e mercados em que atuamos;
- investimento privado e financiamento público em projetos de construção;
- regulamentações governamentais existentes e futuras, bem como o cumprimento de tais regulamentações por nós, incluindo legislações tributária, trabalhista, antitruste, de seguridade social e ambiental, e regulamentações no Brasil e em outros mercados em que atuamos;
- escassez de energia elétrica e a intervenção governamental a ela relacionada;
- a natureza competitiva do setor em que atuamos;
- nosso nível de capitalização, incluindo o nível de nosso endividamento e alavancagem;
- o custo e a disponibilidade de financiamento;
- inflação e flutuações nas taxas de câmbio, inclusive a variação do real frente ao dólar norte-americano;
- processos judiciais e administrativos dos quais somos ou nos tornaremos parte;

- a volatilidade dos preços de matérias-primas que vendemos ou compramos para utilização no nosso negócio;
- a exploração e o consequente esgotamento de nossas jazidas e reservas minerais;
- demais declarações não históricas incluídas neste Prospecto; e
- **outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global”, na página 108 deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.**

A lista acima não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos a seguir um sumário das nossas atividades, informações financeiras e operacionais, pontos fortes, estratégias e principais fatores de risco. Este sumário não contém todas as informações que um potencial investidor deve levar em consideração antes de investir em nossas Units. Antes de investir em nossas Units, os potenciais investidores devem ler cuidadosamente este Prospecto em sua íntegra para um entendimento mais completo do nosso negócio e da Oferta Global, inclusive nossas demonstrações financeiras e as notas explicativas que as acompanham.

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA SEÇÃO SÃO CONSISTENTES COM NOSSAS INFORMAÇÕES COMPLETAS CONSTANTES NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA GLOBAL.

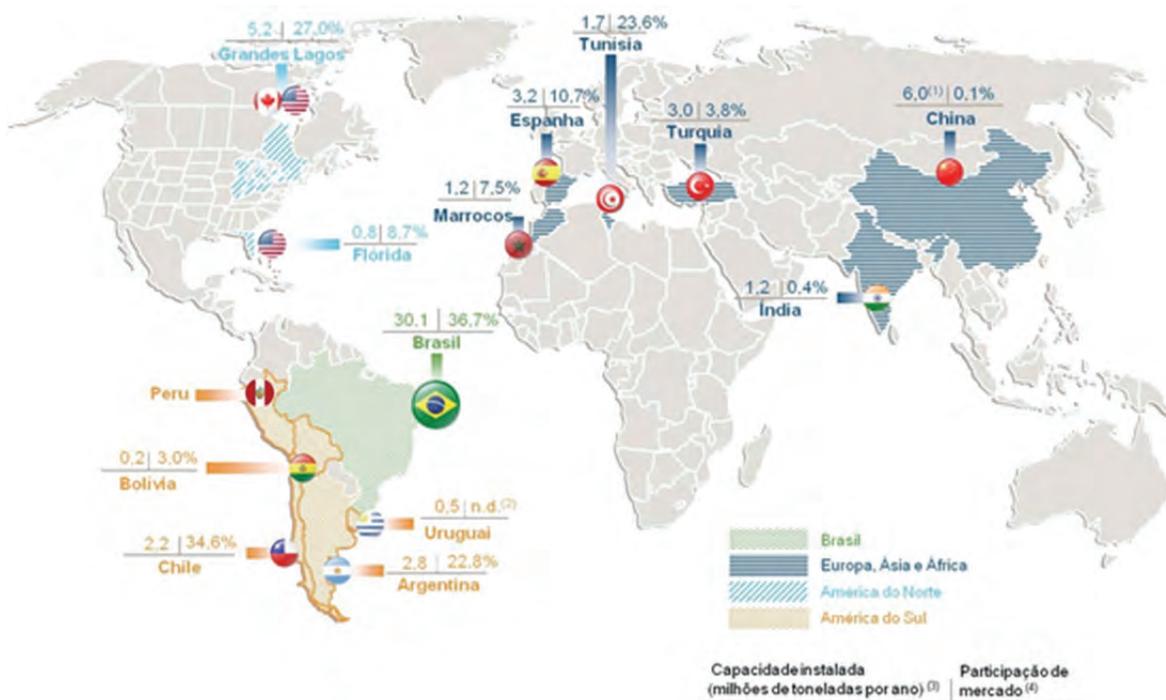
Visão Geral

Somos uma empresa global de materiais básicos de construção, com operações verticalizadas e presença na América do Sul, América do Norte, Europa, África e Ásia. Acreditamos ser a maior e mais rentável companhia de materiais básicos de construção no Brasil, quarto maior mercado de cimento do mundo segundo dados do *Building Materials Research Report*. A Companhia é parte do grupo Votorantim, que iniciou, em 1933, as operações de sua primeira planta de cimento. Produzimos e comercializamos um portfólio completo de materiais de construção: cimento, agregados, concreto, argamassas e outros produtos complementares. Por nosso portfólio amplo e diversificado de produtos, possuímos uma base de clientes substancialmente diversificada por todo o país. Somos a oitava maior companhia global de produção de cimento em termos de capacidade global instalada de produção de cimento de acordo com os dados do *Global Cement Report*, com 52,3 milhões de toneladas por ano. Em 2012, atingimos uma receita líquida de R\$9.481,7 milhões, um lucro líquido de R\$1.640,5 milhões, margem líquida (calculada por meio da divisão de lucro líquido por receita líquida) de 17,3%, EBITDA Ajustado de R\$3.070,7 milhões, margem de EBITDA Ajustado de 32,4%, e ROCE (*Return on Capital Employed*) Ajustado de 21,6%. Acreditamos que nosso ROCE Ajustado, o qual atingiu 23,4% no período de doze meses encerrado em 31 de março de 2013, é um dos mais altos dentre as produtoras globais de cimento de capital aberto, com base na análise das produtoras que acreditamos serem as principais produtoras globais de cimento, sendo que registramos uma taxa composta de crescimento médio anual (*compound annual growth rate*, "CAGR") de receita de 9,4% entre 2009 e 2012.

Acreditamos ter um posicionamento único para manter elevado retorno sobre o capital investido e criar valor para os nossos acionistas. Possuímos operações em diversos mercados, que apresentam altas taxas de crescimento, tendo operações em regiões com grandes oportunidades de geração de valor, com 33 plantas de cimento, 23 moagens, 331 centrais de concreto, 84 unidades de agregados, duas fábricas de clínquer, duas unidades de calcário e 13 plantas de argamassa. Além disso, possuímos 61 reservas de calcário com vida útil média esperada de mais de 60 anos, com base na nossa capacidade máxima instalada de produção de cimento em 31 de dezembro de 2012.

Os Nossos Mercados

O mapa abaixo demonstra a nossa capacidade de produção instalada por país em que atua, considerando apenas os ativos por nós consolidados, e nossa respectiva participação no mercado local:



(1) Os ativos relacionados ao nosso negócio na China são classificados como "mantidos para venda" nas informações contábeis consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

(2) Considera 100% da capacidade instalada anual, a qual não era consolidada em 31 de março de 2013.

(3) Não disponível.

(4) A capacidade instalada anual de produção de cimento apresentada data de 31 de março de 2013. A informação apresentada considera apenas as sociedades consolidadas por nós, inclusive a Cimentos Artigas S.A. A capacidade instalada de produção de cimento anual representa a capacidade total.

(5) Os dados sobre participação de mercado são apresentados com base nos dados do SNIC (Brasil), USGS e *The Canada Cement Association in Ontario* (América do Norte), *Agrupación de Fabricantes de Cemento de España – Oficemen* (Espanha), *Türkiye Çimento Müstahsilleri Birliği* (Turquia), CMA (Índia), *China Economic Information Network* (China), *Asociación de Fabricantes de Cemento Portland* (Argentina), *Association Professionnelle des Cimentiers du Maroc* (Marrocos), CNPC (Tunísia), IBCH – *Instituto Boliviano del Cemento y el Hormigón* (Bolívia), ICH – *Instituto del Cemento y el Hormigón de Chile* (Chile) e são os mais recentes disponíveis, quais sejam 31 de março de 2013, exceto para Bolívia e Chile, cujos dados são de 31 de dezembro de 2012.

Brasil. No Brasil, possuímos 16 plantas de cimento, 11 moagens, 110 centrais de concreto, 28 unidades de agregados, oito unidades de argamassa e uma unidade de calcário, bem como 27 reservas de calcário. Em 31 de março de 2013, apresentamos capacidade instalada de produção de cimento de 30,1 milhões de toneladas por ano. Somos líder de mercado no país com uma participação de mercado de 36,4%, 35,2% e 36,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, respectivamente, em termos de volume de vendas de cimento Portland no Brasil, de acordo com as informações disponíveis no Sindicato Nacional da Indústria do Cimento ("SNIC"). Atendemos aproximadamente 30.000 clientes por mês, graças a nossa ampla rede de distribuição por todo país, que inclui 52 centros de distribuição, estrategicamente localizados próximos aos principais mercados do Brasil.

Além dos nossos 30,1 milhões de toneladas de capacidade instalada de produção de cimento no Brasil, também possuímos participação societária nas sociedades Mizu S.A. ("Mizu") e Sirama Participações S.A. ("Sirama"), companhias brasileiras de cimento com três plantas de cimento, duas moagens e uma planta de mistura de cimento, possuindo uma capacidade instalada total de produção de cimento combinada de 5,2 milhões de toneladas por ano. Além disso, possuímos participação na Polimix Cimento Ltda. (51,0%, porém sem exercer controle em razão de possuir direitos limitados para tomar decisões estratégicas, operacionais e financeiras) e na Verona Participações Ltda. (25,0%), companhias brasileiras de cimento.

Acreditamos que o aumento da renda, a diminuição das taxas de juros, o déficit habitacional e a implementação de importantes projetos de infraestrutura pelo Governo Federal brasileiro levarão a oportunidades para o crescimento do setor de construção civil e, conseqüentemente, a uma demanda substancialmente maior de cimento, concreto, agregados, argamassa e outros materiais básicos de construção. O consumo de cimento anual *per capita* no Brasil cresceu a uma taxa média anual de 8,5% entre 2007 e 2011, de acordo com o SNIC, o que equivale a 2,3 vezes o crescimento real do produto interno bruto (“PIB”) no mesmo período, segundo dados do IBGE. O Governo Federal brasileiro anunciou planos para aumentar substancialmente os gastos públicos e privados em infraestrutura, particularmente por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (“PAC”), com um investimento estimado de R\$955 bilhões até 2014, dos quais aproximadamente 10% devem ainda ser desembolsados para rodovias, portos e aeroportos, entre outros projetos a partir de setembro de 2012. O Governo Federal espera investir cerca de R\$390 bilhões na construção de habitações no Brasil entre 2012 e 2015 para tratar do déficit habitacional estimado de 5,6 milhões de casas, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – 2008 conduzida pelo IBGE. Além dos investimentos previstos em infraestrutura e habitação, esperamos que o mercado brasileiro de cimento também tenha uma demanda adicional devido aos projetos de construção relacionados à Copa do Mundo da FIFA de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

América do Norte. Nossas atividades na América do Norte incluem quatro plantas de cimento, duas moagens, 140 centrais de concreto, 33 unidades de agregados e quatro jazidas de calcário, com uma capacidade instalada de produção de cimento total de 5,2 milhões de toneladas por ano, na região dos Grandes Lagos. Possuímos, também, operações nos estados da Flórida e Michigan por meio da participação de 50% em *joint ventures*, com capacidade total instalada de produção de cimento de 0,8 milhão de toneladas por ano, uma planta de cimento e uma unidade de agregados. O cimento nessas regiões (ao contrário do mercado brasileiro) é usualmente vendido a granel para empresas de concreto. Em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, vendemos aproximadamente 95% e 96%, respectivamente, de nosso cimento na região dos Grandes Lagos a granel. Além disso, vendemos cimento para fabricantes de concreto pré-moldado, bem como para empresas de construção.

Acreditamos estar bem posicionados para nos beneficiar da esperada recuperação econômica e da recuperação do setor de construção civil dessas regiões. A *Portland Cement Association* (“PCA”) estima que o consumo de cimento na América do Norte deverá aumentar em 8,1% em 2013, 8,3% em 2014 e 9,2% em 2015 como resultado da esperada recuperação econômica dos Estados Unidos, principalmente da indústria da construção.

América do Sul (exceto Brasil). As nossas atividades na América do Sul, excluindo as operações brasileiras, incluem participações minoritárias e de controle nas principais empresas de materiais básicos de construção da região. Possuímos participação societária de:

- 66,71% na Itacamba Cements S.A. na Bolívia, a qual possui uma moagem e capacidade instalada de produção de cimento de 0,2 milhão de toneladas por ano;
- 51,0% na Artigas, uma companhia uruguaia de cimento com capacidade instalada de produção de cimento atual de 0,5 milhão de toneladas por ano;
- 49,0% na Avellaneda, uma companhia argentina de cimento com capacidade instalada de produção de cimento atual de 2,8 milhões de toneladas por ano; e
- 16,70% na Bío Bío, uma companhia chilena de cimento com capacidade instalada de produção de cimento atual de 2,2 milhões de toneladas por ano.

Por meio dessas participações minoritárias e de controle, estamos envolvidos na operação de cinco plantas de cimento, três moagens, uma planta de clínquer, 65 centrais de concreto, 18 unidades de agregados, uma unidade de argamassa e três plantas de cal na América do Sul (exceto Brasil). Além disso, nós possuímos uma jazida de calcário no Peru, como resultado da permuta de ativos da Cimpor descrita abaixo. Acreditamos que as nossas operações na América do Sul fornecem uma plataforma para a consolidação e expansão potencial de nossa presença nos mercados atraentes desta região.

Europa, África e Ásia. Em 25 de junho de 2012, celebramos um acordo de permuta de ativos com a Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. e a InterCement Austria Holding GmbH, segundo o qual acordamos a troca da nossa participação de 21,21% na Cimpor pelos ativos de produção da Cimpor na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China, além da jazida de calcário no Peru, e 21,21% da dívida líquida da Cimpor. Em 21 de dezembro de 2012, essa operação foi concluída, o que resultou em um aumento de nossa capacidade instalada anual total de produção de cimento em 16,3 milhões de toneladas. Em virtude de alguns ajustes após fechamento da transação, pagamos €57,0 milhões à InterCement Austria Holding GmbH em 21 de janeiro de 2013.

Como resultado da permuta de ativos da Cimpor, possuímos 13 plantas de cimento, uma planta de clínquer, oito moagens, 78 centrais de concreto, 22 unidades de agregados, cinco unidades de argamassa, uma unidade de cal hidratada e 29 jazidas de calcário na Europa, África e Ásia, com uma capacidade total instalada de cimento de 16,3 milhões de toneladas por ano. Acreditamos poder gerar valor nestas operações por meio de potenciais sinergias, melhorias na eficiência de custos e racionalização fabril entre estas operações, além de aumentar ainda mais a nossa presença em certos mercados de alto crescimento. Pretendemos descontinuar as nossas operações na China e implementamos um plano para alienar os ativos no país em 2013.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que as vantagens competitivas a seguir nos colocam na frente de nossos concorrentes e contribuem para nosso contínuo sucesso:

Posição de liderança absoluta no mercado brasileiro com a força de marcas Top-of-Mind e rede operacional e logística única

De acordo com o SNIC, somos líder no mercado de cimento no Brasil, com 16 plantas de cimento e 11 moagens, o que nos torna a única fornecedora de cimento com produção nas cinco regiões do país. Ainda de acordo com o SNIC, em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, possuíamos uma participação de mercado de 35,2% e 36,7%, em termos de volume de vendas de cimento Portland, e temos mantido nossa posição de liderança por várias décadas. Acreditamos que nosso posicionamento no mercado também é decorrente do reconhecimento de marca e fidelidade de clientes em virtude da alta qualidade de nossos produtos e extensa rede de distribuição.

Possuímos 52 centros de distribuição, estrategicamente localizados para oferecer serviços com excelência a aproximadamente 30.000 clientes por mês em aproximadamente 3.350 cidades no Brasil. Em virtude da estabilidade, escala e alcance nacional das nossas unidades de produção, nos beneficiamos de uma eficiente logística de distribuição, que proporciona economia de custo significativa e tempo ideal de venda, garantindo um diferencial de rentabilidade para nós.

Nossa participação nos mercados de varejo e de cimento ensacado com mais de 25 produtos distintos e cinco marcas gera um forte reconhecimento no mercado. De acordo com uma pesquisa de mercado realizada pela Ipsos Loyalty (Brazil), empresa global de pesquisa de mercado, aproximadamente 72% dos nossos clientes de varejo no Brasil recomendam muito nossas marcas. A combinação entre marcas *top-of-mind*, produtos de alta qualidade e elevada taxa de penetração entre os varejistas tradicionalmente fortalecem o nosso posicionamento. Acreditamos que nossa rede de distribuição também é uma vantagem competitiva, pois possibilita o aumento da fidelização e nos torna a fornecedora preferencial dos clientes de varejo que normalmente compram diretamente de nós, em vez de comprar de distribuidores. Além disso, acreditamos que somos a única no Brasil capaz de fornecer um portfólio completo de materiais básicos de construção aos clientes, desde agregados e cimento até concreto e argamassas. Assim, acreditamos que a integração do negócio por toda a cadeia de valor do cimento nos proporciona uma vantagem competitiva, possibilitando a criação de valor aos nossos clientes.

Plataforma global de operações e posicionamento estratégico em mercados de crescimento acelerado

Atuamos em alguns dos mercados de cimento mais promissores, caracterizados por forte impulsionadores de demanda. Somos a oitava maior produtora global de cimento, em termos de capacidade instalada anual de produção de cimento, com 52,3 milhões de toneladas na data deste Prospecto, de acordo com a *Global Cement Report* – 9ª edição, e possuímos base internacional diversificada de ativos em vários mercados importantes. Tais mercados, que nos proporcionam uma identidade única, abrangem a América do Sul, a América do Norte, a Turquia, o Marrocos, a Tunísia, a Espanha e a Índia. Acreditamos que a maior parte dos nossos mercados possui perfis demográficos favoráveis e que devem apresentar crescimento econômico, ou retomada de crescimento e níveis de demanda, resultando, possivelmente, no aumento de consumo de cimento *per capita*.

No Brasil, acreditamos que o aumento do nível de renda, a redução da taxa de juros, o déficit habitacional e a implantação de projetos de infraestrutura significativos pelo Governo Federal promoverão oportunidades de crescimento no setor de construção e, conseqüentemente, uma demanda adicional significativa por cimento, concreto, agregados, argamassa e outros materiais básicos de construção. As nossas operações na América do Norte estão concentradas em seis Estados norte-americanos e duas províncias canadenses na região dos Grandes Lagos, e também nos Estados da Flórida e Michigan por meio de participação de 50% em *joint ventures*. Acreditamos estar bem posicionados para nos beneficiar da recuperação econômica e do setor de construção nessas regiões.

Possuímos participação em companhias de cimento na Argentina e Chile e participação controladora na Itacamba, na Bolívia, e Artigas, no Uruguai. Além disso, possuímos uma jazida de calcário no Peru em virtude da permuta de ativos da Cimpor em 2012. Em 2012, esses países apresentavam uma média anual de consumo de cimento *per capita* de 248 kg a 324 kg, segundo dados do AFCP – *Asociación de Fabricantes de Cemento Portland* (Argentina), ICH – *Instituto del Cemento y del Hormigón de Chile* (Chile), *Instituto Boliviano del Cemento y el Hormigón* (Bolívia) e ASOCEM – *Asociación de Productores de Cemento* (Peru). Acreditamos que o consumo de cimento continuará a aumentar nesses mercados, à medida que converge naturalmente à média mundial de 488 kg, de acordo com a SNIC.

A conclusão da permuta de ativos da Cimpor em 2012 aumentou a nossa presença em mais seis países em três continentes. A nossa presença em países emergentes, como Marrocos, Turquia, Tunísia e Índia, apresenta novas plataformas de crescimento e, na Espanha, oferece uma oportunidade de recuperação e criação de valor por meio do aumento da eficiência operacional.

A liderança de conhecimento técnico no setor possibilita um baixo custo de produção nos mercados em que atuamos

Nos nossos 80 anos de história no setor de cimento, desenvolvemos *know-how* distinto e conhecimento técnico de liderança que são aplicados a todas as nossas operações. As medidas de redução constantes do custo operacional, a capacidade de responder oportunamente a flutuações de mercado e os elevados padrões operacionais impulsionaram a nossa capacidade de aumentar a nossa lucratividade, mesmo em condições de mercado extremamente difíceis. Esses esforços permitem constantemente que melhoremos nossos principais indicadores de desempenho, como eficiência de forno para reduzir a proporção de clínquer e aumentar o uso de combustíveis alternativos, que juntamente com a produção interna de clínquer, aumenta a capacidade de controle de custos operacionais. Em 2012, produzimos praticamente todo o clínquer processado em nossas moagens para a produção de cimento.

Realizamos investimentos e obtivemos os direitos minerários de acesso a nossas jazidas de calcário. Além disso, possuímos acesso seguro e eficiente a outras matérias-primas, como gesso, escória, cinza leve e pozolana. O nosso longo histórico e acesso contínuo a matérias-primas nos conferem relevante vantagem competitiva. No Brasil, realizamos a mineração de calcário em jazidas cuja vida média da reserva é de mais de 60 anos, com base na nossa capacidade máxima de produção de cimento de 30,1 milhões de toneladas em 31 de dezembro de 2012. Acreditamos que a distância média das plantas de cimento brasileiras até suas jazidas é uma das menores do setor de cimento no Brasil. Isso também minimiza os custos de logística de matéria-prima, aumentando a nossa eficiência e lucratividade.

Em 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, suprimos aproximadamente 27,5% e 23,4% de nossas necessidades energéticas no Brasil por meio de nossas usinas hidrelétricas, reduzindo significativamente os custos de energia. Além disso, todas as nossas plantas de cimento utilizam um processo de produção seco que reduz o consumo de energia. O restante das nossas necessidades de energia no Brasil é suprido por meio de contratos de fornecimento de longo prazo de grande escala a preços competitivos. Acreditamos ser pioneira no uso de combustíveis alternativos e ecológicos no Brasil, como o combustível derivado de pneus e outros resíduos industriais. Como desenvolvemos uma flexibilidade em nossa matriz energética, conseguimos utilizar combustíveis primários mais baratos e nos beneficiar de tendências de redução de preços de alguns combustíveis. Além disso, aproximadamente 25,0% da nossa capacidade instalada atual de produção de cimento no Brasil resultam das plantas novas e mais eficientes em termos energéticos que nós desenvolvemos nos últimos três anos, reduzindo assim nosso consumo energético.

Capacidade comprovada de administração com disciplina financeira e um histórico de geração vigorosa de EBITDA e de retorno sobre o capital investido

Acreditamos ocupar uma posição singular para manter alta lucratividade e criar grande valor a nossos acionistas. Nós estamos voltados para a criação de valor e alta lucratividade por meio de nossa expansão orgânica no Brasil, aquisição de companhias no exterior e celebração de parcerias estratégicas ou *joint ventures*. De 2010 a 2012, a nossa capacidade instalada de produção de cimento no Brasil aumentou de 23,2 milhões de toneladas para 30,1 milhões de toneladas.

Em 2012, registramos lucro líquido de R\$1.640,5 milhões, EBITDA Ajustado de R\$3.070,7 milhões, margem líquida de 17,3%, margem de EBITDA Ajustado de 32,4% e, no período de doze meses encerrado em 31 de março de 2013, e ROCE Ajustado atingiu 23,4%, o qual acreditamos estar dentre os maiores na indústria global de cimento, baseado na análise de informações públicas disponíveis das companhias que acreditamos serem as principais produtoras globais de cimento. De 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, as nossas despesas de capital, relacionadas principalmente à nossa expansão orgânica, totalizaram R\$4.187,5 milhões. Além disso, distribuímos dividendos e juros sobre o capital próprio no total de R\$5.736,4 milhões e mantivemos uma forte estrutura de capital no período. Acreditamos que esse fato ilustra nosso potencial de forte geração de fluxo de caixa.

Modelo de gestão bem definido, comprovado e replicável, dando suporte à excelência operacional, estabilidade e alta lucratividade

Acreditamos possuir um modelo operacional que permite a obtenção de margens superiores às de companhias semelhantes no Brasil e na América do Norte. Além disso, acreditamos que os nossos níveis de lucratividade ultrapassam a média do setor. Também registramos ROCE Ajustado constantemente acima da média das principais companhias listadas do setor. Apesar da desaceleração sem precedentes do setor de cimentos na América do Norte em 2008, ajustamos os níveis de produção da maioria de nossos concorrentes e, conseqüentemente, nossa margem de EBITDA Ajustado foi menos afetada do que a de nossos concorrentes na América do Norte. Acreditamos que nosso modelo de gestão replicável ajudou a obter esses resultados positivos e fará com que melhore o desempenho de companhias e ativos nos quais venhamos a realizar investimentos ou que venhamos a adquirir. Por exemplo, entre 2004 e 2008, o nosso modelo de gestão eficiente levou a uma redução do custo por tonelada de vendas de 11% e 15% nas nossas plantas de Charlevoix e Dixon na América do Norte, respectivamente, depois de termos adquirido tais plantas de nossos concorrentes locais.

Similarmente às melhorias implantadas em nossas operações na América do Norte, pretendemos implantar nosso modelo de gestão para melhorar o resultado financeiro dos ativos da Cimpor que foram adquiridos recentemente.

As principais características do nosso modelo de gestão são: (1) obtenção de maior lucratividade pela gestão ativa da estrutura de custo, adaptando-a às mudanças nas condições de mercado; (2) aumento de eficiência no uso de matérias-primas e de contratos de fornecimento de grande escala para nos beneficiar das economias de escala; e (3) contratação de profissionais experientes e qualificados.

Nossa administração procura criar valor com base na agregação de valor de mercado. Para alinhar completamente o nosso direcionamento com a nossa administração, parte da remuneração dos administradores se baseia em métricas de desempenho.

Alta administração experiente e forte apoio da Votorantim Industrial

A nossa alta administração possui vários anos de experiência principalmente em desempenho financeiro, eficiência operacional e retorno aos acionistas. Além disso, a alta administração compromete-se a defender a sustentabilidade e a obter resultados financeiros sólidos de uma maneira responsável em termos sociais e ambientais.

A nossa alta administração nos transformou em uma companhia de materiais básicos de construção global e verticalmente integrada, voltada para a ampliação de nossa diversificação de oferta de produtos e presença geográfica. Nos últimos 80 anos, realizamos aquisições estratégicas e desinvestimentos e implantamos projetos *brownfield* e *greenfield* que aumentaram nossa capacidade instalada anual. Além disso, priorizamos reduções de custo e melhoramos nosso desempenho financeiro.

Possuímos uma acionista controladora empenhada, a Votorantim Industrial, com conhecimento profundo do setor de cimento em virtude de sua posição proeminente no setor em seus 80 anos de existência. Acreditamos que o apoio da Votorantim Industrial nos confere vantagem competitiva em virtude do suporte contínuo e visão de longo prazo do crescimento global. Além disso, o histórico comprovado da Votorantim Industrial na implantação de práticas sólidas de governança corporativa vem contribuindo para o nosso crescimento sustentável.

Nossa Estratégia

Almejamos nossa expansão orgânica no Brasil e a expansão internacional para outras geografias principalmente por meio de aquisições. Além disso, pretendemos continuar a crescer com disciplina financeira e manter uma estrutura adequada de capital para nos posicionarmos como líder em termos de lucratividade.

Manutenção do crescimento orgânico no Brasil

Atuamos nas cinco regiões brasileiras, possuindo presença nacional com jazidas de calcário estrategicamente localizadas próximas aos mercados consumidores mais importantes e que mais crescem no Brasil. Esse fato nos confere relevante vantagem competitiva, pois nos permite selecionar em quais regiões continuaremos a expandir organicamente. Durante os últimos cinco anos, desenvolvemos, modernizamos e expandimos nossas plantas de cimento no Brasil, aumentando nossa capacidade instalada de produção de cimento de 21,4 milhões de toneladas em 2007 para 30,1 milhões de toneladas em 31 de dezembro de 2012. Acreditamos ainda não ter desfrutado totalmente dos benefícios do aumento da nossa capacidade instalada em termos de volume de vendas e resultados operacionais em virtude da necessidade de um período de arranque para que uma nova planta de cimento atinja sua capacidade plena. Em 2012, investimos R\$1.171,3 milhões em nossas plantas, as quais devem começar a operar em plena capacidade dentro de um ano a partir da data de início das operações da planta nova mais recente.

Além disso, estamos desenvolvendo projetos de *greenfield* e *brownfield* com o objetivo de servir mercados atrativos em todo o Brasil, localizados nos seguintes Estados: Ceará, Paraíba, Goiás, Pará, Paraná e São Paulo. Esperamos que esses projetos resultem em uma capacidade instalada anual adicional total de 10,3 milhões de toneladas até o final de 2015.

Pretendemos dar continuidade ao nosso crescimento orgânico no Brasil pela manutenção e melhoria das eficiências de custo em comparação a nossos concorrentes, aumentando ainda mais nossa oferta de produtos e alcance geográfico e reduzindo o tempo de entrega aos clientes. Continuaremos a criar reconhecimento de marca, entregar produtos de alta qualidade e manter nossa alta taxa de penetração no segmento do varejo, e isso permitirá que continuemos a ser recompensados pelos nossos produtos. Além disso, pretendemos aumentar nossa participação no mercado técnico (um segmento que consiste predominantemente em companhias de construção de médio e grande portes), que, de acordo com o *Consulting Group LCA*, é um segmento em expansão que demanda um amplo portfólio de produtos e serviços de boa qualidade, como os oferecidos por nós.

Acreditamos não ter alcançado completamente os benefícios de nosso recente aumento de capacidade instalada em termos de volume de vendas e de nossos resultados operacionais devido ao período de *ramp-up* requerido para uma nova planta de cimento atingir sua capacidade total. Durante 2012, investimos R\$1.171,3 milhões em nossas novas plantas, as quais esperamos que atinjam sua capacidade total dentro de um ano do início de suas operações.

Expansão da nossa presença internacional por meio de aquisições e investimentos

Pretendemos expandir ainda mais nossas operações em todo o mundo por meio de uma plataforma verticalmente integrada e presença em mercados de crescimento acelerado. Ao considerarmos oportunidades de aquisição ou de investimentos na América do Norte, selecionaremos companhias ou ativos com potencial de melhoria dos desempenhos operacionais e financeiros e de criação de sinergias com nossos atuais grupos. Na América do Sul, continuaremos a investir em ativos de primeira linha, em parceria com negócios sólidos estabelecidos nos países. Continuaremos a identificar plataformas de entrada com operações de boa qualidade, bem localizadas e com bom posicionamento no mercado regional, com potencial de evolução para negócios integrados de materiais de construção, à medida que os mercados de construção forem se tornando mais sofisticados com o tempo. Além disso, pretendemos manter a mesma disciplina de crescimento que se mostrou comprovadamente bem-sucedida durante nosso desenvolvimento.

Melhoria contínua da rentabilidade e do desempenho financeiro dos nossos ativos

No Brasil, investimos e pretendemos continuar investindo na melhoria de nossa lucratividade e eficiência de custo por meio de tecnologias avançadas de produção. Esperamos também continuar a utilizar combustíveis alternativos para reduzir ainda mais os custos com energia por meio de investimentos em coprocessamento de energia. Acreditamos que continuaremos mantendo nosso histórico no alcance de eficiência de custo por meio do uso disciplinado de políticas de gestão de custo e alavancagem do nosso *know-how* e conhecimento técnico de liderança no setor.

Na América do Norte, voltaremos nossos esforços para a maximização de benefícios resultantes da expectativa de recuperação do mercado. Além disso, esperamos melhorar ainda mais as taxas de utilização de nossas plantas, considerando-se que um volume maior de vendas diminui os custos fixos por tonelada vendida. Na América do Sul, continuaremos a trabalhar juntamente com nossos parceiros, compartilhando nosso conhecimento do setor para replicar nosso bem-sucedido modelo de gestão.

No âmbito da permuta de ativos da Cimpor em 2012, pretendemos aplicar nosso modelo de gestão e *know-how* no setor de cimentos (como já fizemos e ainda fazemos na América do Norte) aos ativos da Cimpor recentemente adquiridos por nós e por nós operados. Pretendemos aproximar esses novos ativos dos padrões operacionais e de lucratividade similares aos das companhias e plantas de maior eficiência de nosso portfólio. Os planos de recuperação operacional que visam o aumento da lucratividade dessas companhias envolvem, entre outros, o aumento da eficiência operacional a níveis comparáveis aos utilizados nas nossas plantas de cimento mais eficientes. Acreditamos que nossos investimentos serão bem-sucedidos em virtude de nossa estrutura societária enxuta e vasta experiência comercial em diversos mercados distintos.

Alavancagem ainda maior do posicionamento de mercado e redes de distribuição para expandir nossa oferta de produtos e serviços de valor agregado

Ao oferecer os melhores produtos e serviços aos clientes, pretendemos diversificar ainda mais nosso portfólio de produtos por meio do aumento da produção e da venda de agregados, concreto, argamassa e outros materiais básicos de construção. Manteremos a gestão da oferta de produtos como parte de um negócio verticalmente integrado, permitindo assim a captação de uma parcela maior da cadeia de valor do cimento e a oferta de soluções integradas às necessidades dos clientes. Também continuaremos a nos beneficiar de nossa vasta experiência comercial em uma ampla variedade de produtos e mercados.

Estamos bem posicionados para captar um aumento na demanda por concreto, agregados e argamassa no Brasil, e concreto e agregados na América do Norte e América do Sul (exceto o Brasil). Acreditamos ainda que nossa presença e experiência no mercado de concreto nos ajudará a desenvolver um canal de distribuição de cimento na Turquia, Marrocos, Índia, Tunísia e Espanha.

Acreditamos ser a única produtora de materiais básicos de construção que ofereça uma variedade tão grande de produtos no Brasil e pretendemos manter a oferta diversificada de produtos aos clientes. Nossos produtos variam dos cimentos padrão, como o cimento Portland, ao cimento de alta resistência. Além disso, fornecemos produtos especiais de cimento para atender às necessidades dos clientes, inclusive em grandes projetos de infraestrutura, como a usina hidrelétrica de Belo Monte, um projeto no Estado do Pará com custo total divulgado de R\$28,9 bilhões, e as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, projetos de infraestrutura com custo total divulgado de R\$15,1 bilhões e R\$9,5 bilhões, respectivamente, no Estado da Rondônia.

Pretendemos aumentar ainda mais a diversidade de produtos por meio do aumento da oferta de agregados, concreto, argamassa e outros materiais básicos de construção. Também acreditamos que no Brasil existe demanda significativa por produtos de concreto em comparação com outros materiais, principalmente em projetos de infraestrutura, como portos, aeroportos, barragens, projetos de saneamento e segmentos habitacionais subsidiados pelo governo, o que resultará no aumento das vendas de cimento a granel.

Manutenção do enfoque em sustentabilidade e responsabilidade social

Comprometemo-nos a apoiar o desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade significa assegurar a manutenção do negócio e o crescimento de longo prazo e, ao mesmo tempo, priorizar a responsabilidade social e ambiental e resultados condizentes com a criação de valor. As nossas ações são determinadas por três princípios em todos os mercados em que atuamos: crescimento econômico constante, proteção do meio ambiente e respeito às comunidades. Ao obedecer a esses princípios, continuaremos a nos desenvolver como uma companhia de nível internacional e a operar nossos negócios de acordo com valores sustentáveis.

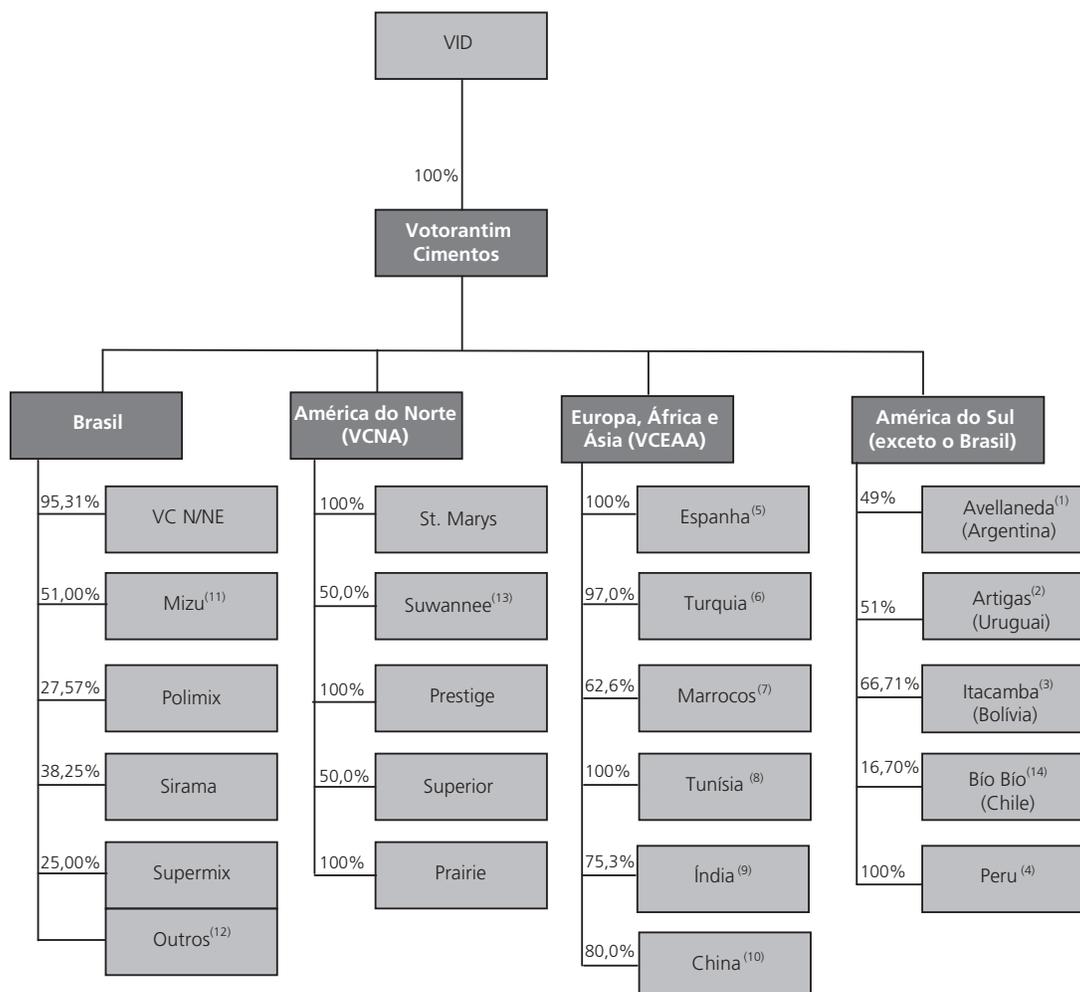
Somos sócios fundadores da CSI e sólidos defensores do uso responsável da energia e proteção climática. Acreditamos ser pioneiros no uso de combustíveis alternativos no Brasil e ser uma das companhias de cimento com os menores índices de emissão de CO₂ do mundo, baseado em nossas estimativas. Além disso, continuaremos a explorar o uso de técnicas ecológicas para reduzir as emissões de CO₂. Nossa estratégia de redução de emissões de CO₂ inclui: (1) investimento em pesquisa e desenvolvimento para reduzir o uso do clínquer e ao mesmo tempo manter, ou melhorar, o desempenho do produto; (2) realização de investimentos em tecnologia para melhoria da eficiência térmica; e (3) otimização dos custos de energia e redução das emissões (kg CO₂/kcal). Calculamos as emissões de CO₂ de todas as nossas plantas e esses valores são auditados anualmente.

Em 2010, lançamos uma iniciativa juntamente com a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a Sociedade Brasileira de Espeleologia. Essa parceria oferece novas oportunidades para: (1) a implantação de medidas de proteção ao ecossistema; (2) o desenvolvimento de políticas e estratégias sobre biodiversidade e áreas cársticas; e (3) a implantação de padrões ambientais mais elevados.

O Instituto Votorantim apoia os negócios do Grupo Votorantim na busca de soluções que contribuam com o relacionamento e o desenvolvimento das comunidades. É responsável pelo direcionamento da atuação social e pela qualificação do investimento social externo. O Instituto, em suas atividades, não só fornece diretrizes e ferramentas para as ações de investimento social como contribui para a gestão e avaliação de impactos sociais. O investimento social externo consolidado de todos os negócios, em todas as suas iniciativas, atingiu o montante de R\$65,9 milhões (crescimento de 11% sobre o total investido em 2011, de R\$59,4 milhões) em 2012, sendo que R\$51,5 milhões referem-se a recursos próprios e R\$14,4 milhões a investimentos incentivados em apoio a políticas públicas. Esse investimento foi direcionado para 204 projetos, que o Instituto Votorantim estima ter beneficiado aproximadamente 1,3 milhão de pessoas. Firmamos acordos com organizações de educação reconhecidas para promover nossa cultura corporativa de proteção ao meio ambiente e fomentar o desenvolvimento econômico e educacional nas comunidades locais.

Estrutura Societária

O organograma abaixo ilustra nossa estrutura societária na data deste Prospecto.



⁽¹⁾ Em 31 de março de 2013, Votorantim Andina S.A., uma subsidiária da VID, também tinha uma participação de 38,39%. Em 3 de abril de 2013, adquirimos a participação indireta da VID na Cimentos Avellaneda S.A., passando a deter 49% de seu capital votante.

⁽²⁾ Em 31 de março de 2013, Votorantim Andina S.A., uma subsidiária da VID, também tinha uma participação de 38,39%. Em 3 de abril de 2013, adquirimos a participação indireta da VID na Cimentos Artigas S.A., passando a deter 51% do seu capital votante.

⁽³⁾ Inclui participação direta de 16,7% pela VCEAA.

⁽⁴⁾ Considerando uma participação de 100% em jazida recentemente adquirida por meio da permuta de ativos da Cimpor em 2012.

⁽⁵⁾ Possuímos ativos na Espanha por meio da (1) Cimentos Cosmos S.A., (2) Cimentos Teide, S.L.U. (formerly known as Cimpor Canarias, S.L.) e (3) Sociedad de Cimentos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A.

⁽⁶⁾ Possuímos ativos na Turquia por meio da Votorantim Çimento Sanayi ve Ticaret A.Ş. (formerly known as Cimpor Yibitas Çimento Sanayi ve Ticaret S.A.).

⁽⁷⁾ Possuímos ativos no Marrocos por meio da Cimentos Asment EAA.

⁽⁸⁾ Possuímos ativos na Tunísia por meio de duas subsidiárias indiretas principais: (1) Societe des Ciments de Jbel Oust – CJO; e (2) TCG – Terminal Cementier Gabes.

⁽⁹⁾ Possuímos ativos na Índia principalmente por meio da Shree Digvijay Cement Company Limited.

⁽¹⁰⁾ Nossos ativos relacionados aos negócios na China são registrados como “mantidos para venda” nas nossas informações contábeis consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Na data deste Prospecto, detemos 80,0% do capital social em circulação da Cimpor Macau Investment Company S.A.

⁽¹¹⁾ Embora tenhamos 51,0% do capital social em circulação da Mizu, não exercemos controle sobre ela em virtude de direitos limitados para influenciar decisões financeiras e operacionais estratégicas. Conseqüentemente, contabilizamos as participações que detemos pelo método de equivalência patrimonial.

⁽¹²⁾ Possuímos também participação na Polimix Cimento Ltda. e na Verona Participações Ltda., duas sociedades brasileiras que atuam no ramo do cimento. Embora tenhamos 51,0% do capital social em circulação desta primeira, não exercemos controle em razão de possuímos direitos limitados para tomar decisões estratégicas, operacionais e financeiras e, portanto, contabilizamos as participações que detemos pelo método de equivalência patrimonial.

⁽¹³⁾ Refere-se a Suwanee, a qual é detida por meio da nossa participação de 100% no capital social da Suwanee Holdings LLC.

⁽¹⁴⁾ Em 31 de março de 2013, possuíamos 15,15% do capital social da Cemento Bio Bio S.A. Em 18 de abril de 2013, adquirimos mais 1,549% de seu capital social em uma operação na Bolsa de Valores de Santiago, passando a deter 16,70% do capital votante desta sociedade.

Informações Adicionais

Nossa sede social está localizada na Praça Professor José Lannes 40, 9º andar, CEP 04571-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O número de nosso telefone geral é (11) 2162-0600 e nossa página na Internet é www.vcimentos.com.br. O número de telefone do nosso Departamento de Relações com os Investidores é (11) 2162-0600. Nenhuma informação em nossa página na Internet é parte integrante deste Prospecto.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

Abaixo estão incluídos apenas os cinco principais fatores de risco que nos afetam. Para maiores informações, ver a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global”, na página 108 deste Prospecto, e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência:

As condições econômicas do Brasil e de outros países onde atuamos podem afetar significativamente de maneira adversa os nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

As condições econômicas dos países onde atuamos podem exercer um impacto significativo e adverso sobre os nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Somos altamente dependentes dos resultados operacionais de nossas operações no Brasil. Em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, as vendas no Brasil representaram 81,3% e 76,8% da nossa receita líquida consolidada. O crescimento real do PIB brasileiro em 2012 foi de 0,9%, de acordo com o IBGE. A recente desaceleração econômica, associada aos efeitos atuais da crise econômica mundial, pode resultar em uma maior volatilidade econômica e financeira e estagnação em termos de crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), impactando negativamente a demanda e a precificação dos nossos produtos e, conseqüentemente, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. As medidas tomadas pelo Governo Federal brasileiro e pelo Banco Central podem não conseguir evitar futuras desacelerações da economia brasileira.

Além disso, dependemos dos resultados operacionais de nossas subsidiárias que operam na América do Norte, *joint ventures* com 50% de participação nos Estados da Flórida e Michigan, nos Estados Unidos da América, das nossas controladas na Bolívia e no Uruguai, bem como dos resultados das sociedades nas quais detemos participações minoritárias na Argentina e Chile. O amplo impacto da crise econômica mundial, inclusive os efeitos prolongados da dívida europeia, provocou desaceleração econômica em alguns desses países, que em alguns casos consistiu em situações econômicas e financeiras domésticas voláteis. Vide “Fatores de Riscos – Com relação aos países estrangeiros – As condições econômicas na América do Norte e em outros mercados em que a Companhia atua podem afetar de maneira adversa seus negócios, situação financeira e resultados operacionais”, do Formulário de Referência. Ainda há um risco significativo de que medidas tomadas pelos governos e bancos centrais de alguns desses países para combater os efeitos da crise econômica mundial não sejam suficientes para evitar futuras desacelerações econômicas. A desaceleração ocorrida no setor de construção civil, altamente correlacionada à situação econômica, foi especialmente grave nos países em que houve grande expansão do mercado imobiliário durante anos de elevados níveis de disponibilidade de crédito (como os Estados Unidos e a Espanha). Quaisquer futuras reduções na disponibilidade de crédito podem afetar significativamente de maneira adversa a demanda por nossos produtos no Brasil, América do Norte e outros mercados onde atuamos, bem como o custo e a disponibilidade das matérias-primas.

Dependemos do desenvolvimento do setor de construção civil no Brasil e estamos expostos ao risco de um desempenho negativo deste mercado.

O consumo de cimento está diretamente ligado à construção civil. Dada a extensão das nossas atividades no Brasil, nossos negócios dependem muito do desenvolvimento do setor de construção civil no Brasil, que está intimamente relacionado à situação econômica geral e às prioridades e recursos financeiros do Governo Federal brasileiro.

Em todo o país, o setor da construção civil é cíclico e depende dos mercados de construção comercial e residencial. Particularmente, a demanda por cimento e outros produtos depende muito da construção residencial no Brasil, principalmente da construção habitacional e de reformas residenciais no segmento de baixa renda. De acordo com o SNIC, em 2012, aproximadamente 48,7% das vendas totais de cimento no Brasil foram realizadas para o mercado de varejo. Uma deterioração da situação econômica brasileira pode reduzir a disponibilidade de financiamento concedido a pessoas que pretendem construir ou reformar a casa e reduzir, de maneira geral, a renda familiar disponível, causando uma diminuição significativa na construção de residências e na demanda por nossos produtos. Políticas públicas relacionadas à habitação e ao crédito habitacional, como o Programa Minha Casa Minha Vida, também afetam a demanda por cimento.

Políticas públicas ligadas a investimentos em projetos de infraestrutura (ex., estradas, portos e ferrovias) e a construção no setor público afetam de maneira significativa a demanda por nossos produtos. No Brasil, espera-se que o governo realize investimentos significativos em infraestrutura nos próximos anos em virtude do Programa de Aceleração do Crescimento (“PAC”), da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, entre outros. Caso tais investimentos não sejam realizados em virtude de fatores macroeconômicos ou outros fatores, atrasem ou criem uma demanda por produtos abaixo do esperado, podemos não ser capazes de obter os resultados operacionais previstos em nosso plano estratégico.

Tendências negativas no setor da construção civil ou em importantes mercados regionais em que atuamos podem ter um efeito significativamente adverso sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.

O nosso nível de endividamento pode afetar significativamente de maneira adversa a nossa capacidade de reagir às mudanças nos negócios, ou nos deixar mais vulnerável em caso de desaceleração dos negócios.

Em 31 de março de 2013, o nosso endividamento consolidado em aberto totalizou R\$12.293,7 milhões, dos quais, 10% e 90% representavam nosso endividamento de curto prazo e de longo prazo, respectivamente. Assumindo que todos os pagamentos de amortização e pagamentos dos nossos empréstimos, financiamentos e debêntures com saldo em aberto em 31 de março de 2013 sejam realizados nas datas programadas de pagamento e com as taxas de juros e de câmbio aplicáveis em 31 de março de 2013, o serviço da dívida total estimado seria de R\$1.734,6 milhões (dos quais R\$931,0 milhões correspondem a principal e R\$803,7 milhões a despesas com juros) no período de um ano, R\$1.213,4 milhões (dos quais R\$411,2 milhões correspondem a principal e R\$802,1 milhões a despesas com juros) entre 1º de abril de 2014 e 31 de março de 2015 e R\$1.216,3 milhões (dos quais R\$405,2 milhões correspondem a principal e R\$811,1 milhões a despesas com juros) entre 1º de abril de 2015 e 31 de março de 2016. Para informações adicionais sobre o nosso endividamento futuro estimado, ver item “10.1.h. – Obrigações contratuais” do Formulário de Referência.

O nosso nível de endividamento e o perfil de dívida podem ter consequências importantes, muitas das quais podem nos afetar significativamente de maneira adversa. Especificamente, o nosso nível de endividamento pode:

- limitar nossa flexibilidade de planejamento ou reação à concorrência e/ou mudanças que venham a ocorrer em nossos negócios ou dentro do setor;
- exigir que utilizemos um montante significativo de nosso fluxo de caixa para o serviço da dívida, reduzindo nossa capacidade de utilizar fluxos de caixa gerados para financiar nosso capital de giro, despesas de capital e outros propósitos gerais;

- limitar a nossa capacidade em obter financiamento em condições favoráveis ou aumentar os custos de financiamento;
- nos deixar em desvantagem competitiva com relação a alguns concorrentes com menor alavancagem;
- aumentar a vulnerabilidade em caso de desacelerações nos negócios; e
- afetar nossa avaliação de crédito e as condições segundo as quais financiamento adicional nos é disponibilizado.

A nossa capacidade de arcar com o serviço da dívida pode exercer um efeito significativamente adverso sobre nossa liquidez, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a concorrência significativa nos mercados em que operamos, o que pode reduzir nossa participação de mercado e lucratividade nas regiões onde atuamos.

Os mercados de cimento, agregados, concreto, argamassas e outros materiais básicos de construção no Brasil, América do Norte e outros mercados onde operamos são extremamente competitivos. Enfrentamos mercados consolidados e concorrência significativa de empresas brasileiras e internacionais. Além disso, podemos vir a sofrer concorrência de produtos importados de concorrentes estrangeiros. A nossa posição competitiva é afetada por preço, logística e custos de produção. No Brasil, os nossos principais concorrentes são: InterCement Brasil S.A. e Cimento Nassau (João Santos). Em nível global, concorreremos com *players* locais e internacionais, como Lafarge S.A., CEMEX S.A.B. de C.V., HeidelbergCement AG e Holcim Ltd. Alguns dos nossos concorrentes globais possuem mais recursos financeiros e de marketing, maior carteira de clientes e maior leque de oferta de produtos que nós. Além disso, alguns desses concorrentes podem conseguir financiamentos em condições mais vantajosas. Se não conseguirmos manter-nos competitivos ou nossos concorrentes forem mais agressivos, poderemos sofrer um efeito significativamente adverso no Brasil e em outros mercados onde operamos.

Estamos sujeitos a algumas investigações no Brasil relacionadas a supostas violações das leis antitruste, bem como outros litígios pendentes que podem afetar significativamente de maneira adversa nosso desempenho e situação financeira.

Nós e outros produtores de cimento estamos sujeitos a investigações em andamento pelas autoridades antitruste brasileiras, principalmente em virtude da escala e da importância de suas operações, além de sua posição de liderança no mercado brasileiro. Por exemplo, em 2003, a Secretaria de Direito Econômico (“SDE”), instaurou um processo administrativo contra as maiores companhias brasileiras de cimento, que também são fabricantes de concreto, incluindo nós. Esse processo refere-se a alegações feitas por alguns fabricantes de concreto de que as grandes companhias de cimento teriam violado a lei antitruste brasileira por, supostamente, se recusarem, de forma concertada, a vender determinados tipos de cimento a companhias fabricantes de concreto. Além disso, em 2006, a SDE instaurou outro processo administrativo contra as maiores fabricantes de cimento do Brasil, inclusive nós. Tal processo refere-se a alegações de práticas anticompetitivas, inclusive a fixação de preços e formação de cartel. Para informações adicionais sobre esses processos, ver item “4.5 – Processos sigilosos relevantes” do Formulário de Referência.

Essas investigações podem resultar em sanções penais para certas pessoas físicas, além de multas administrativas para nós que variam de 1,0% a 30,0% do faturamento bruto da empresa no último exercício anterior à instauração do processo administrativo ou, se a nova lei antitruste brasileira for aplicada, de 0,1% a 20,0% do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração.

Ademais, tanto a antiga lei de defesa da concorrência quanto à nova lei de defesa da concorrência preveem a possibilidade de aplicações de sanções não pecuniárias, a saber: (1) publicação de extrato da decisão condenatória em jornal de grande circulação, o que pode ter um impacto negativo na nossa reputação; (2) proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação na administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como em entidades da administração indireta; (3) inscrição do infrator no Cadastro Nacional da Defesa do Consumidor, (4) recomendações aos órgãos públicos competentes para que seja concedida licença compulsória de direito de propriedade intelectual de titularidade do infrator, quando a infração estiver relacionada ao uso desse direito; (5) recomendações dirigidas aos órgãos públicos competentes para que não seja concedido ao infrator parcelamento de tributos federais por ele devido; (6) recomendações dirigidas aos órgãos públicos competentes para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos; e (7) obrigatoriedade de cisão, transferência de controle societário, venda de ativos ou cessação parcial das nossas atividades, além de qualquer outra medida considerada necessária pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), para eliminar os efeitos prejudiciais à concorrência provocados pela conduta anticoncorrencial. Qualquer dessas decisões e/ou multas podem ter um efeito significativamente adverso sobre a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais.

Nesse mesmo contexto, em 2012, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte ajuizou uma ação civil pública em face de nós e contra outros oito réus, inclusive vários grandes fabricantes brasileiros de cimento, alegando violação da legislação antitruste brasileira em virtude de suposta formação de cartel. Tal ação civil pública exige, entre outros, que: (1) os réus paguem, conjuntamente, uma indenização no valor de R\$5.600 milhões aos autores da ação civil pública por danos morais coletivos; (2) os réus paguem 10,0% do valor total pago pelo cimento ou concreto comprado pelos consumidores das marcas negociadas pelos réus, no período entre 2002 e 2006; e (3) sejam aplicadas aos réus as seguintes sanções de acordo com os artigos 23, inciso I, e 24 da Lei nº 8.884/94: (i) além da aplicação da multa mencionada no item (1) acima, multa variando entre 1,0% e 30,0% do valor do faturamento bruto da empresa no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, a qual nunca poderá ser inferior à vantagem auferida, quando quantificável; e (ii) a proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação tendo por objeto aquisições, alienações, realização de obras e serviços, concessão de serviços públicos, junto à Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, bem como entidades da administração indireta, por prazo não inferior a cinco anos. Considerando-se que o valor total do pedido de indenização por danos morais coletivos dessa ação civil pública é de R\$5.600 milhões, com atribuição de responsabilidade solidária a todos os réus, estimamos que, com base em nossa participação de mercado, nossa parcela desse passivo corresponderia a aproximadamente R\$2.400 milhões. Contudo, não é possível garantir que esse cálculo prevalecerá e que não seremos condenados ao pagamento de algum outro valor, podendo, inclusive, ser maior do que o referido montante de R\$2.400 milhões, ou mesmo ser o valor integral da mencionada indenização por danos morais coletivos. Adicionalmente, não é possível garantir que a Companhia não será condenada ao pagamento de outros valores a título de dano patrimonial individual homogêneo, conforme item (2) acima. Essa ação se baseia nas mesmas alegações sobre os fatos envolvidos nos processos administrativos instaurados pela SDE, em especial no processo administrativo instaurado em 2006. Para informações adicionais sobre esse processo, ver item “4.5 – Processos Sigilosos” do Formulário de Referência.

Também somos parte em um número significativo de processos trabalhistas, cíveis e tributários, alguns dos quais envolvem reivindicações monetárias relevantes. Em 31 de março de 2013, possuíamos diversas contingências, cujo montante considerado como probabilidade de perda provável e possível envolvido totalizava R\$6.279,5 milhões, para as quais estabelecemos provisões no valor de R\$1.249,9 milhões. Na mesma data, também efetuamos depósitos judiciais no valor de R\$553,7 milhões relacionados aos processos com perda provável e R\$207,2 milhões relacionados aos processos com perda possível. Se obtivermos sentenças desfavoráveis em um ou mais desses processos podemos ser obrigados a pagar valores significativos, e, consequentemente, seremos afetados de maneira adversa. Não estabelecemos provisões para alguns desses processos, ou estabelecemos provisão para uma parcela do valor da causa, com base na avaliação de nossos advogados. Um desfecho desfavorável em controvérsias pendentes pode nos afetar significativamente de maneira adversa. Para maiores informações sobre os processos judiciais e administrativos nos envolvendo, ver item “4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes” do Formulário de Referência.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Votorantim Cimentos S.A.
Sede	Localizada na Praça Professor José Lannes 40, 9º andar, CEP 04571-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Prazo de Duração	Indeterminado.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na Praça Professor José Lannes 40, 9º andar, CEP 04571-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Lorival Nogueira Luz Junior. O telefone da nossa Diretoria de Relações com Investidores é (11) 2162-0600 e o seu endereço eletrônico é ri@vcimentos.com.br .
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Código de Negociação das Units na BM&FBOVESPA	Na data de publicação do Anúncio de Início, as Units, as ações ordinárias de nossa emissão e as ações preferenciais de nossa emissão passarão a ser negociadas na BM&FBOVESPA no segmento de Nível 2 sob os códigos "VEBM11", "VEBM3" e "VEBM4", respectivamente.
Jornais nos Quais Usualmente Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal "Diário do Comércio".
Website	www.vcimentos.com.br . As informações constantes no site da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Quaisquer informações ou esclarecimentos adicionais sobre nós e a Oferta Global poderão ser obtidos junto: (i) à Companhia, na nossa sede social; (ii) aos Coordenadores da Oferta Global, nos endereços indicados neste Prospecto ou nos seus respectivos <i>websites</i> ; (iii) à BM&FBOVESPA, em seu <i>website</i> : www.bmfbovespa.com.br ; ou (iv) à CVM, na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou em seu <i>website</i> : www.cvm.gov.br .

**IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS ADMINISTRADORES,
DOS COORDENADORES DA OFERTA GLOBAL, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES
E DOS AUDITORES**

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre nós e sobre a Oferta Global poderão ser obtidos nos seguintes endereços e páginas da Internet.

Companhia

Votorantim Cimentos S.A.

Diretoria de Relações com Investidores
At.: Sr. Lorival Nogueira Luz Junior
Praça Professor José Lannes 40, 9º andar
04571-100 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 2162-0600
Fac-símile: (11) 2162-0670
www.vcimentos.com.br

Acionista Vendedor

Votorantim Industrial S.A.

At.: Sr. João Carvalho de Miranda
Rua Amauri 255, 13º andar, conjunto A
01448-000 São Paulo, SP, RJ, Brasil
Telefone: (11) 3704-3508
Fac-símile: (11) 3079-9345
www.votorantim.com.br/ri

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

At.: Sra. Renata Dominguez
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 4º andar
04538-132 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3708-8000
Fac-símile: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br/itaubba-pt/

A pessoa acima é o responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400.

Coordenadores da Oferta Global

Banco BTG Pactual S.A.

At.: Sr. Fabio Nazari
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3477, 14º andar
04538-133 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3383-2000
Fac-símile: (11) 3383-2001
www.btgpactual.com

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

At.: Sr. Marcelo Millen
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr. 700, 10º andar
01451-000 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3701-6800
Fac-símile: (11) 3701-6912
www.credit-suisse.com/br/

Banco J.P. Morgan S.A.

At.: Sr. Daniel Darahem
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3729, 13º andar ao 15º andar
04538-905 São Paulo, SP
Telefone: (11) 4950-3700
Fac-símile: (11) 4950-3760
www.jpmorgan.com

Banco Morgan Stanley S.A.

At.: Sr. Marcelo Porto
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3600, 6º andar e 7º andar (parte)
04538-132 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3048-6000
Fac-símile: (11) 3048-6099
www.morganstanley.com.br

Coordenadores**Banco Votorantim S.A.**

At.: Sr. Alberto Kiraly
Avenida das Nações Unidas 14171, torre A, 18º andar
04794-000 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 5171-1714
Fac-símile: (11) 5171-2656
<http://www.bancovotorantim.com.br>

BB–Banco de Investimento S.A.

At.: Sr. Marcelo de Souza Sobreira
Rua Senador Dantas 105, 36º andar
20031-923 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Telefone: (21) 3808-3625
Fac-símile: (21) 2262-3862
www.bb.com.br

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

At.: Sr. João Paulo Torres
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 18º andar
04538-132 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 2188-4000
Fac-símile: (11) 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br

Banco Bradesco BBI S.A.

At.: Sr. Glenn Mallett
Avenida Paulista 1450, 8º andar
01310-917 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 2178-4800
Fac-símile: (11) 2178-4880
www.bradescobbi.com.br

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

At.: Sr. Joel Roberto
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3.900, 14º andar
04538-132 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 2113-5188
Fac-símile: (11) 2113-5120
<http://www.db.com/brazil>

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr. 700, 17º andar
04542-000 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3371-0700
Fac-símile: (11) 3371-0704
www.goldmansachs.com/brazil

HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

At.: Sr. Matias Santa Cruz
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3064
01451-000 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3847-9730
Fac-símile: (11) 3847-9856
www.hsbc.com.br

Consultores Jurídicos

Consultores Jurídicos da Companhia e do Acionista Vendedor para o Direito Brasileiro

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados

At.: Sra. Eliana Ambrósio Chimenti
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3144, 11º andar
01451-000 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3150-7000
Fac-símile: (11) 3150-7071
www.machadomeyer.com.br

Consultores Jurídicos da Companhia e do Acionista Vendedor para o Direito dos Estados Unidos

White & Case

At.: Sr. Donald Baker
Avenida Brigadeiro Faria Lima 2277, 4º andar
01452-000 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3147-5600
Fac-símile: (11) 3147-5611
www.whitecase.com

Consultores Jurídicos dos Coordenadores da Oferta Global para o Direito Brasileiro

Pinheiro Guimarães – Advogados

At.: Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães/Sra. Ivie Moura Alves
Avenida Paulista 1842, 24º andar
01310-923 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 4501-5000
Fac-símile: (11) 4501-5025
www.pinheiroguimaraes.com.br

Consultores Jurídicos dos Coordenadores da Oferta Global para o Direito dos Estados Unidos

Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP

At.: Sr. Richard S. Aldrich, Jr.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3311, 7º andar
04538-133 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3708-1820
Fac-símile: (11) 3708-1845
www.skadden.com

Auditores Independentes

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

At.: Sr. Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
05001-903 São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 3674-3850
Fac-símile: (11) 3674-2049
www.pwc.com.br

Declarações de Veracidade das Informações

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2012, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos de R\$233 bilhões e lucro líquido de R\$2,328 milhões.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e tesouraria da América Latina.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts*, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, tendo recebido o prêmio de casa de *research* Brasil pela Institutional Investor em 2010, 2011 e 2012.

Em 2012, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$6,9 bilhões. O banco fechou o ano de 2012 em segundo lugar em número de ofertas de acordo com os prospectos das ofertas. No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2012, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R\$23,5 bilhões. De acordo com o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2012 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 29,5%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários.

De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2012, o Itaú BBA ficou em primeiro lugar, com 69 transações.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Hong Kong, Santiago, Lima, Medellín e Bogotá.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2012 pelo número de operações, participando de um total de mais de 150 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros *rankings* desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 e em 2011 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam seis vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005 e 2007 a 2008) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor).

No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead *settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce.

E até o momento no ano de 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar e BB Seguridade e do *follow-on* de Multiplan, BHG e Abril Educação.

Como assessor financeiro em fusões e aquisições, o BTG Pactual também apresentou forte atuação ficando em primeiro lugar no *ranking* de fusões e aquisições em 2010 e 2011, de acordo com a Thomson Reuters, conforme informações em 31 de dezembro em 2010 e 31 de dezembro de 2011. O BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações de fusões e aquisições em 2010, como a fusão da TAM com a LAN, joint-venture entre Cosan e Shell, consolidação da participação detida pela Petrobras em Braskem e Quattor e venda de participação minoritária no Teuto para a Pfizer; em 2011, também participou de importantes transações, tais como aquisição do controle da Usiminas pela Ternium, assessor dos controladores da Schincariol na venda do controle para a Kirin, fusão da Vanguarda com a Brasil Ecodiesel e venda da WTorre Properties para a BR Properties. Em 2012, o BTG Pactual assessorou seus clientes em importantes transações, tais como parceria da MPX com a E.ON, aquisição do controle da Comgás pela Cosan, aquisição dos ativos da OHL Brasil pela Abertis e consolidação do controle da EcoRodovias pela CR Almeida.

Credit Suisse

Fundado em 1856, a estratégia do Credit Suisse é atuar no mercado com uma estrutura de negócios integrada e centrada no cliente. O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: Private Banking, Investment Banking e Asset Management. O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender às necessidades de seus clientes.

O Credit Suisse está presente em mais de 50 países com mais de 46 mil empregados de aproximadamente 100 diferentes nacionalidades. As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e na forma de ADS (CS) em Nova York (NYSE). Os ratings de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's Aa2, Standard & Poor's A-, Fitch Ratings A. Em 1998, o Banco de Investimentos Garantia S.A. foi adquirido pelo Credit Suisse First Boston. Em 16 de janeiro de 2006, as operações globais do Credit Suisse foram unificadas sob uma mesma marca, e a razão social do CSFB passou a ser Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

A solidez do Banco no Brasil é refletida na classificação de crédito de AAA (bra) em Moeda Nacional – Longo Prazo, atribuída em fevereiro de 2012 pela Fitch Ratings, agência independente de classificação de risco. O Credit Suisse atua no Brasil com operações de crédito, emissão de ações e títulos, abertura de capital (IPO), fusões e aquisições de empresas (M&A), corretagem, tesouraria, *private banking* e administração de recursos de terceiros.

O objetivo do Credit Suisse é ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil. Em 1º de novembro de 2007, o Credit Suisse concretizou sua associação com a Hedging-Griffo, adquirindo participação majoritária na referida empresa. Essa associação foi um passo importante para consolidar a estratégia do Credit Suisse de prover soluções integradas, solidificando sua posição entre os grandes bancos do País. Na área de Investment Banking, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, colocações primárias e secundárias de ações e instrumentos de dívida, mantendo a liderança consolidada nessa área no Brasil:

- Líder no *ranking* de emissão de ações do Brasil de 2005 a 2007 de acordo com Securities Data Co.;
- Líder no *ranking* de oferta pública inicial (IPO) do Brasil de 2007 a 2008 e 2010, de acordo com Securities Data Co.; e
- Líder no *ranking* de fusões e aquisições do Brasil de 2007 a 2009, de acordo com Securities Data Co.

O Credit Suisse foi eleito "Latin America Equity House of the Year" em 2011 e Banco do ano (2009) pela International Financing Review. Em 2010, o Credit Suisse foi reconhecido como o "Melhor Banco Global", "Melhor Banco de Investimentos para Mercados Emergentes", "Melhor Banco de Investimentos da América Latina", "Melhor M&A House da América Latina" e "Melhor M&A House do Brasil", pela revista Euromoney.

Além disso, foi eleito "Best Investment Bank in Latin America" (Revista LatinFinance, fevereiro de 2008) pelo quarto ano consecutivo e "Best M&A house" (2008). Também foi eleito em 2008 o melhor banco de investimentos dos últimos 20 anos pela Revista Latin Finance. O banco também desempenhou papel de liderança em duas transações às quais a revista se referiu como as "Melhores Operações" das últimas duas décadas. São elas a aquisição da Inco pela Companhia Vale do Rio Doce por US\$19,2 bilhões em 2006 financiada pela oferta de títulos internacionais da Companhia Vale do Rio Doce de US\$3,75 bilhões em duas tranches e por uma oferta local em Reais, ambas lideradas pelo Credit Suisse e a abertura de capital (IPO) da BM&FBOVESPA em 2007, no valor de US\$3,2 bilhões. Recentemente, José Olympio Pereira foi eleito o "Melhor Banqueiro" dos últimos 20 anos por sua dedicação no atendimento aos clientes, seu compromisso de longo prazo e incentivo à inovação nos mercados de capitais da América Latina.

A Corretora de Valores do Credit Suisse é a maior do Brasil em termos de volume negociado. Segundo a CBLC, de janeiro a setembro de 2012, negociamos R\$252 bilhões, o equivalente a 9,2% do volume negociado na BM&FBOVESPA. Ainda, somos o maior formador de mercado do país, tanto em volume financeiro negociado, como em número de negócios. Somos atualmente formadores de mercado de 22 ações de companhias de vários setores, incluindo pequenas, médias e grandes, listadas no IBX-50, IBX-100 e no Ibovespa, além de 7 ETFs e diversas séries de opções de 9 ações da BM&FBOVESPA. Nosso volume negociado foi de cerca de R\$55 bilhões em 2011, com uma média de participação de 22% do volume e 42% do número de negócios dessas ações.

Além disso, no que tange a responsabilidade cultural e social, ao longo de 2008, 2009, 2010 e 2011, o Credit Suisse e suas subsidiárias direcionaram e continuarão direcionando recursos para projetos culturais e sociais. Destacam-se, entre os projetos e instituições apoiados, a Osesp (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), a OSB (Orquestra Sinfônica Brasileira), o MAM (Museu de Arte Moderna) de São Paulo, a Sociedade Cultura Artística e a TUCCA (Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer). O suporte a essas iniciativas apoia-se na convicção de que o Credit Suisse deve participar de ações que contribuam tanto para o retorno a seus acionistas, clientes e empregados quanto para o desenvolvimento cultural e social do Brasil.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 1960. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco com operações de atacado e investimentos. No início de 2004, a holding J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., fator que não só aumentou a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos da América, mas fortaleceu a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de *investment banking* oferece assessoria em finanças corporativas com relação a fusões e aquisições, reestruturações corporativas, emissão de títulos de dívida no mercado internacional, emissão de ações e gerenciamento de riscos financeiros, entre outros; a área de *local markets, sales & trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais; a área de equities disponibiliza serviços de corretora, *market-maker*, subscrições e operações com derivativos e de *american depositary receipts*; a área de *private bank* assessora investimentos a pessoa física de alta renda; a área de *treasury and securities services* oferece serviços de pagamento e recebimento, liquidação e administração de investimentos; e a área de *worldwide securities services* oferece serviços de custódia a investidores não residentes.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US\$2,0 trilhões, em 31 de dezembro de 2009, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co na internet.

Em 2008, o J.P. Morgan foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan é o líder mundial desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa posição de liderança do J.P. Morgan está refletida nas premiações obtidas, as quais totalizam um recorde de oito prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca, durante a longa história da premiação, um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "Best Equity House in Latin America". Essa premiação reflete a posição do J.P. Morgan na liderança da maior parte das mais relevantes transações da região como as ofertas da Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury e Banco do Brasil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 2008 e 2011, US\$954 bilhões em ações em 1.198 transações, 12% a mais que o segundo colocado, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores). Em 2008, o J.P. Morgan recebeu também o prêmio "Best M&A House in Latin America" e, em 2009, o prêmio "Best Investment Bank in Latin America", ambos concedidos pela LatinFinance.

Os constantes investimentos realizados pelo J.P. Morgan em sua equipe de *equity research* renderam à instituição o prêmio “#1 Equity Research Team in Latin America” em 2009, 2010 e 2011, concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan recebeu os prêmios “Bank of the Year”, “Equity House of the Year”, “Bond House of the Year”, “Derivatives House of the Year”, “Loan House of the Year”, “Securitization House of the Year”, “Leveraged Loan House of the Year”, “Leveraged Finance House of the Year”, “High-Yield Bond House of the Year”, “Financial Bond House of the Year”, “Latin America Bond House of the Year” – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio “Most Influential Companies” na categoria Investment Bank, concedido pela BusinessWeek, e o prêmio “Best Investment Bank” da revista Global Finance. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan como “Best Equity Bank” e “Best Debt Bank” baseado em pesquisa realizada com clientes globais.

Em 2011, o J.P. Morgan recebeu os prêmios “Best Investment Bank in Latin America”, concedido pela Latin Finance, e “Best M&A House in Mexico”, “Best M&A House in Chile”, “Best Debt House in Brazil” e “Best Investment Bank in Chile”, concedidos pela Euromoney. Estes prêmios foram um reconhecimento da participação do J.P. Morgan em diversas das mais relevantes transações de 2011, como as ofertas de Arcos Dorados, OGX, Petrobras, Grupo Sura, Cemex, e America Movil. Em 2012, o J.P. Morgan foi novamente premiado como “Best Investment Bank in Latin America”, assim como “Best M&A House.”, ambos pela Latin Finance.

Morgan Stanley

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de *sales & trading* e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem prime.

Em 1986, abriu seu capital na New York Stock Exchange – NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co. Em 2008, tornou-se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma *joint venture* com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities*, que engloba as atividades de *investment banking* (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, *real estate* e *project finance*); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e *commodities*; (ii) *global wealth management group*, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management*, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de *hedge*, fundos de fundos e *merchant banking*, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de Dezembro de 2012, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US\$62.1 bilhões e ativos totais no valor de US\$780,9 bilhões.

Na área de *investment banking*, o Morgan Stanley participou de inúmeras operações no Brasil e América Latina.

No mercado de emissão de ações, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no *ranking* de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral em 2011 e 2012, de acordo com a Bloomberg. O Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global. Em 2011, o Morgan Stanley foi eleito pela revista International Financing Review (IFR) como “Equity House of the Year”, “North America Equity House of the Year” e “Equity Derivatives House of the Year”. Recentemente, o Morgan Stanley também foi eleito pela revista IFR como “Americas Equity House of the Year” em 2010 e 2009; “Structured Equity House of the Year” em 2010 e “EMEA Structured Equity House of the Year” em 2009.

O Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em três operações de destaque em 2010 e 2011 selecionadas pela IFR: (i) oferta inicial de ações de US\$1,4 bilhões da Arcos Dorados, selecionada como “Latin America Equity Issue of the Year” em 2011, na qual o Morgan Stanley participou como *joint bookrunner* e agente estabilizador; (ii) oferta de ações de US\$70 bilhões da Petrobras, selecionada como “Latin America Equity Issue of the Year” em 2010, na qual o Morgan Stanley também participou como coordenador global e agente estabilizador, e (iii) oferta inicial de ações do Agricultural Bank of China, no valor de US\$22,1 bilhões, selecionada como “Global IPO of the Year” e “Asia-Pacific Equity Issue of the Year” em 2010, na qual o banco atuou como *joint bookrunner*.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem no Brasil. A Morgan Stanley Corretora foi a primeira maior corretora em valor total negociado de janeiro a dezembro de 2012 de acordo com o Bloomberg, com um *market share* de 20,9%.

Coordenadores

Banco Votorantim S.A.

Fundado em 1988 como uma distribuidora de valores mobiliários, o Banco Votorantim S.A., que passou a operar como banco múltiplo a partir de 1991, é hoje o terceiro maior banco privado brasileiro em total de ativos e sétimo maior em se considerando todas as instituições de capital público e misto, com R\$112 bilhões de ativos no terceiro trimestre de 2012.

O portfólio de negócios do Banco Votorantim é bastante amplo, com atuação focada em cinco grandes segmentos: Corporate & Investment Banking, BV Empresas, Wealth Management, Financiamento de Veículos e Outros Negócios, sendo os dois últimos estruturados para operações de varejo. As atividades do segmento de atacado do Banco Votorantim têm por objetivo estabelecer um relacionamento ágil e de longo prazo com os clientes, ofertar soluções financeiras integradas (por exemplo, Crédito, Produtos Estruturados, Investment Banking, Derivativos e Distribuição) e proporcionar, principalmente para as empresas do segmento BV Empresas, qualidade de crescimento com foco em agilidade operacional. O segmento de atacado do Banco Votorantim conta com uma Carteira de Crédito ampliada de aproximadamente R\$41,7 bilhões, no terceiro trimestre de 2012.

Em 2009, foi firmada parceria estratégica entre o Grupo Votorantim e o Banco do Brasil, na qual o Banco do Brasil passou a deter 49,99% do capital votante e 50,00% do capital social total do Banco. A parceria foi, e tem sido, importante para fortalecer os segmentos de atuação do Banco. Baseada em fortes sinergias e visão de longo prazo, a parceria favorece a expansão dos negócios e contribui para que o Coordenador seja uma instituição ainda mais forte e competitiva. Ambos os acionistas possuem grau de investimento pelas três principais agências internacionais de rating – Fitch, Moody’s e S&P.

Para apoiar suas operações e trazer capilaridade estratégica, o Banco Votorantim possui sede em São Paulo e filiais nas principais cidades do país, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul, entre outras, além de subsidiária e agência em Nassau (Bahamas) e corretoras em Nova York e Londres.

A área de Investment Banking do Banco Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores nas áreas de mercado de capitais (renda variável e renda fixa) e de fusões e aquisições (M&A), contando com o apoio da Votorantim Corretora e suas equipes especializadas de Equity e Debt Sales, Research e Equity Trading.

O segmento de Mercado de Capitais do Banco Votorantim conta com uma equipe com vasta experiência em transações de mercado, trabalhando sempre para melhor atender as necessidades de seus clientes, oferecendo desde serviços para estruturação de ofertas públicas iniciais e subseqüentes de ações e ofertas públicas para aquisição e permuta de ações até assessoria a clientes na captação de recursos no mercado local e internacional através de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*.

A área de renda variável do Banco Votorantim, desde 2010, participou de importantes ofertas, como os *Follow-ons* de Petrobras, Banco do Brasil, JBS, Kroton, Direcional, Tecnisa e Gafisa e nos IPOs de Julio Simões, OSX, Brazil Pharma e Locamerica. A área de renda variável do Banco Votorantim ocupa, segundo ranking divulgado pela ANBIMA no ano de 2012, a 9ª colocação no ranking doméstico de renda variável por número de operações. Em 2013, o Banco Votorantim atuou como *joint bookrunner* no IPO da BB Seguridade e como coordenador líder no IPO da Senior Solution no segmento de acesso da BM&FBovespa para pequenas e médias empresas, o Bovespa Mais.

A área de renda fixa do Banco Votorantim ocupa, segundo ranking divulgado pela ANBIMA no ano de 2012, a 1ª e a 3ª colocação nos rankings domésticos de CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) e CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários) respectivamente, a 6ª colocação no ranking doméstico de distribuição de securitização e a 7ª colocação no ranking doméstico de distribuição consolidado.

Além dos serviços acima descritos, a área de Investment Banking do Banco Votorantim possui uma equipe focada em operações de fusões e aquisições (M&A) para oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, reestruturações societárias e emissões de laudos de avaliação/fairness opinions, tendo participado nos últimos anos de transações relevantes nos mais diversos segmentos econômicos, tais como: geração de energia elétrica, açúcar e álcool, infraestrutura logística, reflorestamento, produção de cosméticos, dentre outros.

BB–Banco de Investimento S.A.

Com mais de 200 anos de história, o Banco do Brasil S.A. é um banco múltiplo com presença significativa em todos os estados brasileiros, além de desenvolver atividades em importantes centros financeiros mundiais.

Seu foco é realizar negócios orientados à geração de resultados sustentáveis e desempenho compatível com suas lideranças de mercado. Como agente de políticas públicas, o Banco do Brasil S.A. apoia o agronegócio, as micro e pequenas empresas e o comércio exterior brasileiros, tanto por meio da execução de programas federais como pelo desenvolvimento de soluções que buscam simplificar as operações e serviços que atendem esses segmentos da economia.

No ano de 2012, o Banco do Brasil S.A. registrou mais de 37,4 milhões de contas correntes atendidos por uma rede de 64 mil pontos de atendimento incluindo a rede compartilhada e 44,4 mil terminais de autoatendimento (TAA) próprios, com envolvimento de mais de 114,2 mil funcionários. Para oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo, o Banco do Brasil S.A. segmenta seus clientes em três grandes mercados: Varejo, Atacado e Setor Público.

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil S.A. criou o BB Investimentos, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento.

O BB Investimentos mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. Em 2011, o BB Investimentos atuou como coordenador do IPO do Magazine Luiza, da emissão de Debêntures Obrigatoriamente Conversíveis em Ações do Minerva S.A. e como coordenador contratado das ofertas públicas de Tecnisa, Autometal, QGEP Participações e Qualicorp. Em 2012, atuou como coordenador do IPO de Locamérica e do Banco BTG Pactual e do *follow on* de Fibria, Taesa, Suzano e Marfrig, além de ter sido coordenador líder do ETF Ishares Índice Carbono Eficiente Brasil. No acumulado de 2012, o BB Investimentos ficou em primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Originação de Renda Variável por número de Ofertas e no terceiro em tal ranking por valor. Em 2013, atuou como coordenador do IPO da Sênior Solution, Biosev e Smiles e como coordenador líder no IPO da BB Seguridade.

Em 2011, o BB Investimentos liderou 13 emissões de notas promissórias, no valor de R\$4.135 milhões e 19 emissões de debêntures, no valor de R\$7.017 milhões. Também participou de 5 emissões de notas promissórias, no valor de R\$1.110 milhões e de 20 emissões de debêntures, no valor de R\$3.517 milhões. No acumulado de 2011, o BB Investimentos ficou em segundo lugar no ranking ANBIMA de Originação, por valor, de Renda Fixa Consolidado com o valor de R\$16.990 milhões originados e 19,7% de participação de mercado.

Em 2012, o BB Investimentos liderou a primeira emissão de Notas Promissórias da Linha Amarela S.A., no valor de R\$180 milhões, a terceira emissão de Notas Promissórias da Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A., no valor de R\$275 milhões, a sexta emissão de Debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor de R\$500 milhões, a sexta emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, no valor de R\$400 milhões, a primeira emissão de Debêntures da WTorre Arenas Empreendimentos Imobiliários, no valor de R\$60 milhões, a quarta emissão de debêntures da JHSF, no valor de R\$350 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da CSN, no valor de R\$800 milhões, a primeira emissão de notas promissórias do Magazine Luiza, no valor de R\$100 milhões, a primeira emissão de debêntures da Redecard, no valor de R\$1.500 milhões, a sexta emissão de debêntures da MRV, no valor de R\$500 milhões, a primeira emissão de debêntures da Pague Menos, no valor de R\$260 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da CCR S.A., no valor de R\$400 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Taesa, no valor de R\$905 milhões, a primeira emissão de debêntures da CCRR Participações S.A., no valor de R\$45 milhões, a primeira emissão de debêntures da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A., no valor de R\$50 milhões, a primeira emissão de debêntures da Nova Casa Bahia S.A., no valor de R\$400 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Cemig Distribuição S.A., no valor de R\$640 milhões, a segunda emissão de debêntures da CTEEP Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R\$700 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Atlântica I Parque Eólico S.A., no valor de R\$58 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Atlântica II Parque Eólico S.A., no valor de R\$58 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Atlântica IV Parque Eólico S.A., no valor de R\$58 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Atlântica V Parque Eólico S.A., no valor de R\$58 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da SPE Bio Alvorada S.A., no valor de R\$45 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da SPE Bio Coopcana S.A., no valor de R\$45 milhões, a segunda emissão de debêntures das Rodovias Integradas do Oeste S.A., no valor de R\$400 milhões e a primeira emissão de debêntures da Diamond Business Trading S.A., no valor de R\$100 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Colônia, no valor de R\$23,28 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Taíba Andorinha, no valor de R\$18,1 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Icará I, no valor de R\$33,62 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Icará II, no valor de R\$46,55 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Central Geradora Eólica Taíba Águia, no valor de R\$28,45 milhões, a quarta emissão de debêntures da Rede D'or São Luiz S.A., no valor de R\$800 milhões, a terceira emissão de debêntures da Telefônica Brasil S.A., no valor de R\$2.000 milhões, a sexta emissão de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no valor de R\$650 milhões e a sexta emissão de debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor de R\$1.565 milhões. Participou da quarta emissão de Debêntures da Votorantim Cimentos S.A., no valor de R\$1.000 milhões, da primeira emissão de Debêntures da AGV Logística S.A. no valor de R\$120 milhões, da nona emissão de Debêntures da Brasil Telecom, no valor de R\$2.000 milhões, da primeira emissão de letras financeiras do Banco Pine, no valor de R\$500 milhões, da primeira emissão de debêntures de N.S.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R\$128 milhões, da sexta emissão de debêntures da BNDESPAR, no valor de R\$2.000 milhões, da segunda emissão de debêntures da Intercement, no valor de R\$1.500 milhões, da décima primeira emissão de debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R\$1.200 milhões, da quarta emissão de notas promissórias da Via Rondon, no valor de R\$287 milhões, da quinta emissão de debêntures da OAS, no valor de R\$300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A., da primeira emissão de debêntures da CPFL Energias Renováveis, no valor de R\$430 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300 milhões, da sexta emissão de debêntures da Eucatex S.A. Indústria e Comércio, no valor de R\$75 milhões, da segunda emissão de debêntures da Restoque Comércio e Confecção de Roupas S.A., no valor de R\$200 milhões, da primeira emissão de debêntures da LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., no valor

de R\$80 milhões, da segunda emissão de debêntures da Galvão Participações S.A., no valor de R\$300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Comil Ônibus S.A., no valor de R\$110 milhões e da primeira emissão de debêntures da EDP-Energias do Brasil S.A., no valor de R\$450 milhões, da quarta emissão de debêntures da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., no valor de R\$1.100 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$350 milhões, da primeira emissão de debêntures da BR Towers SPE1 S.A., no valor de R\$251 milhões, da sexta emissão de debêntures da Localiza Rent a Car S.A., no valor de R\$300 milhões, da primeira emissão de debêntures da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, no valor de R\$700 milhões, da quinta emissão de debêntures da Votorantim Cimentos S.A., no valor de R\$1.200 milhões, da primeira emissão de debêntures da Blue Bird Participações S.A., no valor de R\$100 milhões, da primeira emissão de debêntures da KARSTEN S.A., no valor de R\$158,5 milhões, da décima emissão de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., no valor de R\$750 milhões, da segunda emissão de debêntures da BR Properties S.A., no valor de R\$500 milhões, da sétima emissão de debêntures da Lojas Americanas S.A., no valor de R\$650 milhões, da terceira emissão de debêntures da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor de R\$350 milhões e da segunda emissão de debêntures da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., no valor de R\$750 milhões.

Em 2011, o BB Investimentos liderou duas emissões de cotas de FIDC, no valor total de R\$584,5 milhões, uma emissão de Fundo de Investimento Imobiliário no valor total de R\$159 milhões e em duas operações de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor total de R\$272,6 milhões. Atuou também como Coordenador em mais duas operações de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários no valor de R\$152,4 milhões e em outras três emissões de cotas de FIDC no valor de R\$408 milhões, totalizando R\$1.576 milhões, dentre elas os FIDC Cobra e o FIDC CEDAE, o Fundo de Investimento Imobiliário BB Renda Corporativa e o CRI da MRV Engenharia. Em 2012, o BB Investimentos liderou três emissões de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), o BB Renda de Papéis no valor de R\$102 milhões, o Renda de Escritórios no valor de R\$74 milhões e o BB Progressivo II no valor de R\$1.591 milhões, a maior Oferta da história da indústria de FIIs, duplicando a quantidade de cotistas desse produto na BM&FBovespa. Liderou também, três emissões de CRI, uma para a Cyrela no valor de R\$300 milhões, uma para a ANC Administração de Bens no valor de R\$45 milhões e um CRI de carteira própria BB para o FGTS. Atuou ainda, como coordenador no FIDC Insumos Básicos, cujo valor total é R\$500 milhões e para o FIDC Gávea, cujo valor é R\$850 milhões.

O BB Investimentos conta ainda com uma equipe dedicada para assessoria e estruturação de operações de fusões e aquisições e reestruturações societárias. No mercado de fusões e aquisições, o BB Investimentos participou, em 2011, de 2 operações que somaram R\$349 milhões. Em 2012, participou de 6 operações que somaram R\$2.541 milhões.

No mercado de capitais internacional, em 2011, o Banco do Brasil S.A., por meio de suas corretoras externas BB Securities Ltd (Londres) e Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), atuou em 17 das 61 operações de captação externa realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, das quais 13 na condição de lead-manager e 4 como co-manager. Do total de aproximadamente US\$37,61 bilhões emitidos em 2011, o Banco do Brasil S.A. participou em cerca de US\$13,29 bilhões. Adicionalmente, o Banco do Brasil S.A. atuou em 2 operações de emissores estrangeiros como co-manager, que totalizaram US\$2 bilhões e EUR 750 milhões.

Ao final do quarto trimestre de 2012, das 68 emissões externas realizadas por empresas, bancos e governo brasileiro, o Banco do Brasil S.A. atuou em 28 operações. No período, do total de cerca de US\$50,3 bilhões emitidos, o Banco do Brasil S.A. participou em aproximadamente US\$28,97 bilhões. Além disso, o Banco do Brasil S.A. atuou como co-manager em 7 operações de emissores estrangeiros, que totalizaram US\$8,87 bilhões.

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que acreditamos ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado BofA Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do BofA Merrill Lynch, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, *bonds* e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

Banco Bradesco BBI S.A.

Banco de Investimento do Bradesco, o Bradesco BBI é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o "*Best Investment Bank 2012 in Brazil*" pela Global Finance Magazine, tendo assessorado, no ano de 2012, 174 transações de Investment Banking, com volume de aproximadamente R\$155,3 bilhões.

O Bradesco BBI obteve os seguintes destaques em 2012:

- Em ofertas de renda variável, o Bradesco BBI encerra o ano de 2012 marcando presença em *IPOs* e *Follow-ons* que foram a mercado. Considerando as ofertas públicas registradas na CVM em 2012, participou como Coordenador e *Joint Bookrunner* em seis ofertas de destaque: *Follow-on* da Qualicorp com valor de R\$759 milhões; IPO do Banco BTG Pactual, maior oferta pública inicial de ações do Brasil em 2012 e uma das maiores do mundo, conforme dados da Bloomberg, no valor de R\$3,2 bilhões; Coordenador e *Joint Bookrunner* do *Follow-on* da BR Pharma, no valor de R\$553 milhões; Coordenador e *Joint Bookrunner* do *Follow-on* da Suzano Celulose e Papel, no valor de R\$1,5 bilhão; Equatorial Energia, no valor de R\$1,4 bilhão e Marfrig Alimentos, no valor de R\$1,05 bilhão.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o ano de 2012, com grande destaque em Renda Fixa. No exercício de 2012 coordenou 107 operações no Mercado Doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$46,8 bilhões. O Bradesco BBI também ocupa posição de destaque em Securitizações, segundo o Ranking ANBIMA. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado no ano como *Joint Bookrunner* em quatorze emissões de *Bonds* que ultrapassaram o montante de US\$12 bilhões. Em *Project Finance*, o Bradesco BBI é o atual líder do ranking ANBIMA na categoria Estruturador de Financiamento de Projetos, considerando as operações de curto e longo prazos. No ano de 2012, o Bradesco BBI esteve envolvido em assessoria e estruturação financeira em mais de 30 projetos que totalizaram cerca de R\$60 bilhões em investimentos, concluindo transações nos setores de geração de energia, transmissão de energia, complexos portuários, mineração, logística, além de petróleo e gás.
- No exercício de 2012, em fusões e aquisições, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil, conforme divulgado pela ANBIMA, atuando em operações de grande relevância para o mercado, com mais de R\$55,6 bilhões em transações anunciadas no período. Dentre as transações anunciadas no ano de 2012, destacamos: Assessoria à GM na aquisição das operações europeias, latino-americanas e chinesas da Ally Financial; Assessoria ao Grupo Rede e aos seus acionistas na venda para a CPFL Energia e para a Equatorial; Assessoria à Alpargatas na aquisição de uma participação na Osklen; Assessoria ao Carlyle na aquisição da Tok&Stock; Venda da Celpa; OPA de fechamento de capital da Marisol; venda da Usina Passos para Olam Int'l; venda do controle da Multiner para o Grupo Bolognesi; aquisição da Comgás pela Cosan; aquisição de 50% da Tecondi pela Aba Participações; venda de 100% da Tecondi para Ecorodovias; aquisição de ativos de transmissão de energia da Cemig pela TAESA; aquisição da Salfer pela Máquina de Vendas; aquisição da Cimpor pela Camargo Correa; Aquisição da Pargim Empreendimentos e Participações S.A. pela Aliansce Shopping; Assessoria à LAN no fechamento de capital da TAM na BM&FBovespa; Assessoria à MPX Energia S.A. na venda de parte de seu capital à E-on; Assessoria à JBS no *spin-off* e listagem da Vigor na BM&FBovespa e aquisição da Ri Happy pelo Carlyle Group.
- Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país, conforme dados da Bloomberg, e está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento, que atende a mais de 25,7 milhões de correntistas, alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, sendo destaque em prêmios de TI do ano de 2012, como (i) vencedor na categoria "Bancos" da 3ª edição do prêmio "*Security Leaders 2012*", premiação promovida pela revista Risk Report e pela consultoria IDC, (ii) vencedor na categoria "Melhorias em Eficiência Energética" do prêmio "*Datacenter Dynamics Awards 2012*". Clientes e usuários têm à disposição 68,9 mil pontos de atendimento, destacando-se 4,6 mil agências. No ano de 2012, o lucro líquido foi de R\$11,5 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R\$879,0 bilhões e R\$70,0 bilhões, respectivamente.

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Sobre a atuação do Deutsche Bank

Há mais de 100 anos no País, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteiras comercial e de investimento. Atua na estruturação de operações de fusões e aquisições e de mercado de capitais, tanto de renda fixa como variável, além de operações de tesouraria e financiamento ao comércio exterior, serviços de créditos documentários, cash management, custódia e de corretora de valores. O banco visa ser o principal fornecedor global de soluções financeiras para os clientes, criando valor excepcional para seus acionistas, colaboradores, pessoas e comunidades em que atua. Com sede em São Paulo e filial no Rio de Janeiro, o Deutsche Bank conta com quase 500 colaboradores que agregam a expertise e abrangência globais do Deutsche Bank aos serviços oferecidos no País, atendendo grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras e investidores locais e estrangeiros.

As classificações de risco de crédito do Deutsche Bank, dadas pela Fitch Ratings, são: Rating Nacional de Longo Prazo “AAA(bra)”, com perspectiva estável e Rating Nacional de Curto Prazo “F1+(bra)” e derivam do suporte do Deutsche Bank AG, controlador integral da subsidiária brasileira.

Sobre a atuação do Deutsche Bank globalmente

O Deutsche Bank é subsidiária do Deutsche Bank, banco de investimento de liderança global, de acordo com Greenwich Associates, Coalition Development, Euromoney e Bloomberg. Presente em mais de 70 países, com mais de 100.000 colaboradores em todo o mundo, o Deutsche Bank acredita ser um dos líderes de mercado na Alemanha e na Europa e com atuação crescente na América do Norte, na Ásia e nos principais mercados emergentes. O Deutsche Bank foi fundado em Berlim, em 1870.

As ações de emissão do Deutsche Bank são negociadas na Bolsa de Valores de Frankfurt (Deutsche Börse) desde 1880 e na forma de Global Registered Shares (GRS) na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) desde 2001. As classificações atuais de risco de crédito de longo prazo do Deutsche Bank são A2 pela Moody's Investors Service, A+ pela Standard & Poor's e A+ pela Fitch Ratings.

A plataforma de negócios do Deutsche Bank envolve quatro grandes áreas:

Corporate Banking and Securities (CB&S): compreende a área de mercado de capitais, que abrange a originação e comercialização de produtos financeiros, incluindo dívida, ações e outros títulos, e a área de finanças corporativas, que engloba a assessoria financeira a instituições, tanto do setor público (Estados soberanos e organismos supranacionais) como do setor privado, incluindo desde empresas de médio porte até grandes corporações multinacionais.

Global Transaction Banking (GTB): oferece produtos e serviços financeiros, tanto para empresas como instituições financeiras ao redor o mundo, incluindo pagamentos nacionais e internacionais, cash management, mitigação de riscos e trade finance internacional, bem como custódia, depósito e serviços relacionados.

Asset & Wealth Management (AWM): com mais de 940 bilhões de ativos investidos sob gestão em 31 de dezembro de 2012, a AWM acredita ser uma das maiores gestoras de investimento. Essa divisão é subdividida em duas áreas: Gestão de Recursos (Asset Management) e Gestão de Riqueza Privada (Private Wealth Management). Enquanto a gestão de riqueza privada atende as necessidades financeiras de pessoas e famílias ricas de todo o mundo, a gestão de recursos fornece soluções de investimento a investidores individuais e institucionais em todo o mundo.

Private & Business Clients: oferece uma ampla gama de serviços financeiros, incluindo contas correntes, depósitos, empréstimos, gestão de investimentos e fundos de pensão, tanto para pessoas físicas quanto para investidores institucionais, além da prestação de serviços financeiros para pequenas e médias empresas.

Em particular, na área de Investment Banking, o Deutsche Bank possui amplo conhecimento e comprovada experiência em operações de fusões e aquisições, emissão de ações e de instrumentos de dívida, conforme demonstram as posições do banco em rankings diversos:

- Terceiro lugar no ranking global de IPOs no ano de 2012 segundo a Bloomberg, tendo coordenado emissões no montante de US\$7,4 bilhões e terceiro lugar no ranking global de IPOs no ano de 2011, tendo coordenado emissões no montante de US\$9,2 bilhões.
- Terceiro lugar no ranking global de emissões de *bonds* internacionais no ano de 2012 de acordo com a Bloomberg, tendo coordenado emissões que atingiram US\$237,2 bilhões e segundo lugar no ranking global de emissões de *bonds* internacionais no ano de 2011, tendo coordenado emissões que atingiram US\$239,0 bilhões.

- Sétimo lugar no ranking global de fusões e aquisições anunciadas no ano de 2012 de acordo com a Bloomberg, tendo assessorado clientes em transações que somaram US\$369,9 bilhões e oitavo lugar no ranking global de fusões e aquisições anunciadas no ano de 2011, tendo assessorado clientes em transações que somaram US\$524,3 bilhões.
- Em 2012 o Deutsche Bank foi eleito pela International Financing Review (IFR), pela primeira vez, Equity House of the Year e, pela sexta ocasião, Bond House of the Year. Foi eleito também, pela segunda vez, Best Global Investment Bank, pela Euromoney. O Banco recebeu ainda, os títulos de Best Domestic Trade Finance Provider no Brasil e nos Estados Unidos de acordo com a Euromoney Trade Finance 2012 Survey e, pelo oitavo ano consecutivo, ficou em primeiro na Euromoney FX Poll Survey. Também foi eleito “Credit Derivatives House of the Year”, “Hedge Fund Derivatives House of the Year e Interest Rate Derivatives House of the Year” pela Risk Awards 2012.
- Em 2011 o Deutsche Bank foi eleito Best Global Bank pela Euromoney, Bond House of the Year pela IFR e Derivatives House of the Year pela Risk Magazine, na mesma época foi também considerado como o “Banco de Investimento Mais Inovador do Ano” pela revista The Banker e “Melhor Fornecedor de Análises de Research para Mercados Emergentes e Mercado de Emissão de Bonds”, pela revista Institutional Investor. Por sua atuação na América Latina, o Deutsche Bank foi eleito Best Debt House Latin America, Best Risk Advisor Latin America, Best EM Credit Trading – Latam Issuers, Best for Bonds in Euros e Best Arranger of Hybrid Bonds pela Euromoney. No Brasil o banco foi eleito, pelo segundo ano consecutivo, o melhor prestador de serviços de custódia para investidores domésticos segundo a pesquisa Agent Banks Survey in Emerging Markets 2011, da revista Global Custodian.
- Em 2010 o Deutsche Bank recebeu os prêmios de Best Investment Global Bank pela Euromoney Magazine e Bank of the Year pela revista IFR. Ainda pela Euromoney, conquistou duas categorias relevantes na América Latina em 2010 – Best Risk Management House e Best FX House. Foi também premiado pela IFR como Latin America Bond House. No mesmo ano foi reconhecido como Domestic Top Rated no Brasil, pela Emerging Markets Survey.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

O Goldman Sachs é uma instituição financeira global com atuação em fusões e aquisições, coordenação de oferta de ações, serviços de investimento, investimentos de carteira própria e análise de empresas, prestando em todo o mundo uma ampla gama de serviços a empresas, instituições financeiras, governos e indivíduos de patrimônio pessoal elevado.

Fundado em 1869, o Goldman Sachs tem sua sede global em Nova York, com escritórios também em Londres, Frankfurt, Tóquio, Hong Kong e outros importantes centros financeiros.

O Goldman Sachs tem três atividades principais:

- Banco de investimentos: ampla gama de serviços de assessoria financeira e participação em ofertas de valores mobiliários, atendendo grupo de clientes que inclui empresas, instituições financeiras, fundos de investimento, governos e indivíduos;
- *Trading* e investimentos com recursos próprios: intermediação de operações financeiras tendo como contraparte empresas, instituições financeiras, fundos de investimentos, governos e indivíduos. Além disso, o Goldman Sachs investe seus recursos, diretamente, em renda fixa e produtos de renda variável, câmbio, commodities e derivativos de tais produtos, bem como realiza investimentos diretamente em empresas e por meio de fundos que são captados e geridos pelo banco;

- *Investment Management*: assessoria e serviços de planejamento financeiro, bem como produtos de investimentos (por meio de contas e produtos geridos separadamente, tais como fundos de investimentos) em todas as classes de ativos para investidores institucionais e indivíduos no mundo inteiro, provendo também serviços de prime brokerage, financiamento e empréstimo de ativos para clientes institucionais, incluindo hedge funds, fundos de investimento abertos, fundos de pensão e fundações, e para indivíduos de patrimônio pessoal elevado.

Goldman Sachs tem representação em São Paulo desde meados da década de 90 e, recentemente, ampliou suas operações locais por meio da estruturação de um banco múltiplo e uma corretora de títulos e valores mobiliários. Atualmente, a plataforma brasileira inclui atividades de carteira de banco de investimento, operações com recursos próprios, nas áreas de renda variável, renda fixa, câmbio e commodities, serviços de private banking, dentre outros. Atualmente, aproximadamente 300 pessoas trabalham no escritório de São Paulo.

Em particular, na área de banco de investimentos, o Goldman Sachs acredita que tem vasto conhecimento local e experiência comprovada em fusões e aquisições, emissão de ações e instrumentos de dívida. Goldman Sachs tem desempenhado importante papel em ofertas realizadas no mercado brasileiro, tais como a coordenação da oferta pública inicial de ações da BM&FBOVESPA em 2007 (R\$6,7 bilhões), da Visanet em 2009 (R\$8,4 bilhões), da Qualicorp S.A. em 2011 (R\$1,1 bilhão), do BTG Pactual em 2012 (R\$3,2 bilhões), do *follow-on* da TAESA (R\$1,8 bilhão) e do *follow-on* da Equatorial (R\$1,4 bilhão) também em 2012, além do *follow-on* da BHG (R\$329 milhões) e do IPO da Alupar (R\$851 milhões) no ano de 2013, valores constantes dos prospectos divulgados no site da CVM.

HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

O HSBC é controlado indiretamente pela HSBC Holdings PLC. Fundada em 1865 e sediada em Londres, a HSBC Holdings PLC é uma das maiores organizações de serviços financeiros e bancários do mundo, em termos de ativos e capitalização de mercado, de acordo com a Bloomberg. A rede internacional do Grupo HSBC é composta por 8.500 escritórios em 86 países e territórios na Europa, Ásia-Pacífico, Américas, Oriente Médio e África.

O Grupo HSBC emprega aproximadamente 315 mil colaboradores e atende mais de 100 milhões de clientes ao redor do mundo. Com ações cotadas nas Bolsas de Londres, Hong Kong, Nova Iorque, Paris e Bermuda, a HSBC Holdings PLC possui mais de 200 mil acionistas em cerca de cem países e territórios.

Por meio de uma rede global, interligada por tecnologia de ponta, o HSBC oferece a seus clientes uma ampla gama de serviços financeiros: Banco de Varejo, Banco Comercial, Investment Banking; Private Banking; Trade Services; Cash Management; Tesouraria e Mercado de Capitais; Seguros e Previdência; Empréstimos e Financiamentos; Fundos de Pensão e Investimentos e outros.

Na área de Investment Banking, o Grupo HSBC atuou como bookrunner em mais de 150 ofertas de ações desde 2010, intermediando a captação de cerca de US\$201 bilhões, conforme dados da DEALOGIC. Nos últimos 12 meses, o Grupo HSBC liderou mais de 55 Ofertas nos EUA, Europa, Oriente Médio e Ásia, intermediando a captação de cerca de US\$40 bilhões, conforme dados da DEALOGIC. O Grupo HSBC ganhou diversos prêmios no setor nos últimos anos, entre eles:

- Melhor Banco em Mercados Emergentes – Revista The Euromoney, 2012;
- Melhor Research Econômico Global – Revista The Euromoney, 2012;
- Melhor Banco de Research Asiático – Revista The Asiamoney, 2012;
- Melhor Banco de Ações no Oriente Médio – Revista The Euromoney, 2012;
- Melhor Banco de Dívida em América Latina – Revista The Euromoney, 2012;

- Melhor Banco de Dívida em Mercados Emergentes – Revista The Euromoney, 2012;
- Melhor Banco Global – Revista The Banker, 2011;
- Melhor Banco Global de Wealth Management House – Revista The Euromoney, 2010;
- Melhor Banco de Investimentos no Oriente Médio – Revista The Euromoney, 2010;
- Empresa mais ética do mundo – Covalence Ethical Ranking, 2009;
- Um dos 3 melhores Private Banks do mundo – Revista Euromoney, 2009; e
- Premiações em fundos de Investimentos – Exame, Valor Investe e Isto É Dinheiro – 2008, 2009, 2010, 2011.

A carteira atual do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo é de aproximadamente 5,4 milhões de clientes pessoa física e 358 mil clientes pessoa jurídica. O banco está presente em 562 municípios brasileiros, com 867 agências, 390 postos de atendimento bancários, 1.059 postos de atendimento eletrônicos e 2.522 ambientes de auto-atendimento, com 5.284 caixas automáticos.

Em Dezembro de 2012, o HSBC apresentou lucro antes dos impostos de R\$1,4 bilhão e uma posição de R\$56,1 bilhões em empréstimos concedidos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA GLOBAL

- Sumário da Oferta Global
- Informações Sobre a Oferta Global
- Operações Vinculadas à Oferta Global
- Fatores de Risco Relativos à Oferta Global
- Destinação dos Recursos
- Capitalização
- Diluição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA OFERTA GLOBAL

Este sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Units. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta Global e às Units”, nas páginas 25 e 108, respectivamente, deste Prospecto, nas seções 4 e 5 do Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto, para melhor compreensão de nossas atividades e da Oferta Global, antes de tomar a decisão de investir nas Units.

Segue abaixo um resumo dos termos da Oferta Global:

Companhia	Votorantim Cimentos S.A.
Acionista Vendedor	Votorantim Industrial S.A.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Agente Estabilizador	Banco Morgan Stanley S.A.
Coordenadores da Oferta Global	Banco BTG Pactual S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco J.P. Morgan S.A. e Banco Morgan Stanley S.A.
Coordenadores da Oferta Internacional	O Banco BTG Pactual S.A. – Cayman Branch, o Credit Suisse Securities (USA) LLC, o Itau BBA USA Securities, Inc., o J.P. Morgan Securities LLC e o Morgan Stanley & Co. LLC.
Instituições Participantes da Oferta Brasileira	Os Coordenadores da Oferta Global, os Coordenadores e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	O BTG Pactual US Capital LLC, o Credit Suisse Securities (USA) LLC, o Itau BBA USA Securities, Inc., o J.P. Morgan Securities LLC e o Morgan Stanley & Co. LLC. e determinadas instituições a serem eventualmente contratadas, em conjunto.
Coordenadores	O Banco Votorantim S.A., o BB–Banco de Investimento S.A., o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., o Banco Bradesco BBI S.A., o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. e o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.
Oferta Brasileira	Oferta pública de distribuição primária e secundária das Units no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Units no exterior, nos Estados Unidos da América, exclusivamente para Investidores Estrangeiros.
Oferta Global	Oferta Brasileira e Oferta Internacional, em conjunto.

Oferta Internacional	Oferta pública de distribuição primária e secundária das Units no exterior, sob a forma de <i>ADSs</i> , representados por <i>ADRs</i> , cada <i>ADS</i> representativo de duas Units, em oferta registrada na SEC ao amparo do Securities Act, pelos Coordenadores da Oferta Internacional, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição da Oferta Internacional.
Oferta Primária	Oferta pública das Units da Oferta Primária.
Oferta Secundária	Oferta pública das Units da Oferta Secundária.
Units	Certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de nossa emissão, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta Global.
Units da Oferta Primária	285.714.286 Units, objeto da Oferta Primária.
Units da Oferta Secundária	114.285.714 Units, objeto da Oferta Secundária.
Units do Lote Suplementar	Até 60.000.000 Units, inclusive sob a forma de <i>ADSs</i> , no âmbito da Oferta Primária, equivalentes a até 15% das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units Adicionais), que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, conforme a Opção de Lote Suplementar, poderão ser acrescidas à Oferta Global, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas.
Units Adicionais	Até 80.000.000 Units, inclusive sob a forma de <i>ADSs</i> , no âmbito da Oferta Primária e Secundária, equivalentes a até 20% das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar), que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início, poderão, a critério da Companhia e do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta Global, ser acrescidas à Oferta Global, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas.
Preço por Unit	No contexto da Oferta Global, estima-se que o Preço por Unit estará situado entre R\$16,00 e R\$19,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Procedimento da Oferta Brasileira – Oferta Varejo”, inciso I, na página 73 deste Prospecto. O preço de subscrição/aquisição por Unit no âmbito da Oferta Global, será fixado após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta Global no Brasil e pelos Coordenadores da Oferta Internacional no exterior, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Valor Total da Oferta Global	R\$7.000.000.000,00 (com base no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit e sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Units Adicionais), sendo R\$5.000.000.005,00 decorrentes da Oferta Primária e R\$1.999.999.995,00 decorrentes da Oferta Secundária.
Público Alvo da Oferta Brasileira	Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo, e Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Units por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
Oferta de Varejo	<p>No contexto da Oferta Global, o montante de, no mínimo, 10%, o montante de, no máximo, 20% das Units, das Units do Lote Suplementar e das Units Adicionais, em todos os casos em que sejam objeto da Oferta Brasileira e desde que haja demanda, será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizem Pedido de Reserva.</p> <p>Do total das Units destinadas para a Oferta de Varejo, até 2% das Units, das Units do Lote Suplementar e das Units Adicionais serão destinadas a atender os Colaboradores que se declararem como tais no respectivo Pedido de Reserva, que terão prioridade sobre os demais Investidores Não Institucionais para a subscrição ou aquisição de Units em todos os casos que sejam objeto da Oferta Brasileira.</p> <p>Ainda, havendo demanda, no mínimo 10% da Oferta Global será alocado aos investidores não institucionais no Brasil e no exterior no âmbito da Oferta Global.</p>
Período de Reserva	Será concedido aos Investidores Não Institucionais o período entre 7 de junho de 2013, inclusive, e 18 de junho de 2013, inclusive, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.
Data de Reserva para Pessoas Vinculadas	Será concedido aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (incluindo Colaboradores que sejam Pessoas Vinculadas) o dia 7 de junho de 2013, data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, controladores ou administradores das instituições intermediárias e da emissora ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta Global – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.", na página 109 deste Prospecto.

Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas

Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), será vedada a colocação de Units aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (incluindo Colaboradores que sejam Pessoas Vinculadas), sendo os Pedidos de Reserva devidamente realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (incluindo Colaboradores que sejam Pessoas Vinculadas) automaticamente cancelados. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos, tendo as Units como referência contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Oferta Institucional

No contexto da Oferta Brasileira, as Units destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais, juntamente com as demais Units objeto da Oferta Global, serão destinadas aos Investidores Institucionais.

Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% das Units inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), será vedada a colocação de Units aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Units representativas de Units como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.”, na página 109 deste Prospecto.**

Data de Liquidação

A data de liquidação física e financeira das Units (sem considerar as Units do Lote Suplementar, mas incluindo as Units Adicionais), que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação, que será de até dois dias úteis contados da publicação do Anúncio de Início, prevista para ocorrer em 24 de junho de 2013. Para maiores informações, veja a Seção “Cronograma Estimado da Oferta Brasileira”, na página 72 deste Prospecto.

Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar

Data da liquidação física e financeira das Units do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil após a respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar. Para maiores informações, veja a Seção “Cronograma Estimado da Oferta Brasileira”, na página 72 deste Prospecto.

Garantia Firme de Liquidação

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta Global realizarão a colocação das Units (sem considerar as Units do Lote Suplementar), em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição da Oferta Internacional – Garantia Firme de Liquidação” na página 79 deste Prospecto. Após a publicação do Anúncio de Início, cópia do Contrato de Distribuição poderá ser obtida com os Coordenadores da Oferta Global nos endereços indicados na seção “Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta Global, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores”, na página 30 deste Prospecto.

Se, ao final do Período de Colocação, as Units (sem considerar as Units do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, cada um dos Coordenadores da Oferta Global, de forma individual e não solidária, liquidará, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Unit, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta Global, conforme indicado na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição da Oferta Internacional – Garantia Firme de Liquidação” na página 79 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Units indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Units efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Global.

Tal garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedido o nosso registro de emissor de valores mobiliários pela CVM, concedidos os registros da Oferta Brasileira pela CVM, celebrado o Contrato de Distribuição, realizada a publicação do Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Adicionalmente à garantia firme prestada nos termos acima, os Coordenadores prestarão garantia firme de liquidação nos termos dos respectivos instrumentos de adesão ao Contrato de Distribuição.

Estabilização do Preço de Units O Agente Estabilizador, por meio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço das Units, no âmbito da Oferta Brasileira, pelo prazo de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, por meio de operações de compra e venda de Units, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que será previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005. Após tais aprovações, cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida com o Agente Estabilizador, no endereço indicado na seção “Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta Global, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores”, na página 30 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Estabilização, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Units, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Adicionalmente, será constituído um mecanismo para estabilização do preço das ADSs representativas de Units ofertadas no contexto da Oferta Internacional, pelo qual o Morgan Stanley & Co. LLC poderá realizar operações para estabilizar o preço das ADSs no exterior, incluindo vendas de ADSs a descoberto, observadas as regras e a regulamentação vigentes nas respectivas jurisdições internacionais. Tais atividades de estabilização podem ter o efeito de impedir ou retardar uma queda de preço das Units ou ADSs.

As atividades de estabilização do preço das Units e ADSs eventualmente realizadas serão exercidas a exclusivo critério do Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, no contexto da Oferta Brasileira, e do Morgan Stanley & Co. LLC, no contexto da Oferta Internacional.

A atividade de estabilização a ser realizada no exterior será realizada nos termos previstos e observando as limitações no âmbito dos documentos relativos à Oferta Internacional.

Direitos, Vantagens e Restrições das Units

As Units conferirão aos seus titulares os direitos e as vantagens e estarão sujeitas às restrições das ações ordinárias e das ações preferenciais de emissão da Companhia representadas pelas Units, conforme aplicável, inclusive as decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 e do Estatuto Social da Companhia, dentre os quais: (i) direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito de alienação das ações representadas pelas Units nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço); (iv) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir da Data de Liquidação e da Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar, conforme o caso; (v) direito de alienação das ações representadas pelas Units em oferta pública de cancelamento de registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações de emissão da Companhia no Nível 2, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente; (vi) no caso de liquidação da Companhia, direito aos pagamentos relativos ao remanescente do capital social, na proporção da sua participação no capital social; (vii) prioridade das ações preferenciais no reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial, em caso de liquidação da Companhia; e (viii) todos os demais direitos e prerrogativas previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 e no Estatuto Social da Companhia.

As Units não poderão ser canceladas para recebimento das ações representadas pelas Units pelo prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, com exceção do desmembramento, pelo Acionista Vendedor, das Units que lhe forem restituídas pelo Agente Estabilizador ao final das atividades de estabilização.

Tag Along

As Units conferirão aos seus subscritores ou adquirentes o direito de alienação das ações representadas pelas Units nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço).

**Restrições a Negociações com
Units de Nossa Emissão
(Lock-up)**

Durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, a Companhia, o Acionista Vendedor, e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta Global e dos Coordenadores da Oferta Internacional, e observadas determinadas outras exceções previstas nos respectivos *Lock-up Agreements*, estarão obrigados a, entre outras restrições previstas nos respectivos *Lock-up Agreements*, com relação a quaisquer das Units, ADSs ou ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de emissão da Companhia, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do *Securities Act* ou da legislação brasileira. Adicionalmente, nos termos do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, os acionistas controladores da Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta Global. Após esse período inicial de seis meses, os acionistas controladores da Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta Global.

Free Float

Após a conclusão da Oferta Global, sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais, estimamos que 7,28% das ações ordinárias e 100,00% das ações preferenciais de nossa emissão, representando 19,06% da totalidade das ações de nossa emissão, estarão em circulação.

Teremos um período de três anos a partir da data de início da negociação das nossas Units na BM&FBOVESPA para cumprir a exigência constante do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 de percentual mínimo de ações em circulação no mercado equivalente a, pelo menos, 25% do total de ações de nossa emissão. Esse prazo poderá ser prorrogado pela BM&FBOVESPA, a seu exclusivo critério e diante de circunstâncias de mercado que assim o justifiquem, por período não superior a dois anos, mediante nossa solicitação formal devidamente fundamentada, a ser apresentada com, no mínimo, seis meses de antecedência do final do prazo inicial concedido.

Conselho Fiscal

Nos termos do nosso Estatuto Social, nosso Conselho Fiscal, de caráter não permanente, somente será instalado quando da solicitação dos acionistas na forma da Lei das Sociedades por Ações, e será composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

Resolução de Conflitos por Meio de Arbitragem

Nos termos do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, os membros do nosso Conselho de Administração, os membros da nossa Diretoria e os membros do nosso Conselho Fiscal obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Inadequação da Oferta Global a Certos Investidores

Não há inadequação específica da Oferta Global a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Units apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global” na página 108 deste Prospecto).

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária e da Oferta Global, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, foi aprovada (i) pelos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 5 de abril de 2013, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 16 de abril de 2013 e será publicada no DOESP e no jornal “Diário do Comércio”; e (ii) pelo conselho de administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de maio de 2013, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Diário do Comércio”. O Conselho de Administração da Companhia, previamente à concessão dos registros da Oferta Brasileira pela CVM, em reunião cuja ata será publicada no jornal “Diário do Comércio” na data de publicação do Anúncio de Início da Oferta Brasileira e será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP, aprovará a emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais a serem representadas pelas Units, dentro do limite do capital autorizado, e o Preço por Unit, a ser calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária (conforme definido abaixo) foi aprovada pelos acionistas do Acionista Vendedor, em assembleia geral extraordinária realizada em 4 de abril de 2013, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico”. A diretoria do Acionista Vendedor, previamente à concessão dos registros da Oferta Brasileira pela CVM, em reunião cuja ata será publicada no jornal “Valor Econômico” na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP, aprovará o Preço por Unit, a ser aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

Admissão à Negociação e Listagem

As Units serão admitidas à negociação no Nível 2, disciplinado pelo Regulamento de Governança Corporativa Nível 2. Na data de publicação do Anúncio de Início, as Units, as ações ordinárias de nossa emissão e as ações preferenciais de nossa emissão passarão a ser negociadas na BM&FBOVESPA no segmento de Nível 2 sob os códigos “VEBM11”, “VEBM3” e “VEBM4”, respectivamente.

Exceto pelo registro da Oferta Brasileira pela CVM e pelo registro da Oferta Internacional na SEC, nós, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Global não pretendemos realizar nenhum registro da Oferta Global, das Units ou das ações ordinárias e ações preferenciais por elas representadas em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Instituição Escrituradora

Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (11) 3003.9285.

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta Global obtidos por nós com a Oferta Primária, equivalentes a R\$4.854.099.470,38 (com base no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit e sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), serão utilizados da seguinte forma: (i) R\$2.184.344.761,67, ou 45% dos recursos líquidos da Oferta Primária, para dar continuidade à nossa estratégia de expansão orgânica e diversificação de nosso portfólio de produtos no Brasil, bem como para potenciais aquisições de sociedades de materiais básicos de construção ou ativos fora do Brasil; (ii) R\$1.941.639.788,15, ou 40% dos recursos líquidos da Oferta Primária, para reforço de capital de giro; e (iii) R\$728.114.920,56, ou 15% dos recursos líquidos da Oferta Primária para investimentos estratégicos para posterior melhoramento da eficiência de nossas operações. Para informações adicionais, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 114 deste Prospecto.

Intersyndicate Agreement

Os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores da Oferta Internacional celebrarão o *Intersyndicate Agreement*, regulando a realocação de Units e ADRs entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta Global.

Fatores de Risco

Para uma descrição dos fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Units, ver seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global”, que se iniciam nas páginas 25 e 108, respectivamente, deste Prospecto, e seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações

Nossa declaração, a declaração do Acionista Vendedor e a declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, estão anexas a este Prospecto.

Informações Adicionais

Para informações adicionais sobre a Oferta Global, ver seção “Informações Sobre a Oferta Global”, na página 65 deste Prospecto. Nós, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder solicitamos o registro da Oferta Brasileira em 8 de abril de 2013, estando a Oferta Brasileira sujeita à prévia aprovação pela CVM. Mais informações sobre a Oferta Brasileira poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta Brasileira nos respectivos endereços indicados na seção “Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta Global, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores”, na página 30 deste Prospecto.

O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta Global e às Units”, na página 25 deste Prospecto, nas seções 4 e 5 do Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto, para melhor compreensão de nossas atividades e da Oferta Global, antes de tomar a decisão de investir nas Units.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA GLOBAL

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R\$2.746.024.209,57, totalmente subscrito e integralizado, representado por 5.437.500.000 ações, sendo 5.437.499.900 ações ordinárias e 100 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nosso capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$12.000.000.000,00 independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de Units, ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

Nos termos do artigo 15, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas. Na data deste Prospecto e, após a conclusão da Oferta Global, a composição de nosso capital social atenderá o disposto em referido dispositivo legal.

Na data deste Prospecto, a composição do nosso capital social é a seguinte:

Espécie e Classe	Capital Social Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	%
Ordinárias	5.437.499.900	99,99
Preferenciais.....	100	0,01
Total	5.437.500.000	100

Após a conclusão da Oferta Global, a composição do nosso capital social será a seguinte, sem considerar as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais:

Espécie e Classe	Capital Social Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	%
Ordinárias	5.494.642.858	87,3
Preferenciais.....	800.000.000	12,7
Total	6.294.642.858	100

Após a conclusão da Oferta Global, a composição do nosso capital social será a seguinte, considerando as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais:

Espécie e Classe	Capital Social Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	%
Ordinárias	5.554.642.858	85,8
Preferenciais.....	920.000.000	14,2
Total	6.474.642.858	100

Após a conclusão da Oferta Global, a composição do nosso capital social será a seguinte, sem considerar as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais:

Espécie e Classe	Capital Social Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	%
Ordinárias	5.506.071.429	85,2
Preferenciais.....	960.000.000	14,8
Total	6.466.071.429	100

Após a conclusão da Oferta Global, a composição do nosso capital social será a seguinte, considerando as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais:

Espécie e Classe	Capital Social Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	%
Ordinárias	5.566.071.429	83,7
Preferenciais.....	1.080.000.000	16,3
Total	6.646.071.429	100

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias e/ou preferenciais de nossa emissão, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta Global, sem considerar as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais.

Acionistas ⁽¹⁾	Na Data Deste Prospecto						Após a Oferta Global					
	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)
Votorantim Industrial S.A.....	5.437.499.899	100,0	100	100,0	5.437.499.999	100,0	5.094.642.857	92,7	-	-	5.094.642.857	80,9
Votorantim Participações S.A.	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Outros.....	-	-	-	-	-	-	400.000.000	7,3	800.000.000	100,0	1.200.000.000	19,1
Total.....	5.437.499.900	100,0	100	100,0	5.437.500.000	100,0	5.494.642.858	100,0	800.000.000	100,0	6.294.642.858	100,0

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

Após a conclusão da Oferta Global, sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais, estimamos que 7,3% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais de nossa emissão, representando 19,1% da totalidade das ações de nossa emissão, estarão em circulação.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias e/ou preferenciais de nossa emissão, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta Global, considerando as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais.

Acionistas ⁽¹⁾	Na Data Deste Prospecto						Após a Oferta Global					
	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)
Votorantim Industrial S.A.....	5.437.499.899	100,0	100	100,0	5.437.499.999	100,0	5.094.642.857	91,7	-	-	5.094.642.857	78,7
Votorantim Participações S.A.	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Outros.....	-	-	-	-	-	-	460.000.000	8,3	920.000.000	100,0	1.380.000.000	21,3
Total.....	5.437.499.900	100,0	100	100,0	5.437.500.000	100,0	5.554.642.858	100,0	920.000.000	100,0	6.474.642.858	100,0

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

Após a conclusão da Oferta Global, considerando as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais, estimamos que 8,3% das ações ordinárias, 100% das ações preferenciais de nossa emissão e 21,3% da totalidade das ações de nossa emissão estarão em circulação.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias e/ou preferenciais de nossa emissão, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta Global, sem considerar as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais.

Acionistas ⁽¹⁾	Na Data Deste Prospecto						Após a Oferta Global					
	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)
Votorantim Industrial S.A.....	5.437.499.899	100,0	100	100,0	5.437.499.999	100,0	5.026.071.428	91,3	-	-	5.026.071.428	77,7
Votorantim Participações S.A.	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Outros.....	-	-	-	-	-	-	480.000.000	8,7	960.000.000	100,0	1.440.000.000	22,3
Total.....	5.437.499.900	100,0	100	100,0	5.437.500.000	100,0	5.506.071.429	100,0	960.000.000	100,0	6.466.071.429	100,0

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

Após a conclusão da Oferta Global, sem considerar as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais, estimamos que 8,7% das ações ordinárias, 100% das ações preferenciais de nossa emissão e 22,3% da totalidade das ações de nossa emissão estarão em circulação.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias e/ou preferenciais de nossa emissão, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta Global, considerando as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais.

Acionistas ⁽¹⁾	Na Data Deste Prospecto						Após a Oferta Global					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	(%)	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	(%)
Votorantim Industrial S.A.....	5.437.499.899	100,0	100	100,0	5.437.499.999	100,0	5.026.071.428	90,3	-	-	5.026.071.428	75,6
Votorantim Participações S.A.....	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Outros.....	-	-	-	-	-	-	540.000.000	9,7	1.080.000.000	100,0	1.620.000.000	24,4
Total.....	5.437.499.900	100,0	100	100,0	5.437.500.000	100,0	5.566.071.429	100,0	1.080.000.000	100,0	6.646.071.429	100,0

⁽¹⁾ Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

Após a conclusão da Oferta Global, considerando as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais, estimamos que 9,7% das ações ordinárias, 100% das ações preferenciais de nossa emissão e 24,4% da totalidade das ações de nossa emissão estarão em circulação.

Independente dos resultados da Oferta Global, conforme exposto nos quadros acima, nosso acionista controlador continuará a ser a Votorantim Industrial S.A.

Teremos um período de três anos a partir da data de início da negociação das nossas Units na BM&FBOVESPA para cumprir a exigência constante do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 de percentual mínimo de ações em circulação no mercado equivalente a, pelo menos, 25% do total de ações de nossa emissão. Esse prazo poderá ser prorrogado pela BM&FBOVESPA, a seu exclusivo critério e diante de circunstâncias de mercado que assim o justifiquem, por período não superior a dois anos, mediante nossa solicitação formal devidamente fundamentada, a ser apresentada com, no mínimo, seis meses de antecedência do final do prazo inicial concedido.

Descrição da Oferta Global

A Oferta Global compreenderá a distribuição pública primária e secundária das Units simultaneamente (i) no Brasil, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta Global, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Units no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, para Investidores Estrangeiros, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição; e (ii) no exterior, sob a forma de ADSs, representados por ADRs, cada ADS representativo de duas Units, em oferta registrada na SEC ao amparo do *Securities Act*, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta Internacional, de acordo com o Contrato de Distribuição da Oferta Internacional. Poderá haver realocação de Units e ADSs entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta Global, nos termos do *Intersyndicate Agreement* a ser celebrado entre os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores da Oferta Internacional.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Units Adicionais) poderá ser acrescida das Units do Lote Suplementar, equivalentes a até 15% das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units Adicionais), conforme Opção de Lote Suplementar. O Agente Estabilizador, no caso da Oferta Brasileira, terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta Global, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que for fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Global.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início da Oferta Brasileira, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderá, a nosso critério e do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta Global, ser acrescida das Units Adicionais, equivalentes a até 20% das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar).

Exceto pelo registro da Oferta Brasileira pela CVM e pelo registro da Oferta Internacional na SEC, nós, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Global não pretendemos realizar nenhum registro da Oferta Global, das Units ou das ações ordinárias e ações preferenciais por elas representadas em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Preço por Unit

No contexto da Oferta Global, estima-se que o Preço por Unit estará situado entre R\$16,00 e R\$19,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese do Preço por Unit ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Procedimento da Oferta Brasileira – Oferta de Varejo”, inciso I, na página 73 deste Prospecto. O Preço por Unit será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais representadas pelas Units e, conseqüentemente, do Preço por Unit, é justificada pelo fato de que o Preço por Unit não promoverá a diluição injustificada dos nossos acionistas e de que as Units serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Units será aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, que refletirá o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta Global. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Unit.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% das Units inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), será vedada a colocação de Units aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Units representativas de ações de nossa emissão (inclusive sob a forma de ADSs) como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.”, na página 109 deste Prospecto.**

Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos

Após a conclusão da Oferta Global, sem considerar as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais:

Oferta Global	Quantidade	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	Comissões e Despesas ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)	Recursos Líquidos ⁽¹⁾ (R\$)
Por Unit	1	17,50	0,51	16,99
Oferta Primária.....	285.714.286	5.000.000.005	145.900.535	4.854.099.470
Oferta Secundária	114.285.714	1.999.999.995	58.360.214	1.941.639.781
Total	400.000.000	7.000.000.000	204.260.748	6.795.739.252

⁽¹⁾ Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit.

⁽²⁾ Despesas estimadas da Oferta Global.

Após a conclusão da Oferta Global, considerando as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais:

Oferta Global	Quantidade	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	Comissões e Despesas ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)	Recursos Líquidos ⁽¹⁾ (R\$)
Por Unit	1	17,50	0,50	17,00
Oferta Primária.....	345.714.286	6.050.000.005	172.509.512	5.877.490.493
Oferta Secundária	114.285.714	1.999.999.995	57.027.938	1.942.972.057
Total	460.000.000	8.050.000.000	229.537.450	7.820.462.550

⁽¹⁾ Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit.

⁽²⁾ Despesas estimadas da Oferta Global.

Após a conclusão da Oferta Global, sem considerar as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais:

Oferta Global	Quantidade	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	Comissões e Despesas ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)	Recursos Líquidos ⁽¹⁾ (R\$)
Por Unit	1	17,50	0,50	17,00
Oferta Primária.....	342.857.143	6.000.000.003	169.973.584	5.830.026.419
Oferta Secundária	137.142.857	2.399.999.998	67.989.433	2.332.010.564
Total	480.000.000	8.400.000.000	237.963.017	8.162.036.983

⁽¹⁾ Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit.

⁽²⁾ Despesas estimadas da Oferta Global.

Após a conclusão da Oferta Global, considerando as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais:

Oferta Global	Quantidade	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	Comissões e Despesas ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)	Recursos Líquidos ⁽¹⁾ (R\$)
Por Unit	1	17,50	0,49	17,01
Oferta Primária.....	402.857.143	7.050.000.003	196.385.187	6.853.614.815
Oferta Secundária	137.142.857	2.399.999.998	66.854.532	2.333.145.466
Total	540.000.000	9.450.000.000	263.239.719	9.186.760.281

⁽¹⁾ Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit.

⁽²⁾ Despesas estimadas da Oferta Global.

Reserva de Capital

Os recursos líquidos da Oferta Primária serão destinados da seguinte forma: Do total dos recursos líquidos da Oferta Primária, sem considerar as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais, R\$748,3 milhões, que corresponde ao valor resultante da multiplicação da quantidade de ações objeto da Oferta Primária pelo valor patrimonial por ação em 31 de março de 2013 (excluída a participação dos acionistas não controladores) antes da Oferta Global, serão alocados ao capital social e o valor remanescente será alocado à reserva de capital.

Custos da Oferta Global

As comissões e despesas da Oferta Global serão pagas por nós e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Units emitidas ou alienadas, conforme o caso, por cada um de nós. A tabela abaixo indica as comissões e as despesas estimadas da Oferta Global, sem considerar as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais:

Custos	Custo da Companhia ⁽¹⁾ (R\$)	Custo do Acionista Vendedor ⁽¹⁾ (R\$)	Custo Total ⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta Global	Custo por Unit ⁽¹⁾ (R\$)	% em Relação ao Preço por Unit
Comissão de Coordenação.....	14.250.000,01	5.699.999,99	19.950.000,00	0,29%	0,05	0,29%
Comissão de Colocação	42.750.000,04	17.099.999,96	59.850.000,00	0,86%	0,15	0,86%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	14.250.000,01	5.699.999,99	19.950.000,00	0,29%	0,05	0,29%
Comissão de Incentivo	37.500.000,04	14.999.999,96	52.500.000,00	0,75%	0,13	0,75%
Total de Comissões da Oferta Global⁽²⁾	108.750.000,11	43.499.999,89	152.250.000,00	2,18%	0,38	2,18%
Remuneração dos Coordenadores.....	10.000.000,01	3.999.999,99	14.000.000,00	0,20%	0,04	0,20%
Remuneração dos Coordenadores	10.000.000,01	3.999.999,99	14.000.000,00	0,20%	0,04	0,20%
Impostos, Taxas e Outras Retenções...	11.615.246,28	4.646.098,49	16.261.344,77	0,23%	0,04	0,23%
Taxa de Registro na CVM.....	118.385,71	47.354,29	165.740,00	0,00%	0,00	0,00%
Taxa de Registro na ANBIMA.....	151.200,00	60.480,00	211.680,00	0,00%	0,00	0,00%
Taxa de Registro na SEC	1.410.085,72	564.034,28	1.974.120,00	0,03%	0,00	0,03%
Taxa de Registro na BM&FBOVESPA...	34.188,21	13.675,29	47.863,50	0,00%	0,00	0,00%
Despesas com Auditores	4.000.000,00	1.600.000,00	5.600.000,00	0,08%	0,01	0,08%
Despesas com Advogados e Consultores ⁽³⁾	6.642.857,15	2.657.142,85	9.300.000,00	0,13%	0,02	0,13%
Outras Despesas ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	3.178.571,43	1.271.428,57	4.450.000,00	0,06%	0,01	0,06%
Total de Despesas	37.150.534,52	14.860.213,75	52.010.748,27	0,74%	0,13	0,74%
Total de Comissões e Despesas	145.900.534,62	58.360.213,65	204.260.748,27	2,92%	0,51	2,92%

⁽¹⁾ O montante global da remuneração devida aos Coordenadores é fixo, limitado a R\$2.000.000,00 para cada Coordenador, ou R\$14.000.000,00 para todos os Coordenadores. Na hipótese de o valor correspondente à comissão que seria devida aos Coordenadores exceder o valor total de R\$14.000.000,00, o saldo excedente será alocado para os Coordenadores da Oferta Global.

⁽²⁾ Sem considerar o valor da remuneração dos Coordenadores, destacado abaixo separadamente.

⁽³⁾ Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit, exceto com relação à Comissão dos Coordenadores, que equivale a um valor fixo de R\$14.000.000,00.

⁽⁴⁾ Despesas estimadas.

⁽⁵⁾ Custos com publicidade, apresentações de *roadshow* e outros, incluindo o pagamento de IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores da Oferta Global, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição sem prévia manifestação da CVM.

Identificação do Acionista Vendedor, Quantidade de Units Ofertadas pelo Acionista Vendedor e Recursos Líquidos da Oferta Secundária

Votorantim Industrial S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri 255, 13º andar, conjunto A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.407.049/0001-51, pode ser contactada pelo telefone (11) 3704-3300 e pelo fac-símile (11) 3167-1550.

Apresentamos, abaixo, a quantidade de Units da Oferta Secundária a ser alienada pelo Acionista Vendedor e o respectivo valor com base no Preço por Ação, sem considerar as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais:

Acionista Vendedor	Quantidade de Units Alienadas	% do Total	Valor ⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Votorantim Industrial S.A.....	114.285.714	100%	1.999.999.995	1.941.639.781,00
Total	114.285.714	100%	1.999.999.995	1.941.639.781,00

⁽¹⁾ Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit.

⁽²⁾ Considerando os recursos da Oferta Global líquidos das comissões e das despesas estimadas da Oferta Global.

Apresentamos, abaixo, a quantidade de Units da Oferta Secundária a ser alienada pelo Acionista Vendedor e o respectivo valor com base no Preço por Ação, considerando as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais:

Acionista Vendedor	Quantidade de Units Alienadas	% do Total	Valor⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Votorantim Industrial S.A.....	114.285.714	100%	1.999.999.995,00	1.942.972.057,00
Total	114.285.714	100%	1.999.999.995,00	1.942.972.057,00

⁽¹⁾ Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit.

⁽²⁾ Considerando os recursos da Oferta Global líquidos das comissões e das despesas estimadas da Oferta Global.

Apresentamos, abaixo, a quantidade de Units da Oferta Secundária a ser alienada pelo Acionista Vendedor e o respectivo valor com base no Preço por Ação, sem considerar as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais:

Acionista Vendedor	Quantidade de Units Alienadas	% do Total	Valor⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Votorantim Industrial S.A.....	137.142.857	100%	2.399.999.998,00	2.332.010.564,00
Total	137.142.857	100%	2.399.999.998,00	2.332.010.564,00

⁽¹⁾ Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit.

⁽²⁾ Considerando os recursos da Oferta Global líquidos das comissões e das despesas estimadas da Oferta Global.

Apresentamos, abaixo, a quantidade de Units da Oferta Secundária a ser alienada pelo Acionista Vendedor e o respectivo valor com base no Preço por Ação, considerando as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais:

Acionista Vendedor	Quantidade de Units Alienadas	% do Total	Valor⁽¹⁾ (R\$)	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$)
Votorantim Industrial S.A.....	137.142.857	100%	2.399.999.998,00	2.333.145.466,00
Total	137.142.857	100%	2.399.999.998,00	2.333.145.466,00

⁽¹⁾ Com base no valor de R\$17,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit.

⁽²⁾ Considerando os recursos da Oferta Global líquidos das comissões e das despesas estimadas da Oferta Global.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária e da Oferta Global, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, foi aprovada (i) pelos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 5 de abril de 2013, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 16 de abril de 2013 e será publicada no DOESP e no jornal "Diário do Comércio"; e (ii) pelo conselho de administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de maio de 2013, cuja ata será arquivada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal "Diário do Comércio". O Conselho de Administração da Companhia, previamente à concessão dos registros da Oferta Brasileira pela CVM, em reunião cuja ata será publicada no jornal "Diário do Comércio" na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP, aprovará a emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais a serem representadas pelas Units, dentro do limite do capital autorizado, e o Preço por Unit, a ser calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária (conforme definido abaixo) foi aprovada pelos acionistas do Acionista Vendedor, em assembleia geral extraordinária realizada em 4 de abril de 2013, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico". A diretoria do Acionista Vendedor, previamente à concessão dos registros da Oferta Brasileira pela CVM, em reunião cuja ata será publicada no jornal "Valor Econômico" na data de publicação do Anúncio de Início e será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP, aprovará o Preço por Unit, a ser aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

Público Alvo da Oferta Brasileira

Os Coordenadores da Oferta Global realizarão a Oferta Brasileira aos Investidores Não Institucionais e aos Investidores Institucionais de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição, por si e/ou por meio dos Coordenadores e/ou por meio das Instituições Consorciadas.

Os Agentes de Colocação Internacional realizarão, no âmbito da Oferta Brasileira, esforços de colocação das Units no exterior para Investidores Estrangeiros, nos termos do Contrato de Distribuição da Oferta Internacional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Units por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

Cronograma Estimado da Oferta Brasileira

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta Brasileira:

Nº	Evento	Data de Realização/ Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores ⁽³⁾ Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	31/05/2013
2.	Republicação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Data de Reserva para Pessoas Vinculadas	07/06/2013
3.	Encerramento do Período de Reserva	18/06/2013
4.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Unit Aprovação do Preço por Unit pela Companhia e pelo Acionista Vendedor Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição da Oferta Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Global Início do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	19/06/2013
5.	Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Registro da Oferta Brasileira pela CVM Início das negociações das Units, das ações ordinárias e das ações preferenciais na BM&FBOVESPA	20/06/2013
6.	Data de Liquidação	24/06/2013
7.	Encerramento do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	19/07/2013
8.	Data limite para a liquidação das Units do Lote Suplementar	24/07/2013
9.	Data limite para a publicação do Anúncio de Encerramento	20/12/2013

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, prorrogações e antecipações, a nosso critério e a critério do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta Global. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser considerada modificação da Oferta Global, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta Global, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações adicionais, ver seções "Informações sobre a Oferta Global – Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta Global" e "Informações sobre a Oferta Global – Suspensão e Cancelamento da Oferta Global", que se iniciam nas páginas 81 e 82, respectivamente, deste Prospecto.

⁽²⁾ Para informações sobre posterior alienação de Units que eventualmente venham a ser liquidadas pelos Coordenadores da Oferta Global em decorrência do exercício da garantia firme, ver seção "Informações sobre a Oferta Global – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição da Oferta Internacional – Garantia Firme de Liquidação", na página 79 deste Prospecto.

⁽³⁾ As apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) ocorrerão no Brasil e no exterior.

Procedimento da Oferta Brasileira

As Instituições Participantes da Oferta Brasileira efetuarão a colocação pública das Units objeto da Oferta Brasileira no Brasil, em mercado de balcão organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, por meio da Oferta de Varejo, realizada pelos Coordenadores da Oferta Global e pelas Instituições Consorciadas, e da Oferta Institucional, realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta Global, pelos Coordenadores e pelos Agentes de Colocação Internacional.

O plano de distribuição da Oferta Brasileira, organizado pelos Coordenadores da Oferta Global, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, no que diz respeito aos esforços de dispersão acionária, com a expressa anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta Global, observado, entretanto, que os Coordenadores da Oferta Global (i) assegurarão a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, e que os representantes de venda das Instituições Participantes da Oferta Brasileira recebam previamente exemplar do Prospecto Preliminar para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder; e (ii) realizarão os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Global, sendo possível o cancelamento dos pedidos de registro da Oferta Brasileira caso não haja investidores interessados suficientes em subscrever e/ou adquirir a totalidade das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais).

Oferta de Varejo

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10%, o montante de, no máximo, 20%, do total das Units, das Units do Lote Suplementar e das Units Adicionais, em todos os casos que sejam objeto da Oferta Brasileira e desde que haja demanda, será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizem Pedido de Reserva de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, sendo que (i) os Colaboradores que se declararem como tais no respectivo Pedido de Reserva terão prioridade sobre os demais Investidores Não Institucionais para a subscrição ou aquisição de até 2% do total das Units, das Units do Lote Suplementar e das Units Adicionais em todos os casos que sejam objeto da Oferta Brasileira e, ainda, (ii) havendo demanda, no mínimo 10% da Oferta Global será alocado aos investidores não institucionais no Brasil e no exterior no âmbito da Oferta Global:

- (i) durante o Período de Reserva ou na Data de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta Brasileira deverá realizar pedido de reserva de Units, irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto neste inciso, nos incisos (iii), (vii), (ix) e (x) abaixo e no item “Exclusão dos Coordenadores das Instituições Consorciadas”, na página 77 deste Prospecto, mediante preenchimento de formulário específico (“Pedido de Reserva”) com uma única Instituição Consorciada, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R\$1.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$300.000,00 por Investidor Não Institucional. Os Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Unit como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Unit seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Não Institucional, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado. Como condição à eficácia do Pedido de Reserva, cada Investidor Não Institucional deverá indicar obrigatoriamente no Pedido de Reserva se é ou não Pessoa Vinculada. As Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta Brasileira e as informações constantes deste Prospecto; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

- (ii) os Investidores Não Institucionais deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas e/ou Colaboradores (i) deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada e/ou Colaborador; e (ii) poderão realizar seus Pedidos de Reserva na Data de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- (iii) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), será vedada a colocação de Units aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (incluindo Colaboradores que sejam Pessoas Vinculadas), sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (incluindo Colaboradores que sejam Pessoas Vinculadas) automaticamente cancelados, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados na Data de Reserva para Pessoas Vinculadas;
- (iv) caso o total de Units objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Colaboradores (a) seja igual ou inferior ao montante de Units destinadas prioritariamente aos Colaboradores, conforme indicado no *caput* deste item, serão integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva, de modo que as Units remanescentes, se houver, serão destinadas aos demais Investidores Não Institucionais; ou (b) seja superior ao montante de Units destinadas prioritariamente aos Colaboradores, conforme indicado no *caput* deste item, será realizado (a) primeiramente, será realizado rateio das Units destinadas prioritariamente aos Colaboradores entre todos os Colaboradores na proporção do valor dos Pedidos de Reserva, considerando para fins de rateio, o máximo de R\$3.000,00; e (ii) havendo saldo após o rateio a que se refere a alínea (a) acima, será realizado novo rateio das Units destinadas prioritariamente aos Colaboradores, na proporção do valor dos Pedidos de Reserva, excluindo-se as Units alocadas no primeiro rateio;
- (v) caso, após o atendimento dos Pedidos de Reserva realizados por Colaboradores nos termos do inciso (iv) acima, o total de Units objeto dos Pedidos de Reserva (a) seja igual ou inferior ao montante de Units destinadas à Oferta de Varejo, serão integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva, de modo que as Units remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) seja superior ao montante de Units destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio entre os Investidores Não Institucionais, sendo que (a) até o limite de R\$3.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Units destinadas à Oferta de Varejo entre os Investidores Não Institucionais (sem considerar os Colaboradores) que tiverem apresentado Pedido de Reserva, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total das Units destinadas à Oferta de Varejo; e (b) uma vez atendido o critério descrito na alínea (a) acima, as Units destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas (1) para os Investidores Não Institucionais (sem considerar os Colaboradores), ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva; e (2) para os Colaboradores, proporcionalmente à diferença entre o respectivo Pedido de Reserva e o montante já alocado na oferta prioritária para os Colaboradores, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Units ("Rateio"). Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta Global, a quantidade de Units destinadas à Oferta de Varejo poderá ser aumentada até 20% do total das Units, das Units Adicionais e das Units do Lote Suplementar, em todos os casos que sejam objeto da Oferta Brasileira, para que os Pedidos de Reserva excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de Rateio;

- (vi) até as 12h do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Units alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio), o Preço por Unit e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;
- (vii) até as 10h30min da Data de Liquidação, cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (vi) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado;
- (viii) até as 16h da Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da BM&FBOVESPA, as Units alocadas ao respectivo Investidor Não Institucional de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição, desde que efetuado o pagamento previsto no inciso (vii) acima;
- (ix) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta Global seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta Global seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 16h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 16h do quinto dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta Global, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a publicação do Anúncio de Início, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta Global, de que o respectivo Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta Global original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (vii) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e
- (x) caso não haja conclusão da Oferta Global ou em caso de rescisão do Contrato de Distribuição ou de cancelamento ou revogação da Oferta Global, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional o cancelamento da Oferta Global, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (vii) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta Global.

Oferta Institucional

As Units objeto da Oferta Brasileira destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais serão destinadas à Oferta Institucional, juntamente com as demais Units objeto da Oferta Brasileira, de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) os Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta Brasileira deverão apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, inexistindo pedidos de reserva ou limites máximos de investimento. Cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos para participar da Oferta Institucional;
- (ii) poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% das Units inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), será vedada a colocação de Units aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Units (inclusive sob a forma de *ADSs*) como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.”, na página 109 deste Prospecto;**
- (iii) caso as intenções de investimento obtidas durante o Procedimento de *Bookbuilding* excedam o total de Units remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, os Coordenadores da Oferta Global darão prioridade aos Investidores Institucionais que, a exclusivo critério dos Coordenadores da Oferta Global, da Companhia e do Acionista Vendedor, melhor atendam o objetivo da Oferta Global de criar uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das nossas perspectivas, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, observado o disposto no plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores da Oferta Global, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em conta as suas relações com os clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica;
- (iv) até as 16h do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta Global informarão aos Investidores Institucionais, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Units alocadas, o Preço por Unit e o valor do respectivo investimento;
- (v) a entrega das Units alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço por Unit multiplicado pela quantidade de Units alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição;

- (vi) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta Global seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta Global seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Institucional poderá desistir da respectiva intenção de investimento, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador da Oferta Global ou ao Coordenador que tenha recebido a respectiva intenção de investimento (1) até as 16h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 16h do quinto dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pelo Coordenador da Oferta Global ou pelo Coordenador sobre a suspensão ou a modificação da Oferta Global, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a publicação do Anúncio de Início, o respectivo Coordenador da Oferta Global ou Coordenador deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta Global, de que o respectivo Investidor Institucional está ciente de que a Oferta Global original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Institucional não informe sua decisão de desistência da intenção de investimento nos termos deste inciso, a intenção de investimento será considerada válida e o Investidor Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (v) acima e venha a desistir da intenção de investimento nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento da respectiva intenção de investimento; e
- (vii) caso não haja conclusão da Oferta Global ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição ou de cancelamento ou revogação da Oferta Global, todas as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta Global ou o Coordenador que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta Global, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (v) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta Global.

Exclusão dos Coordenadores das Instituições Consorciadas

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer dos Coordenadores e/ou por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta Global, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta Global, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre nós e/ou divulgação indevida da Oferta Global, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Coordenador e/ou tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta Global e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta Global, (i) deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Units no âmbito da Oferta de Varejo, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva, todas as intenções de investimento, todos os boletins de subscrição e todos os contratos de compra e venda que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta Brasileira, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios, inclusive custos decorrentes de eventuais demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores da Oferta Global.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição da Oferta Internacional

Nós, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Global e a BM&FBOVESPA (como interveniente anuente) celebraremos o Contrato de Distribuição, cuja cópia será disponibilizada pelo Coordenador Líder em seu endereço indicado na seção “Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta Global, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores”, na página 30 deste Prospecto. Nós, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Internacional, que também são os Agentes de Colocação Internacional, celebraremos o Contrato de Distribuição da Oferta Internacional.

De acordo com os termos do Contrato de Distribuição e dos respectivos instrumentos de adesão ao Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Units.

Nos termos do Contrato de Distribuição da Oferta Internacional, que será celebrado na mesma data de celebração do Contrato de distribuição, os Coordenadores da Oferta Internacional concordaram em (i) no âmbito da Oferta Brasileira, realizar esforços de colocação das Units exclusivamente no exterior; e (ii) no âmbito da Oferta Internacional, distribuir, em regime de garantia firme de subscrição, Units sob a forma de ADRs, representativos de ADSs, cada ADS representativo de duas Units, no exterior. As Units que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas, liquidadas e pagas aos Coordenadores da Oferta Global, em Reais.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição da Oferta Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta Global e dos Coordenadores da Oferta Internacional/ Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Units, garantia firme de liquidação, ou de subscrição dos ADRs, nos caso dos Coordenadores da Oferta Internacional, estará sujeita a determinadas condições, tais como (i) a entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos, dos Coordenadores da Oferta Global e dos Coordenadores da Oferta Internacional; (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de ações ordinárias de nossa emissão, por nós, pelo Acionista Vendedor e pelos membros da nossa Administração; e (iii) a emissão de cartas de conforto por nossos auditores independentes relativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas e demais informações financeiras contidas neste Prospecto, no Formulário de Referência e no *Prospectus*. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição da Oferta Internacional, obrigamo-nos a indenizar os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores da Oferta Internacional por certas contingências em determinadas situações, assim como por ressarcir determinadas despesas por eles incorridas. Além disso, o Contrato de Distribuição da Oferta Internacional possui declarações específicas em relação à observância das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros procedimentos judiciais. **Para informações adicionais acerca das obrigações estipuladas no Contrato de Distribuição da Oferta Internacional, ver seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global – “Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Units no Brasil com esforços de colocação no exterior e, simultaneamente, uma oferta de Units sob a forma de ADSs no exterior, o que poderá nos deixar expostos a riscos potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários realizada exclusivamente no Brasil”, na página 111 deste Prospecto.**

De acordo com o Contrato de Distribuição e os respectivos instrumentos de adesão ao Contrato de Distribuição, se, ao final do Período de Colocação, as Units (sem considerar as Units do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, cada um dos Coordenadores da Oferta Global e cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, liquidará, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Unit, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta Global e de cada um dos Coordenadores, indicado “Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição da Oferta Internacional – Garantia Firme de Liquidação”, na página 79 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Units indicada no Contrato de Distribuição ou no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, conforme o caso; e (ii) a quantidade de Units efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram. Além disso, o Contrato de Distribuição prevê que nós nos obrigamos, no que diz respeito à Oferta Global, a indenizar os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores por certas contingências em determinadas situações, assim como por ressarcir os Coordenadores da Oferta Global determinadas despesas por eles incorridas.

Período de Colocação

A data de início da Oferta Global será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 20 de junho de 2013, em conformidade com o previsto no artigo 52 da Instrução CVM 400. A colocação das Units (exceto pelas Units do Lote Suplementar) deverá ser feita pelas Instituições Participantes da Oferta Brasileira durante o Período de Colocação.

Data de Início das Negociações das Units

A data de início das negociações das Units ocorrerá na data de publicação do Anúncio de Início, prevista para ocorrer em 20 de junho de 2013.

Data de Liquidação e Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar

A liquidação física e financeira das Units (sem considerar as Units do Lote Suplementar, mas incluindo as Units Adicionais) deverá ser realizada até o último dia útil do Período de Colocação, que será de até dois dias úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início, prevista para ocorrer em 24 de junho de 2013, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A liquidação física e financeira das Units do Lote Suplementar deverá ser realizada até o terceiro dia útil contado da respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição.

Garantia Firme de Liquidação

Após a concessão do nosso registro de emissor de valores mobiliários pela CVM, a concessão dos registros da Oferta Brasileira pela CVM, a concessão do registro da Oferta Internacional pela SEC, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores realizarão a colocação das Units (sem considerar as Units do Lote Suplementar), em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e nos instrumentos de adesão ao Contrato de Distribuição:

Coordenadores da Oferta Global e Coordenadores	Quantidade de Units	% do Total
BTG Pactual.....	76.000.000,00	19,00%
Credit Suisse	76.000.000,00	19,00%
Coordenador Líder	76.000.000,00	19,00%
J.P. Morgan.....	76.000.000,00	19,00%
Morgan Stanley	76.000.000,00	19,00%
Banco Votorantim	2.857.142	0,71%
BB Investimentos	2.857.143	0,71%
BofA Merrill Lynch.....	2.857.143	0,71%
Bradesco BBI	2.857.143	0,71%
Deutsche Bank	2.857.143	0,71%
Goldman Sachs	2.857.143	0,71%
HSBC	2.857.143	0,71%
Total	400.000.000,00	100,00%

Se, ao final do Período de Colocação, as Units (sem considerar as Units do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, cada um dos Coordenadores da Oferta Global e cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, liquidará, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Unit, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta Global e de cada um dos Coordenadores, conforme indicado na tabela acima, no Contrato de Distribuição e nos instrumentos de adesão ao Contrato de Distribuição, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Units indicada no Contrato de Distribuição ou em cada instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Units efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Global.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta Global e/ou os Coordenadores eventualmente venham a subscrever ou adquirir Units nos termos acima e tenham interesse em vender tais Units antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Units será o preço de mercado das Units, limitado ao Preço por Unit, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas abaixo.

Estabilização do Preço de Units Ordinárias de Nossa Emissão

O Agente Estabilizador, por meio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço das Units, no âmbito da Oferta Brasileira, pelo prazo de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, por meio de operações de compra e venda de Units, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que será previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005. Após tais aprovações, cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida com o Agente Estabilizador, no endereço indicado na seção "Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta Global, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores", na página 30 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Estabilização, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Units, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Adicionalmente, será constituído um mecanismo para estabilização do preço das ADSs representativas de Units ofertadas no contexto da Oferta Internacional, pelo qual o Morgan Stanley & Co. LLC poderá realizar operações para estabilizar o preço das ADSs no exterior, incluindo vendas de ADSs a descoberto, observadas as regras e a regulamentação vigentes nas respectivas jurisdições internacionais. Tais atividades de estabilização podem ter o efeito de impedir ou retardar uma queda de preço das Units ou ADSs. As atividades de estabilização do preço das Units e ADSs eventualmente realizadas serão exercidas a exclusivo critério do Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, no contexto da Oferta Brasileira, e do Morgan Stanley & Co. LLC, no contexto da Oferta Internacional. A atividade de estabilização a ser realizada no exterior será realizada nos termos previstos e observando as limitações no âmbito dos documentos relativos à Oferta Internacional.

Restrições à Negociação de Units (*Lock-up*)

Durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nós, o Acionista Vendedor e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta Global e dos Coordenadores da Oferta Internacional, e observadas determinadas outras exceções previstas nos respectivos *Lock-up Agreements*, estaremos obrigados a, entre outras restrições previstas nos respectivos *Lock-up Agreements*, com relação a quaisquer das Units, ADSs ou ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de nossa emissão, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do *Securities Act* ou da legislação brasileira. Adicionalmente, nos termos do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, nossos acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta Global. Após esse período inicial de seis meses, nossos acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta Global. Após o término dos prazos de restrição de negociação de Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou derivativos destas descritos acima, tais Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou derivativos destas estarão disponíveis para emissão ou venda, conforme o caso. A emissão ou a venda ou a percepção da possibilidade de emissão ou de venda de volume substancial de Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou derivativos destas poderão prejudicar o preço de mercado das Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou derivativos destas.

Direitos, Vantagens e Restrições das Units

As Units conferirão aos seus titulares os direitos e as vantagens e estarão sujeitas às restrições das ações ordinárias e das ações preferenciais de nossa emissão representadas pelas Units, conforme aplicável, inclusive as decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 e do Estatuto Social, dentre os quais: (i) direito de participar das Assembleias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito de alienação das ações representadas pelas Units nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço); (iv) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que viermos a declarar a partir da Data de Liquidação e da Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar, conforme o caso; (v) direito de alienação das ações representadas pelas Units em oferta pública de cancelamento de registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das nossas ações de emissão no Nível 2, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente; (vi) no caso da nossa liquidação, direito aos pagamentos relativos ao remanescente do capital social, na proporção da sua participação no capital social; (vii) prioridade das ações preferenciais no reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial, em caso de nossa liquidação; e (viii) todos os demais direitos e prerrogativas previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 e no Estatuto Social.

As Units não poderão ser canceladas para recebimento das ações representadas pelas Units pelo prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, com exceção do desmembramento, pelo Acionista Vendedor, das Units que lhe forem restituídas pelo Agente Estabilizador ao final das atividades de estabilização.

Admissão à Negociação das Units

As Units serão admitidas à negociação no Nível 2, disciplinado pelo Regulamento de Governança Corporativa Nível 2. Na data de publicação do Anúncio de Início, as Units, as ações ordinárias de nossa emissão e as ações preferenciais de nossa emissão passarão a ser negociadas na BM&FBOVESPA no segmento de Nível 2 sob os códigos "VEBM11", "VEBM3" e "VEBM4", respectivamente.

Instituição Financeira Escrituradora

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de emissão e de escrituração das Units e custódia das ações ordinárias e das ações preferenciais de nossa emissão por elas representadas é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta Global

Nós, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Global poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou o cancelamento da Oferta Global, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível, nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta Global ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por nós assumidos inerentes à própria Oferta Global. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta Brasileira.

O requerimento de modificação da Oferta Global perante a CVM presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias.

Adicionalmente, nós e o Acionista Vendedor poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta Global, a fim de melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta Global por nós estabelecida, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta Global seja deferido, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou por pedido nosso e do Acionista Vendedor, prorrogar o prazo para distribuição da Oferta Global por até 90 dias.

Se a Oferta Global for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Units, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta Global será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Oferta Global após a publicação do Anúncio de Início, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira deverão acautelarem-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações, de que o manifestante está ciente de que a Oferta Global original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta Global deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, sendo que será presumida a manutenção se não revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação. Os investidores que revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva, na hipótese de modificação da Oferta Global, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação.

Além das hipóteses de revogação da declaração de aceitação da Oferta Global pelo investidor previstas neste Prospecto e nos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, não há quaisquer outras hipóteses em que o investidor possa revogar sua declaração de aceitação da Oferta Global.

Suspensão e Cancelamento da Oferta Global

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Encerrado tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta Global.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta Global será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta Global, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta Global, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação ou da comunicação do cancelamento, conforme o caso.

Intersyndicate Agreement

Os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores da Oferta Internacional celebrarão o *Intersyndicate Agreement*, regulando a realocação de Units e *ADRs* entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta Global.

Relacionamento entre Nós e os Coordenadores da Oferta Global e entre Nós e os Coordenadores

BTG Pactual

Além do relacionamento referente à presente Oferta Global, o Banco BTG Pactual S.A. – Cayman Branch celebrou, para um de seus clientes, as seguintes operações:

- (i) compra, em 10 de abril de 2012 e no valor de US\$269.740,33, de 240.000 Eurobonds emitidos pela Voto-Votorantim Limited, garantidos pela Votorantim Participações S.A., Votorantim Cimentos Brasil S.A. (incorporada pela Companhia) e CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, com juros (cupom) de 5,25% ao ano e vencimento em abril de 2017; e
- (ii) compra, em 10 de outubro de 2012 e no valor de US\$677.755,81, de 470.000 Eurobonds emitidos pela Voto-Votorantim Limited, garantidos pela Votorantim Participações S.A., Votorantim Cimentos Brasil S.A. (incorporada pela Companhia) e CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, com juros (cupom) de 5,25% ao ano e vencimento em abril de 2017.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao BTG Pactual e/ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

O BTG Pactual e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). O BTG Pactual e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual eventualmente possuem ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Nós e/ou sociedades do nosso conglomerado econômico poderemos vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta Global.

Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento conosco. Nós e/ou sociedades do nosso conglomerado econômico poderemos, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de ações de nossa emissão e/ou das Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, na Oferta Global como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao Credit Suisse e/ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta Global.

Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, além do relacionamento referente à Oferta Global e ao referido abaixo, o Itaú BBA não possui atualmente qualquer relacionamento relevante conosco.

Na data deste Prospecto, o Itaú BBA e seu respectivo conglomerado econômico são credores da Companhia, de seus controladores e de seu grupo econômico nas operações financeiras descritas abaixo:

- (i) Fianças: 139 fianças celebradas entre setembro de 1995 e fevereiro de 2013, com vencimentos entre fevereiro de 2012 e janeiro de 2023, no valor de R\$6 mil a R\$129 milhões e saldo devedor de R\$6 mil a R\$131 milhões, das quais duas foram celebradas com a Calmit Mineração e Participação Ltda., duas com a Companhia de Cimento Ribeirão Grande, uma com a Cimento Tocantins S.A., quatro com a Citrovia Agro Industrial Ltda., uma com a Citrovia Agro Pecuária Ltda., 14 com a CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, uma com a DEL Mineração Ltda. ME, uma com a Fazenda Bodoquena Ltda., uma com a Indústria e Comércio Metalúrgica Atlas S.A., 5 com a Interavia Transportes Ltda., uma com a Lidermac Indústria e Comércio Ltda., uma com a Minerações e Construções Ltda., uma com a Pedreira Pedra Negra Ltda., uma com a Petrolina Zeta Mineração Ltda., duas com a Rhamo Indústria Comércio e Serviços Ltda., uma com a Votener Votorantim Comercializadora Energia Ltda., uma com a Votocel Investimentos Ltda., 38 com a Votorantim Cimentos NNE S.A., 35 conosco, cinco com a Votorantim Metais S.A., quatro com a Votorantim Metais Zinco S.A., seis com a Votorantim Participações S.A., 11 com a Votorantim Siderurgia S.A.;
- (ii) Cessão de Crédito: 41 operações de cessão de crédito celebradas entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013, com vencimentos entre junho e setembro de 2013, com valor contratado e saldo devedor ainda em aberto variando de R\$600 a R\$2.300 mil, sendo 39 conosco e duas com a Votorantim Cimentos NNE S.A.;
- (iii) Nota de Crédito à Exportação: foi emitida uma Nota de Crédito à Exportação – Capital de Giro, em favor da CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, em 18 de fevereiro de 2013, com vencimento em 18 de fevereiro de 2016, no valor de R\$50 milhões e saldo devedor em março de 2013 de R\$50.2 milhões;

- (iv) FINAME: 97 operações de FINAME celebradas entre setembro de 2010 a março de 2013, prazos entre julho de 2016 e fevereiro de 2023, com valor contratado e saldo devedor ainda em aberto variando de R\$11 mil a R\$9 milhões, sendo 75 conosco, 11 com Votorantim Metais Zinco S.A., sete com Votorantim Cimentos NNE S.A., duas com Votorantim Metais S.A. e duas com Votorantim Siderurgia S.A.;
- (v) Contratos a Termo de Moedas: 60 operações celebradas entre agosto de 2011 e dezembro de 2012, com vencimentos entre abril de 2013 e julho de 2014, no valor de R\$1.8 milhões a R\$11 milhões, com saldo devedor variando entre R\$23 mil e R\$230 mil, sendo 19 com Citrovita Agro Industrial Ltda., 15 com CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, 13 com Votorantim Metais S.A. e 13 com Votorantim Metais Zinco S.A.;
- (vi) Desconto de Duplicatas: cinco operações contratadas com a CBA – Companhia Brasileira de Alumínio em março de 2013, com vencimento em junho de 2013, com valor contratado e saldo devedor ainda em aberto variando de R\$96 mil a R\$331 mil;
- (vii) Contrato a Termo de Commodity: três operações celebradas com a CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, entre maio e outubro de 2012, com vencimento entre junho e novembro de 2013, no valor de R\$13 milhões a R\$19 milhões, tendo o saldo devedor negativo variado de R\$1 milhão negativo para R\$1.7 milhões negativos;
- (viii) *Swap*: duas operações de *swap*, tendo uma sendo contratada com a CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, em fevereiro de 2013, com vencimento em fevereiro de 2016, no valor de R\$50 milhões, com saldo devedor negativo de R\$25 mil, em março de 2013, e a outra conosco, em dezembro de 2011, com vencimento em junho de 2018, no valor de R\$500 milhões, com saldo negativo de R\$181 mil, em março de 2013;
- (ix) Conta Garantia: uma operação contratada com a CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, em julho de 2012, com vencimento em julho de 2015, no valor contratado e ainda devedor de R\$3.4 milhões; e
- (x) Leasing: uma operação contratada com a Metalex Ltda., em janeiro de 2010, com vencimento em janeiro de 2014, no valor de R\$2.7 milhões, com saldo devedor, em março de 2013, de R\$780 mil.

Poderemos, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta Global, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da(s) atividade(s) de estabilização do preço das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta Global.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Itaú BBA eventualmente possuem ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de nossa emissão (inclusive ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações; e/ou (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta Brasileira decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Ainda, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*).

J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta Global, nós possuímos relacionamento comercial com o J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras, dentre as quais se destacam as seguintes:

- (i) linha de crédito rotativo no valor aproximado de US\$146 milhões, disponibilizada para nós, ao Acionista Vendedor e a outras sociedades integrantes do conglomerado, sendo o Acionista Vendedor garantidor da linha de crédito, incidindo a remuneração contratada de Libor acrescida de *spread* de 0,9% ao ano, e vencimento em 5 de agosto de 2016;
- (ii) nós efetuamos, junto ao J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, contratação de operações de câmbio de natureza financeira e comercial, que durante os últimos 12 meses representaram aproximadamente o montante de R\$30 milhões. As operações são liquidadas em até 4 dias após o fechamento, sendo que na data deste Prospecto não existiam operações em aberto; e
- (iii) nós atuamos como garantidora de linhas de crédito disponibilizadas pelo J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico às sociedades do nosso conglomerado econômico, em valor total aproximado de US\$89 milhões, com vencimento entre abril de 2013 e março de 2014.

Nós, nossos acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderemos, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta Global, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da(s) atividade(s) de estabilização do Preço das Units.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta Global. Declaramos, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta Global, nós, nossos controladores e suas subsidiárias possuímos relacionamento com o Morgan Stanley e/ou com as demais instituições financeiras integrantes de seu grupo financeiro, conforme detalhado a seguir.

O Morgan Stanley Senior Funding, Inc. e outras instituições financeiras celebraram contrato de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) conosco, garantido pela Votorantim Industrial S.A., em agosto de 2011, com vencimento em agosto de 2016, pelo qual nós contratamos uma linha de crédito (*committed funds*) com o valor total do principal de US\$1,5 bilhão (entre todas as instituições financeiras do sindicato), sendo a linha de crédito em aberto (*committed funds*) com o Morgan Stanley no valor de US\$80 milhões, com incidência de LIBOR e uma margem aplicável que varia com base na classificação de crédito da Votorantim Industrial S.A. A remuneração do Morgan Stanley foi de aproximadamente US\$360 mil.

Em março de 2013, o Morgan Stanley & Co. LLC participou, como *bookrunner*, da emissão das notas (*bonds*) de 10 anos da peruana Companhia Minera Milpo S.A.A., controlada da Votorantim Metais S.A. no mercado externo, com valor total de principal de US\$350 milhões, com vencimento em março de 2023. Sobre estas notas incidem cupom (juros) fixo anual remuneratórios de 4,625%. Pela prestação dos serviços na referida emissão, o Morgan Stanley recebeu uma remuneração de aproximadamente US\$612,5 mil.

Nós, nossos controladores e subsidiárias, efetuamos esporadicamente operações de derivativos com o Morgan Stanley ou sociedades de seu grupo financeiro. Devido à natureza desses contratos de derivativos, não há predeterminação de remuneração a favor do Morgan Stanley ou sociedades de seu grupo financeiro, sendo que o Morgan Stanley poderá averiguar ao término destes contratos ganho ou perda. Atualmente, a Fibria Celulose S.A., sociedade do nosso grupo econômico, mantém com o Morgan Stanley quatro contratos de *swap* de juros: (i) firmado em 8 de maio de 2009 e vencimento em 18 de fevereiro de 2014, com valor inicial de R\$20.119.479,49; (ii) firmado em 15 de maio de 2009 e vencimento em 18 de fevereiro de 2014, com valor inicial de R\$20.240.540,07; (iii) firmado em 7 de maio de 2009 e vencimento em 18 de fevereiro de 2014, com valor inicial de R\$20.240.540,07; e (iv) firmado em 21 de maio de 2009 e vencimento em 18 de fevereiro de 2014, com valor inicial de R\$22.842.895,26.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e relacionamento referente à Oferta Global, não possuímos qualquer outro relacionamento com o Morgan Stanley. Poderemos, no futuro, contratar o Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto e pelos eventuais recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da nossa Oferta Global. Ainda, nós declaramos que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós, nossos controladores, nossas subsidiárias e o Morgan Stanley ou qualquer sociedade de seu grupo financeiro.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Coordenadores

Banco Votorantim

O Banco Votorantim é controlado pela Votorantim Finanças, que por sua vez é controlada pela Votorantim Participações S.A., que controla o Acionista Vendedor, nosso controlador.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta Global, o Acionista Vendedor mantém relacionamento comercial com o Banco Votorantim e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras, dentre as quais se destacam as seguintes:

- (i) *Contratos a Termo de Moedas (Non Deliverable Forward)*: 10 operações celebradas com Citrosuco S.A Agroindústria entre outubro de 2011 e março de 2013, com vencimentos entre junho de 2013 e fevereiro de 2015, no valor total de R\$5,6 milhões em 9 de abril de 2013 e com taxas indexadas à variação cambial e variando entre 1,81% a.a. e 3,63% a.a.; e
- (ii) *Swap*: duas operações de *swap* contratadas com a Fibria Celulose S.A. em outubro de 2012 com vencimentos em setembro de 2015 e janeiro de 2016, no valor total de R\$8,6 milhões em 9 de abril de 2013 e com taxa de 2,11% a.a. indexada à variação cambial.

Na data deste Prospecto, o Banco Votorantim e demais empresas controladas possuem participação societária minoritária, via FINOR, na Votorantim Cimentos Norte/Nordeste S.A., sociedade controlada pela Companhia, equivalente a 806.620 ações, correspondentes a créditos já liberados pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$23,5 milhões, bem como créditos a liberar, passíveis de conversão em novas ações, no montante de R\$51,0 milhões ainda pendentes de liberação pela Receita Federal do Brasil.

Nós, nossos acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderemos, no futuro, vir a contratar o Banco Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Banco Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Banco Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao Banco Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Banco Votorantim como instituição intermediária da Oferta Global. Declaramos, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o Banco Votorantim ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

BB Investimentos

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta Global descrita neste Prospecto, a Companhia, seus controladores e seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com o BB Investimentos e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam, na data deste Prospecto, as seguintes operações:

- (i) Operações de Finame contratadas entre 14 de agosto de 2009 a 28 de dezembro de 2012, com vencimento entre 15 de agosto de 2017 e 15 de janeiro de 2023, pelo valor nominal de R\$46.494.835,08. O saldo devedor destes contratos, na data deste Prospecto, é de R\$37.404.687,20. Participação como coordenador nas distribuições públicas de debêntures Simples não conversíveis em ações, onde 100% das emissões foram encarteiradas pela TVM do BB, no que coube à sua participação, com início em 20 de janeiro de 2012 e vencimento em 31 de maio de 2018 no valor de R\$500 milhões e saldo devedor em R\$510.874.937,08, com início em 5 de dezembro de 2012 e vencimento em 5 de dezembro 2018, no valor de R\$600 milhões e saldo devedor em R\$618.374.730,00 e com início em 3 de dezembro de 2009 e vencimento em 3 de dezembro de 2019 no valor de R\$1.000 milhões e saldo devedor em R\$1.036.346.522,05, contratadas pela Companhia;
- (ii) Operações de FCO Empresarial pelo valor de R\$24,4 milhões e R\$56,7 milhões com saldo devedor de R\$10,4 milhões e R\$15,1 milhões, contratadas nos dias 25 de outubro de 2007 e 14 de agosto de 2012 e vencimento em 1 de outubro de 2016 e 1 de agosto de 2024 respectivamente. Teto de Operação de Aquisição de Recebíveis Risco Sacado no valor de R\$13 milhões com saldo atual de R\$7,8 milhões com vencimento a cada 180 dias sendo a renovação feita de forma automática, Operação de Termo de Moedas de USD2,194 milhões com início no dia 14 de junho de 2012 e vencimento no dia 1 de julho de 2013, contratadas pela Votorantim Metais S.A.;
- (iii) Operações de Finame contratadas entre 16 de dezembro de 2009 a 17 de dezembro de 2009 com vencimento até 15 de janeiro 2018, pelo valor nominal de R\$5.931.872,80. O saldo devedor destes contratos, na data deste Prospecto, é de R\$2.419.443,04, contratadas pela Votorantim Cimentos N/NE S.A.;
- (iv) Operação de Finame contratada em 3 de julho de 2009 com vencimento em 15 de julho de 2014, pelo valor de R\$450 mil com saldo devedor atual de R\$141.181,21. Operação de Termo de Moedas de USD4,425 milhões com início em 3 de janeiro de 2013 e vencimento em 5 de março de 2014, contratadas pela da Votorantim Metais Zinco S.A.;
- (v) Desconto à Forfait no valor de USD14,75 milhões com vencimentos entre 31 de maio de 2013 e 23 de outubro de 2013, contratada pela Votorantim GMBH;
- (vi) Teto de Antecipação a Fornecedores no valor de R\$25 milhões com saldo devedor atual de R\$12,8 milhões com vencimento no dia 9 de agosto de 2013 do referido Teto. BB Capital de Giro Pré-Fixado Exportação contratado no valor de R\$80 milhões, com saldo devedor atual de R\$81,2 milhões sendo contratada no dia 27 de fevereiro de 2013 com vencimento no dia 27 de fevereiro de 2016 e operação de Desconto à Forfait no valor de USD1,26 milhão sendo a contratação ocorrida a partir do dia 5 de dezembro de 2012 com vencimentos que variam entre os dias 16 de maio de 2013 e 16 de outubro de 2013. Teto de Aquisição de Recebíveis Risco Sacado no valor de R\$20 milhões com saldo devedor atual de R\$19,2 milhões, sendo a renovação feita de forma automática a cada 180 dias, contratadas pela Companhia Brasileira de Alumínio;

- (vii) Operação de Pré-Pagamento contratada pelo saldo inicial de USD53 milhões com saldo devedor atual de USD52,85 milhões com início em 29 de setembro de 2010 e vencimento em 28 de setembro de 2018. Teto de Vendor no valor de R\$180 milhões sendo que R\$25,3 milhões estão utilizados. Teto com vencimento anual com renovação automática. Operação de ACC com saldo inicial de USD105 milhões e atual de USD108,3 milhões com início em 25 de setembro de 2012 e vencimento em 16 de setembro de 2014, contratadas pela Fibria Celulose S.A.; e
- (viii) Operação de FCO contratado em 29 de dezembro de 2009 com vencimento no dia 1 de dezembro de 2017, pelo valor de R\$73 milhões com saldo devedor atual de R\$51,6 milhões. Finame contratado no valor de R\$36,3 milhões, com início no dia 6 de maio de 2008 e vencimento no dia 15 de junho de 2013 com saldo devedor atual de R\$1,042 milhão. Teto de Vendor de R\$50 milhões sendo que R\$15,1 estão utilizados, com vencimento anual e renovação automática, contratadas pela Fibria MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.

Nós, nossos acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderemos, no futuro, vir a contratar o BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BB Investimentos como instituição intermediária da Oferta Global. Declaramos, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o BB Investimentos ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

BofA Merrill Lynch

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta Global, nós, nossos controladores e suas subsidiárias possuímos relacionamento com o BofA Merrill Lynch e/ou com as demais instituições financeiras integrantes de seu grupo financeiro, conforme detalhado a seguir.

Em 1 de maio de 2013, o BofA Merrill Lynch e as sociedades de seu conglomerado econômico detinham títulos de dívida emitidos pela Companhia no mercado internacional em valor inferior a U.S.\$3,7 milhões.

Nós, nossos acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderemos, no futuro, vir a contratar o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta Global. Declaramos, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o BofA Merrill Lynch ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta Global, nós, nossos controladores e suas subsidiárias possuímos relacionamento com o Bradesco BBI e/ou com as demais instituições financeiras integrantes de seu grupo financeiro, conforme detalhado a seguir.

- (i) 60 fianças celebradas entre novembro de 2006 e setembro de 2011, sendo: 6 fianças com vencimentos até janeiro de 2016, e 54 fianças com vencimentos indeterminados, nos valores entre R\$12 mil a R\$16 milhões, e saldos devedores de R\$12 mil a R\$20 milhões, as quais 4 foram celebradas com a Votorantim Cimentos LTDA, 39 com a Votorantim Cimentos N/NE S.A., 7 com a Votorantim Cimentos do Brasil LTDA e 10 com a Engemix S.A., com valor total em aberto no montante de R\$154.889.804,00;
- (ii) Debêntures quirografárias com garantia fidejussória, alocadas na tesouraria do Bradesco, emitidas pela Companhia em 5 de outubro de 2010, garantidas por fiança prestada pelo Acionista Vendedor, com vencimento em 5 de outubro de 2020, no valor total de R\$1.006.568.550,00, juros de 113,95% CDI; e
- (iii) Debêntures quirografárias com garantia fidejussória, emitidas pela Companhia em 5 de dezembro de 2012, garantidas por fiança prestada pelo Acionista Vendedor, com vencimento em 15 de dezembro de 2018, no valor total de R\$68.701.162,42, juros de 109,20% CDI;

Nós, nossos acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderemos, no futuro, vir a contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta Global. Declaramos, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Deutsche Bank

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta Global, nós, nossos controladores e suas subsidiárias possuímos relacionamento comercial com o Deutsche Bank e/ou com as demais instituições financeiras integrantes de seu grupo financeiro, conforme detalhado a seguir.

- (i) Em 31 de março de 2012, Deutsche Bank AG, London Branch agiu na qualidade de assessor financeiro para Votorantim Cimentos em operação de permuta de ativos com a InterCement;
- (ii) Em abril de 2010, Deutsche Bank AG, London Branch assessorou a Votorantim Cimentos na emissão de *bonds* com valor total de €750.000.000, taxa de 5,25% ao ano e com vencimento em abril de 2017; e
- (iii) Em 17 de fevereiro de 2010, Deutsche Bank AG, London Branch agiu na qualidade de assessor financeiro para Votorantim Cimentos na aquisição de 21.2% do capital da Cimpor – Cimentos de Portugal.

Nós, nossos acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderemos, no futuro, vir a contratar o Deutsche Bank e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Deutsche Bank e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Deutsche Bank e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao Deutsche Bank e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Deutsche Bank como instituição intermediária da Oferta Global. Declaramos, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o Deutsche Bank ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Goldman Sachs

Em atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Companhia e/ou suas sociedades controladas, conforme aplicável, com o Goldman Sachs e sociedades de seu grupo econômico.

O Goldman Sachs e as sociedades de seu grupo econômico são instituições financeiras que oferecem e atuam em uma ampla gama de operações e serviços bancários, incluindo, operações de *sales and trading*, prestação de serviços de banco comercial e de investimento, consultoria financeira, gestão de ativos, pesquisa econômica, investimentos em carteira proprietária, operações de *hedge*, operações como formador de mercado, serviços de corretagem, dentre outras operações e serviços financeiros e não-financeiros. O Goldman Sachs e as sociedades de seu grupo econômico poderão oferecer uma variedade desses serviços e operações para a Companhia e/ou pessoas físicas ou jurídicas que mantenham relacionamento comercial com a Companhia, pelos quais receberá remuneração e reembolsos usuais.

No curso normal de suas atividades, o Goldman Sachs e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão realizar no futuro uma ampla gama de investimentos, inclusive, atuando como contraparte em determinadas operações de *hedge* e derivativos e poderão negociar ativamente no futuro, as ações e/ou Units de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, e valores mobiliários representativos de dívida (ou derivativos relacionados) e instrumentos financeiros (incluindo empréstimos bancários) para a sua conta proprietária e/ou para as contas de seus clientes, em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. O Goldman Sachs e/ou as sociedades de seu grupo econômico poderão, a qualquer momento, deter no futuro, posições de curto e longo prazo em tais valores mobiliários e instrumentos financeiros. Essas atividades poderão envolver no futuro, valores mobiliários e instrumentos financeiros emitidos e oferecidos pela Companhia.

O Goldman Sachs e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações e/ou Units de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações e/ou Units de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Goldman Sachs e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações e/ou Units de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações e/ou Units de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Nós, nossos acionistas controladores e/ou sociedades de seu grupo econômico poderemos vir a contratar, no futuro, o Goldman Sachs e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de financiamento, ofertas de valores mobiliários, assessoria em fusões e aquisições, reestruturações societárias, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Goldman Sachs eventualmente podem possuir títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. A Goldman Sachs ou sociedades integrantes do seu grupo econômico não detém e nos últimos 12 meses não detinha participação no capital social da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Goldman Sachs e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Goldman Sachs como instituição intermediária da Oferta Global. Declaramos, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o Goldman Sachs ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

HSBC

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as operações entre a Companhia e o Grupo HSBC.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta Global, nós, nossos controladores e suas subsidiárias possuímos relacionamento comercial com o HSBC e/ou com as demais instituições financeiras integrantes de seu grupo financeiro, conforme detalhado a seguir.

- (i) A Citrosuco S.A., possui junto ao HSBC um saldo devedor no valor total aproximado de R\$31,4 milhões, em 9 de maio de 2013, em operações relacionadas a exportações e cujo vencimento total dar-se-á até 14 de julho de 2014;
- (ii) A Citrosuco S.A. também celebrou ao longo do último ano diversos contratos de derivativos com o HSBC. A posição em derivativos da Citrosuco em 9 de maio de 2013 corresponde a: (a) 20 contratos de *non deliverable forwards* ("NDF"), resultando *num Notional*, ou valor notional, acumulado de USD153.14m; (b) 2 contratos de *swap libor*, resultando *num Notional*, ou valor notional, acumulado de USD114.0 milhões com vencimentos entre 15 de março de 2018 e 28 de junho de 2019;
- (iii) Em 9 de maio de 2013, a Citrosuco S.A. apresentava um saldo devedor no valor total aproximado de USD9.27 milhares em operações relacionadas a derivativos. Todas as operações de derivativos citadas tiveram o objetivo de proteger a Citrosuco S.A. da sua exposição em moeda estrangeira (*hedge*);
- (iv) O HSBC emitiu, em 19 de julho de 2012, um contrato de fiança cuja afiançada é a Citrosuco S.A., garantindo o valor principal total aproximado de R\$176.3 mil e com vencimento em 19 de julho de 2013;
- (v) A Companhia Votorantim e o HSBC celebraram, em 6 de dezembro de 2012, 3 contratos de garantia internacional, onde o HSBC figura como emissor para garantir o valor principal devido pela Companhia importando em aproximadamente R\$1,15 milhão com vencimento em 30 de julho de 2013. Além disso, o HSBC emitiu um contrato de fiança cuja afiançada é a Companhia, com saldo devedor em 9 de maio de 2013 no valor total aproximado de R\$345.9 mil;
- (vi) A Fibria Celulose S.A. e o HSBC celebraram, em 28 de março de 2013, 9 contratos de Vendor com saldo devedor no valor total aproximado de R\$1.87 milhões. A Fibria Celulose S.A. também celebrou ao longo do último ano diversos contratos de derivativos e a posição em 9 de maio de 2013 corresponde a 2 (dois) contratos de *non deliverable forwards* ("NDF"), resultando *num Notional* acumulado de USD66,2 milhões, e 2 (dois) contratos de *swap libor*, resultando *num Notional* acumulado de USD114,0 milhões com vencimentos entre 18 e 23 de julho de 2013;
- (vii) Em 9 de maio de 2013, a Fibria Celulose S.A. apresentava um saldo devedor no valor total aproximado de USD36.23 milhares em operações relacionadas a derivativos. Todas as operações de derivativos citadas tiveram o objetivo de proteger a Fibria Celulose S.A. da sua exposição em moeda estrangeira (*hedge*);
- (viii) A Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda. e o HSBC celebraram, nos dias 28 de março de 2013 e 30 de abril de 2013, 51 contratos de Vendor com saldo devedor no valor total aproximado de R\$9,39 milhões;
- (ix) A Votorantim Metais Zinco S.A. e o HSBC celebraram 16 contratos entre 11 de janeiro de 2012 e 3 de maio de 2013 de *non deliverable forwards* ("NDF"), resultando *num Notional* acumulado de USD46,7 milhões. Em 9 de maio de 2013, a Votorantim Metais Zinco S.A. apresentava um saldo devedor no valor total aproximado de USD2,75 milhares em operações relacionadas a derivativos. Todas as operações de derivativos citadas tiveram o objetivo de proteger a Votorantim Metais Zinco S.A. da sua exposição em moeda estrangeira (*hedge*);

- (x) A Votorantim Metais Niquel S.A. e o HSBC celebraram, em 11 de janeiro de 2012, um contrato de *non deliverable forwards* ("NDF"), com um Notional de USD1,9 milhão. Todas as operações de derivativos citadas tiveram o objetivo de proteger a Votorantim Metais Niquel S.A. da sua exposição em moeda estrangeira (*hedge*);
- (xi) A Votorantim Metais S.A. e o HSBC celebraram, entre 17 de setembro de 2012 e 10 de dezembro de 2012, 16 contratos de *non deliverable forwards* ("NDF"), resultando num Notional acumulado de USD4,7 milhões. Em 9 de maio de 2013, a Votorantim Metais S.A. apresentava um saldo devedor no valor total aproximado de USD0,625 milhares em operações relacionadas a derivativos. Todas as operações de derivativos citadas tiveram o objetivo de proteger a Votorantim Metais S.A. da sua exposição em moeda estrangeira (*hedge*);
- (xii) A Companhia Brasileira de Alumínio e o HSBC celebraram, em 28 de fevereiro de 2013, um contrato de *swap Pre x CDI*, com um *Notional* de USD40,4 milhões. Esta operação de derivativo teve o objetivo de proteger a Companhia Brasileira de Alumínio da sua exposição em moeda estrangeira (*hedge*); e
- (xiii) A Companhia Brasileira de Alumínio e o HSBC celebraram, entre 25 de abril de 2012 e 9 de maio de 2013, 5 contratos de *non deliverable forwards* ("NDF"), resultando num *Notional* acumulado de USD19,2 milhões. Em 9 de maio de 2013, a Companhia Brasileira de Alumínio apresentava um saldo devedor no valor total aproximado de USD4.647 milhares em operações relacionadas a derivativos. Todas as operações de derivativos citadas tiveram o objetivo de proteger a Companhia Brasileira de Alumínio da sua exposição em moeda estrangeira (*hedge*).

Operações com o HSBC Bank USA N.A.

- (i) A Votorantim GMBH e o HSBC Bank USA N.A. possuíam, em 9 de maio de 2013, 2 operações relacionadas a pré-pagamento de exportação, cada uma com saldo devedor no valor total aproximado de USD57,5 milhões, com vencimentos em 8 de abril de 2018 e 8 de maio de 2019;
- (ii) A Votorantim BG e o HSBC Bank USA N.A. possuíam, em 9 de maio de 2013, um *Revolver Credit Facility* de USD1,500.0 milhões cuja participação do HSBC Bank USA N.A. é de USD146,7 milhões, com vencimento em 8 de abril de 2016;
- (iii) Em 7 de agosto de 2012, a Companhia e a VID assinaram um contrato de linha de crédito de U.S.\$400,0 milhões ("*Votorantim Backstop Facility*"), com um grupo de credores que estabeleceram uma estrutura segundo a qual determinados tomadores poderão firmar contratos de empréstimo e assim tomar empréstimos garantidos pela Companhia e pela VID. O valor do contrato foi posteriormente aumentado de U.S.\$400,0 milhões para U.S.\$450,0 milhões, conforme aditamento de 6 de novembro de 2012. Os recursos oriundos do contrato podem ser utilizados pelos tomadores para pagar determinadas dívidas da Cimpor ou suas subsidiárias. Entre outras obrigações, os termos do contrato proíbem que a VID e a Companhia, além de determinadas subsidiárias materiais, alienem fiduciariamente alguns de seus ativos, sendo permitidas algumas exceções. Em 20 de agosto de 2012, a Cimpor Inversiones S.A., uma subsidiária da Cimpor, assinou um contrato de empréstimo no âmbito deste contrato, segundo o qual tomou quatro empréstimos com valor total de principal de U.S.\$400,0 milhões. Em 15 de novembro de 2012, a Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. (anteriormente denominada como Cimentos EAA Inversiones S.L.) assumiu as obrigações da Cimpor Inversiones S.A. como tomadora conforme o contrato e, em 20 de dezembro de 2012, a Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. tomou um empréstimo adicional no valor de principal de U.S.\$34,1 milhões. Em 21 de dezembro de 2012, com a conclusão da permuta de ativos da Cimpor em 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social em circulação da Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. Em 31 de março de 2013, o valor total do principal em aberto era de R\$472,7 milhões (U.S.\$234,1 milhões). Em 7 de janeiro de 2013 e 2 de maio de 2013, a Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. pagou antecipadamente U.S.\$200,0 milhões e U.S.\$15,0 milhões, respectivamente, do valor do principal em aberto deste contrato. Em 9 de maio de 2013, este contrato apresentava um saldo devedor no valor total aproximado de USD219.000.000,00 (duzentos e dezenove milhões de dólares); e

- (iv) A Fibria Trading Intl Ltd e o HSBC Bank USA N.A. possuíam, em 9 de maio de 2013, (a) um pré-pagamento de exportação cujo saldo devedor tem valor total aproximado de USD45,5 milhões e vencimento em 5 de novembro de 2015; (b) um pré-pagamento de exportação cujo saldo devedor tem valor total aproximado USD12,5 milhões, com vencimento em 28 de setembro de 2018; e (c) um *Revolver Credit Facility* de USD500.0 milhões cuja participação do HSBC Bank USA N.A. é de USD27.3 milhões, com vencimento em 13 de maio de 2019.

Operações com o HSBC Bank Plc.

- (i) A Companhia e o HSBC Bank Plc. possuíam, em 9 de maio de 2013, um saldo devedor no valor total aproximado de USD63,0 milhões em operações relacionadas a financiamento suportadas pelo banco de fomento EKF.
- (ii) A Votorantim VCP-MS e o HSBC Bank Plc. possuíam, em 9 de maio de 2013, um saldo devedor no valor total aproximado de USD64,4 milhões em operações relacionadas a financiamento suportadas por banco de fomento.

Operação com o HSBC Bank Canada

- (i) A *St Marys Cement Inc* possuía junto ao HSBC Bank Canada, em 9 de maio de 2013, um saldo devedor no valor total aproximado de USD38,9 milhões relacionado a operações de financiamentos e USD7,5 milhões em derivativos de câmbio.

Nós, nossos acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderemos, no futuro, vir a contratar o HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações de nossa emissão e/ou as *Units*, inclusive sob a forma de *ADSs*, representados por *ADRs*, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga por nós ao HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do HSBC como instituição intermediária da Oferta Global. Declaramos, ainda, que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre nós e o HSBC ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Global e entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores

BTG Pactual

Na data deste Prospecto, não há qualquer relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BTG Pactual e/ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta Global.

Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com o Acionista Vendedor. O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Credit Suisse e/ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

Declaramos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta Global.

Coordenador Líder

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, além do relacionamento referente à Oferta Global e ao referido abaixo, o Itaú BBA não possui atualmente qualquer relacionamento relevante com o Acionista Vendedor.

Na data deste Prospecto, o Itaú BBA e seu respectivo conglomerado econômico são credores do Acionista Vendedor, de seus controladores e de seu grupo econômico em seis operações de fiança celebradas entre junho e dezembro de 2012, com vencimento entre setembro 2013 e outubro de 2023, com valor contratado e saldo devedor ainda em aberto variando de R\$219 mil a R\$18 milhões.

O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta Global, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da(s) atividade(s) de estabilização do preço das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADs*, representados por *ADRs*.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta Global.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Itaú BBA eventualmente possuem ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de *ADs*, representados por *ADRs*, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social do Acionista Vendedor.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou que não valores mobiliário referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações) de nossa emissão. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de nossa emissão (inclusive ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações; e/ou (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta Brasileira decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Ainda, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de *ADs*, representados por *ADRs*, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de *ADs*, representados por *ADRs*, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*).

J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta Global, o Acionista Vendedor mantém relacionamento comercial com o J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras, dentre as quais se destacam as seguintes:

- (i) linha de crédito rotativo no valor aproximado de US\$146 milhões, disponibilizada à Companhia, ao Acionista Vendedor e a outras sociedades integrantes do conglomerado, sendo o Acionista Vendedor garantidor da linha de crédito, incidindo a remuneração contratada de Libor + 0,9% ao ano, e vencimento em 5 de agosto de 2016;
- (ii) o Acionista Vendedor atua como garantidor em operação de crédito, no formato de pré-pagamento de exportação, disponibilizada pelo J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico às sociedades do conglomerado econômico do Acionista Vendedor, no valor aproximado de R\$115 milhões, a taxa Libor + 1,35% ao ano, e vencimento em agosto de 2018.

O Acionista Vendedor, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações de nossa emissão e/ou as Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta Global, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da(s) atividade(s) de estabilização.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta Global. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além do disposto no item “Relacionamento da Companhia com o Morgan Stanley”, na página 87 deste Prospecto, e o relacionamento referente à Oferta Global, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento com o Morgan Stanley. O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades do Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, não há qualquer outra a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

O Acionista Vendedor entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta Global. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Morgan Stanley ou qualquer sociedade de seu grupo financeiro.

Coordenadores

Banco Votorantim

O Banco Votorantim é controlado pela Votorantim Finanças, que por sua vez é controlada pela Votorantim Participações S.A., que controla o Acionista Vendedor.

Na data deste Prospecto, além do disposto no item “Relacionamento da Companhia com o Banco Votorantim”, na página 90 deste Prospecto, e o relacionamento referente à Oferta Global, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento com o Banco Votorantim.

O Acionista Vendedor, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, vir a contratar o Banco Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Banco Votorantim e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Banco Votorantim como instituição intermediária da Oferta Global. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Banco Votorantim ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

BB Investimentos

Na data deste Prospecto, além do disposto no item “Relacionamento da Companhia com o BB Investimentos”, na página 89 deste Prospecto, e o relacionamento referente à Oferta Global, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento com o BB Investimentos.

O Acionista Vendedor, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, vir a contratar o BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BB Investimentos como instituição intermediária da Oferta Global. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BB Investimentos ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

BofA Merrill Lynch

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta Global, o Acionista Vendedor mantém relacionamento comercial com o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras, dentre as quais se destacam as seguintes:

- (iv) o BofA Merrill Lynch foi coordenador global e agente estabilizador na oferta pública de 86.000.000 ações ordinárias de emissão da Fibria Celulose S.A., no valor de R\$1.247.000.000,00, que se encerrou em 25 de maio de 2013;
- (v) pré-pagamento de exportação, com o Acionista Vendedor, no valor de U.S.\$103 milhões, com prazo de vencimento final em 2019, devido ao Bank of America, N.A.;

- (vi) em agosto de 2011, o Bank of America, N.A., disponibilizou, por 5 anos, linha de crédito no montante de US\$80 milhões, para o Acionista Vendedor e outras sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não existindo utilização de tal linha até o momento;
- (vii) a St. Marys Cement, Inc. celebrou com Bank of America, N.A., operação de crédito rotativo no valor de US\$19,7 milhões, com vencimento em março de 2016, dos quais foram utilizados US\$3,3 milhões; e uma operação de empréstimo no valor de US\$33,4 milhões, com vencimento em 2018;
- (viii) pré-pagamento de exportação com a Fibria Celulose S.A. e outras sociedades integrantes do conglomerado, por meio de duas tranches. Na primeira, o Bank of America, N.A., disponibilizou crédito rotativo no montante de US\$45,5 milhões, não tendo ocorrido utilização da linha até o momento. Na segunda, houve empréstimo no valor de US\$300 milhões, com prazo de vencimento final em 2019, sobejando um valor a haver de US\$25,9 milhões;
- (ix) pré-pagamento de exportação com Fibria Trading International Ltd. e outras sociedades do grupo, com garantia da Fibria Celulose S.A., no valor de US\$800 milhões, contratado em 2010 e com vencimento em 2018, existindo, na data de 9 de maio de 2013, saldo em aberto no valor de US\$12,3 milhões para o Bank of America, N.A.;
- (x) sociedades do grupo econômico do BofA Merrill Lynch firmaram *ISDA Master Agreements* com empresas do grupo econômico do Acionista Vendedor e, nos termos de tais contratos, celebrou operações de derivativos com o objetivo de prover proteção (*hedge*) para a variação das commodities zinco, níquel e alumínio, com vencimentos entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014; e
- (xi) a Fibria Celulose S.A. firmou com o BofA Merrill Lynch um Contrato Geral de Derivativos, tendo, em 30 de março de 2013, operações de derivativos em aberto no valor de US\$10 milhões, com o objetivo de prover proteção (*hedge*) para a variação cambial (Reais contra dólares norte-americanos) – a Fibria Celulose S.A. comprou opções de venda de dólar norte-americano com *strike* de R\$1,95 e vendeu opções de compra com *strikes* de venda de dólar norte-americano que giram em torno de R\$2,54, com vencimento em dezembro 2013.

O Acionista Vendedor, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, vir a contratar o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta Global. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do disposto no item “Relacionamento da Companhia com o Bradesco BBI” deste Prospecto, e o relacionamento relativo à Oferta Global, o Acionista Vendedor mantém relacionamento comercial com o Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras, dentre as quais se destacam as seguintes:

- (i) 1 fiança celebrada com o Acionista Vendedor em julho de 2009, com vencimento indeterminado, no valor de R\$158 mil, com valor total em aberto no montante de R\$157.552,00; e

- (ii) Quatro *bonds* emitidos pela Votorantim Participações S.A., detidas pelo Bradesco, com taxas de 6,625% a 7,75% ao ano, com datas de emissão entre 24 de junho de 2005 e 5 de abril de 2011, datas de vencimento entre 25 de setembro de 2019 e 5 de abril de 2041, e valores entre US\$450.000,00 e US\$107.384.000,00.

O Acionista Vendedor, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, vir a contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta Global. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Deutsche Bank

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta Global, o Acionista Vendedor mantém relacionamento comercial com o Deutsche Bank e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras, dentre as quais se destacam as seguintes:

- (i) Em 27 de outubro de 2010, Fibria Trading International LTD, na qualidade de mutuário, celebrou com diversos mutuantes contrato de pré-pagamento de exportação no valor total de US\$800.000.000,00. Sob este contrato o Deutsche Bank AG, New York Branch figura como credor no valor de US\$50.000.000,00. A operação tem vencimento previsto para 27 de Setembro de 2018;
- (ii) Em 11 de maio de 2011, Fibria Trading International LTD, na qualidade de mutuário, celebrou com diversos mutuantes contrato de linha de crédito rotativo no valor total de US\$800.000.000,00. Sob este contrato o Deutsche Bank AG, New York Branch figura como credor no valor de US\$72.000.000,00. A operação tem vencimento previsto para 11 de Maio de 2019;
- (iii) Em 24 de abril de 2012, o Deutsche Bank atuou como instituição intermediária contratada pela Fibria Celulose S.A. na oferta primária de 86.000.000 ações ordinárias no valor de R\$1.361.380.000,00;
- (iv) Em 11 de maio de 2012, Fibria Celulose S.A. na qualidade de mutuário, celebrou contrato de pré-pagamento de exportação no valor de US\$27.200.000,00 com Deutsche Bank AG, New York Branch com data de vencimento em 13 de maio de 2019;
- (v) Em julho de 2012, Deutsche Bank assessorou Fibria Celulose S.A. na oferta de aquisição dos *bonds* por ela emitidos com vencimento em 2020 no valor de até US\$500.000.000;
- (vi) Em 24 de julho de 2012, Fibria Celulose S.A. contratou com Deutsche Bank operação de *swap* de juros no valor nominal de R\$100.197405,00 com vencimento em 14 de agosto de 2012;
- (vii) Entre outubro de 2012 e abril de 2013, Fibria Celulose S.A. contratou diversas operações de Opção Flexível com o Deutsche Bank, totalizando USD466.000.000,00 de valor nominal. Essas operações tem vencimento entre Junho de 2013 e Junho de 2014;

- (viii) Em 2012, Deutsche Bank celebrou com Fibria Celulose S.A. programa de desconto de recebíveis no valor total de US\$360.000.000;
- (ix) Deutsche Bank foi mandatado pela Fibria Celulose S.A. para gerenciamento de contingência no valor de US\$486.000.000,00;
- (x) Atualmente, Deutsche Bank está assessorando Fibria Celulose S.A. na oferta de recompra de *bonds* por ela emitidos e com vencimento em 2020 no valor total de US\$486.000.000;
- (xi) O Grupo Deutsche Bank lida com 90% das cartas de crédito de exportação da Fibria Celulose S.A.;
- (xii) Em 11 de maio de 2011, Fibria Trading International Ltd. na qualidade de mutuária, celebrou contrato de linha de crédito rotativo com o Deutsche Bank AG, New York Branch no valor de US\$45.400.000,00. Nesta operação, a Fibria Celulose S.A. figura como garantidora;
- (xiii) Em 22 de abril de 2013, Fibria Trading International Ltd. na qualidade de mutuária, celebrou contrato de pré-pagamento de exportação no valor de US\$33.000.000,00 com Deutsche Bank AG, New York Branch. Nesta operação, a Fibria Celulose S.A. figura como garantidora;
- (xiv) Em 24 de abril de 2008, Votorantim Gmbh realizou operação de swap de juros com Deutsche Bank AG no valor nominal de US\$50.000.000,00 e com vencimento em 02 de janeiro de 2015;
- (xv) Em 4 de agosto de 2011, Votorantim Gmbh, na qualidade de mutuária, celebrou contrato de pré-pagamento de exportação no valor de US\$25.000.000,00 com Deutsche Bank AG, New York Branch com vencimento em 4 de agosto de 2018 Nesta operação, a Votorantim Participações S.A. figura como garantidora;
- (xvi) Na data de 4 de agosto de 2011, Votorantim Gmbh, na qualidade de mutuária, celebrou contrato de pré-pagamento de exportação no valor de US\$32.500.000,00 com Deutsche Bank AG, New York Branch com vencimento em 4 de agosto de 2019. Nesta operação, a Votorantim Participações S.A. figura como garantidora;
- (xvii) Em outubro de 2009, Deutsche Bank AG, New York Branch assessorou a Fibria Overseas Finance Ltd. na emissão de *bonds* com valor total de US\$1.000.000.000,00, taxa de 9,25% ao ano e vencimento em outubro de 2019;
- (xviii) Em fevereiro de 2011, Deutsche Bank Securities Inc. assessorou a Fibria Overseas Finance Ltd. na emissão de *bonds* com valor total de US\$750.000.000, taxa de 6,75% ao ano e com vencimento em março de 2021;
- (xix) O Grupo Deutsche Bank é um dos três maiores parceiros do Grupo Votorantim em operações de *hedge* de commodities e câmbio;
- (xx) Em 11 de Junho de 2011, Votorantim GMBH, na qualidade de mutuário, celebrou com diversos mutuantes contrato de pré-pagamento de exportação no valor total de US\$1.040.000.000. Sob este contrato o Deutsche Bank AG, New York Branch figura como credor no valor de US\$45.000.000,00. A operação tem vencimento previsto para 11 de Junho de 2018; e
- (xxi) Em 04 de Agosto 2011, Votorantim GMBH, na qualidade de mutuário, celebrou com diversos mutuantes contrato de pré-pagamento de exportação no valor total de US\$1.150.000.000. Sob este contrato o Deutsche Bank AG, New York Branch figura como credor no valor de US\$57.000.000,00. A operação tem vencimento previsto para 04 de Agosto de 2018.

Sociedades integrantes do conglomerado econômico do Deutsche Bank detêm ainda valores mobiliários emitidos por sociedades do conglomerado da Sociedade, conforme a tabela abaixo:

Título	Emissor	Quantidade
Ações Ordinárias (FIBR3).....	FIBRIA CELULOSE S.A.	889,557
ADRs (ISIN US31573A1097).....	FIBRIA CELULOSE S.A.	390,627

Sociedades integrantes do conglomerado econômico do Deutsche Bank eventualmente possuem outros títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária das sociedades integrantes do conglomerado econômico do Deutsche Bank não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Deutsche Bank Trust Company Americas atua como banco depositário do Programa de ADRs para o Emissor nesta Oferta.

Exceto pelas operações descritas acima, o Acionista Vendedor não contratou o Deutsche Bank e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações de financiamento, reestruturação societária do grupo econômico da Companhia, ofertas públicas de valores mobiliários emitidos pela Companhia, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira, formador de mercado e outras operações necessárias à condução das suas atividades, nos doze meses antecedentes ao pedido de registro da Oferta na ANBIMA.

O Acionista Vendedor, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, vir a contratar o Deutsche Bank e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Deutsche Bank e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Deutsche Bank como instituição intermediária da Oferta Global. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Deutsche Bank ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Goldman Sachs

Na data deste Prospecto, além do disposto no item “Relacionamento da Companhia com o Goldman Sachs” deste Prospecto, e o relacionamento referente à Oferta Global, o Acionista Vendedor não possui qualquer outro relacionamento com o Goldman Sachs. O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Goldman Sachs ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades do Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das ações de nossa emissão e/ou Units, inclusive sob a forma de ADSs, representados por ADRs, não há qualquer outra a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Goldman Sachs cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

O Acionista Vendedor entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Goldman Sachs como instituição intermediária da Oferta Global. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Goldman Sachs ou qualquer sociedade de seu grupo financeiro.

HSBC

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta Global, o Acionista Vendedor mantém relacionamento comercial com o HSBC e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras, dentre as quais se destacam as seguintes:

- (i) O Acionista Vendedor e o HSBC celebraram 2 contratos de *non deliverable forwards* ("NDF"), resultando *num Notional* acumulado de USD115,0 milhões; e
- (ii) O Acionista Vendedor atua também como fiador de diversas operações contratadas entre empresas do grupo HSBC e do grupo Votorantim.

O Acionista Vendedor, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, vir a contratar o HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, prevista em "Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta Global", na página 70 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao HSBC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta Global.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do HSBC como instituição intermediária da Oferta Global. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o HSBC ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Informações Adicionais

Não há inadequação específica da Oferta Global a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Units apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta Global" na página 108 deste Prospecto e seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência).

Os Coordenadores da Oferta Global recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta Global, a consulta a este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta Global, dos fatores de risco e dos demais riscos a ela inerentes.

Nós, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder solicitamos o registro da Oferta Brasileira em 8 de abril de 2013, estando a Oferta Brasileira sujeita à prévia aprovação pela CVM. Mais informações sobre a Oferta Global poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta Brasileira nos respectivos endereços indicados na seção "Identificação da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta Global, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores", na página 30 deste Prospecto.

O Prospecto Preliminar está disponível nos seguintes endereços e páginas na Internet: **Companhia – Votorantim Cimentos S.A.**, Praça Professor José Lannes 40, 9º andar, CEP 04571-100, São Paulo, SP (www.vcimentos.com.br, em tal página, acessar Institucional/Demonstrações Financeiras); **Acionista Vendedor – Votorantim Industrial S.A.**, Rua Amauri 255, 13º andar, conjunto A, CEP 01448-000, São Paulo, SP (www.votorantim.com.br/ri, em tal página, acessar Informações Financeiras/Prospectos); **Coordenador Líder – Banco Itaú BBA S.A.**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 4º andar, CEP 04538-132, São Paulo, SP (www.itaubba.com.br/itaubba-pt/, em tal página, acessar “Ofertas Públicas” no menu “Nossos Negócios”, e, a seguir, clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações da Votorantim Cimentos S.A. – Prospecto Preliminar”); **Coordenadores da Oferta Global – Banco BTG Pactual S.A.**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 3477, 14º andar, CEP 04538-133, São Paulo, SP (www.btgpactual.com/home/InvestmentBank.aspx/InvestmentBanking/MercadoCapitais, em tal página, acessar “2013” no menu à esquerda, e, a seguir, em “Prospecto Preliminar”, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Units da Votorantim Cimentos S.A.”); **Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.**, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr. 700, 10º andar, CEP 04542-000, São Paulo, SP (<http://br.credit-suisse.com/ofertas>, em tal página, acessar “Votorantim Cimentos S.A.”); **Banco J.P. Morgan S.A.**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 3729, 13º andar ao 15º andar, CEP 04538-905, São Paulo, SP (<http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/votorantim>); e **Banco Morgan Stanley S.A.**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 3600, 6º andar e 7º andar (parte), CEP 04538-132, São Paulo, SP (www.morganstanley.com.br/prospectos, em tal página, clicar no item “Prospectos Locais”, acessar no item “Votorantim Cimentos S.A.” o *link* “Prospecto Preliminar”); **Coordenadores – Banco Votorantim S.A.**, Avenida das Nações Unidas 14171, Torre A, 18º andar, CEP 04794-000, São Paulo, SP (<http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas>, em tal página, na seção “Prospectos das Operações de Renda Variável”, acessar “Votorantim Cimentos – Prospecto Preliminar de Emissão de Units (IPO)”); **BB–Banco de Investimento S.A.**, Rua Senador Dantas 105, 36º andar, CEP 20031-923, Rio de Janeiro, RJ (<http://www.bb.com.br/ofertapublica>, em tal página, em “Ofertas em Andamento”, acessar “Votorantim Cimentos” e depois em “Leia o Prospecto Preliminar”); **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 18º andar, CEP 04538 132, São Paulo, SP (<http://www.merrillynch-brasil.com.br>, em tal página, acessar “Votorantim Cimentos” e clicar em “Prospecto Preliminar”); **Banco Bradesco BBI S.A.**, Avenida Paulista 1450, 8º andar, CEP 01310-917, São Paulo, SP (www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx, em tal página, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida acessar “Votorantim Cimentos” e, posteriormente, “Prospecto Preliminar”); **Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 3900, 14º andar, CEP 04538-132, São Paulo, SP (<http://www.db.com/brazil/>, em tal página, acessar “Produtos e Serviços” e, em seguida, “Ofertas”); **Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.**, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr. 700, 17º andar, CEP 04542-000, São Paulo, SP (<http://www2.goldmansachs.com/worldwide/brazil/area/Investment-banking.html>, em tal página, acessar “Votorantim Cimentos S.A.” e, em seguida, clicar em “De Acordo” e em seguida clicar em “Prospecto Preliminar”); e **HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo**, Avenida Brigadeiro Faria Lima 3064, CEP 01451-000, São Paulo, SP (<http://www2.hsbc.com.br/para-voce/investimentos/prospectos/index.html>, em tal página, acessar “Prospecto Preliminar - Votorantim Cimentos S.A.”); **BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros** (<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/ofertas-publicas/ofertas-publicas.aspx?idioma=pt-br>, em tal página, acessar “Ofertas em Andamento”, clicar em “Votorantim Cimentos S.A.” e clicar em “Prospecto Preliminar”); **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**, Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ, e Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br, em tal página, acessar “Prospectos Preliminares”, em seguida, “Certificado de Depósito de Ações”, e posteriormente, “Prospecto Preliminar”).

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA GLOBAL

As seções “Relacionamento entre Nós e os Coordenadores da Oferta Global e entre Nós e os Coordenadores” e “Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Global e entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores”, que se iniciam nas páginas 83 e 97, respectivamente, deste Prospecto tratam dos relacionamentos existentes entre a Companhia, seus acionistas controladores e sociedades controladas e os Coordenadores da Oferta Global e entre a Companhia, seus acionistas controladores e sociedades controladas e os Coordenadores e entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Global e entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores, além do proveniente da presente Oferta Global.

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta Global em relação aos Coordenadores da Oferta Global ou aos Coordenadores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta Global – Custos da Oferta Global”, na página 70 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor aos Coordenadores da Oferta Global, aos Coordenadores ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta Global. Para informações adicionais sobre outras operações envolvendo a Companhia, os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores, veja a seção “Informações Sobre a Oferta Global – Relacionamento entre nós e os Coordenadores da Oferta Global e entre Nós e os Coordenadores”, na página 83 deste Prospecto.

FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA GLOBAL

O investimento nas Units envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Units, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer desses fatores de risco. O preço de mercado das Units pode diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas Units. Os riscos descritos abaixo e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar de maneira adversa, entretanto riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos atualmente irrelevantes também podem nos afetar de forma adversa.

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante em nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço das Units. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relativos à Oferta Global. Para os demais fatores de risco, ver seções “4. Fatores de Risco” e “5 Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

As Units nunca foram negociadas em bolsa de valores, e, portanto, um mercado ativo para as negociação das Units pode não se desenvolver e sua cotação pode ser adversamente afetada em seguida à Oferta Global.

Antes da Oferta Global, as Units (inclusive sob a forma de ADSs) não eram negociadas em bolsa de valores. No âmbito da Oferta Global, vamos requerer o registro para negociação das Units na BM&FBOVESPA e de Units sob a forma de ADSs na New York Stock Exchange. Um mercado ativo e líquido de negociação pode não se desenvolver ou, caso venha a se desenvolver, pode não conseguir se manter. O mercado de valores mobiliários no Brasil é significativamente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados internacionais de valores mobiliários, como aquele dos Estados Unidos, e, de modo geral, tal investimento é considerado especulativo em sua natureza e envolve riscos mais elevados. Em 31 de dezembro de 2012, a BM&FBOVESPA tinha capitalização bursátil total de R\$2,5 trilhões, com volume médio diário de negociação de R\$6,3 bilhões ao longo de 2012. Na mesma data, a *New York Stock Exchange* tinha capitalização bursátil total de U.S.\$20,8 trilhões, com um volume médio diário de negociação de U.S.\$24,7 bilhões ao longo de 2012.

Tais características de mercado podem limitar de forma significativa a capacidade dos titulares das Units vendê-las pelo preço e no momento em que desejarem, o que pode afetar de forma significativa o preço de mercado das Units. Se um mercado ativo e líquido de negociação para as Units não for desenvolvido e mantido após a realização da Oferta Global, o preço de negociação e a liquidez das Units poderão ser negativa e substancialmente impactados.

O preço inicial das Units (inclusive sob a forma de ADSs) será determinado de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, e seu preço de negociação após a conclusão da Oferta Global poderá cair abaixo do preço inicial. Consequentemente, investidores poderão sofrer perdas significativas decorrentes do declínio do valor de mercado das Units.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de Bookbuilding, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.

O Preço por Unit será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais). Caso não seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), será permitida a colocação de Units aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.

A venda de um número significativo de Units após a Oferta poderá afetar de forma negativa sua cotação.

Durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nós, o Acionista Vendedor e os membros do nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta Global e dos Coordenadores da Oferta Internacional, e observadas determinadas outras exceções previstas nos respectivos *Lock-up Agreements*, estaremos obrigados a, entre outras restrições previstas nos respectivos *Lock-up Agreements*, com relação a quaisquer das Units, ADSs ou ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de nossa emissão, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do *Securities Act* ou da legislação brasileira.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, nossos acionistas controladores, os membros de nosso Conselho de Administração e os membros de nossa Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta Global. Após esse período inicial de seis meses, nossos acionistas controladores, os membros de nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das Units, ADSs ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta Global.

Após o decurso dos períodos de vedação descritos acima, as Units, as ADSs e as ações subjacentes que estavam sujeitas a tais restrições poderão ser emitidas ou negociadas. A emissão ou a venda ou a percepção da possibilidade de emissão ou de venda de volume substancial de Units, ADSs ou ações de nossa emissão poderão prejudicar o preço de mercado das Units.

Os investidores que subscreverem ou adquirirem Units no âmbito da Oferta Global experimentarão uma diluição imediata no valor contábil de suas Units após a Oferta Global e, se formos liquidados pelo nosso valor contábil, os investidores poderão não receber o valor total de seu investimento.

O Preço por Unit deverá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por Unit das Units emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta Global. Após efetuar a subscrição ou aquisição de Units considerando o ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit, e após a dedução das despesas e das comissões a serem pagas por nós com relação à Oferta Global, o valor de nosso patrimônio líquido em 31 de março de 2013, seria de R\$9.850,7 milhões, ou R\$4,69 por Unit. Isso representa uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por Unit de R\$12,81 para novos investidores que subscreverem ou adquirirem Units no âmbito da Oferta Global pelo Preço por Unit. Como resultado dessa diluição, os investidores que subscreverem ou adquirirem Units no âmbito da Oferta Global podem receber significativamente menos que o preço total de compra que eles pagaram pelas Units subscreitas ou adquiridas no âmbito da Oferta Global em caso de nossa liquidação.

O nosso plano de outorga de opção de compra de ações poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Em 20 de maio de 2013, aprovamos um plano de outorga de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, parágrafo terceiro da Lei das Sociedades por Ações, sendo que as outorgas serão realizadas após a Oferta. A emissão de ações mediante o exercício das opções de compra de ações no âmbito do plano de opção resultará em diluição aos nossos acionistas e investidores, uma vez que as opções de compra de ações nos termos do plano de opção conferem direitos de aquisição sobre determinado número de ações limitado a 2% do nosso capital social. Portanto, a aprovação do plano de outorga de opção de compra de ações poderá resultar na diluição da participação do investidor em nosso capital social.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações (inclusive sob a forma de Units e/ou ADSs) ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações (inclusive sob a forma de Units e/ou ADSs) ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. A captação de recursos por meio da distribuição pública de ações (inclusive sob a forma de Units e/ou ADSs) ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas antigos, incluindo os investidores nas Units, o que poderá resultar na diluição da participação do referido investidor em nosso capital social.

Nossos acionistas (inclusive titulares de Units e/ou ADSs) poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós pretendemos ser após a concessão do respectivo registro pela CVM, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira.

Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Units no Brasil com esforços de colocação no exterior e, simultaneamente, uma oferta de Units sob a forma de ADSs no exterior, o que poderá nos deixar expostos a riscos potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários realizada exclusivamente no Brasil.

A Oferta Global compreenderá a distribuição pública primária e secundária das Units no Brasil, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta Global, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, para Investidores Estrangeiros, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM e, simultaneamente, a oferta de Units sob a forma de ADSs no exterior, para Investidores Estrangeiros, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta Internacional.

Além do Contrato de Distribuição, seremos parte do Contrato de Distribuição da Oferta Internacional, que regulará os esforços de colocação de Units e a oferta de Units sob a forma de ADSs no exterior, para Investidores Estrangeiros. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição da Oferta Internacional, estaremos obrigados a indenizar os Coordenadores da Oferta Global e os Coordenadores da Oferta Internacional (que também atuarão como Agentes de Colocação Internacional) em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. O Contrato de Distribuição da Oferta Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Coordenadores da Oferta Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no Contrato de Distribuição da Oferta Internacional ou no *Registration Statement under the Securities Act of 1933*, elaborado para fins da Oferta Internacional. Caso os Coordenadores da Oferta Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a essas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Distribuição da Oferta Internacional possui declarações específicas em relação à observância de exceções às leis de registro de ofertas públicas de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Os esforços de colocação das Units e a oferta de Units sob a forma de ADSs no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção de investidores estrangeiros por conta de incorreções ou omissões relevantes nos *Registration Statement under the Securities Act of 1933*, elaborado para fins da Oferta Internacional, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores e autoridades regulatórias como a SEC.

Nos casos previstos acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no Brasil e/ou exterior. Esses procedimentos judiciais no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que é oneroso para companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida.

Nossa eventual condenação em um processo no exterior em relação a incorreções ou omissões relevantes no Contrato de Distribuição da Oferta Internacional e no *Form F-1 Registration Statement under the Securities Act of 1933*, elaborado para fins da Oferta Internacional, se envolver valores elevados, poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Units.

Os Coordenadores da Oferta Global, os Coordenadores da Oferta Internacional e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as Units, inclusive sob a forma de ADSs, como referência contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Units.

Eventual descumprimento por Instituições Consorciadas ou Coordenadores de obrigações relacionadas à Oferta Global poderá acarretar seu desligamento do grupo o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Units no âmbito da Oferta Brasileira, com o consequente cancelamento dos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas ou Coordenadores e dos respectivos boletins de subscrição e contratos de compra e venda.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas ou Coordenadores, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta Global, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta Global, tal Instituição Consorciada ou Coordenador, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta Global e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta Global, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Units. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) ou Coordenador(es) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva, todos os boletins de subscrição e todos os contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta Global, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira eventualmente incidentes. Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta Global – Procedimento da Oferta Brasileira – Oferta de Varejo”, na página 73 deste Prospecto.

Nosso acionista controlador poderá ter interesses conflitantes com os interesses de nossos acionistas minoritários.

Observadas as disposições de nosso estatuto social, nosso acionista controlador tem poderes para (i) eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e indicar os membros de nossa Diretoria, estabelecendo as políticas e controlando nossa administração, (ii) alienar ou de outra forma transferir Units, inclusive sob a forma de ADSs, de que seja titular, e (iii) aprovar qualquer ato que exija a aprovação de acionistas que detenham a maioria das ações votantes representativas de nosso capital social, inclusive determinadas formas de reorganização, aquisições e alienações de ativos e distribuições de dividendos. Nosso acionista controlador poderá aprovar e promover determinadas operações que conflitem com os interesses de nossos acionistas minoritários.

As ações preferenciais subjacentes às Units asseguram a seus titulares direito limitado de voto.

Somente nossas ações ordinárias asseguram a seus titulares direito de voto pleno. Ressalvadas determinadas situações, os detentores de nossas ações preferenciais não têm direito a voto. Em decorrência de tal restrição ao exercício pleno de direito de voto e, ainda, do fato de que nosso acionista controlador deterá mais da metade de nossas ações ordinárias após a realização da Oferta Global, as ações preferenciais subjacentes às nossas Units, inclusive sob a forma de ADSs, de modo geral não asseguram a seus titulares a capacidade de influenciar a maior parte das decisões de cunho societário que dependem de aprovação em assembleia geral, inclusive a distribuição de dividendos. Para maiores informações, vide seção 12 do nosso Formulário de Referência.

Na medida em que o regime de distribuição da Oferta Brasileira é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Global, é possível que a Oferta Global venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Units objeto da Oferta Global.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta Global de subscrição e liquidação das Units (sem considerar as Units Adicionais e as Units do Lote Suplementar) que tenham sido subscritas no âmbito da Oferta Brasileira, porém não liquidadas pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta Global, nos termos do Contrato de Distribuição. Adicionalmente à garantia firme prestada nos termos acima, os Coordenadores prestarão garantia firme de liquidação nos termos dos respectivos instrumentos de adesão ao Contrato de Distribuição. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Global, caso não existam Pedidos de Reserva e intenções de investimento para a subscrição e integralização da totalidade das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units Adicionais e as Units do Lote Suplementar) até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta Global será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente canceladas. Para informações adicionais sobre cancelamento da Oferta Global, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Procedimento da Oferta”, na página 72 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando-se um Preço por Unit de R\$17,50, que é a média da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, os recursos líquidos a serem captados por nós na Oferta Primária: (i) sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais, são estimados em aproximadamente R\$4.854,1 milhões; (ii) considerando as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais, são estimados em aproximadamente R\$6.853,6 milhões; (iii) considerando as Units do Lote Suplementar e sem considerar as Units Adicionais, são estimados em aproximadamente R\$5.877,5 milhões; e (iv) sem considerar as Units do Lote Suplementar e considerando as Units Adicionais, são estimados em aproximadamente R\$5.830,0 milhões; considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta Global.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos a serem auferidos por nós em decorrência da Oferta Primária da seguinte forma: (i) 45% dos recursos líquidos da Oferta Primária, para dar continuidade à nossa estratégia de expansão orgânica e diversificação de nosso portfólio de produtos no Brasil, bem como para potenciais aquisições de sociedades de materiais básicos de construção ou ativos fora do Brasil; (ii) 40% dos recursos líquidos da Oferta Primária, para reforço de capital de giro; e (iii) 15% dos recursos líquidos da Oferta Primária, para investimentos estratégicos para posterior melhoramento da eficiência de nossas operações, conforme indicado na tabela abaixo:

Destinação dos Recursos	Percentual Estimado	Valor Líquido Estimado⁽¹⁾
Expansão orgânica, diversificação de portfólio no Brasil e aquisições de sociedades de materiais pesados de construção ou ativos fora do Brasil.....	45%	2.184.344.761,67
Reforço de capital de giro.....	40%	1.941.639.788,15
Investimentos estratégicos para posterior melhoramento da eficiência das operações.....	15%	728.114.920,56
Total	100%	4.854.099.470,38

⁽¹⁾ Sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais.

Não podemos prever quando uma aquisição irá ocorrer. Futuras aquisições dependerão de oportunidades de mercado e de análises econômicas e jurídicas.

Além dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, também poderemos utilizar outras fontes de recursos como geração própria de caixa e financiamentos, para a consecução dos objetivos acima apontados.

A destinação dos recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta Primária baseia-se em nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Essas estimativas estão sujeitas a alterações a qualquer momento, a nosso critério, tendo em vista que pretendemos destinar os recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta Primária para satisfazer nossas necessidades de recursos conforme elas surjam. Nossa administração terá ampla discricionariedade na destinação dos recursos e poderá destinar os recursos líquidos para propósitos diferentes daqueles que pretendemos atualmente. Na ausência de uma aplicação específica, poderemos investir os recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta Primária em caixa, equivalentes de caixa ou títulos e valores mobiliários. Ver seção "Capitalização", na página 115 deste Prospecto sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta Global em nossa situação patrimonial.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no preço de R\$17,50 por Unit, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços constante da capa deste Prospecto, acarretaria um aumento (redução) de R\$278,8 milhões nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta Global. O Preço por Unit será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Os recursos da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Units Adicionais e do exercício da Opção de Lote Suplementar, se houver) serão integralmente destinados ao Acionista Vendedor. Não receberemos quaisquer recursos provenientes da alienação das Units da Oferta Secundária pelo Acionista Vendedor.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta nossa capitalização total com base nas nossas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de março de 2013, e conforme ajustada de modo a refletir o pagamento antecipado do valor do principal em aberto do Votorantim *Backstop Facility* no valor de US\$15,0 milhões (equivalente a R\$30,1 milhões) em 2 de maio de 2013, e também ajustada para refletir o recebimento de R\$4.854,1 milhões em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta Primária), considerando o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais. Para informações sobre o Votorantim *Backstop Facility*, vide item 10.1(f)(i) do Formulário de Referência.

	Em 31 de março de 2013		
	Efetivo	Ajustado⁽¹⁾	Ajustado Pós-Oferta⁽²⁾
	(em R\$ milhões)		
Empréstimos e financiamentos circulantes	1.233,0	1.202,9	1.202,9
Empréstimos e financiamentos não circulantes.....	11.060,7	11.060,7	11.060,7
Patrimônio Líquido	4.996,6	4.996,6	9.850,7
Capitalização Total	17.290,4	17.260,2	22.114,3

⁽¹⁾ Ajustado para refletir o pagamento do valor principal em aberto do Votorantim *Backstop Facility*, no montante de US\$15,0 milhões (equivalente a R\$30,1 milhões), em 2 de maio de 2013. Para informações sobre esse contrato, vide item 10.1(f)(i) do Formulário de Referência.

⁽²⁾ Ajustado para refletir os recursos líquidos a serem obtidos com a Oferta Primária (considerando a dedução das comissões e das despesas da Oferta Primária), considerando o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais.

A tabela acima deve ser lida em conjunto com as seções 3 e 10 do Formulário de Referência, bem como em conjunto com as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e suas respectivas notas explicativas, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Unit de R\$17,50, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, em decorrência da colocação das Units da Oferta Primária (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta Global, aumentaria (reduziria) o valor do nosso patrimônio líquido em R\$278,8 milhões. O Preço por Units será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Com exceção do disposto acima, não houve mudanças relevantes em nossa capitalização desde 31 de março de 2013.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta Global sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Unit pago pelos investidores na Oferta Global e o valor patrimonial contábil por Unit imediatamente após a Oferta Global.

Em 31 de março de 2013, o valor do nosso patrimônio líquido era de R\$4.996,6 milhões e o valor patrimonial por Unit correspondia, na mesma data, a R\$2,76. O valor patrimonial por Unit representa o valor contábil total de nosso patrimônio líquido dividido pelo número total de ações ordinárias de nossa emissão em 31 de março de 2013, ajustado pelos desdobramentos de ações aprovados em 30 de abril e 27 de maio de 2013.

Após considerarmos a colocação das Units da Oferta Primária (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais) pelo ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit, de R\$17,50, considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta Global, nosso patrimônio líquido estimado na data deste Prospecto, seria de R\$9.850,7 milhões, representando um valor de R\$4,69 por Unit. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por Unit de R\$1,94 para os acionistas existentes, e uma diluição imediata no valor do nosso patrimônio líquido por Unit de 73,17% por Unit para novos investidores que investirem em nossas Units. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Unit e o valor patrimonial contábil por Unit imediatamente após a Oferta Global.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Unit e considera os desdobramentos de ações aprovados em 30 de abril e 27 de maio de 2013.

Preço por Unit ⁽¹⁾	R\$17,50
Valor patrimonial contábil por Unit em 31 de março de 2013 ⁽²⁾	R\$2,76
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por Unit atribuído aos acionistas existentes.....	R\$1,94
Valor patrimonial contábil por Unit em 31 de março de 2013 ajustado para refletir a Oferta Primária ⁽³⁾	R\$4,69
Diluição do valor patrimonial contábil por Unit dos novos investidores ⁽³⁾	R\$12,81
Diluição percentual dos novos investidores ⁽⁴⁾	73,17%

⁽¹⁾ Considerando o ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit de R\$17,50.

⁽²⁾ Considerando a totalidade das 5.437.500.000 ações de nossa emissão dividido por três.

⁽³⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit de R\$17,50 a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por Unit imediatamente após a conclusão da Oferta Global.

⁽⁴⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido através da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Unit, com base no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit de R\$17,50.

O Preço por Unit a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta Brasileira não guarda relação com o valor patrimonial das ações de nossa emissão e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade de demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Unit de R\$17,50, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, em decorrência da colocação das Units da Oferta Primária (sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units Adicionais), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta Global, aumentaria (reduziria) (i) o valor patrimonial por Unit em R\$0,13; e (ii) a diluição do valor patrimonial das nossas Units para novos acionistas em R\$0,87 por Unit. O Preço por Unit será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

O quadro a seguir apresenta a diluição com base no valor do nosso patrimônio líquido tangível (que corresponde ao nosso total de ativos, excluindo os ativos intangíveis, menos o valor total do passivo) que era de R\$297,4 milhões em 31 de março de 2013.

Preço por Unit ⁽¹⁾	R\$17,50
Valor patrimonial contábil tangível por Unit em 31 de março de 2013 ⁽²⁾	R\$0,16
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por Unit atribuído aos acionistas existentes.....	R\$2,29
Valor patrimonial contábil por Unit em 31 de março de 2013 ajustado para refletir a Oferta Primária ⁽³⁾	R\$2,46
Diluição do valor patrimonial contábil por Unit dos novos investidores ⁽³⁾	R\$15,04
Diluição percentual dos novos investidores ⁽⁴⁾	85,94%

⁽¹⁾ Considerando o ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit de R\$17,50.

⁽²⁾ O valor patrimonial contábil tangível por Unit representa todos os nossos ativos excluindo os ativos intangíveis menos o valor do total do passivo dividido por 5.437.500.000 dividido por três. A quantidade de 5.437.500.000 representa o número total de nossas ações ordinárias e preferenciais em circulação em 31 de março de 2013, ajustado para refletir a proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais por Unit.

⁽³⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit de R\$17,50 a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido tangível por Unit imediatamente após a conclusão da Oferta Global.

⁽⁴⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido através da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Unit, com base no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Unit de R\$17,50.

Histórico do Preço Pago por Administradores, Nossos Maiores Acionistas ou Detentores de Opções em Aquisições de Ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre o preço pago por nossos maiores acionistas e administradores em aquisições de ações nos últimos cinco anos:

Data	Natureza da Operação	Quantidade de Ações	Preço por Ação (R\$)
01/12/2010	Aumento de capital	5.500.007	R\$43,18, considerando um aumento de capital de R\$237.490.302,26.
09/03/2011	Aumento de capital	355.388	R\$41,12, considerando um aumento de capital de R\$14.613.000,00.
30/12/2011	Aumento de capital	96.052	R\$43,71, considerando um aumento de capital de R\$4.198.749,11.

Plano de Opções

Nosso Plano de Outorga de Opções foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2013 (“Plano”). O Plano é administrado pelo nosso Conselho de Administração. No âmbito do Plano, nossos executivos e empregados, assim como os executivos e empregados de outras sociedades que sejam nossas controladas, direta ou indiretamente, conforme selecionados pelo nosso Conselho de Administração, podem subscrever ou adquirir ações ordinárias e/ou ações preferenciais e/ou certificados de depósito de ações (*units*) representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de nossa emissão (“Ações”).

As opções a serem outorgadas nos termos do Plano, poderão conferir direitos sobre uma quantidade de Ações que não exceda o limite máximo de 2% (dois por cento) do nosso capital social, o qual é composto por 5.437.500.000 ações na data deste Prospecto.

Até a data deste Prospecto, não houve qualquer outorga de opções no âmbito do Plano.

A quantidade de Ações objeto da outorga de opção, as condições para aquisição de direito ao exercício da opção, o termo final para exercício da opção, os critérios de definição do preço de exercício e as condições de pagamento, a eventual fixação de prazos mínimos de carência para o exercício das opções pelos beneficiários, bem como demais condições das opções outorgadas no âmbito do Plano, serão definidos pelo nosso Conselho de Administração.

Para informações adicionais, veja o item 13.4 do Formulário de Referência e a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta Global – O nosso plano de outorga de opção de compra de ações poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social”, na página 110 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- Estatuto Social Consolidado da Companhia
- Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 5 de abril de 2013, que aprova a Oferta Global
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de maio de 2013, que aprova condições da Oferta Global
- Minuta da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, que aprovará o aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta e fixará o Preço por Unit
- Ata de Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Vendedor, realizada em 4 de abril de 2013, que aprova a Oferta Secundária
- Minuta da Ata de Reunião da Diretoria do Acionista Vendedor, que aprovará a fixação do Preço por Unit
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 da Companhia
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Acionista Vendedor
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

27.05.2013



ESTATUTO SOCIAL

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo 1º – VOTORANTIM CIMENTOS S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º – A Companhia poderá utilizar abreviatura, sigla ou nome de fantasia apenas para fins publicitários ou de divulgação de bens ou serviços de sua produção.

Parágrafo 2º – Com a admissão da Companhia ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se, a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (o “Regulamento do Nível 2”).

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede, administração e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Praça Profº. José Lannes, nº40, 9º andar, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-100 e é inscrita na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35214353680.

Parágrafo Único – A Companhia poderá abrir, transferir e/ou encerrar filiais, escritórios de representação, depósitos ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional, ou no exterior, onde lhe convier, conforme deliberação da Diretoria Estatutária.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto:

- (i) a pesquisa, a lavra, a exploração e o aproveitamento em geral de jazidas minerais;
- (ii) a produção, o transporte rodoviário, a distribuição, a importação, a exportação e o comércio em geral de cimento, cal, argamassa, gesso e de respectivas matérias-primas e produtos derivados, afins ou correlatos, fertilizantes e corretivos de solo, artefatos de cimento e seus derivados, afins e correlatos;
- (iii) a geração de energia elétrica para o emprego em instalações industriais próprias e comercialização de excedentes;
- (iv) o co-processamento para geração de energia;
- (v) os serviços de concretagem e outras atividades concernentes ao seu ramo de negócio;
- (vi) a prestação de serviços relativos à construção, supervisão, estudos, exploração do ramo de projetos e execução de quaisquer obras de engenharia civil, em todas suas modalidades técnicas e econômicas, por conta própria ou através de terceiros, por empreitada ou por administração;
- (vii) o arrendamento, comodato e locação de bens imóveis;

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

- (viii) a administração e exploração de projetos florestais;
- (ix) a importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos para construção;
- (x) a prestação de assistência técnica a empresas que explorem o mesmo ramo de negócio;
- (xi) a prestação de serviços especializados e intermediação de negócios relacionados com seu objeto social;
- (xii) a prestação de serviços de gestão de negócios, análises de viabilidade econômica de investimentos e de projetos de exploração na área de cimento, cal, materiais de construção em geral e em outras correlatas; e
- (xiii) a participação em, organização e/ou administração de sociedades de qualquer natureza, consórcio, parcerias e associações no Brasil ou no exterior.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS**

Artigo 5º – O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.746.024.209,57 (dois bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, vinte e quatro mil, duzentos e nove Reais e cinquenta e sete centavos), dividido em 5.437.499.900 (cinco bilhões, quatrocentas e trinta e sete milhões, quatrocentas e noventa e nove mil e novecentas) ações ordinárias e 100 (cem) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º – A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$12.000.000.000,00 (doze bilhões de Reais), podendo ser emitidas ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo admitido em lei.

Parágrafo 1º – Dentro do limite do capital autorizado estabelecido neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração (“Conselho”), aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização das ações emitidas.

Parágrafo 2º – Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações.

Parágrafo 3º – O Conselho poderá outorgar opção de compra ou de subscrição de ações, de acordo com o Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição que venha a ser aprovado em Assembleia Geral, a seus Administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam subsidiárias, direta ou indiretamente, da Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções, observado o saldo do limite do capital autorizado na data da outorga das referidas opções de compra ou subscrição de ações.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Parágrafo 4º – São considerados Administradores da Companhia os Membros do Conselho de Administração (“Conselheiros”) e os Diretores Estatutários.

Parágrafo 5º – As ações ordinárias poderão ser convertidas em ações preferenciais, cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre a conversão, estabelecer as razões para a conversão, a proporção entre ações ordinárias e preferenciais, respeitado o limite previsto em lei, e fixar as condições da conversão.

Parágrafo 6º – A Companhia poderá, mediante comunicação à BM&FBOVESPA e publicação de anúncio, suspender os serviços de transferência, grupamento e desdobramento de ações, ou de transferência, grupamento, desdobramento e cancelamento de certificados de depósito de ações, conforme aplicável, mediante autorização do, e por período a ser determinado pelo, Conselho de Administração, desde que observado o disposto na Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo 7º – Às ações novas, totalmente integralizadas, poderão ser pagos dividendos integrais independentemente da data de subscrição. Caberá à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, estabelecer as condições de pagamento de dividendos às novas ações subscritas, bem como às ações emitidas em decorrência de bonificações, inclusive fixar vantagens para a imediata integralização dos respectivos valores.

Parágrafo 8º – É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 7º – O capital social será representado por ações ordinárias e preferenciais.

Parágrafo 1º – As ações preferenciais participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de bonificações. O número total de ações preferenciais emitidas pela Companhia poderá atingir o limite máximo admitido em lei, podendo em sua emissão ser alterada a proporção anteriormente existente entre ações ordinárias e preferenciais.

Parágrafo 2º – A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Parágrafo 3º – As ações preferenciais terão direito de voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias:

- (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;

ESTATUTO SOCIAL DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

- (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, nos termos do artigo 65 deste Estatuto; e
- (iv) alteração ou revogação de dispositivos deste Estatuto Social que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1, do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo 4º – Para fins deste Estatuto Social, “Acionista Controlador” significa o acionista ou grupo de acionistas, conforme definido no Regulamento do Nível 2 (“Grupo de Acionistas”), que exerça o Poder de Controle. Para fins deste Estatuto Social, o termo “Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação societária detida. Há presunção relativa de titularidade do Poder de Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Parágrafo 5º – Às ações preferenciais é assegurado:

- (i) a prioridade no reembolso em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio, pelo valor patrimonial;
- (ii) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador alienante, assegurado dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias; e
- (iii) demais direitos assegurados aos detentores de ações preferenciais pela Lei n.º 6.404/76 e pelo Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 6º – As ações preferenciais, por não terem dividendos fixos ou mínimos, não adquirirão o exercício do direito de voto se a Companhia deixar de pagar dividendos, sendo inaplicável o disposto no parágrafo 1º do artigo 111 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo 7º – A Companhia não emitirá cautelas, títulos ou certificados representativos de ações, comprovando-se a propriedade do acionista pela conta de depósito aberta em nome do acionista junto à instituição financeira depositária referida no artigo 8º abaixo.

ESTATUTO SOCIAL DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 8º – Todas as ações da Companhia serão escriturais e, em nome de seus titulares, serão mantidas em conta de depósito junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Único – O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações custodiadas poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de custódia.

Artigo 9º – O direito de preferência dos antigos acionistas poderá ser excluído ou reduzido nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do disposto no artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10º – A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na lei e realizar-se-á anualmente, no prazo previsto no Artigo 132 da Lei n.º 6.404/76, mediante convocação pelo Conselho de Administração ou por outras pessoas e órgãos autorizados na legislação aplicável, para deliberar sobre as matérias de sua competência:

- (i) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
- (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, e fixar a remuneração global dos administradores.

Artigo 11 – A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser realizada concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária, e além dos casos previstos em lei e neste Estatuto, reunir-se-á mediante convocação do Conselho sem prejuízo de outras pessoas ou órgãos autorizados pela legislação aplicável, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) aumentar o limite do capital autorizado;
- (iii) aumentar o capital social, ressalvado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto;
- (iv) deliberar acerca da avaliação feita por empresa especializada ou por 3 (três) peritos dos bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
- (v) reduzir o capital social;

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

- (vi) deliberar sobre a incorporação da Companhia, bem como das ações de sua emissão, a incorporação de outras sociedades pela Companhia, sua dissolução, transformação, cisão, fusão ou liquidação;
- (vii) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades;
- (viii) deliberar sobre pedido de falência ou de recuperação da Companhia, nos termos da legislação aplicável;
- (ix) contratos e operações de valor superior à alçada de aprovação do Conselho de Administração deverão ser submetidos à aprovação da Assembleia Geral;
- (x) deliberar a saída do Nível 2;
- (xi) escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, conforme previsto no Capítulo VIII deste Estatuto Social, a partir da lista tríplice apresentada pelo Conselho; e
- (xii) aprovar o orçamento do Conselho de Administração, como disposto no artigo 34 deste Estatuto Social.

Artigo 12 – O anúncio de convocação de Assembleia Geral deverá ser feito nos termos da legislação em vigor sempre com um mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência e conterá informações precisas sobre o local, a data, o horário de realização da Assembleia, bem como enumerará, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas.

Parágrafo Único – É vedada a inclusão, na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou “assuntos gerais” ou expressões equivalentes.

Artigo 13 – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito a voto e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número dos detentores de ações com direito a voto.

Artigo 14 – A Companhia deverá disponibilizar, no máximo até a data da primeira convocação, para todos os acionistas, a pauta da Assembleia Geral e os materiais e documentos necessários para a análise das matérias constantes na ordem do dia, exceto quando prazo maior for definido pela regulamentação.

Artigo 15 – As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente, e, na ausência de ambos, por pessoa escolhida pela maioria dos votos dos acionistas presentes, sendo que o Presidente do Conselho ou, na ausência deste, o Vice-Presidente, poderá indicar pessoa diversa para presidir a Assembleia Geral.

Parágrafo Único – O Presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 16 – O acionista poderá participar e ser representado nas Assembleias Gerais na forma prevista no Artigo 126 da Lei n.º 6.404/76, exibindo, no ato ou previamente, o documento hábil de identidade, ou procuração com poderes especiais.

Artigo 17 – A Companhia definirá claramente e disponibilizará a todos os acionistas as regras de votação, visando facilitar ao máximo este processo a seus acionistas.

Artigo 18 – Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada, em livro próprio, ata a ser assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes.

Parágrafo Único – A existência de votos dissidentes deverá constar da ata, quando requerido.

**CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO**

**Seção I
Das Disposições Gerais**

Artigo 19 – A investidura em cargo de administração ou de integrante dos comitês observará o disposto nos artigos 147 e 162 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo único - O conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado; ou (ii) tiver interesse conflitante com a sociedade.

Artigo 20 – Os Administradores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho e da Diretoria Estatutária.

Parágrafo 1º – O termo de posse deverá conter, sob pena de responsabilização civil do Administrador eleito:

- (i) a indicação de pelo menos um domicílio, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia, no qual o Administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado; e
- (ii) a anuência ao Código de Conduta, às Políticas de Divulgação, de Dividendos e de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, além dos Regimentos Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e demais Regimentos dos Comitês de Assessoramento ao Conselho da Companhia.

ESTATUTO SOCIAL DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Parágrafo 2º – A posse dos Administradores é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º – A posse de Conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão.

Parágrafo 4º – A posse dos Administradores é condicionada ao fornecimento de declaração de desimpedimento feita sob as penas da Lei e em instrumento próprio, que ficará arquivada na sede da Companhia.

Artigo 21 – A Companhia assegurará aos Administradores e aos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ou aos membros de quaisquer órgãos sociais com funções técnicas ou consultivas destinados a aconselhar os Administradores, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, devendo a Companhia manter contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos.

Parágrafo 1º – A garantia prevista no *caput* deste Artigo estende-se aos empregados que regularmente atuarem em cumprimento de mandato outorgado pela Companhia.

Parágrafo 2º – Se o Administrador, membro do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de quaisquer órgãos sociais com funções técnicas ou consultivas destinados a aconselhar os Administradores, ou ainda o empregado referido no Parágrafo supra, for condenado, com decisão transitada em julgado, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados, quando não cobertos por seguro, exceto nos casos em que a condenação decorrer de infrações objetivas (i.e., que independem de culpa ou dolo do acusado), casos estes em que os custos serão arcados pela Companhia.

Artigo 22 – Os Administradores da Companhia e membros do Conselho Fiscal responderão, nos termos do Artigo 158 e seus parágrafos, da Lei n.º 6.404/76, individual ou solidariamente, pelos atos que praticarem ou por omissão e pelos prejuízos deles decorrente.

Seção II Do Conselho de Administração

Artigo 23 – O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 9 (nove) membros, com igual número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, a qual designará um Presidente e um Vice-Presidente, todos com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Parágrafo 1º – No mínimo, 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, sendo considerado Conselheiro Independente aquele que:

- (i) não tenha qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital;
- (ii) não seja Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não seja ou não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição);
- (iii) não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;
- (iv) não seja fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- (v) não seja funcionário ou Administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- (vi) não seja cônjuge ou parente até segundo grau de algum Administrador da Companhia; e
- (vii) não receba outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Parágrafo 2º – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo 1º deste artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Nível 2.

Parágrafo 3º – Nenhum Conselheiro poderá acumular função executiva na Companhia.

Parágrafo 4º – A remuneração dos Conselheiros será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, observados os limites legais aplicáveis.

Parágrafo 5º – A qualificação como Conselheiro Independente deverá constar expressamente da ata que o elegeu.

Parágrafo 6º – Será também considerado Conselheiro Independente, aquele eleito mediante faculdade prevista pelo art. 141, parágrafos 4º e 5º da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo 7º – Independentemente de haver número suficiente de suplentes eleitos, o Conselho deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros que permita o devido funcionamento do Conselho.

Artigo 24 – No processo de eleição dos Conselheiros pela Assembleia Geral serão observadas as

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

seguintes regras:

- (i) o Acionista Controlador tem o direito de eleger a maioria dos membros do Conselho;
- (ii) será assegurado aos acionistas não controladores o direito de eleger e destituir um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo nos termos da Lei; e
- (iii) sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho se der pelo sistema de voto múltiplo e os acionistas titulares de ações ordinárias exercerem o direito de eleger, em separado, Conselheiro, será assegurado ao Acionista Controlador o direito de eleger Conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número máximo de Conselheiros estabelecido no Artigo 23 deste Estatuto.

Artigo 25 – O Conselho é o órgão de orientação e direção superior da Companhia, de deliberação colegiada, competindo-lhe, além das demais atribuições previstas na legislação:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e suas diretrizes;
- (ii) aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos;
- (iii) aprovar a política de gestão de riscos;
- (iv) constituir comitês que serão responsáveis por analisar, elaborar propostas ou efetuar recomendações sobre determinadas matérias ao Conselho e definir suas respectivas atribuições de acordo com o previsto neste Estatuto;
- (v) nomear os membros do CAE e dos demais comitês eventualmente criados pelo Conselho, bem como fixar a remuneração de seus membros;
- (vi) escolher e destituir auditores externos da Companhia e de suas subsidiárias com base em recomendação do CAE, os quais não poderão prestar serviços à Companhia e suas subsidiárias que, de acordo com as normas profissionais, legislação e regulamentos que regulam a profissão do auditor externo, comprometam a sua independência durante a vigência do contrato;
- (vii) contratar advogados, especialistas, peritos e outros profissionais externos para melhor instruírem as matérias sujeitas à sua deliberação;
- (viii) aprovar o Código de Conduta da Companhia;
- (ix) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei e sempre quando julgar conveniente, podendo, para tanto, providenciar a publicação do edital de convocação de acordo com as regras estabelecidas nesse Estatuto Social;
- (x) eleger e destituir os Diretores Estatutários da Companhia, bem como fixar suas atribuições, observado o que a respeito dispuser esse Estatuto Social;
- (xi) fixar a distribuição individual da verba de remuneração aprovada pela Assembleia Geral entre os seus próprios membros e os Diretores Estatutários;

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

- (xii) avaliar formalmente resultados de desempenho da Companhia, da Diretoria Estatutária em conjunto e do Diretor-Presidente, individualmente, bem como tomar conhecimento da avaliação realizada pelo Diretor-Presidente dos demais Diretores Estatutários;
- (xiii) fiscalizar, inclusive individualmente, a gestão dos Diretores Estatutários, examinando, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, obtendo cópia destes sempre que assim achar necessário;
- (xiv) desenvolver em conjunto com a Diretoria Estatutária e aprovar um plano de participação a empregados e Diretoria Estatutária nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais a empregados e Diretoria Estatutária vinculados ao resultado da Companhia ("Plano de Participação nos Resultados");
- (xv) fixar o montante da participação dos empregados e Diretoria Estatutária nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor;
- (xvi) estabelecer o limite de ações a serem emitidas dentro do Plano de Opção de Compra de Ações ou de Subscrição de Ações da Companhia previamente aprovado pela Assembleia Geral, observado o limite previsto no item "xv" acima;
- (xvii) deliberar sobre a emissão e alienação de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (xviii) autorizar a aquisição das próprias ações, com o objetivo de mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento, com observância das disposições legais e regulamentares em vigor;
- (xix) deliberar sobre a emissão de ações, de bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, até o limite do capital autorizado, incluindo:
 - (a) a quantidade, espécie e classe de valores mobiliários a serem emitidos;
 - (b) o preço de emissão e os critérios para a sua fixação;
 - (c) o cronograma da emissão;
 - (d) conferir poderes para que a Diretoria Estatutária possa praticar todos os atos necessários para a implementação da emissão;
 - (e) a exclusão do direito de preferência ou redução do prazo para seu exercício em todas as situações conforme previstas no artigo 172 da Lei n.º 6.404/76;
 - (f) outros termos e condições relevantes da emissão;
- (xx) autorizar a prestação de garantias e contra-garantias de qualquer natureza, seja garantia real ou fidejussória, a favor de terceiros e em valor superior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal, excetuada aquelas prestadas em favor de sociedades ou entidades controladas pela própria Companhia, que independem de autorização do Conselho de Administração independentemente do valor;

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

- (xxi) aprovar qualquer operação entre a Companhia, de um lado, e seus acionistas, Administradores, empregados, ou sociedades nas quais tais pessoas detenham, direta ou indiretamente, participação societária ou interesse sob qualquer forma, ou parentes de acionistas, Administradores e empregados da Companhia, ou qualquer parte que, nos termos da legislação aplicável, seja considerada parte relacionada da Companhia, cujo valor seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;
- (xxii) autorizar a contratação de quaisquer operações de empréstimos ou financiamentos, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxi) acima, cujo valor exceda R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;
- (xxiii) autorizar a celebração de quaisquer contratos ou negócios jurídicos em geral, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxi) acima, que obriguem a Companhia, ou exonerem terceiros de responsabilidades para com a Companhia, quando os valores envolvidos, em transações únicas ou conjuntas, ultrapassarem R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal. A título exemplificativo, é necessária a aprovação do Conselho nos contratos ou negócios jurídicos em geral que tenham por finalidade:
 - (a) a retirada de algum setor de negócio ao qual até então participava;
 - (b) a participação em associação ou parceria com terceiros;
 - (c) a alienação, cessão e transferência de bens e direitos integrantes de seu ativo permanente, ou sua oneração;
 - (d) a realização de investimentos de capital ou aquisições não constantes do orçamento anual previamente aprovado;
- (xxiv) autorizar a celebração de quaisquer contratos ou negócios jurídicos em geral, pelos órgãos de administração de suas subsidiárias diretas ou indiretas, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxi) acima, que as obriguem, ou exonerem terceiros de responsabilidades para com elas, quando os valores envolvidos, em transações únicas ou conjuntas, ultrapassarem R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal. A título exemplificativo, é necessária a aprovação do Conselho nos contratos ou negócios jurídicos em geral que tenham por finalidade:
 - (a) a retirada de algum setor de negócio ao qual até então participava;
 - (b) a participação em associação ou parceria com terceiros;
 - (c) a alienação, cessão e transferência de bens e direitos integrantes de seu ativo permanente, ou sua oneração;
 - (d) a realização de investimentos de capital ou aquisições não constantes do orçamento anual previamente aprovado;
- (xxv) aprovar o nome do representante da Companhia nas assembleias gerais ou nas reuniões de sócios das sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária, inclusive indicando, em sendo o caso, os nomes dos conselheiros a serem eleitos para integrar conselhos de administração dessas sociedades;

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

- (xxvi) deliberar sobre quaisquer matérias que não são de competência da Diretoria Estatutária ou da Assembleia Geral, nos termos do presente Estatuto Social, bem como matérias cujos limites ultrapassem a alçada estabelecida para a Diretoria Estatutária;
- (xxvii) aprovar a alienação do controle de subsidiárias da Companhia;
- (xxviii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:
 - (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;
 - (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;
 - (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e
 - (d) outros pontos que o Conselho considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (xxix) deliberar sobre políticas para evitar conflitos de interesses entre a Companhia e seus acionistas ou seus Administradores, bem como sobre a adoção de providências julgadas necessárias na eventualidade de surgirem conflitos dessa natureza;
- (xxx) deliberar sobre as políticas de responsabilidade institucional da Companhia em especial aquelas referentes ao meio-ambiente, saúde e segurança do trabalho, e responsabilidade social da Companhia propostas pela Diretoria Estatutária;
- (xxxi) deliberar sobre as alterações nas regras de governança corporativa, que incluem, mas não se limitam ao processo de prestação de contas e ao processo de divulgação de informações;
- (xxxii) manifestar-se sobre o relatório da administração, das demonstrações financeiras e proposta de destinação do resultado do exercício;
- (xxxiii) propor a política de dividendos da Companhia; e
- (xxxiv) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de oferta pública de aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2;
- (xxxv) apreciar as propostas apresentadas pela Diretoria Estatutária, nos termos deste Estatuto Social.

Parágrafo único: Para efeito de esclarecimento, os assuntos já previamente aprovados no orçamento anual não necessitam de nova aprovação do Conselho.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 26 – O Conselho reunir-se-á, preferencialmente na sede da Companhia, trimestralmente em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando necessário aos interesses sociais. O pedido de reunião deverá ser encaminhado ao Presidente do Conselho, que adotará as providências necessárias para a convocação da reunião.

Parágrafo 1º – As reuniões ordinárias serão fixadas no calendário anual, que considera o ano civil, e deverá ser proposto pelo Presidente do Conselho.

Parágrafo 2º – As convocações das reuniões do Conselho de Administração, quer as ordinárias, quer as extraordinárias, deverão ser feitas por carta protocolada, fac-símile ou correio eletrônico enviado ao endereço constante do termo de posse, especificando hora e local e incluindo a ordem do dia detalhada com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência. Ficam dispensados os procedimentos de convocação quando todos os Conselheiros estiverem presentes na reunião.

Parágrafo 3º – Fica facultada, se necessária, a participação dos Conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar é necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aqueles que participarem nos termos do Parágrafo 3º acima, bem como aqueles que estejam, na ocasião, representados por suplentes, ou que haja enviado seu voto por escrito.

Artigo 27 – As matérias e deliberações tomadas nas reuniões do Conselho serão válidas se tiverem voto favorável da maioria simples dos membros presentes e serão lavradas em atas e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho. Sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos serão arquivados e publicados na Junta Comercial competente e nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia.

Parágrafo 1º – As atas serão redigidas com clareza, registrarão todas as decisões tomadas e serão objeto de aprovação formal.

Parágrafo 2º – Em caso de empate, o Presidente do Conselho deverá exercer o voto de qualidade.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 28 – O Presidente do Conselho, ou o Secretário por ele designado, deve preparar a agenda das reuniões com base em solicitações de Conselheiros e consulta aos Diretores Estatutários.

Parágrafo Único – A agenda, bem como documentação necessária à apreciação dos assuntos em pauta, deverá ser entregue a cada um dos Conselheiros com, no mínimo, três dias de antecedência da data da reunião.

Artigo 29 – Perderá o cargo, ensejando a sua vacância definitiva, o Conselheiro que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho.

Artigo 30 – Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas interinamente pelo Vice-Presidente do Conselho. Em caso de ausência ou impedimento temporário de ambos, os Conselheiros remanescentes indicarão, dentre os demais membros, aquele que exercerá suas funções interinamente.

Artigo 31 – Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho, este poderá ser representado por um suplente. Em caso de ausência ou impedimento temporário também de suplente, o Conselho deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros que permita o devido funcionamento do Conselho.

Artigo 32 – Ocorrendo vacância definitiva de qualquer dos cargos de membro efetivo do Conselho, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes, podendo ou não o substituto ser escolhido dentre os membros suplentes. O substituto servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia após a ocorrência, na qual será eleito novo membro efetivo. O mesmo procedimento se aplicará no caso de vacância definitiva de um membro suplente. Para os fins deste artigo, ocorrerá a vacância de um cargo de membro do Conselho quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou perda do mandato do membro, seja efetivo ou suplente.

Parágrafo Único – Sempre que a eleição dos Conselheiros tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, nos termos do Artigo 141 da Lei n.º 6.404/76, a destituição de qualquer membro do Conselho pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição.

Artigo 33 – O Conselho, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas designadas dentre os membros do Conselho e/ou terceiros. Os comitês deverão adotar regimentos próprios, aprovados pelo Conselho.

Artigo 34 – O Conselho deve possuir orçamento anual próprio, aprovado pela Assembleia Geral, inclusive para contratação de profissionais externos.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 35 – O Conselho deverá adotar Regimento Interno, que defina claramente as suas responsabilidades e atribuições e previna situações de conflito com a Diretoria Estatutária, notadamente com seu Diretor-Presidente. O Regimento Interno do Conselho deverá dispor a respeito:

- (i) das atribuições;
- (ii) da composição, mandato e investidura;
- (iii) dos deveres dos Conselheiros;
- (iv) do Presidente do Conselho;
- (v) das normas de funcionamento, incluindo a secretaria, reuniões, convocações, agendas, atas, documentação e sistema de votação;
- (vi) da comunicação com a Diretoria Estatutária;
- (vii) dos comitês especializados;
- (viii) das normas para a administração de conflitos de interesses;
- (ix) da interação com o Conselho Fiscal, se instalado;
- (x) da interação com o auditor externo; e
- (xi) do seu orçamento.

**Seção III
Da Diretoria Estatutária**

Artigo 36 – A Diretoria Estatutária será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) Diretores Estatutários, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e os demais com as designações que lhes forem atribuídas pelo Conselho. O prazo de gestão dos Diretores Estatutários será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

Parágrafo 1º – O Diretor-Presidente submeterá ao Conselho os nomes dos candidatos à Diretoria Estatutária com conhecimento e especialização sobre a matéria de responsabilidade de sua área de atuação, podendo, inclusive, propor ao Conselho sua destituição a qualquer tempo.

Parágrafo 2º – Não poderá ocupar o cargo de Diretor Estatutário aquele que for indicado para o Conselho.

Parágrafo 3º – Quando da eleição dos Diretores Estatutários sem designação específica, suas atribuições serão definidas pelo Conselho.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 37 – Nos casos de vacância, de impedimento temporário ou quaisquer outras formas de ausência por razões particulares, as substituições do Diretor-Presidente e dos demais Diretores Estatutários observarão os seguintes procedimentos.

Parágrafo 1º – Em caso de impedimento temporário do Diretor-Presidente, este designará o seu próprio substituto dentre os demais Diretores Estatutários, o qual assumirá todas as suas atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares.

Parágrafo 2º – Em caso de impedimento temporário de qualquer outro Diretor Estatutário, este não será substituído, podendo suas atribuições ser conferidas a outro Diretor Estatutário pelo Diretor-Presidente, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor Estatutário impedido, enquanto no exercício do cargo do Diretor Estatutário substituído, excluído o direito de voto que competia ao Diretor Estatutário substituído nas reuniões da Diretoria Estatutária.

Parágrafo 3º – Em caso de vacância no cargo de Diretor-Presidente, o Presidente do Conselho designará temporariamente um Diretor Estatutário para substituir o Diretor-Presidente, que acumulará as suas atribuições, direitos e responsabilidades até que o Conselho realize nova eleição para o cargo de Diretor-Presidente para completar o prazo de gestão remanescente do substituído.

Parágrafo 4º – Em caso de vacância no cargo de Diretor Estatutário, caberá ao Conselho, mediante recomendação do Diretor-Presidente, eleger ou não novo Diretor Estatutário para completar o prazo de gestão remanescente do substituído.

Artigo 38 – A Diretoria Estatutária reunir-se-á, preferencialmente na sede da Companhia, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Diretor-Presidente ou de, pelo menos, 2 (dois) Diretores Estatutários, lavrando-se ata no livro próprio.

Parágrafo 1º – As reuniões ordinárias serão fixadas dentro do calendário anual, que considera o ano civil, e deverá ser proposto pelo Diretor-Presidente e submetido à aprovação da Diretoria Estatutária. Caso a reunião ordinária não ocorra por falta de quórum de instalação, será convocada nova reunião em segunda convocação.

Parágrafo 2º – As convocações de reunião extraordinária deverão ser feitas pelo Diretor-Presidente por correio eletrônico, especificando hora e local e incluindo a ordem do dia detalhada com pelo menos 3 (três) dias de antecedência. Ficam dispensados os procedimentos de convocação quando todos os Diretores Estatutários estiverem presentes na reunião.

ESTATUTO SOCIAL DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Parágrafo 3º – Fica facultada, se necessária, a participação dos Diretores Estatutários na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Diretor Estatutário, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º – As reuniões da Diretoria Estatutária somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros.

Artigo 39 – As deliberações da Diretoria Estatutária serão tomadas pelo voto da maioria simples dos Diretores Estatutários presentes. Em caso de empate, a matéria será submetida ao Conselho.

Artigo 40 – A Diretoria Estatutária encaminhará ao Conselho cópias das atas de suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

Artigo 41 – Respeitados os limites de alçada eventualmente estabelecidos para cada Diretor Estatutário pelo Conselho ou neste Estatuto, as decisões sobre as matérias afetas a área específica de sua atuação, desde que a matéria não afete a área de atuação de outro Diretor Estatutário, serão tomadas por ele próprio ou em conjunto com o Diretor-Presidente, em matérias ou situações preestabelecidas por este último.

Artigo 42 – A representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive na assinatura de documentos que importem em responsabilidade para esta, deverá ser realizada sempre por 2 (dois) Diretores Estatutários em conjunto, ou um Diretor Estatutário em conjunto com 01 (um) dos procuradores constituídos na forma do Parágrafo 1º deste Artigo, ou por 2 (dois) procuradores constituídos na forma do Parágrafo 1º deste Artigo.

Parágrafo 1º – Salvo quando pela essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações “*ad negotia*” ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração, devendo a procuração ser assinada por 2 (dois) Diretores Estatutários.

Parágrafo 2º – Pode, ainda, a Companhia ser representada por um único Diretor Estatutário ou procurador (a) nas Assembleias Gerais de acionistas, ou equivalentes, de companhias, consórcios e outras entidades das quais a Companhia participe, desde que respeitada a instrução de voto do Conselho ou da Diretoria Estatutária; (b) em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração “*ad judicia*”; (c) perante órgãos de qualquer esfera de governo, alfândega e concessionárias de serviço público para atos específicos que não gerem obrigação para a Companhia; e (d) na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em obrigação para a Companhia cujos limites de valores sejam estabelecidos pela Diretoria Estatutária ou pelo Conselho.

ESTATUTO SOCIAL DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Parágrafo 3º – No caso de obrigações a serem assumidas no exterior, a Companhia poderá ser representada apenas por um membro da Diretoria Estatutária, ou por um único procurador com poderes específicos e limitados, nos termos deste Estatuto Social, desde que aprovado pelo Conselho.

Parágrafo 4º – Quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, companhias de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, IAPAS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros de idêntica natureza, a Companhia poderá ser representada apenas por um membro da Diretoria Estatutária, ou por um único procurador com poderes específicos e limitados, nos termos deste Estatuto Social.

Parágrafo 5º – A Diretoria Estatutária poderá deliberar, nos termos e dentro dos limites legais, que certos documentos da Companhia sejam assinados por processos mecânicos ou de chancela.

Artigo 43 – A Diretoria Estatutária deve acompanhar e controlar as atividades das subsidiárias e acompanhar as atividades das empresas das quais a Companhia participe ou com as quais esteja associada;

Artigo 44 – A Diretoria Estatutária deve acompanhar e monitorar os assuntos relacionados a marcas e patentes, nomes e insígnias da Companhia e suas subsidiárias.

Artigo 45 – Compete à Diretoria Estatutária:

- (i) cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho;
- (ii) deliberar sobre a criação e a eliminação das Diretorias e Gerências imediatamente subordinadas a cada Diretor Estatutário;
- (iii) elaborar e propor ao Conselho as políticas gerais de recursos humanos da Companhia, incluindo planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, benefícios e regime disciplinar dos empregados da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- (iv) elaborar e propor, anualmente, ao Conselho as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da Companhia, e executar o plano estratégico aprovado;
- (v) elaborar e propor ao Conselho os orçamentos anual e plurianual da Companhia, e executar os orçamentos aprovados;
- (vi) definir o plano anual de seguros da Companhia e de suas subsidiárias;

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

- (vii) elaborar e submeter à aprovação do Conselho proposta sobre a política de gestão de riscos;
- (viii) planejar e conduzir as operações da Companhia e suas subsidiárias e reportar ao Conselho o desempenho econômico-financeiro da Companhia, produzindo inclusive relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- (ix) aprovar critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para suas subsidiárias para sua execução e implantação;
- (x) alienar debêntures conversíveis em ações, ou com garantia real, de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias;
- (xi) identificar, avaliar e propor ao Conselho oportunidades de investimento e/ou desinvestimento que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Estatutária, e executar os investimentos e/ou desinvestimentos aprovados;
- (xii) identificar, avaliar e propor ao Conselho operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia seja parte, inclusive envolvendo as ações de sua própria emissão, bem como aquisições de participações acionárias, e conduzir as fusões, cisões, incorporações e aquisições aprovadas;
- (xiii) elaborar e propor ao Conselho as políticas financeiras da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- (xiv) autorizar a prestação de garantias e contra-garantias de qualquer natureza, seja garantia real ou fidejussória, a favor de terceiros e em valor igual ou inferior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal, excetuada aquelas prestadas em favor de sociedades ou entidades controladas pela própria Companhia, que independem de autorização;
- (xv) autorizar atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou Diretores Estatutários, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes e os limites de alçada da Diretoria Estatutária;
- (xvi) definir e propor ao Conselho, após o levantamento do balanço, a destinação do lucro do exercício, a distribuição dos dividendos da Companhia, inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio e, quando necessário, o orçamento de capital;
- (xvii) elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho e, posteriormente, à Assembleia Geral;
- (xviii) promover a adesão dos empregados ao Código de Conduta estabelecido pelo Conselho;
- (xix) elaborar e propor ao Conselho as políticas de responsabilidade institucional da Companhia, tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da Companhia e implementar as políticas aprovadas;
- (xiv) autorizar a contratação de quaisquer operações de empréstimos ou financiamentos, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxiii) abaixo, cujo valor seja igual ou inferior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

- (xx) celebrar contratos ou negócios jurídicos em geral, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxiii) abaixo, que obriguem a Companhia, ou exonerem terceiros de responsabilidades para com a Companhia, quando os valores envolvidos, em transações únicas ou conjuntas, sejam iguais ou inferiores a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal. A título exemplificativo, é necessária a aprovação da Diretoria Estatutária nos contratos ou negócios jurídicos em geral que tenham por finalidade:
 - (a) a retirada de algum setor de negócio ao qual até então participava;
 - (b) a participação em associação ou parceria com terceiros;
 - (c) a alienação, cessão e transferência de bens e direitos integrantes de seu ativo permanente, ou sua oneração;
 - (d) a realização de investimentos de capital ou aquisições não constantes do orçamento anual previamente aprovado;
- (xv) autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, podendo estabelecer normas e delegar poderes, cujos valores em transações únicas ou conjuntas, sejam iguais ou inferiores a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;
- (xvi) aprovar qualquer operação entre a Companhia, de um lado, e seus acionistas, Administradores, empregados, ou sociedades nas quais tais pessoas detenham, direta ou indiretamente, participação societária ou interesse sob qualquer forma, ou parentes de acionistas, Administradores e empregados da Companhia, ou qualquer parte que, nos termos da legislação aplicável, seja considerada parte relacionada da Companhia, cujo valor seja igual ou inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;
- (xvii) propor ao Conselho quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas ou entre acionistas, ou de contratos de consórcio ou entre consorciados, de sociedades ou consórcios dos quais a Companhia participe e, ainda, propor a celebração de novos acordos e contratos de consórcio que contemplem matérias desta natureza;
- (xviii) estabelecer e informar ao Conselho os limites de alçada individual de Diretores Estatutários, respeitados os limites de alçadas da Diretoria Estatutária estabelecidos pelo Conselho;
- (xix) estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho para a Diretoria Estatutária, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da Companhia;
- (xx) praticar todos e quaisquer atos já previstos no orçamento anual aprovado, independentemente do montante; e
- (xxi) indicar as pessoas que devam integrar a diretoria, o conselho de administração e fiscal e comitês das sociedades e entidades em que a Companhia tenha participação, inclusive indireta.

Parágrafo Único – Caberá à Diretoria Estatutária a fixação da orientação de voto a ser seguida por seus representantes, em Assembleias Gerais ou equivalentes nas sociedades, fundações e outras entidades de que a Companhia participa, direta ou indiretamente, respeitadas as oportunidades de investimento da Companhia e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como o respectivo orçamento, e observado sempre o limite de sua alçada com respeito, dentre outros, ao endividamento, à alienação ou oneração de ativos, inclusive de valores mobiliários, à renúncia de direitos e ao aumento ou redução de participação societária.

ESTATUTO SOCIAL DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 46 – Os atos de qualquer Diretor Estatutário, ou procurador, que envolva a Companhia em qualquer situação relativa à prestação de garantias ou contra garantias em favor de terceiros, em desacordo com o quanto constante deste Estatuto Social, artigo 25 item (xx) e artigo 45 item (xiv), são expressamente proibidos e considerados nulos de pleno direito, não produzindo qualquer efeito em relação à Companhia. Os atos relacionados a este assunto que dependerem de aprovação prévia da Diretoria Estatutária, deverão ser aprovados em reunião colegiada da Diretoria Estatutária obrigatoriamente (i) instalada com a presença da maioria dos Diretores Estatutários; (ii) presidida pelo Diretor-Presidente; e (iii) com o voto favorável da maioria dos Diretores Estatutários presentes à reunião.

Artigo 47 – Compete ao Diretor-Presidente, sem prejuízo de outras funções que o Conselho lhe possa atribuir:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Estatutária;
- (ii) exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe, para tanto, a coordenação e a supervisão das atividades dos demais Diretores Estatutários, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho e pela Assembleia Geral;
- (iii) delegar competência aos demais Diretores Estatutários, bem como a empregados, para a prática de atos específicos, de acordo com as conveniências de gestão;
- (iv) selecionar e submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos a cargos de Diretor Estatutário, a serem eleitos pelo Conselho, bem como propor a respectiva destituição; e
- (v) indicar, dentre os membros da Diretoria Estatutária, os substitutos dos Diretores Estatutários nos casos de impedimento temporário ou ausência destes, nos termos do Artigo 37 deste Estatuto.

Artigo 48 – Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores sem prejuízo de outras funções que o Conselho lhe possa atribuir:

- (i) organizar, gerir, reunir, avaliar e supervisionar as atividades e área financeira da Companhia;
- (ii) planejar, organizar, gerir e executar a elaboração do plano e contratação de seguros, apresentando o plano e as propostas aos demais Diretores Estatutários, em reunião, e considerando suas solicitações;
- (iii) planejar, otimizar, organizar, gerir e supervisionar o pagamento e recolhimento dos tributos incidentes sobre as atividades da Companhia;
- (iv) planejar, organizar, gerir e supervisionar as atividades de tesouraria, controladoria, contabilidade, relações com investidores, centro de serviços compartilhados e Tecnologia da Informação, propondo e sugerindo medidas para o aprimoramento de seu controle;
- (v) propor diretrizes e procedimentos de administração financeira com vistas à salvaguarda, garantia, liquidez e rentabilidade dos ativos da Companhia;
- (vi) abrir e movimentar contas bancárias em conjunto com outro Diretor Estatutário;

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

- (vii) elaborar propostas orçamentárias e prestar contas aos demais Administradores;
- (viii) elaborar as demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- (ix) implementar os procedimentos e assegurar o cumprimento das normas estipuladas pelos órgãos de certificação, nas áreas sob sua responsabilidade;
- (x) manifestar-se sobre toda documentação pertinente à aquisição, oneração e alienação de bens e direitos ou que constitua a Companhia em obrigação pecuniária de qualquer espécie, observando e fazendo observar as normas internas e limites de alçada aplicáveis e as leis em vigor;
- (xi) representar a Companhia perante qualquer entidade institucional ou órgão regulador ou auto regulador ou atuante no mercado de valores mobiliários nacional e/ou internacional; e
- (xii) desempenhar funções de relações com investidores, designadamente as de prestação de informações ao público investidor e aos órgãos reguladores ou auto regulador e de supervisão, bem como manter atualizado o registro da Companhia.

**CAPÍTULO V
DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 49 – O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, acionistas ou não, naturais e residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei n.º 6.404/76. Será assegurado, aos acionistas não controladores, o direito a eleger um dos membros, em votação separada. O presidente do Conselho Fiscal será eleito na primeira reunião do órgão.

Parágrafo 1º – O Conselho Fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na forma prevista na legislação em vigor, e funcionará até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua instalação;

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a sua reeleição.

Parágrafo 3º – O Conselho Fiscal deverá adotar Regimento Interno que defina claramente as suas responsabilidades e atribuições.

Parágrafo 4º – Nenhum membro do Conselho Fiscal poderá acumular função executiva na Companhia.

Artigo 50 – A investidura em cargo de Conselheiro Fiscal, quando instalado, observará o disposto nos artigos 147 e 162 da Lei n.º 6.404/76 e ocorrerá mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho Fiscal.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Parágrafo 1º – O termo de posse deverá conter, sob pena de responsabilização civil do Conselheiro Fiscal eleito:

- (i) a indicação de pelo menos um domicílio, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia, no qual o Conselheiro Fiscal receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado; e
- (ii) a anuência ou a ciência, conforme aplicável, ao Código de Conduta, às Políticas de Divulgação, de Dividendos e de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, além dos Regimentos Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e demais Regimentos dos Comitês de Assessoramento ao Conselho da Companhia.

Parágrafo 2º – A posse dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência, conforme previsto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º – A posse dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é condicionada ao fornecimento de declaração de desimpedimento feita sob as penas da Lei e em instrumento próprio, que ficará arquivada na sede da Companhia.

Artigo 51 – Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro ou vacância definitiva de membro do Conselho Fiscal, este deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º – Ocorrendo vacância definitiva de qualquer dos cargos de membro do Conselho Fiscal e, na falta do suplente, um novo membro será eleito na primeira Assembleia Geral da Companhia após a ocorrência.

Parágrafo 2º – Não respeitado o número mínimo, será imediatamente convocada uma Assembleia Geral para a eleição de membros que permitam o devido funcionamento do Conselho Fiscal.

Parágrafo 3º – Para os fins deste artigo, ocorrerá a vacância de um cargo de membro do Conselho Fiscal quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou perda do mandato. Perderá o mandato o membro do Conselho Fiscal que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho Fiscal.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 52 – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, observados os limites legais aplicáveis.

Parágrafo 1º – Os membros somente farão jus à remuneração no período em que, instalado o Conselho Fiscal, estejam no efetivo exercício da função.

Parágrafo 2º – Será assegurado aos membros do Conselho Fiscal reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

**CAPÍTULO VI
DO COMITÊ DE AUDITORIA - CAE**

Artigo 53 – O Comitê de Auditoria (“CAE”) será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos Conselheiros Independentes, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração para um mandato de 5 (cinco) anos. No mínimo um dos membros deverá ter dedicação substancial ao CAE e ser profissional de comprovado conhecimento nos assuntos relacionados à sua atividade e deve ainda atender aos requisitos de independência, estabelecidos neste regimento, e capacitação em finanças e contabilidade (*financial literacy*), na legislação aplicável e nas normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais.

Artigo 54 – O CAE terá dentre outras funções:

- (i) analisar as demonstrações financeiras;
- (ii) promover a supervisão da área financeira;
- (iii) zelar para que a Diretoria Estatutária desenvolva controles internos confiáveis;
- (iv) zelar para que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores externos avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria Estatutária e da auditoria interna;
- (v) estabelecer com a auditoria externa o plano de trabalho e o acordo de honorários;
- (vi) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição da auditoria externa; e
- (vii) interagir com a auditoria externa sobre assuntos relacionados ao procedimento de auditoria.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração deverá aprovar o Regimento Interno do CAE, que disciplinará as regras do seu funcionamento, assim como suas específicas responsabilidades e atribuições.

Artigo 55 – O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do CAE, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo a contratação de profissionais externos para auxílio no cumprimento de suas atribuições.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

**CAPÍTULO VII
DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS**

Artigo 56 – O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º – Ao final de cada exercício social, a Diretoria Estatutária fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras:

- (i) balanço patrimonial;
- (ii) demonstração do resultado do exercício;
- (iii) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- (iv) demonstração dos fluxos de caixa;
- (v) demonstração do valor adicionado; e
- (vi) notas explicativas às demonstrações financeiras.

Parágrafo 2º – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na legislação em vigor.

Artigo 57 – Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido apurado na forma da Lei nº 6.404/76, podendo ainda ser imputado ao valor dos dividendos, sem prejuízo do disposto no Parágrafo 2º do Artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, o valor dos juros pagos ou creditados, individualizadamente aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.

Parágrafo 1º – A Assembleia poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 2º – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. O Conselho poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

Parágrafo 3º – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Parágrafo 4º – O pagamento do dividendo de que trata este artigo será limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, e a diferença será registrada como reserva de lucros a realizar.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Parágrafo 5º – Os dividendos não reclamados em até 3 (três) anos da data do pagamento prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 6º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Parágrafo 7º – O saldo remanescente do lucro líquido do exercício poderá, observadas as disposições legais aplicáveis, por proposta da administração, ser total ou parcialmente atribuído como:

- (i) dividendo suplementar aos acionistas;
- (ii) constituição de reservas permitidas por lei; e
- (iii) saldo que se transfere para o exercício seguinte como retenção de lucros, quando devidamente justificado pelos Administradores, para financiar plano de investimento previsto em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 8º – A Companhia, por deliberação do Conselho, poderá pagar dividendos sob a forma de juros sobre capital próprio.

Artigo 58 – Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (Artigo 197 da Lei n.º 6.404/76).

Artigo 59 – A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas instituídas em balanços semestrais ou levantados em períodos menores.

**CAPÍTULO VIII
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO,
DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E
DA SAÍDA DO NÍVEL 2**

Artigo 60 – A Alienação do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

ESTATUTO SOCIAL DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 61 – A oferta pública referida no artigo 60 também deverá ser exigida:

- (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; e
- (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação que comprove tal valor.

Artigo 62 – Aquele que adquirir o Poder de Controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 60 do presente Estatuto Social; e
- (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 63 – Na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, de que trata o artigo 65 e seus parágrafos, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 64 – Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 65 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único – O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta de aquisição de ações referida no caput deste artigo se a Companhia sair do Nível 2 em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 65 – O laudo de avaliação de que tratam os artigos 63 e 64 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei n.º 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo 1º – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente da espécie ou classe o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º – Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 66 – A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, conforme previsto no Regulamento do Nível 2. A Companhia tampouco registrará em sua sede acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

Artigo 67 – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, ou em virtude de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 64 deste Estatuto.

Parágrafo 1º – A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Parágrafo 2º – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 68 – A saída da Companhia do Nível 2 em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 65 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º: O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo 2º: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo 3º: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral Extraordinária de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2.

Parágrafo 4º: Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo Terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2, a referida Assembleia Geral Extraordinária deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 69 – As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 70 – Os termos iniciados em letra maiúscula nesse Capítulo terão o significado a eles atribuídos no Regulamento do Nível 2.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

**CAPÍTULO IX
DO JUÍZO ARBITRAL**

Artigo 71 – A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Sanções, do Contrato de Participação no Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

**CAPÍTULO X
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA**

Artigo 72 – A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

**CAPÍTULO XI
EMISSÃO DE UNITS**

Artigo 73 – A Companhia poderá patrocinar a emissão de certificados de depósito de ações (doravante designados como "Units" ou individualmente como ("Unit").

Parágrafo 1º – Cada Unit representará 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia. As Units terão forma escritural.

Parágrafo 2º – As Units serão emitidas no caso de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária ou mediante solicitação dos acionistas que o desejarem, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto.

Parágrafo 3º – Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

Artigo 74 – Exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units.

Artigo 75 – O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de acordo com o disposto neste Estatuto.

**ESTATUTO SOCIAL DA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Parágrafo 1º – Poderá ser cobrado o custo de transferência e cancelamento da Unit do respectivo titular.

Parágrafo 2º – O Conselho poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de emissão ou cancelamento de Units prevista no artigo 73, parágrafo 2º e no *caput* deste artigo, respectivamente, no caso de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo 3º – As Units que tenham ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

Artigo 76 – As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações depositadas.

Parágrafo 1º – O direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units. O titular da Unit poderá ser representado nas Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído nos termos do artigo 16 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º – Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

- (i) caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units;
- (ii) caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

ESTATUTO SOCIAL DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº. 01.637.895/0001-32

Artigo 77 – No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia, se houver, a instituição financeira depositária criará novas Units no livro de registro de Units escriturais e creditará tais Units aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Companhia depositadas na conta de depósito vinculada às Units, observada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, não haverá o crédito automático de Units.

Artigo 78 – Os titulares de Units terão direito ao recebimento de ações decorrentes de cisão, incorporação ou fusão envolvendo a Companhia. Em qualquer hipótese, as Units serão sempre criadas ou canceladas, conforme o caso, no livro de registro de Units escriturais, em nome da BM&FBOVESPA, como respectiva proprietária fiduciária, que as creditará nas contas de custódia dos respectivos titulares de Units. Nas hipóteses em que forem atribuídas ações aos titulares de Units e tais ações não forem passíveis de constituir novas Units, estas ações também serão depositadas na BM&FBOVESPA, na qualidade de proprietária fiduciária das Units, que as creditará nas contas de custódia dos respectivos titulares.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 79 – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 80 – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie, sob qualquer modalidade, para os acionistas controladores.

Artigo 81 – Não obstante o disposto no artigo 6.º, parágrafo 5.º, deste Estatuto, exclusivamente na hipótese de aprovação de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia aprovar pedido de conversão de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais formulado por acionista da Companhia anteriormente à referida oferta, para o fim de viabilizar a emissão de Units nos termos do Capítulo XI acima, bem como fixar as condições da conversão.

Artigo 82 – Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei n.º 6.404/76 e o Regulamento do Nível 2.

Artigo 83 – O presente Estatuto Social entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.

* * * * *

-
- Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 5 de abril de 2013, que aprova a Oferta Global

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



VOTORANTIM CIMENTOS S.A.
CNPJ/MF n.º 01.637.895/0001-32
NIRE 35300370554

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2013.**

- I. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 05 de abril de 2013, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Praça Professor José Lannes, n.º 40, 9º Andar, bairro Cidade Monções, na Cidade e Estado de São Paulo.
- II. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social votante, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
- III. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas.
- IV. **MESA:** João Carvalho de Miranda - Presidente
Alexandre Silva D'Ambrosio - Secretário
- V. **ORDEM DO DIA:** aprovar (a) a abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (b) a adesão da companhia ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") designado Nível 2 de Governança Corporativa; (c) a reforma integral do Estatuto Social da Companhia para adequá-lo às regras aplicáveis às companhias de capital aberto e às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa ("Regulamento do Nível 2"); (d) a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais; (e) criação do Conselho de Administração da Companhia e eleição dos seus membros; (f) fixação da remuneração global anual dos administradores; e (g) autorização da realização de oferta pública inicial de ações.
- VI. **DELIBERAÇÕES:**

Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, os acionistas presentes, por unanimidade, decidiram aprovar, sem qualquer restrição ou ressalva, o quanto segue:

(A) Aprovar a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, condicionado à efetiva realização de oferta pública inicial de

distribuição de ações, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários à obtenção do registro, inclusive a celebração de quaisquer documentos e representação da Companhia perante a CVM;

(B) Aprovar a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA designado Nível 2 de Governança Corporativa;

(C) Aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Companhia a fim de adaptá-lo às regras aplicáveis às companhias de capital aberto e àquelas constantes do Regulamento do Nível 2, na forma da proposta da administração, e conforme o Anexo I a esta ata, que fica arquivado na sede da Companhia;

(D) Aprovar a conversão de 100 (cem) ações ordinárias em 100 (cem) ações preferenciais, na proporção de uma ação preferencial para cada ação ordinária, sendo que as ações preferenciais terão os direitos previstos no Estatuto Social ora aprovado;

(E) Aprovar a criação do Conselho de Administração da Companhia, que será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, a qual designará um Presidente e um Vice-Presidente, todos com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Os Diretores da Companhia serão, a partir desta data, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

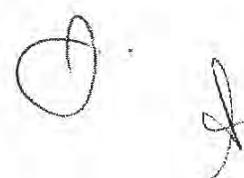
(F) Eleger 05 (cinco) membros efetivos e 05 suplentes para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2015, conforme segue:

Membros Efetivos:

(1) RAUL CALFAT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 5.216.686-7 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 635.261.408-63, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 10º andar, como Conselheiro efetivo e Presidente do Conselho de Administração;

(2) JOÃO CARVALHO DE MIRANDA, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG n.º 05223819-3 (SSP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o n.º 772.120.887-49, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 10º andar, como Conselheiro efetivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração;

(3) JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES NETO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 4.432.222-7 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 817.568.284-48, com endereço



comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar, como Conselheiro efetivo;

(4) FABIO ERMÍRIO DE MORAES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 11.418.526-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 083.358.948-25, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar, como Conselheiro efetivo;

(5) ALEXANDRE SILVA D'AMBRÓSIO, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 7.124.595-9 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.170.338-50, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar, como Conselheiro efetivo;

Suplentes:

(1) JOSÉ ROBERTO ERMÍRIO DE MORAES, brasileiro, casado, engenheiro portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.960.580-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 029.080.178-81, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

(2) CLÁUDIO ERMÍRIO DE MORAES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15.340.437-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 116.005.728-12, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

(3) CLÓVIS ERMÍRIO DE MORAES SCRIPILLITI, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 5.584.184-3 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 023.290.828-19, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

(4) GILBERTO LARA NOGUEIRA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 3.862.728-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 386.364.768-87, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

(5) MÁRIO ANTONIO BERTONCINI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 14.065.058-1 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 085.771.768-51, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

Os Conselheiros ora eleitos declararam, para fins do disposto no §1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, não estar incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil.



Os Conselheiros ora eleitos foram investidos nos cargos para os quais foram eleitos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, os quais contêm a declaração de desimpedimento prevista no artigo 147, § 4º da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM 367/02.

(G) Aprovar a fixação da remuneração global anual dos Administradores, conforme segue:

(i) para os administradores da Companhia: remuneração global anual no valor de até R\$ 23.566.904,00 (vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e quatro reais). Nos termos do artigo 25, inciso (xi), do Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração fixar e ratear as remunerações individuais dos administradores, dentro do limite ora aprovado.

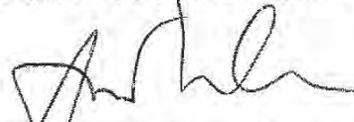
(H) Autorizar a realização de oferta pública inicial de ações, cujos termos e condições deverão ser integralmente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

DOCUMENTOS: Os documentos pertinentes à Ordem do Dia estão arquivados na sede da Companhia e foram colocados à disposição para consulta dos acionistas.

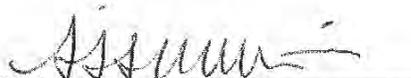
VII. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada pelos acionistas presentes. 05 de abril de 2013. (a.a.) **João Carvalho de Miranda** Presidente; **Alexandre Silva D'Ambrosio**, Secretário; p. **VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.:** Alexandre Silva D'Ambrósio e João Carvalho de Miranda, diretores.

São Paulo, 05 de abril de 2013.

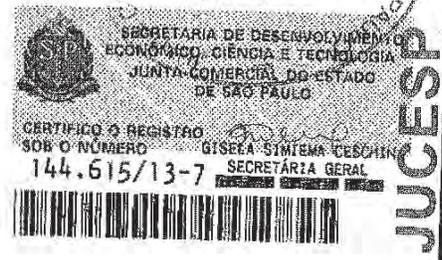
Certifico que a presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de abril de 2013 e lavrada em livro próprio.



João Carvalho de Miranda
Presidente



Alexandre Silva D'Ambrosio
Secretário



-
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de maio de 2013, que aprova condições da Oferta Global

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.
CNPJ/MF n.º 01.637.895/0001-32
NIRE 35.300.370.554

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2013

Data, hora e local: Realizada no dia 27 de maio de 2013, às 10:00 horas, na sede da Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Praça Professor José Lannes, n.º 40, 9º Andar, bairro Cidade Monções, na Cidade e Estado de São Paulo.

Convocação: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Presenças: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia em exercício: Srs. Raul Calfat; José Ermírio de Moraes Neto; Fábio Ermírio de Moraes; João Carvalho de Miranda, Alexandre Silva D'Ambrosio e José Écio Pereira da Costa Júnior.

Mesa Diretora: Sr. Raul Calfat – Presidente.
Sr. Alexandre Silva D'Ambrosio – Secretário.

Ordem do dia: Deliberar sobre:

- (i) realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósitos de ações ("Units") representativos, cada um, de uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia, com o consequente aumento de capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado;
- (ii) a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das Units;
- (iii) a listagem dos *American Depositary Receipts* ("ADRs"), representativos de *American Depositary Shares* ("ADSs"), a serem emitidos no âmbito da oferta, na *New York Stock Exchange* ("NYSE") e a contratação do agente de transferência e registro (*transfer agent and registrar*) dos ADSs;
- (iv) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da oferta; e
- (v) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à realização dos itens acima.

Deliberações: Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, por unanimidade de votos, os membros do Conselho de Administração da Companhia, sem reservas e/ou ressalvas, deliberaram:

(i) aprovar a realização da oferta de 285.714.286 (duzentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e seis) Units pela Companhia, nos termos e condições dispostos abaixo:

- (a) a oferta de Units será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e demais disposições legais aplicáveis, a ser coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”) e outras instituições financeiras, com esforços de colocação das Units no exterior (“Oferta Brasileira”), bem como por meio de distribuição pública primária e secundária de Units no exterior sob a forma de ADRs, representativos de ADSs, cada ADS representativo de duas Units, com registro na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), em conformidade com o *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado (“Oferta Internacional”, e, em conjunto, com a Oferta Brasileira, “Oferta Global”);
- (b) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units objeto da Oferta Global poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 15% de Units, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao agente estabilizador, destinada a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta Global (“Opção de Lote Suplementar”);
- (c) nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, sem prejuízo do exercício da Opção de Lote Suplementar, a quantidade de Units objeto da Oferta Global, poderá, a critério da Companhia e da Votorantim Industrial S.A., este último, na qualidade de acionista vendedor, ser aumentada em até 20% do total das Units objeto da Oferta Global, inclusive sob a forma de ADSs, no âmbito da oferta primária e/ou secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas;
- (d) o preço das Units objeto da Oferta Global será determinado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”) a ser realizado pelas instituições intermediárias e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a investidores institucionais durante o Procedimento de

Bookbuilding ("Preço por Unit"). A escolha dos critérios de determinação do Preço por Unit é justificada, na medida em que o preço de mercado das Units a serem subscritas/adquiridas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas intenções de investimento de subscrição/aquisição das Units e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. No contexto da Oferta Global, estima-se que o Preço por Unit estará situado entre R\$ 16,00 e R\$19,00, podendo, no entanto, ser fixado fora dessa faixa indicativa;

- (e) as demais características da Oferta Global constarão no prospecto preliminar, elaborado no âmbito da Oferta Brasileira, e no *form F-1 registration statement*, elaborado no âmbito da Oferta Internacional;
- (ii) aprovar que o aumento de capital da Companhia e a emissão das novas ações ordinárias e ações preferenciais representativas de Units objeto da distribuição primária no contexto da Oferta Global, a serem deliberados oportunamente, serão realizados com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações ordinárias e ações preferenciais representativas de Units, em conformidade com o disposto no artigo 172, I da Lei das Sociedades por Ações, sendo tal aumento e emissão realizados dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social;
- (iii) aprovar a listagem dos ADSs, a serem emitidos no âmbito da Oferta Global, na NYSE, bem como a contratação do Deutsche Bank Trust Company Americas como agente de transferência e registro (*transfer agent and registrar*) dos ADSs;
- (iv) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta Global. Para tanto, a Diretoria está investida de plenos poderes para, desde já, tomar todas as providências e praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Oferta Global, incluindo, exemplificativamente, os poderes de representação da Companhia perante a CVM, a SEC, o Banco Central do Brasil, a BM&FBOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, podendo para tanto (a) praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta; (b) contratar as instituições intermediárias e demais assessores da Oferta Global, e (c) assinar quaisquer documentos necessários ou convenientes à realização da Oferta Global; e

- (v) ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às deliberações acima.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Presenças: Raul Calfat – Presidente da Mesa Diretora; e Alexandre Silva D'Ambrosio – Secretário. Conselheiros: Raul Calfat; José Ermírio de Moraes Neto; Fábio Ermírio de Moraes; João Carvalho de Miranda; Alexandre Silva D'Ambrosio e José Écio Pereira da Costa Júnior.

São Paulo, 27 de maio de 2013.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de maio de 2013 lavrada em livro próprio.



Alexandre Silva D'Ambrosio
Secretário

-
- Minuta da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, que aprovará o aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta e fixará o Preço por Unit

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.
CNPJ/MF Nº 01.637.895/0001-32
NIRE 35.300.370.554

ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [●] DE JUNHO DE 2013

1. **DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO:** Realizada às [●] horas do dia [●] de [●] de 2013, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Profº José Lannes, nº 40, 9º andar, bairro Cidade Monções, São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **PRESEÇA:** a totalidade dos membros do Conselho de Administração.
3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. [●] e secretariados pelo Sr. [●].
4. **ORDEM DO DIA:** Composta a mesa, o Presidente declarou iniciados os trabalhos, solicitando a leitura da Ordem do Dia com o seguinte teor:
 - (i) a fixação e justificativa do preço de emissão dos certificados de depósito de ações representativos de ações ordinárias e ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Units"), objeto da oferta pública de distribuição primária e secundária de Units ("Oferta"), aprovada em assembléia geral extraordinária da Companhia realizada em 5 de abril de 2013;
 - (ii) a conversão de ações ordinárias e preferenciais para fins da Oferta, conforme previsto no artigo 81 do Estatuto Social da Companhia;
 - (iii) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante necessário para a realização da Oferta primária;
 - (iv) a aprovação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") e do *Final Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta;
 - (v) a celebração dos documentos relacionados à Oferta; e
 - (vi) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da Oferta.

5. **DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os Conselheiros da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas:
- (i) aprovar o preço de emissão dos Units objeto da Oferta, o qual foi fixado em R\$[●], após: (a) a efetivação dos pedidos de reserva; e (b) a apuração do resultado da coleta de intenções (“Procedimento de Bookbuilding”), realizado pelas instituições intermediárias, em consonância com o disposto no artigo 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais (conforme definidos no Prospecto Definitivo) durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do preço por *Unit* é justificada, pois não promoverá a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e os *Units* serão distribuídos por meio de distribuição pública primária e secundária, em que o valor de mercado dos *Units* a serem subscritos e/ou vendidos foi determinado com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais (conforme definidos no Prospecto Definitivo) apresentaram sua ordens firmes de compra no contexto da Oferta. Os Investidores Não-Institucionais (conforme definidos no Prospecto Definitivo) que aderiram à Oferta não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de fixação do preço por *Unit*;
 - (ii) aprovar, nos termos do artigo 81 do Estatuto Social da Companhia, o pedido da Votorantim Industrial S.A. para conversão de [●] ([●]) ações ordinárias de sua titularidade em [●] ([●]) ações preferenciais;
 - (iii) aprovar o aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de [●] ([●]) ações ordinárias e de [●] ([●]) ações preferenciais, as quais serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, ao preço de R\$[●] ([●]) por ação, passando o capital social da Companhia para R\$[●] ([●]), representado por [●] ([●]) ações ordinárias e [●] ([●]) ações preferenciais, com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia.

As *Units* conferem a seus titulares: (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que a cada ação corresponderá um voto; (b) direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (c) direito de alienação de suas ações, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* com 100% do preço); (d) direito de alienação de suas ações em oferta pública a ser realizada pelo acionista controlador ou pela Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta e somente pelo acionista controlador em caso de cancelamento de listagem no nível 2 da BM&FBOVESPA, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente, com experiência comprovada e escolhida pela assembleia de acionistas titulares de ações em circulação a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração, sendo que os custos de elaboração do referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante; e (e) direito integral aos dividendos e demais direitos pertinentes às ações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação ou data de liquidação das ações do lote suplementar, conforme o caso.

Desta forma, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação, *ad-referendum* da próxima Assembleia Geral de Acionistas: “Artigo 5º – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, totaliza R\$[•] ([•]), dividido em [•] ([•]) ações ordinárias e [•] ([•]) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal”;

- (iv) aprovar o Prospecto Definitivo e o *Final Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta;
 - (v) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao: (i) Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Certificados de Depósito de Ações (Units) Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão de Votorantim Cimentos S.A.”, celebrado entre a Companhia, a Votorantim Industrial S.A., os Coordenadores da Oferta Global e a BM&FBOVESPA; (ii) o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Ações, celebrado entre a Companhia e a Itaú Corretora de Valores S.A.; (iii) o Contrato de Prestação de Serviços de Emissão e Escrituração de Units e Custódia de Ações Lastro, celebrado entre a Companhia e a Itaú Corretora de Valores S.A.; (iv) o Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a BM&FBOVESPA, a Companhia e Votorantim Industrial S.A.;
 - (vi) aprovar a suspensão, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, do direito conferido aos acionistas de solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento de Units de sua titularidade, de acordo com o artigo 75, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia, sendo que tal prazo será contado a partir da data da publicação do Anúncio de Início da Oferta, com exceção do desmembramento das Units de titularidade do Banco Morgan Stanley S.A. para, ao fim do período de estabilização da Oferta Brasileira, devolver as ações por ele tomadas por empréstimo como forma de realizar as atividades de estabilização; e
 - (vii) a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da Oferta.
6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, [•] de junho de 2013.

[•]

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata de Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Vendedor, realizada em 4 de abril de 2013, que aprova a Oferta Secundária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.
CNPJ/MF Nº 03.407.049/0001-51
NIRE 35300313216

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 de ABRIL DE 2013.

- I. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 04 de abril de 2013, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Amauri, n.º 255, 13º andar, Cj. "A", na Cidade e Estado de São Paulo.
- II. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social votante, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
- III. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas.
- IV. **MESA:** **João Carvalho de Miranda** - Presidente

 Alexandre Silva D'Ambrosio - Secretário
- V. **ORDEM DO DIA:** aprovar (a) a abertura de capital da Votorantim Cimentos S.A., subsidiária da Companhia ("Votorantim Cimentos"), e a submissão de pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (b) a adesão da Votorantim Cimentos ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") designado Nível 2 de Governança Corporativa; (c) a reforma integral do Estatuto Social da Votorantim Cimentos para adequá-lo às regras aplicáveis às companhias de capital aberto e às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa ("Regulamento do Nível 2"); (d) a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais de emissão da Votorantim Cimentos; (e) criação do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos; (f) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos; (g) fixação da remuneração global anual dos administradores da Votorantim Cimentos; e (h) autorização da realização de oferta pública inicial de ações da Votorantim Cimentos, incluindo a realização de oferta secundária pela Companhia.
- VI. **DELIBERAÇÕES:**

Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, os acionistas presentes, por unanimidade, decidiram aprovar, sem qualquer restrição ou ressalva, o quanto segue:

(A) Aprovar a abertura de capital da Votorantim Cimentos e a submissão do pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, condicionado à efetiva realização de oferta pública inicial de distribuição de ações;

(B) Aprovar a adesão da Votorantim Cimentos ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA designado Nível 2 de Governança Corporativa;

(C) Aprovar, a reforma integral do Estatuto Social da Votorantim Cimentos a fim de adaptá-lo às regras aplicáveis às companhias de capital aberto e àquelas constantes do Regulamento do Nível 2, conforme o Anexo I a esta ata;

(D) Aprovar a conversão de 100 (cem) ações ordinárias em 100 (cem) ações preferenciais de emissão da Votorantim Cimentos, na proporção de uma ação preferencial para cada ação ordinária, sendo que as ações preferenciais terão os direitos previstos no Estatuto Social ora aprovado;

(E) Aprovar a criação do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos, que será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 9 (nove) membros, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral da Votorantim Cimentos, a qual designará um Presidente e um Vice-Presidente, todos com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Os Diretores da Votorantim Cimentos serão, a partir desta data, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Votorantim Cimentos;

(F) Aprovar a eleição de 05 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração da Votorantim Cimentos e de 05 (cinco) suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Votorantim Cimentos a se realizar em 2015, conforme segue:

Membros Efetivos:

(1) RAUL CALFAT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 5.216.686-7 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 635.261.408-63, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 10º andar, como Conselheiro efetivo e Presidente do Conselho de Administração;

(2) JOÃO CARVALHO DE MIRANDA, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG n.º 05223819-3 (SSP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o n.º 772.120.887-49, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 10º andar, como Conselheiro efetivo e Vice- Presidente do Conselho de Administração;

(3) JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES NETO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 4.432.222-7 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 817.568.284-48, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar, como Conselheiro efetivo;

(4) FABIO ERMÍRIO DE MORAES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 11.418.526-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 083.358.948-25, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar, como Conselheiro efetivo;

(5) ALEXANDRE SILVA D'AMBRÓSIO, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 7.124.595-9 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.170.338-50, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar, como Conselheiro efetivo;

Suplentes:

(1) JOSÉ ROBERTO ERMÍRIO DE MORAES, brasileiro, casado, engenheiro portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.960.580-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 029.080.178-81, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

(2) CLÁUDIO ERMÍRIO DE MORAES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15.340.437-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 116.005.728-12, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

(3) CLÓVIS ERMÍRIO DE MORAES SCRIPILLITI, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 5.584.184-3 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 023.290.828-19, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

(4) GILBERTO LARA NOGUEIRA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 3.862.728-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 386.364.768-87, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

(5) MÁRIO ANTONIO BERTONCINI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 14.065.058-1 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 085.771.768-51, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amauri, 255, 13º andar;

(G) Aprovar a fixação da remuneração global anual dos Administradores da Votorantim Cimentos, conforme segue:

(i) para os administradores da Votorantim Cimentos: remuneração global anual no valor de até R\$ 23.566.904,00 (vinte e três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, novecentos e quatro reais). Nos termos do artigo 25, inciso (xi), do Estatuto Social da Votorantim Cimentos, caberá ao Conselho de Administração fixar e ratear as remunerações individuais dos administradores, dentro do limite ora aprovado.

(H) Autorizar a realização de oferta pública inicial de ações da Votorantim Cimentos ("IPO"), cujos termos e condições deverão ser integralmente aprovados pelo Conselho de Administração da Votorantim Cimentos, ficando desde já estabelecido que a oferta secundária a ser realizada pela Companhia no âmbito do IPO da Votorantim Cimentos será de até R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). Os Diretores da Companhia ficam autorizados a praticar todos os atos necessários, bem como a celebrar quaisquer documentos relacionados à formalização da oferta secundária a ser realizada no âmbito do IPO da Votorantim Cimentos.

DOCUMENTOS: Os documentos pertinentes à Ordem do Dia estão arquivados na sede da Companhia e foram colocados à disposição para consulta dos acionistas.

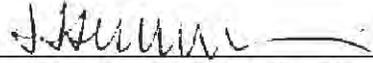
VII. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada pelos acionistas presentes. 04 de abril de 2013. (a.a.) João Carvalho de Miranda, Presidente e Alexandre Silva D'Ambrosio, Secretário. Acionistas: p. Votorantim Participações S.A.: Raul Calfat e Antonio Joaquim Ferreira Custódio, diretores; José Roberto Ermirio de Moraes.

São Paulo, 04 de abril de 2013.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de abril de 2013 e lavrada em livro próprio.



João Carvalho de Miranda
Presidente



Alexandre Silva D'Ambrosio
Secretário

-
- Minuta da Ata de Reunião da Diretoria do Acionista Vendedor, que aprovará a fixação do Preço por Unit

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.
CNPJ/MF Nº 03.407.049/0001-51
NIRE 35300313216

ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2013.

1. **DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO:** Realizada às [•] horas do dia [•] de [•] de 2013, na sede social da Companhia, localizada na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, Cj. "A", na Cidade e Estado de São Paulo Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **PRESENÇA:** a totalidade dos membros da Diretoria da Companhia.
3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. [•] e secretariados pelo Sr. [•].
4. **ORDEM DO DIA:** Composta a mesa, os Diretores presentes passaram a deliberar sobre a Ordem do Dia com o seguinte teor:
 - (i) aprovação do preço de venda dos certificados de depósito de ações representativos de ações ordinárias e ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Votorantim Cimentos S.A. detidos pela Companhia, objeto da oferta pública de distribuição primária e secundária de *units* ("Oferta"), aprovada em assembléia geral extraordinária da Companhia realizada em 4 de abril de 2013;
 - (ii) a celebração dos documentos relacionados à Oferta; e
 - (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da Oferta.
5. **DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os Diretores da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas:
 - (i) aprovar o preço de venda dos certificados de depósito de ações representativos de ações ordinárias e ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Votorantim Cimentos S.A. detidos pela Companhia, objeto da Oferta, o qual foi fixado em R\$[•], após: (a) a efetivação dos pedidos de reserva; e (b) a apuração do resultado da coleta de intenções ("Procedimento de Bookbuilding"), realizado pelas instituições intermediárias, em consonância com o disposto no artigo 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400 ("Instrução CVM 400"), tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais (conforme definidos no Prospecto Definitivo) durante o Procedimento de *Bookbuilding*;
 - (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao: (i) [Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Units da Votorantim Cimentos S.A.], celebrado entre a Companhia, Votorantim Cimentos S.A. e a BM&FBOVESPA; e
 - (iii) a autorização para a Diretoria praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da Oferta.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, [•] de [•] de 2013.

[•]
Secretário

-
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

VOTORANTIM CIMENTOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Professor José Lannes, n.º 40, 9º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 01.637.895/0001-32, representada, neste ato, em conformidade com seu estatuto social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações ("Units") representativos de ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior ("Oferta"), sob coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan") e Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley"), e, em conjunto com BTG Pactual, Credit Suisse, o Coordenador Líder e Morgan Stanley, ("Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

Considerando que:

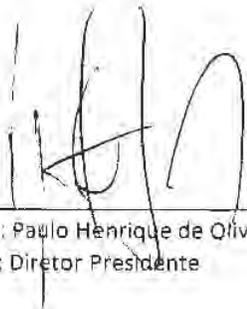
- (a) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) está sendo efetuada auditoria jurídica da Companhia, iniciada em 10 de dezembro de 2012, sendo que tal auditoria prosseguirá até a data da divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (c) a Companhia contratou auditor independente para emitir cartas de conforto, para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, de 7 de março de 2006, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (d) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram para a análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais todos os documentos que consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (e) além dos documentos a que se refere o item (d) acima, foram e estão sendo solicitados pelos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor;
- (f) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram que disponibilizarão todos os documentos e prestarão todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (g) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta estão participando da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus consultores legais.

A Companhia declara que, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do Anexo III do mesmo dispositivo, que:

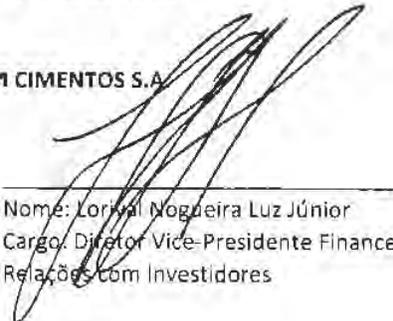
- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) todas as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo serão, nas respectivas datas de divulgação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo ao mercado, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (iii) o Prospecto Preliminar conterá, na data de divulgação do aviso ao mercado da Oferta e nas eventuais datas posteriores de sua divulgação, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de divulgação do anúncio de início da Oferta, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos Units a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iv) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo serão elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 13 de maio de 2013.



Nome: Paulo Henrique de Oliveira Santos
Cargo: Diretor Presidente

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.



Nome: Lorival Nogueira Luz Júnior
Cargo: Diretor Vice-Presidente Financeiro e de
Relações com Investidores

-
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Acionista Vendedor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Amauri, n.º 255, 13º andar, Cj. "A", inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 03.407.049/0001-51, representada, neste ato, em conformidade com seu estatuto social ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações ("Units") representativos de ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior ("Oferta"), sob coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan") e Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley", e, em conjunto com BTG Pactual, Credit Suisse, o Coordenador Líder e Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

Considerando que:

- (a) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (b) está sendo efetuada auditoria jurídica da Companhia, iniciada em 10 de dezembro de 2012, sendo que tal auditoria prosseguirá até a data da divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (c) a Companhia contratou auditor independente para emitir cartas de conforto, para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, de 7 de março de 2006, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (d) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram para a análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais todos os documentos que consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (e) além dos documentos a que se refere o item (d) acima, foram e estão sendo solicitados pelos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor;
- (f) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram que disponibilizarão todos os documentos e prestarão todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para

análise dos Coordenadores da Oferta e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (g) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta estão participando da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus consultores legais.

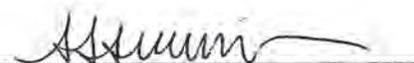
A Companhia declara que, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do Anexo III do mesmo dispositivo, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) todas as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo serão, nas respectivas datas de divulgação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo ao mercado, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (iii) o Prospecto Preliminar conterà, na data de divulgação do aviso ao mercado da Oferta e nas eventuais datas posteriores de sua divulgação, e o Prospecto Definitivo conterà, na data de divulgação do anúncio de início da Oferta, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos Units a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iv) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo serão elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 13 de maio de 2013.

VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.


Nome: Raul Calfat
Cargo: Diretor


Nome: Alexandre Silva D'Ambrosio
Cargo: Diretor

-
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de instituição líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da VOTORANTIM CIMENTOS S.A. ("Companhia"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Units") ("Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa d. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56, parágrafos 1º e 5, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

- (i) o Coordenador Líder constituiu assessores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 10 de dezembro de 2012 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, de 7 de março de 2006, com relação ao prospecto preliminar da Oferta, incluindo o formulário de referência arquivado na CVM e seus eventuais aditamentos ou suplementos ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia e pela Votorantim Industrial S.A. ("Acionista Vendedor") os documentos que a Companhia e o Acionista Vendedor consideraram relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram e estão sendo solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor;
- (vi) conforme informações prestadas pela Companhia, a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizarão, para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como



prestarão todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (vii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com o Coordenador Líder, estão participando da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus assessores legais.

Sujeito à efetiva divulgação do aviso ao mercado da Oferta e do Prospecto Preliminar na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, o Coordenador Líder declara que tomou cautela e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

I – as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

II – as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

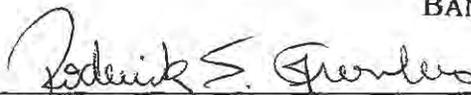
O Coordenador Líder declara ainda que:

I – o Prospecto Preliminar conterá, na data de divulgação do aviso ao mercado da Oferta e nas eventuais datas posteriores de sua divulgação, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de divulgação do anúncio de início da Oferta, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Units a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; bem como que

II – o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo serão elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 10 de maio de 2013.

BANCO ITAÚ BBA S.A.



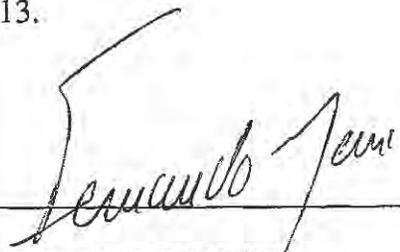
Nome:

Cargo:

Roderick Greenlees
Diretor
Investment Banking Department

Nome:

Cargo:


Fernando Henrique Meira de Castro
Managing Director
Investment Banking Department



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out dos Negócios-Alvo da Cimpor e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011
- Demonstrações Financeiras Intermediárias não Auditadas da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2013 e Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Votorantim Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2012 e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Cimentos S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim Cimentos S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Cimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Cimentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Votorantim Cimentos S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de maio de 2013

A handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads "Carlos Eduardo Guaraná Mendonça".

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Votorantim Cimentos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora				Consolidado				Controladora				Consolidado			
		2012	2011	2010	2010	2012	2011	2010	2010	2012	2011	2010	2010	2012	2011	2010	2010
Passivo e patrimônio líquido																	
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.565	5.370	7.102	969.546	225.130	24.948	24.948	18	399.403	288.938	139.226	139.226	615.813	413.551	220.679	220.679
Aplicações financeiras	10	1.334.699	1.158.052	884.739	2.032.431	1.450.510	1.183.980	1.183.980		394.528	401.872	324.464	324.464	856.226	662.532	638.528	638.528
Contas a receber de clientes	11	221.738	359.723	328.284	910.690	786.077	679.562	679.562		134.285	105.745	95.293	95.293	227.543	151.373	111.386	111.386
Estoque	12	392.361	401.995	318.667	1.182.101	890.668	796.836	796.836			35.201	15.225	15.225	51.186	132.882	186.364	186.364
Tributos a recuperar	13	85.590	111.598	40.522	176.195	149.316	74.566	74.566		90.630	118.895	141.235	141.235	207.497	181.473	170.915	170.915
Imposto de renda e contribuição social	13	79.746	17.984	11.892	83.920	23.554	22.688	22.688	14	429.158	263.302	192.167	192.167	438.122	274.031	211.056	211.056
Adiantamentos a fornecedores	14	72.904	78.588	52.821	110.174	118.425	73.199	73.199		11.328	9.730	13.828	13.828	18.622	14.370	26.288	26.288
Dividendos a receber		70.973	91.297	110.477	512	7.552	5.543	5.543	22	155.946	16.481	100.769	100.769	53.784	36.826	187.735	187.735
Outros ativos		85.951	76.999	57.907	138.957	140.336	154.494	154.494		83.288	45.503	44.933	44.933	105.315	57.993	58.743	58.743
		2.349.527	2.301.566	1.812.411	5.604.526	3.791.568	3.015.816	3.015.816	19	134.379	70.986	49.911	49.911	332.120	211.269	135.951	135.951
Ativos manidos para venda	31				701.214					1.886.739	1.336.653	1.117.051	1.117.051	274.104		1.968.440	1.968.440
		2.349.527	2.301.566	1.812.411	6.305.740	3.791.568	3.015.816	3.015.816									
Não circulante																	
Partes relacionadas	14	32.824	50.233	328.377	16.418	52.764	257.081	257.081		10.505.525	6.748.887	4.171.267	4.171.267	12.177.174	7.643.161	5.027.644	5.027.644
Depósitos judiciais	20(b)	193.821	128.227	79.450	246.470	149.432	103.836	103.836		2.194.581	2.863.539	4.546.172	4.546.172	486.597	726.093	1.748.042	1.748.042
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	532.808	383.645	288.997	971.979	759.140	514.019	514.019	21	673.188	655.476	599.158	599.158	1.070.799	934.953	891.447	891.447
Tributos a recuperar		26.055	5.386	18.369	41.296	14.923	22.967	22.967	20(b)	451.843	753.859	848.220	848.220	842.721	983.326	990.637	990.637
Outros ativos		48.491	14.048	26.069	253.983	199.305	96.334	96.334		16.098	72.657	14.544	14.544				
		833.999	581.539	741.262	1.530.146	1.175.564	994.237	994.237	19					381.585	352.180	335.252	335.252
Investimentos	15	12.138.697	11.155.422	10.984.433	1.800.304	3.241.411	3.521.492	3.521.492	29	206.253	63.558	28.018	28.018	184.812	134.538	114.018	114.018
Imobilizado	16	4.497.809	3.448.916	2.428.107	9.527.427	6.954.265	5.581.298	5.581.298		14.047.488	11.157.976	10.207.379	10.207.379	15.520.854	11.052.475	9.343.031	9.343.031
Intangível	17	772.166	233.655	232.580	4.798.437	3.466.389	3.259.439	3.259.439		15.934.227	12.494.629	11.324.430	11.324.430	19.054.208	13.210.780	11.311.471	11.311.471
		17.408.672	14.837.993	13.645.120	16.126.188	13.662.065	12.362.229	12.362.229	23								
		20.592.198	17.720.998	16.198.793	23.962.054	18.629.197	16.372.282	16.372.282		2.746.024	2.746.024	2.327.212	2.327.212	2.746.024	2.746.024	2.327.212	2.327.212
Total do ativo										544.441	360.648	220.813	220.813	544.441	360.648	220.813	220.813
										789.781	1.963.935	2.415.082	2.415.082	789.781	1.963.935	2.415.084	2.415.084
										577.725	155.762	(88.744)	(88.744)	577.725	155.762	(88.746)	(88.746)
										4.657.971	5.226.369	4.874.363	4.874.363	4.657.971	5.226.369	4.874.363	4.874.363
										4.657.971	5.226.369	4.874.363	4.874.363	249.875	192.048	186.448	186.448
										4.657.971	5.226.369	4.874.363	4.874.363	4.907.846	5.418.417	5.060.811	5.060.811
										20.592.198	17.720.998	16.198.793	16.198.793	23.962.054	18.629.197	16.372.282	16.372.282

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2012	2011	2010	2012	2011	2010
Receita	24	5.602.214	5.286.285	2.124.198	9.481.673	8.698.352	8.047.081
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(3.323.859)	(3.242.383)	(1.262.656)	(6.177.116)	(5.684.439)	(4.986.902)
Lucro bruto		<u>2.278.355</u>	<u>2.043.902</u>	<u>861.542</u>	<u>3.304.557</u>	<u>3.013.913</u>	<u>3.060.179</u>
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas		(401.377)	(272.506)	(162.867)	(609.992)	(595.402)	(500.731)
Gerais e administrativas		(435.468)	(384.016)	(195.329)	(668.007)	(529.991)	(413.144)
Ganho na venda da Cimpor	1(a)	266.774			266.774		
Ganho realizado na permuta de ativos - Cimpor				1.672.429			1.672.429
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	98.855	(458.133)	147.384	284.779	(295.932)	187.239
		(471.216)	(1.114.655)	1.461.617	(726.446)	(1.421.325)	945.793
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>1.807.139</u>	<u>929.247</u>	<u>2.323.159</u>	<u>2.578.111</u>	<u>1.592.588</u>	<u>4.005.972</u>
Resultado de participações societárias							
Realização de outros resultados abrangentes na baixa do investimento da Cimpor	1 (a)	(170.075)			(170.075)		
Equivalência patrimonial	15	526.213	804.510	1.123.549	25.461	311.753	191.985
		356.138	804.510	1.123.549	(144.614)	311.753	191.985
Resultado financeiro líquido							
Receitas financeiras	28	242.189	165.882	256.309	316.496	204.862	425.759
Despesas financeiras	28	(735.402)	(646.714)	(362.728)	(869.941)	(723.633)	(913.698)
Variações cambiais, líquidas	28	(388.572)	(274.195)	79.328	(381.819)	(253.643)	97.227
		(881.785)	(755.027)	(27.091)	(935.264)	(772.414)	(390.712)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.281.492</u>	<u>978.730</u>	<u>3.419.617</u>	<u>1.498.233</u>	<u>1.131.927</u>	<u>3.807.245</u>
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes	20(a)	(166.023)	(278.060)	(109.861)	(359.199)	(478.071)	(582.398)
Diferidos	20(b)	501.330	134.775	(661.343)	501.449	200.936	(544.423)
Lucro líquido do exercício		<u>1.616.799</u>	<u>835.445</u>	<u>2.648.413</u>	<u>1.640.483</u>	<u>854.792</u>	<u>2.680.424</u>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		1.616.799	835.445	2.648.413	1.616.799	835.445	2.648.413
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores					23.684	19.347	32.011
Lucro líquido do exercício		<u>1.616.799</u>	<u>835.445</u>	<u>2.648.413</u>	<u>1.640.483</u>	<u>854.792</u>	<u>2.680.424</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,30	0,15	0,50	0,30	0,15	0,50
Quantidade de ações - milhares (*)		5.437.500	5.426.425	5.280.161	5.437.500	5.426.425	5.280.161

(*) Ajustado retrospectivamente pelo desdobramento de ações aprovado em 30 de abril e 27 de maio de 2013.

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Lucro líquido do exercício	1.616.799	835.445	2.648.413	1.640.483	854.792	2.680.424
Outros componentes do resultado abrangente do exercício						
Realização de outros resultados abrangentes na baixa do investimento da Cimpor	89.142			89.142		
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	(7.692)	(837)	85.575	(7.692)	(837)	85.575
Ganhos e (perdas) atuariais com benefícios de aposentadoria	(36.273)	(25.265)	(19.216)	(36.273)	(25.265)	(19.216)
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior / fluxo de caixa	(107.085)	(155.446)	92.492	(107.085)	(155.446)	92.492
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	483.871	426.054	(410.637)	483.751	412.307	(419.721)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	421.963	244.506	(251.786)	421.843	230.759	(260.870)
Total dos outros resultados abrangentes do exercício	2.038.762	1.079.951	2.396.627	2.062.326	1.085.551	2.419.554
Resultado abrangente atribuível aos acionistas						
Controladores				2.038.762	1.079.951	2.396.627
Não controladores				23.564	5.600	22.927

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Atribuível aos acionistas da controladora							Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Reserva para incentivos fiscais		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
	Capital social		Legal	Retenção					
Em 1º de janeiro de 2010	1.889.722	139.768	91.803	2.786.377	163.042	5.070.712	172.156	5.242.868	
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do exercício					2.648.413	2.648.413	32.011	2.680.424	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício					(251.786)	(251.786)	(9.084)	(260.870)	
Total do resultado abrangente do período					2.648.413	2.396.627	22.927	2.419.554	
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Aumento de capital social	23 (a)	437.490		(200.000)		237.490		237.490	
Aquisição de participação de não controladores				(8.867)		(8.867)	(8.635)	(17.502)	
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva para incentivos fiscais	23 (b)		81.045		(81.045)				
Constituição de reserva legal	23 (e)		135.929		(135.929)				
Dividendos (R\$ 0,53 por ação) (*)	23 (e)			(1.793.594)	(1.028.005)	(2.821.599)		(2.821.599)	
Retenção de lucros	23 (b)			1.403.434	(1.403.434)				
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		437.490	81.045	135.929	(599.027)	(2.648.413)	(8.635)	(2.601.611)	
Em 31 de dezembro de 2010		2.327.212	220.813	227.732	2.187.350	4.874.363	186.448	5.060.811	

(*) Ajustado retrospectivamente pelos desdobramentos de ações aprovados em 30 de abril e 27 de maio de 2013.

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva para incentivos fiscais	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial			Total
			Legal	Retenção					
Em 1º de janeiro de 2011	2.327.212	220.813	227.732	2.187.350	(88.744)	4.874.363	186.448	5.060.811	
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício					835.445	835.445	19.347	854.792	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício					244.506	244.506	(13.747)	230.759	
Total do resultado abrangente do exercício					835.445	1.079.951	5.600	1.085.551	
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Aumento de capital social	23 (a)	418.812		(400.000)		18.812		18.812	
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva para incentivos fiscais	23 (b)		92	(84.342)	(55.565)				
Constituição de reserva legal	23 (e)		44.406		(44.406)				
Dividendos (R\$ 0,14 por ação) (*)	23 (b)			(536.527)	(210.230)	(746.757)		(746.757)	
Retenção de lucros				525.224	(525.224)				
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		418.812	44.498	(495.645)	(835.445)	(727.945)		(727.945)	
Em 31 de dezembro de 2011		2.746.024	360.648	272.230	1.691.705	5.226.369	192.048	5.418.417	

(*) Ajustado retrospectivamente pelos desdobramentos de ações aprovados em 30 de abril e 27 de maio de 2013.

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Reserva para incentivos fiscais						Reservas de lucros			Atribuível aos acionistas da controladora			Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social		Reserva para incentivos fiscais		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados		Total			
			Legal	Retenção										
Em 1º de janeiro de 2012	2.746.024	360.648	272.230	1.691.705	155.762	5.226.369	192.048	5.418.417						
Total do resultado abrangente do exercício														
Lucro líquido do exercício						1.616.799		1.616.799			23.684		1.640.483	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício						421.963		421.963			(120)		421.843	
Total do resultado abrangente do exercício						1.616.799		2.038.762			23.564		2.062.326	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas														
Participação de não-controladores na combinação de negócios	1(a)												68.953	
Incorporação da Votorantim Cimentos América ("VCA")	2,2(d)												(32.707)	
Aumento de participação dos acionistas não controladores Itacamba	1(c)												(1.983)	
Desfinação do lucro líquido do exercício	23 (b)					80.840		(80.840)						
Constituição de reserva legal						183.793		(183.793)						
Constituição de reserva para incentivos fiscais								(178.667)					(178.667)	
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,03 por ação) (*)	23 (e)							(865.505)					(2.428.493)	
Dividendos (R\$ 0,45 por ação) (*)	23 (e)							307.994						
Retenção de lucros	23 (b)							(1.562.988)						
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas						183.793	80.840	(1.254.994)		(1.616.799)		34.263	(2.572.897)	
Em 31 de dezembro de 2012		2.746.024	544.441	353.070	436.711	577.725	4.657.971	249.875	4.907.846					

(*) Ajustado retrospectivamente pelos desdobramentos de ações aprovados em 30 de abril e 27 de maio de 2013.

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Nota	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.281.492	978.730	3.419.617	1.498.233	1.131.927	3.807.245
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais						
Depreciação, amortização e exaustão	16 e 17	240.502	174.060	68.854	558.279	441.055
Baixa de ativo não circulante			504.332	287.865		
Perda na venda do investimento na Yguazú	1(c)	7.657			7.657	
Ganho na venda de ativo imobilizado		(11.151)			(16.789)	
Realização de outros resultados abrangentes da Cimpor	1(a)	89.142			170.075	
Equivalência patrimonial	15(a)	(526.213)	(804.510)	(1.123.549)	(25.461)	(311.753)
Ganho na remensuração do valor justo do investimento inicial da Cimpor	1(a)	(266.774)			(266.774)	
Ganho na permuta de ativos	1(a)				(20.896)	(14.187)
Ganho na permuta de ativos - Cimpor	1(a)			(1.672.980)		(1.672.429)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	4.561	2.386	(459)	11.077	1.922
Provisão (reversão) para perdas de estoques		13.790	(29.511)	14.893	(16.217)	(21.547)
Juros, variações monetárias e cambiais		1.257.410	899.681	(21.561)	1.227.412	838.651
Provisões e obrigações tributárias	21(b)	78.158	125.623	103.206	138.432	153.817
Impairment de investimento					586.538	
		2.168.574	1.850.791	1.075.886	3.285.924	2.799.714
						2.943.690
Variações nos ativos e passivos						
Aplicações financeiras		(129.027)	(273.313)	(193.196)	(581.921)	(266.530)
Contas a receber de clientes		155.999	(33.825)	86.708	166.802	(108.437)
Estoques		10.941	(53.817)	16.357	(14.311)	(72.285)
Tributos a recuperar		5.299	(64.145)	242.807	(11.524)	(66.706)
Partes relacionadas		(21.215)	(295.142)	291.777	(65.183)	(124.939)
Outros ativos		(50.380)	8.299	142.484	153.456	(134.960)
Fornecedores		(17.850)	93.889	(23.852)	(24.775)	24.004
Tributos a recolher		(71.623)	(22.340)	(196.133)	(24.669)	10.558
Salários e encargos sociais		25.789	10.452	16.242	76.170	39.987
Adiantamento de clientes		1.598	(4.098)	493	4.252	(11.918)
Contas a pagar e outros passivos		(200.186)	(215.366)	(54.511)	(303.492)	(200.053)
		1.877.919	1.001.385	1.405.062	2.660.729	1.888.435
Caixa proveniente das operações		1.877.919	1.001.385	1.405.062	2.660.729	1.888.435
Juros pagos		(672.578)	(478.074)	(82.999)	(719.109)	(550.229)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(262.986)	(307.915)	623	(519.525)	(531.553)
		942.355	215.396	1.322.686	1.422.095	806.653
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		942.355	215.396	1.322.686	1.422.095	806.653
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aumento de capital em investidas	15(b)	(270.916)	(170.981)	(118.763)	(58.602)	(11.759)
Aquisição Cimpor				(390.000)		(390.000)
Aquisição Vila				(416.252)		(416.252)
Aquisição Cimentos Portland	15(a)					(56.570)
Aquisição de imobilizado	16	(1.124.256)	(1.201.276)	(520.772)	(1.500.091)	(1.723.061)
Aumento do intangível	17	(23.176)	(40.460)	(48.304)	(41.332)	(152.020)
Aumento de capital na VCEAA		(657.950)				
Caixa líquido obtido na aquisição da VCEAA	17(d)				148.799	
Recebimento pela incorporação VCB				7.177		
Caixa oriundo da incorporação da CCRG		708				
Recebimento pela venda de investimentos Yguazú		30.535			30.535	
Recebimento pela venda de investimentos e imobilizado		55.553	27.699	13.637	20.064	232.912
Recebimento de dividendos		189.937	273.880	1.455.129	193.377	156.590
		(1.799.565)	(1.111.138)	(18.148)	(1.207.250)	(1.553.908)
						(1.947.809)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(1.799.565)	(1.111.138)	(18.148)	(1.207.250)	(1.553.908)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captações de recursos	18(c)	3.466.254	2.309.518	2.963.722	3.674.624	2.434.303
Liquidação de empréstimos e financiamentos	18(c)	(140.871)	(46.676)	(195.263)	(513.499)	(143.958)
Aumento de capital	23(a)		18.812	237.490		18.812
Variações em partes relacionadas		(26.674)	(712.022)	(1.699.254)	(207.001)	(692.693)
Juros sobre capital próprio	23(e)				(178.667)	
Acionistas não controladores						(17.500)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(2.441.304)	(675.622)	(2.604.729)	(2.263.402)	(683.782)
		857.405	894.010	(1.298.034)	512.055	932.682
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		857.405	894.010	(1.298.034)	512.055	932.682
Variação de caixa e equivalentes de caixa de empresas no exterior					17.516	14.755
Acréscimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		195	(1.732)	6.504	726.900	185.427
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.370	7.102	598	225.130	24.948
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.565	5.370	7.102	969.546	225.130

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2012	2011	2010	2012	2011	2010
Receitas							
Vendas brutas de produtos e serviços	24	7.437.004	7.042.589	2.823.890	12.070.735	11.205.555	10.323.662
Outras receitas		365.629	458.133	1.870.509	551.553	65.467	2.061.524
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.561)	(2.386)	459	(11.077)	(1.922)	(3.318)
		<u>7.798.072</u>	<u>7.498.336</u>	<u>4.694.858</u>	<u>12.611.211</u>	<u>11.269.100</u>	<u>12.381.868</u>
Insumos adquiridos de terceiros							
Custos dos produtos e serviços vendidos		(3.030.555)	(3.341.002)	(1.159.471)	(5.529.418)	(3.767.015)	(4.257.275)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(211.210)	(733.061)	(102.432)	(206.116)	(1.973.705)	(581.260)
		<u>(3.241.765)</u>	<u>(4.074.063)</u>	<u>(1.261.903)</u>	<u>(5.735.534)</u>	<u>(5.740.720)</u>	<u>(4.838.535)</u>
Valor adicionado bruto		4.556.307	3.424.273	3.432.955	6.875.677	5.528.380	7.543.333
Retenções							
Depreciação, amortização e exaustão	16 e 17	(240.502)	(174.060)	(68.854)	(558.279)	(441.055)	(420.322)
Valor adicionado líquido produzido		4.315.805	3.250.213	3.364.101	6.317.398	5.087.325	7.123.011
Valor adicionado recebido em transferência							
Resultado das participações societárias	15 (a)	356.138	804.510	1.123.549	(144.614)	311.753	191.985
Receitas financeiras	28	242.189	165.882	256.309	316.496	203.728	425.759
		<u>598.327</u>	<u>970.392</u>	<u>1.379.858</u>	<u>171.882</u>	<u>515.481</u>	<u>617.744</u>
Valor adicionado total a distribuir		4.914.132	4.220.605	4.743.959	6.489.280	5.602.806	7.740.755
Distribuição do valor adicionado							
Pessoal e encargos							
Remuneração direta	27	351.144	302.049	140.843	662.406	540.323	393.713
Benefícios		100.156	89.212	40.082	163.805	145.247	121.327
Impostos, encargos sociais							
Federais		947.825	1.009.187	425.837	1.442.343	1.531.195	1.583.213
Estaduais		1.204.210	1.131.340	442.411	1.737.549	1.659.819	1.452.182
Municipais		28.783	27.813	10.914	31.293	30.575	26.616
Diferidos		(501.330)	(187.455)	665.818	(501.449)	(253.616)	548.898
Remuneração de capitais de terceiros							
Despesas financeiras	28	1.123.974	920.909	283.400	1.251.760	976.142	816.471
Aluguéis		42.571	39.425	16.075	84.774	65.649	47.745
Remuneração de capitais próprios							
Participação dos acionistas não controladores						19.347	32.011
Dividendos		865.505	288.823	1.028.005	865.505	288.823	1.028.005
Lucros retidos		751.294	599.302	1.690.574	751.294	599.302	1.690.574
Valor adicionado distribuído		4.914.132	4.220.605	4.743.959	6.489.280	5.602.806	7.740.755

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

1 Considerações Gerais

A Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia" ou "VCSA") e suas controladas têm como atividades preponderantes: produção e o comércio de cimento, agregados e complementares, bem como de matérias-primas e produtos derivados, afins ou correlatos; a prestação de serviços na aplicação de concretos; a pesquisa, a lavra e o aproveitamento de jazidas minerais; o transporte, a distribuição e a importação; e a participação em outras sociedades. A Companhia é uma sociedade anônima com sede no estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas atuam em todas as regiões do Brasil, assim como nos Estados Unidos da América, Canadá, Europa, África e Ásia. Por meio de suas investidas, possui e participa também em operações na América Latina e até dezembro de 2012 em Portugal.

A Companhia e suas controladas pertencem à Votorantim, um dos maiores conglomerados privados do Brasil. A empresa é controlada diretamente pela Votorantim Industrial S.A. e a empresa controladora final é a Votorantim Participações S.A.

Principais modificações em participações em investidas em 2012, 2011 e 2010

(a) Troca de participação no investimento CIMPOR

a.1 Aquisição da Cimpor em 2010

Em 3 de fevereiro de 2010, a Companhia assinou Contrato de Permuta de Ações com a Companhia Nacional de Cimento Portland (Lafarge Brasil), segundo o qual a Lafarge Brasil transferiu para a VCSA ações de emissão da Cimpor Cimentos de Portugal SGPS S.A. ("Cimpor"), representativas de 17,28% do capital social de Companhia portuguesa, em troca da totalidade das ações de uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), constituída pela Companhia, que detém negócios de cimento nas regiões Centro-Norte e Nordeste do Brasil. Os ativos, direitos e obrigações detidas pela SPE incluem uma moagem de cimento, transferida da VCB – uma fábrica e uma moagem de cimento transferidas da VCNNE, ambas as sociedades controladas direta e indiretamente, respectivamente, pela Companhia.

Essa transação foi reconhecida contabilmente considerando os valores justos dos ativos transacionados, o que resultou em ganho no montante de R\$1.672.980 registrado na rubrica "outras receitas operacionais, líquidas" e correspondentes tributos diferidos passivos no montante de R\$ 568.626.

Adicionalmente, em 11 de fevereiro de 2010, a Companhia adquiriu de terceiros 3,93% de participação na Cimpor, pelo valor de R\$ 390.000.

O reconhecimento inicial de 21,21% de participação na Cimpor foi baseado no valor justo do valor transferido, no montante de R\$ 2.207 milhões, incluindo o valor pago em dinheiro. O investimento inicial consiste na participação relativa da Empresa no valor justo dos ativos líquidos da Cimpor, no valor de R \$ 1.040 milhões e ágio de R \$ 1.167 milhões.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

a.2 Troca de ativos Cimpor em 2012

Em 25 de junho de 2012, a VCSA firmou acordo de acionistas (“Acordo de Acionistas”) com a Inter Cement Austria Holding GmbH, empresa do Grupo Camargo Correa, para trocar sua participação de 21,21% na Cimpor por participação controladora nas operações de entidades em seis países, Espanha, Turquia, Marrocos, Tunísia, China, Índia e uma jazida localizada no Peru. Essa troca ocorreu em 21 de dezembro de 2012, quando foi transferida a participação de 21,21% que a Companhia detinha na Cimpor para o Grupo Camargo Correa, recebendo em troca a propriedade e o controle sobre 100% da Cimentos EAA Inversiones S.L. (referida como “Votorantim Cimentos Europe, Ásia e África” ou “VCEAA”), uma holding recentemente criada e controladora dos antigos negócios da Cimpor que operam na Espanha, Turquia, Marrocos, Tunísia, China e Índia. Os passivos da VCEAA em 21 de dezembro de 2012 também incluem os endividamentos da Cimpor e suas controladas no valor total do principal dos US\$ 434.100 (R\$ 901.200, à taxa de câmbio aplicável de 21 de dezembro de 2012) assumida pela VCEAA em preparação para a troca de ativos.

A contraprestação transferida para esta participação de 100% na VCEAA foi avaliada em EUR 759.970 (R\$ 2.077.447), com base no valor das 142.492.130 ações da Cimpor, avaliadas ao preço de EUR 5,33 por ação, que se refere ao preço de EUR 5,50 por ação definido na oferta pública da Camargo Correa, ajustado pelos dividendos recebidos da Cimpor entre 25 de junho e 21 de dezembro de 2012. O valor justo, no montante de EUR 817.017 (R\$ 2.233.394) dos ativos líquidos da Cimpor foi avaliado por dois bancos de investimentos envolvidos na transação. A diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo do acervo líquido, este determinado pelos bancos, resultou em uma contraprestação adicional em caixa de EUR 57.048 (R\$ 155.946), a qual foi liquidada em janeiro de 2013 e, em 31 de dezembro de 2012, esta registrada na rubrica de “contas a pagar para aquisição de participações” no passivo circulante. Como resultado, o total da contraprestação transferida é de R\$ 2.233.394. Não existem considerações contingentes como parte de Acordo de Acionistas. A aquisição da VCEAA resultou em uma combinação de negócios divulgada na Nota 34, e os efeitos dessa aquisição em 2012 são divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras como “aquisição da VCEAA” ou “aquisição de controlada”.

Como resultado desta troca de investimentos na Cimpor foi apurado ganho no montante de R\$ 266.774, apresentado na demonstração do resultado do exercício, correspondente à diferença entre o valor justo das ações transferidas no montante de R\$ 2.077.446 e o valor contábil do investimento na Cimpor de R\$ 1.810.672. Adicionalmente, em decorrência desta transação, a Companhia reverteu imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 391.018 no resultado do exercício (Nota 20 (a)), e registrou prejuízo de R\$ 170.075, relacionado ao efeito de conversão e do hedge de investimento líquido na Cimpor, os mesmos eram registrados anteriormente no patrimônio líquido, sobre os quais a Companhia registrava imposto de renda diferido passivo de R\$ 89.142.

(b) Aquisições de participações na Argentina e Uruguai

Em 27 de dezembro de 2012, a Companhia por meio de sua controlada VCEAA adquiriu da Cimentos Molins S.A., a participação de 10,61% da Cimentos Avallaneda S.A., na Argentina. O valor pago em 18 de janeiro de 2013 foi de US\$ 60.000 (R\$ 121.909). Não há contraprestação contingente como parte do contrato de compra.

Na mesma data, a sua controlada VCEAA adquiriu participação na Cimentos Artigas S.A. (“Artigas”), no Uruguai, da Cimentos Molins S.A.. O valor pago em 18 de janeiro de 2013 foi de US\$ 25.000 (R\$ 50.795). Não há contraprestação contingente como parte do contrato de compra.

A obrigação assumida sobre as referidas aquisições esta apresentada na rubrica de “contas a pagar para aquisição de participações” no passivo circulante.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(c) Outras aquisições e alienações

Durante o exercício de 2012, a Companhia vendeu sua participação de 35% na empresa Yguazú pelo montante de R\$ 30.535, resultando em uma perda de R\$ 7.657. Além disso, a Companhia adquiriu participação adicional de 16,66% na Itacamba, uma subsidiária já consolidada, trazendo sua participação para 66,66%. O valor pago foi de US\$ 500 (R\$ 1.022).

(d) Incorporação da Companhia de Cimento Ribeirão Grande (“CCRG”)

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia realizou a incorporação do acervo líquido contábil da subsidiária CCRG. Considerando que a Companhia era titular da totalidade do capital da CCRG, não houve aumento de capital social da incorporadora.

Apresentamos abaixo, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial da CCRG em 30 de novembro de 2012:

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	708	Fornecedores	8.489
Aplicações financeiras	47.593	Salários e encargos sociais	2.356
Contas a receber de clientes	19.065	Tributos a recolher	42.238
Estoques	15.097	Outros passivos	78.438
Outros ativos	2.124		<u>131.521</u>
	<u>84.587</u>		
Não circulante		Não circulante	
Partes relacionadas	970	Tributos a recolher	23.759
Tributos diferidos	22.032	Tributos diferidos	46.096
Outros ativos	2.343	Partes relacionadas	5.000
Investimentos	136.212	Outros passivos	51.608
Imobilizado	195.327		<u>126.463</u>
Intangível	123.022		
	<u>479.906</u>	Patrimônio líquido	<u>306.509</u>
Total do ativo	<u>564.493</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>564.493</u>

(e) Incorporação da Votorantim Cimentos América (“VCA”)

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia realizou a incorporação do acervo líquido contábil da VCA, que havia sido adquirido da Votorantim Participações S.A. (VPAR).

Apresentamos abaixo, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial da VCA em 30 de novembro de 2012.

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Não circulante		Não circulante	
Partes relacionadas	<u>599.633</u>	Provisão para contingência	<u>754</u>
		Patrimônio líquido	<u>598.879</u>
Total do ativo	<u>599.633</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>599.633</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro em 2012
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(f) Aquisição de participação na Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A. ("VILA")

Em 24 de novembro de 2010, a Companhia assinou contrato de compra de ações com a Bradesplan Participações Ltda. ("Bradesplan"), segundo o qual a Bradesplan transferiu à VCSA 54 ações ordinárias nominativas sem valor nominal da VILA, representativas de 6,55% do capital social votante, adquiridas pelo valor de R\$ 416.251.

Subsequentemente, em 30 de novembro de 2010, a Companhia adquiriu uma participação adicional na VILA de 8,74%. Em troca das ações adicionais, a Companhia capitalizou mútuo a receber da VILA no valor de R\$ 285.912. O valor contábil do mútuo era igual ao seu valor justo na data da troca.

Por intermédio das transações mencionadas acima a Companhia passou a deter 15,27% de participação da VILA. As aquisições em seu conjunto foram contabilizadas como investimento para o valor total da contraprestação de R\$ 702.165.

(g) Incorporação da Cal Itáu Participações S.A. ("Call Itáu")

Em 31 de outubro de 2010, a Companhia realizou a incorporação do acervo líquido contábil da subsidiária Cal Itáu. Considerando que a Companhia era titular da totalidade do capital da Cal Itáu, não houve aumento de capital social da incorporadora.

Apresentamos abaixo, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial da Cal Itáu em 31 de outubro de 2010.

Não circulante		Não circulante	
Investimentos	433.923	Partes relacionadas	226.771
Outros ativos	13	Outros passivos	30.575
	<u>433.936</u>		<u>257.346</u>
		Patrimônio líquido	176.590
Total do ativo	<u>433.936</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>433.936</u>

(h) Incorporação da Votorantim Cimentos Brasil S.A. ("VCB")

Em 31 de julho de 2010, a Companhia realizou a incorporação do acervo líquido contábil da subsidiária VCB. Considerando que a Companhia era titular da totalidade do capital da VCB, não houve aumento de capital social da incorporadora.

Devido a incorporação os saldos da controladora de 31 de dezembro de 2010 não servem como base de comparação com os saldos de 31 de dezembro de 2009.

Apresentamos abaixo, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial da VCB em 31 de julho de 2010.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	7.177	Empréstimos e financiamentos	189.477
Aplicações financeiras	5.246	Fornecedores	333.389
Contas a receber de clientes	414.533	Salários e encargos sociais	64.002
Estoques	349.918	Tributos a recolher	334.406
Outros ativos	275.961	Outros passivos	78.500
	<u>1.052.835</u>		<u>999.774</u>
Não circulante		Não circulante	
Partes relacionadas	3.807.885	Empréstimos e financiamentos	1.269.716
Outros ativos	259.942	Partes relacionadas	9.671.359
Investimentos	7.726.255	Outros passivos	487.669
Imobilizado	1.951.585		<u>11.428.744</u>
Intangível	60.386		
	<u>13.806.053</u>	Patrimônio líquido	2.430.370
Total do ativo	<u>14.858.888</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>14.858.888</u>

(i) Aquisição de participação na Companhia de Cimento Ribeirão Grande (“CCRG”)

Em 29 de junho de 2010, a Companhia por meio de sua controlada Cal Itaú, assinou contrato de compra de ações com o Banco Santander S.A. (“Santander”), segundo o qual o Santander transferiu à Cal Itaú 1.354.326 ações ordinárias e 5.417.306 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal da CCRG, representativas de 4,34% do capital social votante, e adquiridas pelo valor de R\$ 17.500. Após essa negociação, a Cal Itaú passou a controlar 100% do capital social da CCRG.

O valor contábil de acionistas não-controladores da CCRG na data de aquisição foi de R\$ 8.835. Essa transação foi reconhecida contabilmente considerando o valor justo do ativo adquirido, e a diferença de R\$ 8.867 entre o valor pago e o valor justo, foi registrada diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Aquisição de participação de não controladores” na demonstração de mutação do patrimônio líquido.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o ano findo em 31 de dezembro de 2012 originalmente preparadas foram autorizadas para emissão em 28 de março de 2013. As demonstrações financeiras para o ano findo em 31 de dezembro de 2012 serão incluídas em documentos de registro de ações inclusive a serem arquivadas com a United States Securities and Exchange Commission (“SEC”). A regulamentação da SEC estabelece que certos eventos que ocorrem após o final do ano fiscal requerem aplicação retroativa. Um destes eventos é um desdobramento de ações.

As Assembleias Gerais dos acionistas da Companhia aprovaram em 30 de abril de 2013 e 27 de maio de 2013 os desdobramentos de ações convertendo a quantidade de ações ordinárias anteriormente existentes em 5.437.499.900 ações ordinárias. As ações preferenciais não sofreram desdobramento. Vide informações adicionais na Nota 23 (a).

Estas demonstrações financeiras foram ajustadas de forma retrospectiva no que se refere ao efeito dos referidos desdobramentos de ações e sua emissão foi aprovada pela administração da Companhia em 28 de maio de 2013.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

2.1 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações IFRIC. As demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo modificadas pelos ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos) mensurados a valor justo através do resultado (quando aplicável).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão descritas na Nota 4.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A demonstração dos fluxos de caixa apresenta as variações no caixa e equivalente de caixa durante o período por atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos financeiros de liquidez alta.

O fluxo de caixa de atividades operacionais é apresentado na forma indireta. O lucro líquido é ajustado por itens não monetários, como equivalência patrimonial, variações nas provisões e nas

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

variações das contas de balanço do ativo e passivo. Todas as receitas e despesas referentes a itens não monetários, atribuídas a atividades de investimento e financiamento, são eliminadas. Juros recebidos e pagos são classificados como fluxo de caixa operacional.

Durante o exercício a Companhia teve como principais transações que não afetaram caixa, relacionadas às atividades operacionais e de investimento:

- Troca na participação do investimento da Cimpor e o efeito relacionado na aquisição da VCEAA, apresentado na Nota 1(a) (2012).
- Aquisição de participação na Artigas e Avellaneda, apresentada na Nota 1(b) (2012).
- Aquisição de participação adicional de 8,74% na VILA por meio da capitalização de mútuo, apresentada na Nota 1(f)(2010).
- A aquisição da participação de 17,28% na Cimpor, em troca de uma planta de moagem de cimento e uma fábrica de cimento, Nota 1(a)) (2010).
- Incorporação do acervo líquido contábil da VCA conforme Nota 1 (e).

2.2 Consolidação

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

São todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações não-controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não-controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta de “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em ajuste outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro em 2012
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(c) Coligadas

São todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto, com influência significativa obtida através de qualquer participação acionária, direitos relativos a decisões financeiras e operacionais através de acordos de acionistas ou representação no conselho ou através de outros fatores. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação nas contas de patrimônio líquido dessas coligadas é reconhecida de forma reflexa em seu patrimônio líquido. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

A Companhia determina, em cada data do relatório, se existe evidência objetiva de que o investimento na coligada é passível de *impairment*. Um dos fatores considerados para avaliar se a prova objetiva de *impairment* é uma redução significativa no preço de mercado. Se este for o caso, a Companhia calcula o montante de *impairment*, que consiste na diferença entre o valor recuperável e seu valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. O valor recuperável é medido como o valor maior entre o valor em uso e justo menos os custos de venda. O valor de uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados, tanto para entidades listadas e não listadas. Para as entidades listadas, o preço de mercado cotado na data da análise de *impairment* é usado para determinar o valor justo menos os custos de venda na data.

Diluição dos ganhos e das perdas decorrentes de investimentos em associadas é reconhecidos na demonstração de resultados.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(d) Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As principais empresas controladas incluídas na consolidação estão apresentadas abaixo:

	Local do negócio/Pais de incorporação	% de participação no grupo		
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Votorantim Cimentos e subsidiárias				
Cal Itau Participações S.A. (*)	Brasil			100,00
Votorantim Cimentos Brasil S.A. (*)	Brasil			100,00
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	Brasil	95,25	95,25	95,25
Votorantim Cimentos America S.A. (***)	Brasil		95,00	95,00
Interavia Transportes Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Silcar - Empreend. Com Particip. Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
A21 Mineração Ltda. (**)	Brasil		85,00	85,00
Pedreira Pedra Negra Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Acariuba Mineração e Participação Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Eromar S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Itacamba Cimento S.A.	Brasil	66,67	50,00	50,00
Votorantim Cimentos Chile Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Companhia Cimento Ribeirão Grande (**)	Brasil		100,00	100,00
Lux Cem International S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Seacrown do Brasil, Com.Import. e Part. S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Votorantim Cement North America inc. e subsidiárias				
Prairie Material Sales Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
St. Marys Cement Co. LLC	Canada	100,00	100,00	100,00
St. Barbara Cement, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
St. Marys Cement Inc. (Canada)	Canada	100,00	100,00	100,00
St. Marys Cement, Inc. (US)	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
Rosedale Securities Ltd.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
Votorantim Cement North America inc.	Canada	100,00	100,00	100,00
Hutton Transport Limited	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA Prestige Gunitite, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
American Gunitite Management Co., Inc	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA III Nova Scotia ULC	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA US Materials, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA US Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA Prairie inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
Central Ready Mix Concrete, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA Prairie Aggregate Holdings Illinois, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
St Marys VCNA, LLC	Canada	100,00	100,00	100,00

	Local do negócio/Pais de incorporação	% de participação no grupo
		31 de dezembro de 2012
Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. and subsidiárias		
Votorantim Europe S.L.U.	Espanha	100,00
Societe Les Ciments de Jbel Oust - CJO	Tunisia	99,99
Shree Digvijay Cement Company Limited	India	73,63
Cimpor Macau – Investment Company, S.A.	China	50,00
Cimpor Yibitas Cimento Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	99,76
Yibitas Yozgat Isci Birligi Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.S.	Turquia	82,96
Asment De Temara, S.A.	Marrocos	62,62
Cementos Otorongo, S.A.C	Peru	99,99
Cementos Cosmos S.A.	Espanha	99,77
Cimpor Canarias, S.L.	Espanha	100,00
Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucia, S.A	Espanha	100,00

(*) Incorporado pela Companhia em 2010

(**) Incorporada pela companhia em 2012

(***) As entidades foram incorporadas pela Companhia em 2012. A participação de não-controladores era detida por entidades sob controle comum. As transações foram registradas pelo valor contábil dos acionistas não-controladores e a aquisição foi feita através de transações não financeiras.

(e) Joint ventures

As participações da Companhia em entidades controladas em conjunto são reconhecidas pela consolidação proporcional. A Companhia realiza a combinação de sua participação nas receitas,

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

despesas, ativos, passivos e fluxo de caixa nas joints ventures em uma base similar com suas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia possui participação de 50% nas seguintes entidades em 31 de dezembro de 2012: Sumter Cement Co. LLC, Trinity Materials LLC, Suwannww American Cement LLC, Great Lakes Slag Inc, Bot-Duff Resources Inc., Superior Buidling Materials LLC, todas sediadas nos Estados Unidos da América.

Os valores a seguir representam 50% de participação da Companhia nos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados da joint venture, incluídos no balanço e demonstração de resultados consolidados.

	Consolidação proporcional 2012					
	Sumter Cement Co., LLC	Trinity Materials LLC	Suwannee American Cement, LLC	Great Lakes Slag Inc.	Bot-Duff Resource s Inc.	Superior Building Materials, LLC
Porcentagem dos acionistas	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Ativo circulante	20	58	10.794	2.416	94	7.287
Ativo não circulante	18.327	3.003	44.590	7.527	137	11.155
Passivo circulante		1	4.139	1.356	209	9.032
Passivo não circulante	11.266		3.166			36
Receitas			13.530			30.612
Despesas	240	938	17.522	248	6	33.589
Prejuízo do exercício	(240)	(938)	(3.992)	(248)	(6)	(2.977)
						2011
	Sumter Cement Co., LLC	Trinity Materials LLC	Suwannee American Cement, LLC	Great Lakes Slag Inc.	Bot-Duff Resource s Inc.	Superior Building Materials, LLC
Porcentagem dos acionistas	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Ativo circulante	20	194	21.684	4.814	423	18.890
Ativo não circulante	37.649	8.033	100.583	17.656	268	24.307
Passivo circulante		12	9.946	3.388	1.140	22.867
Passivo não circulante	22.754		2.697	157		74
Receitas			23.277			57.607
Despesas	284	68	36.606	461	(121)	62.887
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(284)	(68)	(13.329)	(461)	121	(5.280)
						2010
	Sumter Cement Co., LLC	Trinity Materials LLC	Suwannee American Cement, LLC	Great Lakes Slag Inc.	Bot-Duff Resource s Inc.	Superior Building Materials, LLC
Porcentagem dos acionistas	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Ativos circulante	27	160	33.901	3.611	693	13.375
Ativos não circulante	31.156	6.628	86.284	15.739	240	21.371
Passivos circulante	18.791	35	19.186	2.231	908	15.436
Passivos não circulante				262		
Receitas		79	24.620	28	201	13.004
Despesas	479	5.122	32.405	243	79	14.474
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(479)	(5.045)	(7.785)	(215)	120	(1.468)

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

2.3 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras

A Administração, após análise das operações e negócios, concluiu que o Real (“R\$”) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Esta conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços;
- Moeda que mais influencia mão de obra, material e outros custos para fornecimento de produtos ou serviços;
- Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras; e
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais.

A moeda funcional das operações da VCNA, principal subsidiária da Companhia no exterior, é o dólar dos Estados Unidos. A moeda funcional da empresa recém-adquirida, a subsidiária VCEAA (Nota 1 (a)) é o Euro.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em Reais, na qual os itens são remensurados. Para essa conversão, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia (nenhuma das quais opera moeda de economia hiper-inflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) as receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- (iii) todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez (investimentos com vencimento original menor que 90 dias), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, bem como as contas garantidas. Investimentos financeiros considerados como caixa e equivalentes de caixa são contabilizados pelo custo amortizado, que é equivalente ao valor justo, pois as transações são realizadas a taxas flutuantes. As contas garantidas são demonstradas como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante, quando aplicável.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurado ao valor justo por meio de resultado (mantidos para negociação) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial.

(a) Mantidos para negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Resultado financeiro líquido". Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são classificadas neste grupo, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. São apresentadas como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis são atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem principalmente "caixa e equivalentes de caixa" e "contas a receber de clientes".

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, quando existentes, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos vencem ou são transferidos; neste último caso, desde que tenha transferido significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, quando existentes, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados, e o valor líquido reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Garantia da Companhia ao tomador do empréstimo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de uma concessão que o credor não consideraria;
- A probabilidade de o tomador declarar falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*, nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia designa certos derivativos como: (i) *hedge* de um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); (ii) *hedge* de risco de moeda de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido).

A Companhia documenta, no início da operação a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos para a realização de diversas transações de *hedge*. A Companhia também documenta o início da operação, tanto no início do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxo de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores de mercado dos instrumentos derivativos diversos são divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* é superior a 12 meses, e classificado como ativo ou passivo circulante quando o item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida nos outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado como “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos quando o objeto de *hedge* afeta o resultado (por exemplo, quando uma venda prevista que é objeto de *hedge* é realizada). O ganho ou perda relacionado a parcela efetiva de swaps de taxas de juros de *hedge* empréstimos de taxa variável é reconhecido no resultado em “receita (despesa) financeira”.

Quando um instrumento de *hedge* expira ou é vendido, ou quando o *hedge* deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting*, qualquer ganho ou perda acumulado existente naquele momento no patrimônio continua no patrimônio e é somente reconhecida quando a operação prevista é finalmente reconhecida no resultado. Quando a operação prevista não possui mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumulados que são reportados no patrimônio são imediatamente transferidos para o resultado em “outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

(b) *Hedge* de investimento líquido

Hedges de investimento líquido em operações no exterior são contabilizados por similaridade ao *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido em “outras resultados abrangentes”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida (Nota 7).

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

2.8 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de estimados para a conclusão e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição / construção de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações	36-59 anos
- Máquinas	16-20 anos
- Veículos	3-5 anos
- Móveis, utensílios e equipamentos	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao fim de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos.

Os juros das despesas financeiras são debitados à demonstração do resultado durante o exercício do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível" no consolidado e, como investimento na controladora. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Direitos sobre recursos naturais

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais e os gastos de remoção de estéril incorridos, a partir dessa comprovação, são capitalizados como custo de formação da mina. Quando a mina estiver operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração são reclassificados de “ativo imobilizado” para “ativo intangível” e subsequentemente amortizados / incluídos no custo do produto. Os custos de construção capitalizados relacionados a planta são reclassificados para “equipamentos e instalações”, na rubrica “ativo imobilizado”.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas.

Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

A exaustão de recursos minerais é calculada com base na extração, considerando-se as vidas úteis estimadas das reservas.

(c) Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de energia hidráulica em uma área específica do rio Paraguaçu (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do bem público (UBP). O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo financeiro (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(d) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As relações de cláusulas de clientes em um acordo de não concorrência têm uma vida útil finita e são mensuradas pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada apresentada a seguir:

- | | |
|-------------------------------|---------|
| - Relação com clientes | 15 anos |
| - Acordos de não-concorrência | 5 anos |

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

2.13 Combinação de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilização de transações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como *ágio (goodwill)*. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não-controladores, a determinação do *ágio* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *ágio* é determinado de acordo com a participação da Companhia e dos não-controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença será reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

O *goodwill* é apresentado no subgrupo intangível nas demonstrações consolidadas, não sofre amortização e é submetido anualmente ao teste anual de avaliação do valor recuperável (*impairment*), conforme descrito a seguir.

2.14 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à depreciação / amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sofrido *impairment*, são revisados, subsequentemente, para a análise de uma possível reversão do *impairment*, na data do balanço.

2.15 Ativos ou grupo de ativos mantidos para venda

Ativos (ou grupos de alienação) são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente por meio de venda ou quando a venda for considerada altamente provável. Esses ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido os custos de venda.

2.16 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes quando o pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18 Provisões

As provisões para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil, tributaria e ambiental) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que seja pequena a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflita as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Obrigação com descomissionamento de ativo

As despesas relativas ao descomissionamento de minas são registradas como obrigações para desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

2.20 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia, por meio das controladas no exterior (VCNA) e no Brasil (VCNNE), participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

No Brasil, a Companhia é patrocinadora de planos de benefício na modalidade contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão constituído de contribuições dos participantes e patrocinadores que acumulam reservas em uma conta individual em favor do participante, sendo que a Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. As contribuições regulares são reconhecidas como despesas operacionais.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Para subsidiária norte americana (VCNA), a Companhia patrocina um plano de benefício definido, que é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e nos planos de pensão são reconhecidos em “outros resultados abrangentes”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

(b) Assistência médica (pós-aposentadoria)

A Companhia, por meio de suas controladas no exterior, oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O benefício de assistência médica para aposentados é oferecido pela Companhia de acordo com uma política existente no passado. Essa política estabelecia a concessão vitalícia do benefício a um grupo predeterminado de empregados. Esse benefício está fechado para novos participantes e não existem empregados ativos elegíveis a ele.

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “outros resultados abrangentes”.

(c) Participação dos empregados nos resultados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefício para empregados”.

2.21 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo todos os custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de todos os custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não será considerado mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O reconhecimento da receita baseia-se nos princípios a seguir:

- (i) Venda de produtos: As vendas são feitas substancialmente a prazo, em períodos de, no máximo, 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando os produtos são entregues ao transportador e a propriedade da carga, bem como seus riscos são transferidos ao cliente.
- (ii) Venda de serviços: a Companhia vende serviços de concretagem, co-processamento e transporte de cargas. Esses serviços são prestados com base no tempo e no material ou, como um contrato de preço fixo, e os termos do contrato, geralmente, variam entre menos de um e três anos. A receita de contratos de prestação de serviços de transporte por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

2.23 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Os dividendos mínimos, estabelecidos pelo Estatuto Social da Companhia, são de 25%.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

2.24 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores pela quantidade de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

Para fins de cálculo de lucro por ação a Companhia considera as ações ordinárias e preferenciais, como estas ações possuem os mesmos direitos no que se refere aos dividendos e distribuição de lucros.

A empresa não possui instrumentos ou acordos que possam causar um efeito diluidor na base de cálculo do lucro por ação.

2.25 Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas ao valor presente quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será recebido e a Companhia cumprirá todas as condições.

Subvenções governamentais relacionadas aos custos são diferidas e reconhecidas no resultado durante o período necessário para conciliar com os custos que o subsídio tem a intenção de compensar.

2.26 Juros sobre capital próprio

Juros sobre o capital próprio estão sujeitos a uma taxa de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas da Companhia que forem declarados imunes ou isentos de impostos, nos termos da Lei 9249/95 e com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Juros sobre capital próprio é uma forma de distribuição de lucros, que é dedutível para fins fiscais no Brasil e está incluído na distribuição de lucros para o ano, conforme estabelecido no estatuto da Companhia. O crédito fiscal da dedução de juros sobre capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos.

2.27 Relatório por segmento

Segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor-Presidente da Companhia.

3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- O IFRS 9 (CPC 38)- "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- O IFRS 10 (CPC 36)- "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Companhia avaliou os impactos do IFRS 10 e na sua avaliação preliminar concluiu que o efeito não será material nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 (CPC 19)- "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A Companhia avaliou os impactos do IFRS 11 e na sua avaliação preliminar concluiu que o efeito não será material nas demonstrações financeiras da Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 12 (CPC 45)- "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente incremento na divulgação.
- IFRS 13 (CPC 46)- "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente incremento na divulgação.
- IAS19 (CPC 33)- "Benefícios a empregados", emitido em Junho de 2011. O impacto na Companhia e nas suas controladoras será: reconhecer imediatamente todos os custos de serviços passados; e substituir o custo de juros e o retorno esperado dos ativos dos planos pelo montante de juros líquido que é calculado pela aplicação da taxa de desconto para o passivo líquido dos benefícios definidos (ativo). Na avaliação preliminar da Administração não devemos ter impacto material nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) de ágio e investimentos

A Companhia e suas controladas possuem o total de R\$ 2.930.527 reconhecido como ágio em seu balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 (2011 – R\$ 2.009.307; 2010 – R\$ 1.912.045)

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia utiliza critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre goodwill.

Em 2011, a Companhia registrou perda com *impairment* sobre o investimento na CIMPOR de R\$ 522.377 e perda com *impairment* sobre o investimento na Cimentos Bio Bio S.A. de R\$ 64.161.

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço (Nota 7).

(c) Provisões

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face à potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas (Nota 21).

(d) Combinação de negócios

Em uma combinação de negócios, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são mensurados pelo valor justo na data de aquisição. As participações de não controladores na empresa adquirida é avaliada ao valor justo do capital ou na parte relevante do valor justo dos ativos identificáveis líquidos da empresa. A mensuração desses ativos e passivos, na data de aquisição, é sujeita a análise de recuperação, incluindo estimativa de fluxo de caixa futuro, valor justo, risco de crédito e outros, e pode ser significativamente diferente dos resultados atuais (Nota 17).

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(e) Imposto de renda, contribuição social e diferidos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado (Nota 20).

(f) Benefícios a empregados

O valor atual de obrigações do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam diferentes premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os saldos das obrigações atuariais, está a taxa de desconto.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao fim de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Quaisquer mudanças nas premissas utilizadas para o cálculo dessas obrigações afetarão o valor contábil na data do balanço (Nota 29).

(g) Reconhecimento de receita e contas a receber

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas, no momento em que os produtos são entregues aos clientes ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

A provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída.

(h) Revisão da vida útil e recuperação de propriedades, plantas e equipamentos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(i) Uso do bem público

O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Os produtos vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais. Por outro lado, alguns custos e investimentos em ativos são denominados em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Companhia possui dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem impactar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia adotou a Política de Gestão de Riscos de Mercado, que também abrange suas subsidiárias, com o objetivo de estabelecer a governança e as macro-diretrizes do processo de gestão destes riscos, assim como as métricas para sua mensuração e acompanhamento. Esta política é complementada por outras políticas, que estabelecem diretrizes e normas para: (i) Gestão de exposição cambial, (ii) Gestão de exposição a taxa de juros, (iii) Gestão de exposição a preço de *commodities*, (iv) Gestão de riscos de emissores e contrapartes e (v) Gestão de liquidez e endividamento financeiro.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Política de Gestão de Exposição Cambial destaca que as operações de derivativos têm como objetivos diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, proteger a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas da Companhia.

As propostas para contratação de *hedge* são elaboradas pela Administração e baseiam-se na exposição cambial projetada até o fim do ano subsequente à data de referência.

Adicionalmente, podem ser definidos programas de *hedge* para proteção de fluxo de caixa da Companhia.

O real (R\$) é a moeda funcional da Companhia, e todos os esforços do processo de gestão de riscos de mercado têm como objetivo a proteção do fluxo de caixa nesta moeda, a preservação da capacidade de pagamento de obrigações financeiras e a manutenção de níveis de liquidez e endividamento definidos pela Administração.

A Companhia tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior da Companhia é protegida, principalmente, por meio de empréstimos na mesma moeda desses investimentos, sendo classificados como *Hedge* de Investimento Líquido. Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados a moeda estrangeira (Euro, Dólar americano, Dólar canadense, Dirham marroquino, Lira turca e Rimimbi chinês) na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Ativos em moeda estrangeira						
Caixa e equivalentes de caixa	1.978	2.025		957.720	196.083	195.437
Ativos financeiros - mantidos para venda				70.217		
Instrumentos financeiros derivativos						4.874
Contas a receber de clientes	77	109	97	684.358	290.701	259.815
Títulos mantidos para negociação				701.214		
	<u>2.055</u>	<u>2.134</u>	<u>97</u>	<u>2.413.509</u>	<u>486.784</u>	<u>460.126</u>
Passivos em moeda estrangeira						
Empréstimos e financiamentos	4.986.911	3.560.793	1.782.178	6.519.029	4.216.192	2.365.797
Fornecedores	7.826	75.260	141.625	403.810	259.570	286.155
Contas a pagar - Trading	53.784	16.481	100.769	53.784	36.826	187.735
Obrigações com bens mantidos para venda				274.104		
	<u>5.048.521</u>	<u>3.652.534</u>	<u>2.024.572</u>	<u>7.250.727</u>	<u>4.512.588</u>	<u>2.839.687</u>
Exposição líquida passiva	<u>5.046.466</u>	<u>3.650.400</u>	<u>2.024.475</u>	<u>4.837.218</u>	<u>4.025.804</u>	<u>2.379.561</u>

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Política de gestão de exposição a taxas de juros estabelece as diretrizes e regras para se proteger contra flutuações nas taxas de juros que afetam o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas. Exposições a cada taxa de juros (principalmente CDI, LIBOR e TJLP) são projetadas até o vencimento dos ativos e passivos expostos a tais índices.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos, *time deposits*, CDBs e operações compromissadas com lastro de debêntures e títulos públicos federais criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A+" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente (Nota 8). Para países cujos emissores não atendem as classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, alternativamente, critérios propostos pela Administração, tais como o posicionamento global dos bancos, relacionamento com o grupo e capilaridade local.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes e é incluída nas despesas de vendas.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política de Gestão de Liquidez e Endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional.

Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas comparáveis fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global para riscos de crédito BBB estável ou equivalente.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos
Em 31 de dezembro 2012					
Empréstimos e financiamentos	973.035	1.017.472	4.862.913	7.056.391	5.983.595
Fornecedores	394.528				
Dividendos a pagar	429.158				
Contas a pagar	83.298				
Contas a pagar na aquisição de participações	155.946				
Partes relacionadas	35.222	1.787.470	105.762	514.462	
Contas a pagar - Trading	53.784				
	<u>2.124.971</u>	<u>2.804.942</u>	<u>4.968.675</u>	<u>7.570.853</u>	<u>5.983.595</u>
	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos
Em 31 de dezembro 2012					
Empréstimos e financiamentos	1.207.153	2.052.786	5.385.678	6.566.987	5.990.466
Fornecedores	856.226				
Dividendos a pagar	439.122				
Uso do bem público - UBP	23.561	25.126	85.064	180.553	947.465
Contas a pagar na aquisição de participações	328.452				
Partes relacionadas	35.222	112.154	105.762	514.462	
Contas a pagar	105.315				
Contas a pagar - Trading	53.784				
	<u>3.048.835</u>	<u>2.190.066</u>	<u>5.576.504</u>	<u>7.262.002</u>	<u>6.937.931</u>
	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos
Em 31 de dezembro 2011					
Empréstimos e financiamentos	706.502	741.825	2.260.408	6.776.613	3.400.213
Fornecedores	401.872				
Dividendos a pagar	263.302				
Partes relacionadas	32.420	2.229.461	97.083	504.575	
Contas a pagar - Trading	16.481				
Contas a pagar	45.503				
	<u>1.466.080</u>	<u>2.971.286</u>	<u>2.357.491</u>	<u>7.281.188</u>	<u>3.400.213</u>
	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos
Em 31 de dezembro 2011					
Empréstimos e financiamentos	883.182	885.979	3.080.131	6.805.127	3.400.213
Fornecedores	662.532				
Dividendos a pagar	274.031				
Uso do bem público - UBP	22.005	23.511	80.123	134.920	1.023.165
Partes relacionadas	32.420	382.733	97.083	504.575	
Contas a pagar - Trading	36.826				
Contas a pagar	57.993				
	<u>1.968.989</u>	<u>1.292.223</u>	<u>3.257.337</u>	<u>7.444.622</u>	<u>4.423.378</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos
Em 31 de dezembro 2010					
Empréstimos e financiamentos	428.657	477.303	1.413.390	5.414.150	
Fornecedores	324.464				
Dividendos a pagar	192.167				
Partes relacionadas	17.283	4.208.141	51.756	268.992	
Contas a pagar - <i>Trading</i>	100.769				
Contas a pagar	44.933				
	<u>1.108.273</u>	<u>4.685.444</u>	<u>1.465.146</u>	<u>5.683.142</u>	

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos
Em 31 de dezembro 2010					
Empréstimos e financiamentos	605.491	668.751	2.170.639	5.450.167	
Fornecedores	638.528				
Dividendos a pagar	211.056				
Uso do bem público - UBP	20.795	22.005	75.313	127.082	1.059.324
Partes relacionadas	28.797	1.156.018	86.235	476.991	
Contas a pagar - <i>Trading</i>	187.735				
Contas a pagar	58.743				
	<u>1.751.145</u>	<u>1.846.774</u>	<u>2.332.187</u>	<u>6.054.240</u>	<u>1.059.324</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, UBP e partes relacionadas.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e do montante das aplicações financeiras. O EBITDA ajustado é apurado por meio da soma do lucro operacional, depreciação, amortização, exaustão, dividendos recebidos e outros itens não caixa, avaliados pela Administração da Companhia, como não recorrentes (Nota 33).

Os itens não recorrentes são compostos basicamente pelo resultado de equivalência de investidas (ganhos/ perdas com aquisições, alienações e impairment).

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Nota	Controladora			Consolidado		
		2012	2011	2010	2012	2011	2010
Empréstimos e financiamentos	18	10.904.928	7.017.825	4.310.493	12.792.987	8.056.712	5.248.323
Caixa e equivalentes de caixa	9	(5.565)	(5.370)	(7.102)	(969.546)	(225.130)	(24.948)
Instrumentos financeiros derivativos		(4.666)			(9.081)	(1.405)	10.749
Aplicações financeiras	10	(1.334.699)	(1.158.052)	(884.739)	(2.032.431)	(1.450.510)	(1.183.980)
Dívida líquida (A)		<u>9.559.998</u>	<u>5.854.403</u>	<u>3.418.652</u>	<u>9.781.929</u>	<u>6.379.667</u>	<u>4.050.144</u>

5.3 Estimativa do valor justo

Os saldos das contas a receber de clientes, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa, e de contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estão próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado por meio do desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos circulantes - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A diferença entre o valor justo e o valor contábil desses passivos é de R\$ 818.493 no consolidado (2011 - R\$ 97.974 e 2010 R\$165.513) e de R\$ 798.326 na controladora (2011 - R\$ 84.342 e 2010 R\$86.189), estando o valor contábil menor que o valor justo (Nota 18 (g)).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, exceto pelo grupo “caixa e bancos”, detalhado na Nota 9, que foi classificado no nível 1.

5.4 Demonstrativo da análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade apresentada a seguir para as posições em aberto dos instrumentos financeiros com base na apreciação/depreciação dos principais fatores de risco tem base nestes cenários:

- Cenário I: baseia-se nas curvas e cotações que configuram um cenário de provável ocorrência para a Administração.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

- Cenário II: considera um choque de + ou - 25% nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2012, utilizadas para apreamento dos instrumentos financeiros.
- Cenário III: considera um choque de + ou - 50% nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2012, utilizadas para apreamento dos instrumentos financeiros.

Controladora

Fatores de risco	Choque nas curvas de 31/12/2012	Impactos no resultado					Impactos no Patrimônio líquido				
		Resultados do cenário I	Cenários II & III				Resultados do cenário I	Cenários II & III			
			-25%	-50%	25%	50%		-25%	-50%	25%	50%
Câmbio											
USD	2,76%	(80.016)	743.513	1.487.026	(743.513)	(1.487.026)					
EUR	0,80%	(839)	26.371	52.741	(26.371)	(52.741)	(15.933)	501.041	1.002.082	(501.041)	(1.002.082)
Taxas de Juros											
BRL - CDI	0 bps		84.000	168.000	(84.000)	(168.000)					
USD Libor	12 bps	(151)	94	189	(94)	(189)					

Consolidado

Fatores de risco	Choque nas curvas de 31/12/2012	Impactos no resultado					Impactos no Patrimônio líquido				
		Resultados do cenário I	Cenários II & III				Resultados do cenário I	Cenários II & III			
			-25%	-50%	25%	50%		-25%	-50%	25%	50%
Câmbio											
USD	3,00%	(106.152)	986.365	1.972.731	(986.365)	(1.972.731)	(10.555)	100.559	200.118	(100.559)	(200.118)
EUR	1,00%	(839)	26.371	52.741	(26.371)	(52.741)	(9.933)	303.041	607.082	(303.041)	(607.082)
Taxas de Juros											
BRL - CDI	0 bps		65.369	130.262	(65.369)	(130.262)					
USD Libor	12 bps	(1.769)	1.105	2.211	(1.105)	(2.211)					

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

6 Instrumentos financeiros por categoria

Controladora

	Nota	Empréstimos e recebíveis	Ativos mantidos para negociação	Total
31 de dezembro de 2012				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	11	221.738		221.738
Aplicação financeira	10		1.334.699	1.334.699
Instrumentos financeiros			4.666	4.666
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.565		5.565
Dividendos a receber	14	70.973		70.973
Partes relacionadas	14	32.824		32.824
		<u>331.100</u>	<u>1.339.365</u>	<u>1.670.465</u>
Outros passivos financeiros				
	Nota			
31 de dezembro de 2012				
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	18	10.904.928		
Fornecedores		394.528		
Contas a pagar - <i>Trading</i>	22	53.784		
Dividendos a pagar	14	429.158		
Contas a pagar		83.298		
Contas a pagar na aquisição de participações		155.946		
Partes relacionadas	14	2.194.581		
		<u>14.216.223</u>		
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Ativos mantidos para negociação	Total
31 de dezembro de 2011				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	11	359.723		359.723
Aplicação financeira	10		1.158.052	1.158.052
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.370		5.370
Dividendos a receber	14	91.297		91.297
Partes relacionadas	14	50.233		50.233
		<u>506.623</u>	<u>1.158.052</u>	<u>1.664.675</u>
Outros passivos financeiros				
	Nota			
31 de dezembro de 2011				
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	18	7.017.825		
Fornecedores		401.872		
Contas a pagar - <i>Trading</i>	22	16.481		
Dividendos a pagar	14	263.302		
Contas a pagar		45.503		
Partes relacionadas	14	2.863.539		
		<u>10.608.522</u>		

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Nota	Empréstimos e recebíveis	Ativos mantidos para negociação	Total
31 de dezembro de 2010				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	11	328.284		328.284
Aplicação financeira	10		884.739	884.739
Caixa e equivalentes de caixa	9	7.102		7.102
Dividendos a receber	14	110.477		110.477
Partes relacionadas	14	328.377		328.377
		<u>774.240</u>	<u>884.739</u>	<u>1.658.979</u>

	Nota	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2010		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	18	4.310.493
Fornecedores		324.464
Contas a pagar - Trading	22	100.769
Dividendos a pagar	14	192.167
Partes relacionadas	14	4.546.172
		<u>9.474.065</u>

Consolidado

	Nota	Empréstimos e recebíveis	Ativos mantidos para negociação	Total
31 de dezembro de 2012				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	11	910.690		910.690
Aplicação financeira	10		2.032.431	2.032.431
Instrumentos financeiros			9.081	9.081
Caixa e equivalentes de caixa	9	969.546		969.546
Dividendos a receber	14	512		512
Partes relacionadas	14	16.418		16.418
		<u>1.897.166</u>	<u>2.041.512</u>	<u>3.938.678</u>

	Nota	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2012		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	18	12.792.987
Fornecedores		856.226
Contas a pagar - Trading	22	53.784
Dividendos a pagar	14	439.122
Uso do bem público - UBP		405.146
Contas a pagar		105.315
Contas a pagar na aquisição de participações		328.452
Partes relacionadas	14	486.597
		<u>15.467.629</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Nota	Empréstimos e recebíveis	Ativos mantidos para negociação	Total
31 de dezembro de 2011				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	11	786.077		786.077
Aplicação financeira	10		1.450.510	1.450.510
Instrumentos financeiros			1.405	1.405
Caixa e equivalentes de caixa	9	225.130		225.130
Dividendos a receber	14	7.552		7.552
Partes relacionadas	14	52.764		52.764
		<u>1.071.523</u>	<u>1.451.915</u>	<u>2.523.438</u>

	Nota	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2011		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	18	8.056.712
Fornecedores		662.532
Contas a pagar - Trading	22	36.826
Dividendos a pagar	14	274.031
Uso do bem público - UBP		374.185
Contas a pagar		57.993
Partes relacionadas	14	726.093
		<u>10.188.372</u>

	Nota	Empréstimos e recebíveis	Ativos mantidos para negociação	Total
31 de dezembro de 2010				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	11	679.562		679.562
Aplicação financeira	10		1.183.980	1.183.980
Caixa e equivalentes de caixa	9	24.948		24.948
Dividendos a receber	14	5.543		5.543
Partes relacionadas	14	257.081		257.081
		<u>967.134</u>	<u>1.183.980</u>	<u>2.151.114</u>

	Nota	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2010		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	18	5.248.323
Fornecedores		638.528
Contas a pagar - Trading	22	187.735
Dividendos a pagar	14	211.056
Uso do bem público - UBP		356.047
Contas a pagar		58.743
Partes relacionadas	14	1.748.042
		<u>8.448.474</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza derivativos de taxas de juros para mitigar sua exposição à volatilidade de fluxo de caixa futuro relativos à taxa LIBOR a pagar de sua dívida de longo prazo. Esses derivativos de taxas de juros utilizados nas estratégias de *hedge* têm, em alguns casos, sido designados como *hedge* de fluxo de caixa para propósitos contábeis. Abaixo apresentamos uma visão geral de nossos instrumentos financeiros derivativos.

(a) Derivativos nos quais o *hedge accounting* não foi aplicado

Taxa de juros *collars*

Em dezembro de 2006, a Companhia firmou contratos de *interest rate collars*. O valor justo dos *interest rate collars* em 31 de dezembro de 2011 é R\$ 0 (2010 - R\$ 10.749). A movimentação do valor justo desses instrumentos foi reconhecida no resultado.

O montante principal dos swaps de taxas de juros em aberto em 31 de dezembro de 2011 foi R\$ 0 (2010 - US\$ 238 milhões).

Em 31 de dezembro de 2011, a relação de *hedge* descrita foi descontinuada em razão do término do contrato.

(b) Derivativos nos quais a contabilização de *hedge accounting* foi adotada

Hedge de fluxo de caixa

Taxa de juros *swap*

Durante 2010, a controlada VCNA firmou diversos acordos de *swap*, com um valor principal de US\$ 200 milhões, nos quais a VCNA recebe 3 meses de LIBOR em uma base trimestral e paga uma taxa fixa de juros trimestralmente até 31 de outubro de 2014 (o “*interest rate swap*”). O valor justo do *swap* de taxa de juros em 31 de dezembro de 2012 é US\$ 2 milhões positivo (US\$ 1,3 milhão em 2011). A variação do valor justo acumulado da taxa de juros *swap* foi reconhecida em “outros resultados abrangentes”. O *hedge* foi considerado totalmente eficaz durante os períodos em questão.

O montante principal dos swaps de taxas de juros em aberto em 31 de dezembro de 2012 foi US\$ 179 milhões (2011: US\$ - 192,5 milhões e 2010 – US\$ 200 milhões).

Swap básico

Durante 2011, a controlada VCNA celebrou um contrato de *basis swap* no montante inicial de US\$ 192,5 milhões, na qual a VCNA recebe um mês de taxa LIBOR + cerca de 13 pontos base em uma base mensal e paga três meses de taxa LIBOR trimestral até 31 de dezembro 2013 (o *swap* básico). O saldo em 31 de dezembro de 2012 é US\$ 182,5 milhões. A marcação a mercado sobre a troca de base em 31 de dezembro de 2012 é US\$ 68 mil em favor da VCNA e foi registrado na rubrica de “Outros resultados abrangentes”.

A VCNA também fez um acordo de *basis swap* com um montante inicial nominal de US\$ 116,4 mil, no qual a empresa recebe um mês de taxa LIBOR + cerca de 13 pontos bases em uma base mensal e paga três meses de taxa LIBOR trimestral até 31 de dezembro de 2013 (o *basis swap*). O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2012 é de US\$ 44,7 milhões. A marcação a mercado sobre o *basis swap* em 31 de dezembro de 2012 é US\$ 49 mil em favor da VCNA e foi registrado na demonstração de resultado.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

O montante principal dos swaps de taxas de juros em aberto em 31 de dezembro de 2011 foi US\$ 309,9 milhões.

(c) Hedge de investimento líquido em entidade no exterior

A Companhia designou uma parcela de sua dívida denominada em euros em um montante de R\$ 2.092.875 (2011 – R\$ 1.890.100 e 2010 – R\$ 1.731.224) como instrumento de hedge referente ao seu investimento na CIMPOR, como parte de sua estratégia de net investment.

Como descrito na Nota 1(a), foi alienado o investimento na Cimpor, no qual a Companhia possuía operação de hedge de net investment. Na alienação do investimento, foi reconhecido na demonstração de resultado no montante de R\$ 238.038 referente a resultados abrangentes acumulados. Subsequentemente, foi designado um net investment na subsidiária VCEAA, sediada na Espanha, em uma nova operação de hedge com o mesmo montante da dívida denominada em Euro. O valor da variação cambial reconhecida como outros resultados abrangentes no período da nova operação de hedge foi de R\$ 24.388.

Uma parte dos empréstimos denominados em dólares americanos, totalizando US\$ 223 milhões, foi designado como hedge do net investment das empresas subsidiárias da VCNA. O ganho em variação cambial na conversão da dívida reconhecida como outros resultados abrangentes na VCNA foi de US\$ 5,1 milhões (R\$ 9.989) (2011 - perda de US\$ 7,7 milhões, R\$ 12.858; 2010 – perda de US\$ 17,7 milhões R\$ 31.165 milhões) . A operação de hedge foi formalmente documentada e qualificada com um hedge accounting em maio de 2011, assim a variação cambial ocorrida antes desta data foi reconhecida no resultado.

Os ganhos e perdas da variação cambial referente aos demais empréstimos denominados em US\$, não considerados nessa operação de hedge, continuam sendo reconhecidos no resultado.

(d) Instrumentos de hedge denominados em reais

Em janeiro de 2012, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos, denominados swaps de taxa de juros, com o valor nominal de R\$ 500.000, para converter os juros pré-fixados para uma taxa CDI flutuante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro, líquido, no período em que ocorrem. A Companhia não aplicou contabilidade de hedge para esses instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012, sendo que o valor justo dos derivativos financeiros foi de R\$ 4.666.

8 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito de emissores e contrapartes em operações envolvendo ativos financeiros. O "Rating Local" refere-se com classificações sob as escalas locais usados por agências de classificação, enquanto "Global Rating" corresponde a classificação emitida por essas agências de rating sob suas escalas globais.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Controladora						Consolidado					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Rating local	Rating local	Rating local	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa												
AAA	5.410	5.370	7.102	10.522		10.522	5.053		5.053	10.967		10.967
AA+	2			7		7	1		1			
AA	139			139		139						
AA-	9			9		9	90	868	958			
A+					733.513	733.513	5.324	97.459	102.783	952		952
A					13.865	13.865	1	55.186	55.187			
A-					5.724	5.724						
BBB					96.541	96.541						
BBB+				14	12.799	12.813	4	42.570	42.574			
BBB-					25.241	25.241						
BB								2.025	2.025			
B					24.989	24.989	16.549		16.549		13.029	13.029
BB-					1.974	1.974						
Sem Rating	5			1.135	43.074	44.209						
	5.565	5.370	7.102	11.826	957.720	969.546	29.047	196.083	225.130	11.919	13.029	24.948
Aplicação financeira												
AAA	857.424	436.823	134.490	1.354.269	366	1.354.635	726.018		726.018	236.742		236.742
AA+	381.514	648.184	739.039	461.782		461.782	650.287		650.287	739.039		739.039
AA	24.292	58.840		57.775	14.805	72.580	58.840		58.840	7		7
AA-											1.476	1.476
A+										1.545	164.475	166.020
A		13.824	11.210		70.217	70.217	14.653		14.653	11.209		11.209
A-	282	381		676		676	712		712		29.487	29.487
Sem rating	71.187			72.541		72.541						
	1.334.699	1.158.052	884.739	1.947.043	85.388	2.032.431	1.450.510		1.450.510	988.542	195.438	1.183.980
	1.340.264	1.163.422	891.841	1.958.869	1.043.108	3.001.977	1.479.557	196.083	1.675.640	1.000.461	208.467	1.208.928

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Caixa e bancos em moeda nacional	3.587	2.263	4.215	10.648	26.509	22.061
Caixa e bancos em moeda estrangeira	1.978	2.025		957.720	196.083	
Certificado de depósitos bancários		442	1.259	626	925	1.259
Outros		640	1.628	552	1.613	1.628
	5.565	5.370	7.102	969.546	225.130	24.948

10 Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2012
Mantidos para negociação						
Fundo DI (Depósitos Interfinanceiros)	1.318.980	1.144.228	873.529	1.944.901	1.435.579	1.171.490
Aplicação em moeda estrangeira				70.217		
Certificados de depósitos bancários	15.031	13.824	11.210	16.369	14.653	12.490
Outros	688			944	278	
	1.334.699	1.158.052	884.739	2.032.431	1.450.510	1.183.980

As aplicações em Fundo de Investimentos apresentam remuneração média correspondente a aproximadamente 100% do CDI.

O fundo DI é controlado pela Votorantim Industrial S.A. e como tal é uma parte relacionada.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

11 Contas a receber de clientes

(a) Composição

Nota	Controladora				Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Cientes nacionais	155.014	301.952	283.058	194.223	453.182	395.485
Cientes estrangeiros	77	109	97	684.358	290.701	259.815
Partes relacionadas	14 77.607	64.757	74.011	75.105	77.488	81.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.960)	(7.095)	(28.882)	(42.996)	(35.294)	(56.825)
	<u>221.738</u>	<u>359.723</u>	<u>328.284</u>	<u>910.690</u>	<u>786.077</u>	<u>679.562</u>

Cessão de crédito

Durante o último trimestre de 2012 alguns dos recebíveis de clientes nacionais foram transferidos a uma instituição financeira. Devido a essa transação a Companhia assume até 1% em perdas referentes aos créditos transferidos. Como a Companhia transferiu os riscos e direitos relevantes dos títulos cedidos, ela desconsiderou valores a receber no total de R\$ 139,8 milhões e reconheceu um passivo na rubrica “outros passivos” no montante de R\$ 1,4 milhões, representado ao valor justo da garantia referente a 1% de perdas, que é também o valor máximo ao qual a Companhia está exposta, devido aos valores a receber transferidos.

A Companhia não tem obrigação, direito ou opção de recompra dos recebíveis cedidos e não existem outras obrigações ou direitos contratuais. A transação não resultou em ganho ou perda significativa.

(b) As contas a receber de clientes são mantidas nas seguintes moedas

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Euro				127.644		
Reais	220.602	359.345	328.187	254.053	508.889	436.024
Dólar Norte Americano	1.136	378	97	170.863	136.655	105.374
Dólar Canadense				183.295	138.760	134.318
Dirham Marroquino				58.446		
Lira Turca				93.546		
Outros				22.843	1.773	3.846
	<u>221.738</u>	<u>359.723</u>	<u>328.284</u>	<u>910.690</u>	<u>786.077</u>	<u>679.562</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(c) Qualidade do contas a receber a vencer

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Risco alto	13.610	32.181	23.019	63.976	61.725	40.055
Risco médio	11.156	28.399	2	145.883	180.280	38.753
Risco baixo	71.185	202.494	141.940	600.105	401.631	413.761
AAA	8.668	13.936	6.908	43.326	32.934	6.921
	<u>104.619</u>	<u>277.010</u>	<u>171.869</u>	<u>853.290</u>	<u>676.570</u>	<u>499.490</u>

Os valores citados acima referem-se a itens não vencidos e não *impaired*.

Risco alto – Clientes novos sem histórico de informações financeiras.

Risco médio – Clientes com histórico de atraso nos pagamentos.

Risco baixo – Clientes com um sólido histórico comercial e de pagamentos.

Clientes AAA – Classificação exclusiva aplicável somente para entidades legais, baseados em análise individual de crédito.

(d) Movimentações da provisão para devedores duvidosos

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	(7.095)	(28.882)	(31.114)	(35.294)	(56.825)	(59.234)
Adições	(4.561)	(2.386)	459	(11.077)	(1.922)	(3.318)
Contas a receber de clientes baixados	696	24.173	1.773	5.555	29.621	4.838
Variação cambial				(2.180)	(6.168)	889
Saldo no final do exercício	<u>(10.960)</u>	<u>(7.095)</u>	<u>(28.882)</u>	<u>(42.996)</u>	<u>(35.294)</u>	<u>(56.825)</u>

A constituição e a baixa da PDD foram registradas no resultado do exercício como "despesas com vendas". Os valores debitados na conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(e) Vencimentos do contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Vencidos até 3 meses	42.718	14.456	13.990	110.761	18.626	6.805
Vencidos de 3 a 6 meses	2.783	2.193	2.007	4.261	36.196	28.626
Vencidos a mais de 6 meses	4.971	8.402	36.129	7.391	12.491	35.727
	<u>50.472</u>	<u>25.051</u>	<u>52.126</u>	<u>122.413</u>	<u>67.313</u>	<u>71.158</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

12 Estoques

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Produtos acabados	35.277	28.774	28.230	131.383	63.967	62.423
Produtos semi-acabados	174.014	144.292	133.360	514.457	319.837	300.844
Matérias-primas	108.691	149.933	124.704	281.166	276.811	219.453
Materiais auxiliares e de consumo	152.917	106.728	85.846	267.717	219.743	193.110
Importações em andamento	10.402	46.526	44.958	79.934	95.550	139.789
Provisão para perdas	(94.309)	(80.519)	(110.030)	(115.882)	(132.099)	(153.646)
Outros	5.369	6.261	11.599	23.326	46.859	34.863
	<u>392.361</u>	<u>401.995</u>	<u>318.667</u>	<u>1.182.101</u>	<u>890.668</u>	<u>796.836</u>

Nas respectivas datas bases, a Companhia não mantinha estoques dados como penhor de garantia de passivos.

A provisão para perdas refere-se, substancialmente, à obsolescência de materiais no estoque.

13 Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social - IRPJ e CSLL	79.746	17.984	11.892	83.920	23.554	22.688
	<u>79.746</u>	<u>17.984</u>	<u>11.892</u>	<u>83.920</u>	<u>23.554</u>	<u>22.688</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS sobre ativo imobilizado	53.148	33.275	39.554	59.676	50.005	50.334
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	28.719	43.683	1.489	74.536	58.707	18.945
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	14.183	13.870	16.994	20.512	20.723	21.862
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	11.426	17.086		14.339	20.301	1.219
Outros	4.169	9.030	854	48.428	14.503	5.173
	<u>111.645</u>	<u>116.944</u>	<u>58.891</u>	<u>217.491</u>	<u>164.239</u>	<u>97.533</u>
Impostos a recuperar	191.391	134.928	70.783	301.411	187.793	120.221
Circulante	(165.336)	(129.542)	(52.414)	(260.115)	(172.870)	(97.254)
Não circulante	26.055	5.386	18.369	41.296	14.923	22.967

Em 2012, do total apresentado na composição acima como outros no consolidado, aproximadamente R\$ 42 milhões refere-se a impostos a recuperar ("VAT"- imposto sobre valor adicionado) da VCEAA (empresa no exterior).

Os créditos do ICMS são resultantes da compra de ativos fixos (com prazo de realização de 48 parcelas mensais) e da aquisição de produtos consumíveis. Sua realização decorre da própria operação da Companhia.

A Companhia estima que 71 % dos saldos de tributos indiretos (ICMS e IPI) e 98 % do saldo dos tributos diretos (IR, CS, PIS e COFINS) a recuperar serão utilizados na compensação de impostos a recolher até 31 de dezembro de 2013.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas seguintes condições:

Produtos são vendidos entre partes relacionadas com base nas tabelas de preço interno das empresas que, no caso de compras feitas pela Companhia por meio da GmbH (consistindo substancialmente de coque de petróleo comprado pela Votorantim GmbH de fornecedores e revendidos para a Companhia), incluem uma margem referente ao preço de compra cobrado pelos fornecedores (margem entre 14% e 15% nos períodos apresentados). Serviços comprados incluem os fornecidos pelo Centro de Soluções Compartilhadas, ou CSC, da VID relacionados a atividades administrativas, recursos humanos, back office, contabilidade, tributário, assistência técnica, treinamentos, e aqueles fornecidos pelo Centro de Competência em Tecnologia da Informação. Estes serviços são fornecidos para todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsados para a VID, baseados nos serviços prestados pelo Centro de Soluções Compartilhados e pelo Centro de Competência em Tecnologia da Informação.

O Fundo DI é controlado pela Votorantim Industrial S.A. e os saldos são divulgados na Nota 10.

Os preços de vendas e de provisão de serviços foram efetuadas com base nos custos internos, não havendo margens definidas pelas Companhias.

- (i) Refere-se a captação junto a VOTO-Votorantim Overseas Trading Operations IV Limited ("VOTO IV"), com vencimentos semestrais e com prazo final para 2020, sendo atualizada a uma taxa pré fixada de 8,5% e variação cambial do dólar norte-americano.
- (ii) Refere-se a contratos de mútuos mantidos com partes relacionadas. O montante vem sendo atualizado mensalmente a taxa de 12% ao ano.

(c) Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas com remuneração dos executivos e administradores da Companhia, incluindo todos os benefícios, são resumidas conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Salários e adicionais	12.768	14.465	12.971	19.878	18.456	19.500
Encargos sociais	2.874	2.382	1.669	2.874	2.487	2.888
Benefícios sociais	122	569	373	1.298	1.428	1.444
	15.764	17.416	15.013	24.050	22.371	23.832

Os benefícios incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e programa de remunerações variáveis).

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(d) Garantias de dívidas da Companhia e suas controladas, garantidas por partes relacionadas

Instrumento	Garantidor	2012	2011	2010
BNDES	Hejoassu	1.469.308	1.237.232	790.815
1ª emissão de debentures	VPAR	1.005.658	1.008.703	1.008.981
2ª emissão de debentures	VID	1.017.727	1.028.924	1.025.464
3ª emissão de debentures	VID	618.075	628.895	
4ª emissão de debentures	VID (*)	1.035.868		
5ª emissão de debentures	VID	1.205.939		
ECA Framework Agreement	VID (*)	126.936	94.485	1.731.224
Voto VII	VPAR(100%) / CBA(50%)	2.092.876	1.890.100	
Voto VIII	VID (*)	2.598.101	1.431.217	
Backstop Facility	VID / VCSA	900.532		
		12.071.019	7.319.556	4.556.484

(*) Em 2012, após o cumprimento de certas condições contratuais, a Votorantim Industrial passou a assumir as obrigações de garantidora em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, até então garantidos por sua controladora, Votorantim Participações S.A.

(e) Garantias de dívidas emitidas por partes relacionadas, garantidas pela Companhia e suas controladas

Instrumento	Devedor	Garantidor	Percentual		Valor garantido em 2012	Dívida em 2011	Valor garantido em 2011	Dívida em 2010	Valor garantido em 2010
			garantido pela Companhia	Dívida em 2012					
VOTO III	Voto III	VPAR, Fibria, VCSA, VMZ, VMN	45%		427.105	192.197	360.109	162.049	
VOTO IV	Voto IV	VPAR, Fibria, VCSA	50%	818.456	409.228	376.046	188.023	333.955	
Voto V	CBA	VPAR, VCSA	50%	2.079.226	1.039.613	1.910.665	955.333	1.695.177	
Voto VI	CBA	VPAR, VCSA	50%	1.557.051	778.526	1.429.272	714.636	1.270.953	
TOTAL					2.227.367	2.050.189	1.812.093		

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

15 Investimentos

(a) Composição

Controladora

	Informações em 31 de dezembro de 2012			Resultado de	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Porcentual de participação votante	equivalência patrimonial	
				2012	2012
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial					
Votorantim Cement North America Inc	3.317.774	83.538	100,00	83.538	3.317.774
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	3.374.964	481.503	95,25	458.632	3.374.964
Votorantim Cimentos EAA Inversiones	1.740.960	185	100,00	185	1.740.960
Cimpor - Cimentos de Portugal S.A. (nota 1 (a))		(373.986)		(79.320)	
Votorantim Investimentos Latino Americano S.A.	4.005.620	(173.399)	14,27	(24.744)	687.263
Votorantim Cimentos Américas S.A.		(758)		(717)	
Silcar - Empreend. Com Particip. Ltda.	508.174	114.057	100,00	114.057	508.174
Companhia Cimento Ribeirão Grande		20.196		6.386	
Votorantim Cimentos Chile Ltda.	143.990	(21.157)	100,00	(21.157)	143.990
Pedreira Pedra Negra Ltda.	137.001	(10.868)	100,00	(10.868)	137.001
Acaruba Mineração e Participação Ltda.	102.877	(9.353)	100,00	(9.353)	102.877
Cimentos Portland S.A.	216.569	(1.613)	29,50	(476)	63.888
Yguazú Cimento S.A.		7.776		2.721	
Maesa - Machadinho Energética S.A.	472.290	126.169	6,76	8.529	31.942
Itacamba Cimento S.A.	25.450	1.923	66,67	1.282	12.729
A21 Mineração Ltda.		(4.506)		(3.830)	
Seacrown do Brasil, Com. Import. e Part. S.A.	11.906	296	40,45	120	4.816
Eromar S.A.	1.136	(59)	100,00	(59)	1.136
Outros				1.784	
Total dos investimentos				526.710	10.140.264
Ágios					
Votorantim Cement North America Inc.					773.860
St. Marys Cement Inc.					108.938
Pedreira Pedra Negra Ltda.					11.700
Votorantim Cimentos EAA Inversiones					1.103.935
					1.998.433
Total dos investimentos e ágios					12.138.697
Obrigações a pagar com investidas					
Lux Cem International S.A.	(16.098)	(498)	100,00	(497)	(16.098)
Total dos investimentos, ágios e obrigações a pagar com investidas				526.213	(16.098)
					12.122.599

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Informações em 31 de dezembro de 2011				Resultado de equivalência patrimonial	Saldo de investimentos
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação Votante	Total		
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	3.116.238	399.811	95,25	95,25	380.820	2.968.334
Votorantim Cement North America	2.984.185	61.573	100,00	100,00	61.573	2.984.185
Cimpor - Cimentos de Portugal S.A.	4.639.059	585.592	21,21	21,21	124.204	1.751.017
Votorantim Cimentos Americas S.A.	599.633		94,55	94,55		566.926
Votorantim Investimentos Latino Americano S.A.	4.008.446	179.798	14,27	14,27	25.657	687.705
Interavia Transportes Ltda.	51.842	28.770	0,00	0,00		
Silar - Empeend. Com Particip. Ltda.	428.981	163.664	100,00	100,00	163.664	428.981
Companhia Cimento Ribeirão Grande	302.736	68.437	100,00	100,00	68.437	302.736
Pedreira Pedra Negra Ltda.	115.569	2.162	100,00	100,00	2.162	115.569
Acuriuba Mineração e Participação Ltda.	112.231	21.778	100,00	100,00	21.778	112.231
Maesa - Machadoinho Energética S.A.	417.215	53.374	5,62	5,62	3.000	23.447
Yguazú Cimento S.A.	88.958	10.612	35,00	35,00	3.714	31.135
Itacamba Cimento S.A.	20.594	1.082	50,00	50,00	541	10.297
A21 Mineração Ltda.	7.443	3.809	85,00	85,00	3.237	6.327
Eromar S.A.	1.015	(60)	100,00	100,00	(60)	1.015
Seacrown do Brasil, Com.Import. e Part. S.A.	11.600	1.999	40,45	40,45	809	4.692
Cimentos Portland S.A.	190.614	(1.147)	29,50	29,50	(339)	56.231
Outros investimentos					18.506	3.350
Total dos investimentos					877.703	10.054.178
Ágios						
Votorantim Cement North America Inc.						773.860
Companhia Cimento Ribeirão Grande						205.939
St. Marys Cement Inc.						108.938
Pedreira Pedra Negra Ltda.						11.700
A21 Mineração Ltda.						807
						1.101.244
Obrigações a pagar com investidas						
Votorantim Cimentos Chile Ltda.	(58.990)	(73.866)	100,00	100,00	(73.866)	(58.991)
LuxCem International S.A.	(13.668)	673	99,99	99,99	673	(13.666)
					804.510	-72.657
Total dos investimentos e ágios líquidos						11.155.422

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Informações em 31 de dezembro de 2010				Resultado de equivalência patrimonial	Saldo de investimentos
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação Votante	Total		
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Votorantim Cimentos Brasil S.A.		576.166	100,00	100,00	576.166	
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	2.944.750	469.668	95,23	95,23	181.587	2.666.266
Votorantim Cement North America	2.726.814	47.664	100,00	100,00	122.061	2.706.974
Cimpor - Cimentos de Portugal S.A.	4.484.601	399.274	21,21	21,21	84.712	2.132.556
Votorantim Cimentos Americas S.A.	599.633	(17)	94,55	94,55	(16)	566.926
Votorantim Investimentos Latino Americano S.A.	2.822.534	59.380	15,39	15,39	6.032	675.566
Interavia Transportes Ltda.	439.485	25.211	88,41	88,41	10.529	388.549
Silcar - Empeend. Com Particip. Ltda.	317.740	126.326	100,00	100,00	108.418	317.740
Companhia Cimento Ribeirão Grande	210.891	24.830	100,00	100,00	20.777	200.344
Pedreira Pedra Negra Ltda.	52.166	4.932	100,00	100,00	1.633	52.166
Acaruba Mineração e Participação Ltda.	80.749	(4.463)	100,00	100,00	(4.463)	80.749
Maesa - Machadoinho Energética S.A.	364.248	11.000	6,76	6,76	744	24.630
Yguazú Cimento S.A.	20.937		35,00	35,00	7.328	
Votorantim Cimentos Chile Ltda.	27.650	675	99,99	99,99	675	27.646
Itacamba Cimento S.A.	14.992	3.429	50,01	50,01	2.215	7.497
A21 Mineração Ltda.	7.000		85,00	85,00		5.950
Eromar S.A.	1.589	(92)	100,00	100,00	290	1.589
Seacrown do Brasil, Com.Import. e Part. S.A.	6.666	(2.918)	35,80	35,80	(4.235)	2.387
Outros investimentos					18.203	
Total dos investimentos					1.125.328	9.883.189
Ágios						
Votorantim Cement North America Inc.						773.860
Companhia Cimento Ribeirão Grande						205.939
St. Marys Cement Inc.						108.938
Pedreira Pedra Negra Ltda.						11.700
A21 Mineração Ltda.						807
						<u>1.101.244</u>
Obrigações a pagar com investidas						
Lux Cem International S.A.	(14.545)	(1.779)	99,99	99,99	(1.779)	(14.544)
						<u>-14.544</u>
Total dos investimentos e ágios						10.984.433

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Consolidado

	Informações em 31 de dezembro de 2012				Resultado de	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	equivalência patrimonial		Saldo de investimentos	
			Percentual de participação	2012		
			Votante	Total	2012	2012
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Cimpor - Cimentos de Portugal S.A. (Nota 1 (a))	4.005.620	(173.399)	12,36	12,36	(79.320)	687.262
Votorantim Investimentos Latino Americano S.A. (b)	751.929	177.445	38,25	38,25	(24.744)	287.613
Sirama Participações Ltda.	344.629		10,61	10,61	58.522	121.909
Cimentos Avellaneda S.A. (b)(d)	873.683	(128.792)	15,15	15,15	(19.512)	132.363
Cimento Bio Bio S.A. (b)	165.898	54.598	51,00	51,00	27.845	84.608
Maré Cimento Ltda. (c)	216.569	(1.614)	29,50	29,50	(476)	63.888
Cimentos Portland S.A.	223.564	66.300	25,00	25,00	16.575	55.891
Supermix Concreto S.A.	335.840	31.121	27,57	27,57	8.580	92.591
Polimix Concreto Ltda. (a)	226.715		12,61	12,61		50.795
Cimentos Artigas S.A. (b)(d)	79.547	16.855	51,00	51,00	8.597	40.569
Mizu S.A. (c)			35,00	35,00	2.721	
Yгуазú Cimento S.A. (Nota 1 (c))	116.160	71.560	25,00	25,00	17.890	29.040
Verona Participações Ltda. (a)	472.515	54.335	6,76	6,76	8.529	31.942
Maesá - Machadinho Energética S.A. (b)	30.345		51,00	51,00		15.476
Polimix Cimento Ltda. (c)					254	106.357
Outros investimentos					25.461	1.800.304

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Patrimônio líquido	Informações em 31 de dezembro de 2011		Resultado de equivalência patrimonial	
		Resultado do exercício	Percentual de participação	2011	2011
			Votante	Total	investimentos
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial					
Cimpor - Cimentos de Portugal S.A. (Nota 1 (a))	4.639.059	585.592	21,21	21,21	124.204
Votorantim Investimentos Latino Americano S.A.(b)	4.008.446	179.798	14,27	14,27	25.657
Sirama Participações Ltda.	589.748	222.508	38,25	38,25	85.110
Cimento Bio Bio S.A.	774.936	(107.537)	15,15	15,15	(16.292)
Maré Cimento Ltda. (c)	227.384	60.074	51,00	51,00	30.638
Polimix Concreto Ltda. (a)	163.883	46.645	27,57	27,57	12.861
Supermix Concreto S.A.	193.134	61.089	25,00	25,00	15.272
Mizu S.A. (c)	77.401	20.608	51,00	51,00	10.510
Maesa - Machadinho Energética S.A. (b)	417.215	53.374	5,62	5,62	3.000
Yguazú Cimento S.A.	88.958	10.750	35,00	35,00	3.762
Verona Participações Ltda. (a)	113.436	58.356	25,00	25,00	14.589
Polimix Cimento Ltda. (c)	30.345		51,00	51,00	
Cimentos Portland S.A.	190.614	(1.147)	29,50	29,50	(339)
Outros investimentos					2.781
					311.753
					3.241.411

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Patrimônio líquido	Informações em 31 de dezembro de 2010		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de investimentos
		Resultado do exercício	Percentual de participação	2010	2010	
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
(a)	4.484.601	399.274	21,21	21,21	84.712	2.132.556
	2.822.534	59.380	15,39	15,39	6.032	696.204
	465.172	156.306	38,25	38,25	59.798	177.931
	879.690	(106.178)	15,15	15,15	(16.086)	199.811
	167.191	50.170	51,00	51,00	28.011	85.267
	135.001	74.543	27,57	27,57	7.841	37.223
	176.503	61.600	25,00	25,00	15.400	42.831
	53.950	24.109	51,00	51,00	11.816	33.562
	364.348	11.000	6,76	6,76	744	24.630
	20.937		35,00	35,00		7.328
	55.408	42.137	25,00	25,00	5.175	13.852
	30.345		51,00	51,00		15.476
					(11.458)	54.821
					191.985	3.521.492

(a) Referem-se a investidas da controlada Silcar - Empreendimentos Comércio e Participações Ltda. Nestes investimentos sua participação é baseada em determinado segmento de produtos da empresa, portanto a Silcar não detém o controle total ou compartilhado e recebe dividendos desproporcionais. Entretanto a Companhia possui influência significativa sobre essas entidades.

(b) Referem-se a investidas nas quais a participação é menor que 20%, porém a Companhia exerce influência significativa sobre as atividades através de acordos estabelecidos com acionistas.

(c) Referem-se a empresas nas quais há participação acima de 50%, no entanto, não há controle dessas entidades, devido aos direitos limitados para tomar decisões operacionais, estratégicas e financeiras.

(d) Referem-se a participações adquiridas em 27 de dezembro de 2012 e por essa razão não participam nos resultados reconhecidos para o ano.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(b) Movimentação dos investimentos e obrigações a pagar com investidas

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	11.082.765	10.969.889	3.322.371	3.241.411	3.521.492	572.120
Equivalência patrimonial	526.213	804.510	1.123.549	25.461	311.753	191.985
Dividendos recebidos	(169.613)	(254.700)	(1.409.208)	(186.337)	(158.599)	(32.995)
Varição cambial de investimento no exterior "Hedge Accounting" de investidas	442.057	426.054	(410.637)	287.848	120.011	(354.578)
Outros resultados abrangentes de investidas	15.612	(49.156)	21.806			
Aumento de capital em investidas	(6.212)	(65.111)	113.515	3.661	(35.037)	80.826
Aquisições de investimentos	270.916	170.981	242.677	104.420	11.759	161.659
Incorporação de investimentos	2.891.344		2.909.220	172.704	56.570	2.909.220
Impairment de investimentos	(1.081.619)		5.553.218			
Baixa de investimento		(522.377)			(586.538)	
Baixa de investimento Yguazu	(38.192)			(38.192)		
Baixa de investimento Cimpor	(1.810.672)	(397.325)	(496.622)	(1.810.672)		
Saldo no final do exercício	12.122.599	11.082.765	10.969.889	1.800.304	3.241.411	3.521.492

As principais modificações em participações em investidas estão descritas na Nota 1.

(c) Investimentos não consolidados que possuem ações em bolsa de valores

	2012		2011		2010	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Cementos Bio Bio S.A. (*)	132.363	131.333	117.403	108.500	199.811	203.070
Cimpor Cimentos de Portugal SGPS S.A. (*)			1.751.017	1.845.771	2.132.556	1.610.027

(*) Calculado de forma proporcional a participação detida pela Companhia.

(d) Teste de *impairment* realizados em investimentos de associadas

Cimpor Cimentos de Portugal SGPS S.A

O valor contábil acumulado do investimento na Cimpor totalizava o montante de R\$ 1.751.017 em 31 de dezembro de 2011.

As projeções como de 31 de dezembro de 2011 elaboradas com base no orçamento aprovado pela Administração, indicavam circunstâncias adversas nos mercados onde a Cimpor realiza operações significativas.

O cálculo do valor em uso de 2011, foi com base nas projeções da Cimpor, aplicando uma margem bruta média de 24,9%, taxa de crescimento de 0% antes dos impostos, taxa de desconto de 9,38% no que resultou em um *impairment* no valor de R\$ 522.377 (R\$ 344.768, líquido de impostos), reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Cementos Bio Bio S.A.

Para o valor contábil do investimento na Cementos Bio Bio SA em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil pode ser prejudicado. Dessa forma, nenhum *impairment* foi reconhecido.

O cálculo do valor em uso em 31 de dezembro de 2011, foi com base nas projeções de fluxo de caixa, a aplicação de uma margem bruta média de 13,5%, taxa de crescimento de 8,3% e pré-imposto de taxa de desconto de 9,1% e resultou em um prejuízo taxa de R\$64.161 (R\$ 42.346, líquido de impostos), reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais líquidas" no resultado.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	2012					2011		2010	
	Terrenos e edificações	Equipamentos e instalações	Beneficiarias em propriedade de terceiros	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total	Total	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	994.650	3.754.600	22.312	278.491	49.263	901.602	6.000.918	4.873.926	24.296
Depreciação acumulada	(431.614)	(1.875.534)	(9.158)	(195.697)	(40.099)		(2.552.102)	(2.445.819)	(6.229)
Saldo líquido no início do exercício	563.036	1.879.066	13.154	82.794	9.164	901.602	3.448.816	2.428.107	18.067
Saldo no início do exercício	563.036	1.879.066	13.154	82.794	9.164	901.602	3.448.816	2.428.107	18.067
Adição	1.208	17.153	1	1.753	14	1.147.973	1.168.102	1.201.276	516.585
Baixa	(66)	(4)		(92)			(162)	(4.756)	(7.253)
Depreciação	(25.068)	(152.622)	(3.193)	(37.655)	(1.657)		(220.195)	(161.802)	(54.186)
Transferências	88.267	187.781	4.450	57.389	2.450	(470.223)	(129.886)	(14.334)	3.309
Incorporação VCB									1.951.585
Reclassificação para ativos mantidos para venda									325
Efeito líquido de incorporação	104.358	78.515	339	1.358	125	46.439	231.134		
Saldo no final do exercício	731.735	2.009.889	14.751	105.547	10.096	1.625.791	4.497.809	3.448.816	2.428.107
Custo	1.232.640	4.139.708	27.173	347.357	55.120	1.625.791	7.427.789	6.000.918	4.873.926
Depreciação acumulada	(500.905)	(2.129.819)	(12.422)	(241.810)	(45.024)		(2.929.980)	(2.552.102)	(2.445.819)
Saldo líquido no final do exercício	731.735	2.009.889	14.751	105.547	10.096	1.625.791	4.497.809	3.448.816	2.428.107
Taxa média anual de depreciação	2%	13%	7%	21%	10%		4%		

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Consolidado

	Beneficiárias em						2012	2011	2010
	Terrenos e edificações	Equipamentos e instalações	propriedade de terceiros	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício	2.230.214	7.191.878	296.501	697.263	65.577	1.302.589	23.997	11.808.019	9.943.155
Custo	(734.318)	(3.460.568)	(126.629)	(470.381)	(54.514)		(7.344)	(4.853.754)	(4.361.857)
Depreciação acumulada	1.495.896	3.731.310	169.872	226.882	11.063	1.302.589	16.653	6.954.265	5.581.298
Saldo líquido no início do exercício	1.495.896	3.731.310	169.872	226.882	11.063	1.302.589	16.653	6.954.265	5.581.298
Saldo no início do exercício	23.087	56.637	9.613	23.152	322	1.387.276	3	1.500.090	1.723.061
Adição	(140)	(676)	(45)	(2.338)	(78)			(3.277)	(212.016)
Baixa	(47.612)	(338.441)	(14.289)	(76.285)	(2.509)		(3.263)	(482.399)	(366.328)
Depreciação	43.117	50.451	16.412	17.792	4.019	8.100	(1.090)	138.801	182.512
Variação cambial	116.213	336.066	8.325	61.130	4.411	(702.319)		(176.174)	64.741
Transferências									
Reclassificação para ativos mantidos para venda									(43.522)
Efeito líquido de controladas incluídas na consolidação	472.294	1.004.850		19.847	3.012	96.118		1.596.121	24.519
Saldo no final do exercício	2.102.855	4.840.197	189.888	270.180	20.240	2.091.764	12.303	9.527.427	6.954.265
Custo	3.337.502	11.383.859	335.930	904.770	108.911	2.091.764	24.649	18.187.385	11.808.019
Depreciação acumulada	(1.234.647)	(6.543.662)	(146.042)	(634.590)	(88.671)		(12.346)	(8.659.958)	(4.853.754)
Saldo líquido no final do exercício	2.102.855	4.840.197	189.888	270.180	20.240	2.091.764	12.303	9.527.427	6.954.265
Taxa média anual de depreciação	2%	13%	7%	21%	10%		4%		

Em relação ao ativo imobilizado, não existem compromissos contratuais para aquisição de novos ativos fixos.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(b) Revisão e ajuste da vida útil estimada

A Companhia revisa periodicamente a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

(c) Principais obras em andamento

O saldo de obras em andamento é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das unidades industriais da Companhia. Os principais projetos para os anos de 2012 e 2011 são os seguintes:

	Consolidado		
	2012	2011	2010
Nova linha de produção Rio Branco/PR	536.216	162.975	13.249
Nova unidade - Cuiabá/MT	503.209	133.083	7.514
Nova unidade - Edealina/GO	117.019	40.781	
Nova linha de produção Salto de Pirapora	35.951	39.458	120.324
Nova fábrica Vidal Ramos/SC	46.493	31.393	206.308
Nova unidade - Primavera/PA	42.360	22.732	6.346
Aquisições de terras e terrenos		21.375	10.150
Nova unidade - Ituaçu/BA	12.096	10.299	5.286
Moagem de cimento Z3 - Cimesa	3.219		
Moagem de cimentos - Santa Helena	25.578		
Moagem São Luis/MA	3.035	20.169	3.093
Nova unidade Porto Velho/RO	439	18.916	9.042
Const.e pavimentadora Vicente Matheus		12.856	12.582
Nova unidade - Xambioá		12.415	39.919
Moagem de pozolana - Poty Paulista	219	11.787	11.434
Moagem de cimento - Imituba	2.192	7.080	35.028

Durante o exercício os encargos sobre empréstimos capitalizados nas obras em andamento no consolidado totalizaram R\$ 88.079 (2011 – R\$ 137.778; 2010 – R\$ 47.092), e na controladora R\$ 76.408 (2011 – R\$ 112.919; 2010 R\$ 26.868). A taxa média de capitalização utilizada foi de 0,65% a.m. (2011- 0,78% a.m.; 2010 - 0,57% a.m.).

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

17 Intangível

(a) Composição e movimentação

Controladora

	2012			2011			2010		
	Direitos sobre recursos naturais	Softwares	Ágio	Outros	Total do intangível	Total do intangível	Total do intangível	Total do intangível	
Saldo no início do exercício	143.929	90.784	75.882	44.649	355.244	350.749	222.669	222.669	
Custo	(28.281)	(73.760)		(19.548)	(121.589)	(118.169)	(103.501)	(103.501)	
Amortização acumulada	115.648	17.024	75.882	25.101	233.655	232.580	119.168	119.168	
Saldo líquido no início do exercício	115.648	17.024	75.882	25.101	233.655	232.580	119.168	119.168	
Saldo no início do exercício	2.490	1		20.685	23.176	40.460	48.304	48.304	
Adição									
Baixa									
Amortização	(10.144)	(7.217)		(2.946)	(20.307)	(12.258)	(377)	(14.668)	
Incorporação VCB								60.386	
Efeito líquido de incorporações	217.461	32	206.746	11.759	435.998				
Transferências	92.189	7.455			99.644	(27.127)	19.767		
Saldo no final do exercício	417.644	17.295	282.628	54.599	772.166	233.655	232.580	232.580	
Custo	518.587	98.910	282.628	75.569	975.694	355.244	350.749	350.749	
Amortização acumulada	(100.943)	(81.615)		(20.970)	(203.528)	(121.589)	(118.169)	(118.169)	
Saldo líquido no final do exercício	417.644	17.295	282.628	54.599	772.166	233.655	232.580	232.580	
Taxa média anual de amortização	10%					20%			

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Consolidado

	2012					2011		2010	
	Uso do bem público	Direitos sobre recursos naturais	Softwares	Ágios	Clausulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência	Outros	Total do intangível	Total do intangível	Total do intangível
Saldo no início do exercício									
Custo	197.342	1.134.432	132.938	2.009.307	265.735	122.612	3.862.366	3.570.228	3.330.480
Amortização acumulada	(43.910)	(76.137)	(110.895)		(87.877)	(77.158)	(395.977)	(310.789)	(145.129)
Saldo líquido no início do exercício	153.432	1.058.295	22.043	2.009.307	177.858	45.454	3.466.389	3.259.439	3.185.351
Saldo no início do exercício	153.432	1.058.295	22.043	2.009.307	177.858	45.454	3.466.389	3.259.439	3.185.351
Adição		8.732	160			32.440	41.332	152.020	148.371
Baixa								(1.539)	
Amortização	(6.057)	(29.441)	(10.422)		(26.400)	(3.560)	(75.880)	(74.727)	(165.660)
Efeito líquido de controladas incluídas na consolidação (nota 17 (d))(*)		190.314	4.636	869.977		22.839	1.087.766	187.603	22.973
Variação cambial		65.065	511	51.243	16.085	(11)	132.893		
Transferências (**)		102.722	27.103		3.793	12.319	145.937	(56.407)	68.404
Saldo no final do exercício	147.375	1.395.687	44.031	2.930.527	171.336	109.481	4.798.437	3.466.389	3.259.439
Custo	197.341	1.619.903	182.987	2.930.527	291.878	157.042	5.379.678	3.862.366	3.570.228
Amortização acumulada	(49.966)	(224.216)	(138.956)		(120.542)	(47.561)	(581.241)	(395.977)	(310.789)
Saldo líquido no final do exercício	147.375	1.395.687	44.031	2.930.527	171.336	109.481	4.798.437	3.466.389	3.259.439
Taxa média anual de amortização	3%	10%	20%		15%				

(*) O ágio contabilizado refere-se ao valor líquido do ágio referente às operações na China incluídos na rubrica "ativos mantidos para venda" no balanço patrimonial.

(**) As transferências para ativos intangíveis durante o exercício, estão relacionadas a reclassificação de pesquisas de direitos sobre recursos minerais advindas do grupo de ativo imobilizado.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(b) Ágios decorrentes de aquisições

A Companhia aloca o ágio de acordo com as unidades geradoras de caixa (UGC) ou grupos de UGCs, sendo a UGC ou grupo de UGCs o nível mais detalhado no qual o ágio pode ser alocado para fins de Administração interna, não sendo este maior que um segmento operante. O ágio relacionado às nossas operações na América do Norte foi alocado nas empresas operantes na América do Norte. O ágio relacionado às nossas operações na Europa, África e Ásia na empresa VCEAA, e alocamos o ágio oriundo dos negócios adquiridos no Brasil nas UGCs correspondentes no Brasil, conforme detalhamento abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Segmento operacional América do Norte				1.662.503	1.598.517	1.509.941
Cementos EAA Inversiones, S.L.				854.407		
Ágio relacionado a aquisições no Brasil						
Companhia Cimento Ribeirão Grande	205.939			205.939	205.939	205.939
Engemix S.A.	75.882	75.882	75.882	75.882	75.882	75.882
CJ Mineração Ltda.				15.641	15.641	15.641
Mineração Potilider Ltda.				71.401	71.401	71.401
Petrolina Zeta Mineração Ltda.				13.455	13.455	13.455
Pedreira Pedra Negra Ltda.				11.700	11.700	11.700
Outros	807			19.599	16.772	8.086
	<u>282.628</u>	<u>75.882</u>	<u>75.882</u>	<u>2.930.527</u>	<u>2.009.307</u>	<u>1.912.045</u>

Os ágios são suportados pela expectativa de rentabilidade futura de investimentos.

(c) Teste do ágio para verificação de “impairment”

A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos uma vez ao ano a recuperabilidade do valor contábil das operações na América do Norte e das UGCs. O ágio das operações no Brasil é atribuído com base no valor em uso de suas operações o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimar esses valores envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, tendo como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. As taxas de crescimento utilizadas não excedem a longo prazo a taxa de crescimento média do negócio correspondente. A Administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e as suas expectativas de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são pós-impostos e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional ou a UGC que está sendo testada.

Durante os períodos apresentados, a Companhia concluiu que não há alterações significativas nas premissas fundamentais que façam com que o valor contábil do segmento operacional ou UGC exceda o valor em uso.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Norte América

O ágio relativo à aquisição da subsidiária Votorantim Cimentos North America (VCNA) foi atribuído às operações na América do Norte, pelo valor contábil do ágio como é apresentado na tabela acima.

As principais premissas utilizadas para determinar o cálculo do valor em uso operacional da VCNA são as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Margem bruta	19,90%	29,70%	30,40%
Taxa de crescimento	0,00%	1,00%	1,00%
Taxa de desconto	6,90%	7,10%	6,00%

Companhia Cimento Ribeirão Grande e outras UGC's no Brasil

A UGC mais significativa para as quais o ágio foi alocado era a Companhia Cimento Ribeirão Grande. Os pressupostos fundamentais utilizados para determinar o cálculo do valor em uso de UGC's, são os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Margem bruta	30,00%	30,00%	28,80%
Taxa de crescimento	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de desconto	8,17%	8,30%	8,30%

O valor em uso das outras UGC's, às quais o ágio é alocado, foi determinado seguindo as mesmas metodologias tal como descrito acima.

(d) Combinação de negócios VCEAA

Conforme descrito na Nota 1 (a), a Companhia adquiriu participação de 100% na VCEAA, empresa constituída recentemente que mantém as antigas operações da CIMPOR na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China. A data de aquisição foi 21 de dezembro de 2012 e, no entanto a Companhia não concluiu a alocação da contraprestação dos ativos e passivos identificáveis da VCEAA, estima-se que essa alocação será concluída no segundo trimestre de 2013. A tabela a seguir resume a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Valor justo reconhecido na data de aquisição
Imobilizado	1.596.121
Intangível	217.789
Estoques	260.905
Contas a receber (i)	302.492
Caixa e equivalente de caixa	148.799
Outros ativos	173.884
	2.699.990
Empréstimos e financiamentos (iii)	948.389
Contas a pagar	218.469
Impostos a pagar	68.957
Provisões	86.913
Impostos diferidos (ii)	203.858
Outros passivos	15.207
	1.541.793
Participação de não controladores	68.953
Acervo líquido adquirido	1.089.244
Ágio preliminar na aquisição	1.143.790
Total da contraprestação transferida	2.233.034
<i>(parte em caixa)</i>	<i>(155.946)</i>

- (i) O valor de mercado, bem como o montante bruto a receber é de R\$ 399.614 e inclui subsídio de R\$ 97.122 para valores incobráveis.
- (ii) Inclui o montante de R\$ 77.808 referente a impostos diferidos sobre a diferença entre o valor justo e a base tributária relacionada principalmente ao ativo imobilizado e recálculo do valor justo dos ativos e passivos.
- (iii) Inclui US\$ 434,1 milhões (R\$ 901,2 milhões) da dívida da Cimpor assumida pela VCEAA.

O ágio de R\$ 1.143.790 refere-se principalmente a sinergia que a Companhia pode atingir referente a intangíveis identificados e que não atendam o critério para reconhecimento contábil, tais como força de trabalho e relacionamentos não contratuais com clientes, assim como a sinergias que a Companhia espera atingir quando da implementação de seu modelo de gestão operacional. O ágio é baseado em análises internas e independentes de projeções de fluxo de caixa e previsões de mercado que a Administração acredita serem apropriadas para embasá-lo.

Espera-se que o ágio reconhecido seja deduzido do montante reconhecido nos livros fiscais e que será realizado em vendas da subsidiária. Considerando o tempo curto entre a consumação da transação em 21

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

de dezembro de 2012 e a data de encerramento das demonstrações financeiras, os resultados produzidos pela VCEAA será consolidado a partir de 1º de janeiro de 2013. Os resultados produzidos por essa controlada no período de 21 de dezembro até 31 de dezembro de 2012 representam menos de 0,4% da receita da Companhia no exercício. Caso essa combinação de negócios tivesse ocorrido no início do ano, a receita da Companhia seria de aproximadamente R\$ 11.096.046 (não-auditado) e o lucro do período de aproximadamente R\$285.488 (não-auditado).

A Companhia, todavia, não considera que essas informações “pro-forma” apresentam uma medida de comparação apropriada da performance da combinação de negócios em uma base anual e contínua e também não acredita que elas forneçam um ponto de partida para comparações futuras, devido ao impairment reconhecido no ágio e no imobilizado da adquirida durante o exercício de 2012, antes da data de aquisição, no montante de EUR 594.000 (R\$ 1.491.124) e que são considerados excepcionais pela Administração.

Os custos de aquisição de R\$ 12 milhões foram desconsiderados do montante da contraprestação transferida e foram reconhecidos como despesas do exercício corrente, na rubrica de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, na demonstração de resultados consolidada.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

18 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Controladora

Modalidade	Encargos anuais médios (%)	Circulante			Não circulante			Total	
		2012	2011	2010	2012	2011	2010	2012	2010
Moeda estrangeira									
Agência de fomento	LIBOR USD + 1,39%	11.570	7.473	2.407	115.366	87.012	126.936	94.485	
BNDES	UMBANDES + 2,45%	22.864	9.351	60.192	146.135	135.640	168.999	144.991	50.954
Eurobonds - EUR	5,25% Pré EUR	71.343	64.431	60.192	2.021.532	1.825.669	2.092.875	1.890.100	1.731.224
Eurobonds - USD	7,25% Pré USD	43.726	24.367	60.192	2.554.375	1.406.850	2.598.101	1.431.216	
Sub-total		149.503	105.622	62.599	4.837.408	3.455.171	4.986.911	3.560.793	1.782.178
Moeda nacional									
Agência de fomento	TJLP + 3,50%	898	902	906	1.776	2.664	2.674	3.566	4.458
BNDES	TJLP + 2,91% / 5,17% Pré BRL	136.500	63.241	16.347	772.431	623.039	908.931	686.280	370.871
Debêntures	111,70% CDI / CDI + 1,09%	83.267	66.523	34.445	4.800.000	2.600.000	4.883.267	2.666.523	2.034.445
FINAME	6,00% Pré BRL / TJLP + 2,53%	16.290	22.278	24.929	73.639	41.252	89.929	63.530	86.673
Outros	2,43% Pré BRL	12.945	10.372	20.271	20.271	26.761	33.216	37.133	31.868
Sub-total		249.900	163.316	76.627	5.668.117	3.293.716	5.918.017	3.457.032	2.528.315
Total		399.403	268.938	139.226	10.505.525	6.748.887	10.904.928	7.017.825	4.310.493
Juros sobre empréstimos e financiamentos									
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos									
captados a longo prazo (principal)									
Total dos empréstimos e financiamentos		207.775	163.556						
		191.628	105.382						
		399.403	268.938						

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Consolidado

Modalidade	Encargos anuais médios (%)	Circulante			Não circulante			Total
		2012	2011	2010	2012	2011	2010	
Moeda estrangeira								
Agência de fomento	LIBOR USD + 1,39%	11.570	7.473	115.366	87.012	126.936	94.485	-
BNDES	UMBDES + 2,40%	35.832	18.527	191.306	180.281	227.138	198.808	86.086
Eurobonds - EUR	5,25% Pré EUR	71.343	64.431	2.021.532	1.825.669	2.092.875	1.890.100	1.731.224
Eurobonds - USD	7,25% Pré USD	43.726	24.367	2.554.375	1.406.850	2.598.101	1.431.217	-
Empréstimos sindicalizados	LIBOR + 1,25	55.266	36.673	1.344.930	555.760	1.400.196	592.433	548.487
Capital de giro	LIBOR + 3,00	8.938	9.149	17.152	8.938	64.845	9.149	-
Outros		47.693	160.620	6.244.661	4.055.572	6.519.029	4.216.192	2.365.797
Sub-total		274.368	87.786	17.152	4.055.572	6.519.029	4.216.192	2.365.797

Moeda nacional

Agência de fomento	TJLP + 3,50%	898	902	1.776	2.664	2.674	3.566	4.458
BNDES	TJLP + 2,84% and 5,13% Pré BRL	221.470	142.243	1.020.699	896.181	1.242.169	1.038.424	704.729
Debêntures	111,70% CDI / CDI + 1,09%	83.267	66.523	4.800.000	2.600.000	4.883.267	2.666.523	2.034.445
FINAME	5,96% Pré BRL / TJLP + 2,52%	19.592	22.912	79.551	45.302	99.143	68.214	90.724
Outros	2,43% Pré BRL / TJLP	16.218	20.351	30.487	43.442	46.705	63.795	48.170
Sub-total		341.445	252.931	5.932.513	3.587.589	6.273.958	3.840.520	2.882.526
Total		615.813	413.551	12.177.174	7.643.161	12.792.987	8.056.712	5.248.323

Juros sobre empréstimos e financiamentos

Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos

captados a longo prazo (principal)

Financiamentos captados a curto prazo

Total dos empréstimos e financiamentos

212.454 167.820 346.728 236.583 56.631 9.148 615.813 413.551

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

EUR – Moeda da União Europeia (Euro)

FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

LIBOR – London Interbank Offered Rate

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. É o custo básico de financiamentos do BNDES

UMBDES – Unidade monetária do BNDES. É uma cesta de moedas que representa a composição das obrigações em moeda estrangeira do

BNDES. Em 31 de dezembro de 2012, o dólar norte-americano representou 97% dessa composição.

USD – Dólar norte-americano

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(b) Perfil de Vencimento

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012 é demonstrado a seguir:

Controladora

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023	Total
Moeda nacional												
Agência de fomento	898	888	888									2.674
BNDÉS	136.500	182.567	181.840	178.589	124.376	59.614	45.445					908.931
Debêntures	83.267					2.520.000	1.400.000	640.000	240.000			4.883.267
FINAME	16.290	14.771	15.588	15.512	10.814	5.165	4.181	3.336	2.835	1.437		89.929
Outros	12.945	10.086	6.880				3.212	93				33.216
Sub-total	249.900	208.312	205.196	194.101	135.190	2.584.779	1.452.838	643.429	242.835	1.437		5.918.017
%	4,22	3,52	3,47	3,28	2,28	43,68	24,55	10,87	4,10	0,02		
Moeda estrangeira												
Agência de fomento	11.570	13.724	13.722	13.722	13.723	13.722	13.722	13.722	9.973	6.224	3.112	126.936
BNDÉS	22.864	32.506	32.790	32.578	25.081	12.810	9.934	436				168.999
Eurobonds - EUR	71.343				2.021.532							2.092.875
Eurobonds - USD	43.726										2.554.375	2.598.101
Sub-total	149.503	46.230	46.512	46.300	2.060.336	26.532	23.656	14.158	9.973	6.224	2.557.487	4.986.911
%	3,00	0,93	0,93	0,93	41,31	0,53	0,47	0,28	0,20	0,12	51,28	
Total	399.403	254.542	251.708	240.401	2.195.526	2.611.311	1.476.494	657.587	252.808	7.661	2.557.487	10.904.928
%	3,66	2,33	2,31	2,20	20,13	23,95	13,54	6,03	2,32	0,07	23,45	

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Consolidado

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023		Total
Moeda nacional													
Agência de fomento	898	888	888										2.674
BNDES	221.470	261.638	260.911	232.920	146.719	70.347	48.164						1.242.169
Debêntures	83.267					2.520.000	1.400.000	640.000	240.000				4.883.267
FINAME	19.592	16.740	16.789	16.312	11.573	5.457	4.430	3.586	3.085	1.579			99.143
Outros	16.218	16.192	10.989				3.213	93					46.705
Sub-total	341.445	295.458	289.577	249.232	158.292	2.595.804	1.455.807	643.679	243.085	1.579			6.273.958
%	5,44	4,71	4,62	3,97	2,52	41,37	23,20	10,26	3,87	0,03			
Moeda estrangeira													
Agência de fomento	11.570	13.722	13.722	13.722	13.722	13.722	13.722	13.722	9.976	6.224		3.112	126.936
BNDES	35.832	45.533	45.817	42.870	30.588	15.271	10.791	436					227.138
Eurobonds - EUR	71.343				2.021.532								2.092.875
Eurobonds - USD	43.726											2.554.375	2.598.101
Empréstimos sindicalizados	55.266	948.406	54.085	338.159	2.140	2.140							1.400.196
Capital de giro	8.938												8.938
Outros	47.693	4.017	1.090	521	585	654	728	808	891	987		6.871	64.845
Sub-total	274.368	1.011.678	114.714	395.272	2.068.567	31.787	25.241	14.966	10.867	7.211	2.564.358		6.519.029
%	4,21	15,52	1,76	6,06	31,73	0,49	0,39	0,23	0,17	0,11	39,34		
Total	615.813	1.307.136	404.291	644.504	2.226.859	2.627.591	1.481.048	658.645	253.952	8.790	2.564.358		12.792.987
%	4,81	10,22	3,16	5,04	17,41	20,54	11,58	5,15	1,99	0,07	20,05		

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(c) Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	7.017.825	4.310.493	103.300	8.056.712	5.248.323	2.962.378
Captações	3.466.254	2.309.518	2.963.722	3.674.624	2.434.303	2.976.719
Liquidação	(140.871)	(46.676)	(195.263)	(513.499)	(143.958)	(574.971)
Juros pagos	(672.578)	(478.074)	(82.999)	(719.109)	(550.229)	(280.176)
Provisão de juros	707.645	539.113	130.530	760.785	610.345	232.677
Variação cambial	525.285	383.451	(67.990)	585.085	457.928	(68.304)
Incorporação VCB			1.459.193			
Efeito líquido de incorporações / Controladas incluídas na consolidação	1.368			948.389		
Saldo no final do exercício	10.904.928	7.017.825	4.310.493	12.792.987	8.056.712	5.248.323

(d) Indexador

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Moeda local						
CDI	4.883.267	2.666.523	2.036.859	4.883.267	2.671.964	2.036.859
TJLP	803.958	569.322	312.288	1.119.305	905.860	639.539
Taxa pré-fixada	230.792	219.899	179.168	271.165	255.670	206.128
Outras		1.288		221	7.026	
	5.918.017	3.457.032	2.528.315	6.273.958	3.840.520	2.882.526
Moeda estrangeira						
LIBOR	126.936	94.485		1.499.396	684.148	546.514
UMBNDES	168.999	144.990	53.368	227.139	198.808	88.499
Taxa pré-fixada	4.690.976	3.321.318	1.728.810	4.754.744	3.330.718	1.730.784
Outras				37.750	2.518	
	4.986.911	3.560.793	1.782.178	6.519.029	4.216.192	2.365.797
	10.904.928	7.017.825	4.310.493	12.792.987	8.056.712	5.248.323

(e) Moeda

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Real	5.918.017	3.457.032	2.528.315	6.273.958	3.840.520	2.882.526
Dólar Americano	2.725.037	1.525.701	2.414	4.146.339	2.118.796	553.890
Euro	2.092.875	1.890.100	1.728.810	2.118.128	1.890.100	1.730.784
Cestas de moedas	168.999	144.992	50.954	225.745	192.858	81.123
Outras				28.817	14.438	
	10.904.928	7.017.825	4.310.493	12.792.987	8.056.712	5.248.323

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(f) Captações

- (i) Em dezembro de 2012, com a troca de participação no investimento da Cimpor, a controlada Votorantim Cimentos EAA Inversiones assumiu um empréstimo no valor de US\$ 434,1 milhões, com vencimento em fevereiro de 2014 e custo médio de LIBOR + 1,33% a.a. Os recursos desta operação foram utilizados para pagamento antecipado de empréstimos e redução do custo do endividamento.
- (ii) No dia 5 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou sua quinta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão no valor de R\$ 1.200 milhões, com vencimento em dezembro de 2018, tem remuneração de 109,2% do CDI.
- (iii) No dia 9 de fevereiro de 2012, a Companhia reabriu no mercado internacional os bônus com vencimento em 2041 em emissão adicional de US\$ 500 milhões. Com o valor captado, a operação terá valor de principal US\$ 1.250 milhões e as demais condições serão mantidas, como o pagamento de cupom semestral de 7,25% ao ano. A emissão tem avaliação de risco “BBB” da agência de rating Standard&Poor’s, “Baa3” da Moody’s e “BBB” da Fitch. Os recursos oriundos da emissão foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas, alongando assim o perfil da dívida.
- (iv) No dia 20 de janeiro de 2012, a Companhia efetuou sua quarta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em um total de R\$ 1.000 milhão, em duas séries de R\$ 500 milhões cada uma, sendo ambas incondicionalmente e irrevogavelmente garantidas pela Votorantim Industrial S.A. (VID). A 1ª série no valor de R\$ 500 milhões tem remuneração de CDI + 1,09% a.a. e a 2ª série, também no valor de R\$ 500 milhões, tem remuneração de 111% do CDI a.a. Essa transação foi classificada com o rating “BBB” pela Standard&Poor’s, “Baa3” pela Moody’s e “BBB” pela Fitch.
- (v) Em novembro de 2011, a controlada Votorantim Cement North America (VCNA), refinanciou contrato de empréstimo sindicalizado de US\$ 325 milhões contratado em outubro de 2010, alongando o prazo de vencimento para 2016, com redução de taxa de juros. As demais condições do contrato não tiveram alterações.
- (vi) No dia 4 de abril de 2011, a Companhia emitiu títulos com prazo de 30 anos no mercado internacional no valor de US\$ 750 milhões, com vencimento em abril de 2041. A emissão tem avaliação de risco “BBB” da agência de rating Standard & Poor’s, “Baa3” da Moody’s e “BBB” da Fitch. Após o cumprimento de alguns requerimentos, a Votorantim Industrial S.A. passa a ser a única garantidora desta transação. Os títulos foram emitidos com juros (cupom) de 7,25% a.a., a serem pagos semestralmente. Os recursos oriundos da emissão foram utilizados para o pagamento antecipado e alongamento do perfil da dívida.
- (vii) Em fevereiro de 2011, a Companhia efetuou a terceira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com garantia fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com a dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão no valor de R\$ 600 milhões com vencimento em fevereiro de 2021, tem remuneração de 113,9% do CDI.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(g) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os valores abaixo foram calculados de acordo com os critérios da nota 5.1.

	Controladora						Consolidado					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	4.883.267	5.130.015	2.666.523	2.862.304	2.034.445	2.199.958	4.883.267	5.130.015	2.666.523	2.862.304	2.034.445	2.199.958
FINAME	89.929	88.423	63.530	58.069	86.673	86.673	99.143	97.002	68.214	61.084	90.724	90.724
BNDDES	1.077.930	1.095.807	831.271	800.592	421.825	421.825	1.469.306	1.492.315	1.143.963	1.194.590	790.815	790.815
Eurobonds	4.690.976	5.229.516	3.321.316	3.264.884	1.731.224	1.731.224	4.690.976	5.229.516	3.321.316	3.264.884	1.731.224	1.731.224
Outros	162.826	159.493	135.185	129.950	36.326	36.326	1.650.295	1.662.632	856.696	758.193	601.115	521.791
	<u>10.904.928</u>	<u>11.703.254</u>	<u>7.017.825</u>	<u>7.115.799</u>	<u>4.310.493</u>	<u>4.476.006</u>	<u>12.792.987</u>	<u>13.611.480</u>	<u>8.056.712</u>	<u>8.141.055</u>	<u>5.248.323</u>	<u>5.334.512</u>

19 Utilização do Bem Público

Foi concedido à subsidiária VCNNE o direito de uso do bem público (UBP) do potencial de geração de energia elétrica de uma hidroelétrica. O Acordo referente à UBP requer pagamentos anuais que são atualizados pelo índice de inflação do IGPM. A duração média do contrato é de 35 anos e os montantes a serem pagos anualmente estão demonstrados abaixo:

Usinas	Investidora	Participação	Data início concessão	Data fim concessão	Data início pagamento	2012	2011	2010
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100%	mar/02	abr/37	abr/06	405.146	374.185	356.047
Circulante						(23.561)	(22.005)	(20.795)
Não circulante						<u>381.585</u>	<u>352.180</u>	<u>335.252</u>

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas utilizam a sistemática do lucro real e calcularam e registraram seu imposto e sua contribuição social com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e de diferenças temporárias referentes (a) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa - efeitos cambiais); (b) o ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (c) à provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; (d) à diferenças temporárias surgidas na aplicação dos CPCs.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social	1.281.492	978.730	3.419.617	1.498.233	1.131.927	3.807.245
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(435.707)	(332.768)	(1.162.670)	(509.399)	(384.855)	(1.294.463)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos						
Equivalência patrimonial	178.912	273.533	382.007	35.626	105.996	65.275
Incentivo fiscal	8.565	10.564	3.230	63.710	15.419	32.622
Complemento (reversão) de imposto de renda e contribuição social diferida de exercícios anteriores	6.942	(23.698)	(11.762)	8.037	(23.694)	(11.762)
Doações e subvenções para investimentos	8.492	3.003	2.602	13.247	47.529	35.430
Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda	7.247	8.800		(9.897)	8.871	6.817
Reversão de imposto de renda diferido da Cimpor (nota 1(c))	391.018			391.018		
Diferencial de alíquota de empresas no exterior				17.834	35.824	(11.652)
Ganhos não tributáveis sobre operação de troca da participação na Cimpor	90.780			90.780		
Juros sobre o capital próprio	60.747			60.747		
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	18.311	(82.719)	15.389	(19.453)	(82.225)	50.912
IRPJ e CSLL apurados	335.307	(143.285)	(771.204)	142.250	(277.135)	(1.126.821)
Correntes	(166.023)	(278.060)	(109.861)	(359.199)	(478.071)	(582.398)
Diferidos	501.330	134.775	(661.343)	501.449	200.936	(544.423)
IRPJ e CSLL no resultado	335.307	(143.285)	(771.204)	142.250	(277.135)	(1.126.821)

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(b) Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição diferidos

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Ativo						
Créditos tributários sobre:						
Prejuízo fiscal e base negativa			65.703	177.967	101.377	82.934
Diferenças temporárias						
Provisão de participação no resultado - PPR	21.802	15.011	10.773	25.065	17.464	12.461
Provisões	159.640	199.793	135.423	222.741	273.795	245.914
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.735	2.412	1.229	10.918	3.612	1.763
Provisão para perdas de estoques	19.714	19.029	18.354	29.874	36.566	24.579
Provisão para perdas em investimentos	16.245	16.245	14.332	36.127	45.113	21.051
Provisão para impostos "sub-judice"	42.531	38.593	9.466	71.989	63.343	23.378
Diferimento da variação cambial	252.916	72.311		253.263	73.702	
Utilização do bem público - UBP				87.642	75.056	66.830
Outros	17.225	20.251	33.717	56.393	69.112	35.109
	<u>532.808</u>	<u>383.645</u>	<u>288.997</u>	<u>971.979</u>	<u>759.140</u>	<u>514.019</u>
Passivo						
Diferenças temporárias						
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação)	180.537	140.472	109.939	344.389	311.203	143.113
Amortização de ágio	210.560	157.357	105.890	214.993	157.357	105.890
Tributos diferidos sobre ganho gerado na permuta de ativos - Cimpor		391.018	568.626		391.018	568.626
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado	29.424			226.042	33.502	103.166
Outros	31.322	65.012	63.765	57.297	90.246	69.842
	<u>451.843</u>	<u>753.859</u>	<u>848.220</u>	<u>842.721</u>	<u>983.326</u>	<u>990.637</u>

(c) Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Saldo no início do exercício	(370.214)	(559.223)	210.973	(224.186)	(476.618)	74.477
Prejuízo fiscal e base negativa		(65.703)	(64.931)	76.589	18.443	(69.818)
Provisão de participação no resultado - PPR	6.791	4.238	10.773	7.601	17.464	12.461
Provisões	(40.153)	64.370	11.154	(56.127)	27.881	21.860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	322	1.183	1.229	7.306	1.849	(4.292)
Provisão para perdas de estoques	685	675	18.354	(6.691)	11.987	7.858
Provisão para perdas em investimentos		1.913	6.572	(22.229)	24.062	3.268
Provisão para impostos "sub-judice"	3.938			8.646	39.965	9.821
Provisão para perdas tributárias				5.073		
Diferimento da variação cambial	180.604	128.087	(13.655)	179.561	131.755	49.208
Utilização do bem público - UBP				12.586	8.226	(8.874)
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação)	(40.065)	(30.533)	(109.939)	(33.186)	(168.090)	(12.257)
Amortização de ágio	(53.203)	(51.467)	(92.411)	(57.636)	(51.467)	(66.100)
Tributos diferidos sobre ganho gerado na permuta de ativos - Cimpor	391.017	177.608	(568.626)	391.018	177.608	(568.626)
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado	(29.424)			(192.540)	69.664	66.465
Outros	30.667	(41.362)	31.284	33.473	(56.915)	7.931
Saldo no final do exercício	<u>80.965</u>	<u>(370.214)</u>	<u>(559.223)</u>	<u>129.258</u>	<u>(224.186)</u>	<u>(476.618)</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

21 Provisões

Controladora

	2012			2011			2010		
	ARO	Provisões	Total	ARO	Provisões	Total	ARO	Provisões	Total
Saldo no início do exercício	54.380	601.096	655.476	57.164	541.994	599.158	57.164	430.213	487.377
Ajuste a valor presente	5.903		5.903	(4.541)		(4.541)			
Adições e reversões		78.158	78.158		125.623	125.623		103.206	103.206
Atualização ARO	2.798		2.798	1.757		1.757			
Depósitos judiciais, líquido das baixas		(128.492)	(128.492)		(60.442)	(60.442)		(52.191)	(52.191)
Liquidações		(153.703)	(153.703)		(59.779)	(59.779)		(6.287)	(6.287)
Efeito líquido de incorporações	17.341	34.642	51.983						
Incorporação VCB								197.443	197.443
Atualização monetária		161.065	161.065		53.700	53.700		(130.390)	(130.390)
	80.422	592.766	673.188	54.380	601.096	655.476	57.164	541.994	599.158

Consolidado

	2012				2011			2010		
	ARO	Reestruturação	Provisões	Total	ARO	Provisões	Total	ARO	Provisões	Total
Saldo no início do exercício	99.839		835.114	934.953	86.403	805.044	891.447	86.403	787.868	874.271
Ajuste a valor presente	7.179			7.179	(3.556)		(3.556)			
Adições e reversões			138.433	138.433		153.817	153.817		186.654	186.654
Atualização ARO	2.430			2.430	14.272		14.272			
Depósitos judiciais, líquido das baixas			(165.723)	(165.723)		(87.403)	(87.403)		(16.981)	(16.981)
Aquisição de investidas (nota 17(d))	77.376	86.913		164.289						
Liquidações			(207.019)	(207.019)		(122.449)	(122.449)		(13.390)	(13.390)
Atualização monetária			192.215	192.215		86.105	86.105		(139.107)	(139.107)
Variação cambial	4.042			4.042	2.720		2.720			
	190.866	86.913	793.020	1.070.799	99.839	835.114	934.953	86.403	805.044	891.447

(a) ARO "Asset Retirement Obligation" (obrigação para desmobilização de ativos)

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do direito de uso do ativo, o qual causa degradação ambiental, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente, pela taxa real de juros e atualizadas periodicamente pela inflação. As taxas de juros utilizadas em 2012 e 2011 são respectivamente 2,97% a.a. e 0,17% a.a., dependendo do país em que a desmobilização será realizada. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto acrescido da inflação do período de referência.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(b) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte dessas obrigações.

As provisões e os correspondentes depósitos judiciais são apresentados a seguir:

Controladora

	Controladora								
	2012			2011			2010		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido
Tributários	359.260	(892.978)	(533.718)	224.971	(720.705)	(495.734)	157.396	(614.837)	(457.441)
Trabalhistas	3.115	(11.202)	(8.087)	2.143	(47.741)	(45.598)	3.168	(48.202)	(45.034)
Cíveis e outros	12.274	(63.235)	(50.961)	6.616	(66.380)	(59.764)	12.724	(52.243)	(39.519)
	<u>374.649</u>	<u>(967.415)</u>	<u>(592.766)</u>	<u>233.730</u>	<u>(834.826)</u>	<u>(601.096)</u>	<u>173.288</u>	<u>(715.282)</u>	<u>(541.994)</u>

Consolidado

	Consolidado								
	2012			2011			2010		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido
Tributários	477.245	(1.174.275)	(697.030)	313.333	(994.582)	(681.249)	182.467	(846.679)	(664.212)
Trabalhistas	8.442	(21.303)	(12.861)	5.517	(69.732)	(64.216)	6.933	(60.444)	(53.511)
Cíveis e outros	12.764	(95.893)	(83.129)	13.877	(103.526)	(89.649)	15.839	(103.160)	(87.321)
	<u>498.451</u>	<u>(1.291.471)</u>	<u>(793.020)</u>	<u>332.727</u>	<u>(1.167.840)</u>	<u>(835.114)</u>	<u>205.239</u>	<u>(1.010.283)</u>	<u>(805.044)</u>

Os depósitos judiciais relacionados com processos classificados pelos assessores jurídicos da Companhia como possível, foram reconhecidos na rubrica de outros ativos não circulantes.

(c) Natureza da provisão dos processos judiciais

(i) Processos tributários

Referem-se principalmente à discussão sobre a legalidade do recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais. As principais ações tributárias consistem na cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade), IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

(ii) Processos trabalhistas

Consistem principalmente em reclamações movidas por ex-empregados e terceiros, cujos pleitos envolvem pagamento de verbas rescisórias, adicionais por insalubridade e periculosidade, horas extras, horas *in itinere*. Incluem, ainda, pedidos de indenização por supostas doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, danos materiais e morais.

(iii) Processos cíveis

As principais ações estão relacionadas a reclamações sobre ativos e danos morais.

Processos com probabilidade de perdas consideradas como possíveis:

A Companhia e suas controladas também estão se defendendo em diversos outros processos tributários, trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda, avaliada como possível, conforme abaixo detalhado:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Processos tributários	940.759	779.686	130.818	1.340.714	1.159.961	644.449
Processos cíveis	2.946.524	522.121	168.468	3.608.760	572.971	492.800
Outros	23.795	20.954	10.869	25.649	25.724	14.080
	<u>3.911.078</u>	<u>1.322.761</u>	<u>310.155</u>	<u>4.975.123</u>	<u>1.758.656</u>	<u>1.151.329</u>

Descrição dos principais processos prováveis e possíveis

Tributários

Em dezembro de 2011, o auto de infração no valor de R\$ 182,6 milhões foi emitido pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para o pagamento de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2006 e 2010 baseado em nossas alegações (i) amortização do ágio incorreta; (ii) uso do prejuízo fiscal acima do limite de 30% permitido pela regulamentação tributária; e (iii) falta de pagamento das obrigações de IRPJ e CSLL mensais. Em 31 de dezembro de 2012 o montante total da controvérsia foi de R\$ 202,1 milhões e a Companhia registrou provisão de R\$ 0,1 milhão referentes a esses autos de infração.

Em janeiro de 2010, dois autos de infração no valor de R\$ 97,7 milhões foram emitidos pelo Distrito Federal contra a Companhia referente a créditos de ICMS (uso e consumo de coque), que foram supostamente erroneamente registradas pela Companhia entre o período de Setembro de 2006 e Junho de 2009, bem como passivos não cobrados de ICMS relativos a operações interestaduais. A decisão final na esfera administrativa está pendente. A expectativa de perda desse processo é considerada como remota. Em 31 de dezembro de 2012, o montante em discussão era R\$ 125,9 milhões e a Companhia não registrou nenhuma provisão.

O DNPM (Departamento Federal de Produção Mineral) emitiu diversos autos de infração, alegando que a Companhia devia CFEM referentes ao período entre 1991 e 2011. Em 31 de dezembro de 2012 o valor em controvérsia foi R\$ 378,3 milhões, sendo considerados aproximadamente R\$ 290,9 milhões como perda possível e aproximadamente R\$ 87,7 milhões como perda provável. A Companhia registrou provisão de R\$ 87,7 milhões referente a esses autos de infração.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Civil e Ambiental

Litígio com a Associação de pescadores

Em 9 de outubro de 2003, a associação de pescadores do Estado de Goiás entrou com uma ação contra a Companhia, solicitando a suspensão ou anulação de determinadas licenças ambientais concedidas pelo IBAMA para as empresas que operam na região da Serra do Facão. A associação também está alegando danos monetários em montante a ser definido pelo tribunal. A Companhia apresentou defesa e em maio de 2004, obtivemos uma decisão temporária a nosso favor e dos outros réus. Baseado na opinião dos seus assessores legais, a Companhia considera que a probabilidade de perda nessa ação é possível, motivo pelo qual nenhuma provisão foi reconhecida com relação a esse processo. O montante em discussão é de aproximadamente de R\$177 milhões.

Litígio com a Transklein

Em agosto de 2010, a Transklein Transporte e Carga Ltda. apresentou reclamação contra a VCNNE buscando compensação por danos no montante de R\$ 123,7 milhões, alegando que a VCNNE falhou em cumprir o volume mínimo de transporte estabelecido no acordo de transporte de cimento entre as partes. A VCNNE foi notificada sobre essa reclamação em março de 2011 e apresentou defesa, a qual foi replicada pela Transklein juntamente com uma defesa de falta de jurisdição. Em junho de 2012, o tribunal determinou que a Transklein devesse apresentar a resposta referente ao seu pedido de isenção de pagamento honorários advocatícios referentes a esse mesmo assunto. A Companhia apresentou objeção formal contra a decisão do tribunal e o processo foi suspenso até que o tribunal emita a sua decisão. Em 22 de janeiro de 2013, foi publicada decisão aceitando o pleito da Companhia e transferindo o caso para a jurisdição da cidade de Recife. Baseados em um parecer de sua assessoria externa legal, a VCNNE acredita que a probabilidade de perda é possível. A Companhia não registrou nenhuma provisão referente a esse assunto.

Litígio com a Tabernaculo

Em setembro de 2005, a Tabernaculo Comercial e Transportadora Ltda. (“Tabernaculo”) apresentou reclamação contra a VCB (incorporada pela Companhia) buscando compensação por danos no valor de R\$ 84,2 milhões, e danos morais de um valor não especificado, alegando que a Companhia não cumpriu suas obrigações sob dois contratos verbais firmados.

Tabernaculo argumenta que falhas resultaram no término das atividades de seu departamento de vendas e perdas significativas para a sua área de transportes. A Companhia apresentou resposta em Setembro de 2009, argumentando que: (1) o estatuto das limitações expirou; (2) a Companhia não alterou as condições gerais do acordo de recompra reversas; e (3) Tabernaculo foi incapaz de fornecer os serviços contratados, que resultou em sua insolvência. Em agosto de 2011, o tribunal negou argumento referente à expiração do prazo e concordou com a análise de peritos, conforme solicitado pelo Tabernaculo, que ainda não foi concluído. A administração considera a possibilidade de perda sob essa alegação de 1% provável (R\$ 1,5 milhão) e 99% possível (R\$ 151,2 milhões). Em 31 de dezembro de 2012, o valor em controvérsia foi de R\$ 152,8 milhões e a Companhia registrou provisão de R\$ 1,5 milhão referente a esse assunto.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

Leis Antitrustes

Investigações administrativas pela SDE (Secretaria de Direito Econômico)

Em 2003, a SDE iniciou investigações administrativas nas maiores empresas de concreto nas produtoras de cimento brasileiras, incluindo a Companhia. Essa investigação é relativa a alegações, por parte dos produtores de mistura pronta de concreto, que as grandes empresas produtoras de cimentos brasileiras podem ter violado a lei antitruste, pois não venderam certos tipos de cimento para as companhias de mistura pronta de concreto. Se a Companhia for considerada culpada por violar essas leis antitrustes, pode estar sujeita a sanções administrativas e penais, incluindo multa administrativa que pode variar de 1,0% a 30,0% das receitas anuais líquidas dos impostos das empresas de cimento, ou variar de 0,1% a 20% das receitas líquidas anuais da Companhia e de suas controladas, relativas ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado, baseadas nas últimas leis antitrustes brasileiras. A SDE vai continuar a analisar estas alegações, e não há certeza de quando vai concluir a sua investigação. A expectativa para perda é considerada como possível. A Companhia não registrou nenhuma provisão referente a esse assunto.

Em 2006, a SDE iniciou investigações administrativas nas maiores empresas produtoras de cimento brasileiras, incluindo a Companhia. As investigações relacionadas a alegações de práticas anti-competitivas que incluem a formação de cartel. Se as empresas de cimento da Companhia forem consideradas culpadas por violar essas leis antitrustes, pode estar sujeita a sanções administrativas e penais, incluindo multa administrativa que pode variar de 1,0% a 30,0% das receitas anuais líquidas dos impostos das empresas de cimento, ou variar de 0,1% a 20% das receitas líquidas anuais da Companhia e de suas controladas, relativas ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado, baseadas nas últimas leis antitrustes brasileiras. A SDE vai continuar a analisar estas alegações, e não há certeza de quando vai concluir a sua investigação. A expectativa para perda é considerada como possível. Em 10 de novembro de 2011, a SDE emitiu uma recomendação não vinculativa ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para impor multas às empresas de cimento sob investigação, incluindo as nossas empresas de cimento no Brasil, por violação das leis antitrustes brasileiras. Este parecer foi enviado ao CADE para a sua análise, mas não é obrigatório para o CADE. Não há prazo formal para o CADE completar a análise da matéria e emitir a sua decisão, de modo que pode emitir a sua decisão a qualquer momento. A expectativa para perda é considerada como possível. A Companhia não registrou nenhuma provisão referente a esse assunto.

Ação Pública - Cartel

O Gabinete do Ministério Público do Rio Grande do Norte entrou com uma ação civil pública contra a Companhia, juntamente com oito outros acusados, incluindo várias das maiores fabricantes brasileiras de cimento, relativas à violação da legislação brasileira de antitruste como resultado da formação de cartel, o qual menciona o pagamento de indenização, de forma conjunta, em favor dos autores de ação de classe por danos morais e coletivos; pagamento de multa de acordo com as regras brasileiras de antitruste. Em função do valor total desta ação civil pública ser de R\$ 5.600 milhões e as reivindicações alegam responsabilidade solidária, a Companhia estima que, com base na participação de mercado da Companhia, a responsabilidade seria de aproximadamente R \$ 2.400 milhões. No entanto, não há garantia de que essa divisão entre as partes irá prevalecer, e que a Companhia não será responsabilizada

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

por um valor maior, ou pelo valor total desta reivindicação. A expectativa para perda é considerada como possível. A Companhia não registrou nenhuma provisão referente a esse assunto.

22 Contas a pagar – *Trading*

Refere-se a compras de determinadas matérias-primas importadas por meio de empresas de trading, que apresentam prazos de pagamento de até 360 dias com comissão calculada e acertada entre as partes antes ou no momento de cada transação comercial, sobre o valor total das compras efetuadas.

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 1 de setembro de 2010, a Assembleia de Acionistas Geral Extraordinária aprovou a capitalização de R\$ 200.000 de reservas de lucros, o aumentando o capital de R\$ 1.889.722 para R\$ 2.089.722.

Em 1 de dezembro de 2010, a Assembleia de Acionistas Geral Extraordinária aprovou a emissão de 5.500.007 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 237.490, aumentando o capital de R\$ 2.089.722 para R \$ 2.327.212.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital totalmente subscrito e integralizado está representado por 110.183.998 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 20 de janeiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social em R\$ 400.000 mediante a incorporação de parte do saldo das reservas de lucros, conforme último balanço aprovado, elevando o capital social de R\$ 2.327.212 para R\$ 2.727.212.

Em 9 de março de 2011, foi aprovado em Assembleia Extraordinária o aumento de capital social em R\$ 14.613 mediante a emissão de 355.388 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, elevando o capital social de R\$ 2.727.212 para R\$ 2.741.825.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia realizou aumento de capital social em R\$ 4.199 mediante a emissão de 96.052 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, elevando o capital social de R\$ 2.741.825 para R\$ 2.746.024. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela controladora Votorantim Industrial S.A., com expressa anuência dos demais acionistas da Companhia e renúncia aos seus direitos de preferência na subscrição das ações ora emitidas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital totalmente subscrito e integralizado está representado por 110.635.436 ações ordinárias sem valor nominal.

Em 5 de abril de 2013, as acionistas aprovaram a conversão de 100 ações ordinárias em 100 ações preferenciais. Os direitos das ações preferenciais são idênticos aos direitos das ações ordinárias, inclusive os direitos para dividendos e alocação de lucro líquido, exceto que as ações preferenciais não tem direito de voto (com a exceção de algumas situações limitadas estabelecidas no estatuto da Companhia). Ações

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

preferenciais têm direito de *tag along* no evento de mudança de controle e tem prioridade no pagamento de capital em um evento de liquidação.

Em 30 de abril de 2013, as acionistas aprovaram um desdobramento de ações, emitindo 5.310.496.224 ações ordinárias adicionais para os acionistas, em adição às 110.635.338 ações ordinárias originalmente detidas.

Em 27 de maio de 2013, as acionistas aprovaram um desdobramento de ações, emitindo 16.368.388 ações ordinárias adicionais para os acionistas, em adição às 5.421.131.562 ações ordinárias originalmente detidas.

A quantidade total de ações em circulação em 31 de dezembro de 2012 e 2011 após o ajuste retrospectivo para conversão e desdobramento das mesmas é 5.437.500.000 ações.

(b) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode ultrapassar 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos.

(c) Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei 11.638/07), essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(d) Outros resultados abrangentes acumulado

Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela relevante adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	Variação cambial de investimento no exterior	Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	Hedge de investimento líquido / Hedge de fluxo de caixa	Outros resultados abrangentes	TOTAL
Em 1º de janeiro de 2010	217.230	(54.188)			163.042
Variação cambial de investimento no exterior	(410.637)				(410.637)
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria		(29.115)			(29.115)
Hedge de investimento líquido			140.139		140.139
Reflexos de coligadas				85.575	85.575
Tributos diferidos		9.899	(47.647)		(37.748)
Em 31 de dezembro de 2010	(193.407)	(73.404)	92.492	85.575	(88.744)
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	426.054				426.054
Ganhos e (perdas) atuariais com benefícios de aposentadoria		(38.280)			(38.280)
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior			(235.524)		(235.524)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas				(837)	(837)
Tributos diferidos		13.015	80.078		93.093
Em 31 de dezembro de 2011	232.647	(98.669)	(62.954)	84.738	155.762
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	483.871				483.871
Ganhos e (perdas) atuariais com benefícios de aposentadoria		(54.959)			(54.959)
Realização do hedge de investimento da Cimpor (*)			238.038		238.038
Realização da variação cambial da Cimpor (*)	(72.291)				(72.291)
Realização de outros resultados abrangentes da Cimpor (*)				4.328	4.328
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior			(162.250)		(162.250)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas				(7.692)	(7.692)
Tributos diferidos		18.686	(25.768)		(7.082)
Em 31 de dezembro de 2012	644.227	(134.942)	(12.934)	81.374	577.725

(*) Esses valores referem-se a alienação do investimento na Cimpor efetuado pela Companhia, conforme mencionado na Nota 1(a). Os valores estão brutos de imposto de renda no montante de R\$ 89.142.

(e) Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

O cálculo dos dividendos, em 31 de dezembro de 2012 é assim demonstrado:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores, utilizado para cálculo de dividendos	1.616.799	888.125	2.670.448
Reserva legal	(80.840)	(44.406)	(133.522)
Juros sobre o capital próprio	(178.667)		
Reserva de incentivos fiscais	(25.190)	(2.799)	
Base de cálculo dos dividendos	<u>1.332.102</u>	<u>840.920</u>	<u>2.536.926</u>
Dividendos mínimos - 25% conforme estatuto	333.026	210.230	634.232
Dividendos complementares	<u>2.095.467</u>	<u>536.527</u>	<u>2.187.367</u>
Total dos dividendos propostos	<u>2.428.493</u>	<u>746.757</u>	<u>2.821.599</u>
Dividendos por ação - R\$ (em milhares)	<u>0,45</u>	<u>0,14</u>	<u>0,53</u>
Quantidade de ações (*)	5.437.500	5.426.425	5.280.161

(*) Ajustado retrospectivamente pelos desdobramentos de ações aprovados em 30 de abril e 27 de maio de 2013.

Os dividendos mínimos e os dividendos já aprovados no final do ano são contabilizados como "dividendos a pagar" no balanço patrimonial. Durante 2012 a Companhia pagou dividendos no montante de R\$ 2.263.402 (2011 – R\$ 683.782 e 2010 R\$ 2.610.543). Adicionalmente os juros sobre capital estavam totalmente pagos em 31 de Dezembro de 2012.

24 Receita

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita bruta						
Vendas	6.285.932	5.933.550	2.396.545	10.736.371	9.827.434	9.086.538
Serviços	1.151.072	1.109.038	427.345	1.334.364	1.378.121	1.237.124
	<u>7.437.004</u>	<u>7.042.588</u>	<u>2.823.890</u>	<u>12.070.735</u>	<u>11.205.555</u>	<u>10.323.662</u>
Impostos sobre vendas e serviços e outras deduções	(1.834.790)	(1.756.303)	(699.692)	(2.589.062)	(2.507.203)	(2.276.581)
	<u>5.602.214</u>	<u>5.286.285</u>	<u>2.124.198</u>	<u>9.481.673</u>	<u>8.698.352</u>	<u>8.047.081</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Subvenções governamentais	31.578	11.632	(5.500)	260.684	195.420	90.378
Impairment de investimentos		(522.377)			(586.538)	
Receitas de co-processamento	14.209	13.049	4.803	15.382	14.239	7.177
Recuperação de tributos	6.910	18.068	9.565	12.688	23.881	10.746
Geração própria de energia elétrica	15.848	13.728	3.895	42.399	15.739	2.072
Perda na venda do investimento na Yguazu	(7.657)			(7.657)		
Receitas de venda de sucatas	9.048	7.348	2.111	11.766	10.044	10.151
Ganho venda de imobilizado	3.494	22.943	13.467	9.132	20.896	14.187
Outras receitas (despesas) líquidas	25.425	(22.524)	119.043	(59.615)	10.387	52.528
	<u>98.855</u>	<u>(458.133)</u>	<u>147.384</u>	<u>284.779</u>	<u>(295.932)</u>	<u>187.239</u>

26 Despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Combustível energético	528.222	511.759	146.177	732.310	731.436	580.956
Manutenção	926.889	814.976	236.436	1.277.820	1.181.536	867.759
Energia elétrica - consumo	374.006	382.029	108.303	578.935	585.546	479.231
Despesa de benefícios a empregados	648.910	560.790	244.345	1.106.852	916.423	699.155
Insumos e materiais de consumo	204.769	215.279	167.176	346.312	369.519	344.958
Depreciação, amortização e exaustão	240.502	174.060	68.854	558.279	441.055	420.322
Despesas de transportes	620.106	511.299	172.770	1.196.421	985.129	941.834
Despesa de serviços diversos	365.017	454.765	281.202	555.879	694.867	739.843
Material de embalagem	126.309	120.020	34.570	173.601	158.018	137.043
Outras despesas	125.974	153.928	161.019	928.706	746.302	689.676
	<u>4.160.704</u>	<u>3.898.905</u>	<u>1.620.852</u>	<u>7.455.115</u>	<u>6.809.831</u>	<u>5.900.777</u>

Reconciliação

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	3.323.859	3.242.383	1.262.656	6.177.116	5.684.439	4.986.902
Com vendas	401.377	272.506	162.867	609.992	595.401	500.731
Gerais e administrativas	435.468	384.016	195.329	668.007	529.991	413.144
	<u>4.160.704</u>	<u>3.898.905</u>	<u>1.620.852</u>	<u>7.455.115</u>	<u>6.809.831</u>	<u>5.900.777</u>

27 Despesas de benefício a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Salários e adicionais	351.144	302.049	140.843	662.407	550.812	390.401
Plano de aposentadoria e plano de pensão (Nota 29)				3.955	(10.489)	3.312
Encargos sociais	197.610	169.529	63.420	276.685	230.853	184.115
Benefícios sociais	100.156	89.212	40.082	163.805	145.247	121.327
	<u>648.910</u>	<u>560.790</u>	<u>244.345</u>	<u>1.106.852</u>	<u>916.423</u>	<u>699.155</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

28 Resultado financeiro líquido

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Receitas financeiras						
Juros sobre ativos financeiros	189.966	157.154	172.452	242.797	179.273	40.224
Rendimentos sobre aplicações financeiras	13.257	8.728	83.038	28.140	23.888	139.984
Juros sobre mútuo partes relacionadas				274	1.134	230.362
Outras receitas financeiras	38.966		819	45.285	567	15.189
	<u>242.189</u>	<u>165.882</u>	<u>256.309</u>	<u>316.496</u>	<u>204.862</u>	<u>425.759</u>
Despesas financeiras						
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(612.996)	(444.458)	(116.351)	(657.394)	(479.402)	(261.051)
Juros sobre mútuo partes relacionadas	(36.670)	(84.197)	(145.414)	(36.800)	(29.605)	(402.906)
Juros e atualização monetária - UBP				(52.965)	(38.870)	(48.532)
Atualização monetária sobre contingências	(8.146)	(22.702)	(2.600)	(12.924)	(44.673)	(15.588)
Comissões sobre operações financeiras	(327)	(24.337)	(28.257)	(311)	(25.022)	(29.000)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(18.561)	(32.664)	(4.341)	(18.561)	(33.130)	(4.453)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(44.961)	(17.941)	(64.754)	(49.022)	(20.947)	(72.021)
Outras despesas financeiras	(13.741)	(20.415)	(1.011)	(41.964)	(51.984)	(80.147)
	<u>(735.402)</u>	<u>(646.714)</u>	<u>(362.728)</u>	<u>(869.941)</u>	<u>(723.633)</u>	<u>(913.698)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>(388.572)</u>	<u>(274.195)</u>	<u>79.328</u>	<u>(381.819)</u>	<u>(253.644)</u>	<u>97.227</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(881.785)</u>	<u>(755.027)</u>	<u>(27.091)</u>	<u>(935.264)</u>	<u>(772.415)</u>	<u>(390.712)</u>

29 Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego

Majoritariamente, a Companhia mantém um plano de contribuição definida. Algumas investidas, no entanto, possuem plano de benefício definido.

(a) Contribuição definida

A Companhia e a sua controlada VCNNE são patrocinadoras de planos de aposentadoria privada administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes - FUNSEJEM, um fundo fechado de previdência privada, sem fins lucrativos, disponível a todos os funcionários. Nos termos do regulamento do fundo, as contribuições dos funcionários à FUNSEJEM são iguais pelas patrocinadoras, de acordo com o nível de remuneração do funcionário. Para os que têm remuneração inferior ao patamar especificado pelo regulamento, as contribuições são iguais até 1,5% da remuneração mensal do funcionário. Para aqueles com remuneração superior ao patamar, igualam-se as contribuições do funcionário até o limite de 6% da remuneração mensal. Podem também ser realizadas contribuições voluntárias à FUNSEJEM.

Uma vez cumpridas as contribuições desse plano, não existem obrigações de pagamentos adicionais.

(b) Benefício definido

A Votorantim Cement North America Inc. e a Votorantim Cimentos N/NE S.A. dispõem de planos de aposentadoria de benefício definido, que oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios de aposentadoria e de outros benefícios desses planos concedidos a funcionários é determinado pelo método de benefício projetado *pro rata* sobre o serviço e as melhores

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

expectativas da Administração sobre margens de investimentos, reajustes salariais, tendências de custo e mortalidade e idade de aposentadoria dos funcionários.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial consolidado são os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Obrigações de benefícios projetadas para:			
Planos de benefícios registrados	497.082	414.470	377.372
Planos de benefícios complementares	29.166	23.892	21.973
Benefícios de saúde pós emprego	80.866	62.806	70.079
	<u>607.114</u>	<u>501.168</u>	<u>469.424</u>
Resultado	2012	2011	2010
Benefícios de plano de pensão	(1.292)	(4.369)	(2.821)
Benefícios de saúde pós emprego (recuperação)	5.248	(6.120)	6.134
	<u>3.955</u>	<u>(10.489)</u>	<u>3.313</u>
Reconhecimento no resultado abrangente			
Perdas atuariais reconhecidos no resultado abrangente de outros exercícios	149.498	111.218	82.103
Perdas atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente	54.959	38.280	29.115
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor presente das obrigações financiadas	607.114	501.168	469.424
Valor justo dos ativos do plano	422.561	367.097	356.315
Deficit dos planos financiados	184.553	134.071	113.109
Efeito da limitação de ativos	259	467	909
Saldo de balanço	<u>184.812</u>	<u>134.538</u>	<u>114.018</u>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é apresentada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo no início do exercício	501.168	469.424	414.255
Custo do serviço corrente	3.892	4.332	3.808
Custo financeiro	24.434	24.371	23.609
Contribuições de participantes do plano	3.140	2.067	2.747
Perdas atuariais (ganhos)	52.695	18.074	31.990
Variações cambiais	52.668	26.038	23.006
Benefícios pagos	(30.570)	(30.439)	(6.680)
Custo de benefícios passados			(23.311)
Reduções nos benefícios	(313)	(12.699)	
Saldo no final do exercício	<u>607.114</u>	<u>501.168</u>	<u>469.424</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos é apresentada a seguir:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo no início do exercício	367.097	356.316	326.247
Retorno esperado sobre ativos do plano	27.278	7.753	29.530
Ganhos (perdas) atuariais	2.914	(338)	
Contribuições do empregador	19.712	20.375	15.167
Contribuições do empregado	893	723	763
Benefícios pagos	(30.570)	(30.439)	(29.511)
Variações cambiais	35.238	12.707	14.120
Saldo no final do exercício	<u>422.561</u>	<u>367.097</u>	<u>356.316</u>

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
VCNNE	Brasil	Brasil	Brasil
Taxa de desconto	8,2	8,2	8,2
Taxa de retorno esperado dos ativos	3,6	5,0	5,0
Crescimento salariais futuros	3,0	3,0	3,0
Tábua biométrica de mortalidade geral	8,3	8,3	8,3

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
VCNA	Canadá	Canadá	Canadá
Taxa de desconto	4,3	5,2	5,6
Taxa de retorno esperado dos ativos	7,0	7,0	7,0
Crescimento salariais futuros	2,5	2,5	2,5
Tábua biométrica de mortalidade geral	8,3	8,3	6,0

(c) Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

Os ativos do principal plano de pensão e saúde (Votorantim Cement North America Inc.) são compostos desta forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.788	3.671	7.126
Instrumentos em ação de capital	178.534	183.548	195.973
Fundo de renda fixa	174.963	179.878	153.217
Fundo de Investimento (multimercado)	63.276		
	<u>422.561</u>	<u>367.097</u>	<u>356.316</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

30 Benefícios fiscais

A Companhia e suas subsidiárias possuem incentivos fiscais relacionados a:

- (a) Lucro da exploração: A Companhia e sua controlada Votorantim Cimentos N/NE S.A. (VCNNE) possuem benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relativas a certas operações regionais com cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro fiscal ajustado pelo incentivo fiscal (chamado “lucro da exploração”), levando em consideração o resultado dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Os incentivos fiscais da Companhia possuem prazo de expiração de 2012 a 2020. A economia fiscal deve ser apropriada em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido da entidade que se beneficia com o incentivo fiscal, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

A Companhia pode também reinvestir parte do benefício fiscal na aquisição de novos equipamentos para a operação incentivada, sujeita a aprovação posterior pela agência reguladora da área incentivada, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE. Quando aprovado o reinvestimento, o benefício fiscal correspondente deve ser apropriado também em uma reserva de lucros sujeito as mesmas restrições, com respeito à futura distribuição como dividendos aos acionistas.

- (b) Programa FDI II (Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará): A controlada VCNNE possui incentivo fiscal enquadrado em programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos, com reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover no longo prazo o desenvolvimento das atividades industriais no Estado do Ceará.

Nesse Estado, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício da Companhia, com base no regime de competência de registro desses impostos, ou no momento em que a Companhia cumpre com as obrigações fixadas nos programas estaduais, para ter benefício concedido.

As porcentagens de redução do valor devido de ICMS são fixas ao longo do programa e variam de 64% a 75% do ICMS de produção própria. Sendo os valores diferidos a um índice geral de preços ou taxas pré-fixadas. Os incentivos fiscais da Companhia possuem prazo de expiração de 2016 a 2020.

- (c) Programa PRÓ-DF II - A Companhia possui incentivo fiscal enquadrado em programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover no longo prazo a ampliação da capacidade econômica local na produção de bens e serviços e geração de empregos, e promover o desenvolvimento econômico e social, sustentável e integrado do Distrito Federal.

Os prazos de carência e a fruição são previstas na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia.

A porcentagem de financiamento mensal é de 70% do saldo de ICMS relativo ao produto incentivado (cimento comum) por um prazo de fruição de até 300 meses. Sendo os valores diferidos a um índice geral de preços ou taxas pré-fixadas. O prazo de vigência deste benefício é de 300 meses a partir de 25 de junho de 2010, ou até o valor total do contrato.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

31 Ativos e passivos mantidos para venda

Como descrito na Nota 1a, a Companhia adquiriu operações na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China. A Companhia não pretende continuar as suas operações em China e elaborou um plano para venda destes ativos e passivos. Consequentemente, estes ativos e passivos são incluídos em uma grupo mantido para venda e são apresentados em uma linha separada no balanço patrimonial. A Administração espera a realização da venda dentro do prazo de até um ano.

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>
	<u>2012</u>		<u>2012</u>
Imobilizado	301.385	Contas a pagar	213.190
Ágio	233.888	Outros passivos	27.019
Intangível	42.358	Provisões	33.895
Estoques	38.787		
Outros ativos	84.796		274.104
	<u>701.214</u>		

32 Seguros

De acordo com a Política Corporativa de Gestão de Seguros da Companhia, são contratados diferentes tipos de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, proporcionando proteção para seus ativos, para possíveis perdas com interrupção de produção, bem como para danos a terceiros.

A Companhia e suas controladas mantêm seguro de responsabilidade civil, para suas operações no Brasil, Canadá e Estados Unidos, com coberturas e condições, consideradas pela Administração destas, adequadas aos riscos inerentes.

Para as principais plantas do Brasil e a operação da América do Norte é contratada apólice "All Risks" para todos os seus ativos, incluindo cobertura para perdas com interrupção de produção.

A cobertura de seguro operacional vigente em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Instalações, equipamentos	Danos materiais	13.808.560
	Lucros cessantes	2.459.934
		<u>16.268.494</u>

Seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil na usina hidrelétrica Pedra do Cavalo - VCNNE. Anualmente é contratado seguro de riscos operacionais para a UHE, com cobertura "All Risks" e Importância Segurada total de R\$ 199.050. A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil, para esta operação, com coberturas e condições, consideradas pela Administração da Companhia, adequadas aos riscos inerentes.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

33 Informação financeira por segmento operacional

(i) Introdução

Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios internos e são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da Companhia para tomada de decisão (“Chief Operating Decision Maker” - CODM), para alocação de recursos nos segmentos bem como para avaliação de suas performances, conforme IFRS 8 (CPC 22).

A Companhia esta organizada, para fins gerenciais, por áreas geográficas e possui três segmentos operacionais baseados na localização dos principais ativos da Companhia, conforme segue (1) Brasil (incluindo operações em outros países da América do Sul) (2) América do Norte, e (3) Europa, África e Ásia (englobando operações na Espanha, Turquia, Marrocos, Tunísia, Índia e China).

As suas receitas sobre os segmentos operacionais são oriundas das vendas das seguintes linhas de produtos:

1. Cimentos;
2. Concreto;
3. Agregados, e
4. Outros materiais de construção.

As informações financeiras dos referidos segmentos operacionais e linha de produtos estão resumidos na tabela abaixo. O elemento chave do desempenho financeiro para a Administração dos segmentos reportáveis é o EBITDA ajustado, reportado mensalmente para o CODM para cada um dos segmentos operacionais (Brasil, América do Norte, e Europa, África e Ásia) e também por linha de produto. O EBITDA ajustado é calculado a partir da soma do lucro operacional, depreciação, amortização, exaustão mais quaisquer outros itens que não afetem o caixa incluídos no lucro operacional que sejam considerados pela Administração da Companhia como excepcionais. O EBITDA ajustado pode ser reconciliado com o lucro líquido da Companhia, uma vez que o EBITDA ajustado também pode ser definido como lucro líquido mais/menos resultado financeiro líquido, mais imposto de renda e contribuição social, mais depreciação, amortização e exaustão, menos o resultado de equivalência patrimonial das investidas, mais os dividendos recebidos de investidas, menos itens considerados excepcionais que não afetem o caixa. Itens que não afetaram o caixa e que foram considerados pela Administração como excepcionais e excluídos do cálculo do EBITDA ajustado dos períodos apresentados correspondem ao ganho de R\$ 1.672.429 reconhecidos em 2010, relacionados à troca de ativos na aquisição de participação acionária e ao ganho na alienação do investimento na CIMPOR no montante de R\$ 266.794 em 2012, além de uma perda por *impairment* de R\$ 586.538, reconhecidas em 2011.

Pelo fato de a Companhia utilizar o EBITDA ajustado para medição do desempenho dos segmentos operacionais, não foram incluídos o resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e resultado das investidas como parte dessas medições e, portanto, tais informações não são apresentadas na tabela abaixo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 2. Os valores apresentados como “Brasil” também incluem valores referentes à nossa única subsidiária consolidada na América do Sul (Itacamba Cimento S.A. situada na Bolívia) que representa menos de 1% da receita e EBITDA ajustado dos valores apresentados como “Brasil”. Todas as outras participações da Companhia são registradas pelo método de equivalência

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

patrimonial e a participação nos resultados das investidas é um item de reconciliação entre o EBITDA ajustado e o lucro líquido.

	2012			
	Brasil	América do Norte	Europa, África e Ásia	Consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	7.705.102	1.776.571		9.481.673
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.492.561	85.550		2.578.111
Depreciação, exaustão e amortização	(348.231)	(210.048)		(558.279)
EBITDA ajustado	2.775.052	295.598		3.070.650
CAPEX	(1.422.528)	(77.563)		(1.500.091)
Total ativo	15.492.404	4.501.324	3.968.326	23.962.054

	2011			
	Brasil	América do Norte		Consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	7.250.396	1.447.956		8.698.352
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.564.403	28.185		1.592.588
Depreciação, exaustão e amortização	(267.297)	(173.758)		(441.055)
EBITDA ajustado	2.574.828	201.943		2.776.771
CAPEX	(1.656.839)	(66.222)		(1.723.061)
Total ativo	14.468.715	4.160.482		18.629.197

	2010			
	Brasil	América do Norte		Consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	6.538.100	1.508.981		8.047.081
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	3.942.611	63.361		4.005.972
Depreciação, exaustão e amortização	(220.289)	(200.033)		(420.322)
EBITDA ajustado	2.542.366	263.394		2.805.760
CAPEX	(912.370)	(52.025)		(964.395)
Total ativo	12.600.766	3.771.516		16.372.282

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

A tabela abaixo reconcilia o EBITDA ajustado dos segmentos operacionais com o lucro líquido:

	Nota	Consolidado		
		2012	2011	2010
Lucro líquido do exercício		1.640.483	854.792	2.680.424
Mais (menos):				
Resultado financeiro líquido		935.264	772.414	390.712
Imposto de renda e contribuição social		(142.250)	277.135	1.126.821
Depreciação, amortização e exaustão		558.279	441.055	420.322
Resultado de participações societárias		144.614	(311.754)	(191.985)
EBITDA mais resultado de participações societárias		3.136.390	2.033.642	4.426.294
EBITDA ajustado				
Dividendos recebidos		193.377	156.590	51.895
Ajuste item não recorrente				
Impairment de investimentos	15(d)		586.538	
Perda na alienação de investimentos	1(c)	7.657		
Ganho na transferência de ativos - Cimpor	1(a)			(1.672.429)
Ganho na alienação de investimentos	1(a)	(266.774)		
EBITDA ajustado		3.070.650	2.776.770	2.805.760

Além de apresentar as informações sobre os resultados dos segmentos operacionais e reportáveis, a Companhia também apresenta, voluntariamente, informações suplementares sobre os resultado das quatro linhas de produto.

	31 de dezembro de 2012				
	Cimentos	Concreto	Agregados	Outros	Total
Vendas para clientes externos	6.297.428	2.099.121	378.932	706.192	9.481.673
31 de dezembro de 2011					
	Cimentos	Concreto	Agregados	Outros	Total
Vendas para clientes externos	5.890.923	1.880.745	371.850	554.834	8.698.352
31 de dezembro de 2010					
	Cimentos	Concreto	Agregados	Outros	Total
Vendas para clientes externos	5.472.401	1.789.321	303.567	481.792	8.047.081

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

34 Eventos subsequentes

- (i) Em 10 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 48% da C+PA Cimento e Produtos Associados, S.A., a qual detém participação de 25,0% na Cimpor Macau na China, pelo montante de Euro 10,4 milhões. Essa participação adicional foi adquirida, a fim de ser alienada em conjunto com o controle acionário adquirido como parte da troca de ativos da Cimpor em 2012.
- (ii) Em 31 de janeiro de 2013, a Companhia declarou e efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 100 milhões para VID.
- (iii) Em janeiro de 2013, a VCEAA pagou antecipadamente US\$ 200 milhões de empréstimo com vencimento em fevereiro de 2014, com o objetivo de reduzir a dívida bruta. O saldo atual deste empréstimo é de US\$ 234,1 milhões.
- (iv) No primeiro trimestre de 2013, a Administração da Companhia alterou o regime de apuração da variação cambial para fins de imposto de renda e contribuição social de caixa para competência. Essa alteração resultou em aproximadamente R\$ 232 milhões em crédito de imposto de renda e contribuição social, que possivelmente serão compensados no decorrer do ano de 2013.
- (v) Em 2 de abril de 2013, Votorantim Cement North America Inc. ajustou os termos de um empréstimo sindicalizado, com um valor nominal de US\$ 450,0 milhões, para estender a maturidade dos empréstimo até 31 de março de 2018.
- (vi) Em 3 de abril de 2013, a Companhia adquiriu da Votorantim Andina S.A. (uma entidade controlada pela acionista controladora VID) participação adicional de 38,39% na Cimentos Artigas S.A. e na Cimentos Avellaneda S.A. O valor pago foi de EUR 154,6 milhões (R\$402 milhões). Com as participações adicionais adquiridas, a Companhia passou a deter 51% de participação na Cimentos Artigas S.A. e 49% de participação na Cimentos Avellaneda S.A. Em relação a Cimentos Artigas S.A. a transferência foi realizada ao valor contábil, e para Cimentos Avellaneda S.A. ao valor justo.
- (vii) Em 16 de abril de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 30% na Cimpor Macau (China), pelo valor de EUR 14,5 milhões. Estas transações foram parte da estratégia para facilitar a venda planejada da operação na China.
- (viii) Em 16 de abril de 2013, a Companhia vendeu a participação de 48% comprada em janeiro de 2013 na C+PA - Cimento e Produtos Associados S.A., pelo valor de EUR 23,3 milhões.
- (ix) Em 18 de abril de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 1,549% na Cimento Bio Bio S.A., na Bolsa de Santiago, e após a compra passou a deter 16,70% de participação nessa empresa.
- (x) Em 2 de maio de 2013, a VCEAA pagou antecipadamente o valor de US\$ 15,0 milhões de empréstimo com vencimento em fevereiro de 2014. O saldo remanescente do empréstimo após este pagamento é de US\$219,1 milhões.
- (xi) Ver nota 23 com descritivo da conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e dos desdobramentos aprovados em 30 de abril de 2013 e 27 de maio de 2013.
- (xii) Em 14 de maio de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Votorantim Industrial S.A. ("VID"), por meio do qual a VID adquiriu a participação acionária de 12,36% que a Companhia detinha na Votorantim Investimentos Latino Americanos S.A. ("VILA") pelo montante

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração relativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro em 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada

total de R\$682,5 milhões. Em 28 de maio de 2013, a Companhia compensou parcialmente este valor com o saldo de dividendos a pagar de R\$ 280,2 milhões devidos à VID.

O saldo remanescente desta operação será quitado através do pagamento da dívida que uma subsidiária da Companhia tem com uma subsidiária da VID decorrente da aquisição de participação acionária na Cimentos Avellaneda S.A. e Cimentos Artigas S.A., conforme descrito na nota 34 (vi).

* * *

-
- Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out dos Negócios-Alvo da Cimpor e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Tradução do relatório originalmente emitido em Inglês, baseado em nosso trabalho executado com base nas normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América e das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" originalmente emitidas em Inglês e preparadas com base na estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros aplicável para os Negócios-Alvo da Cimpor (conforme Notas explicativas 1 e 2). Em caso de discrepância, deve prevalecer a versão emitida no idioma Inglês.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.:

Examinamos os balanços patrimoniais combinados "carve-out" dos Negócios-Alvo da Cimpor, que foram derivadas da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS S.A., conforme descrito na Nota explicativa 1 das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, e as respectivas demonstrações combinadas "carve-out" do resultado e de outros resultados abrangentes, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como as respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas "carve-out".

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas "carve-out" de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", incluindo o desenho, a implementação e a manutenção dos controles internos relevantes para permitir a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas "carve-out" com base em nossa auditoria. Conduzimos nossa auditoria de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Consequentemente não emitimos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis significativas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

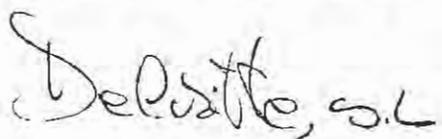
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas "carve-out" anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira dos Negócios-Alvo da Cimpor em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Tradução do relatório originalmente emitido em Inglês, baseado em nosso trabalho executado com base nas normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América e das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" originalmente emitidas em Inglês e preparadas com base na estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros aplicável para os Negócios-Alvo da Cimpor (conforme Notas explicativas 1 e 2). Em caso de discrepância, deve prevalecer a versão emitida no idioma Inglês.

Ênfase

As demonstrações financeiras combinadas "carve-out" foram preparadas conforme as bases para preparação descritas na Nota explicativa 2. Adicionalmente, conforme discutido na Nota explicativa 1, as demonstrações financeiras combinadas "carve-out" foram preparadas como uma combinação das contas históricas das empresas que compõem os Negócios-Alvo da Cimpor, portanto, as demonstrações financeiras combinadas "carve-out" podem não refletir o nível atual e a estrutura da dívida e os custos financeiros relacionados com o que teria sido incorrido se os Negócios-Alvo da Cimpor tivessem operado como um negócio separado da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.



Vigo, Espanha

4 de abril de 2013

Tradução das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" originalmente emitidas em Inglês e preparadas com base na estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros aplicável para os Negócios-Alvo da Cimpor (conforme Notas explicativas 1 e 2). Em caso de discrepância, deve prevalecer a versão emitida no idioma Inglês

Negócios-Alvo da Cimpor

Demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2012 e 2011

A handwritten signature or set of initials in black ink, located in the lower right quadrant of the page. The signature is stylized and appears to consist of a large 'O' followed by a cursive flourish.

Tradução das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" originalmente emitidas em Inglês e preparadas com base na estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros aplicável para os Negócios-Alvo da Cimpor (conforme Notas explicativas 1 a 2). Em caso de discrepância, deve prevalecer a versão emitida no idioma Inglês.

NEGÓCIOS-ALVO DA CIMPOR
BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS CARVE-OUT
PARA OS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Euros)

	Nota	31/12/12	31/12/11
Ativo não circulante:			
Ágio	13	158.025	520.342
Outros ativos Intangíveis	14	10.303	36.635
Imobilizado	15	558.771	950.786
Investimentos em coligadas	16	4.817	9.718
Outros Investimentos	18	598	734
Imposto diferido ativo	12	23.402	25.455
Demais contas a receber	19	6.266	8.931
Tributos a recuperar	20	-	208
Outros ativos não circulantes	21	3.504	1.388
Total do ativo não circulante		763.488	1.654.193
Ativo circulante:			
Estoques	22	98.950	125.285
Contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores	23	104.567	145.911
Demais contas a receber	19	3.501	22.897
Tributos a recuperar	20	14.574	28.388
Caixa e equivalentes de caixa	40	85.380	57.470
Outros ativos circulantes	21	1.102	1.339
Ativos não circulantes mantidos para venda	35	220.507	12.069
Total do ativo circulante		606.681	393.359
Total do ativo		1.270.087	1.947.552
Património líquido:			
Reservas		1.204.482	1.012.628
Diferenças da conversão de moeda	24	(139.991)	(146.435)
Lucro / (prejuízo) do exercício		(613.814)	8.703
Património líquido atribuível a acionistas da Companhia		450.677	870.896
Participações dos acionistas não controladores	25	28.911	65.180
Total do património líquido		479.588	936.076
Passivo não circulante:			
Empréstimos e financiamentos	28	8.226	29.531
Arrendamentos financeiros	29	89	15.898
Imposto diferido passivo	12	41.547	78.243
Benefícios a empregados	26	9.025	7.314
Provisões	27	35.222	37.830
Demais contas a pagar	31	490	21
Partes relacionadas	39	300.605	476.762
Outros passivos não circulantes	32	4.214	5.878
Total do passivo não circulante		399.388	649.477
Passivo circulante:			
Fornecedores e adiantamentos de clientes	33	87.440	105.473
Tributos a recolher	20	22.026	29.089
Arrendamentos financeiros	29	27	1.834
Empréstimos e financiamentos	28	15.269	98.115
Benefícios a empregados	26	53	-
Provisões	27	21.231	830
Demais contas a pagar	31	17.308	34.199
Partes relacionadas	39	-	85.098
Outros passivos circulantes	32	5.073	7.569
Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantidos para venda	35	222.654	-
Total do passivo circulante		391.083	362.018
Total do passivo		790.478	1.011.495
Total do passivo e património líquido		1.270.087	1.947.552

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Tradução das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" originalmente emitidas em Inglês e preparadas com base na estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros aplicável para os Negócios-Alvo da Cimpor (conforme Notas explicativas 1 e 2). Em caso de discrepância, deve prevalecer a versão emitida no idioma Inglês.

NEGÓCIOS-ALVO DA CIMPOR
DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS CARVE-OUT DO RESULTADO E DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em milhares de Euros)

	Nota	2012	2011
Vendas de produtos		569.592	640.811
Serviços prestados		5.533	7.473
Outras receitas operacionais	6	13.320	20.023
Total da receita		588.446	668.307
Custo dos produtos vendidos	7	(173.695)	(208.997)
Energia elétrica e serviços terceirizados		(221.617)	(225.306)
Custos de pessoal	8	(113.113)	(86.129)
Encargos de depreciação e amortização	14, 15	(73.212)	(79.241)
Provisões e perdas por impairment	13, 14, 15	(562.931)	(10.518)
Outras despesas operacionais	9	(29.169)	(15.067)
Total das despesas		(1.173.736)	(625.257)
Lucro / (prejuízo) das operações		(585.291)	43.050
Despesas financeiras	10	(25.233)	(29.745)
Receitas financeiras	10	8.734	8.660
Resultado da equivalência patrimonial	10	(5.101)	(91)
Receita de investimentos	10	42	(143)
Lucro / (prejuízo) antes de impostos de operações continuadas		(606.849)	19.732
Despesa (receita) de imposto de renda	11	15.756	(6.356)
Lucro / (prejuízo) do exercício de operações continuadas		(601.093)	13.373
Operações descontinuadas	34	(51.366)	(1.686)
Lucro / (prejuízo) do exercício		(642.458)	11.688
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		(613.814)	6.703
Participação dos não controladores		(28.644)	4.985
		(642.458)	11.688
Outros resultados abrangentes			
Diferenças de conversão de moeda		9.232	(44.792)
Movimentação líquida em hedges de fluxo de caixa	30	(144)	(238)
Efeito do imposto de renda		43	71
Ganhos atuariais em planos de benefício definido		1.889	903
Efeito do imposto de renda		(597)	(271)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		10.523	(44.326)
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		(631.935)	(32.638)
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		(604.011)	(50.014)
Participações dos acionistas não controladores		(27.924)	17.376
		(631.935)	(32.638)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Tradução das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" originalmente emitidas em Inglês e preparadas com base na estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros aplicável para os Negócios-Alvo da Cimpor (conforme Notas explicativas 1 e 2). Em caso de discrepância, deve prevalecer a versão emitida no idioma Inglês.

NEGÓCIOS-ALVO DA CIMPOR
DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS CARVE-OUT DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Euros)

	Reservas	Lucro / (prejuízo)	Diferenças de conversão de moeda	Património líquido atribuído aos acionistas da Companhia	Participações das acionistas não controladoras	Total do património líquido
Em 1 de janeiro de 2011	1.045.205	-	(91.252)	853.953	59.372	1.013.325
Lucro líquido combinado do exercício	-	6.703	-	6.703	4.985	11.688
Resultados reconhecidos diretamente no património líquido	466	-	(57.183)	(56.717)	12.391	(44.328)
Total do resultado abrangente do exercício	466	6.703	(57.183)	(50.014)	17.376	(32.638)
Dividendos	(33.043)	-	-	(33.043)	(11.568)	(44.611)
Em 31 de dezembro de 2011	1.012.828	6.703	(148.435)	870.896	65.180	936.056
Prejuízo líquido combinado do exercício	-	(613.814)	-	(613.814)	(28.644)	(642.458)
Resultados reconhecidos diretamente no património líquido	1.359	-	8.444	9.803	720	10.523
Total do resultado abrangente do exercício	1.359	(613.814)	8.444	(604.011)	(27.924)	(631.935)
Destinação do lucro combinado de 2011:						
Transferência para reservas legais e lucros acumulados	6.703	(6.703)	-	-	-	-
Dividendos	(34.603)	-	-	(34.603)	(8.813)	(43.416)
Aumentos de capital (Nota 39.3)	218.612	-	-	218.612	1.010	219.622
Outros	(217)	-	-	(217)	(522)	(739)
Em 31 de dezembro de 2012	1.204.482	(913.814)	(139.991)	450.877	28.811	478.588

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas carve-out.



Tradução das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" originalmente emitidas em Inglês e preparadas com base na estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros aplicável para os Negócios-Alvo da Cimpor (conforme Notas explicativas 1 e 2). Em caso de discrepância, deve prevalecer a versão emitida no idioma Inglês.

NEGÓCIOS-ALVO DA CIMPOR
DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS CARVE-OUT DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em milhares de Euros)

	Nota	2012	2011
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		766.242	826.646
Pagamentos a fornecedores		(510.174)	(544.265)
Pagamentos a empregados		(93.650)	(88.758)
Caixa gerado nas operações		<u>182.417</u>	<u>193.622</u>
Imposto de renda recuperado / (pago)		(19.378)	(19.508)
Outros recebimentos relacionados às atividades operacionais		(61.077)	(42.068)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		<u>81.962</u>	<u>132.047</u>
Atividades de investimento:			
Recebimentos relacionados a:			
Demais contas a receber		3.204	13
Imobilizado		209	322
Receitas de juros e similares		2.681	2.213
Dividendos recebidos		-	860
Outros		417	3
		<u>6.511</u>	<u>3.211</u>
Pagamentos relacionados a:			
Outros investimentos		(1.046)	(926)
Imobilizado		(40.268)	(48.835)
Intangível		(1.445)	(1.258)
Outros	39.4	(723)	(8.542)
		<u>(43.482)</u>	<u>(59.571)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento (2)		<u>(36.971)</u>	<u>(56.359)</u>
Atividades de financiamento:			
Recebimentos relacionados a:			
Empréstimos e financiamentos		26.865	55.431
Aumento de capital	39.3	219.622	-
Outros		232	22
		<u>246.719</u>	<u>55.454</u>
Pagamentos relacionados a:			
Empréstimos e financiamentos		(159.250)	(46.767)
Despesas de juros e similares		(31.138)	(26.820)
Dividendos		(41.879)	(42.481)
Outros		(1.271)	-
		<u>(233.538)</u>	<u>(118.048)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento (3)		<u>13.180</u>	<u>(60.595)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa (4)=(1)+(2)+(3)		<u>58.171</u>	<u>15.093</u>
Efeito das variações cambiais		<u>(3.947)</u>	<u>10.440</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>11.189</u>	<u>(14.365)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 40) (*)		<u>65.393</u>	<u>11.169</u>

(*) O saldo do "Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício" em 31 de dezembro de 2012 inclui 5.770 mil euros de caixa e equivalentes de caixa das operações na China (Nota 35).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Tradução das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" originalmente emitidas em Inglês e preparadas com base na estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros aplicável para os Negócios-Alvo da Cimpor (conforme Notas explicativas 1 e 2). Em caso de discrepância, deve prevalecer a versão emitida no idioma Inglês.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT DOS NEGÓCIOS-ALVO DA CIMPOR PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Em 3 de fevereiro de 2010, uma empresa brasileira, a Votorantim Cimentos S.A. ("Votorantim") assinou contrato de permuta de ações com a Companhia Nacional de Cimento Portland ("Lafarge Brasil"), segundo o qual a Lafarge Brasil transferiu para a Votorantim ações de emissão da CIMPOR – Cimentos de Portugal SGPS S.A. ("CIMPOR"), representativas de 17,28% das ações dessa empresa portuguesa. Subsequentemente, em 11 de fevereiro de 2010, a Votorantim adquiriu de terceiros outros 3,93% das ações em circulação da CIMPOR, aumentando sua participação para 21,21% da CIMPOR.

Em março de 2012, o Grupo Camargo Corrêa, uma empresa brasileira, lançou uma oferta pública para a aquisição da CIMPOR. A oferta pública de aquisição foi aprovada em junho de 2012 e desde então o Grupo Camargo Corrêa passou a controlar a CIMPOR.

Em 25 de junho de 2012, Votorantim e duas subsidiárias do Grupo Camargo Corrêa - Camargo Correa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. e InterCement Austria Holding GmbH ("InterCement", que detinham então 72,9% da CIMPOR) celebraram um acordo para realizar uma reorganização societária da CIMPOR por meio de uma permuta, na qual:

-As subsidiárias indiretas da CIMPOR (detidas através de CIMPOR INVERSIONES, S.A. - subsidiária integral da CIMPOR localizadas em sete países (Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, China, Índia e Peru, que estão detalhadas na Nota 4 e referidas coletivamente como "Negócios-Alvo da Cimpor"), junto com uma parcela equivalente a 21,21% da dívida líquida consolidada da Cimpor, serão transferidas para a Votorantim, em troca da participação de 21,21% da Votorantim na CIMPOR.

Essa troca resultou em uma completa separação entre a Votorantim e o Grupo Camargo Corrêa como acionistas da CIMPOR e dos Negócios-Alvo da Cimpor e, após a transação, a Votorantim deixou de ser uma acionista da CIMPOR e adquiriu o controle das antigas controladas da CIMPOR nos países mencionados acima. A base da Votorantim nesses ativos dos Negócios-Alvo da Cimpor adquiridos e na dívida líquida consolidada assumida não foi incluída nessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Para efetuar essa troca:

1. Uma holding, a Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. ("VCEAA" ou a "Sociedade") foi constituída pela CIMPOR na Espanha em 8 de outubro de 2012 para deter participações de 100% (dos "Negócios-Alvo da Cimpor").
2. As participações de 100% nas empresas que compõem os Negócios-Alvo da Cimpor, junto com 21,21% da dívida líquida consolidada da CIMPOR em 30 de novembro de 2012 (dívida de longo prazo e de curto prazo e caixa) foram transferidas para a VCEAA pela CIMPOR em 21 de dezembro de 2012.
3. Em 21 de dezembro de 2012, a CIMPOR INVERSIONES, S.A trocou com a InterCement Austria Holding GMBH 100% das ações da VCEAA por 100% da InterCement Austria Equity Participation GMBH (100% subsidiária do InterCement), incluindo os ativos e as operações de cimento e concreto na América do Sul (Brasil, Argentina e Paraguai) e na Angola.

4. Em 21 de dezembro de 2012, a Votorantim trocou com a Inter cement a participação de 21,21% na CIMPOR por 100% das ações da VCEAA.

5. De acordo com os termos e condições da permuta de ativos da Cimpor, a Votorantim pagou 57 milhões de euros para a Inter cement em 21 de janeiro de 2013.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* incluem apenas os ativos, passivos, receitas e despesas que são especificamente identificáveis aos Negócios-Alvo da Cimpor. Elas não consideram quaisquer atividades realizadas pela VCEAA. Nesse sentido, deve-se observar que essas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* não incluem a dívida líquida financeira recebida pela VCEAA, equivalente a 21,21 % da dívida líquida consolidada da Cimpor no montante de 434 milhões de dólares americanos, nem o ganho cambial gerado para essa dívida entre a data da transferência da dívida da Cimpor para a VCEAA (15 de novembro e 31 de dezembro de 2012), no montante de 11 milhões de Euros. Adicionalmente, em 28 de dezembro de 2012 a Votorantim transferiu para a VCEAA uma *holding* (Votorantim Europe, S.L.) cujos ativos e passivos consistem principalmente de aplicações financeiras no montante de 64 milhões de Euros, caixa e equivalentes de caixa no montante de 230 milhões de Euros e passivos financeiros no montante de 64 milhões de Euros. Embora a Votorantim Europe fizesse parte da VCEAA em 31 de dezembro de 2012, os ativos líquidos e os resultados das operações da Votorantim Europe foram excluídos dessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* porque eles não estão relacionados aos Negócios-Alvo da Cimpor. Portanto, essas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* são compostas pelos Negócios-Alvo da Cimpor e nem a VCEAA nem as transações de reorganização mencionadas foram consideradas nessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Após a aprovação em 21 de dezembro de 2012 de todas as etapas legais requeridas para essa reorganização, a Votorantim passou a controlar a VCEAA e começou a operar na área de atividades econômicas dos Negócios-Alvo da Cimpor. Nessa data (a data da aquisição), a Votorantim (a adquirente) recebeu a participação de 100% na VCEAA, obtendo o controle da VCEAA e dos Negócios-Alvo da Cimpor, em troca de sua participação de 21,21% na CIMPOR. A Votorantim reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas o ágio, os outros ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos da VCEAA (a adquirida) aos seus valores justos na data de aquisição. A base da Votorantim nos ativos e passivos da VCEAA não foi incluída nessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Nenhuma das transações descritas resulta em uma combinação de negócios de acordo com a IFRS 3 da perspectiva dessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Entre os ativos dentro dos Negócios-Alvo da Cimpor controlados pela Votorantim a partir de 21 de dezembro de 2012 estão 13 fábricas de cimento, 78 centros de produção de concreto, 22 fábricas de agregados, 5 unidades de produção de argamassa, 1 unidade de cal e 29 pedreiras de calcário, com capacidade anual instalada total de 16,3 milhões de toneladas nas unidades localizadas nesses vários países.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e as respectivas notas explicativas da administração dos Negócios-Alvo da Cimpor para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (as "demonstrações financeiras combinadas *carve-out*") foram preparadas como uma combinação das contas históricas das empresas que compõem os Negócios-Alvo da Cimpor.

Visto que os Negócios-Alvo da Cimpor são compostos de entidades legais completas, nenhuma alocação de ativos, passivos, receitas e despesas corporativas foi necessária.

Em 31 de dezembro de 2012, a administração da Votorantim decidiu alienar o negócio na China. Como resultado, e conforme as disposições da IFRS 5, os ativos e os passivos diretamente associados com o negócio na China foram classificados como ativos não circulantes mantidos para venda e os passivos diretamente associados com os ativos foram classificados como mantidos para venda. Além disso, os resultados do negócio, líquidos de impostos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram apresentados na rubrica "operações descontinuadas".

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT DOS NEGÓCIOS-ALVO DA CIMPOR

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram preparadas pela Administração da VCEAA usando políticas contábeis definidas pelas, e em conformidade com, as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*) emitidas pelo Conselho de Normas Contábeis Internacionais (*International Accounting Standards Board - "IASB"*), aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e dos registros contábeis da CIMPOR usando os resultados históricos das operações e o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos da CIMPOR que compõem os Negócios-Alvo da Cimpor. As IFRSs compreendem normas e interpretações emitidas pelo Conselho de Normas Contábeis Internacionais ("IASB") e pelo Comitê de Interpretações de Relatório Financeiro Internacional (*International Financial Reporting Interpretations Committee - "IFRIC"*).

A emissão dessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foi autorizada pelo Conselho de Administração da VCEAA em 2 de abril de 2013.

Essas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, compreendem o primeiro conjunto completo emitido pelos Negócios-Alvo da Cimpor. Como é a primeira vez que essas demonstrações financeiras dos Negócios-Alvo da Cimpor foram preparadas, também é a primeira vez que essa entidade emite demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2011 (início do período comparativo) e as divulgações requeridas pela IFRS 1 não foram apresentadas, uma vez que, as entidades que compõem os Negócios-Alvo da Cimpor têm historicamente apresentado informações financeiras para períodos anteriores a 31 de dezembro de 2011 de acordo com várias práticas contábeis diferentes. Adicionalmente, as entidades que compõem os Negócios Alvo da Cimpor foram preparadas de acordo com as IFRS que foram utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de CIMPOR e não há diferença entre esta informação e as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Essas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram preparadas com o único objetivo de demonstrar seus resultados das operações, posição financeira e fluxos de caixa históricos para os períodos indicados sob a administração da CIMPOR. As entidades legais que fazem parte dos Negócios-Alvo da Cimpor estão detalhadas na Nota 4. Todos os saldos e transações entre empresas do grupo dentro dos Negócios-Alvo da Cimpor foram eliminados. Os saldos e as transações entre os Negócios-Alvo da Cimpor, a CIMPOR e suas controladas e a Votorantim e suas controladas (inclusive a VCEAA) são refletidos como transações entre partes relacionadas dentro dessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* incluem os ativos, passivos, receitas e despesas que são especificamente identificáveis aos Negócios-Alvo da Cimpor. Os impostos de renda foram contabilizados nessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, conforme descrito na Nota 11. A dívida específica aos Negócios-Alvo da Cimpor foi refletida nessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, conforme descrito na Nota 28.

Os valores reconhecidos para essas transações não representam necessariamente o valor que teria sido refletido nas demonstrações financeiras se os negócios fossem entidades que operassem independentemente da CIMPOR. Consequentemente, os resultados futuros das operações, caso os Negócios-Alvo da Cimpor fossem separados da CIMPOR, incluirão custos e despesas que podem ser significativamente diferentes dos resultados das operações, posição financeira e fluxos de caixa históricos dos Negócios-Alvo da Cimpor. Consequentemente, as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* para esses períodos não são indicativas dos resultados das operações, posição financeira e fluxos de caixa futuros dos Negócios-Alvo da Cimpor.

Os valores mostrados nessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* são apresentados em milhares de Euros, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRSs emitidas pelo IASB requer o uso de estimativas e premissas por parte da Administração que afetam os valores reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, assim como os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Essas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* são baseadas no melhor conhecimento existente no momento de sua preparação. As estimativas e premissas significativas feitas pela Administração da Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* incluem premissas utilizadas na estimativa dos seguintes itens:

- *Impairment* de ativos não circulantes

A determinação de uma possível perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) pode resultar da ocorrência de vários eventos, tais como a disponibilidade futura de financiamento, custo de capital próprio ou quaisquer outras alterações internas ou externas.

A identificação de indicadores de *impairment*, unidades geradoras de caixa, a estimativa dos fluxos de caixa futuros, a determinação do valor recuperável dos ativos e as taxas de crescimento estão sujeitos a um alto nível de julgamento por parte da Administração.

- *Impairment* do ágio

O ágio está sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que houver evidência de uma possível perda de valor, de acordo com a política mencionada na Nota 3.5. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são determinados de acordo com os fluxos de caixa esperados. O cálculo da realização desses valores requer o uso pela Administração de estimativas em relação à evolução futura da atividade e às taxas de desconto consideradas.

- Provisão para devedores duvidosos

O risco de crédito associado a contas a receber é avaliado na data do balanço, considerando as informações históricas dos clientes e seus perfis de risco. As contas a receber são ajustadas através da avaliação efetuada pela Administração dos riscos estimados de recebimento nas datas do balanço, que podem diferir do risco real a ser incorrido.

- Vidas úteis de "Outros ativos Intangíveis" e "Imobilizado"

A vida útil de um ativo é o período de tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo seja útil e deve ser revisada pelo menos no final de cada exercício financeiro.

A determinação das vidas úteis dos ativos, método de amortização/depreciação a ser aplicado e as perdas estimadas resultantes da substituição antecipada de equipamentos, devido à obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o valor do encargo de amortização/depreciação reconhecido na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes de cada exercício.

Esses três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração, para os ativos e negócios em questão, considerando também as melhores práticas adotadas pelas empresas que operam no mesmo setor.

- Reconhecimento da provisão

A Administração analisa periodicamente possíveis obrigações decorrentes de eventos passados que devem ser reconhecidos ou divulgados. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e o montante de recursos internos requeridos para liquidar as obrigações podem levar a ajustes significativos, seja pela variação das premissas utilizadas ou pelo futuro reconhecimento das provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Reconhecimento de imposto diferido ativo

Impostos diferidos ativos são reconhecidos quando há uma expectativa razoável de geração de lucro tributável futuro suficiente para utilizá-los ou quando há impostos diferidos passivos cuja reversão deve ocorrer no mesmo período da reversão dos impostos diferidos ativos. O valor contábil e a realização dos impostos diferidos ativos são revisados pela Administração na data do balanço e levam em consideração os planos de negócios aprovados pela Administração.

- Benefícios de aposentadoria e de assistência médica

Uma avaliação atuarial feita por especialistas independentes e baseada em indicadores econômicos e demográficos é realizada a cada ano, a fim de avaliar os passivos resultantes de benefícios de aposentadoria e de assistência médica concedidos aos empregados.

Embora essas estimativas tenham sido feitas com base nas melhores informações sobre os eventos analisados disponíveis em 31 de dezembro de 2012 e 2011, eventos futuros podem tornar necessário efetuar alterações nessas estimativas (para cima ou para baixo) em anos futuros.

- Mensuração do valor justo de certos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido por duas partes bem informadas e agindo deliberadamente, em uma transação em condições regulares de mercado. Se um preço cotado em um mercado ativo está disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Se não houver um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, o seu valor justo é estimado com base no preço estabelecido em transações recentes envolvendo os mesmos instrumentos ou instrumentos similares e, na sua ausência, com base em técnicas de avaliação que são normalmente usados pelos mercados financeiros.

Portanto, para estimar o valor justo, o julgamento da Administração precisa ser exercido. O nível de julgamento da Administração requerido ao estabelecer o valor justo de instrumentos financeiros para os quais há um preço cotado em um mercado ativo é mínimo. Da mesma forma, pouca subjetividade ou pouco julgamento é requerido para instrumentos avaliados usando modelos de avaliação padronizados em todo o setor e onde todos os dados de parâmetro são cotados em mercado ativos.

O nível de subjetividade e o grau de julgamento da Administração requerido é mais significativo para instrumentos avaliados usando modelos especializados e sofisticados e aqueles onde alguns dos, ou todos os, dados de parâmetro não são observáveis. O julgamento da Administração é requerido na seleção e aplicação de parâmetros e técnicas de avaliação apropriados.

Os ativos e passivos financeiros do Grupo reconhecidos ao valor justo são baseados em, ou resultantes de, preços ou dados observáveis. A disponibilidade de preços ou dados observáveis varia de acordo com o produto e o mercado e pode mudar com o tempo. Para certos instrumentos, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação apropriadas para o instrumento específico. A aplicação de técnicas de avaliação para determinar o valor justo envolve estimativa e julgamento da Administração, cuja extensão irá variar de acordo com o grau de complexidade e liquidez no mercado. Técnicas de avaliação incluem modelos padronizados do setor. O julgamento da Administração é requerido na seleção e aplicação de parâmetros e técnicas de avaliação apropriados. Como o objetivo de utilizar uma técnica de avaliação é estabelecer o preço pelo qual os participantes do mercado transacionariam atualmente, as técnicas de avaliação incluem todos os fatores que a Companhia acredita que os participantes do mercado considerariam ao estabelecer um preço para a transação.

Os ajustes de avaliação são parte integrante do processo de determinação do valor justo, que requer o exercício de julgamento. Ao fazer ajustes de avaliação apropriados, a Companhia segue metodologias que consideram fatores tais como ajustes de avaliação do spread do preço de compra e venda, liquidez e risco de crédito (tanto o risco de crédito da contraparte em relação aos ativos financeiros quanto o risco de crédito da Companhia em relação aos passivos financeiros que são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado).

- Grupos de alienação

A Nota 3.11 descreveu a política contábil aplicada na classificação de ativos circulantes mantidos para venda quando a administração decide alienar um ativo ou um grupo de ativos e os passivos diretamente associados a eles. Em 31 de dezembro de 2012, a administração decidiu alienar o negócio na China, que é considerado um linha de negócios importante de acordo com a IFRS 5 (Notas 34 e 35).

2.3. Novas normas contábeis e seu impacto nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

As seguintes normas, interpretações, alterações e revisões aprovadas pelo IASB com aplicação obrigatória nos exercícios fiscais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2011 ou a partir de 1 de janeiro de 2012, e que têm impacto nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, foram adotadas pela primeira vez nos anos em que eram aplicáveis:

- Alterações a IAS 32 - Classificação de Emissões de Direitos (obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1 de fevereiro de 2010): As alterações abordam a classificação de certas emissões de direitos denominadas em uma moeda estrangeira como instrumentos de patrimônio ou como passivos financeiros. Conforme as normas, os direitos, as opções ou os bônus de subscrição emitidos por uma entidade para adquirir um número fixo dos instrumentos de patrimônio da entidade por um número fixo de qualquer moeda são classificados como instrumentos de patrimônio nas demonstrações financeiras da entidade, desde que a oferta seja feita proporcionalmente a todos os detentores existentes da mesma classe de seus instrumentos de patrimônio não derivativos. Antes das alterações à IAS 32, os direitos, as opções ou os bônus de subscrição para adquirir um número fixo de instrumentos de patrimônio de uma entidade por um número fixo em moeda estrangeira eram classificados como derivativos. As alterações requerem a aplicação retrospectiva.
- Melhorias às IFRSs emitidas em 2010 (obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1 de fevereiro de 2010).
- Alterações à IFRIC 14 (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2011): Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - a IFRIC 14 aborda quando as restituições ou reduções em contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com o parágrafo 58 da IAS 19; como os requisitos de financiamento mínimo podem afetar a disponibilidade das reduções em contribuições futuras e quando os requisitos de financiamento mínimo podem originar um passivo. As alterações agora permitem o reconhecimento de um ativo na forma de contribuições de financiamento mínimo pagas antecipadamente.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Patrimônio (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de julho de 2010): A interpretação fornece orientação sobre a contabilização da extinção de um passivo financeiro pela emissão de instrumentos de patrimônio. Especificamente, de acordo com a IFRIC 19, instrumentos de patrimônio emitidos sob tal acordo devem ser mensurados ao seu valor justo e qualquer diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contraprestação paga será reconhecida no resultado.
- Alteração à IFRS 7 - Divulgações de Instrumentos Financeiros para Transferências de Ativos Financeiros (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de julho de 2011): Essa alteração aumenta os requisitos de divulgação para transações envolvendo transferências de ativos financeiros. O objetivo dessas alterações é fornecer maior

transparência sobre exposições a riscos de transações onde um ativo financeiro é transferido, mas o transferente retém algum nível de exposição contínua (referido como "envolvimento contínuo") no ativo. As alterações também requerem divulgação quando as transferências de ativos financeiros não são distribuídas uniformemente em todo o período (por exemplo, quando a transferência ocorre perto da data do balanço). As alterações são aplicáveis a períodos anuais iniciados a partir de 1 de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida. Além disso, as divulgações não são requeridas para quaisquer dos períodos apresentados iniciados antes da data da adoção inicial.

- **Alteração à IAS 12 – Imposto de Renda (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2012):** As alterações fornecem uma exceção ao princípio geral na IAS 12 Imposto de Renda (IAS 12) de que a mensuração de impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos deve refletir as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo.

Especificamente, a alteração fornece uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 para propriedade para investimento mensurada utilizando o modelo de valor justo da IAS 40 Propriedades para Investimento. Para fins de mensurar o imposto diferido, as alterações introduzem um presunção refutável de que o valor contábil desse ativo será totalmente recuperado através da venda. A presunção pode ser refutada se a propriedade para investimento for depreciável e for mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja consumir substancialmente todos os benefícios econômicos ao longo do tempo, ao invés de através da venda. A exceção também se aplica a propriedades para investimento adquiridas em uma combinação de negócios se a adquirente aplicar o modelo de valor justo da IAS 40 após a combinação de negócios. As alterações também incorporam os requisitos da SIC 21 Imposto de Renda - Recuperação de Ativos Reavaliados Não Depreciáveis na IAS 12, ou seja, o imposto diferido originado em um ativo não depreciável mensurado utilizando o modelo de reavaliação da IAS 16 Imobilizado deve ser baseado na taxa de venda.

As seguintes Normas ou Interpretações novas ou revisadas foram emitidas pelo IASB, mas não estão vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. O Grupo ainda não adotou essas Normas ou Interpretações, que foram emitidas mas cuja data de vigência é subsequente à data dessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. A Administração está atualmente analisando os efeitos da adoção dessas novas normas e ainda não quantificou os possíveis impactos que algumas delas poderiam ter nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Classificação e Avaliação (obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2015):** Essa norma substituirá as disposições da IAS 39 sobre a classificação e avaliação de ativos financeiros, entre outras coisas, todos os ativos financeiros reconhecidos dentro do escopo da IAS 39 serão mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Com relação à mensuração de passivos financeiros designados como ao valor justo por meio do resultado, a IFRS 9 requer que o valor da variação no valor justo do passivo financeiro, que é atribuível a variações no risco de crédito desse passivo, seja apresentado em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das variações no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes crie ou aumente um descasamento contábil no resultado.

- **IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013):** Essa norma substituirá a IAS 27 e a SIC 12 atuais, introduzindo apenas um modelo de consolidação baseado no controle, independentemente da natureza da entidade investida. A IFRS 10 altera a definição atual de controle. A nova definição inclui três elementos que devem ser cumpridos: o poder sobre a entidade em que há participação, a exposição, ou direitos, aos resultados variáveis do investimento e a capacidade de exercer seu poder sobre a investida para influenciar os retornos da investida.

- **IFRS 11 – Acordos em Conjunto (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013):** Essa norma substituirá a IAS 31 atual. De acordo com a IFRS 11, acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto ou *joint ventures*, dependendo dos direitos e obrigações das partes do acordo. A opção pela consolidação proporcional

para *joint ventures* é eliminada. A aplicação da IFRS 11 resultará na alteração da classificação e subsequente contabilização dos investimentos do Grupo Cementos Especiales de las Islas, S.A. (CEISA) e Insular de Productos para la Construcción y la Industria, S.A. (INPROCOI), que são classificadas como entidades controladas em conjunto conforme a IAS 31 e foram contabilizadas utilizando o método da consolidação proporcional. De acordo com a IFRS 11, elas serão classificadas como *joint ventures* e contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial, resultando na agregação da parcela proporcional do Grupo nos ativos líquidos dessas empresas e itens do resultado ou de outros resultados abrangentes em uma única rubrica que será apresentada no balanço patrimonial combinado e na demonstração combinada do resultado e de outros resultados abrangentes como "investimento em *joint ventures*" e "resultado da participação em *joint ventures*" respectivamente. Além do investimento na CEISA e na INPROCOI, o Grupo não tem outras participações em entidades controladas em conjunto (Nota 17).

- IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013): Essa norma agrupa os requisitos de divulgação de demonstrações financeiras em relação a participações em outras entidades (dependentes, coligadas, *joint ventures* ou outra participação), incluindo novos requisitos de composição de conta. O objetivo dessa norma é fornecer informações aos usuários de demonstrações financeiras que permitam que eles avaliem as bases sobre as quais o controle é exercido, as possíveis restrições sobre ativos e passivos, a exposição a risco relacionada ao envolvimento com entidades não consolidadas, etc.
- Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, Acordos em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Orientação de Transição (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013): As alterações esclarecem a orientação de transição sobre a aplicação da IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 pela primeira vez.
- IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (revisada em 2011) (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013): Aplicação retrospectiva. A aplicação antecipada é permitida se a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revisada em 2011) forem aplicadas pela primeira vez ao mesmo tempo.
- IAS 28 – Investimentos em Coligadas e *Joint Ventures* (revisada em 2011) (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013): Aplicação retrospectiva. A aplicação antecipada é permitida se a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revisada em 2011) forem aplicadas pela primeira vez ao mesmo tempo.
- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013): Essa norma substituirá a literatura atual sobre o valor justo incluída em diferentes normas contábeis por uma única norma.
- Alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de julho de 2012): As alterações à IAS 1 requerem divulgações adicionais a serem feitas na seção de outros resultados abrangentes, de forma que itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado; e (b) itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado quando condições específicas forem atendidas. O imposto de renda sobre itens de outros resultados abrangentes deve ser alocado na mesma base.
- Alteração à IAS 19 – Benefícios a Empregados (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013): As alterações requerem o reconhecimento de variações nas obrigações de benefício definido e no valor justo dos ativos do plano quando ocorrem e elimina a abordagem de corredor permitida na versão anterior da IAS 19 e acelera o reconhecimento de custos do serviço passado. As alterações requerem que todos os ganhos e perdas atuariais sejam imediatamente reconhecidos através de outros resultados abrangentes, de modo que o ativo ou passivo de pensão líquido reconhecido no balanço patrimonial consolidado reflita o valor total do déficit ou superávit do plano. A aplicação das

alterações à IAS 19 podem ter um impacto nos valores reportados em relação aos planos de benefício definido do Grupo.

- Alteração à IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014). Fornece esclarecimentos sobre a aplicação das regras de compensação e esclarece que uma entidade atualmente tem um direito legal de compensar se esse direito estiver condicionado a um evento futuro e que pode ser exercido tanto no curso normal dos negócios quanto no caso de inadimplência, insolvência ou falência da entidade e de todas as contrapartes.
- Alteração à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013). Contém novos requisitos de divulgação para ativos e passivos financeiros que são compensados no balanço patrimonial ou que estão sujeitos a acordos de liquidação em uma base líquida ou acordos similares.

Nenhum impacto futuro significativo além daqueles descritos nos parágrafos acima, que a adoção de algumas dessas normas poderia ter nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, foi identificado.

Todas as práticas contábeis e bases de mensuração com um efeito relevante nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* de 2012 e 2011 foram aplicadas na sua preparação.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, estão descritas abaixo:

3.1. Base de combinação

a) Controladas

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* incluem as demonstrações financeiras dos Negócios-Alvo da Cimpor controlados pela Companhia a partir de 21 de dezembro de 2012. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de modo a obter benefícios de suas atividades. Isso é refletido em geral, mas não unicamente, pela propriedade direta ou indireta de 50% ou mais dos direitos de voto e esse método de consolidação tem sido seguido para todas as empresas com uma participação acima de 50%.

As operações dos Negócios-Alvo da Cimpor foram combinadas de acordo com os seguintes princípios básicos:

- 1) Na aquisição anterior dos Negócios-Alvo da Cimpor, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada são mensurados ao seu valor justo. Qualquer excedente do custo de aquisição da controlada sobre o valor justo de seus ativos e passivos, em proporção à participação da controladora, é reconhecido como ágio na consolidação. Qualquer deficiência do custo de aquisição abaixo do valor justo dos ativos e passivos é creditado à demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes. A participação dos acionistas não controladores é demonstrada pela proporção da participação dos acionistas não controladores no valor justo dos ativos e passivos identificados.
- 2) A participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e resultados das controladas totalmente combinadas é apresentada na rubrica "Patrimônio Líquido – Participações dos acionistas não controladores" no balanço patrimonial consolidado e na rubrica "Lucro Líquido do Exercício - Atribuível a Participações dos acionistas não controladores".

controladores" na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes, respectivamente.

- 3) As demonstrações financeiras das empresas no exterior com uma moeda funcional diferente do euro são convertidas para euros.
 - a) Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras combinadas.
 - b) Os itens de receitas e despesas da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes são convertidos pelas taxas de câmbio médias estimadas para o ano.
 - c) O patrimônio líquido é convertido pelas taxas de câmbio históricas da data da aquisição ou pelas taxas de câmbio médias no ano em que foi gerado (no caso de lucros acumulados e contribuições feitas), conforme apropriado.

Variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras são reconhecidas na rubrica "Diferenças de conversão" (Nota 24).

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o exercício são incluídos na demonstração combinada do resultado e de outros resultados abrangentes desde a data da aquisição até a data da alienação.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nessa combinação. Quaisquer ganhos na alienação de investidas, realizada dentro do Grupo, também são eliminados.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas, para adequar suas práticas contábeis às práticas contábeis do Grupo. As empresas constituídas para um propósito específico e sobre o qual o Grupo, apesar de não deter uma participação direta, exerce controle efetivo são totalmente combinadas.

b) Entidades controladas em conjunto

Os investimentos em entidades controladas em conjunto foram combinados proporcionalmente, desde a data da aquisição, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, em cujo caso ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5. Utilizando o método de consolidação proporcional, os ativos, passivos, receitas e despesas dessas empresas foram incluídos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, rubrica a rubrica, em proporção ao controle atribuível ao Grupo.

Qualquer excedente do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da entidade controlada em conjunto na data da aquisição é reconhecido como *ágio*. Se a diferença entre o custo e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é negativa, ela é reconhecida como resultado do período.

Transações, saldos e dividendos entre empresas do Grupo são eliminados em proporção ao controle atribuível ao Grupo.

A classificação como um investimento controlado em conjunto é determinada pelos acordos contratuais efetuados na atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto.

c) *Ágio* da consolidação e combinações de negócios

Combinações de negócios anteriores, especificamente a aquisição de controladas, são contabilizadas de acordo com o método de aquisição. Em demonstrações financeiras futuras, a eliminação dos ativos líquidos do investimento das empresas dependentes será baseada, como uma regra geral, no valor resultante da aplicação do método de aquisição descrito acima, na data do controle.

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição, através do qual a data de aquisição é determinada e o custo da combinação é calculado, reconhecendo ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos ao valor justo nessa data.

O ágio ou a diferença negativa resultante da combinação é determinado pela diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e os custos da combinação, na data da aquisição.

Os custos da combinação são determinados pela agregação de:

- 1) Ativos adquiridos, passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos ao valor justo na data da aquisição.
- 2) Qualquer contingência ao seu valor justo que depende de eventos futuros ou do cumprimento de condições pré-determinadas.

Custos referentes à emissão de instrumentos de patrimônio ou à transferência de passivos em troca dos ativos adquiridos não fazem parte dos custos da combinação.

Adicionalmente, honorários pagos a assessores legais e outros profissionais envolvidos na combinação, assim como custos internos relacionados à combinação, não fazem parte da combinação. Esses valores são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Se a combinação de negócios é executada em etapas, de modo que antes da aquisição (data do controle efetivo) havia um investimento, o ágio ou diferença negativa é determinado pela diferença entre:

- O custo da combinação de negócios mais o valor justo de qualquer participação anterior devida pela empresa adquirente na empresa adquirida na data da aquisição; e
- O valor dos ativos identificáveis adquiridos menos o valor dos passivos assumidos, determinado conforme a explicação acima.

Qualquer lucro ou prejuízo resultante da mensuração ao valor justo na data de controle do investimento anteriormente devida na empresa adquirida será contabilizado na conta do resultado. Se o investimento nessa empresa investida tivesse sido anteriormente mensurado ao seu valor justo, os ajustes de avaliação pendentes de inclusão nos resultados do exercício social serão transferidos para a conta do resultado. Por outro lado, considera-se que os custos da combinação de negócios são a melhor referência para estimar o valor justo de qualquer participação anterior na data da aquisição.

O ágio na aquisição de empresas com moedas funcionais diferentes do euro é avaliado na moeda funcional da empresa adquirida, com a conversão para euros pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Porém, e de acordo com a IFRS 1, o Grupo não aplicou a IAS 21 (revisada em 2003) retrospectivamente ao ágio proveniente de combinações de negócios que ocorreram antes da data de transição para a IFRS no Marrocos e na Tunísia, tratando-as como ativos da Companhia em vez de ativos da empresa adquirida. O ágio não é amortizado e é subsequentemente avaliado ao seu custo, menos perdas por *impairment*. As correções da avaliação do *impairment* reconhecidas no ágio não estão sujeitas a reversão em anos subsequentes.

No raro caso de uma diferença negativa decorrente da combinação de negócios, ele será reconhecido na conta do resultado como receita.

Se na data de encerramento do exercício em que ocorreu a combinação os processos de avaliação requeridos para aplicar o método de aquisição anteriormente descrito não puderem ser concluídos, esse registro será considerado como provisório e poderá ser ajustado durante o período de tempo necessário para obter as informações requeridas que, em qualquer caso, não excederá 12 meses. O efeito dos ajustes aplicados nesse período será reconhecido retrospectivamente, modificando as informações comparativas se necessário.

Variações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são ajustadas contra o resultado, a menos que essa contraprestação tenha sido classificada como ativos líquidos, em cujo caso variações subsequentes em seu valor justo serão reconhecidas.

Quando o custo é menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença é reconhecida como um ganho na demonstração do resultado do período em que ocorreu a aquisição.

d) Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma empresa sobre a qual o Grupo exerce influência significativa através de sua participação nas decisões relacionadas à administração, mas não controle ou controle conjunto. Geralmente o Grupo detém uma participação (direta ou indireta) equivalente a 20% ou mais dos direitos de voto da investida.

Os investimentos em coligadas (Nota 16) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando eles são classificados como disponíveis para venda, em cujo caso a participação é inicialmente reconhecida ao custo de aquisição, mais ou menos a diferença entre esse custo e o valor proporcional da participação do Grupo nessas empresas, mensurado na data de aquisição ou na aplicação pela primeira vez do método acima.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados periodicamente para refletir o valor da participação nos resultados das coligadas com um débito ou crédito, conforme apropriado, a ganhos ou perdas em investimentos nessas coligadas; outras variações em sua participação (com uma contrapartida em reservas não restritas); e perdas por *impairment*.

Quaisquer perdas em coligadas além do investimento feito nelas não são reconhecidas, a menos que o Grupo tenha assumido compromissos com a coligada em questão.

Além disso, os dividendos recebidos dessas empresas são reconhecidos como uma redução no valor dos investimentos.

Em transações com coligadas, o resultado oriundo da mesma é reconhecido no resultado do exercício e outros resultados abrangentes das demonstrações financeiras combinadas carve-out na extensão da participação, em tal coligada, não pertencente ao Grupo.

Diferenças entre o custo de investimentos em coligadas do Grupo e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da empresa na data da aquisição, se positivas, são mantidas na rubrica Investimentos em coligadas.

Qualquer excedente do custo de aquisição sobre a parcela do Grupo no valor justo líquido dos ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma coligada reconhecido na data da aquisição é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Os requisitos da IAS 39 são aplicados para determinar se é necessário reconhecer qualquer perda por *impairment* em relação ao investimento do Grupo em uma coligada. Quando necessário, todo o valor contábil do investimento (inclusive o ágio) é testado para fins de *impairment* de acordo com a IAS 36 *Impairment de Ativos* como um único ativo, comparando o seu valor recuperável (maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda) com o seu valor contábil. Qualquer perda por *impairment* reconhecida faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por *impairment* é reconhecida de acordo com a IAS 36, desde que o valor recuperável do investimento aumente subsequentemente.

Na alienação de uma coligada que resulta na perda de influência significativa dessa coligada pelo Grupo, qualquer investimento retido é mensurado ao valor justo nessa data e o valor justo é considerado como o seu valor justo no reconhecimento inicial como um ativo financeiro de acordo com a IAS 39. A diferença entre o valor contábil anterior da coligada atribuível à participação retida e seu valor justo é incluída na determinação do ganho ou perda na alienação da coligada. Além disso, o Grupo contabiliza todos os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes em relação a essa coligada na mesma base que seria requerida se essa coligada tivesse alienado diretamente os respectivos ativos ou passivos. Portanto, se um ganho ou perda

anteriormente reconhecido em outros resultados abrangentes por essa coligada for reclassificado para o resultado na alienação dos respectivos ativos ou passivos, o Grupo reclassifica o ganho ou perda do patrimônio líquido para o resultado (como um ajuste de reclassificação) quando ele perde influência significativa sobre essa coligada.

Quando uma entidade do grupo transaciona com a sua coligada, os resultados das transações com a coligada são reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo apenas na proporção das participações na coligada que não estão relacionadas ao Grupo.

3.2. Outros ativos Intangíveis

a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são reconhecidos ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por *impairment* acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são reconhecidos ao custo, deduzido das perdas por *impairment* acumuladas.

b) Ativos intangíveis gerados internamente

Ativos intangíveis, que compreendem basicamente os custos incorridos em projetos específicos com valor econômico futuro, são reconhecidos ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por *impairment*, se houver.

Os gastos internos referentes à manutenção e desenvolvimento de software são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado quando incorridos, exceto quando esses gastos forem diretamente relacionados a projetos que provavelmente gerarão benefícios econômicos futuros para o Grupo. Nesses casos, esses gastos são capitalizados como ativos Intangíveis.

A amortização desses ativos é reconhecida pelo método linear desde a data em que os ativos começam a ser usados, com base na sua vida útil estimada.

Ativos Intangíveis que provavelmente gerarão benefícios econômicos futuros por um período ilimitado são conhecidos como ativos Intangíveis com vida útil indefinida. Esses ativos não são amortizados, mas são submetidos a testes periódicos de *impairment*.

c) Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente reconhecidos ao seu valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, da mesma forma que ativos Intangíveis adquiridos separadamente.

d) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou alienação é esperado. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo Intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.3. Imobilizado

O imobilizado usado na produção e na prestação de serviços ou para fins administrativos é reconhecido ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas atribuíveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por *impairment* acumuladas. Além disso, alguns dos ativos relacionados às operações de cimentos em 1 de janeiro de 2004 foram reavaliados, conforme permitido pelas disposições de transição da IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRSs, com o valor resultante sendo considerado como o custo atribuído. No caso de certos terrenos, obrigações futuras relacionadas à restauração ambiental são reconhecidas como custos, com uma contrapartida na rubrica "Provisões".

A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos ativos, exceto quando outro método demonstra ser mais adequado com base no seu uso, a partir da data em que os ativos se tornam disponíveis para seu uso pretendido, com base nas suas vidas úteis estimadas.

	Vida Útil (em Anos)
Prédios e outras estruturas	10 – 50
Fábrica e máquinas	7 – 30
Equipamentos de transporte	4 – 8
Ferramentas manuais e ferramentas de máquinas	2 – 8
Móveis e utensílios	2 – 14
Outros itens do Imobilizado	2 – 10

O terreno usado para pedreiras é depreciado ao longo do seu período estimado de operação, menos o seu valor residual, quando aplicável.

O valor depreciável do imobilizado, particularmente em relação ao terreno usado para pedreiras, não inclui o valor residual estimado dos ativos no final de suas respectivas vidas úteis. Além disso, a depreciação cessa quando os ativos são classificados como mantidos para venda.

Substituições ou renovações de itens completos e custos de expansão, modernização ou melhorias que resultam em uma extensão da vida útil dos ativos ou em um aumento na sua produtividade ou capacidade econômica são reconhecidos como adições ao imobilizado e os itens substituídos ou renovados são baixados.

Despesas com manutenção periódica, preservação e reparo são reconhecidas na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes em regime de competência, conforme incorridas.

O imobilizado em andamento, que representa ativos ainda na fase de construção/montagem, é reconhecido ao custo de aquisição ou produção, menos quaisquer possíveis perdas por *impairment*. A depreciação desses ativos começa quando eles estão prontos para o uso pretendido.

O ganho ou perda na alienação ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido na demonstração do resultado.

O trabalho realizado pelo Grupo para o seu imobilizado reflete o custo acumulado adicionado aos custos externos, custos internos determinados com base no consumo de materiais de seus depósitos e custos de fabricação aplicados como taxas horárias de absorção similares àqueles utilizados para a avaliação de estoques. Os valores capitalizados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram 356 mil euros e 950 mil euros, respectivamente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um item do imobilizado qualificável são incluídos no preço de compra ou no custo de produção, conforme descrito na Nota Note 3.6.

3.4. *Impairment* do Imobilizado e Intangível, exceto ágio

Em cada data de balanço, os valores contábeis dos ativos tangíveis e Intangíveis são revisados para determinar se há alguma evidência de que esses ativos sofreram uma perda por *impairment*. Se houver essa evidência, o valor recuperável do ativo é estimado para mensurar o montante dessa perda por *impairment* (se houver). Quando o ativo em si não gera fluxos de caixa que são independentes de outros ativos, o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence é estimado. Para fins de teste do *impairment*, a Administração considera cada país onde o Grupo opera como uma unidade geradora de caixa separada.

O valor recuperável é o maior entre o valor justo do ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuro estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os seguintes elementos deverão ser refletidos no cálculo do valor em uso.

- a) Uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo.
- b) Expectativas sobre possíveis variações no valor e na época desses fluxos de caixa futuros;
- c) O valor do dinheiro no tempo, representado pela taxa atual de juros de mercado livre de risco.
- d) O preço para arcar com a Incerteza inerente no ativo; e
- e) Outros fatores, tais como liquidez, que os participantes do mercado refletiriam na estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo.

A estimativa do valor em uso de um ativo envolve as seguintes etapas:

- a) Estimativa das entradas e saídas futuras de caixa resultantes do uso contínuo do ativo e de sua alienação; e
- b) Aplicação da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) é estimado como sendo menor do que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida como uma despesa imediatamente, a menos que o respectivo ativo seja reconhecido a um valor reavaliado, em cujo caso a perda por *impairment* é tratada como uma redução da reavaliação.

Quando uma perda por *impairment* é subsequentemente revertida, ocorre um aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que esse valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por *impairment* é reconhecida imediatamente no resultado, a menos que o respectivo ativo seja reconhecido a um valor reavaliado, em cujo caso a reversão da perda por *impairment* é tratada como um aumento do saldo de reavaliação.

3.5. *Impairment* do ágio

O ágio é testado para fins de *impairment* anualmente em 31 de dezembro e mais frequentemente quando circunstâncias indicam *impairment* do valor contábil. O *impairment* do ágio é determinado avaliando o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa (UGC) ou grupo de UGCs ao qual o ágio está relacionado. Quando o valor recuperável da UGC é menor do que o seu valor contábil, uma perda por *impairment* é reconhecida. As perdas por *impairment* referentes ao ágio são reconhecidas na demonstração do resultado e não podem ser revertidas em períodos futuros. O

valor recuperável é o maior entre o valor justo da UGC menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuro estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Ao determinar o valor justo menos custos de venda, transações recentes de mercado são levadas em consideração. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é utilizado.

O Grupo baseia o seu cálculo de *Impairment* em orçamentos e cálculos detalhados, que são preparados separadamente para cada uma das UGCs do Grupo ao qual os ativos individuais são alocados. Esses orçamentos e cálculos geralmente cobrem um período de 10 anos.

3.6. Arrendamentos

Arrendamentos são definidos como: (i) arrendamentos financeiros, se os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem; e (ii) arrendamentos operacionais, se os termos do contrato de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem.

A classificação de arrendamentos como financeiros ou operacionais depende da essência da transação e não dos termos estipulados no contrato.

O imobilizado mantido sob arrendamentos financeiros, e a respectiva dívida, é reconhecido em proporção ao tempo. Consequentemente, o custo do ativo é reconhecido como um item do imobilizado (um valor igual ao menor entre o valor justo do ativo arrendado ou o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento), a respectiva dívida é reconhecida como um passivo e os juros incluídos no valor das parcelas do arrendamento pagas e encargo de depreciação para o ativo calculado, conforme descrito acima, reconhecidos como uma despesa na respectiva demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes.

Em arrendamentos operacionais, os pagamentos do arrendamento são reconhecidos como uma despesa na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes, linearmente (pagamentos constantes) ao longo do prazo do contrato.

3.7. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

Transações em moedas diferentes do euro são reconhecidas pelas taxas de câmbio vigentes na data da transação. A cada data de balanço, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para euros pelas taxas vigentes na data do balanço. Ativos e passivos não monetários reconhecidos pelo valor justo e denominados em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio vigentes na data em que o valor justo foi determinado.

Ganhos ou perdas cambiais decorrentes de diferenças entre as taxas de câmbio vigentes na data da transação e aquelas vigentes na data do recebimento/pagamento ou na data do balanço são reconhecidos como receitas ou despesas na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes do exercício, exceto aqueles relacionados a ativos não monetários cujas variações no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido e que incluem em particular as variações cambiais decorrentes de transações financeiras contratadas para proteger o risco da taxa de câmbio de fluxos de caixa referentes a empréstimos denominados em moeda estrangeira, desde que essas transações atendam aos critérios de efetividade da IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (IAS 39).

3.8. Custos de empréstimos

Custos incorridos diretamente para financiar a aquisição, construção ou produção de ativos que levam necessariamente um período de tempo substancial pra ficarem prontos para seu uso ou venda pretendida (ativos qualificáveis) são capitalizados como parte do custo dos ativos durante esse período.

Na medida em que os empréstimos com taxas de juros variáveis, atribuíveis ao financiamento para a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, estão sendo cobertos através de um *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do valor justo do instrumento financeiro derivativo é reconhecida em "Reservas" e transferida para o resultado quando o ativo qualificável tem um impacto no resultado.

Além disso, na medida em que os empréstimos com taxas de juros fixas usados para financiar um ativo qualificável são cobertos por um *hedge* de valor justo, as despesas financeiras em adição ao custo do ativo devem refletir a taxa de juros coberta.

Os juros recebidos dos recursos obtidos com empréstimos para financiar gastos específicos de capital são deduzidos dos gastos de capital sujeitos a capitalização.

3.9. Subvenções

Subvenções são reconhecidas ao valor justo se houver segurança razoável de que elas serão recebidas e que as condições inerentes à concessão serão cumpridas.

Subvenções relacionadas a recargas, particularmente aquelas para treinamento do staff, são reconhecidas no resultado no exercício em que elas são compatíveis com os respectivos custos incorridos.

Subvenções não restituíveis referentes à compra de ativos não circulantes são reconhecidas na rubrica "Outros passivos não circulantes" e são creditadas ao resultado linearmente, em proporção à depreciação dos ativos financiados por elas, compensando assim a respectiva despesa de depreciação.

3.10. Estoques

Produtos para revenda, matérias-primas e materiais de consumo são reconhecidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Produtos em elaboração e produtos acabados são mensurados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas utilizadas, mão de obra e despesas diretas de produção.

Se o preço de venda estimado é menor do que o custo de aquisição ou produção, o valor dos estoques é reduzido. A redução é subsequentemente revertida quando as razões que deram origem a ela deixarem de existir.

3.11. Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes e grupos de alienação são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil for recuperado principalmente através da venda e não do uso contínuo. Essa condição é considerada como atendida apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração precisa estar comprometida com a venda, que deve se qualificar para reconhecimento como uma venda concluída dentro de um ano da data da classificação.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda envolvendo a perda de controle de uma controlada, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda quando os critérios descritos acima são atendidos, independentemente de se o Grupo irá reter uma participação não-controladora em sua antiga controlada após a venda.

Ativos não circulantes (e grupos de alienação) classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil anterior e seu valor justo menos custos para vender.

As receitas e despesas provenientes de ativos não circulantes e grupos de alienação mantidos para venda que não atendem aos requisitos para serem classificados como operações descontinuadas são incluídas na respectiva demonstração do resultado de acordo com a sua natureza. Quando os requisitos da IFRS 5 são cumpridos, as entidades devem divulgar um único valor na demonstração do resultado e na demonstração de outros resultados abrangentes para operações descontinuadas, com uma análise nas notas explicativas ou em uma seção da demonstração do resultado separada das operações contínuas.

3.12. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, a saída de recursos para liquidar a obrigação é provável e o valor pode ser estimado com segurança. As provisões são revisadas na data de cada balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa nessa data (Nota 27).

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial e em na nota explicativa, os passivos contingentes cuja probabilidade de perda é possível são divulgados em nota explicativa, os demais passivos contingentes cuja probabilidade de perda é remota não são reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras.

a) Provisões para reestruturação

Provisões para custo de reestruturação são reconhecidas se houver um plano formal e detalhado para a reestruturação, que tenha sido comunicado às partes afetadas.

b) Restauração ambiental

De acordo com a legislação atual e a prática padrão em várias áreas da empresa, o terreno usado para operações de pedreira está sujeito a restauração ambiental.

Nesse contexto, provisões são constituídas para cobrir os gastos estimados para a restauração ambiental das áreas em questão. Essas provisões são reconhecidas simultaneamente a um aumento no valor do respectivo ativo, com base nas informações obtidas em estudos de recuperação paisagística.

Além disso, como o terreno anteriormente ocupado pelas pedreiras é restaurado, o respectivo passivo é baixado.

3.13. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que cria um ativo financeiro em uma entidade e, simultaneamente, um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio em outra entidade.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) são acrescentados ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme apropriado, no reconhecimento inicial. Custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.14. Ativos financeiros

a) Empréstimos e recebíveis

Os recebíveis são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao seu respectivo custo amortizado, com base na taxa de juros efetiva. Quando há evidência de perda por *impairment*, o respectivo ajuste é reconhecido na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes. O ajuste é feito para a diferença entre o valor contábil dos recebíveis e o valor presente dos fluxos de caixa descontados à taxa de juros efetiva.

b) Outros ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos na data em que substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são transferidos, independentemente da data de liquidação.

Ativos financeiros são inicialmente mensurados ao custo de aquisição, que é igual ao valor justo da contraprestação paga, incluindo custos de transação (exceto ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes).

Esses ativos são classificados como:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros com vencimento fixo que o Grupo tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Eles são classificados como ativos não circulantes, exceto se vencerem em menos de 12 meses da data do balanço. Esses ativos são reconhecidos ao custo capitalizado, usando a taxa de juros efetiva, líquido das amortizações do principal e juros recebidos. As perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado quando o valor contábil do ativo excede o valor estimado dos fluxos de caixa descontados à taxa de juros efetiva determinada na data do reconhecimento inicial. As perdas por *impairment* somente podem ser revertidas em períodos subsequentes quando o aumento no valor recuperável do ativo está diretamente relacionado a eventos que ocorram após a data do reconhecimento da perda, com o valor limite para o custo amortizado se a perda não tivesse sido reconhecida.

Os ativos designados como ao valor justo por meio do resultado são classificados como ativos financeiros circulantes. Após o reconhecimento inicial, esses ativos e os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo, que corresponde ao valor de mercado na data do balanço, com a dedução dos custos da transação que podem ser incorridos na sua venda. Instrumentos de patrimônio próprios não listados em mercados regulados, e cujo valor justo não pode ser estimado com segurança, são reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de quaisquer perdas por *impairment*.

Ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos ao valor justo, sem a dedução dos custos de venda, e são classificados como ativos não circulantes. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos financeiros são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que o investimento seja alienado, ocasião em que a perda ou ganho acumulado é reconhecido na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes. Aqueles que não são listados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado com segurança são mantidos ao custo, ajustados para perdas estimadas por *impairment*.

c) Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro somente é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando ele transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade a outra entidade. Se o grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continua a controlar o ativo transferido, o grupo reconhece a sua participação relida nos ativos e um passivo associado para os valores que ele pode precisar pagar. Se o grupo retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo financeiro transferido, o grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece também um empréstimo com garantia para os recursos recebidos.

3.15. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa e depósitos de curto prazo com vencimento de menos de 3 meses.

Para fins da demonstração combinada dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos de curto prazo, conforme definido acima, líquidos de conta garantida em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nos montantes de 5.757 mil euros e 46.301 mil euros, respectivamente (Notas 28 e 40).

3.16. Impairment e ajustes de ativos financeiros

A cada data de balanço, evidências de *impairment* de um ativo financeiro ou um grupo de ativo financeiros são avaliadas.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no valor justo do instrumento abaixo do seu custo é considerado como uma evidência de *impairment*. Se houver essa evidência em ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor justo presente, deduzido de qualquer perda por *impairment* já reconhecida no resultado – é transferida do patrimônio líquido para o resultado. *Impairments* referentes a investimentos em instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado e não são revertidos através do resultado do período, afetando diretamente outros resultados reconhecidos no patrimônio líquido.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

Provisões para perdas por *impairment* são reconhecidas sempre que há evidências claras de que as empresas não conseguirão receber todos os valores, de acordo com os termos estabelecidos nos acordos contratuais. Vários indicadores são utilizados para identificar essas perdas, tais como:

- vencimentos das contas a receber
- dificuldades financeiras do devedor
- probabilidade de falência do devedor

As provisões são mensuradas pela diferença entre o valor recuperável e o valor contábil do ativo financeiro e reconhecidas como uma despesa na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes. O valor contábil desses ativos é reduzido ao valor recuperável através do reconhecimento de um *impairment*. Sempre que um certo valor é considerado incobrável, ele é removido através do uso da respectiva conta de *impairment*. A recuperação subsequente desses valores é reconhecida na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes.

3.17. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

a) Classificação como passivo financeiro ou instrumento de patrimônio

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio emitidos são classificados com base na sua natureza contratual, independentemente de sua forma legal.

b) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos ativos do grupo após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio são reconhecidos aos valores recebidos, líquido de custos diretos de emissão.

c) Empréstimos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo ao valor nominal dos recursos recebidos, líquido dos respectivos custos de emissão, que corresponde ao seu respectivo valor justo nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado e as respectivas obrigações financeiras são calculadas utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto no caso de:

- Empréstimos que fazem parte de um item classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidos ao seu respectivo valor justo na rubrica atribuível ao risco protegido. Variações no valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes do exercício e são compensadas pela variação no valor justo do instrumento de *hedge*, em relação à parcela efetiva.
- Empréstimos designados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

d) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são inicialmente reconhecidas ao valor justo e subsequentemente mensuradas ao seu custo amortizado, com base na taxa de juros efetiva. Quando o efeito da atualização financeira não é significativo, elas são mantidas ao seu valor nominal.

e) Baixa de passivos financeiros

O grupo baixa passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do grupo são extintas ou canceladas ou quando expiram.

3.18. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger a exposição a riscos financeiros, que pode surgir principalmente como resultado de variações nas taxas de juros e de câmbio.

Instrumentos financeiros derivativos não são usados para fins especulativos.

O uso de instrumentos financeiros é regido pelas políticas definidas e aprovadas pela Diretoria.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao seu respectivo valor justo. O método de reconhecimento utilizado depende da natureza e do objetivo do seu acordo.

3.19. Contabilização de *hedge*

O grupo designa certos instrumentos de *hedge* como *hedges* de valor justo ou *hedges* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, a entidade documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item coberto, junto com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia para realizar várias transações de *hedge*. Além disso, no início do *hedge* e em base contínua, o grupo documenta se o instrumento de *hedge* que é usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação de variações nos valores justos ou fluxos de caixa do item protegido.

a) *Hedge* de valor justo

As variações no valor justo de derivativos que são designados e se qualificam como *hedges* de valor justo são imediatamente reconhecidas no resultado, junto com quaisquer variações no valor justo do item protegido que é atribuível ao risco protegido. A variação no valor justo do instrumento de *hedge* e a variação no item protegido atribuível ao risco protegido são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado abrangente referente ao item protegido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando o grupo revoga a designação de *hedge*, o instrumento de *hedge* expira ou é vendido, encerrado, exercido ou não se qualifica mais para contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor contábil do item protegido decorrente do risco protegido é reconhecido no resultado a partir dessa data.

b) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela efetiva de variações no valor justo de derivativos que são designados e se qualificam como *hedges* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda referente à parcela inefetiva é reconhecido imediatamente no resultado como parte de outros ganhos e perdas.

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado nos períodos em que o item protegido é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado que o item protegido foi reconhecido. Porém, quando a transação prevista protegida resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro ou um passivo não financeiro, os ganhos e perdas anteriormente acumulados no patrimônio líquido são transferidos do patrimônio líquido e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo ou passivo.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando o grupo revoga a designação de *hedge*, o instrumento de *hedge* expira ou é vendido, encerrado, exercido ou não se qualifica mais para contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas acumulados no patrimônio líquido nessa época permanecem no patrimônio líquido e quando a transação prevista é reconhecida no resultado, esses ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado ou transferidos do patrimônio líquido e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo ou passivo, conforme descrito acima. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, o ganho ou perda que estava acumulado no patrimônio líquido é imediatamente reconhecido no resultado.

c) Instrumentos mantidos para negociação

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos que, estruturados para fins de *hedge* de acordo com a política de gestão de riscos acima, não atendem aos requisitos estabelecidos na IAS 39 para contabilização de *hedge*, são reconhecidas no resultado no ano em que surgem.

3.20. Planos de aposentadoria

As obrigações provenientes de pagamento de planos de aposentadoria e pensão por invalidez e assistência médica pós-emprego são reconhecidas de acordo com a IAS 19, Benefícios a Empregados.

Planos de benefício definido

As despesas são reconhecidas quando os serviços são prestados aos funcionários beneficiários.

Na data do balanço, estudos atuariais realizados por atuários independentes são obtidos para determinar o valor das obrigações nessa data e o custo a ser reconhecido no exercício, de acordo com o método da "unidade de serviço". As obrigações assim estimadas são comparadas com os valores justos dos planos de pensão, para determinar o valor das diferenças a serem reconhecidas no balanço patrimonial.

Custos de plano de pensão são reconhecidos na rubrica "Custos de Pessoal", conforme estabelecido na IAS 19, com base nos valores determinados pelos estudos atuariais. Eles incluem custo do serviço corrente (aumento das obrigações), que está relacionado aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados durante o ano, e custo dos juros, que é o aumento no valor presente das obrigações anteriores. Os valores acima são reduzidos pelo valor referente ao retorno esperado nos ativos do plano. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos diretamente em reservas.

Custos do serviço passado são reconhecidos imediatamente, na medida em que os benefícios associados tenham sido avaliados, ou são reconhecidos linearmente ao longo do período durante o qual se estima que eles sejam obtidos.

Planos de contribuição definida

Pagamentos a planos de benefício de contribuição definida são reconhecidos como uma despesa quando os empregados prestaram serviços que dão direito às contribuições.

3.21. Outros benefícios sociais

Certas empresas concedem a seus empregados serviços de assistência médica, que também são extensivos aos familiares, aposentados e aposentados antecipadamente, além daqueles previstos pelo sistema de seguridade social. As obrigações referentes a esse benefício são reconhecidas como indicado acima para planos de benefício definido, na rubrica "Custos de Staff – Planos de pensão", exceto ganhos ou perdas atuariais que são transferidos para reservas.

Como no caso de planos de pensão, na data do balanço estudos atuariais realizados por atuários independentes são obtidos para determinar o valor das obrigações nessa data. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente em reservas.

3.22. Ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando há obrigações legais ou não formalizadas como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar as obrigações e os valores podem ser estimados com segurança.

As provisões são reconhecidas com base no valor presente da melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação, levando em consideração as informações disponíveis. O Grupo avalia regularmente os possíveis desfechos e os valores e registros que quaisquer ajustes podem causar.

Obrigações que não são reconhecidas como provisões porque não é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação ou quando o valor da obrigação não puder ser mensurado com segurança suficiente. Essas obrigações são reconhecidas como passivos contingentes.

Quando se espera que alguns dos ou todos os benefícios econômicos necessários para liquidar uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como um ativo se for praticamente certo que o reembolso seja recebido e quando o valor do recebível puder ser mensurado com segurança.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, mas são divulgados quando uma entrada de benefícios econômicos é provável.

3.23. Reconhecimento de receitas e despesas

A receita é reconhecida quando é provável que benefícios econômicos fluam para o Grupo e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, independentemente de quando o pagamento é feito. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, levando em consideração prazos de pagamento definidos contratualmente e excluindo impostos. A receita é deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e outras deduções similares.

Os critérios de reconhecimento específicos descritos abaixo também devem ser atendidos antes que a receita seja reconhecida:

a) Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade dos produtos é transferida e quando todas as seguintes condições são atendidas:

- a Companhia transferiu ao comprador todos os riscos significativos e benefícios relacionados à propriedade dos produtos;

- a Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre esses produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados de forma confiável.

As receitas das vendas do Grupo são provenientes principalmente da venda de cimento, concreto, agregados e argamassa, produzidos em fábricas localizadas em diferentes países, geralmente vendidos e entregues no mercado local e exportados excepcionalmente.

b) Serviços prestados

A receita proveniente de contratos de prestação de serviços é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão. O estágio de conclusão do contrato é determinado através do cumprimento das condições acordadas com os clientes. Os serviços prestados consistem principalmente de frete de transporte.

c) Outras receitas operacionais

Outras receitas operacionais referem-se principalmente a receitas provenientes de subsídios governamentais e venda de ativos. A receita é reconhecida levando em consideração termos definidos contratualmente. Subvenções governamentais referentes à compra de imobilizado são reconhecidas como outros passivos não circulantes e reconhecidas no resultado ao longo da vida do ativo na forma de outras receitas operacionais. Subvenções recebidas como reembolso de despesas são reconhecidas na demonstração do resultado no mesmo período em que houver o direito a receber a concessão. Essas subvenções são reconhecidas em outras receitas operacionais.

d) Receita de dividendos e de juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional, considerando o montante do principal em aberto e a taxa de juros aplicável.

3.24. Imposto de renda

A despesa ou receita de imposto de renda é incluída na seção referente à despesa ou receita de imposto corrente e na seção referente à despesa ou receita de imposto diferido.

a) Imposto corrente

Imposto corrente é o valor que a companhia desembolsa como consequência das liquidações do imposto de renda de um exercício fiscal. As deduções e outras vantagens tributárias, excluindo as retenções e pagamentos, assim como o prejuízo fiscal que pode ser compensado para exercícios fiscais anteriores e aplicado efetivamente neste, reduzem o valor do imposto corrente.

b) Imposto diferido

A despesa ou receita de imposto diferido refere-se ao reconhecimento e cancelamento dos impostos diferidos ativos e passivos. Isso inclui as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas bases fiscais, assim como a compensação das bases negativas de impostos e créditos para deduções fiscais não aplicadas para fins fiscais. Esses valores são reconhecidos aplicando-se o tipo esperado de ônus à diferença temporária ou crédito correspondente.

Todas as diferenças temporárias tributáveis são reconhecidas como impostos diferidos passivos, exceto aquelas provenientes do reconhecimento inicial do ágio e outros ativos e passivos em uma operação que não afeta o resultado tributável nem o resultado contábil e que não é uma combinação de negócios.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas se a empresa considera que irá gerar lucros tributáveis futuros que possam ser utilizados.

Além disso, no nível combinado, as diferenças existentes entre o valor combinado de uma investida e sua base fiscal também são consideradas. Em geral essas diferenças são provenientes de lucros gerados desde a data da aquisição da controlada, deduções fiscais associadas ao investimento e da conversão da diferença no caso de controladas com moedas funcionais diferentes do euro. Com relação a impostos diferidos ativos e passivos reconhecidos provenientes dessas diferenças, exceto no caso de diferenças tributáveis, o investidor pode controlar a época da reversão da diferença. No caso de diferenças dedutíveis, ativos diferidos são reconhecidos apenas quando se espera que a diferença seja revertida em futuro previsível e se for provável que lucros tributários futuros suficientes estarão disponíveis.

Impostos diferidos ativos e passivos, gerados nas operações com débitos ou pagamento diretos nas contas do patrimônio líquido, são reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em cada data de balanço, impostos diferidos ativos são revisados e os ajustes apropriados são efetuados quando há dúvida sobre a sua futura recuperação. Além disso, na data do balanço, impostos diferidos passivos não reconhecidos no balanço patrimonial são reconhecidos se eles puderem ser recuperados com benefícios fiscais futuros.

3.25. Licenças de emissão de CO2 – Mercado de emissões

Algumas das unidades de produção na Espanha estão incluídas no mercado europeu de emissão de gases com efeito estufa. As licenças de emissão são reconhecidas como descrito abaixo:

- Licenças de emissão concedidas sem nenhum custo, e emissões associadas a essas licenças, não são reconhecidas como ativos ou passivos.
- Ganhos na venda de licenças de emissão são reconhecidos como "Outras receitas operacionais".
- Quando se considera que as emissões de CO2 excederão as permissões concedidas anualmente, um passivo é reconhecido em contrapartida a outras despesas operacionais. Esse passivo é mensurado com base no preço da licença de emissão de CO2 no final do exercício.
- Licenças adquiridas são reconhecidas ao custo em um conta específica do intangível, "Propriedade industrial e outros direitos", e são amortizadas conforme a sua utilização.

Em 2012 e 2011, as emissões totais das instalações na Espanha não excederam a licença concedida pelo governo espanhol.

3.26. Verbas rescisórias

De acordo com a legislação aplicável, o Grupo é obrigado a pagar verbas rescisórias a empregados demitidos, sob certas circunstâncias, e uma expectativa válida contra terceiros é criada sobre esse pagamento. Portanto, as verbas rescisórias sujeitas a quantificação razoável são reconhecidas como despesa do exercício em que a decisão de demissão foi tomada.

4. EMPRESAS INCLUIDAS NO ESCOPO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS CARVE-OUT

4.1. Empresas totalmente combinadas

As empresas totalmente combinadas nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* incluem as seguintes controladas em que a maioria dos direitos de voto ou controle efetivo apropriado é delido:

ABREVIACÃO	EMPRESA	PERCENTUAL DE CONTROLE EFETIVO (Direto e Indireto)	
		31/12/2012	31/12/2011
ESPAÑA			
CORPORACIÓN NOROESTE	CORPORACIÓN NOROESTE, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,55	99,54
S.C.M.C. ANDALUCÍA	SOCIEDAD DE CEMENTOS Y MATERIALES DE CONSTRUCCIÓN DE ANDALUCÍA, S.A. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,55	99,54
CEMENTOS ANDALUCÍA	CEMENTOS DE ANDALUCÍA, S.L. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,55	99,54
MORTEROS GALICIA	MORTEROS DE GALICIA, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,55	99,54
CEMENTOS COSMOS	CEMENTOS COSMOS, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,32	99,31
CIMFOR HORMIGÓN ESPAÑA	CIMFOR HORMIGÓN ESPAÑA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	99,53	99,52

ABREVIÇÃO	EMPRESA	PERCENTUAL DE CONTROLE EFETIVO (Direto e Indireto)	
		31/12/2012	31/12/2011
ESPAÑA			
CANTERAS PREBETONG	CANTERAS PREBETONG, S.L. Brasil, 56 36 204 Vigo	98,42	98,42
PREBETONG LUGO	PREBETONG LUGO, S.A. Av. Benigno Rivera s/n - Políg. Ind. del Ceao 27 003 Lugo	82,50	82,49
P.LUGO DE HORMIGONES	PREBETONG LUGO DE HORMIGONES, S.A. Brasil, 56 36204 Vigo	82,50	82,49
MATERIALES ATLÁNTICO	MATERIALES DEL ATLÁNTICO, S.A. Polígono Industrial Lagoas – Carretera Cedeira Km. 1,5 15 570 Narón (La Coruña)	99,32	99,31
HORMIGONES LA BARCA	HORMIGONES Y ÁRIDOS LA BARCA, S.A. Calle Benito Corbal nº 38 2º-A 36 001 Pontevedra	49,78 ⁽¹⁾	49,77 ⁽¹⁾
ARICOSA	ÁRIDOS DE LA CORUÑA, S.A. Candame 15 142 Arteixo La Coruña	49,21 ⁽¹⁾	40,21 ⁽¹⁾
CANPESA	CANTEIRA DO PENEDO, S.A. Reina, 1 – 3º 27 001 Lugo	41,23 ⁽¹⁾	41,23 ⁽¹⁾
CIMPOR CANARIAS	CIMPOR CANARIAS, S.L. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	99,55	99,54
TEIDE HORMIGONES	TEIDE HORMIGONES, S.L. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	99,55	99,54

(1) Embora a participação devida nessas empresas seja menor ou igual a 50%, elas são consideradas controladas porque o Grupo exerce controle sobre as entidades, direta ou indiretamente, através de contratos ou acordos com acionistas.

ABREVIÇÃO	EMPRESA	PERCENTUAL DE CONTROLE EFETIVO (Direto e Indireto)	
		31/12/2012	31/12/2011
ESPAÑA		31/12/2012	31/12/2011
OCCIDENTAL DE ÁRIDOS	OCCIDENTAL DE ÁRIDOS, S.L. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	99,55	99,54
DS UNIÓN	DS UNIÓN, S.L. Calle Goya, 1 18002 – Granada	89,80	89,59
CIMPOR SAGESA	CIMPOR SAGESA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00	100,00
MARROCOS		31/12/2012	31/12/2011
ASMENT DE TEMARA	ASMENT DE TEMARA, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	62,62	62,62
BETOCIM	BETOCIM, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	62,62	62,62
ASMENT DU CENTRE	ASMENT DU CENTRE, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00	100,00
GRABEMA	GRABEMA, S.A. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00	100,00
GRABEMARO	GRABEMARO, S.A.R.L. Ain Attig – Route de Casablanca Témara	100,00	-
TUNÍSIA		31/12/2012	31/12/2011
G.J.O.	SOCIÉTÉ DES CEMENTS DE JBEL OUST 9, Rue de Touraine, Cité Jardins 1082 Tunis – Belvédère	100,00	100,00
B.J.O.	SOCIÉTÉ BETON JBEL OUST 9, Rue de Touraine, Cité Jardins 1082 Tunis – Belvédère	100,00	100,00
G.J.O.	SOCIÉTÉ GRANULATS JBEL OUST 9, Rue de Touraine, Cité Jardins 1082 Tunis – Belvédère	100,00	100,00

OK

ABREVIÇÃO	EMPRESA	PERCENTUAL DE CONTROLE EFETIVO (Direto e indireto)	
		31/12/2012	31/12/2011
PERU		31/12/2012	31/12/2011
CEMENTOS OTORONGO	CEMENTOS OTORONGO, S.A.C. Malecón Cisneros 428 dpto. 1002 Miraflores Lima	100,00	100,00
CHINA (1)		31/12/2012	31/12/2011
CIMPOR MACAU INVESTMENT	CIMPOR MACAU INVESTMENT COMPANY, LTD. Av. da Praia Grande, 693 Edifício Tai Wash - 15º andar MACAU (R.P. China)	50,00 ⁽²⁾	50,00 ⁽²⁾
CIMPOR CEMENT	CIMPOR CEMENT CORPORATION LTD. 35/F Cheung Kong Center, 2 Queen's Road Central – Hong Kong	50,00 ⁽²⁾	50,00 ⁽²⁾
SEA – LAND MINING	SEA – LAND MINING LIMITED 35/F Cheung Kong Center, 2 Queen's Road Central – Hong Kong	50,00 ⁽²⁾	50,00 ⁽²⁾
CIMPOR SHANDONG	CIMPOR SHANDONG CEMENT COMPANY LTD. Kuangsi Village, Liuyuan Town, Yicheng District Zaozhuang City, Shandong Province ZIP code : 277300	48,80 ⁽²⁾	48,80 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Veja as Notas 34 e 35

⁽²⁾ Embora a participação detida nessas empresa seja menor ou igual a 50%, o Grupo exerce controle uma vez que tem o poder de obter a maioria dos votos nas reuniões do Conselho de Administração. Nessas empresas o Conselho de Administração exerce controle sobre a entidade (Nota 41).

ABREVIÇÃO	EMPRESA	PERCENTUAL DE CONTROLE EFETIVO (Direto e Indireto)	
		31/12/2012	31/12/2011
CHINA (1)			
NANDA	SUZHOU NANDA CEMENT COMPANY LTD Nº. 1, WenDu Road, Wang Ting Town, Xiang Cheng District Suzhou City, Jiangsu Province ZIP code : 215155 (R.P. China)	35,52 ⁽²⁾	35.52 ⁽²⁾
HUAI AN LIUYUAN (Incorporada pela New HLG)	HUAI AN LIUYUAN CEMENT COMPANY LTD Huai'an city, Huaiyin district, WangYing town (antiga fábrica de materiais em Huaiyin district) ZIP code : 223300 (R.P. China)	48,80 ⁽²⁾	48.80 ⁽²⁾
LIYANG	LIYANG DONGFANG CEMENT CO. LTD Shanghuang Town, Liyang, Jiangsu Province Zip code: 213314 (R.P. China)	50,00 ⁽²⁾	50.00 ⁽²⁾
SUZHOU LIUYUAN	SUZHOU LIUYUAN NEW TYPE CEMENT DEVELOPMENT CO.,LTD zona de desenvolvimento econômico Suzhou Wuzhong, parque Industrial DongWu (Yinzhong south road) ZIP code : 215000 (R.P. China)	48,80 ⁽²⁾	48.80 ⁽²⁾
CIMPOR SHANGAI	CIMPOR CHENGON (SHANGHAI) ENTERPRISES MANAGEMENT CONSULTING COMPANY LIMITED 222 Huaihai Zhong Lu, Lippo Plaza, Floor 25, Room 2505-07 Zip code: 200021 Shanghai (R.P. China)	50,00 ⁽²⁾	50.00 ⁽²⁾
NEW HLG	CIMPOR CHENGTONG (HUAI AN) CEMENT PRODUCTS COMPANY LIMITED Wangying Town, Huaiyin district Huai'an City (R.P. China)	50,00 ⁽²⁾	50.00 ⁽²⁾
CIMPOR ZAOZHUANG	CIMPOR (ZAOZHUANG) CEMENT COMPANY LTD. Matou Village, Fucheng County, Shanting District, Zaozhuang City, Shandong Province Zip code: 277222	50,00 ⁽²⁾	50.00 ⁽²⁾
EAST ADVANTAGE	EAST ADVANTAGE INTERNAICONAL LIMITED Romance Place, Wickhams Cay 1, P.O. Box P.O. Box 3140, Road Town, Tortola British Virgin Islands VG1110	50,00 ⁽²⁾	50.00 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Veja as Notas 34 e 35

⁽²⁾ Embora a participação detida nessas empresas seja menor ou igual a 50%, o Grupo exerce controle uma vez que tem o poder de obter a maioria dos votos nas reuniões do Conselho de Administração. Nessas empresas o Conselho de Administração exerce controle sobre a entidade (Nota 41).

ABREVIÇÃO	EMPRESA	PERCENTUAL DE CONTROLE EFETIVO (Direto e Indireto)	
		31/12/2012	31/12/2011

CHINA (1)

31/12/2012 31/12/2011

PUCHENG JIANCAI

PUCHENG BUILDING MATERIALS COMP. LTD.
Shanghuang Town, Liyang, Jiangsu Province
Zip Code: 213314

50,00⁽²⁾

50,00⁽²⁾

ABREVIÇÃO	EMPRESA	PERCENTUAL DE CONTROLE EFETIVO (Direto e Indireto)	
		31/12/2012	31/12/2011

ÍNDIA

31/12/2012 31/12/2011

SHREE DIJIVAY CEMENT CO. LTD.

SHREE DIJIVAY CEMENT CO. LTD.
P.O. Digvijaygram – 361140 Jamnagar
Estado de Gujarat
Índia

73,63

73,63

TURQUIA		31/12/2012	31/12/2011
---------	--	------------	------------

CIMPOR YIBITAS

CIMPOR YIBITAS CIMENTO SANAYI VE TICARET A.S.
Portakal Cicegi Sokak n° 33 – 06540
06540 Cankaya/Ankara/TURKIYE

99,74

99,74

YOZGAT

YIBITAS YOZGAT ISCI BIRLIGI INSAAT MALZEMELERI TICARET VE SANAYI A. S.
Portakal Cicegi Sokak n° 33 – 06540
06540 Cankaya/Ankara/TURKIYE

82,33

82,33

BEYNAK

CIMPOR YIBITAS BEYNELMILEL NAKLIYECILIK TICARET VE SANAYI A.S.
Portakal Cicegi Sokak n° 33 – 06540
06540 Cankaya/Ankara/TURKIYE

99,74

99,74

⁽¹⁾ Veja as Notas 34 e 35

⁽²⁾ Embora a participação detida nessas empresas seja menor ou igual a 50%, o Grupo exerce controle uma vez que tem o poder de obter a maioria dos votos nas reuniões do Conselho de Administração. Nessas empresas o Conselho de Administração exerce controle sobre a entidade (Nota 41).

4.2. Coligadas

As coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 16) nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentadas abaixo:

ABREVIACÃO	EMPRESA	PERCENTUAL DE CONTROLE EFETIVO (Direto e Indireto)	
		31/12/2012	31/12/2011
ESPAÑA			
CEMENTOS ANTEQUERA	CEMENTOS ANTEQUERA, S.A. Carretera del Polvorín km 2, margen izquierdo 29 540 Bobadilla, Estación. Málaga	22,98	22,98
HORMICESA	HORMIGONES MIRANDA CELANOVA, S.A. Ctra. Casasoá, Km. 0,100 32817 Celanova (Ourense)	39,81	39,81

4.3. Joint ventures

As seguintes investidas foram combinadas proporcionalmente nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, uma vez que elas são gerenciadas e controladas em conjunto com outro acionista:

ABREVIACÃO	EMPRESA	PERCENTUAL DE CONTROLE EFETIVO (Direto e Indireto)	
		31/12/2012	31/12/2011
ESPAÑA			
INPROCOI	INSULAR DE PRODUCTOS PARA LA CONSTRUCCIÓN Y LA INDUSTRIA, S.A. Vía interior Cueva Bermeja, esq.2 Dique del Este 38180 Santa Cruz de Tenerife	49,78	49,77
CEISA	CEMENTOS ESPECIALES DE LAS ISLAS, S.A. Secretario Ariles, 36 35007 Las Palmas de Gran Canaria	49,78	49,77

5. TAXAS DE CÂMBIO

As taxas de câmbio utilizadas na conversão para euros dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e na conversão do resultado para os exercícios findo naquelas datas são apresentadas abaixo:

Moeda	País	Taxa de câmbio em 31/12/2012	Taxa de câmbio média em 2012	Taxa de câmbio em 31/12/2011	Taxa de câmbio média em 2011
USD	Estados Unidos	1,3194	1,3107	1,2939	1,3928
MAD	Marrocos	11,1528	11,2602	11,0952	11,3441
TND	Tunísia	2,0492	2,0538	1,9398	1,9883
TRY	Turquia	2,3551	2,3444	2,4432	2,3378
HKD	Hong Kong	10,2280	10,1669	10,0510	10,8910
MOP	China (Macao)	10,3662	10,45490	10,3625	11,3873
CNY	China	8,2207	8,2609	8,1568	8,0169
PEN	Peru	3,3878	3,4229	3,4880	3,8814
INR	Índia	72,6800	71,7295	88,7130	85,6998

6. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras Receitas Operacionais" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composta de:

	2012	2011
Receita suplementar	1.632	2.215
Ganho na venda de ativos não circulantes	1.620	537
Ganho na venda de CO2 (Nota 37)	96	7.686
Subvenções governamentais	2.607	3.655
Reversão de provisões para devedores duvidosos (Notas 19 e 23)	1.999	912
Trabalho sobre ativos não circulantes	356	950
Outros	5.010	4.068
	<u>13.320</u>	<u>20.023</u>

As subvenções governamentais foram recebidas para a compra de certos itens do imobilizado e para cobrir custos operacionais. Não há condições não cumpridas ou contingências em relação a essas subvenções.

7. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o custo dos produtos vendidos era composto de:

	2012	2011
Produtos vendidos	2.555	6.884
Materiais usados na produção	170.326	202.113
Outros	814	-
	<u>173.695</u>	<u>208.997</u>

8. CUSTOS DE PESSOAL

O número final e médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 era composto de:

	Número de empregados		Média do período	
	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Cimentos	2.790	2.934	3.039	3.076
Concreto previamente fundido e premisturado	311	340	381	393
Outros	231	261	273	283
	<u>3.332</u>	<u>3.534</u>	<u>3.693</u>	<u>3.752</u>

As despesas com folha de pagamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram compostas de:

	2012	2011
Salários e ordenados	60.119	62.572
Contribuição previdenciária e outros custos de staff	18.027	7.371
Planos de pensão	743	782
Planos de assistência médica	542	502
Seguro	187	181
Outros custos de pessoal	33.495	14.741
	<u>113.113</u>	<u>86.129</u>

A rubrica "Outros custos de pessoal" inclui despesas com planos de assistência médica, benefícios rescisórios, despesas com treinamento de pessoal e outras despesas referentes aos empregados. O aumento em 2012 é principalmente devido a benefícios rescisórios reconhecidos nos negócios na Espanha e da Turquia no montante de 20.205 mil euros (Nota 27).

9. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica Outras despesas operacionais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 era composta de:

	2012	2011
Provisão para devedores duvidosos	7.223	2.977
Impostos	7.198	5.431
Taxas de filiação em associação	1.013	1.131
Doações	164	115
Multas e penalidades	396	307
Provisões para estoques	7.230	1.778
Perdas na alienação de ativos	1.194	221
Dívidas incobráveis	1.008	383
Outras despesas operacionais	3.743	2.724
	<u>29.169</u>	<u>15.067</u>

10. RESULTADO FINANCEIRO

A composição da receita (despesa) financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentada abaixo:

	2012	2011
Despesas financeiras:		
Despesa de juros (a)	(19.195)	(21.237)
Perda cambial	(2.491)	(4.632)
Variações no valor justo:		
Ativos / passivos protegidos	(145)	(660)
	(145)	(660)
Outros (b)	(3.402)	(3.215)
	(25.233)	(29.745)
Receitas financeiras:		
Receita de juros (a)	3.081	2.377
Ganho cambial	4.960	3.129
Variações no valor justo:		
Instrumentos derivativos de <i>hedge</i>	145	660
	145	660
Outros (c)	548	494
	8.734	8.660
Despesas financeiras líquidas	(16.499)	(23.085)

- (a) Uma parcela significativa dessas despesas (receitas) é devido a empréstimos entre empresas do grupo divulgados na Nota 39.1.
- (b) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, essa rubrica inclui basicamente despesas de juros associadas ao desmembramento do desconto de ativos e passivos financeiros, a atualização de estimativas com a restauração ambiental das pedreiras e principalmente os custos com comissões, garantias e outras taxas bancárias em geral.
- (c) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, essa rubrica inclui basicamente a receita referente à atualização financeira de ativos e passivos financeiros.

	2012	2011
Resultado da equivalência patrimonial		
Perda em coligadas (Nota 16)	(5.140)	(279)
Ganho em coligadas (Nota 16)	38	188
	(5.101)	(91)

A perda em coligadas inclui em 31 de dezembro de 2012 *impairment* no valor de 5.129 mil euros (Nota 16).

	2012	2011
Receita de investimentos:		
Ganhos/(perdas) em participações	(7)	16
Ganhos/(perdas) em investimentos	49	(159)
	42	(143)

11. IMPOSTO DE RENDA

Os principais componentes da despesa de imposto de renda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são:

	2012	2011
<i>Imposto de renda corrente:</i>		
Despesa de imposto de renda corrente	22.250	(5.056)
Ajustes ao imposto de renda corrente do exercício anterior	(531)	114
<i>Imposto de renda diferido:</i>		
Referente à origem e reversão de diferenças temporárias (Nota 12)	(35.340)	14.040
Despesa (receita) de imposto de renda reconhecida no resultado referente a operações contínuas e descontinuadas	(13.621)	9.098

O imposto de renda referente às áreas geográficas é calculado às respectivas alíquotas locais vigentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e é composto de:

	2012	2011
Marrocos	30%	30%
Tunísia	30%	30%
Turquia	20%	20%
China	25%	25%
Índia	32%	32%
Peru	30%	30%

Reconciliação entre a despesa de impostos e o lucro contábil multiplicado pela alíquota nominal de imposto de renda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Lucro / (prejuízo) antes de impostos de operações contínuas	(606.849)	19.732
Lucro / (prejuízo) antes de impostos de operações descontinuadas (Nota 34)	(49.231)	1.054
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda	(656.079)	20.786
À alíquota estatutária de imposto de renda na Espanha de 30%	(196.824)	6.236
Efeito das diferentes alíquotas tributárias de controladas que operam em outras jurisdições	11.150	(1.857)
Despesa (receita) de imposto de renda calculada à alíquota tributária de 30%	(185.674)	4.379
Efeito da receita isenta de impostos	(2.738)	(3.998)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	174.791	8.717
Despesa (receita) de imposto de renda	(13.621)	9.098
Total da despesa (receita) de imposto de renda reconhecida na demonstração combinada do resultado	(15.756)	6.358
Total da receita de imposto de renda atribuível a uma operação descontinuada (Nota 34)	2.135	2.740
	(13.621)	9.098

As diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as respectivas bases fiscais foram reconhecidas conforme estipulado na IAS 12, Imposto de Renda.

A empresa espanhola totalmente combinada Corporación Noroeste, S.A. (ver Nota 4.1.) está sendo inspecionada pelas autoridades fiscais locais com relação ao imposto de renda para os exercícios fiscais de 2002 a 2004, nos exercícios fiscais 2005 a 2008, e também para 2003 a 2008 com relação a outros impostos aplicáveis. Adicionalmente, os exercícios fiscais sujeitos a revisão são de 2009 a 2012 para fins de imposto de renda e de 2008 a 2012 para outros impostos aplicáveis.

Em 13 de fevereiro de 2009, uma aliação fiscal foi lanado pelas autoridades fiscais referente ao exercicio fiscal de 2002, referente a não conformidade de "despesas atribuveis à controladora" e "Evasão fiscal através da venda de algumas ações de uma coligada", em que uma liquidação foi proposta (Imposto mais juros devidos) no valor de EUR 5.055 mil. Corporación Noroeste, S.A. impetrou um recurso junto ao Tribunal Económico Administrativo Central, que em 20 de dezembro de 2010 deu provimento parcial ao pedido. Um recurso foi impetrado contra a decisão do tribunal para os outros itens. Em relação a isto, em 22 de maio de 2009, um seguro caução no valor de EUR 5.055 mil foi submetido à Agência Estadual de Administração Tributária como garantia do pagamento.

Em 13 de dezembro de 2011, o Supremo Tribunal Espanhol notificou a empresa de que o valor das garantias fornecidas tinha sido reduzida para 4.644 mil euros, com base no julgamento parcial do Tribunal Económico Administrativo Central. A Administração e os assessores jurídicos estimam que a chance de um desfecho favorável à Companhia para o recurso impetrado é possível e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida para esse valor.

A composição dos exercicios sujeitos a revisão para fins fiscais nos outros países é a seguinte:

- Marrocos: de 2008 a 2012
- Turquia: de 2007 a 2012
- Tunísia: de 2008 a 2012
- Índia: de 2007 a 2012
- China: de 2007 a 2012
- Peru: de 2008 a 2012

Apesar da complexidade da legislação tributária aplicável às operações das empresas do Grupo, como elas foram realizadas de acordo com a opinião dos assessores legais e jurisprudência, estima-se que nenhum passivo fiscal contingente deve surgir como resultado da revisão pelas autoridades fiscais dos exercicios ainda não prescritos.

A Administração e seus assessores jurídicos estimam como possível a probabilidade de que a sentença seja julgada desfavoravelmente para os interesses da Corporación Noroeste, S.A. e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida.

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

A composição de "Impostos diferidos" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	2012					31/12/2012
	01/01/2012	Ajustes de conversão de moeda	Imposto de renda	Transferências	Patrimônio líquido	
Imposto diferido ativo						
Outros ativos intangíveis	84	-	-	-	-	84
Imobilizado	2.788	(201)	42	(400)	-	2.230
Prejuízo fiscal a compensar	13.608	(442)	(3.757)	(1.488)	5	7.928
Provisões	7.201	(295)	4.840	(1.303)	(57)	10.488
Devedores duvidosos	368	(18)	1.172	(50)	-	1.493
Estoques	348	(52)	888	(212)	-	1.048
Investimento	-	-	66	-	-	66
Outros	1.027	(2.842)	5.858	(3.929)	(56)	58
	<u>25.455</u>	<u>(3.850)</u>	<u>8.288</u>	<u>(7.382)</u>	<u>(108)</u>	<u>23.402</u>
Imposto diferido passivo						
Outros ativos intangíveis	3.489	(23)	(852)	218	-	2.839
Ágio	8.923	-	(2.871)	-	-	4.261
Imobilizado	57.826	(784)	(23.189)	(5.981)	-	27.812
Benefícios a empregados	424	1	-	-	114	538
Provisões	4.717	(436)	(128)	(1.053)	-	3.099
Devedores duvidosos	1.307	-	29	-	-	1.332
Estoques	132	(5)	(83)	-	-	34
Outros	1.415	(127)	832	(584)	-	1.539
	<u>76.243</u>	<u>(1.375)</u>	<u>(26.052)</u>	<u>(7.382)</u>	<u>114</u>	<u>41.547</u>
Impostos diferidos, líquido	<u>(50.788)</u>	<u>(2.478)</u>	<u>35.340</u>	<u>-</u>	<u>(222)</u>	<u>(18.145)</u>

2011

	01/01/2011	Ajustes de conversão de moeda	Imposto de renda	Transferências	Patrimônio líquido	31/12/2011
Imposto diferido ativo						
Outros ativos intangíveis	84	1	9	-	-	94
Imobilizado	2.668	32	89	-	-	2.789
Prejuízo fiscal a compensar	18.110	(1.034)	(1.464)	-	(4)	13.608
Provisões	9.017	(797)	(1.049)	-	-	7.201
Devedores duvidosos	281	(14)	122	-	-	389
Estoques	211	(4)	139	-	-	346
Investimento	3	-	(3)	-	-	-
Outros	88	(70)	922	-	88	1.027
	<u>28.462</u>	<u>(1.856)</u>	<u>(1.235)</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>25.455</u>
Imposto diferido passivo						
Outros ativos intangíveis	3.771	(188)	(88)	-	-	3.499
Ágio	6.129	-	794	-	-	6.923
Imobilizado	78.419	(3.052)	(9.642)	-	-	57.828
Benefícios a empregados	183	(4)	-	-	245	424
Provisões	4.010	(397)	1.104	-	-	4.717
Devedores duvidosos	9.041	-	(7.734)	-	-	1.307
Estoques	47	(8)	91	-	-	132
Outros	1.762	(444)	87	-	-	1.415
	<u>95.362</u>	<u>(4.088)</u>	<u>(15.276)</u>	<u>-</u>	<u>245</u>	<u>78.243</u>
Impostos diferidos, líquido	<u>(66.900)</u>	<u>2.231</u>	<u>14.040</u>	<u>-</u>	<u>(161)</u>	<u>(50.790)</u>

Alguns impostos diferidos ativos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido quando as situações que os originaram têm impacto similar, especificamente:

- O imposto diferido ativo reconhecido em "Reservas" referente a provisões associadas aos ganhos e perdas atuariais reconhecidos diretamente nessa rubrica.
- O imposto diferido passivo, referente a ativos financeiros disponíveis para venda, resultante de sua avaliação a valores de mercado, que são reconhecidos na reserva de valor justo.

Os impostos diferidos passivos referentes ao ágio são provenientes da dedutibilidade fiscal de certos ágios, principalmente para investimentos no exterior, de acordo com o Artigo 12.5 da Lei do Imposto da Renda.

Impostos diferidos passivos referentes a ativos intangíveis principalmente sobre diferenças temporárias tributáveis provenientes de diferenças entre a base contábil e a base fiscal de certos ativos nos processos de combinações de negócios de exercícios anteriores.

Em 2012, 23.169 mil euros foram revertidos devido ao *impairment* reconhecido no "Imobilizado" (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2011, o valor dos prejuízos fiscais a compensar era de 121.405 mil euros. Um imposto diferido ativo de 13.608 mil euros foi reconhecido em relação a esse item. Nenhum imposto diferido adicional sobre prejuízos fiscais a compensar foi reconhecido devido à incerteza quanto à sua recuperação.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos prejuízos fiscais a compensar é de 413.438 mil euros. Um imposto diferido ativo de 7.926 ml euros foi reconhecido em relação a esse item. Nenhum imposto diferido adicional sobre prejuízos fiscais a compensar foi reconhecido devido à incerteza quanto à sua recuperação.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a utilização das diferenças temporárias dedutíveis ou dos prejuízos fiscais a compensar. Essa avaliação é feita com base nos planos de negócios das empresas, revisada e atualizada regularmente.

As transferências em 2012 têm sua origem principalmente na decisão da Administração de classificar o negócio na China como "Ativos não circulantes mantidos para venda".

13. ÁGIO

O ágio adquirido através de combinações de negócios foi alocado às unidades geradoras de caixa (UGCs) abaixo:

	Espanha	Marrocos	Tunísia	Turquia	China	Índia	Peru	Total
Ativos brutos:								
Em 1 de janeiro de 2011	128.392	27.254	71.548	293.799	20.838	58.039	3.282	598.128
Eliminação de uma controlada de consolidação	(202)	-	-	-	-	-	-	(202)
Ajustes de conversão de moeda	-	-	-	(44.850)	1.136	(7.303)	243	(50.674)
Em 31 de dezembro de 2011	128.190	27.254	71.548	248.949	21.972	48.736	3.505	548.052
Ajustes de conversão de moeda	-	-	-	8.308	(287)	(2.584)	125	8.563
Transferências (Nota 35)	-	-	-	-	(21.695)	-	-	(21.695)
Em 31 de dezembro de 2012	128.190	27.254	71.548	258.158	-	48.152	3.631	532.832
Perdas por impairment acumuladas:								
Em 1 de janeiro de 2011	-	(24.031)	-	-	-	-	-	(24.031)
Aumentos	(3.678)	-	-	-	-	-	-	(3.678)
Em 31 de dezembro de 2011	(3.678)	(24.031)	-	-	-	-	-	(27.710)
Aumentos	(122.511)	-	-	(178.533)	-	(48.152)	-	(347.198)
Em 31 de dezembro de 2012	(128.190)	(24.031)	-	(178.533)	-	(48.152)	-	(374.906)
Valor contábil:								
Em 1 de janeiro de 2011	128.392	3.223	71.548	293.799	20.838	58.039	3.282	576.098
Em 31 de dezembro de 2011	122.511	3.223	71.548	248.949	21.972	48.736	3.508	520.342
Em 31 de dezembro de 2012	-	3.223	71.548	78.625	-	-	3.631	168.025

Principais premissas para os cálculos do valor em uso

Os valores contábeis do ágio são testados quanto ao *impairment* anualmente ou sempre que há evidência de *impairment*. Os testes de *impairment* são efetuados com base nos valores recuperáveis de cada uma das respectivas unidades geradoras de caixa.

Para fins de teste de *impairment*, considerando a estrutura das demonstrações financeiras adotada para fins gerenciais, o ágio é distribuído por grupos de unidades geradoras de caixa correspondentes a cada segmento geográfico, devido à existência de sinergias entre as unidades de cada segmento, em uma perspectiva de integração vertical do negócio.

O valor recuperável de cada unidade geradora de caixa é comparado, nos testes realizados, com o respectivo valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida apenas quando o valor contábil excede o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

As projeções de fluxos de caixa são baseadas nos planos de negócios de médio e longo prazo aprovados pela Administração, mais perpetuidade.

O cálculo do valor em uso é mais sensível às seguintes premissas:

- Margem bruta – Os custos variáveis são baseados nos valores médios obtidos nos anos antes do início do período do orçamento. Esses custos são aumentados durante o período do orçamento devido a melhorias por eficiência. Os preços são baseados em previsões de oferta e demanda e de crescimento do mercado.
- Taxas de desconto – As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e representam a avaliação atual de mercado dos riscos específicos de cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos individuais dos respectivos ativos que não foram incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado nas circunstâncias específicas do Grupo e de suas UGCs e é proveniente do custo médio ponderado de capital (“WACC”). O WACC leva em consideração tanto o capital de terceiros quanto o capital próprio. O custo do capital próprio é proveniente do retorno esperado no investimento pelos acionistas. O custo do capital de terceiros é baseado em empréstimos com incidência de juros que o Grupo tem que pagar. O risco específico da UGC é incorporado, aplicando-se fatores beta individuais. Os fatores beta são avaliados anualmente com base em dados de mercado disponíveis publicamente. O uso de fluxos de caixa e taxas após impostos não resulta em qualquer alteração significativa em relação ao uso dos fluxos de caixa e taxas antes de impostos.
- Premissas sobre a participação no mercado – Ao utilizar dados do setor para taxas de crescimento, essas premissas são importantes porque a Administração avalia como a posição da unidade geradora de caixa, em relação aos seus concorrentes, poderia mudar no período da previsão.
- Estimativas da taxa de crescimento – As taxas são baseadas em modelos econométricos internos, pesquisas do setor e conhecimento do mercado interno.

A determinação do valor em uso foi baseada em fluxos de caixa descontados calculados em moeda local, usando o respectivo WACC e taxas de perpetuidade, como mostrado abaixo:

País	Moeda	2012			2011		
		Ágio	Taxa de desconto	Taxa de desconto de longo prazo	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de desconto de longo prazo
Espanha	EUR	-	10,4% - 11,4%	0,75% - 2,7%	122.511	7,4% - 7,1%	1,4% - 2,0%
Marrocos	MAD	3.223	11,0%	-0,5%	3.223	10,1%	1,0%
Tunísia	TND	71.546	10,5%	-1,0%	71.546	13,3%	1,0%
Turquia	TRY	79.625	10,8%	-1,0%	248.849	13,3%	4,0%
China	CNY	21.885	9,0%	0,6%	21.972	8,3%	1,0%
Índia	INR	-	10,3%	0,5%	46.738	10,7%	6,0%

Uma perda por *impairment* no ágio atribuída à unidade geradora de caixa na Espanha, no valor de 3.679 mil euros, foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O Grupo efetuou seu teste anual de *impairment* em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O valor recuperável de cada UGC foi determinado como o maior entre o valor justo menos custos de venda da UGC e o seu valor em uso. O cálculo do valor em uso foi efetuado utilizando projeções de fluxos de caixa a partir de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração, que excluem quaisquer entradas e saídas futuras de caixa provenientes de reestruturações futuras ou da melhoria do desempenho do ativo. Os fluxos de caixa baseados nessas projeções cobrem um período de 10 anos. Como resultado dessa análise, uma despesa de *impairment* foi reconhecida em contrapartida ao ágio atribuído às UGCs na Espanha, Índia e Turquia, nos montantes de 122.511 mil euros, 46.152 mil euros e 178.533 mil euros, respectivamente. Os valores foram reconhecidos na rubrica "Provisões e perdas por *impairment*" na demonstração combinada do resultado.

Sensibilidade a alterações nas premissas

Uma redução de 25 pontos base nas taxas de desconto ou nas taxas de crescimento de longo prazo não resultaria em um valor contábil excessivo comparado ao valor recuperável.

14. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimentação nas contas do intangível e sua respectiva amortização acumulada e perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Propriedade industrial e outros direitos	Direitos de mineração	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em andamento	Total
Ativos brutos:						
Em 1 de janeiro de 2011	24.395	28.416	8.663	-	78	59.572
Ajustes de conversão de moeda	251	-	(944)	-	12	(681)
Adições	8.814	5.377	187	-	86	14.464
Baixas	(6)	-	-	-	-	(6)
Transferências	35	(21.255)	-	-	(34)	(21.254)
Em 31 de dezembro de 2011	33.489	10.538	7.926	-	142	52.094
Ajustes de conversão de moeda	(35)	-	119	(3)	-	82
Adições	412	-	20	721	31	1.184
Baixas	-	-	(4)	(53)	-	(57)
Transferências	(18.734)	1.832	9	-	(173)	(17.068)
Em 31 de dezembro de 2012	15.131	12.368	8.070	665	-	36.235
Amortização acumulada e perdas por impairment						
Em 1 de janeiro de 2011	6.834	3.810	6.062	-	-	16.806
Ajustes de conversão de moeda	(505)	-	(817)	-	-	(1.122)
Aumentos	1.853	1.052	563	-	-	3.457
Baixas	(6)	-	-	-	-	(6)
Transferências	-	(3.676)	-	-	-	(3.676)
Em 31 de dezembro de 2011	8.176	1.286	5.898	-	-	15.459
Ajustes de conversão de moeda	82	-	74	-	-	155
Aumentos	2.730	5.923	510	283	-	9.456
Baixas	-	-	(3)	-	-	(3)
Transferências	(3.130)	4.385	(284)	(106)	-	885
Em 31 de dezembro de 2012	7.857	11.583	6.295	187	-	25.931
Valor contábil:						
Em 1 de janeiro de 2011	17.560	22.506	2.621	-	78	42.765
Em 31 de dezembro de 2011	25.313	9.253	1.928	-	141	36.635
Em 31 de dezembro de 2012	7.276	775	1.776	478	-	10.303

Esse saldo refere-se principalmente a direitos de mineração e propriedade industrial.

As transferências de direitos de mineração em 2011 têm sua origem no resultado da alocação para "Terrenos e Recursos Naturais" do valor dos contratos de exploração de reservas minerais devido à aquisição do respectivo terreno sob o contrato assinado na Espanha com a coligada Arenor, S.L. (Nota 39.4).

As transferências de ativos intangíveis em 2012 são principalmente devido à decisão da Administração de classificar o negócio na China como "ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 35).

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se há evidência de *impairment* de um ativo intangível. Quando há essa evidência, o Grupo estima o valor recuperável do ativo intangível. O valor recuperável é determinado para um ativo intangível individual, a menos que o ativo intangível não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Como resultado da avaliação realizada em 31 de dezembro de 2012 e 2011, uma perda por *impairment* nos ativos intangíveis da área de negócios na Espanha no montante de 6.724 mil euros foi reconhecida na rubrica "Provisões e perdas por *impairment*" na demonstração combinada do resultado.

15. IMOBILIZADO

Movimentação na rubrica "Imobilizado" e respectiva depreciação acumulada e perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Ativos brutos:	Terrenos e recursos naturais	Prédios e outras estruturas	Fábrica e máquinas	Equipamentos de transporte	Móveis e utensílios	Ferramentas manuais e ferramentas de máquina	Outros bens do imobilizado	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Em 1 de janeiro de 2011	214.851	382.019	1.457.248	34.900	15.331	4.158	10.348	18.134	2.875	2.150.785
Ajustes de conversão da moeda	(7.354)	(12.118)	(67.864)	(1.904)	(830)	(132)	13	(318)	(208)	(80.052)
Adições	25.615	4.697	24.888	1.118	80	1	646	27.040	2.352	88.246
Vendas	(188)	(435)	(1.323)	(1.252)	(55)	-	(9)	-	-	(3.272)
Baixas	-	(2.008)	(706)	(287)	(94)	(1)	(43)	(39)	-	(3.187)
Transferências	21.468	5.308	12.912	289	297	10	182	(14.845)	(2.862)	23.158
Em 31 de dezembro de 2011	254.478	397.495	1.425.156	32.854	15.938	4.300	11.137	28.874	2.456	2.183.857
Alterações nos princípios de consolidação	3.028	-	-	-	-	-	-	1.115	-	4.143
Ajustes de conversão da moeda	1.152	1.195	(3.240)	271	(48)	(13)	(47)	(1.043)	(122)	(1.898)
Adições	1.005	824	2.342	-	48	15	57	30.672	482	35.443
Vendas	(49)	(106)	(5.308)	(3.573)	(5)	-	(89)	-	-	(9.128)
Baixas	(293)	(3.590)	(16.356)	(21)	(401)	-	(305)	(41)	-	(21.005)
Transferências	(1.086)	(75.059)	(84.587)	979	(700)	(1.748)	90	(25.354)	(1.480)	(189.944)
Em 31 de dezembro de 2012	258.238	310.730	1.318.006	30.510	14.831	2.553	10.843	35.223	1.386	1.982.272

OK

Depreciação acumulada e perdas por impairment	2011										Total
	Terrenos	Prédios e outras estruturas	Fábricas e máquinas	Equipamentos de transporte	Móveis e utensílios	Ferramentas manuais e ferramentas de máquina	Outros itens do imobilizado	Imobilizado em andamento	Acantamentos		
Em 1 de janeiro de 2011	15.308	155.775	958.352	25.491	13.040	3.280	5.803	-	-	-	1.177.149
Ajustes de conversão de moeda	(243)	(8.547)	(47.025)	(1.217)	(808)	128	3	-	-	-	(55.406)
Aumentos	8.418	14.242	63.593	2.075	731	278	1.031	-	-	-	81.387
Reduções	-	(385)	(884)	(1.058)	(37)	-	(8)	-	-	-	(2.350)
Baixas	-	(2.003)	(803)	(281)	(93)	-	(9)	-	-	-	(2.988)
Transferências	3.934	-	1.132	8	19	6	-	-	-	-	5.100
Em 31 de dezembro de 2011	28.418	181.102	974.565	25.016	13.154	3.790	6.823	-	-	-	1.212.871
Ajustes de conversão de moeda	(40)	99	(9.513)	138	(19)	(13)	(32)	-	-	-	(8.378)
Aumentos	92.044	48.507	145.157	2.213	1.017	408	3.152	-	-	-	290.498
Reduções	-	(98)	(4.885)	(3.436)	(8)	-	(10)	-	-	-	(8.435)
Baixas	-	(1.064)	(3.550)	(21)	(401)	-	(65)	-	-	-	(5.101)
Transferências	(6.517)	(20.278)	(28.181)	(718)	(525)	(1.719)	(43)	-	-	-	(57.853)
Em 31 de dezembro de 2012	113.911	186.288	1.078.813	23.195	13.223	2.468	9.825	-	-	-	1.425.801
Valor contábil:											
Em 1 de janeiro de 2011:	199.843	238.244	498.896	9.409	3.291	778	4.545	18.134	2.875	-	873.816
Em 31 de dezembro de 2011	228.060	226.383	450.691	7.835	2.785	510	4.314	28.874	2.459	-	950.788
Em 31 de dezembro de 2012	144.325	124.482	241.398	7.315	1.608	87	1.018	35.223	1.338	-	558.771

OK

As adições durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem 494 mil euros e 215 mil euros, respectivamente, de despesas financeiras (custos de empréstimos) referentes a empréstimos contratados para financiar a construção de ativos qualificáveis.

As transferências para "Terrenos e recursos naturais" no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 incluem, principalmente, o valor dos contratos de exploração de reservas minerais sob o contrato com a Arenor (Notas 14 e 39.4). Além disso, no contexto do mencionado contrato, em 2011 houve adições significativas que não representam saída de caixa. Como parte das adições de 2011, esse saldo inclui o registro do arrendamento financeiro mencionado na Nota 29.

As transferências em 2012 resultam da decisão da Administração de classificar o negócio na China como "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 35).

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se há evidência de *impairment* de um ativo. Quando há essa evidência, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Como resultado da avaliação realizada em 31 de dezembro de 2012 e 2011, uma perda por *impairment* no imobilizado das áreas de negócios na Espanha e Índia nos montantes de 185.446 mil euros (2011: 6.321 mil euros) e 26.979 mil euros, respectivamente, foi reconhecida na rubrica "Provisões e perdas por *impairment*" na demonstração combinada do resultado.

Não há itens do imobilizado do Grupo dados como garantia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

16. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Movimentação nessa rubrica do balanço patrimonial em 2012 e 2011:

	Investimento	Ágio	Total do investimento
Em 1 de janeiro de 2011	15.686	5.129	20.815
Eliminação de uma controlada da consolidação (Nota 39.4)	(10.980)	-	(10.980)
Ajustes de conversão de moeda	5	-	5
Efeito do método da equivalência patrimonial:			
Sobre o resultado (Nota 10)	(188)	-	(188)
Aquisições e aumentos	44	-	44
Em 31 de dezembro de 2011	<u>4.587</u>	<u>5.129</u>	<u>9.716</u>
Eliminação de uma controlada da consolidação	-	-	-
Ajustes de conversão de moeda	-	-	-
Efeito do método da equivalência patrimonial:			
Sobre o resultado (Nota 10)	30	-	30
Aquisições e aumentos	-	-	-
Alienações e perdas por <i>impairment</i> (Nota 10)	-	(5.129)	(5.129)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>4.617</u>	<u>-</u>	<u>4.617</u>

Eliminação de uma controlada da consolidação refere-se à venda da Arenor, S.L. a uma parte relacionada em 2011 (Nota 39.4).

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de *impairment* de um ativo. Um ativo financeiro é considerado como tendo problemas de *impairment* quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo e esse evento tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Como resultado do teste de *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2012, a Administração decidiu baixar parte do custo de aquisição Cimentos Antequera, S.A.

A composição dos investimentos em coligadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as informações econômicas e financeiras mais relevantes desses investimentos são apresentadas abaixo:

2012 Nome	País	Percentual de participação	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Vendas de produtos e serviços prestados	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Saldo	
								Investimento a em coligadas	Impairment
Cementos Antequera, S.A.	Espanha	23%	22.673	(3.660)	16.993	2.412	2	9.432	(6.128)
Hornigones Miranda Celanova, S.A.	Espanha	40%	286	(312)	(24)	334	(48)	77	-
Ecocim, S.A.S.	Marrocos	25%	2.488	(2.383)	105	2.813	(844)	237	-
								<u>8.746</u>	<u>(6.128)</u>

2011 Nome	País	Percentual de participação	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Vendas de produtos e serviços prestados	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Saldo	
								Investimento a em coligadas	Impairment
Cementos Antequera, S.A.	Espanha	23%	24.383	(6.536)	18.827	1.884	(1.103)	9.470	-
Hornigones Miranda Celanova, S.A.	Espanha	40%	380	(336)	24	558	(12)	0	-
Ecocim, S.A.S.	Marrocos	25%	1.726	(778)	950	2.313	753	237	-
								<u>8.716</u>	<u>-</u>

17. JOINT VENTURES

O Grupo tem uma participação de 49,77% tanto na Insular de Productos para la Construcción y la Industria, S.A. (INPROCOI) quanto na Cementos Especiales de las Islas, S.A. (CEISA). Essas empresas são entidades controladas em conjunto envolvidas nas atividades executadas pelo Grupo. A parcela do Grupo nos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e receitas e despesas das entidades controladas em conjunto para os períodos findos nessas datas, que são combinadas segundo o método rubrica a rubrica nessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, é apresentada abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Ágio	-	26.767
Outros ativos intangíveis	245	1.605
Imobilizado	15.447	59.862
Total do ativo não circulante	<u>15.692</u>	<u>88.234</u>
Estoques	5.218	4.877
Outros ativos circulantes	8.260	10.591
Total do ativo circulante	<u>13.478</u>	<u>15.468</u>
Total do ativo	<u>29.170</u>	<u>103.702</u>

	31/12/2012	31/12/2011
Provisões	(1.386)	(1.349)
Imposto diferido passivo	(16)	(13.114)
Total do passivo não circulante	(1.412)	(14.463)
Fornecedores e adiantamentos de clientes	(895)	(2.605)
Outros passivos circulantes	(2.139)	(1.255)
Total do passivo circulante	(3.034)	(3.860)
Total do passivo	(4.446)	(18.323)

	2012	2011
Vendas	13.557	17.958
Serviços prestados	224	389
Outras receitas operacionais	1.982	1.806
Total da receita operacional	15.753	20.132
Custo dos produtos vendidos	(6.954)	(8.708)
Energia elétrica e serviços terceirizados	(3.136)	(3.638)
Custos de pessoal	(6.589)	(5.389)
Encargos de depreciação e amortização	(4.184)	(5.333)
Provisões e perdas por <i>impairment</i>	(66.522)	-
Outras despesas operacionais	(1.178)	(1.147)
Total das despesas operacionais	(90.542)	(24.194)
Lucro (prejuízo) das operações	(74.789)	(4.062)
Despesas financeiras	(61)	(133)
Receitas financeiras	83	105
Receita de investimentos	195	195
Lucro (prejuízo) antes de impostos de operações continuadas	(74.572)	(3.895)
Imposto de renda	13.805	626
Lucro (prejuízo) do exercício de operações continuadas	(60.958)	(3.269)

OK

As *joint ventures* não tinham passivos contingentes ou compromissos significativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

18. OUTROS INVESTIMENTOS

Movimentação na rubrica "Outros Investimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Ativos financeiros disponíveis para venda
Investimento bruto:	
Em 1 de janeiro de 2011	754
Ajustes de conversão de moeda	-
Aumentos	13
Vendas	(5)
Transferências	(5)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>757</u>
Ajustes de conversão de moeda	(11)
Aumentos	175
Vendas	(84)
Transferências	(3)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>834</u>
Perdas por impairment:	
Em 1 de janeiro de 2011	(23)
Ajustes de conversão de moeda	-
Aumentos	-
Em 31 de dezembro de 2011	<u>(23)</u>
Ajustes de conversão de moeda	9
Aumentos	(222)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(236)</u>
Valor contábil:	
Em 1 de janeiro de 2011	<u>731</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>734</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>598</u>

19. DEMAIS CONTAS A RECEBER

Composição das demais contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31/12/2012	
	Circulante	Não circulante
Empresas do Grupo e coligadas (Nota 39.1)	898	-
Pessoal	620	831
Fornecedores de imobilizado	160	33
Demais contas a receber	<u>2.107</u>	<u>5.434</u>
	<u>3.785</u>	<u>6.298</u>
Provisão para devedores duvidosos	(284)	(32)
	<u>3.501</u>	<u>6.266</u>

	31/12/2011	
	Circulante	Não circulante
Empresas do Grupo e coligadas (Nota 39.1)	17.658	177
Pessoal	890	801
Fornecedores de imobilizado	87	33
Demais contas a receber	8.081	7.946
	<u>24.694</u>	<u>8.957</u>
Provisão para devedores duvidosos	(1.797)	(26)
	<u>22.897</u>	<u>8.931</u>

A rubrica "Demais contas a receber" inclui valores a receber de várias empresas relacionadas, devido a transações não relacionadas às principais atividades das empresas, entre elas a venda de ativos fixos no valor de 92 mil euros e 177 mil euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente (Nota 39.1).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o vencimento desses saldos é como segue:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldos a vencer	3.483	6.291	22.726	8.947
Saldos vencidos				
Em até 180 dias	102	7	665	10
De 180 a 360 dias	21	-	136	-
Acima de 360 dias	179	-	1.167	-
	<u>3.785</u>	<u>6.298</u>	<u>24.694</u>	<u>8.957</u>

Provisão para devedores duvidosos – demais contas a receber

Movimentação nessa rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Ajustes em demais contas a receber
Em 1 de janeiro de 2011	1.934
Ajustes de conversão de moeda	101
Provisão para devedores duvidosos	396
Montante utilizado	(609)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>1.823</u>
Ajustes de conversão de moeda	(15)
Provisão para devedores duvidosos	8
Reduções (Nota 6)	(103)
Transferências	(1.397)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>318</u>

A provisão para devedores duvidosos e as reduções da provisão para devedores duvidosos são reconhecidas na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes sob as rubricas "Outras despesas operacionais" e "Outras receitas operacionais", respectivamente.

As transferências em 2012 referem-se à classificação do negócio na China como "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 35).

20. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER

A composição de tributos a recuperar e a recolher em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos a recuperar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	6.302	-	11.981	206
Imposto de renda pessoa física	726	-	666	-
Imposto sobre o valor agregado	7.391	-	15.563	-
Outros tributos a recuperar	155	-	178	-
	<u>14.574</u>	<u>-</u>	<u>28.388</u>	<u>206</u>

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos a recolher:				
Imposto de renda pessoa jurídica	(4.225)	-	(12.219)	-
Imposto de renda pessoa física	(3.435)	-	(3.524)	-
Imposto sobre o valor agregado	(11.251)	-	(7.909)	-
Contribuições previdenciárias	(1.995)	-	(2.282)	-
Outros tributos a recolher	(1.120)	-	(3.165)	-
	<u>(22.026)</u>	<u>-</u>	<u>(29.099)</u>	<u>-</u>

OK

21. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

A composição dessa rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Juros a receber	328	95	122	12
Instrumentos derivativos (Nota 30)	-	629	-	383
Arrendamentos	12	57	81	21
Benefícios a empregados	5	1.215	54	847
Seguro pago antecipadamente	383	1.425	568	-
Outras despesas diferidas	374	83	515	125
	<u>1.102</u>	<u>3.504</u>	<u>1.339</u>	<u>1.388</u>

22. ESTOQUES

Os estoques em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são compostos de:

	31/12/2012	31/12/2011
Matérias-primas e materiais de consumo	81.204	83.795
Produtos em elaboração e semiacabados	27.046	31.960
Produtos acabados	17.710	11.903
Mercadorias	575	1.250
Adiantamentos sobre compras	<u>29</u>	<u>29</u>
	106.564	128.937
Provisões para estoques	<u>(9.614)</u>	<u>(3.652)</u>
	<u>96.950</u>	<u>125.285</u>

Provisões para estoques

	31/12/2012	31/12/2011
Em 1 de Janeiro	3.652	1.987
Ajustes de conversão de moeda	(77)	48
Aumentos	10.643	2.426
Reduções	(274)	(809)
Transferências	<u>(4.330)</u>	-
Em 31 de dezembro	<u>9.614</u>	<u>3.652</u>

Os aumentos nas provisões são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Outras despesas operacionais".

O aumento nas provisões para estoques em 2012 comparado com os valores reconhecidos em 2011 é explicado principalmente pela baixa rotatividade dos estoques na área de negócios na Espanha devido a condições de mercado.

As transferências em 2012 são referentes à classificação do negócio da China como "Ativos não circulantes mantidos para venda" (Nota 35).

23. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

A rubrica "Contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composta de:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Contas a receber de clientes - conta corrente	117.936	115.939
Contas a receber de clientes - duplicatas a receber	21.225	55.732
Adiantamentos a fornecedores	1.437	5.380
	<u>140.598</u>	<u>177.051</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(36.031)</u>	<u>(31.140)</u>
	<u>104.567</u>	<u>145.911</u>

A rubrica "Contas a receber de clientes - conta corrente" inclui saldos com partes relacionadas no valor de 782 mil euros (2011: 1.116 mil euros) (Nota 39.1).

Provisão para devedores duvidosos

Movimentação nessa rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Em 1 de janeiro	31.140	29.978
Ajustes de conversão de moeda	(227)	(561)
Provisão para devedores duvidosos	7.385	2.977
Reduções (Nota 6)	(1.898)	(912)
Montante utilizado	(12)	(340)
Transferências	(359)	-
Em 31 de dezembro	<u>36.031</u>	<u>31.140</u>

A provisão para devedores duvidosos e as reduções da provisão para devedores duvidosos são reconhecidas na demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes sob as rubricas "Outras despesas operacionais" e "Outras receitas operacionais", respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os vencimentos desses saldos são como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldos a vencer	71.690	87.538
Saldos vencidos		
Em até 180 dias	43.202	51.463
De 180 a 360 dias	5.581	2.936
Acima de 360 dias	20.125	35.114
	<u>140.598</u>	<u>177.051</u>

Não há concentração significativa de risco de crédito, uma vez que ele está distribuído em vários fornecedores e outros devedores.

A provisão para devedores duvidosos é utilizada para reduzir o saldo a receber ao seu valor estimado após uma análise individual de cada setor para risco de insolvência e levando em consideração os valores cobertos por seguro de crédito.

OK

24. DIFERENÇAS DE CONVERSÃO DE MOEDA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as variações nos ajustes de conversão da moeda são significativamente influenciadas pelo impacto das desvalorizações da moeda como a TRY na Turquia em relação ao euro na conversão dos ativos líquidos denominados nessa moeda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as variações nos ajustes de conversão da moeda são significativamente influenciadas pela valorização da TRY na Turquia e do PEN no Peru.

Em 2011 e 2012, nenhum instrumento financeiro foi contratado para proteger os investimentos nas operações no exterior.

25. PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

Movimentação nessa rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Milhares de Euros
Em 1 de Janeiro de 2011	59.372
Ajustes de conversão de moeda	12.391
Dividendos	(11.588)
Derivativos de <i>hedge</i>	11
Benefícios a empregados	(11)
Lucro do exercício atribuível a participações dos acionistas não controladores	4.985
Em 31 de dezembro de 2011	65.160
Ajustes de conversão de moeda	749
Dividendos	(8.813)
Derivativos de <i>hedge</i>	19
Benefícios a empregados	20
Prejuízo do exercício atribuível a participações dos acionistas não controladores	(28.644)
Aumento de capital	1.010
Outros	(590)
Em 31 de dezembro de 2012	28.911

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Planos de benefício definido

O Grupo tem planos de benefício definido para pensões por aposentadoria e assistência médica, cujas obrigações são determinadas anualmente com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes. A despesa calculada é reconhecida no resultado do exercício.

Os ativos do plano são geridos por entidades independentes especializadas. Os estudos detalhados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 aplicaram o método da unidade de crédito projetada e consideraram as seguintes estimativas e premissas atuariais:

	2012	2011
Taxa de desconto (em moeda local)		
Espanha	2,80%	5,00%
Índia	8,25%	8,60%
Marrocos	5,20%	5,20%
Turquia	6,80%	9,25%
Taxas de retorno esperadas sobre ativos do plano		
Espanha	2,80%	5,00%
Turquia	-	-
Taxa esperada de aumentos salariais		
Espanha	2,00%	3,00%
Índia	7,00%	7,00%
Marrocos	4,00%	4,00%
Turquia	2,00%	7,00%
Tabelas de mortalidade		
Espanha	PERMF 2000	PERMF 2000
Índia	LIC	LIC
Marrocos	TV 88/90	TV 88/90
Turquia	CSO1980 (Male / Female)	CSO1980 (Male / Female)
Taxas de tendência de custo médico		
Marrocos	3,00%	3,00%

As variações nas premissas atuariais são justificadas pela variações nas condições de mercado. As taxas de desconto dos passivos foram estimadas com base nas taxas de retorno de longo prazo dos títulos de alta classificação e com vencimentos similares a esses passivos. As taxas de crescimento do salário foram determinadas de acordo com a política salarial em vigor para os segmentos indicados.

De acordo com as avaliações atuariais, os custos de benefícios de pensão e assistência médica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

	Planos de pensão	
	2012	2011
Custo do serviço corrente	211	230
Custo dos juros	188	202
Liquidações	(747)	-
Taxa de retorno esperada sobre os ativos dos planos	(85)	(230)
Total da despesa (receita) dos planos de pensão	(I) (433)	202
Outros benefícios a empregados		
	2012	2011
Custo do serviço corrente	551	486
Custo dos juros	549	530
Reduções / liquidações	44	-
Total da despesa (receita) dos planos de pensão	(II) 1.144	1.015
Total da despesa (receita) dos planos de benefício definido	(I) + (II) (244)	1.217

Com base nos estudos atuariais mencionados acima, as despesas com obrigação de benefício definido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são compostas de:

	31/12/2012		
	Planos de pensão	Outros benefícios a empregados	Total
Obrigação de benefício definido – 1 de Janeiro	2.653	7.351	10.004
Benefícios e bônus pagos	(151)	-	(161)
Custo do serviço corrente	211	595	806
Reduções / liquidações	(747)	(787)	(1.534)
Custo dos juros	188	548	738
Ganhos e perdas atuariais	(103)	1.330	1.227
Variação do benefício do plano	16	-	16
Variações cambiais	182	(12)	170
Obrigação de benefício definido – 31 de dezembro	2.240	9.026	11.275
Valor dos fundos de pensão – 1 de Janeiro	3.554	-	3.554
Contribuições	(30)	-	(30)
Benefícios e bônus pagos	(684)	-	(684)
Receita esperada sobre os ativos dos fundos	106	-	106
Ganhos e perdas atuariais sobre a receita dos ativos dos fundos	280	-	280
Variações cambiais	(75)	-	(75)
Valor dos fundos de pensão – 31 de dezembro	3.151	-	3.151

	31/12/2011		
	Planos de pensão	Outros benefícios a empregados	Total
Obrigação de benefício definido – 1 de Janeiro	3.658	6.562	10.120
Benefícios e bônus pagos	(215)	-	(215)
Custo do serviço corrente	230	488	718
Variação / cancelamento do benefício do plano	-	(643)	(643)
Custo dos juros	202	530	732
Ganhos e perdas atuariais	(884)	385	(528)
Variações cambiais	(228)	14	(214)
Obrigação de benefício definido – 31 de dezembro	2.653	7.314	9.997
Valor dos fundos de pensão – 1 de Janeiro	3.620	-	3.620
Contribuições	178	-	178
Benefícios e bônus pagos	(215)	-	(215)
Receita esperada sobre os ativos dos fundos	230	-	230
Ganhos e perdas atuariais sobre a receita dos ativos dos fundos	(71)	-	(71)
Variações cambiais	(189)	-	(189)
Valor dos fundos de pensão – 31 de dezembro	3.554	-	3.554

OK

O Grupo reconhece os ganhos e perdas atuariais diretamente na rubrica específica do património líquido, sem nenhum impacto no resultado do exercício.

Movimentação dos ganhos e perdas atuariais líquidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31/12/2012	31/12/2011
Em 1 de Janeiro	3.729	2.704
Movimentação durante o exercício:		
Referente aos passivos	1.775	1.359
Referente aos ativos dos fundos	280	(71)
Imposto diferido correspondente	(166)	(271)
Participações dos acionistas não controladores	53	9
Em 31 de dezembro	<u>5.671</u>	<u>3.729</u>

A diferença entre o valor presente da obrigação do plano de benefícios e o valor de mercado dos ativos dos fundos para os últimos 6 anos é a seguinte:

Planos de pensão	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Valor presente da obrigação de benefício definido	2.249	2.653	3.656	3.608	3.848	2.375
Valor justo dos ativos do plano	(3.151)	(3.554)	(3.820)	(3.668)	(3.562)	(2.826)
Déficit / (superávit)	<u>(902)</u>	<u>(901)</u>	<u>(164)</u>	<u>140</u>	<u>286</u>	<u>(450)</u>
Obrigação por benefícios a empregados:						
Passivo circulante	53	-	56	108	356	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-
	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>108</u>	<u>356</u>	<u>-</u>
Déficit (superávit) do fundo	<u>(849)</u>	<u>(901)</u>	<u>(118)</u>	<u>(58)</u>	<u>(70)</u>	<u>(450)</u>
Exposição total	<u>(849)</u>	<u>(901)</u>	<u>(118)</u>	<u>(338)</u>	<u>(70)</u>	<u>(450)</u>
Outros benefícios a empregados						
	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Obrigação por benefícios a empregados:						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	9.025	7.314	2.176	2.063	2.072	-
Exposição total	<u>9.025</u>	<u>7.314</u>	<u>2.176</u>	<u>2.063</u>	<u>2.072</u>	<u>-</u>

Composição dos principais ativos dos fundos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Títulos a taxa fixa	31,1%	42,2%
Fundos de Investimento Imobiliário, fundos de <i>hedge</i> , caixa e seguros	68,9%	57,8%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

Planos de contribuição definida

No exercício findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os custos dos planos de contribuição definida totalizaram 581 mil euros e 595 mil euros.

27. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição da classificação em circulante e não circulante é como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisões não circulantes:		
Provisões para contingências fiscais e legais	-	2.574
Provisão para restauração das pedreiras	22.196	28.448
Custos rescisórios e outros custos de staff	3.235	2.255
Litígios	715	793
Outras provisões para riscos e despesas	9.076	3.760
	<u>35.222</u>	<u>37.830</u>
Provisões circulantes:		
Provisão para restauração das pedreiras	373	122
Custos rescisórios e outros custos de staff	20.401	188
Outras provisões para riscos e despesas	457	520
	<u>21.231</u>	<u>830</u>
Total	<u>56.453</u>	<u>38.660</u>

Provisão para restauração das pedreiras

A provisão para restauração das pedreiras representa a obrigação legal ou implícita do Grupo de restaurar o terreno usado pelas pedreiras. O pagamento dessa obrigação depende do período de operação e do tempo estimado para o início do trabalho de restauração. A redução em 2012 refere-se principalmente à reclassificação do negócio na China para "Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda" (Nota 35).

Custos rescisórios e outros custos de staff

Essa rubrica inclui principalmente as despesas referentes à provisão para reestruturação de pessoal a ser realizada nas áreas na Espanha e Turquia por um montante de 20.205 mil euros (Nota 8).

Outras provisões para riscos e despesas

Essa rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2012, 7.388 mil euros (31 de dezembro de 2011: 1.714 mil euros) referentes a provisões reconhecidas pela área de negócios na Índia durante o período como resultado de litígios com autoridades locais diferentes das descritas acima, principalmente decorrentes de multas no fornecimento de cimento a certas contrapartes que não estão em conformidade com o regulamento local aplicável.

Movimentação nos saldos das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Provisões para contingências fiscais	Provisão para restituição das pedreiras	Custos recatórios e outros custos de staff (Nota 8)	Líquido	Outras provisões para riscos e despesas	Total
Em 1 de janeiro de 2011	-	23.211	2.889	520	4.651	30.881
Ajustes de conversão de moeda	67	(885)	(1.028)	(44)	(272)	(1.950)
Aumentos	2.517	7.058	821	444	45	10.885
Reduções	-	(42)	(57)	(127)	(38)	(282)
Montante utilizado	-	(892)	(84)	-	(8)	(1.094)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>2.574</u>	<u>28.570</u>	<u>2.443</u>	<u>793</u>	<u>4.260</u>	<u>38.660</u>
Ajustes de conversão de moeda	(25)	175	85	-	(431)	(196)
Aumentos	-	1.078	21.421	1.718	10.888	35.103
Reduções	(50)	(892)	(128)	(603)	-	(1.674)
Montante utilizado	(2.489)	(494)	(81)	(16)	(81)	(3.160)
Transferências	-	(5.868)	(83)	(1.178)	(5.140)	(12.278)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>22.689</u>	<u>23.838</u>	<u>715</u>	<u>9.534</u>	<u>56.453</u>

Os aumentos e reduções nas provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram reconhecidos através de um lançamento correspondente nas seguintes contas:

	2012	2011
Imobilizado		
Terrenos	634	6.001
Ativos intangíveis:		
Direitos de exploração	-	45
Lucro do exercício		
Materiais de consumo e serviços	315	882
Custos de staff	28.708	696
Provisões	5.147	-
Receitas / despesas financeiras	625	818
Imposto de renda	-	1.999
Patrimônio líquido:		
Reservas	-	284
	<u>33.429</u>	<u>10.723</u>

As outras provisões para riscos e despesas cobrem riscos específicos do negócio resultantes das operações normais do Grupo.

28. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição dos empréstimos obtidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31/12/2012	31/12/2011
Passivo não circulante:		
Empréstimos bancários	8.226	29.531
	<u>8.226</u>	<u>29.531</u>
Passivo circulante:		
Empréstimos bancários	9.512	51.814
Conta garantida (Nota 40)	5.757	46.301
	<u>15.269</u>	<u>98.115</u>
	<u>23.495</u>	<u>127.646</u>

Composição dos empréstimos bancários e da conta garantida em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Tipo	Moeda	Taxa de Juros	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos bancários	Várias	Taxa variável Indexada ao Euribor & Libor – 4.5%	17.738	81.345
Conta garantida (Nota 40)	Várias	Taxa variável – 4%	5.757	46.301
			<u>23.495</u>	<u>127.646</u>

O cronograma de pagamento dos empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme apresentado abaixo:

Ano	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	98.115
2013	15.269	25.035
2014	4.655	4.296
2015	993	200
2016 em diante	2.378	-
	<u>23.495</u>	<u>127.646</u>

OK

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos estavam denominados nas seguintes moedas:

Moeda	31/12/2012		31/12/2011	
	Moeda	Euros	Moeda	Euros
EUR	8.048	8.048	1.221	1.221
USD	5.300	4.017	5.300	4.096
MAD	64.696	5.801	20.282	1.828
TRY	643	273	138.500	56.688
CNY	-	-	279.505	34.258
HKD	-	-	258.893	25.738
TND	10.978	5.357	7.404	3.817
		<u>23.495</u>		<u>127.646</u>

Além disso, o Grupo tem endividamento adicional referente ao negócio na China, no montante de 68.380 mil euros, denominado em CNY e HKD (Nota 35).

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira foram convertidos para euros pela taxa de câmbio vigente na data do balanço.

28. OBRIGAÇÕES SOB ARRENDAMENTO

Arrendamentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, não há contrato de arrendamento financeiro onde o Grupo atue como arrendador. Em 31 de dezembro de 2011, o contrato de arrendamento mencionado no parágrafo a seguir foi considerado como arrendamento financeiro pela Administração da Cimpor.

Arrendamentos operacionais

Como consequência da estratégia do Grupo Votorantim (o novo acionista desde dezembro de 2012) na área geográfica onde a moagem está instalada, e após a análise pela Administração da probabilidade de exercer a opção de prorrogar o contrato, eles decidiram reavaliar a classificação do arrendamento.

A obrigação sob contratos de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 refere-se principalmente à formalização de um contrato de arrendamento para operar uma fábrica de moagem localizada em Málaga, pertencente à coligada Cimentos de Antequera, S.A., com uma duração de 10 anos, onde o Grupo atua como arrendatário (Nota 39.4). A administração geral desse ativo foi assumida pela Cimpor, de modo que os riscos e benefícios desse ativo são considerados como totalmente transferidos.

Os pagamentos mínimos futuros do arrendamento sob o contrato e o valor presente dos pagamentos mínimos líquidos são como segue:

	2012		2011	
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro
Dentro de 1 ano	27	25	1.634	2.239
Após 1 ano, mas não mais do que 5 anos	89	6	6.933	9.059
Mais de 5 anos	-	-	8.965	9.747
	<u>96</u>	<u>31</u>	<u>17.632</u>	<u>21.045</u>

Adicionalmente, o Grupo firmou contratos de arrendamento comercial em relação a certos veículos automotivos e outros ativos. Esses arrendamentos têm uma vida média entre 3 e 5 anos, sem nenhuma opção de renovação incluída nesses contratos.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sob arrendamentos operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

	2012	2011
Dentro de 1 ano	2.178	1.483
Após 1 ano, mas não mais do que 5 anos	11.336	6.677
Mais de 5 anos	5.919	15.104
	<u>19.433</u>	<u>23.144</u>

Não há arrendamentos comerciais significativos onde o Grupo atue como arrendador.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIRO DERIVATIVOS

De acordo com a política de gestão de riscos em vigor, vários instrumentos financeiros derivativos foram contratados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 para proteger o risco da taxa de juros.

Esses instrumentos são contratados após a avaliação dos riscos aos quais seus ativos e passivos estão expostos e avaliação de quais instrumentos disponíveis no mercado são mais adequados para proteger o risco.

O reconhecimento de instrumentos financeiros e sua classificação como instrumento de *hedge* ou de negociação são baseados nas disposições da IAS 39.

A contabilização de *hedge* é aplicável a instrumentos financeiros derivativos que são efetivos em relação à eliminação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos ativos/passivos. A efetividade dessas operações é verificada em base trimestral. A contabilização de *hedge* cobre fluxos de caixa.

Instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa são instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco da taxa de juros. As variações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas nas reservas. O ganho ou perda referente à parcela inefetiva é reconhecido imediatamente no resultado.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	31/12/2012			
	Outros ativos		Outros passivos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa				
Swaps de taxa de câmbio e taxa de juros	-	629	-	-
	-	629	-	-
	31/12/2011			
	Outros ativos		Outros passivos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa				
Swaps de taxa de câmbio e taxa de juros	-	383	-	-
	-	383	-	-

O cronograma abaixo mostra as operações que se qualificam como instrumentos de *hedge* de valor justo em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

31/12/2012					
Tipo de <i>hedge</i>	Valor de referência	Tipo de operação	Vencimento	Objetivo financeiro	Valor justo (Nota 21)
Fluxo de caixa	USD 6.300.000	Swaps de moeda	Agosto de 2014	Hedge de 100% do capital e juros de um empréstimo em USD	629

31/12/2011					
Tipo de hedge	Valor de referência	Tipo de operação	Vencimento	Objetivo financeiro	Valor Justo (Nota 21)
Fluxo de caixa	USD 5.300.000	Swaps de moeda	Agosto de 2014	Hedge de 100% do capital e juros de um empréstimo em USD	383

31. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Composição dessa rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Pessoal	4.082	-	2.114	-
Fornecedores de ativos fixos	5.362	-	8.269	-
Valores a pagar a partes relacionadas (Nota 39.1)	3.293	-	15.173	-
Outros credores	4.571	490	8.643	21
	<u>17.308</u>	<u>490</u>	<u>34.199</u>	<u>21</u>

32. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Composição dessa rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Juros a pagar	711	-	1.944	-
Remuneração a pagar	1.363	82	1.917	68
Subvenções governamentais	1.599	4.116	1.517	5.779
Outras despesas diferidas	1.400	16	2.191	11
	<u>5.073</u>	<u>4.214</u>	<u>7.569</u>	<u>5.878</u>

As subvenções governamentais foram recebidas para a compra de certos itens do imobilizado. Não há condições não cumpridas ou contingências em relação a essas subvenções.

33. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

A composição dessa rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fornecedores - conta corrente	50.970	63.082
Faturas a pagar ainda não recebidas	5.886	5.189
Duplicatas a pagar	27.831	34.326
Adiantamentos de clientes	3.173	2.897
	<u>87.440</u>	<u>105.473</u>

As rubricas "Fornecedores" e "Adiantamentos de clientes" incluem saldos com partes relacionadas no montante de 9.129 mil euros (2011: 17.456 mil euros) (Nota 39.1).

34. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 31 de dezembro de 2012, a administração da VCEAA decidiu alienar o negócio na China. Circunstâncias de mercado fazem o negócio na China operar em um ambiente imprevisível, dificultando a gestão para obter um crescimento real e lucratividade da área operacional. A alienação deve estar concluída até 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, o negócio na China foi classificado como um grupo de alienação mantido para venda e como uma operação descontinuada. Os resultados do negócio na China para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentados abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas	64.626	128.820
Despesas	(100.752)	(120.455)
Lucro bruto	(36.126)	8.385
Despesas financeiras (a)	(13.105)	(7.311)
Lucro / (prejuízo) antes de impostos de operações descontinuadas (Nota 11)	(49.231)	1.054
Recella de impostos:		
Referentes ao lucro antes de impostos (Nota 11)	(2.135)	(2.740)
Lucro / (prejuízo) do exercício de operações descontinuadas	(51.366)	(1.686)
Total do resultado abrangente do exercício de operações descontinuadas, líquido de impostos	(51.366)	(1.686)

(a) Uma parcela significativa dessas despesas financeiras é devido a empréstimos entre empresas do grupo divulgados na Nota 39.1.

35. ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Equipamentos mantidos para venda (a)	12.564	12.069
Ativos relacionados aos negócios na China (b)	207.943	-
	<u>220.507</u>	<u>12.069</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo tinha a intenção de alienar um equipamento de piro-processamento que não estava sendo utilizado. Em junho de 2012 um contrato de venda foi assinado com uma parte relacionada (Nota 39.4). A Administração espera que o equipamento seja entregue nos primeiros meses de 2013. Nenhuma perda por *impairment* foi reconhecida na reclassificação do equipamento de piro-processamento mantido para venda em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

(b) Conforme descrito na Nota 34, o Grupo está tentando alienar seu negócio na China. As principais classes de ativos e passivos do negócio na China na data da preparação dessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* são as seguintes:

	<u>31/12/2012</u>
Imobilizado	132.014
Ágio (Nota 13)	21.685
Outros ativos intangíveis	15.715
Imposto diferido ativo (Nota 12)	7.382
Estoques	15.297
Outros ativos circulantes	10.080
Caixa e equivalentes de caixa	5.770
Total	<u>207.943</u>
Fornecedores e demais contas a pagar	(6.070)
Imposto diferido passivo (Nota 12)	(7.382)
Outros passivos circulantes	(12.099)
Empréstimos entre empresas do grupo (Nota 39.1)	(116.536)
Empréstimos bancários (Nota 28)	(68.380)
Provisões	(12.187)
Total	<u>(222.654)</u>
	<u>(14.711)</u>

A rubrica "Outros passivos circulantes" inclui saldos com partes relacionadas no montante de 1.502 mil euros.

Os fluxos de caixa de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Fluxos de caixa de operações descontinuadas

	2012	2011
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	5.271	7.729
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(9.255)	(10.655)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	2.986	3.262
Fluxos de caixa líquidos	(998)	335

Imediatamente antes da classificação do negócio na China como um ativo mantido para venda, o valor recuperável dos ativos foi estimado. Após a classificação, uma baixa no montante de 12.790 mil euros foi reconhecida para reduzir o valor contábil do imposto diferido ativo. Isso foi reconhecido em operações descontinuadas na demonstração combinada do resultado.

36. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Princípios Gerais

Durante o curso normal de suas atividades, as empresas estão expostas a vários riscos financeiros, que podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juros
- Risco de taxa de câmbio
- Risco de liquidez
- Risco de crédito

O risco financeiro é considerado como a probabilidade de obter um resultado positivo ou negativo diferente do esperado, que pode alterar de forma relevante e inesperada o patrimônio líquido das empresas.

A gestão desses riscos, que decorre da imprevisibilidade dos mercados financeiros, requer uma aplicação prudente das normas e métodos aprovados pelo Comitê Executivo Corporativo, com o objetivo final de minimizar os possíveis efeitos do comportamento desses mercados nos lucros do Grupo.

Em termos gerais, posição especulativas não são tomadas e, portanto, o único objetivo de todas as operações realizadas nessa gestão é controlar os riscos existentes aos quais as empresas estão inevitavelmente expostas. Proteger o risco da taxa de juros e o risco da taxa de câmbio normalmente significa contratar derivativos financeiros no mercado de balcão, envolvendo um número limitado de contrapartes com altas classificações e junto a entidades financeiras.

Toda a gestão de riscos, enfocada nesse objetivo, é realizada de acordo com duas principais preocupações:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações no lucro/prejuízo e fluxos de caixa que estão expostos ao risco:
- Limitar o desvio da curva das previsões financeiras através de um planejamento financeiro meticuloso baseado em orçamentos de vários anos.

Além disso, outra preocupação do Grupo é que os processos para a gestão desses riscos atendem a necessidades de informações Internas e também a requisitos externos (reguladores, auditores, mercados financeiros e outras partes Interessadas).

Risco de taxa de juros

A exposição do Grupo ao risco da taxa de Juros provém do fato de que o seu balanço patrimonial inclui ativos e passivos financeiros que foram contratados a taxas de juros fixas e variáveis. No primeiro caso, o Grupo está sujeito ao risco de variação no valor justo desses ativos e passivos, em que qualquer variação nas taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, essa mesma variação tem um impacto direto nos juros pagos ou recebidos, resultando em variações no "Fluxo de caixa".

Para proteger esse tipo de risco, de acordo com as expectativas do Grupo sobre as taxas de mercado, contratos a termo de taxas, ou preferencialmente swaps de taxas de Juros, podem ser contratados.

Risco de taxa de câmbio

A internacionalização do Grupo o leva a estar exposto ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

Os efeitos cambiais da conversão das demonstrações financeiras locais nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo podem ser mitigados através de *hedge* dos Investimentos líquidos feitos nesses países. Porém, o Grupo tem feito isso esporadicamente porque considera o custo dessas operações (a diferença entre as taxas de juros locais e a moeda de referência do Grupo) geralmente muito alto em vista dos riscos envolvidos.

Quando protegemos o risco da taxa de câmbio, normalmente utilizamos contratos a termo e opções de troca padrão geralmente com vencimento em menos de 1 ano.

O Grupo não realiza operações cambiais que não cobrem posições existentes ou contratadas.

A demonstração combinada *carve-out* do resultado para 2012 e 2011 mostra um impacto positivo decorrente da decisão de não proteger os riscos da moeda devido ao desempenho positivo de certas moedas com as quais o Grupo opera em relação ao euro.

O Grupo tem financiamentos em moedas diferentes do Euro. A exposição dos saldos líquidos a moedas diferentes do Euro é detalhada abaixo:

	2012		2011	
	Valor do empréstimo	Moeda	Valor do empréstimo	Moeda
Marrocos	64.698	MAD	20,282	MAD
Índia	5.300	USD	5,300	USD
Turquia	643	TRY	138,500	TRY
China	354.160	CNY	279,505	CNY
China	258.700	HKD	258,693	HKD
Tunísia	10.978	TND	7,404	TND

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica manter um nível apropriado de caixa disponível para assegurar o curso normal das atividades do Grupo. Esse risco é monitorado através de um orçamento de caixa, que é revisado regularmente.

Os excedentes de caixa das diferentes Áreas de Negócio são, quando possível, remetidos para a controladora, através do pagamento de dividendos ou disponibilizados para outras áreas com insuficiência de recursos, através de empréstimos entre empresas do Grupo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de que uma contraparte não cumpra suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, levando a uma perda financeira. O Grupo está exposto a risco de crédito de suas atividades operacionais (principalmente contas a receber de clientes) e de suas atividades de financiamento, incluindo depósitos junto a bancos e instituições financeiras, transações de câmbio e outros instrumentos financeiros.

Quando o Grupo estabelece relações contratuais diferentes com terceiros, ele assume o risco da probabilidade de não cumprimento ou até mesmo, em um cenário extremo, de inadimplência de uma contraparte.

O Grupo procura limitar sua exposição a risco de crédito de contas bancárias e outras aplicações financeiras e derivativos contratados junto a instituições financeiras através de uma seleção cuidadosa das outras empresas, levando em consideração sua classificação e a natureza e o vencimento das operações.

Com base nas informações atualmente disponíveis, nenhuma perda devido a inadimplência das contrapartes é esperada.

Análise de sensibilidade

a) Taxa de juros

A exposição a risco de taxa de juros resulta em variabilidade das despesas financeiras do Grupo.

Os resultados de uma análise de sensibilidade da exposição em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentados abaixo: com todas as outras premissas permanecendo constante, uma alteração paralela de +/-0.5% na curva da taxa de juros representaria aproximadamente aumento / redução nas despesas financeiras (antes de impostos), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012		2011	
	-0.5%	+0.5%	-0.5%	+0.5%
Despesa de juros	3.258	(3.258)	2.726	(2.726)

b) Taxa de câmbio

As tabelas abaixo mostram a sensibilidade a uma alteração razoavelmente possível nas taxas de câmbio abaixo, com todas as outras variáveis permanecendo constantes. O impacto é devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários. Não há exposição a outras moedas.

OK

	2012		2011	
	-10%	+10%	-10%	+10%
USD	(365)	446	(372)	455
MAD	(527)	645	(166)	203
TRY	7.210	(8.812)	(5.153)	6.299
CNY	(1.962)	2.398	(1.089)	1.306
HKD	5.237	(6.401)	4.631	(5.681)
TND	(487)	595	(347)	424
	<u>9.106</u>	<u>(11.129)</u>	<u>(2.476)</u>	<u>3.027</u>

37. LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO2

De acordo com a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho 2003/87/CE, o governo espanhol aprovou a lista das instalações que receberam licenças de emissão e que podem estar envolvidas em permissões de emissões de negociação para o período de 2008 a 2012.

Quatro fábricas do Grupo, todas localizadas na Espanha (Oural, Toral de los Vados, Córdoba e Niebla Production Centres), receberam licenças referentes a direitos de emissão anual de 2.025.769 toneladas (período de 2008 a 2012).

As emissões estimadas dessas fábricas eram de 1.212.176 toneladas e 1.346.030 toneladas de CO2 durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, parte do CO2 não utilizado no processo produtivo, especificamente 14.000 toneladas e 575.000 toneladas de CO2 do total de 2.025.769 toneladas concedidas foram vendidas para terceiros, e também várias trocas de permissões de emissão de CO2 por Reduções de Emissões Certificadas (CER) foram contratados com instituições financeiras. Essas operações (venda de CO2 e troca de CO2 por CERs) geraram um ganho de 96 mil euros e 7.666 mil euros em 2012 e 2011, respectivamente, reconhecido na rubrica "Outras receitas operacionais" (Nota 6).

38. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos contingentes

Como resultado de suas atividades normais, o Grupo está envolvido em vários processos judiciais referentes a produtos e serviços e relacionado também a assuntos tributários, ambientais e trabalhistas. O desfecho desses processos, com base em informações atuais, não deve ter um impacto relevante na posição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa do Grupo.

Na Espanha, os passivos contingentes mais significativos são referentes a autuações fiscais da Corporación Noroeste, S.A. para os exercícios fiscais de 2002 a 2004. As autoridades fiscais lançaram um valor de tributos de aproximadamente 5 milhões de euros (incluindo juros), que até o momento foi reduzido em aproximadamente 4 milhões de euros através da acatamento de certos itens contestados pelo Grupo, os ajustes ao lucro tributável como identificado pelas autoridades fiscais resultam principalmente de uma divergência na interpretação das leis tributárias aplicadas a certas transações. A administração acredita que o desfecho dos processos em andamento para contestar esses ajustes não resultará em custos significativos para o Grupo. Essa conclusão está suportada pela opinião de seus assessores legais e tributários, que avaliam a possibilidade de perda desses processos como remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo ofereceu garantias a terceiros nos montantes de 24.334 mil euros e 22.932 mil euros, respectivamente. Composição das garantias oferecidas a terceiros:

	2012	2011
Garantias oferecidas:		
Para processos tributários em andamento (Nota 11)	4.939	4.644
Entidades de financiamento	1.793	-
A fornecedores	2.711	3.835
Outros	14.891	14.453
	<u>24.334</u>	<u>22.932</u>

Os valores reconhecidos na rubrica "Outros" referem-se principalmente a garantias concedidas a autoridades locais como consequência dos direitos de mineração por um montante de 3.304 mil euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e valores concedidos à Cementos Antequera, S.A. em garantia de instalações alugadas (Nota 39.4) por um montante de 4.200 mil euro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Compromissos

No curso normal de suas atividades, o Grupo assume compromissos referentes principalmente à aquisição de equipamentos (como parte das transações envolvendo Investimentos em andamento) e à compra e venda de participações acionárias.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, há compromissos referentes a contratos para a aquisição de imobilizado e estoques:

	2012	2011
Compromissos:		
Marrocos	2.761	3.174
Espanha	13.780	12.780
Índia	1.151	1.664
China	3.006	-
	<u>20.698</u>	<u>17.618</u>

39. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre os Negócios-Alvo da Cimpor foram eliminados na preparação dessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e não estão divulgados nesta nota.

Composição das transações entre os Negócios-Alvo da Cimpor e outras partes relacionadas: Nesse sentido, partes relacionadas são todas as partes dentro dos grupos Votorantim e Cimpor.

39.1. Transações comerciais e saldos

Durante o exercício, os Negócios-Alvo da Cimpor celebraram as seguintes transações comerciais com partes relacionadas que não fazem parte do Grupo:

	Vendas de produtos/Serviços prestados		Compras de produtos/Serviços prestados	
	2012	2011	2012	2011
Cimpor Trading	6.124	2.881	34.154	30.784
Cimpor Inversiones	136	662	11.483	15.942
VCEAA	450	-	2.614	-
Outras empresas da Cimpor	394	438	6.128	11.747
Grupo Votorantim	1.029	224	19	610
	<u>8.133</u>	<u>4.208</u>	<u>54.599</u>	<u>59.082</u>

	Receita de juros		Despesa de juros	
	2012	2011	2012	2011
Cimpor Trading	254	256	376	317
Cimpor Inversiones	1.712	4.428	22.628	21.680
VCEAA	305	-	6.253	-
Outras empresas da Cimpor	428	363	28	2.151
Grupo Votorantim	-	-	645	897
	<u>2.700</u>	<u>5.047</u>	<u>29.930</u>	<u>24.848</u>

	Dividendos distribuídos	
	2012	2011
Cimpor Trading	-	-
Cimpor Inversiones	25.991	33.043
VCEAA	8.612	-
Outras empresas da Cimpor	-	-
Grupo Votorantim	-	-
	<u>34.603</u>	<u>33.043</u>

As vendas e compras de produtos e serviços prestados a partes relacionadas foram realizados a preços de mercado.

Os saldos abaixo estavam em aberto na data do balanço:

	Valores devidos por partes relacionadas		Valores devidos a partes relacionadas	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Cimpor Trading	14	550	1.042	5.978
Cimpor Inversiones	-	279	-	23.794
VCEAA	545	-	10.829	-
Outras empresas da Cimpor	231	287	1.271	2.871
Grupo Votorantim	83	178	20	20
	<u>874</u>	<u>1.294</u>	<u>13.862</u>	<u>32.629</u>

AM

	Empréstimos concedidos a empresas do Grupo		Empréstimos recebidos de empresas do grupo	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12 (b)	31/12/11 (a)
Cimpor Trading	-	-	-	1.023
Cimpor Inversiones	-	9.454	-	580.837
VCEAA	721	-	300.605	-
Outras empresas da Cimpor	32	8.202	-	-
Grupo Votorantim	52	-	-	-
	<u>806</u>	<u>17.656</u>	<u>300.605</u>	<u>581.860</u>

a) Estes valores foram classificados como passivo circulante e não circulante no balanço patrimonial combinado *carve-out*.

b) Estes valores não incluem 116.576 mil euros correspondentes a China (ver Nota 35).

39.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração de diretores e outros membros do pessoal-chave da administração durante o exercício é apresentada abaixo:

	2012	2011
Salários e ordenados	3.445	2.693
Benefícios de longo prazo	143	136
	<u>3.588</u>	<u>2.829</u>

A remuneração de diretores e principais executivos é determinada pelo comitê de remuneração, levando em consideração o desempenho dos indivíduos e as tendências do mercado.

39.3. Contribuições dos acionistas

Em 10 de dezembro de 2012, a Assembleia Geral dos Acionistas da Corporación Noroeste, S.A. (cujo principal acionista naquela data era a Cimpor Inversiones, S.A.) aprovou uma integralização em dinheiro às reservas da Corporación Noroeste, S.A. no montante de 219.622 mil euros. Esse valor foi utilizado para cancelar parcialmente o empréstimo com a Cimpor Inversiones, S.A.

39.4. Outras transações entre partes relacionadas

Em 2011 a Corporación Noroeste, S.A. e duas de suas controladas assinaram um contrato com as empresas relacionadas Arenor, S.L. e Arenor Hormigón Sevilla, S.L., através do qual a Corporación Noroeste, S.A. vendeu sua participação na Arenor, S.L. àquela empresa (Nota 16). Conforme esse contrato, os contratos de arrendamento (cujo valor tinha sido pago antecipadamente pela Corporación Noroeste, S.A.) foram cancelados, em troca do imobilizado e intangíveis (Notas 14 e 15).

Deve-se observar que a empresa Cements Antequera, S.A., com a qual o Grupo mantém um contrato de arrendamento como mencionado na Nota 29, é uma colgada (Nota 4).

Além disso, deve-se ressaltar que a contraparte no contrato de venda de equipamentos de piro-processamento indicados na Nota 35 é uma controlada do Grupo Cimpor.

Em novembro de 2011, Cimpor Inversiones, S.A. vendeu sua participação direta no capital de Betocim, S.A. (uma subsidiária Marroquina) para sua subsidiária Asment de Temara, S.A. (também localizada no Marrocos) por 8,5 milhões de euros.

Além do mencionado acima, honorários de 12.979 mil euros e 16.278 mil euros em 2012 e 2011, respectivamente, foram incorridos e pagos, sendo uma alocação apropriada de custos incorridos pelos respectivos departamentos administrativos, provenientes de certos serviços administrativos prestados a nível corporativo.

40. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração combinada *carve-out* dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem recursos em caixa e em bancos, líquido de valores da conta garantida. Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser reconciliados com os respectivos itens no balanço patrimonial combinado *carve-out*, como segue:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Caixa e equivalentes de caixa	85.380	57.470
Conta garantida (Nota 28)	(5.757)	(46.301)
	<u>59.623</u>	<u>11.169</u>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa incluído no grupo de ativos mantidos para venda totaliza 5.770 mil euros (Nota 35), que é considerado na demonstração dos fluxos de caixa.

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de janeiro de 2013, o Grupo adquiriu uma participação de 48,0% na C+PA Cimento e Produtos Associados, S.A., que detém uma participação de 25,0% na Cimpor Macau Investment na China, por um preço de compra de 10,4 milhões de euros. Essa participação adicional foi adquirida para ser vendida junto com a participação controladora restante adquirida na China como parte da transação descrita na Nota 1 dessas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* (Nota 35).

Não ocorreram outros eventos significativos após a data do balanço que possam afetar os Negócios-Alvo da Cimpor além daqueles descritos na Nota 1 dessas demonstrações financeiras *carve-out*.

Tradução das demonstrações financeiras combinadas "carve-out" originalmente emitidas em Inglês e preparadas com base na estrutura conceitual para elaboração de relatórios financeiros aplicável para os Negócios-Alvo da Cimpor (conforme Notas explicativas 1 e 2). Em caso de discrepância, deve prevalecer a versão emitida no idioma Inglês

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações Financeiras Intermediárias não Auditadas da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2013 e Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Votorantim Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas em
31 de março de 2013
e relatório de revisão



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Cimentos S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Votorantim Cimentos S.A. (a "Companhia"), em 31 de março de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da Votorantim Cimentos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), em 31 de março de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Votorantim Cimentos S.A.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais condensadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos – informações suplementares

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 29 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Votorantim Cimentos S.A.

Balanco patrimonial intermediário Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado						
		31/03/2013	31/12/2012	31/12/2012	01/01/2012		31/03/2013	31/12/2012	Reformulado (*)	Reformulado (*)					
Passivo e patrimônio líquido															
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.448	5.565	221.770	221.770		520.444	399.403	1.233.029	606.875	404.402				
Aplicações financeiras	8	1.094.195	1.334.899	1.856.843	1.450.510		390.211	394.528	768.959	856.226	662.532				
Contas a receber de clientes	9	292.376	221.738	910.690	786.077		102.032	134.285	177.695	227.543	151.373				
Estoques	10	424.636	382.361	1.176.677	1.162.101		40.208	90.630	70.937	51.186	132.862				
Tributos a recuperar	11	95.048	85.890	239.373	176.195		118.015	207.487	243.222	207.487	181.473				
Imposto de renda e contribuição social	11	179.308	79.746	191.907	83.920	12	365.250	429.188	388.051	439.122	274.031				
Adiantamentos a fornecedores	11	58.950	72.904	92.635	110.174		18.044	11.328	118.009	18.622	14.370				
Dividendos a receber	12	70.973	70.973	512	7.552		75.647	155.946	328.452	328.452	36.826				
Outros ativos		82.663	85.951	144.326	94.816		85.990	83.298	211.467	107.383	57.993				
		2.303.597	2.349.527	4.888.017	5.527.093		1.849.393	1.886.739	3.416.313	3.226.287	2.136.181				
Ativos classificados como mantidos para venda	26	682.154	701.214	1.382.652	701.214		1.849.393	1.886.739	3.416.313	3.226.287	2.136.181				
		2.985.751	2.349.527	6.270.669	6.228.307		1.849.393	1.886.739	3.416.313	3.226.287	2.136.181				
Passivos classificados como mantidos para venda															
Não circulante															
Partes relacionadas	12	58.909	32.824	115.621	16.418		1.849.393	1.886.739	3.416.313	3.226.287	2.136.181				
Depósitos judiciais		174.001	193.821	207.238	246.470										
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17(b)	276.202	532.808	738.089	971.979										
Tributos a recuperar	11	122.359	26.055	211.034	41.296										
Outros ativos		38.480	48.491	228.962	242.247										
		670.551	833.999	1.500.944	1.518.410		1.849.393	1.886.739	3.416.313	3.226.287	2.136.181				
Investimentos	13	11.316.874	12.138.697	1.295.063	2.050.601										
Imobilizado	14	4.684.170	4.457.809	9.289.486	9.320.844										
Intangível	15	784.331	772.166	4.699.227	4.798.437										
		16.785.375	17.408.672	15.283.776	16.169.882										
Total do ativo		20.441.677	20.592.198	23.055.389	23.916.599		15.694.608	15.934.227	18.058.756	19.008.753	13.186.113				
Patrimônio líquido															
Capital social	19														
Reserva para incentivos fiscais															
Reservas de lucros															
Lucros acumulados															
Ajustes de avaliação patrimonial															
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas															
Participação dos acionistas não controladores															
Total do patrimônio líquido															
Total do passivo e patrimônio líquido															

(*) Ver nota 3.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração intermediária do resultado Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
					Reformulado (*)
Operações continuadas					
Receita	20	1.393.611	1.320.041	2.480.784	2.057.784
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(837.272)	(802.919)	(1.759.620)	(1.418.590)
Lucro bruto		556.339	517.122	721.164	639.194
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas		(118.023)	(70.531)	(186.196)	(112.762)
Gerais e administrativas		(114.108)	(85.956)	(181.107)	(127.888)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	17.363	13.468	91.886	47.126
		(214.768)	(143.019)	(275.417)	(193.524)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		341.571	374.103	445.747	445.670
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	13	39.294	66.050	389	18.625
		39.294	66.050	389	18.625
Receitas financeiras		82.018	69.562	87.447	91.918
Despesas financeiras		(166.528)	(178.858)	(213.852)	(206.371)
Variações cambiais, líquidas		3.357	3.435	12.967	8.063
Resultado financeiro líquido	24	(81.153)	(105.861)	(113.438)	(106.390)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		299.712	334.292	332.698	357.905
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	17(a)	(12.283)	(51.516)	(52.237)	(79.520)
Diferidos		(93.169)	(38.342)	(72.931)	(28.089)
Lucro líquido do trimestre proveniente de operações continuadas		194.260	244.434	207.530	250.296
Operações descontinuadas					
Prejuízo do trimestre das operações descontinuadas	26			(11.353)	
Lucro líquido do trimestre		194.260	244.434	196.177	250.296
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		194.260	244.434	194.260	244.434
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				1.917	5.862
Lucro líquido do trimestre		194.260	244.434	196.177	250.296
Quantidade de ações total - milhares (**)		5.437.500	5.437.500	5.437.500	5.437.500
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (**)		0,036	0,045	0,036	0,045
Das operações continuadas:					
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (**)		0,036	0,045	0,037	0,045
Das operações descontinuadas:					
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (**)				(0,001)	

(*) Ver nota 3.2

(**) Ajustado retrospectivamente pelos desdobramentos de ações aprovados em 30 de abril e 27 de maio de 2013. Ver nota 19(a)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração intermediária do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do trimestre	<u>194.260</u>	<u>244.434</u>	<u>196.177</u>	<u>250.296</u>
Outros componentes do resultado abrangente do trimestre (a serem posteriormente reclassificados para o resultado)				
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	24.328	(34.181)	22.100	(34.181)
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	83.526	3.875	83.526	3.875
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	<u>(175.043)</u>	<u>(68.477)</u>	<u>(175.043)</u>	<u>(69.516)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do trimestre	<u>(67.189)</u>	<u>(98.783)</u>	<u>(69.417)</u>	<u>(99.822)</u>
Total dos resultados abrangentes do trimestre	<u>127.071</u>	<u>145.651</u>	<u>126.760</u>	<u>150.474</u>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores				
Operações continuadas			138.424	145.651
Operações descontinuadas			<u>(11.353)</u>	
Resultado abrangente atribuível aos acionistas				
Controladores			127.071	145.651
Não controladores			(311)	4.823

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração intermediária das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva para incentivos fiscais	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Retenção	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 1 de janeiro de 2012	2.746.024	360.648	272.230	1.691.705		155.762	5.226.369	5.418.417
Total do resultado abrangente do trimestre								
Lucro líquido do trimestre					244.434		244.434	250.296
Outros componentes do resultado abrangente do trimestre						(98.783)	(98.783)	(99.822)
Total do resultado abrangente do trimestre					244.434	(98.783)	145.651	150.474
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		40.413		(1.562.990)	(40.413)		(1.562.990)	(1.562.990)
Constituição de reserva para incentivos fiscais		40.413		(1.562.990)	(40.413)		(1.562.990)	(1.562.990)
Dividendos (R\$ 0,287 por ação) (*)		401.061	272.230	128.715	204.021	56.979	3.809.030	4.005.901
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		401.061	272.230	128.715	204.021	56.979	3.809.030	4.005.901
Em 31 de março de 2012	2.746.024	544.441	353.070	436.711		577.725	4.657.971	4.907.846
Em 1 de janeiro de 2013								
Total do resultado abrangente do trimestre					194.260	(67.189)	194.260	196.177
Lucro líquido do trimestre					194.260		194.260	196.177
Outros componentes do resultado abrangente do trimestre						(67.189)	(67.189)	(69.417)
Total do resultado abrangente do trimestre					194.260	(67.189)	127.071	126.760
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		51.639		62.027			62.027	62.027
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados				62.027			62.027	62.027
Constituição de reserva para incentivos fiscais		51.639		(51.639)			(100.000)	(100.000)
Dividendos (R\$ 0,018 por ação) (*)		51.639		(100.000)			(37.973)	(37.973)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		51.639		(51.639)			(100.000)	(100.000)
Em 31 de Março de 2013	2.746.024	596.080	353.070	436.711	104.648	510.536	4.747.069	4.996.633

(*) Ajustado retrospectivamente pelos desdobramentos de ações aprovados em 30 de abril e 27 de maio de 2013. Ver Nota 19 (a)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração intermediária dos fluxos de caixa Períodos findos em 31 de março Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais					Reformulado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social incluindo operações descontinuadas		299.712	334.292	320.189	357.905
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	14 e 15	50.790	53.575	173.368	125.582
Ganho na venda do imobilizado	21	(1.397)	(268)	(2.365)	(2.391)
Equivalência patrimonial	13	(39.294)	(66.050)	(389)	(18.625)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	2.010	298	7.352	1.345
Provisão (reversão) para perdas de estoques		(17.069)	(969)	(20.920)	2.610
Juros, variações monetárias e cambiais		169.588	199.227	162.807	187.548
Provisões para processos judiciais	18	7.025	14.899	45.740	49.551
		<u>471.365</u>	<u>535.004</u>	<u>685.782</u>	<u>703.525</u>
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras		240.504	(284.302)	175.588	(214.210)
Contas a receber de clientes		(72.648)	(68.013)	(37.196)	(6.267)
Estoques		(15.206)	29.172	26.344	(23.358)
Tributos a recuperar		(5.993)	(5.563)	542	(42.969)
Partes relacionadas		(22.263)	(164.771)	(6.942)	(206.195)
Outros ativos		38.828	(1.677)	41.116	(37.218)
Fornecedores		(4.317)	22.778	(89.267)	(6.796)
Tributos a recolher		27.385	50.269	35.725	88.654
Salários e encargos sociais		(32.253)	(33.651)	(49.938)	(41.024)
Adiantamento de clientes		6.716	229	139.184	557
Contas a pagar e outros passivos		(131.090)	(28.915)	(128.168)	(62.407)
Caixa proveniente das operações		<u>501.028</u>	<u>50.560</u>	<u>792.770</u>	<u>152.292</u>
Juros pagos	16	(86.495)	(55.437)	(98.564)	(67.271)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(297)	(22.140)	(8.615)	(109.327)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		<u>414.236</u>	<u>(27.017)</u>	<u>685.591</u>	<u>(24.306)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em investidas	13	(3.949)	(12.946)		
Aquisição de investimento C+PA	1(a)			(17.200)	
Aquisição de investimento Cimentos Artigas	1(b)			(50.795)	
Aquisição de investimento Cimentos Avellaneda	1(b)			(121.909)	
Aquisição de investimento VCEAA	1(b)			(155.946)	
Aquisição de imobilizado	14	(292.204)	(351.740)	(369.463)	(418.956)
Aumento do intangível	15	(17.889)	(755)	(18.572)	(5.701)
Adiantamento aos acionistas controladores	12	(12.823)		(99.606)	
Recebimento pela venda de imobilizado		1.992	347	16.252	6.157
Recebimento de dividendos			26.995	12.490	12.609
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(324.873)</u>	<u>(338.099)</u>	<u>(804.749)</u>	<u>(405.891)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de recursos	16	45.885	1.860.579	90.931	1.890.657
Liquidação de empréstimos e financiamentos	16	(38.830)	(24.115)	(492.320)	(61.210)
Partes relacionadas, líquidas		5.346	(79.350)	2.740	(79.034)
Dividendos pagos		(101.881)	(1.386.440)	(109.060)	(1.385.850)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		<u>(89.480)</u>	<u>370.674</u>	<u>(507.709)</u>	<u>364.563</u>
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa de empresas no exterior				(34.177)	(5.609)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(117)	5.558	(626.867)	(65.634)
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre		<u>5.565</u>	<u>5.370</u>	<u>936.254</u>	<u>221.770</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do trimestre		<u>5.448</u>	<u>10.928</u>	<u>275.210</u>	<u>150.527</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Votorantim Cimentos S.A.

Demonstração intermediária do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços	20	1.859.829	1.763.088	3.127.650	2.674.685
Outras receitas	21	17.363	13.468	91.886	47.126
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(2.010)	(298)	(7.352)	(1.345)
		<u>1.875.182</u>	<u>1.776.258</u>	<u>3.212.184</u>	<u>2.720.466</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e serviços vendidos		(627.937)	(599.421)	(1.245.563)	(1.040.378)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(191.917)	(168.048)	(333.581)	(243.482)
		<u>(819.854)</u>	<u>(767.469)</u>	<u>(1.579.144)</u>	<u>(1.283.860)</u>
Valor adicionado bruto		<u>1.055.328</u>	<u>1.008.789</u>	<u>1.633.040</u>	<u>1.436.606</u>
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	14 e 15	(50.790)	(53.575)	(173.368)	(125.582)
Valor adicionado líquido produzido		<u>1.004.538</u>	<u>955.214</u>	<u>1.459.672</u>	<u>1.311.024</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado das participações societárias	13	39.294	66.050	389	18.625
Receitas financeiras	24	85.375	72.997	100.414	99.981
		<u>124.669</u>	<u>139.047</u>	<u>100.803</u>	<u>118.606</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.129.207</u>	<u>1.094.261</u>	<u>1.560.475</u>	<u>1.429.630</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta	23	92.001	75.478	198.377	135.483
Benefícios	23	28.742	22.330	54.189	37.642
Impostos, encargos sociais					
Federais		214.863	233.708	335.130	334.393
Estaduais		319.859	285.658	453.479	410.169
Municipais		7.039	6.429	7.839	6.988
Diferidos		93.169	38.342	72.931	28.089
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras	24	166.528	178.858	213.852	206.370
Aluguéis		12.746	9.024	26.584	14.338
Remuneração de capitais próprios					
Participação dos acionistas não controladores				1.917	5.862
Dividendos		100.000		100.000	
Lucros retidos		94.260	244.434	96.177	250.296
Valor adicionado distribuído		<u>1.129.207</u>	<u>1.094.261</u>	<u>1.560.475</u>	<u>1.429.630</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Considerações Gerais

A Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia" ou "VCSA") e suas controladas têm como atividades preponderantes: a produção e o comércio de um portfólio completo de materiais de construção, que inclui cimento, agregados, concreto pronto, argamassa e outros materiais de construção, bem como de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados; prestação de serviços de concretagem, pesquisa, mineração e processamento de reservas minerais de acordo com sua atividade principal de produção, transporte, distribuição e importação, e participação em outras empresas. A Companhia é uma sociedade anônima com sede na cidade e Estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas atuam em todas as regiões do Brasil, nos Estados Unidos, Canadá, Europa, África e Ásia e, por meio de suas investidas, a Companhia também tem operações em outros países da América Latina.

A Companhia é controlada direta da Votorantim Industrial S.A. (doravante denominada "VID"), um dos maiores conglomerados privados da América Latina. A empresa controladora final é a Votorantim Participações S.A. ("VPAR").

Alterações em participações societárias durante o primeiro trimestre de 2013

(a) Aquisição de participação na C+PA

Em 10 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu, sem deter o controle, participação de 48% na Cimentos e Produtos Associados S.A. ("C+PA"), uma entidade domiciliada em Portugal. O preço de compra foi de EUR 10,4 milhões (R\$ 27,9 milhões), dos quais o montante de EUR 4 milhões (R\$ 10,7 milhões) ainda não foi liquidado até 31 de março de 2013. A empresa C + PA detém participação minoritária de 25% na Cimpor Macau - Companhia de Investimento S.A. ("Macau") e atua na China. Esta participação na C+PA foi adquirida devido a suas participações em Macau e com o objetivo de ser vendida em conjunto com o controle acionário da Cimpor Macau, razão pela qual o investimento na C+PA está classificado como ativo mantido para venda apresentado no balanço patrimonial nesta rubrica. A participação na C + PA esta registrada contabilmente, de acordo com a IFRS 5 "Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas" pelo seu custo de aquisição que não excede seu valor justo menos o custo de venda. Após o fechamento de 31 de março de 2013, a Companhia vendeu a participação de 48% na C+PA no mesmo momento que adquiriu participação de 20% na Macau da C+PA e uma participação adicional de 10% na Macau de outra acionista. Como resultado, a Companhia detém 80% na Macau depois estas transações.

(b) Aquisições ocorridas em 2012 com liquidações em 2013

Informações adicionais sobre as aquisições ocorridas em 2012 relacionadas a Cimentos Artigas, Cimentos Avellaneda e VCEAA e que tiveram seus pagamentos efetuadas em 2013, são fornecidas na Nota 1.a.2 (VCEAA) e na Nota 1.b das demonstrações financeiras anuais de 31 de Dezembro de 2012.

2 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março de 2013, foram preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com o CPC 21 (R1) emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis ("CPC"), e apresentam notas explicativas selecionadas, de forma a se evitar a redundância de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março de 2013, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para demonstrações financeiras anuais e, consequentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com as normas IFRSs emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na Nota 2, das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, exceto para a adoção das novas normas contábeis vigentes, que impactaram as demonstrações financeiras das Companhias conforme estabelecido na Nota 3.

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas para emissão pela Administração originalmente em 13 de maio de 2013.

As Assembleias Gerais dos acionistas da Companhia aprovaram em 30 de abril e 27 de maio de 2013 os desdobramentos de ações convertendo a quantidade de ações ordinárias anteriormente existentes em 5.437.499.900 ações ordinárias. As ações preferenciais não sofreram desdobramento. Vide informações adicionais na Nota 19 (a).

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram ajustadas de forma retrospectiva no que se refere ao efeito dos referidos desdobramentos de ações e sua emissão foi aprovada pela administração da Companhia em 28 de maio de 2013.

2.2 Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais tem controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar os retornos por meio de influência para dirigir as atividades relevantes da investida. As investidas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data que o controle cessa.

Em 1º de janeiro de 2013 a Companhia adotou o IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas", que alterou a definição de controle. A nova definição inclui três elementos que devem ser cumpridos: o poder sobre a entidade em que haja equidade, a exposição ou direitos, os resultados das variáveis do investimento e da capacidade de exercer o seu poder sobre a investida para influenciar os retornos da investida. A adoção do IFRS 10 não resultou em mudanças nas entidades consolidadas pela Companhia. Antes da adoção do IFRS 10 todas as entidades que foram consolidadas ocorreram de acordo com o IAS 27 "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas" e continuam a ser consolidadas em IFRS 10, sendo que há entidades que devem ser consolidadas a partir da aplicação do IFRS 10.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da VCSA são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação demonstre evidência de *impairment* de um ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As principais empresas controladas incluídas na consolidação são as seguintes:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Local do negócio/Pais de incorporação	% de participação no grupo		
		31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2012
Votorantim Cimentos S.A. e subsidiárias				
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	Brasil	95,31	95,25	95,25
Interavia Transportes Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Silcar - Empreend. Com Particip. Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Pedreira Pedra Negra Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Acariuba Mineração e Participação Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Eromar S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00
Itacamba Cimento S.A.	Bolívia	66,67	66,67	50,01
Votorantim Cimentos Chile Ltda.	Chile	100,00	100,00	100,00
Lux Cem International S.A.	Luxemburgo	100,00	100,00	100,00
Seacrown do Brasil, Com.Import. e Part. S.A.	Brasil	100,00	100,00	100,00
Votorantim Cement North America inc. e subsidiárias				
St. Barbara Cement, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
St. Marys Cement Inc. (Canada)	Canada	100,00	100,00	100,00
St. Marys Cement, Inc. (US)	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
Rosedale Securities Ltd.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
Votorantim Cement North America inc.	Canada	100,00	100,00	100,00
Suwannee Holdings LLC	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA Nova Scotia ULC	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
Votorantim Cimentos North America inc.	Canada	100,00	100,00	100,00
Hutton Transport Limited	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA Prestige Gunité, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
American Gunité Management Co., Inc	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
Sacramento Prestige Gunité, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA Prestige Concrete Products, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA US Materials, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA US Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA Prairie inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
Central Ready Mix Concrete, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
VCNA Prairie Aggregate Holdings Illinois, Inc.	Estados Unidos	100,00	100,00	100,00
St Marys VCNA LLC	Canada	100,00	100,00	100,00
Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L and subsidiárias				
Votorantim Europe S.L.U.	Espanha	100,00	100,00	
Societe Les Ciments de Jbel Oust - CJO	Tunisia	99,99	99,99	
Shree Digvijay Cement Company Limited	Índia	73,63	73,63	
Cimpor Macau – Investment Company, S.A.	China	50,00	50,00	
Votorantim Çimento Sanayi ve Ticaret A.Ş. (previously named Cimpor Çimen Turquia	Turquia	99,76	99,76	
Yibitas Yozgat Isci Birliği Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.S.	Turquia	82,96	82,96	
Asment De Temara, S.A.	Marrocos	62,62	62,62	
Cementos Cosmos S.A.	Espanha	99,77	99,77	
Cimpor Canarias, S.L.	Espanha	100,00	100,00	
Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A.	Espanha	100,00	100,00	
Joint Operations				
Great Lakes Slag Inc.	Estados Unidos	50,00	50,00	50,00
Bot-Duff Resources Inc.	Estados Unidos	50,00	50,00	50,00

2.3 Transações com participações de não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

E quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em ajuste outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis críticos utilizados na preparação das presentes demonstrações financeiras intermediárias (individuais e consolidadas), são os mesmos descritos na nota 4 das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012, exceto pelo descrito na nota 3 com relação à classificação de acordos conjuntos (IFRS11/CPC19(R2)) e pelas alterações abaixo:

a) Revisão da vida útil dos ativos

A Companhia periodicamente revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação. Com base no laudo de avaliação, emitido por empresa especializada, em 1º de janeiro de 2013, a Companhia efetuou a revisão da vida útil do ativo imobilizado, alterando de forma prospectiva as taxas de depreciação utilizadas. O impacto da mudança da vida útil no trimestre foi a redução na depreciação de R\$ 21 milhões.

b) Reclassificação de créditos tributários de PIS e COFINS

No primeiro trimestre de 2013, a Companhia reclassificou para a conta de tributos a recuperar créditos de PIS e COFINS no montante de R\$ 187 milhões, que anteriormente eram classificados no custo de aquisição do ativo imobilizado. (Nota 11)

3 Normas novas, alterações e interpretações de normas

3.1 Normas novas, alterações e interpretações de normas que não possuem efeito significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia

IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas" - A nova norma não teve qualquer impacto conforme descrito na Nota 2.

IFRS 12 "Divulgações de participações em outras entidades" – A Companhia concluiu que, considerando suas atuais investidas, não há necessidade de divulgações adicionais decorrentes da aplicação do IFRS 12.

IFRIC 20 – “Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície” - A nova norma não teve qualquer impacto significativo uma vez que os critérios aplicados pela Companhia já estavam em conformidade com os requisitos da IFRIC 20.

IAS 19 "Benefícios a Empregados" - a nova norma não teve qualquer impacto significativo uma vez que os critérios aplicados pela Companhia e suas Controladas de reconhecer ganhos e perdas atuariais já estavam em conformidade com os requisitos do IAS 19 e não houve efeito significativo da mudança no cálculo da despesa de juros implementada pelo IAS 19.

3.2 Impactos da aplicação do IFRS 11 “Acordos Conjuntos”

A Companhia adotou o IFRS 11, ‘Acordos conjuntos’. O IFRS 11 possui duas modalidades de acordos conjuntos: (i) *joint operations* – origina-se quando um dos operadores possui o direito sobre os ativos e obrigações relacionados ao acordo e, portanto, registra em sua contabilidade sua participação nesses ativos, passivos, receitas e despesas; (ii) *joint ventures* – origina-se quando o operador possui direito sobre os ativos líquidos da combinação de negócios e, portanto, contabiliza sua participação pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não é mais permitido em *joint venture*. Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 os efeitos da adoção desse novo padrão não foi relevante para os períodos apresentados nessas informações trimestrais, assim como não seriam materiais para todos os períodos apresentados

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 se este novo padrão tivesse sido aplicado retroativamente.

Como consequência da adoção deste padrão, a Companhia concluiu que a maioria dos seus acordos conjuntos se enquadram na definição de *joint ventures* e, dessa forma, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente suas *joint ventures*, ao invés disso passou a contabilizá-los pelo método de equivalência patrimonial, exceto para as empresas mencionadas na Nota 2.2, que se enquadram como *joint operations* e contabilizados como tal. A mudança de critério foi aplicada retroativamente e as informações comparativas apresentadas foram reformuladas para refletir esta aplicação retroativa.

As participações detidas nessas empresas estão apresentadas na Nota 13. As *joint ventures* anteriormente consolidadas e atualmente contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial são: Sumter Cement Co LLC, Trinity Materials LLC, Suwannee American Cement LLC, Superior Building Materials LLC, Cimentos Especiales de Las Islas S.A., Hormigones y Aridos La Barca S.A. e Cantera do Penedo S.A.

A mudança de critério para contabilização das *joint ventures* tiveram os seguintes impactos no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidados:

Balanço patrimonial consolidado

Ativos	31 de dezembro de 2012			1 de janeiro de 2012		
	Originalmente apresentado	Alteração na norma contábil	Reformulado	Originalmente apresentado	Alteração na norma contábil	Reformulado
Ativo circulante	5.604.526	(77.433)	5.527.093	3.791.568	(8.544)	3.783.024
Ativos classificados como mantidos para venda	701.214	-	701.214			
Ativo não circulante	1.530.146	(11.736)	1.518.410	1.175.564	(3.251)	1.172.313
Investimentos	1.800.304	250.297	2.050.601	3.241.411	143.407	3.384.818
Imobilizado	9.527.427	(206.583)	9.320.844	6.954.265	(156.279)	6.797.986
Intangível	4.798.437	-	4.798.437	3.466.389	-	3.466.389
Total do ativo	23.962.054	(45.455)	23.916.599	18.629.197	(24.667)	18.604.530

Passivo e Patrimônio Líquido	31 de dezembro de 2012			1 de janeiro de 2012		
	Originalmente apresentado	Alteração na norma contábil	Reformulado	Originalmente apresentado	Alteração na norma contábil	Reformulado
Passivo circulante	3.259.250	(32.963)	3.226.287	2.158.305	(22.124)	2.136.181
Passivos classificados como mantidos para venda	274.104	-	274.104			
Passivo não circulante	15.520.854	(12.492)	15.508.362	11.052.475	(2.543)	11.049.932
Patrimônio líquido	4.907.846		4.907.846	5.418.417		5.418.417
Total do passivo e patrimônio líquido	23.962.054	(45.455)	23.916.599	18.629.197	(24.667)	18.604.530

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado consolidado

	31 de março de 2012		
	Originalmente apresentado	Alteração na norma contábil	Reformulado
Receita	2.072.598	(14.814)	2.057.784
Custos das vendas	(1.435.574)	16.984	(1.418.590)
Lucro bruto	637.024	2.170	639.194
Receitas (despesas) operacionais	(194.914)	1.390	(193.524)
Equivalência patrimonial	22.374	(3.749)	18.625
Resultado financeiro líquido	(106.579)	189	(106.390)
Imposto de renda e contribuição social	(107.609)		(107.609)
Lucro líquido do trimestre	250.296		250.296

Não houve efeitos nas demonstrações dos resultados abrangentes com a aplicação do IFRS 11.

3.3 Impactos da aplicação do IFRS 13 “Mensuração do valor justo”

O IFRS 13 fornece orientações de como determinar o valor justo, incluindo o valor justo de instrumentos financeiros e de ativos e passivos não-financeiros, ambos mensurados ao valor justo tanto em uma base recorrente como em uma base não recorrente. O IFRS 13 também determina publicações específicas a serem apresentadas nas demonstrações financeiras anuais e intermediárias que, no caso das demonstrações intermediárias, limita-se aos instrumentos financeiros.

A tabela a seguir apresenta ativos mensurados a valor justo nesta demonstração financeira intermediária e a referência à nota na qual onde as divulgações requeridas pelo IFRS 13 para informações financeiras intermediárias são apresentadas:

	Nota	31/03/2013	31/12/2012	Consolidado 1/01/2012
Derivativos	(*)	340	9.081	1.405
Aplicações financeiras mantidas para negociação	8	1.856.843	2.032.431	1.450.510

(*) Apresentado na rubrica “outros ativos”

Nenhum outro ativo ou passivo relevante foi mensurado a valor justo nas datas apresentadas acima.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Não houve mudanças nos riscos financeiros e políticas de gestão de risco desde 31 de dezembro de 2012.

As tabelas a seguir analisam os passivos financeiros não derivativos da Companhia a serem liquidados. Os valores refletem os fluxos de caixa futuros.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos
Em 31 de março 2013					
Empréstimos e financiamentos	976.529	1.036.325	4.966.672	6.671.449	5.893.512
Fornecedores	390.211				
Dividendos a pagar	365.250				
Partes relacionadas	34.710	1.815.971	104.225	506.985	
Contas a pagar - <i>Trading</i>	75.647				
Contas a pagar	85.990				
	<u>1.928.337</u>	<u>2.852.296</u>	<u>5.070.897</u>	<u>7.178.434</u>	<u>5.893.512</u>
Em 31 de dezembro 2012					
Empréstimos e financiamentos	973.035	1.017.472	4.862.913	7.056.391	5.983.595
Fornecedores	394.528				
Dividendos a pagar	429.158				
Contas a pagar na aquisição de participações	155.946				
Partes relacionadas	35.222	1.787.470	105.762	514.462	
Contas a pagar - <i>Trading</i>	53.784				
Contas a pagar	83.298				
	<u>2.124.971</u>	<u>2.804.942</u>	<u>4.968.675</u>	<u>7.570.853</u>	<u>5.983.595</u>
Consolidado					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos
Em 31 de março 2013					
Empréstimos e financiamentos	1.734.621	1.213.352	5.527.060	6.690.753	5.898.173
Fornecedores	766.959				
Dividendos a pagar	388.051				
Partes relacionadas	46.215	1.815.971	104.225	506.985	
Contas a pagar - <i>Trading</i>	75.647				
Contas a pagar	107.383				
Uso do bem público - UBP	24.004	25.331	85.759	182.026	930.984
	<u>3.142.880</u>	<u>3.054.654</u>	<u>5.717.044</u>	<u>7.379.764</u>	<u>6.829.157</u>
Em 31 de dezembro 2012					
Empréstimos e financiamentos	1.198.215	2.052.786	5.385.678	6.566.987	5.990.466
Fornecedores	856.226				
Dividendos a pagar	439.122				
Contas a pagar na aquisição de participações	328.452				
Partes relacionadas	35.222	112.154	105.762	514.462	
Contas a pagar - <i>Trading</i>	53.784				
Contas a pagar	105.315				
Uso do bem público - UBP	23.561	25.126	85.064	180.553	947.465
	<u>3.039.897</u>	<u>2.190.066</u>	<u>5.576.504</u>	<u>7.262.002</u>	<u>6.937.931</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrativo da análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade apresentada a seguir para as posições em aberto dos instrumentos financeiros com base na apreciação/depreciação dos principais fatores de risco tem base nestes cenários:

- Cenário I: Cenário I: baseia-se nas curvas e cotações que configuram um cenário de provável ocorrência para a administração.
- Cenário II: considera um choque de + ou - 25% nas curvas e cotações de mercado de 31 de março de 2013.
- Cenário III: considera um choque de + ou - 50% nas curvas e cotações de mercado de 31 de março de 2013.

Fator de Risco	Impactos no Resultado						Impactos no Patrimônio líquido					Consolidado							
	Choque nas curvas de 31/03/2013	Cenário I		Cenários II & III				Cenário I		Cenários II & III			Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%		
		Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%								
Câmbio																			
USD	-0,69%	8.997	325.966	651.932	(325.966)	(651.932)	20.294	735.300	1.470.600	(735.300)	(1.470.600)	20.294	735.300	1.470.600	(735.300)	(1.470.600)			
EUR	0,57%	(551)	24.343	48.687	(24.343)	(48.687)	(10.935)	483.519	967.038	(483.519)	(967.038)	(10.935)	483.519	967.038	(483.519)	(967.038)			
Taxas de Juros																			
BRL - CDI	0,00%		52.968	105.937	(52.968)	(105.937)													
USD - Libor	50,00%	(1.104)	828	1.656	(828)	(1.656)													

Fator de Risco	Impactos no Resultado						Impactos no Patrimônio líquido					Controladora							
	Choque nas curvas de 31/03/2013	Cenário I		Cenários II & III				Cenário I		Cenários II & III			Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%		
		Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%								
Câmbio																			
USD	-0,69%	1.858	67.305	134.609	(67.305)	(134.609)	20.808	753.915	1.507.830	(753.915)	(1.507.830)	20.808	753.915	1.507.830	(753.915)	(1.507.830)			
EUR	0,57%	(534)	23.606	47.213	(23.606)	(47.213)	(11.025)	487.500	975.000	(487.500)	(975.000)	(11.025)	487.500	975.000	(487.500)	(975.000)			
Taxas de Juros																			
BRL - CDI	0,00%		83.880	167.760	(83.880)	(167.760)													
USD - Libor	50,00%	(127)	95	190	(95)	(190)													

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuar a fornecer os retornos dos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode fazer, ou pode propor ao Conselho de Administração, quando for necessária a sua aprovação, os ajustes do valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado	
		31/03/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos	16	12.293.738	12.784.049
Caixa e equivalentes de caixa	7	(275.210)	(936.254)
Instrumentos financeiros derivativos		(340)	(9.081)
Aplicações financeiras	8	(1.856.843)	(2.032.431)
Dívida líquida		10.161.345	9.806.283
Ebitda Ajustado		3.116.912	3.070.650
Dívida líquida / EBITDA ajustado		3,26	3,19

5 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Hedge de fluxo de caixa

Taxa de juros *swap*

Durante o exercício de 2010, a controlada VCNA firmou diversos contratos de *swap*, com um montante de capital inicial de US\$ 200 milhões, nos quais a VCNA recebe 3 meses LIBOR em uma base trimestral e paga uma taxa de juros fixa trimestral até 31 de outubro de 2014 (o "*Swap* de taxa de juros"). O valor justo do *swap* de taxa de juros em 31 de março de 2013 foi de US\$ 1,7 milhões negativo (US\$ 2,0 milhões positivos em 31 de dezembro de 2012), sendo que o valor justo acumulado da taxa de juros *swap* foi reconhecido como outros resultados abrangentes. O *hedge* foi considerado totalmente eficaz ao longo dos períodos em questão.

O valor principal dos *swaps* de taxa de juros em aberto em 31 de março de 2013 foi de US\$ 172,8 milhões (US\$ 178,8 milhões em 31 de dezembro de 2012).

Swap básico

Desde 2011, a controlada VCNA celebrou contratos de *basis swap* no montante inicial de US\$ 308,9 milhões, para o qual a VCNA recebe um mês de taxa LIBOR + cerca de 13 pontos em uma base mensal e paga três meses de taxa LIBOR trimestral até 31 de dezembro de 2013 (os "*basis swaps*"). Os *basis swaps* são usados em conjunto com os *swaps* de taxa de juros acima descritos como instrumentos de *hedging* para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa atribuível às alterações do instrumento de *hedge* (ou seja, empréstimos em US\$) de taxa de juros. O valor justo do *basis swap* em 31 de março de 2013 foi de US\$ 46 mil positivos (US\$ 49 mil positivos em 31 de dezembro de 2012) para VCNA e foi reconhecido no patrimônio líquido na rubrica "outros resultados abrangentes".

O montante principal do *swaps* de taxas básicas de juros 31 de março de 2013 é de US\$ 223,2 milhões (US\$ 309,9 milhões em 31 de dezembro de 2012).

(b) Hedge de investimento líquido em entidade no exterior

A Companhia designou parcela de sua dívida denominada em euros, no valor total equivalente a R\$ 2.032.866 (em 31 de dezembro de 2012: R\$ 2.092.875), como o instrumento de *hedge* em relação ao seu investimento na Votorantim Cimentos EAA Inversiones SL ("VCEAA").

A partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia designou como objeto de *hedge* o investimento na sua controlada Votorantim Cement North America Inc ("VCNA"), incluindo suas subsidiárias nos EUA. A partir da referida data, a Companhia designou uma parte da sua dívida em dólar americano, no montante

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de US\$ 1.507.830, como instrumento de *hedge* do referido investimento na VCNA. VCNA, é uma empresa domiciliada no Canadá, e tem o dólar canadense como sua moeda funcional, que é altamente correlacionado com o dólar americano. A Companhia documenta essa correlação e avalia a efetividade deste *hedge* de investimento líquido, tanto prospectivamente quanto retrospectivamente, em uma base trimestral.

Instrumentos de *hedge* denominados em reais

Em janeiro de 2012, a Companhia contratou uma série de *swaps* de taxa de juros, com valor nominal de R\$ 500.000, para converter a sua taxa de dívida denominada em reais em taxa flutuante CDI. As alterações do valor justo destes instrumentos são reconhecidas na demonstração do resultado em resultado financeiro, líquido. A Companhia não aplicou contabilidade de *hedge* para esses instrumentos financeiros derivativos e em 31 de março de 2013, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é de R\$ 2.059.

6 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e contraprestações em operações de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2013		31/12/2012		31/03/2013		31/12/2012	
	Rating Local	Rating Global	Total	Total	Rating Local	Rating Global	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa								
AAA	3.573		3.573	5.410	9.021		9.021	10.522
AA+	2		2	2	7		7	7
AA				139				139
AA-				9				9
A+	12		12		388	74.316	74.704	733.513
A	19		19		19		19	13.865
A-						10.233	10.233	5.724
BBB+	2		2		34		34	12.813
BBB					47.789		47.789	96.541
BBB-	7		7		7	88.671	88.678	25.241
BB						7.695	7.695	
BB-		1.833	1.833			1.833	1.833	1.974
B+						28.867	28.867	
B								24.989
Sem rating				5		6.330	6.330	10.917
	3.615	1.833	5.448	5.565	9.476	265.734	275.210	936.254
Aplicações financeiras								
AAA	820.726		820.726	857.424	1.494.048		1.494.048	1.354.635
AA+	199.820		199.820	381.514	204.312		204.312	461.782
AA	3		3	24.292	3		3	72.580
AA-	157		157		697		697	
A+					2		2	
A	15.028		15.028		15.028		15.028	70.217
A-				282		37.879	37.879	676
BBB-						27.678	27.678	
BB						18.735	18.735	
Sem rating	58.461		58.461	71.187	58.461		58.461	72.541
	1.094.195		1.094.195	1.334.699	1.772.551	84.292	1.856.843	2.032.431
	1.097.810	1.833	1.099.643	1.340.264	1.782.027	350.026	2.132.053	2.968.685

Os *ratings* decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de *rating* Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e bancos em moeda nacional	3.615	3.587	9.476	10.648
Caixa e bancos em moeda estrangeira	1.833	1.978	265.734	924.428
Certificado de depósitos bancários				626
Outros				552
	5.448	5.565	275.210	936.254

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Mantidas para negociação				
Fundo DI (Depósitos Interfinanceiros)	1.079.121	1.318.980	1.752.924	1.944.901
Aplicação em moeda estrangeira			84.292	70.217
Certificados de depósitos bancários	15.071	15.031	15.512	16.369
Outros	3	688	4.115	944
	<u>1.094.195</u>	<u>1.334.699</u>	<u>1.856.843</u>	<u>2.032.431</u>

As aplicações em Fundo de Investimentos apresentam remuneração média correspondente a aproximadamente 101% do CDI.

O Fundo DI é controlado pela Votorantim Industrial S.A. e, como tal, é uma parte relacionada. Os ativos dos fundos DI são principalmente títulos de dívida compostas, substancialmente, por certificados de depósitos bancários e dos Valores Mobiliários do Governo Federal Brasileiro.

9 Contas a receber de clientes

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Cientes nacionais	228.448	155.014	329.008	194.223
Cientes estrangeiros	144	77	514.548	670.907
Partes relacionadas	12 76.754	77.607	130.879	75.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.970)	(10.960)	(33.901)	(29.545)
	<u>292.376</u>	<u>221.738</u>	<u>940.534</u>	<u>910.690</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do trimestre	(10.960)	(7.095)	(29.545)	(35.294)
Adições líquidas	(2.010)	(298)	(7.352)	(1.345)
Contas a receber de clientes baixados durante o trimestre como incobráveis			2.772	537
Variação cambial			224	562
Saldo no final do trimestre	<u>(12.970)</u>	<u>(7.393)</u>	<u>(33.901)</u>	<u>(35.540)</u>

Durante o primeiro trimestre de 2013, alguns valores a receber de clientes locais foram transferidos para uma instituição financeira. Em conexão com esta transação a Companhia assume até 1% de perdas dos créditos transferidos. Uma vez que a Companhia transferiu os riscos e as vantagens significativas do contas a receber, foram desconsiderados valores a receber no montante contábil de R\$ 204 milhões (R\$ 139,8 milhões em 31 de dezembro de 2012), sendo reconhecido um passivo na rubrica "outras obrigações", no valor de R\$ 2,04 milhões (R\$ 1,4 milhão em 31 de dezembro de 2012), o que representa o valor justo da garantia concedida no que diz respeito a 1% de perdas, que é também o valor máximo ao qual a Companhia está exposta, devido aos valores a receber transferidos. A Companhia não tem

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nenhuma obrigação ou direito ou a opção de recompra dos créditos, não havendo outras obrigações contratuais ou direitos da transação que possam resultar em qualquer ganho ou perda significativa.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Produtos acabados	42.943	35.277	124.679	131.383
Produtos semi-acabados	185.246	174.014	513.474	514.457
Matérias-primas	100.799	108.691	270.568	281.166
Materiais auxiliares e de consumo	137.232	152.917	255.391	267.717
Importações em andamento	29.466	10.402	83.953	79.934
Provisão para perdas	(77.240)	(94.309)	(94.962)	(115.882)
Outros	6.190	5.369	23.574	23.326
	<u>424.636</u>	<u>392.361</u>	<u>1.176.677</u>	<u>1.182.101</u>

A provisão para perdas refere-se, substancialmente, à obsolescência de materiais no estoque.

A partir de 31 de março de 2013, a Companhia não possui estoques dados em garantia para qualquer um dos seus passivos.

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social - IRPJ e CSLL	179.308	79.746	191.907	83.920
	<u>179.308</u>	<u>79.746</u>	<u>191.907</u>	<u>83.920</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS sobre ativo imobilizado	50.434	53.148	58.994	59.676
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	21.746	28.719	72.688	74.536
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	16.581	14.183	23.089	20.512
Programa de integração social - PIS	22.362	2.439	39.912	2.920
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	103.202	11.426	184.724	14.339
Outros	3.082	1.730	41.000	45.508
	<u>217.407</u>	<u>111.645</u>	<u>420.407</u>	<u>217.491</u>
Impostos a recuperar	396.715	191.391	612.314	301.411
Circulante	(274.356)	(165.336)	(401.280)	(260.115)
Não circulante	<u>122.359</u>	<u>26.055</u>	<u>211.034</u>	<u>41.296</u>

Conforme mencionado no item “c” da Nota 2.4, a alteração do regime de tributação da variação cambial, resultou no acréscimo do saldo de imposto de renda- IRPJ e contribuição social- CSLL nesse trimestre.

Os créditos referentes aos ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) decorrem da compra de bens do ativo imobilizado (recuperável em 48 parcelas mensais) e produtos de consumo, a ser aplicado para pagar ICMS durante o curso normal das próprias operações da Companhia.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado no item “b” da Nota 2.4, durante o primeiro trimestre de 2013, a Companhia optou por reclassificar os créditos de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de ativo imobilizado, os quais eram anteriormente incluídos no custo de aquisição do ativo imobilizado e foram transferidos para impostos a recuperar. O montante em 31 de março de 2013 reclassificado do ativo imobilizado para os impostos a recuperar do ativo circulante foi de R\$ 26 milhões e de R\$ 161 milhões para os impostos a recuperar do ativo não circulante.

Embora a Companhia acredite que a classificação anterior como “Imobilizado” não era correta, não reclassificamos os períodos comparativos apresentados, pois consideramos que o valor da reclassificação dentro de ativos não é relevante para os períodos comparativos apresentados.

Em 31 de março de 2013 o montante de R\$ 35 milhões do saldo incluído em “outros”, no consolidado corresponde aos impostos a recuperar oriundos da VCEAA.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Partes relacionadas

(a) Controladora

Sociedade controladora	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Ativo não circulante		Forneecedores		Dividendos a pagar		Passivo não circulante		Resultado financeiro		Compras		Vendas	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Votorantim Industrial S.A.	71		12.823		10.731	10.168	365.250	329.611	24.724	33.390	2.234	7.518						
Votorantim Participações S.A.																		
Sociedades ligadas																		
Cia. de Cimento Itambé	14.952	18.861	397	397														
Companhia Brasileira de Alumínio	289	313	1.469	1.09	135													
CRB Operações Pontuais S.A.			19.927	18.251	31.817	31.362												
Empresa de Mineração Acanituba			10.274	10.426	170	170												
Fibra Celulose S.A.			32	32														
Halstone Limited	2.534	1.059	265															
Interavia Transportes Ltda																		
Iracambá Cimento S.A.																		
Lux Cem. Internacional S.A.																		
Metalúrgica Atlas S.A.																		
Mizu S.A.	7.635	4.724	11.759		56	378												
Pedreira Pedra Negra Ltda.	58				168	173												
Polimix Concreto S.A.	20.879	19.024	88		228													
Silar Empreend. Com. e Part.																		
Somix Concreto Ltda.	1.050	665																
Supemix Concreto S.A.	25.301	22.611																
Votene-Votorantim C.Energia																		
Voto IV (i)					11	17												
Votorantim Cimentos NME S.A. (ii)	1.335	406	70.825	70.825	2.666	2.572	412.270	408.665	1.693.673	1.693.656	(8.489)	(7.599)	36.342	49.436				
Votorantim GmbH					12.462	3.952	19.672	18.545										
Votorantim Meis S.A.	227	70	46	2	6.015	8.066												
Votorantim Meis Zinco S.A.	621	580	3	269	76	805												
Votorantim Siderurgia S.A.	1.931	9.175	148	840	1.422	6.628	365.250	329.611	1.338	639	2.278	10.550	19	8.373				
Outros	76.754	77.607	70.873	70.873	65.732	64.519	2.190.926	2.194.581	65.229	85.604	(10.766)	(8.518)	114.153	133.719				
Total acionistas não controladores																		
Circulante	(76.754)	(77.607)	(70.873)	(70.873)	(65.732)	(64.519)	(365.250)	(429.158)										
Não circulante			58.909	32.824														

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b)

Consolidado

	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Ativo não circulante		Fornecedores		Dividendos a pagar		Passivo não circulante		Resultado financeiro		Compras		Vendas		
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	
Sociedade controladora																			
Votorantim Industrial S.A.	71		99.606		11.019		10.168		365.697	330.334		25.446		2.234		7.518			
Sociedades ligadas																			
Votorantim Participações S.A.																			
Anteixo S.A.																			
Cia. de Cimento Iamabé	14.956	18.865			16														
Companhia Brasileira de Alumínio	293	316	109		135				423										
Fibra Celulose S.A.			531	420	31.817	31.362			26										
Halstone Limited			10.274	10.426															
Iber Administração e Participações Ltda.			5.075	5.075															
Mare Cimento Ltda.	2.948	2.327			1.017	2													
Metalúrgica Atlas S.A.					258	378													
Mizu S.A.	7.659	4.757	1	1	188	173													
Polimix Concreto S.A.	21.163	19.219	8	8															
Santa Maria Com e Serviços Ltda									534	257									
Somix Concreto Ltda.	1.048							126	113										
Sumar Cement Co.LLC	2.405																		
Superior Building Materials, LL	8.518																		
Supermix Concreto S.A.	31.591	28.183																	
Suwanee American Cement LLC	39.428																		
Verona Participações Ltda.					7.877	52.487													
Voteneo-Votorantim C.Energia																			
Voto IV (i)					11	17													
Votoceel Investimentos Ltda.																			
Votorantim Cmh					48.303	11.369			416	183									
Votorantim Metais S.A.					6.015	8.066													
Votorantim Metais Zinco S.A.	227	70	3	2															
Votorantim Siderurgia S.A.	612	571	14	216	991	413			219	184									
Outros	31	726	147	147	107.706	115.240	115.240	387.441	331.071	331.071	481.992	486.597	(10.244)	(7.588)	106.459	113.930	142.012	154.370	
	130.879	75.105	512	512	115.621	16.418	115.621	16.418	31.198	108.051									
Total acionistas não controladores																			
Circulante	(130.879)	(75.105)	(612)	(612)	(107.706)	(115.240)	(115.240)	(388.051)	(439.122)	(439.122)									
Não circulante			115.621	16.418				(481.992)	(486.597)										

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas seguintes condições:

Os produtos foram vendidos com base nas tabelas de preço interno das empresas. Os produtos adquiridos da Votorantim GmbH (basicamente compra de coque de petróleo) incluem uma margem em relação ao preço de venda cobrado pelos fornecedores, que tem sido entre 14% e 15% nos períodos apresentados.

Serviços adquiridos incluem aqueles proporcionados pelo Centro de Soluções Compartilhadas, ou CSC, da VID relacionados às atividades administrativas, de recursos humanos, *back office*, contabilidade, impostos, assistência técnica, treinamento e aqueles fornecidos pelo Centro de Competência em Tecnologia da Informação, ou CCTI. Esses serviços são fornecidos para todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsados à VID com base nos serviços efetivamente prestados à Companhia pelo CSC e CCTI.

O Fundo DI é controlado pela Votorantim Industrial S.A. e os saldos são divulgados na Nota 8.

Outros preços de vendas e de prestações de serviços entre partes relacionadas foram negociados com base nos custos internos, sem margens cobradas.

- (i) Refere-se a captação junto a VOTO-Votorantim *Overseas Trading Operations IV Limited* ("VOTO IV"), com vencimentos semestrais e com prazo final para 2020, sendo atualizada a uma taxa pré fixada de 8,5% e variação cambial do dólar norte-americano.
- (ii) Refere-se a contratos de mútuos mantidos com partes relacionadas. O montante vem sendo atualizado mensalmente a taxa de 12% ao ano.

(a) Garantia de dívidas da Companhia e suas controladas, garantidas por partes relacionadas

Instrumento	Garantidor	31/03/2013	31/12/2012
BNDES	Hejoassu	1.408.103	1.469.308
1ª emissão de debentures	VPAR	1.023.761	1.005.658
2ª emissão de debentures	VID	1.036.467	1.017.727
3ª emissão de debentures	VID	605.513	618.075
4ª emissão de debentures	VID	1.014.057	1.035.868
5ª emissão de debentures	VID	1.227.210	1.205.939
ECA Framework Agreement	VID	127.286	126.936
Voto VII	VPAR(100%) / CBA(50%)	2.032.866	2.092.876
Voto VIII	VID	2.605.966	2.598.101
Backstop Facility	VID / VCSA	479.952	900.531
		11.561.181	12.071.019

(b) Garantias de dívidas emitidas por partes relacionadas, garantidas pela Companhia e suas controladas

Instrumento	Devedor	Garantidor	Percentual garantido pela Companhia	31/03/2013		31/12/2012	
				Dívida	Valor garantido	Dívida	Valor garantido
Voto IV	Voto IV	VPAR, Fibria, VCSA	50%	822.167	411.084	818.456	409.228
Voto V	CBA	VPAR, VCSA	50%	2.015.653	1.007.827	2.079.226	1.039.613
Voto VI	CBA	VPAR, VCSA	50%	1.559.908	779.954	1.557.051	778.526
TOTAL				4.397.728	2.198.865	4.454.733	2.227.367

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas com remuneração dos executivos e administradores da Companhia, incluindo todos os benefícios, são resumidas conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários e adicionais	4.171	4.850	6.217	4.556
Encargos sociais	1.925	748	2.910	2.120
Benefícios sociais	331	83	497	355
	<u>6.427</u>	<u>5.681</u>	<u>9.624</u>	<u>7.031</u>

Os benefícios incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social- INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS) e programa de remunerações variáveis.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 (a) (i)	Investimentos Composição Controladora	Informações em 31 de março de 2013		Resultado de								
		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	equivalência patrimonial								
				Votante	Percentual de participação	31/03/2013	31/03/2012					
	Investimentos avaliados por equivalência patrimonial											
	Votorantim Cimento North America Inc	3.217.752	(61.226)	100,00	100,00	(61.226)	(58.214)	3.217.752	3.317.774			
	Votorantim Cimentos NINE S.A.	3.662.566	121.984	95,31	95,31	116.258	104.255	3.492.561	3.374.964			
	Votorantim Cimentos EAA Inversiones	1.668.397	(6.745)	100,00	100,00	(6.745)	8.527	1.668.397	1.740.960			
	Cimpor - Cimentos de Portugal S.A.											
	Votorantim Investimentos Latino Americano S.A. (c)	4.584.135	23.390	12,36	12,36	2.890	(970)	529.581	687.263			
	Silcar - Empreend. Com Particip. Ltda.	529.581	10.750	100,00	100,00	10.750	17.217	529.581	508.174			
	Companhia Cimento Ribeirão Grande						5.918					
	Votorantim Cimentos Chile Ltda.	148.921	(11.882)	100,00	100,00	(11.882)	(16.481)	148.921	143.990			
	Pedreira Pedra Negra Ltda.	136.929	2.315	100,00	100,00	2.315	2.415	136.929	137.001			
	Acaruba Mineração e Participação Ltda.	89.240	(13.637)	100,00	100,00	(13.637)	(1.623)	89.240	102.877			
	Cementos Portland S.A.	209.950	(317)	29,50	29,50	(94)	(76)	61.935	63.888			
	Yгуазу Cimento S.A.						810					
	Mesa - Machadinho Energética S.A. 1(b)						838		31.942			
	Itacamba Cimento S.A.	25.498	1.577	50,01	50,01	789	667	12.753	12.729			
	A21 Mineração Ltda.						3.553					
	Seacrown do Brasil, Com Import. e Part. S.A.	11.772	172	40,45	40,45	70	(74)	4.761	4.816			
	Eromar S.A.	2.418	(338)	100,00	100,00	(338)	(59)	2.418	1.136			
	Outros					42	71	13.287	12.750			
	Total dos investimentos					39.192	66.774	9.378.535	10.140.264			
	Ágios											
	Votorantim Cement North America Inc.							773.860	773.860			
	St. Marys Cement Inc.							108.938	108.938			
	Pedreira Pedra Negra Ltda.							11.700	11.700			
	Votorantim Cimentos EAA Inversiones							1.043.841	1.103.935			
	Total dos investimentos e ágios							1.938.339	1.998.433			
								11.316.874	12.138.697			
	Obrigações a pagar com investidas											
	Lux Cem International S.A.	(15.841)	102	100,00	100,00	102	(724)	(15.841)	(16.098)			
	Total dos investimentos, ágios e obrigações a pagar com investidas					39.294	66.050	(15.841)	(16.098)			
								11.301.033	12.122.599			

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Consolidado

	Patrimônio líquido	Informações em 31 de março de 2013		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de investimentos	
		Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	Percentual de participação	31/03/2013	31/03/2012	2013	2012
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Cimpor - Cimentos de Portugal S.A.	4.584.135	23.390	12,36	2.890	8.527	687.262	
Votorantim Investimentos Latino Americano S.A. (b)(c)	692.851	31.231	38,25	11.946	13.418	287.613	
Sirama Participações Ltda.					838	31.942	
Mæsa - Machadoincho Energética S.A. (1b)	345.349	(39.894)	10,61	(6.044)	(5.261)	116.929	
Cimentos Avellaneda S.A. (d)	948.910		15,15		4.298	143.760	
Cemento Bio Bio S.A. (b)	165.901		51,00		(94)	84.608	
Maré Cimento Ltda. (a)	209.950	(317)	29,50		780	63.888	
Cimentos Portland S.A.	189.027	1.791	25,00	448	(1.007)	47.257	
Supermix Concreto S.A.	335.816		27,57			92.591	
Polimix Concreto Ltda. (a)	236.109		12,61			55.891	
Cimentos Artigas S.A. (d)	73.206	(6.341)	51,00	(3.234)	(403)	48.720	
Mizu S.A. (a)	116.162		25,00		1.482	37.335	
Verona Participações Ltda. (a)	30.345		51,00			29.040	
Polimix Cimento Ltda. (a)						15.476	
Joint ventures							
Sumter Cement Co LLC	28.367	(152)	50,00	(76)	(87)	14.183	
Trinity Materials LLC	12.162	(158)	50,00	(79)	(13)	5.978	
Suwannee American Cement LLC	198.235	(2.718)	50,00	(1.359)	(889)	99.118	
Superior Building Materials LL	32.147	(8.103)	50,00	(4.051)	(2.760)	101.970	
Cimentos Especiales de Las Islas S.A.	101.380	4.521	50,00	2.261		16.074	
Hormigones Y Áridos La Barca S.A.	20.925	63	49,78	32		50.690	
Cantera do Penedo S.A.	60.698	1.043	41,23	430	748	10.463	
Outros investimentos				(2.681)		30.349	
Total de investimentos e Joint ventures				389	18.625	1.295.063	2.050.601

(a) Referem-se ao valor de investidas da controlada Silcar (Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.). Conforme termo do acordo de acionistas, a Companhia participa apenas de certas decisões financeiras e operacionais definidas no que diz respeito a determinadas matérias e de algumas atividades das investidas e, como tal, a Companhia não controla as entidades. Os dividendos são distribuídos em quantidades desproporcionais ao percentual de participação.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Referem-se a investidas nas quais a participação é menor que 20%, porém a Companhia exerce influência significativa sobre as atividades por meio de acordos estabelecidos com acionistas.
- (c) Este investimento foi classificado como mantido para venda, em 31 de março de 2013 (Nota 26).
- (d) Referem-se a investidas nas quais a participação é menor que 20% e por isso os investimentos são avaliados a valor justo.

(b) Movimentação dos investimentos e obrigações a pagar com investidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do trimestre	12.122.599	11.082.765	2.050.601	3.384.818
Equivalência patrimonial	39.294	66.050	389	18.625
Dividendos recebidos/reconhecidos		(13.810)	(54.277)	(12.609)
Varição cambial de investimento no exterior	(175.043)	(68.477)	1.899	17.722
"Hedge Accounting" de investidas	1.660	549	1.571	1.069
Outros resultados abrangentes de investidas	22.668	(24.889)	10.928	(19.087)
Aumento de capital em investidas	11.829	12.946	7.880	
Incorporação de investimentos - Maesa	(39.822)		(39.822)	
Investimento em VLA classificado como ativo disponível para venda	(682.152)		(682.152)	
Outros		(21)	(1.954)	(13)
Saldo no final do trimestre	11.301.033	11.055.113	1.295.063	3.390.525

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14

Imobilizado

Movimentação e composição - Controladora

	Benfeitorias em					2013	
	Terrenos e edificações	Equipamentos e instalações	propriedade de terceiros	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total
Saldo no início do trimestre							
Custo	1.232.640	4.139.708	27.173	347.357	55.120	1.625.791	7.427.789
Depreciação acumulada	(500.905)	(2.129.819)	(12.422)	(241.810)	(45.024)		(2.929.980)
Saldo líquido	731.735	2.009.889	14.751	105.547	10.096	1.625.791	4.497.809
Saldo no início do trimestre	731.735	2.009.889	14.751	105.547	10.096	1.625.791	4.497.809
Adição		1.949		163		290.092	292.204
Baixa	(176)	(206)		(143)			(525)
Depreciação	(8.878)	(24.829)	(842)	(11.103)	(515)		(46.167)
Transferência para tributos a recuperar (Nota 11)	(25.093)	(73.606)	(240)	(831)			(99.770)
Transferências	98.629	477.036	509	3.418	1.239	(579.729)	1.102
Efeito de coligada incorporada		39.517					39.517
Saldo no final do trimestre	796.217	2.429.750	14.178	97.051	10.820	1.336.154	4.684.170
Custo	1.297.471	4.550.526	27.418	348.692	56.368	1.336.154	7.616.629
Depreciação acumulada	(501.254)	(2.120.776)	(13.240)	(251.641)	(45.548)		(2.932.459)
Saldo líquido no final do trimestre	796.217	2.429.750	14.178	97.051	10.820	1.336.154	4.684.170
Taxas médias anuais de depreciação - %	2	5	7	20	11		

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012						
	Terrenos e edificações	Equipamentos e instalações	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total
Saldo no início do trimestre							
Custo	994.650	3.754.600	22.312	278.491	49.263	901.602	6.000.918
Depreciação acumulada	(431.614)	(1.875.534)	(9.158)	(195.697)	(40.099)		(2.552.102)
Saldo líquido	563.036	1.879.066	13.154	82.794	9.164	901.602	3.448.816
Saldo no início do trimestre	563.036	1.879.066	13.154	82.794	9.164	901.602	3.448.816
Adição	36	4.797	4	138	14	346.751	351.740
Baixa				(56)			(56)
Depreciação	(3.844)	(33.134)	(743)	(8.536)	(394)	(117.972)	(46.651)
Transferências	22.614	83.779	2.893	5.497	948		(2.241)
Saldo no final do trimestre	581.842	1.934.508	15.308	79.837	9.732	1.130.381	3.751.608
Custo	1.017.300	3.843.176	25.209	284.070	50.225	1.130.381	6.350.361
Depreciação acumulada	(435.458)	(1.908.668)	(9.901)	(204.233)	(40.493)		(2.598.753)
Saldo líquido no final do trimestre	581.842	1.934.508	15.308	79.837	9.732	1.130.381	3.751.608
Taxas médias anuais de depreciação - %	2	8	8	23	10		

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação e composição - Consolidado

	2013							
	Terrenos e edificações	Equipamentos e instalações	Benefícios em propriedade de terceiros	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo no início do trimestre								
Custo	3.291.411	11.280.930	331.273	900.533	107.167	2.044.839	24.649	17.980.802
Depreciação acumulada	(1.234.647)	(6.543.662)	(146.042)	(634.590)	(88.671)		(12.346)	(8.659.958)
Saldo líquido	2.056.764	4.737.268	185.231	265.943	18.496	2.044.839	12.303	9.320.844
Saldo no início do trimestre	2.056.764	4.737.268	185.231	265.943	18.496	2.044.839	12.303	9.320.844
Adição	3.159	13.576	105	8.617	200	342.496	1.310	369.463
Baixa	(186)	(3.379)		(363)		(253)		(4.181)
Depreciação	(20.371)	(97.517)	(3.393)	(20.814)	(1.807)		(17.066)	(160.968)
Variação cambial	(23.569)	(47.793)	(4.833)	(1.685)	(3.712)	(9.342)		(90.934)
Efeito de coligada incorporada		39.517						39.517
Transferência para tributos a recuperar (Nota 11)	(55.012)	(130.764)	(290)	(1.042)		(657.059)		(187.108)
Transferências	206.922	419.573	509	3.253	10.380		19.275	2.853
Saldo no final do trimestre	2.167.707	4.930.481	177.329	253.909	23.557	1.720.681	15.822	9.289.486
Custo	3.353.412	11.179.424	320.817	877.280	108.859	1.720.681	45.470	17.605.943
Depreciação acumulada	(1.185.705)	(6.248.943)	(143.488)	(623.371)	(85.302)		(29.648)	(8.316.457)
Saldo líquido no final do trimestre	2.167.707	4.930.481	177.329	253.909	23.557	1.720.681	15.822	9.289.486
Taxas médias anuais de depreciação - %	2	5	7	20	11		4	

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Beneficiarias em							2012
	Terrenos e edificações	Equipamentos e instalações	propriedade de terceiros	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo no início do trimestre								
Custo	2.230.214	6.955.219	296.501	697.263	65.577	1.302.588	23.998	11.571.360
Depreciação acumulada	(734.318)	(3.380.188)	(126.629)	(470.381)	(53.514)		(8.344)	(4.773.374)
Saldo líquido	1.495.896	3.575.031	169.872	226.882	12.063	1.302.588	15.654	6.797.986
Saldo no início do trimestre	1.495.896	3.575.031	169.872	226.882	12.063	1.302.588	15.654	6.797.986
Adição	1.236	7.087	7	1.410	20	409.196		418.956
Baixa	(6)	(566)	(43)	(685)				(1.300)
Depreciação	(9.453)	(76.928)	(3.117)	(17.199)	(574)		(816)	(108.087)
Varição cambial	(7.239)	(25.583)	(2.189)	(3.736)	(49)	7.567		(31.229)
Transferências	38.577	130.558	5.603	6.047	3.938	(180.794)		3.929
Saldo no final do trimestre	1.519.011	3.609.599	170.133	212.719	15.398	1.538.557	14.838	7.080.255
Custo	2.262.782	7.066.715	299.879	700.299	69.486	1.538.557	23.998	11.961.716
Depreciação acumulada	(743.771)	(3.457.116)	(129.746)	(487.580)	(54.088)		(9.160)	(4.881.461)
Saldo líquido no final do trimestre	1.519.011	3.609.599	170.133	212.719	15.398	1.538.557	14.838	7.080.255
Taxas médias anuais de depreciação - %	2	8	8	23	10		4	

Votorantim Cimentos S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Principais obras em andamento

O saldo de obras em andamento é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das unidades industriais, sendo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Nova Linha de Produção Rio Branco/PR	471.700	536.565	471.700	536.565
Nova Unidade - Cuiabá/MT	104.787	503.209	104.787	503.209
Nova Unidade - Edealina/GO	147.068	117.019	147.068	117.019
Nova Linha de Produção Salto de Pirapora	26.155	11.035	26.155	35.951
Nova Fábrica Vidal Ramos/SC	59.117	46.493	59.117	46.493
Moagem de Cimento- Santa Helena	52.613	25.578	52.613	25.578
Nova Unidade - Primavera/PA			50.455	42.360
Nova Unidade - Ituaçu/BA			12.236	12.096
Moagem de Cimento Z3 - Cimesa			8.223	3.219
Aquisição Betoneiras 2013 EGX	38.183		38.183	

Durante o período de três meses findos em 31 de março de 2013, os encargos sobre empréstimos capitalizados nas obras em andamento totalizou R\$ 27.250 (31 de março de 2012 - R\$ 25.067). A taxa de capitalização utilizada foi de 0,59% ao mês (2012 - 0,68% ao mês).

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

Intangível

Composição e movimentação - Controladora

	2013				
	Direitos sobre recursos naturais	Softwares	Ágio	Outros	Total do intangível
Saldo no início do trimestre	518.587	98.910	282.628	75.569	975.694
Custo	(100.943)	(81.615)		(20.970)	(203.528)
Amortização acumulada	417.644	17.295	282.628	54.599	772.166
Saldo líquido					
Saldo no início do trimestre	417.644	17.295	282.628	54.599	772.166
Adição	2			17.887	17.889
Amortização	(2.687)	(1.025)		(911)	(4.623)
Transferências	123	(1.224)			(1.101)
Saldo no final do trimestre	415.082	15.046	282.628	71.575	784.331
Custo	518.712	97.686	282.628	95.776	994.802
Amortização acumulada	(103.630)	(82.640)		(24.201)	(210.471)
Saldo líquido no final do trimestre	415.082	15.046	282.628	71.575	784.331

Taxas médias anuais de depreciação - %

4

20

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012				
	Direitos sobre recursos naturais	Softwares	Ágio	Outros	Total do intangível
Saldo no início do trimestre					
Custo	143.929	90.499	75.882	44.649	354.959
Amortização acumulada	(28.281)	(73.475)		(19.548)	(121.304)
Saldo líquido	115.648	17.024	75.882	25.101	233.655
Saldo no início do trimestre	115.648	17.024	75.882	25.101	233.655
Adição	751	4			755
Amortização	(2.328)	(3.620)		(976)	(6.924)
Transferências		2.241			2.241
Saldo no final do trimestre	114.071	15.649	75.882	24.125	229.727
Custo	144.680	92.744	75.882	44.649	357.955
Amortização acumulada	(30.609)	(77.095)		(20.524)	(128.228)
Saldo líquido no final do trimestre	114.071	15.649	75.882	24.125	229.727
Taxas médias anuais de depreciação - %	10	20			

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação - Consolidado

	2013					
	Uso do bem público	Direitos sobre recursos naturais	Softwares	Ágios	Contratos e relação com clientes e acordos de não concorrência	Total do intangível
Saldo no início do trimestre						
Custo	197.341	1.619.903	182.987	2.930.527	291.878	5.379.678
Amortização acumulada	(49.966)	(224.216)	(138.956)		(120.542)	(581.241)
Saldo líquido	147.375	1.395.687	44.031	2.930.527	171.336	4.798.437
Saldo no início do trimestre	147.375	1.395.687	44.031	2.930.527	171.336	4.798.437
Adição		297	157			18.572
Amortização	(1.514)	(4.578)	(1.639)		(3.602)	(12.400)
Varição cambial		(24.037)	(325)	(58.209)	(2.490)	(86.179)
Transferências		1.173	(16.075)		(3.871)	(19.203)
Saldo no final do trimestre	145.861	1.368.542	26.149	2.872.318	161.373	4.699.227
Custo	197.342	1.594.100	162.800	2.872.318	280.829	5.283.084
Amortização acumulada	(51.481)	(225.558)	(136.651)		(119.456)	(583.857)
Saldo líquido no final do trimestre	145.861	1.368.542	26.149	2.872.318	161.373	4.699.227
Taxas médias anuais de depreciação - %	3	1 a 4	20	5 a 15		

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012						
	Uso do bem público	Direitos sobre recursos naturais	Softwares	Ágios	Contratos e relação com clientes e acordos de não concorrência	Outros	Total do intangível
Saldo no início do trimestre							
Custo	197.342	1.134.432	132.938	2.009.307	265.735	122.612	3.862.366
Amortização acumulada	(43.910)	(76.137)	(110.895)		(87.877)	(77.158)	(395.977)
Saldo líquido	153.432	1.058.295	22.043	2.009.307	177.858	45.454	3.466.389
Saldo no início do trimestre							
Adição	153.432	1.058.295	22.043	2.009.307	177.858	45.454	3.466.389
Amortização		5.199	407			95	5.701
Variação cambial	(1.514)	(11.217)	(3.772)			(992)	(17.495)
Transferências		(20.437)	(96)	(20.740)			(41.273)
		(6.535)	655				(5.880)
Saldo no final do trimestre	151.918	1.025.305	19.237	1.988.567	177.858	44.557	3.407.442
Custo	197.342	1.112.659	133.904	1.988.567	265.735	122.707	3.820.914
Amortização acumulada	(45.424)	(87.354)	(114.667)		(87.877)	(78.150)	(413.472)
Saldo líquido no final do trimestre	151.918	1.025.305	19.237	1.988.567	177.858	44.557	3.407.442
Taxas médias anuais de depreciação - %	3	1 a 4	20	5 a 15			

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16

Empréstimos e financiamentos

Composição - Controladora

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total	
		31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Moeda estrangeira							
Agência de fomento	Libor USD + 1,39%	14.561	11.570	112.725	115.366	127.286	126.936
BNDES	UMBDES + 2,46%	26.096	22.864	135.927	146.135	162.023	168.999
Eurobonds - EUR	5,25% Pré EUR	93.879	71.343	1.938.987	2.021.532	2.032.866	2.092.875
Eurobonds - USD	7,25% Pré USD	88.716	43.726	2.517.250	2.554.375	2.605.966	2.598.101
Sub-total		223.252	149.503	4.704.889	4.837.408	4.928.141	4.986.911
Moeda nacional							
Agência de fomento	TJLP + 3,50%	897	898	1.554	1.776	2.451	2.674
BNDES	TJLP + 2,90% / 5,18% Pré BRL	155.966	136.500	726.245	772.431	882.211	908.931
Debêntures	111,69% CDI / CDI + 1,09%	107.008	83.267	4.800.000	4.800.000	4.907.008	4.883.267
FINAME	4,63% Pré BRL / TJLP + 2,55%	18.858	16.290	106.297	73.639	125.155	89.929
Outros	2,43% Pré BRL/TJLP	14.463	12.945	17.620	20.271	32.083	33.216
Sub-total		297.192	249.900	5.651.716	5.668.117	5.948.908	5.918.017
Total		520.444	399.403	10.356.605	10.505.525	10.877.049	10.904.928
Juros sobre empréstimos e financiamentos		298.513	207.775				
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos captados a longo prazo (principal)		221.931	191.628				
Total dos empréstimos e financiamentos		520.444	399.403				

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRL - Moeda nacional "Reais"
CDI - Certificado de Depósito Interbancário
EUR - Moeda da União Europeia "EURO"
FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
UMBDES - Unidade Monetária do BNDES
USD - Moeda dos Estados Unidos da América "dólar"
Libor - *London Interbank Offered Rate*

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2013, é demonstrado a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023	Total
Moeda nacional												
Agência de fomento	675	888	888									2.451
BNDES	109.779	182.567	181.840	178.588	124.377	59.615	45.445					882.211
Debêntures	107.008					2.520.000	1.400.000	640.000	240.000			4.907.008
FINAME	14.494	18.059	19.696	19.696	14.997	9.348	8.364	7.519	7.018	5.618	346	125.155
Outros	11.253	11.253	6.503	15			2.974	85				32.083
Sub-total	243.209	212.767	208.927	198.299	139.374	2.588.963	1.456.783	647.604	247.018	5.618	346	5.948.908
%	4,22	3,52	3,47	3,28	2,28	43,68	24,55	10,87	4,10	0,02	0,02	
Moeda estrangeira												
Agência de fomento	7.477	14.167	14.167	14.167	14.167	14.167	14.167	14.168	10.472	6.778	3.389	127.286
BNDES	18.354	31.957	32.236	32.028	24.659	12.593	9.767	429				162.023
Eurobonds - EUR	93.879				1.938.987							2.032.866
Eurobonds - USD	88.716										2.517.250	2.605.966
Sub-total	208.426	46.124	46.403	46.195	1.977.813	26.760	23.934	14.597	10.472	6.778	2.520.639	4.928.141
%	4,23	0,94	0,94	0,94	40,13	0,54	0,49	0,30	0,21	0,14	51,15	
Total	451.635	258.891	255.330	244.494	2.117.187	2.615.723	1.480.717	662.201	257.490	12.396	2.520.985	10.877.049
%	4,15	2,38	2,35	2,25	19,46	24,05	13,61	6,09	2,37	0,11	23,18	

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total
		31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	
Moeda estrangeira						
Agência de fomento	Libor USD + 1,39%	14.561	11.570	112.725	115.366	126.936
BNDES	UMBNDES + 2,40%	39.293	35.832	176.762	191.306	227.138
Eurobonds - EUR	5,25% Pré EUR	93.879	71.343	1.938.987	2.021.532	2.092.875
Eurobonds - USD	7,25% Pré USD	88.716	43.726	2.517.250	2.554.375	2.598.101
Empréstimos sindicalizados	Libor USD + 1,37%	520.862	55.266	408.182	1.344.930	1.400.196
Outros		88.478	47.693	15.754	17.152	64.845
Sub-total		845.789	265.430	5.169.660	6.244.661	6.510.091
Moeda nacional						
Agência de fomento	TJLP + 3,50%	897	898	1.554	1.776	2.451
BNDES	TJLP + 2,84% / 5,14% Pré BRL	239.677	221.470	952.371	1.020.699	1.242.169
Debêntures	111,69% CDI / CDI + 1,09%	107.008	83.267	4.800.000	4.800.000	4.883.267
FINAME	4,67% Pré BRL / TJLP + 2,54%	21.940	19.592	111.836	79.551	133.776
Outros	2,43% Pré BRL/TJLP	17.718	16.218	25.288	30.487	46.705
Sub-total		387.240	341.445	5.891.049	5.932.513	6.273.958
Total		1.233.029	606.875	11.060.709	12.177.174	12.784.049
Juros sobre empréstimos e financiamentos		302.064	212.454			
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos captados a longo prazo (principal)		830.634	346.728			
Financiamentos captados a curto prazo		100.331	47.693			
Total dos empréstimos e financiamentos		1.233.029	606.875			
BNDES -	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social					
BRL -	Moeda nacional "Reais"					
CDI -	Certificado de Depósito Interbancário					
EUR -	Moeda da União Europeia "EURO"					
FINAME -	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais					
UMBNDES -	Unidade Monetária do BNDES					
USD -	Moeda dos Estados Unidos da América "dólar"					
Libor -	London Interbank Offered Rate					

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2013, é demonstrado a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023	Total
Moeda nacional												
Agência de fomento	675	888	888									2.451
BNDES	173.867	261.057	260.330	232.339	146.138	70.153	48.164					1.192.048
Debêntures	107.008					2.520.000	1.400.000	640.000	240.000			4.907.008
FINAME	16.833	20.397	20.898	20.495	15.756	9.640	8.614	7.769	7.268	5.760	346	133.776
Outros	13.778	14.978	10.440	749			2.976	85				43.006
Sub-total	312.161	297.320	292.556	253.583	161.894	2.599.793	1.459.754	647.854	247.268	5.760	346	6.278.289
%	4,97	4,74	4,66	4,04	2,58	41,41	23,25	10,32	3,94	0,09	0,01	
Moeda estrangeira												
Agência de fomento	7.477	14.167	14.167	14.167	14.167	14.167	14.167	14.168	10.472	6.778	3.389	127.286
BNDES	28.372	44.673	44.953	42.056	29.981	14.983	10.609	428				216.055
Eurobonds - EUR	93.879				1.938.987							2.032.866
Eurobonds - USD	88.716										2.517.250	2.605.966
Empréstimos sindicalizados	40.504	520.028	53.355	311.041	2.058	2.058						929.044
Outros	88.478	3.491	1.052	502	564	631	703	781	863	952	6.215	104.232
Sub-total	347.426	582.359	113.527	367.766	1.985.757	31.839	25.479	15.377	11.335	7.730	2.526.854	6.015.449
%	5,78	9,68	1,89	6,11	33,01	0,53	0,42	0,26	0,19	0,13	42,01	
Total	659.587	879.679	406.083	621.349	2.147.651	2.631.632	1.485.233	663.231	258.603	13.490	2.527.200	12.293.738
%	5,37	7,16	3,30	5,05	17,47	21,41	12,08	5,39	2,10	0,11	20,56	

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do trimestre	10.904.928	7.017.825	12.784.049	8.047.563
Captações	45.885	1.860.579	90.931	1.890.657
Liquidação	(38.830)	(24.115)	(492.320)	(61.210)
Juros pagos	(86.495)	(55.437)	(98.564)	(67.271)
Provisão de juros	179.719	190.120	191.522	202.407
Variação cambial	(128.158)	2.187	(181.880)	(12.265)
Saldo no final do trimestre	10.877.049	8.991.159	12.293.738	9.999.881

(a) Composição por moeda

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Real	5.948.908	5.918.017	6.278.289	6.273.958
Dólar Americano	2.733.251	2.725.037	3.729.058	4.137.401
Euro	2.032.867	2.092.875	2.035.795	2.118.128
Cestas de moedas	162.023	168.999	215.260	225.745
Outras			35.336	28.817
Total	10.877.049	10.904.928	12.293.738	12.784.049

(b) Composição por indexador

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Moeda local				
CDI	4.907.008	4.883.267	4.907.008	4.883.267
TJLP	781.339	803.958	1.074.410	1.119.305
Taxa pré-fixada	260.561	230.792	296.659	271.165
Outras			212	221
	5.948.908	5.918.017	6.278.289	6.273.958
Moeda estrangeira				
LIBOR	127.285	126.936	1.111.465	1.490.458
UMBNDDES	162.023	168.999	216.056	227.139
Taxa pré-fixada	4.638.833	4.690.976	4.652.503	4.754.744
Outras			35.425	37.750
	4.928.141	4.986.911	6.015.449	6.510.091
Total	10.877.049	10.904.928	12.293.738	12.784.049

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Captações

- (i) Durante o primeiro trimestre de 2013, a Companhia e suas controladas captaram junto ao BNDES R\$ 38,4 milhões para compra de equipamentos. O custo médio de captação é de 2,5% a.a.
- (ii) Em dezembro de 2012, com a troca de participação no investimento da Cimpor, a controlada Votorantim Cimentos EAA Inversiones assumiu empréstimo no valor de US\$ 434,1 milhões, com vencimento em fevereiro de 2014, com custo médio de LIBOR + 1,33% a.a. Os recursos desta operação foram utilizados para pagamento antecipado de empréstimos e redução do custo do endividamento. Em janeiro de 2013, a VCEAA pagou antecipadamente US\$ 200 milhões (aproximadamente R\$ 400 milhões) do saldo de principal em aberto.
- (iii) No dia 5 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou sua quinta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão no valor de R\$ 1.200 milhões, com vencimento em dezembro de 2018, tem remuneração de 109,2% do CDI.
- (iv) No dia 9 de fevereiro de 2012, a Companhia reabriu no mercado internacional os bônus com vencimento em 2041 em emissão adicional de US\$ 500 milhões. Com o valor captado, a operação terá valor de principal US\$ 1.250 milhões e as demais condições serão mantidas, como o pagamento de cupom semestral de 7,25% ao ano. A emissão tem avaliação de risco “BBB” da agência de *rating* *Standard&Poor’s*, “Baa3” da *Moody’s* e “BBB” da *Fitch*. Os recursos oriundos da emissão foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas, alongando assim o perfil da dívida.
- (v) No dia 20 de janeiro de 2012, a Companhia efetuou sua quarta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em um total de R\$ 1.000 milhão, em duas séries de R\$ 500 milhões cada uma, sendo ambas incondicionalmente e irrevogavelmente garantidas pela Votorantim Industrial S.A. (VID). A 1ª série no valor de R\$ 500 milhões tem remuneração de CDI + 1,09% a.a. e a 2ª série, também no valor de R\$ 500 milhões, tem remuneração de 111% do CDI a.a. Essa transação foi classificada com o *rating* “BBB” pela *Standard&Poor’s*, “Baa3” pela *Moody’s* e “BBB” pela *Fitch*.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

	31/03/2013		Controladora 31/12/2012		31/03/2013		Consolidado 31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Moeda nacional								
Agência de fomento	2.451	2.454	2.674	2.725	2.451	2.454	2.674	2.725
BNDES	882.211	855.358	908.931	907.670	1.192.048	1.158.231	1.242.169	1.240.864
Debêntures	4.907.008	5.162.069	4.883.267	5.130.015	4.907.008	5.162.069	4.883.267	5.130.015
FINAME	125.155	111.639	89.929	88.423	133.776	119.714	99.143	97.002
Outros	32.083	29.137	33.216	30.223	43.006	39.607	46.705	42.747
Subtotal	5.948.908	6.160.657	5.918.017	6.159.056	6.278.289	6.482.075	6.273.958	6.513.353
Moeda estrangeira								
Agência de fomento	127.286	126.370	126.936	126.545	127.286	126.370	126.936	126.545
BNDES	162.023	178.815	168.999	188.137	216.055	237.305	227.138	251.451
Eurobonds - EUR	2.032.866	2.242.735	2.092.875	2.300.178	2.032.866	2.242.735	2.092.875	2.300.178
Eurobonds - USD	2.605.966	2.841.509	2.598.101	2.929.338	2.605.966	2.841.509	2.598.101	2.929.338
Empréstimos sindicalizados					929.044	949.384	1.400.196	1.416.832
Outros					104.232	104.626	64.845	64.845
Subtotal	4.928.141	5.389.429	4.986.911	5.544.198	6.015.449	6.501.929	6.510.091	7.089.189
Total	10.877.049	11.550.086	10.904.928	11.703.254	12.293.738	12.984.004	12.784.049	13.602.542

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

A contribuição social e o imposto de renda apresentados na demonstração do resultado para os períodos findos em 31 de março, são reconciliados com as suas alíquotas brasileiras, como segue:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social	299.712	334.292	332.698	357.905
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(101.902)	(113.659)	(113.117)	(121.688)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	13.360	19.558	132	3.433
Incentivo fiscal	604	788	3.257	934
Efeito no imposto a pagar em 2012 devido a mudança em 2013 do regime de tributação da variação cambial de caixa para competência	(20.392)		(20.401)	
Doações e subvenções para investimentos	1.104	1.499	17.557	13.740
Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda	1.446	2.089	1.470	2.347
Diferencial de alíquota de empresas no exterior			(1.902)	(5.882)
Outras adições(exclusões) permanentes líquidas	328	(133)	(12.164)	(493)
IRPJ e CSLL apurados	<u>(105.452)</u>	<u>(89.858)</u>	<u>(125.168)</u>	<u>(107.609)</u>
Correntes	(12.283)	(51.516)	(52.237)	(79.520)
Diferidos	(93.169)	(38.342)	(72.931)	(28.089)
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(105.452)</u>	<u>(89.858)</u>	<u>(125.168)</u>	<u>(107.609)</u>

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos está a seguir apresentada:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2012	31/03/2012	31/12/2012
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	37.418		233.626	177.967
Diferenças temporárias				
Provisão de participação no resultado - PPR	9.258	21.802	10.626	25.065
Provisões	130.599	159.640	196.864	222.741
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.418	2.735	6.546	10.918
Provisão para perdas de estoques	19.803	19.714	26.683	29.874
Provisão para perdas em investimentos	16.042	16.245	48.550	36.127
Provisão para impostos "sub-judice" com depósito judicial	42.633	42.531	72.321	71.989
Diferimento da variação cambial (*)		252.916		253.263
Uso do bem público - UBP			88.856	87.642
Outros	17.031	17.225	54.017	56.393
	<u>276.202</u>	<u>532.808</u>	<u>738.089</u>	<u>971.979</u>
Passivo				
Diferenças temporárias				
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação)	194.700	180.537	370.814	344.389
Amortização de ágio	227.207	210.560	231.804	214.993
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado	29.424	29.424	203.714	226.042
Outros	21.905	31.322	58.028	57.297
	<u>473.236</u>	<u>451.843</u>	<u>864.360</u>	<u>842.721</u>

(*) Em 2013, a Companhia alterou do regime de caixa para o regime de competência a forma de tributação dos ganhos e perdas relacionadas a variação cambial.

18 Provisões

	Controladora					
	2013			2012		
	ARO	Processos judiciais	Total	ARO	Processos judiciais	Total
Saldo no início do exercício	80.422	592.766	673.188	54.380	601.096	655.476
Ajuste a valor presente	(479)		(479)			
Adições e reversões		7.025	7.025		14.899	14.899
Depósitos judiciais, líquido das baixas		(25.772)	(25.772)		(9.798)	(9.798)
Liquidações		(100.350)	(100.350)		(27.992)	(27.992)
Atualização monetária e cambial	17.888	17.092	34.980	1.100	3.301	4.401
Saldo no final do trimestre	<u>97.831</u>	<u>490.761</u>	<u>588.592</u>	<u>55.480</u>	<u>581.506</u>	<u>636.986</u>

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	2013			2012			
	ARO	Reestruturação	Processos judiciais	Total	ARO	Processos judiciais	Total
Saldo no início do exercício	190.866	86.913	793.020	1.070.799	99.839	835.114	934.953
Ajuste a valor presente	(1.188)			(1.188)	(1.019)		(1.019)
Adições e reversões	(8.820)		45.740	36.920		49.551	49.551
Depósitos judiciais, líquido das baixas			(55.280)	(55.280)		(21.567)	(21.567)
Liquidações	(38)	(23.451)	(110.038)	(133.527)	(15)	(38.654)	(38.669)
Atualização monetária e cambial	17.888		22.728	40.616		5.470	5.470
Variação cambial	2.636	(3.550)		(914)	1.474		1.474
Saldo no final do trimestre	201.344	59.912	696.170	957.426	100.279	829.914	930.193

(a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros processos em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte dessas obrigações.

As provisões e os correspondentes depósitos judiciais são apresentados a seguir:

	Controladora					
	31/03/2013			31/12/2012		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido
Tributários	360.490	(800.626)	(440.136)	359.260	(892.978)	(533.718)
Trabalhistas		(14.123)	(14.123)	3.115	(11.202)	(8.087)
Cíveis e outros	39.931	(76.433)	(36.502)	12.274	(63.235)	(50.961)
	400.421	(891.182)	(490.761)	374.649	(967.415)	(592.766)

	Consolidado					
	31/03/2013			31/12/2012		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido
Tributários	479.418	(1.081.299)	(601.881)	477.245	(1.174.275)	(697.030)
Trabalhistas		(58.022)	(58.022)	8.442	(21.303)	(12.861)
Cíveis e outros	74.288	(110.555)	(36.267)	12.764	(95.893)	(83.129)
	553.706	(1.249.876)	(696.170)	498.451	(1.291.471)	(793.020)

Natureza da provisão dos processos judiciais

(i) Processos tributários

Referem-se principalmente à discussão sobre a legalidade do recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais. As principais ações tributárias consistem na cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o Financiamento da Seguridade), IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

(ii) Processos trabalhistas

Consistem principalmente em reclamações movidas por ex-empregados e terceiros, cujos pleitos envolvem pagamento de verbas rescisórias, adicionais por insalubridade e periculosidade, horas extras, horas *in itinere*. Incluem, ainda, ações cíveis referentes a pedidos de indenização de ex-funcionários ou empregados de empresas terceirizadas com base em supostas doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, danos materiais e pessoais.

(iii) Processos cíveis

As principais ações estão relacionadas a reclamações sobre ativos e danos morais.

Processos com probabilidade de perdas consideradas como possíveis:

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo possíveis riscos de perda, conforme detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Processos tributários	864.308	940.759	1.294.152	1.340.714
Processos cíveis	2.912.071	2.946.524	3.704.228	3.608.760
Outros	25.864	23.795	31.202	25.649
	<u>3.802.243</u>	<u>3.911.078</u>	<u>5.029.582</u>	<u>4.975.123</u>

Descrição dos principais processos prováveis e possíveis

Obrigações Fiscais e Contingências

Em dezembro de 2011, foi emitido pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) auto de infração no valor de R\$ 182,6 milhões para o pagamento de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2006 e 2010, considerando: (i) amortização do ágio incorreta; (ii) uso do prejuízo fiscal acima do limite de 30% permitido pela regulamentação tributária; e (iii) falta de pagamento das obrigações de IRPJ e CSLL mensais. Em 31 de março de 2013 o montante total da controvérsia foi de R\$ 205,2 milhões e a Companhia registrou provisão de R\$ 0,1 milhão referente aos referidos autos de infração.

O DNPM (Departamento Federal de Produção Mineral) emitiu diversos autos de infração, alegando que a Companhia devia CFEM referentes ao período entre 1991 e 2011. Em 31 de março de 2013 o valor em controvérsia foi R\$ 383,3 milhões, sendo considerados aproximadamente R\$ 294,6 milhões como perda possível e aproximadamente R\$ 88,7 milhões como perda provável, por isso a Companhia registrou provisão de R\$ 88,7 milhões.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Passivos Cíveis, Ambiental e Contingências

Litígio com a Associação de pescadores

Em 9 de outubro de 2003, a associação de pescadores do Estado de Goiás entrou com uma ação contra a Companhia, solicitando a suspensão ou anulação de determinadas licenças ambientais concedidas pelo IBAMA para as empresas que operam na região da Serra do Facão. A associação também está alegando danos monetários em montante a ser definido pelo tribunal. A Companhia apresentou defesa e em maio de 2004, e obteve uma decisão temporária a seu favor e dos outros réus. Atualmente o processo está suspenso para ser julgado juntamente com outro processo similar. Baseado na opinião dos seus assessores legais, a Companhia considera que a probabilidade de perda nessa ação é remota (31 de dezembro de 2012 – possível), motivo pelo qual nenhuma provisão foi reconhecida. O montante em discussão é de aproximadamente de R\$ 177 milhões.

Litígio com a Transklein

Em agosto de 2010, Transklein Transporte e Carga Ltda. entrou com reclamação contra a VCNNE buscando compensação por danos no valor de R\$ 123,7 milhões, alegando que VCNNE não cumpriu com o volume mínimo de transporte estabelecido no contrato de transporte de cimento firmado entre as partes. A VCNNE foi notificada desta reclamação em março de 2011 e apresentou a sua resposta, que foi respondido pela Transklein, que também fez um apelo à falta de jurisdição. Em junho de 2012, o tribunal determinou que Transklein deve apresentar uma resposta sobre o seu pedido de isenção da obrigação de pagar honorários advocatícios em relação a este assunto. A Companhia apresentou uma objeção formal contra a decisão do tribunal, e o processo foi suspenso até que o tribunal emita a sua decisão sobre este processo. Em 22 de janeiro de 2013, o tribunal publicou a sua decisão de aceitar o apelo da Companhia e transferir o caso para o tribunal civil, na cidade de Recife. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a VCNNE acredita que a probabilidade de perda sob essa alegação é possível e por isso não registrou nenhuma provisão referente a este processo.

Litígio com a Tabernaculo

Em setembro de 2005, a Tabernaculo Comercial e Transportadora Ltda. (“Tabernaculo”) apresentou reclamação contra a VCB (empresa incorporada pela Companhia) buscando compensação por danos materiais no valor de R\$ 84,2 milhões, e danos morais em um valor não especificado, alegando que a Companhia não cumpriu suas obrigações sob dois contratos verbais firmados. Tabernaculo argumenta que essas falhas resultaram no término das atividades de seu departamento de vendas e perdas significativas para a sua área de transportes. A Companhia apresentou sua resposta em setembro de 2009, argumentando que: (1) o estatuto das limitações expirou; (2) a Companhia não alterou as condições gerais do acordo de recompra reversas; (3) Tabernaculo foi incapaz de fornecer os serviços contratados, o que resultou em sua insolvência. Em agosto de 2011, o tribunal negou argumento referente à expiração do prazo e concordou com a análise de peritos, conforme solicitado pelo Tabernaculo, que ainda não foi concluída. A administração considera a possibilidade de perda sob essa alegação de 1% provável (R\$ 1,5 milhão) e 99% possível (R\$ 152,6 milhões). Em 31 de março de 2013, o valor em controvérsia foi de R\$ 154,1 milhões e a Companhia registrou provisão de R\$ 1,5 milhão referente a esse assunto.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Leis Antitrustes

Investigações administrativas pela SDE (Secretaria de Direito Econômico)

Em 2006, a SDE instaurou processo administrativo contra as maiores empresas de cimento no Brasil, inclusive contra a Companhia. Este processo diz respeito a denúncias de práticas anti-competitivas, que incluem a formação de um cartel. Se as empresas de cimento da Companhia forem consideradas culpadas por violar essas leis *antitrustes*, pode estar sujeita a sanções administrativas e penais, incluindo uma multa administrativa que pode variar de 1,0% até 30,0% das receitas anuais líquidas dos impostos das empresas de cimento, ou variar de 0,1% a 20,0% das receitas líquidas anuais da Companhia e de suas controladas, relativas ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado, baseadas nas últimas leis *antitrustes* brasileiras. Em 10 de novembro de 2011, a SDE emitiu uma recomendação não vinculativa ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para impor multas às empresas de cimento sob investigação, incluindo as nossas empresas de cimento no Brasil, por violação das leis antitrustes brasileiras. Este parecer foi enviado ao CADE para a sua análise, mas não é obrigatório para o CADE. Não há prazo formal para o CADE para completar a análise da matéria e emitir a sua decisão, de modo que pode emitir sua decisão a qualquer momento. A expectativa de perda nestas questões é considerado possível. A Companhia não estabeleceu nenhuma provisão referente a este assunto.

Em 2003, o SDE iniciou um processo administrativo contra as maiores empresas de cimento produtoras de concreto do Brasil, inclusive contra a Companhia. Esse processo diz respeito a alegações de certas produtoras de concreto de que as grandes empresas de cimento teriam violado as leis *antitrustes* brasileiras, não vendendo certos tipos de cimento para as concreteiras. Se as empresas de cimento/concreto da Companhia forem consideradas culpadas pela violação as leis *antitrustes*, pode estar sujeita a sanções penais e administrativas, incluindo uma multa administrativa que pode variar de 1,0% até 30,0% das receitas anuais líquidas dos impostos das empresas de cimento, ou variar de 0,1% a 20,0% das receitas líquidas anuais da Companhia e de suas controladas, relativas ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado, baseadas nas últimas leis *antitrustes* brasileiras. O SDE continua analisando essas alegações e não é possível prever se a entidade pretende conduzir investigações futuras sobre este assunto. A expectativa de perda nestas questões é considerado possível. A Companhia não estabeleceu nenhuma provisão referente a este assunto.

Ação Pública - Cartel

O Gabinete do Ministério Público do Rio Grande do Norte entrou com ação civil pública contra a Companhia, juntamente com oito outros acusados, incluindo várias das maiores fabricantes brasileiras de cimento, relativas à violação da legislação brasileira de *antitruste* como resultado da formação de cartel, o qual menciona o pagamento de indenização, de forma conjunta, em favor dos autores de ação de classe por danos morais e coletivos; pagamento de multa de acordo com as regras brasileiras de *antitruste*. Em função do valor total desta ação civil pública ser de R\$ 5.600 milhões e as reivindicações alegam responsabilidade solidária, a Companhia estima que, com base na participação de mercado da Companhia, a responsabilidade seria de aproximadamente R\$ 2.400 milhões. No entanto, não há garantia de que essa divisão entre as partes irá prevalecer, e que a Companhia não será responsabilizada por um valor maior, ou pelo valor total desta reivindicação. A expectativa para perda é considerada como possível. A Companhia não registrou nenhuma provisão referente a esse assunto.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.746.024, era composto por 110.635.438 ações ordinárias de valor nominal.

Em 5 de abril de 2013 os acionistas aprovaram a conversão de 100 ações ordinárias em 100 ações preferenciais. Os direitos das ações preferenciais são idênticos aos de ações ordinárias, incluindo os seus direitos com relação a dividendos e destinação do lucro líquido, exceto que as ações preferenciais não têm direito a voto (exceto em certos assuntos limitados estabelecidos pelos estatutos). As ações preferenciais têm direitos de tag-along em caso de mudança de controle e têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação.

Em 30 de abril de 2013 os acionistas aprovaram o desdobramento das ações através do qual foram emitidas 5.310.496.224 ações ordinárias adicionais para os acionistas em adição das 110.635.338 ações ordinárias anteriormente detidas.

Em 27 de maio de 2013 os acionistas aprovaram o desdobramento das ações, tendo sido emitidas 16.368.338 ações ordinárias adicionais para os acionistas em adição às 5.421.131.562 ações ordinárias anteriormente detidas.

A quantidade de total de ações em circulação em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, após o ajuste retrospectivo para a conversão e os desdobramentos das mesmas é de 5.437.500.000 ações.

(b) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode ultrapassar 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é constituída de acordo com o artigo 195-A da Legislação Brasileira (na redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007), esta reserva é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(d) Outros resultados abrangentes acumulados

Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas na alienação de participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Varição cambial de investimento no exterior	Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	Hedge de investimento líquido / Hedge de fluxo de caixa	Outros resultados abrangentes	Total
Em 01º de janeiro de 2012	232.647	(98.669)	(62.954)	84.738	155.762
Varição cambial de investimento no exterior	(68.477)				(68.477)
Hedge de investimento líquido/Fluxo de caixa			5.871		5.871
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas				(34.181)	(34.181)
Tributos diferidos			(1.996)		(1.996)
Em 31 de março de 2012	164.170	(98.669)	(59.079)	50.557	56.979
Em 31 de dezembro de 2012	644.227	(134.942)	(12.934)	81.374	577.725
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	(167.235)				(167.235)
Hedge de investimento líquido/Fluxo de caixa			126.555		126.555
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas				16.520	16.520
Tributos diferidos			(43.029)		(43.029)
Em 31 de março de 2013	476.992	(134.942)	70.592	97.894	510.536

20 Receita

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita				
Vendas	1.591.369	1.497.102	2.831.516	2.336.526
Serviços	268.460	265.986	296.134	338.159
	1.859.829	1.763.088	3.127.650	2.674.685
Impostos sobre vendas e serviços e outras deduções	(466.218)	(443.047)	(646.866)	(616.901)
	1.393.611	1.320.041	2.480.784	2.057.784

O trimestre findo em 31 de março de 2013 inclui os efeitos de consolidação dos resultados (receitas, despesas e custos) da VCEAA (Espanha) e suas controladas que mantém operações na Turquia, Marrocos, Tunísia, China e Índia, as quais a Companhia, ao final do exercício de 2012, adquiriu o controle de suas operações.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Benefícios fiscais de impostos indiretos	3.193	4.409	51.639	40.413
Receitas de co-processamento	2.124	3.041	2.296	3.196
Recuperação de tributos		896	142	1.382
Geração própria de energia elétrica	7.991	4.272	13.767	6.616
Ganho venda de imobilizado	1.397	268	2.365	2.391
Outras receitas (despesas) líquidas	2.658	582	21.677	(6.872)
	<u>17.363</u>	<u>13.468</u>	<u>91.886</u>	<u>47.126</u>

22 Abertura do resultado por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Combustível energético	119.628	119.403	218.538	158.622
Manutenção	137.057	117.126	225.161	190.974
Energia elétrica - consumo	106.967	91.106	194.420	133.633
Despesa de benefícios a empregados	172.514	139.667	331.724	231.834
Matéria Prima e materiais de consumo	126.875	118.295	267.455	214.876
Depreciação, amortização e exaustão	50.790	53.575	173.368	125.582
Fretes	177.616	134.035	289.660	236.716
Despesa de serviços diversos	84.950	76.942	139.161	109.849
Material de embalagem	32.852	30.099	53.892	40.037
Outras despesas	60.154	79.158	233.544	217.117
	<u>1.069.403</u>	<u>959.406</u>	<u>2.126.923</u>	<u>1.659.240</u>
Reconciliação				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	837.272	802.919	1.759.620	1.418.590
Com vendas	118.023	70.531	186.196	112.762
Gerais e administrativas	114.108	85.956	181.107	127.888
	<u>1.069.403</u>	<u>959.406</u>	<u>2.126.923</u>	<u>1.659.240</u>

O trimestre findo em 31 de março de 2013 inclui os efeitos de consolidação dos resultados (receitas, despesas e custos) da VCEAA (Espanha) e suas controladas que mantém operações na Turquia, Marrocos, Tunísia, China e Índia, as quais a Companhia, ao final do exercício de 2012, adquiriu o controle de suas operações.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Despesas com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários e adicionais	92.001	75.478	198.377	135.483
Encargos sociais	51.771	41.859	79.158	58.709
Benefícios sociais	28.742	22.330	54.189	37.642
	<u>172.514</u>	<u>139.667</u>	<u>331.724</u>	<u>231.834</u>

24 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos financeiros	13.213	10.151	20.607	25.649
Rendimentos sobre aplicações financeiras	41.444	44.455	52.899	50.350
Outras receitas financeiras	27.361	14.956	13.941	15.919
	<u>82.018</u>	<u>69.562</u>	<u>87.447</u>	<u>91.918</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(168.738)	(170.340)	(199.377)	(192.063)
Juros sobre mútuo partes relacionadas	(10.766)	(8.518)	(10.244)	(7.598)
Juros e atualização monetária - UBP			(7.625)	(6.684)
Outras despesas financeiras	12.976		3.394	(26)
	<u>(166.528)</u>	<u>(178.858)</u>	<u>(213.852)</u>	<u>(206.371)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>3.357</u>	<u>3.435</u>	<u>12.967</u>	<u>8.063</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(81.153)</u>	<u>(105.861)</u>	<u>(113.438)</u>	<u>(106.390)</u>

25 Seguros

De acordo com a Política Corporativa de Gestão de Seguros da Companhia, são contratados diferentes tipos de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, proporcionando proteção para seus ativos, para possíveis perdas com interrupção de produção, bem como para danos a terceiros.

A Companhia e suas controladas mantêm seguro de responsabilidade civil, para suas operações no Exterior, com coberturas e condições, consideradas pela Administração destas, adequadas aos riscos inerentes.

Para as principais plantas do Brasil e operações do exterior é contratada apólice "AllRisks" para todos os seus ativos, incluindo cobertura para perdas com interrupção de produção.

A cobertura de seguro operacional consolidada vigente em 31 de março de 2013 é a seguinte:

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Tipo de cobertura	Importância segurada
Instalações, equipamentos	Danos materiais	13.536.456
	Lucros cessantes	2.431.848
		<u>15.968.304</u>

26 Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

Durante o período a Companhia aprovou a venda de certas operações, investimentos e ativos.

A tabela a seguir resume as operações e os investimentos que foram aprovados para venda, e a partir de quando estão sendo considerados como ativos mantidos para venda e/ou operações descontinuadas.

Negócios/ operações	Referência	Classificação para fins contábeis	Data de quando foi classificado contabilmente
Cimpor Macau S.A.	Nota 26.a	Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas	21 de dezembro de 2012
VILA (investimento)	Nota 26.b	Ativos mantidos para venda	31 março de 2013
C+PA (investimento)	Nota 1.a	Ativos mantidos para venda	10 de janeiro de 2013
Equipamento na Espanha		Ativos mantidos para venda	1 de janeiro de 2013

Os ativos e passivos mantidos para venda são:

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
China (a)	649.291	701.214	280.771	274.104
Vila (b)	682.154			
C+PA (1a)	27.900		10.700	
Equipamento (*)	23.307			
Total (**)	<u>1.382.652</u>	<u>701.214</u>	<u>291.471</u>	<u>274.104</u>

(*) Refere-se a equipamento de processamento de queima / forno (localizados na Espanha).

(**) Do total de ativos e passivos classificados como mantidos para venda, apenas a VILA representa investimento direto da controladora.

a) Operações na China

A Companhia não pretende continuar suas operações na China e elaborou um plano para vender estes ativos e passivos. Desta forma, estes ativos e passivos foram incluídos no grupo "mantidos para venda" e são apresentados em uma linha separada no balanço patrimonial. A administração espera realizar a venda dentro do período de um ano.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo			Passivo	
	2013	2012		2013	2012
Imobilizado	262.553	301.385	Contas a pagar	223.077	213.190
Ágio	210.180	233.888	Outros passivos	25.156	27.019
Intangível	57.412	42.358	Provisões	32.538	33.895
Estoques	37.268	38.787			
Outros ativos	81.878	84.796			
	<u>649.291</u>	<u>701.214</u>		<u>280.771</u>	<u>274.104</u>

Demonstração do resultado da operação descontinuada - China

	2013
Receita	21.369
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (*)	(39.550)
Lucro bruto	(18.181)
Resultado financeiro líquido	5.672
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.509)
Imposto de renda e contribuição social	
Correntes	(41)
Diferidos	1.197
Lucro líquido do trimestre	<u>(11.353)</u>
Depreciação e amortização	6.462
Ebitda ajustado	(11.719)

(*) Inclui depreciação no montante de R\$ 6.462.

Não esta sendo divulgado a demonstração do fluxo de caixa para operação da China, pois não é requerido, devido ao fato da Macau ser uma subsidiária recém adquirida.

b) VILA

Em 31 de março de 2013, o investimento na VILA foi classificado como “ativo mantido para venda” no grupo não circulante, pois a administração tem um plano efetivo de transferir este investimento para Votorantim Industrial S.A, que já detêm 21,95% dessa entidade, como parte de um plano corporativo de reestruturação. Não houve perda reconhecida na classificação da VILA como um ativo não circulante mantido para venda, uma vez que o valor contábil de R\$ 682.154 era superior ao valor justo líquido do custo de venda. Conforme divulgado na Nota 29, esse investimento foi alienado em maio de 2013.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Informação financeira por segmento operacional

(i) Introdução

De acordo como o IFRS 8 os segmentos operacionais e reportáveis devem ser definidos com base nos relatórios gerenciais utilizados para tomada de decisão, e devem ser regularmente revisados pelo “*Chief Operating Decision Maker*” (CODM), o qual faz a alocação de todos os recursos necessários para cada segmento. A Companhia definiu que o “*Chief Executive Officer*” é o CODM.

Para fins gerenciais, a Companhia está organizada por áreas geográficas e possui três segmentos reportáveis definidos com base na localização de seus ativos, os quais estão segregados da seguinte forma: (1) Brasil (incluindo as operações em outros países da América do Sul); (2) América do Norte; e (3) Europa, África e Ásia (que incluem operações na Espanha, Turquia, Marrocos, Tunísia, Índia e China).

A receita de venda originada nos segmentos reportáveis é decorrente das seguintes linhas de produtos:

1. Cimentos;
2. Concreto;
3. Agregados;
4. Outros materiais de construção.

A principal fonte de informação para avaliação do desempenho financeiro dos segmentos reportáveis é o EBITDA ajustado, reportado em base mensal para o CODM, segregado de acordo com as áreas geográficas (Brasil, América do Norte e Europa, África e Ásia) e também de acordo com cada linha de produtos. O EBITDA ajustado é calculado com base na soma do lucro operacional das operações continuadas, depreciação, amortização, exaustão considerando ainda qualquer outro item não-caixa incluído no lucro operacional que são considerados pela administração da Companhia como excepcional, é excluído o EBITDA ajustado das operações descontinuadas. O EBITDA ajustado pode ser reconciliado com o lucro líquido, pois o EBITDA ajustado também pode ser definido como lucro líquido mais/menos resultado financeiro, mais imposto de renda e contribuição social, mais depreciação, amortização e exaustão menos resultado nas participações societárias, mais dividendos recebidos de investidas menos itens não caixa excepcionais (itens não caixa considerados pela administração como excepcionais, são excluídos da medição do EBITDA ajustado). Para fins de medição do desempenho dos segmentos operacionais e reportáveis, não foi incluído o resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e resultado nas participações societárias, portanto tais informações não são apresentadas na tabela das informações por segmentos apresentada abaixo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais e reportáveis são as mesmas políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 2. Os valores apresentados como “Brasil” incluem valores referentes à única subsidiária consolidada na América do Sul (Itacamba Cimento S.A., situada na Bolívia) que representa menos de 1% da receita e do EBITDA ajustado apresentados como “Brasil”. Todas as outras participações da Companhia fora do Brasil e América do Norte são registrados pelo método de equivalência patrimonial e a participação nos resultados das investidas é um item de reconciliação entre o EBITDA ajustado e o lucro líquido.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações por segmento - consolidado

	Período findo em 31 de março de 2013			
	Brasil	América do Norte	Europa, África e Ásia	Consolidado
Receita	1.905.383	243.875	331.526	2.480.784
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	521.799	(78.355)	2.303	445.747
Depreciação, amortização e exaustão	(84.169)	(43.302)	(45.897)	(173.368)
EBITDA ajustado	606.758	(35.053)	59.900	631.605
Adições do imobilizado (CAPEX)	351.209	9.315	8.939	369.463
Total ativo	15.536.514	4.219.708	3.299.167	23.055.389

	Período findo em 31 de março de 2012		
	Brasil	América do Norte	Consolidado
Receita	1.847.568	210.216	2.057.784
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	536.268	(90.598)	445.670
Depreciação, amortização e exaustão	(79.060)	(46.522)	(125.582)
EBITDA ajustado	627.937	(44.076)	583.861
Adições do imobilizado (CAPEX)	412.577	6.379	418.956
Total ativo	15.411.955	3.843.440	19.255.395

Não há vendas entre os segmentos operacionais.

A tabela a seguir concilia o EBITDA ajustado das operações segmentadas com o resultado líquido:

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Lucro líquido do trimestre	196.177	250.296
Adições (exclusões):		
Equivalência patrimonial	(389)	(18.625)
Resultado financeiro líquido - operações continuadas	113.438	106.390
Resultado financeiro líquido - operações descontinuadas	(5.672)	
Imposto de renda e contribuição social - operações continuadas	125.168	107.609
Imposto de renda e contribuição social - operações descontinuadas	(1.156)	
Depreciação, amortização e exaustão - operações continuadas	173.368	125.582
Depreciação, amortização e exaustão - operações descontinuadas	6.462	
EBITDA antes do resultado das investidas e joint ventures	607.396	571.252
Adições (exclusões):		
Dividendos recebidos	12.490	12.609
Itens extraordinários:		
EBITDA - operações descontinuadas	11.719	
EBITDA ajustado	631.605	583.861

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receita por linha de produtos - consolidado

						31/03/2013
	Cimento	Concreto	Agregados	Outros	Eliminações e transações não que afetam caixa e não recorrentes	Total
Receita de clientes	1.752.208	474.453	75.154	178.969		2.480.784

						31/03/2012
	Cimento	Concreto	Agregados	Outros	Eliminações e transações que não afetam caixa e não recorrentes	Total
Receita de clientes	1.412.985	391.128	78.036	175.635		2.057.784

Não existem vendas entre os segmentos operacionais.

28 Sazonalidade das operações

Quase todos os produtos da Companhia são produzidos e consumidos em ambientes externos. Mudanças sazonais e outras condições climáticas, especialmente na primeira metade do ano, com o período de inverno no hemisfério norte e período de chuvas no hemisfério sul, podem afetar a produção e o volume de vendas trimestrais dos produtos. Portanto, o resultado de um trimestre não é necessariamente indicativo do resultado esperado para o ano inteiro.

29 Eventos subsequentes

- (i) Em 2 de abril de 2013, a Votorantim Cement North America Inc. renegociou as condições de seus empréstimos sindicalizados, no valor de US\$ 450 milhões, afim de estender o prazo final de vencimento de seus empréstimos até 31 de março de 2018.
- (ii) Em 3 de abril de 2013, a Companhia adquiriu da Votorantim Andina S.A. (entidade controlada pela VID) participação adicional de 38,39% na Cimentos Artigas S.A. e na Cimentos Avellaneda S.A., sendo que o valor pago na transação com estas empresas foi de EUR 154,6 milhões (R\$ 402 milhões). Com a aquisição dessas participações adicionais a Companhia passou a deter 51% na Cimentos Artigas S.A. e 49% na Cimentos Avellaneda S.A. Em relação a Cimentos Artigas S.A. a transferência foi realizada ao valor contábil, e para Cimentos Avellaneda S.A. ao valor justo.
- (iii) Em 8 de abril de 2013, a Companhia protocolou na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, o pedido para realização de sua oferta pública inicial de ações na BM&FBovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. Desta forma, a Companhia segue com os procedimentos e prazos legais para dar continuidade ao processo de abertura de seu capital e, juntamente com a sua Controladora, está sujeita às restrições impostas pelos órgãos reguladores e deve respeitar o período de silêncio em relação à referida oferta até o momento de sua conclusão.

Votorantim Cimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Em 16 de abril de 2013, a Companhia adquiriu participação de 30% na Cimpor Macau na China por EUR 14,5 milhões (R\$ 37,5 milhões). Essa aquisição é parte da estratégia da Companhia para facilitar a venda das operações na China.

Em 16 de abril de 2013, a Companhia alienou 48% do investimento na C+PA Cimento e Produtos Associados S.A por EUR 23,3 milhões (R\$ 60,2 milhões), gerando ganho de EUR 14,8 milhões (R\$ 38,2 milhões).

- (v) Em 18 de abril de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 1,540% na Cimento Bio Bio S.A., na Bolsa de Santiago, e após a compra passou a deter 16,70% de participação nessa empresa.
- (vi) Em 2 de maio de 2013, a VCEAA pagou antecipadamente o valor de US\$15,0 milhões de empréstimo com vencimento em fevereiro de 2014. O saldo remanescente do empréstimo após este pagamento é de US\$219,1 milhões.
- (vii) Ver nota 19 com descritivo da conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e dos desdobramentos aprovados em 30 de abril e 27 de maio de 2013.
- (viii) Em 14 de maio de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Votorantim Industrial S.A. ("VID"), por meio do qual a VID adquiriu a participação acionária de 12,36% que a Companhia detinha na Votorantim Investimentos Latino Americanos S.A. ("VILA") pelo montante total de R\$682,5 milhões. Em 28 de maio de 2013, a Companhia compensou parcialmente este valor com o saldo de dividendos a pagar de R\$ 280,2 milhões devidos à VID.

O saldo remanescente desta operação será quitado através do pagamento da dívida que uma subsidiária da Companhia tem com uma subsidiária da VID decorrente da aquisição de participação acionária na Cimentos Avellaneda S.A. e Cimentos Artigas S.A., conforme descrito na nota 29 (ii).

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

- Formulário de Referência da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Formulário de Referência da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	461
---	-----

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	462
2.3 - Outras informações relevantes	464

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	465
3.2 - Medições não contábeis	466
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	470
3.4 - Política de destinação dos resultados	471
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	474
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	476
3.7 - Nível de endividamento	477
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	478
3.9 - Outras informações relevantes	479

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	486
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	502
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	503
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	513
4.5 - Processos sigilosos relevantes	514
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	515
4.7 - Outras contingências relevantes	517
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	518

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	519
--	-----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	522
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	526
5.4 - Outras informações relevantes	527
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	528
6.3 - Breve histórico	529
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	530
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	539
6.7 - Outras informações relevantes	540
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	541
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	545
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	554
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	591
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	592
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	604
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	605
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	606
7.9 - Outras informações relevantes	607
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	615
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	618
8.3 - Operações de reestruturação	619
8.4 - Outras informações relevantes	620
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	621
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	622

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	624
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	631
9.2 - Outras informações relevantes	632
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	633
10.2 - Resultado operacional e financeiro	668
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	673
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	674
10.5 - Políticas contábeis críticas	675
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	680
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	681
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	682
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	683
10.10 - Plano de negócios	684
10.11 - Outros fatores com influência relevante	687
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	688
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	689
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	690
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	698
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	700
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	701
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	703
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	704
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	709
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	710

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	711
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	725
12.12 - Outras informações relevantes	726
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	727
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	731
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	734
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	736
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	738
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	739
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	740
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	741
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	742
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	743
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	744
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	745
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	746
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	747
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	748
13.16 - Outras informações relevantes	749
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	750
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	751
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	752

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	753
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	755
15.3 - Distribuição de capital	782
15.4 - Organograma dos acionistas	783
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	784
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	785
15.7 - Outras informações relevantes	786
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	787
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	788
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	798
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	799
17.2 - Aumentos do capital social	800
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	801
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	802
17.5 - Outras informações relevantes	803
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	804
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	805
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	806
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	807
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	808
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	815

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	816
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	817
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	818
18.10 - Outras informações relevantes	819
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	828
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	829
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	830
19.4 - Outras informações relevantes	831
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	832
20.2 - Outras informações relevantes	833
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	834
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	835
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	837
21.4 - Outras informações relevantes	838
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	839
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	840
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	841
22.4 - Outras informações relevantes	842

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Paulo Henrique de Oliveira Santos
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Lorival Nogueira Luz Junior
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor? SIM

Código CVM 287-9

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CPF/CNPJ 61.562.112/0001-20

Período de prestação de serviço 28/06/2010

Descrição do serviço contratado
 2013 Serviços de auditoria: revisão limitada das informações trimestrais relativas ao período encerrado em 31 de março de 2013. Serviços tributários: revisão de declaração de impostos, revisão de incentivos fiscais e revisão dos procedimentos tributários adotados para os impostos indiretos nas operações (PIS, COFINS, ICMS e IPI). Outros serviços: trabalhos de emissão de carta conforto e outros trabalhos relacionados com o processo de emissão de ações. 2012 Serviços de auditoria: auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e revisão limitada dos respectivos trimestres. Serviços tributários: revisão de declarações de impostos, revisão de reconciliações de depósitos judiciais relacionados com processos administrativos e judiciais de matéria tributária, revisão de incentivos fiscais ao nível estadual, mapeamento e revisão dos procedimentos tributários adotados de impostos indiretos (PIS, COFINS, ICMS e IPI) nas operações, apoio no processo de parcelamento de tributos e revisão de impactos tributários em projetos de negócios específicos. Outros serviços: monitoramento de gestão de projetos específicos e revisão de aspectos de consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e revisão limitada dos respectivos trimestres. Serviços tributários: revisão de declarações de impostos, revisão de impactos tributários em projetos de negócios específicos, revisão de cadastro tributário de fornecedores e revisão de incentivos fiscais. Outros serviços: revisões de conciliações nas áreas de inventários e imobilizado, revisão de perfis em sistemas de informação e revisões de processos nas áreas de imobilizado. 2010 Serviços de auditoria: auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e revisão limitada dos respectivos trimestres. Serviços tributários: revisão de declarações de impostos, revisão de incentivos fiscais e revisão dos impactos de parcelamentos de impostos. Outros serviços: assecuração de informações ambientais e revisão de perfis em sistemas de informação.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço
 Valores para o exercício de 2012 (em milhares de R\$):
 Serviços de auditoria – R\$3.593,00
 Serviços tributários – R\$ 2.815,00
 Outros serviços – R\$ 371,00

Justificativa da substituição
 Não houve substituição dos auditores.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor
 Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça	30/06/2011	401.371.636-49	Av. Francisco Matarazzo, 1400, 11º andar, Centro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05000-001, Telefone (11) 36743850, Fax (11) 36743850, e-mail: carlos.mendonca@br.pwc.com
Marcelo Orlando	28/06/2010 a 01/03/2011	053.908.488-37	Av. Francisco Matarazzo, 1400, 11º andar, Centro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05000-001, Telefone (11) 36743677, Fax (11) 36743850, e-mail: marcelo.orlando@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)
Patrimônio Líquido	4.996.633.000,00	4.907.846.000,00	5.418.417.000,00	5.060.811.000,00
Ativo Total	23.055.389.000,00	23.916.599.000,00	18.629.197.000,00	16.372.282.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.480.784.000,00	9.481.673.000,00	8.698.352.000,00	8.047.081.000,00
Resultado Bruto	721.164.000,00	3.304.557.000,00	3.013.913.000,00	3.060.179.000,00
Resultado Líquido	196.177.000,00	1.640.483.000,00	854.792.000,00	2.680.424.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	5.437.500.000	5.437.500.000	5.437.500.000	5.415.312.650
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,920000	0,900000	1,000000	0,930000
Resultado Líquido por Ação	0,040000	0,300000	0,160000	0,490000

3.2 - Medições não contábeis

- a) **informar o valor das medições não contábeis**
- b) **fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**
- c) **explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

O EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation, amortization and depletion*) mais resultados de participações societárias é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido mais participações societárias, receita (despesa) financeira, depreciação, amortização e exaustão e imposto de renda e contribuição social.

A Companhia define EBITDA Ajustado como EBITDA mais resultados de participações societárias menos/mais certas operações sem efeito caixa consideradas excepcionais pela administração, *impairment* de ágio, dividendos recebidos menos/mais EBITDA de operações descontinuadas. Itens sem efeito caixa considerados excepcionais pela administração geralmente referem-se a ganhos/perdas em aquisições, alienações ou permuta de ativos e/ou o *impairment* relacionado. Em 2010, a Companhia registrou um ganho de R\$1.672,4 milhões referente à permuta de ativos relativa à aquisição da participação de 17,28% na Cimpor. Em 2011, a Companhia registrou uma perda por *impairment* em participações em investidas de R\$586,5 milhões e, em 2012, a Companhia reconheceu um ganho de R\$266,8 milhões proveniente da venda de sua participação de 21,21% na Cimpor.

A Companhia divulga o EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado porque acredita que oferece aos investidores uma medida adicional acerca do desempenho financeiro das operações da Companhia que facilita a comparação entre períodos numa base consistente. A administração da Companhia também utiliza o EBITDA mais resultados de participações societárias e EBITDA Ajustado, dentre outras medidas, para planejamento interno e para fins de medição de desempenho.

O EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelo *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), não representam o fluxo de caixa para os períodos indicados e não devem ser interpretados como uma alternativa ao resultado líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional, como uma alternativa ao fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais ou como uma medida de liquidez (em cada caso, conforme determinado pelo IFRS). O EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado, nos termos aqui apresentados, não podem ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias, incluindo os competidores da Companhia no segmento de cimento.

3.2 - Medições não contábeis

A tabela abaixo apresenta o cálculo e a reconciliação entre o lucro líquido da Companhia e o EBITDA mais resultados de participações societárias e EBITDA Ajustado para os períodos ali indicados:

	Período de três meses		Exercício social encerrado em		
	encerrado em 31 de março de		31 de dezembro de		
	2013 ⁽¹⁾	2012 ⁽¹⁾	2012 ⁽²⁾	2011 ⁽²⁾	2010 ⁽²⁾
	(em milhões de reais)				
Reconciliação do lucro líquido com o EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado					
Lucro líquido	196,2	250,3	1.640,5	854,8	2.680,4
Mais (menos):					
Receita (despesa) financeira, líquida de operações continuadas	113,4	106,4	935,3	772,4	390,7
Receita (despesa) financeira, líquida de operações descontinuadas	(5,7)	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social de operações continuadas	125,2	107,6	(142,3)	277,1	1.126,8
Imposto de renda e contribuição social de operações descontinuadas	(1,2)	–	–	–	–
Depreciação, amortização e exaustão de operações continuadas	173,4	125,6	558,3	441,1	420,3
Depreciação, amortização e exaustão de operações descontinuadas	6,5	–	–	–	–
Participações societárias ⁽¹⁾	(0,4)	(18,6)	144,6	(311,8)	(192,0)
EBITDA mais resultados de participações societárias.....	607,4	571,3	3.136,4	2.033,6	4.426,3
Mais (menos):					
Dividendos recebidos	12,5	12,6	193,4	156,6	51,9
Impairment de investimento na Cimpor e ágio	–	–	–	586,5	–
Perda com a venda de investimentos societários	–	–	7,7	–	–
Ganho com a transferência de ativos – permuta de ativos da Cimpor em 2010	–	–	–	–	(1.672,4)
Ganho com a venda de participação de 21,21% na Cimpor.....	–	–	(266,8)	–	–
EBITDA de operações descontinuadas.....	11,7	–	–	–	–
EBITDA Ajustado.....	631,6	583,9	3.070,7	2.776,8	2.805,8

⁽¹⁾ Reformulado com base nos princípios contábeis introduzidos a partir de 1º de janeiro de 2013.

⁽²⁾ Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a linha "participações societárias" inclui o reconhecimento de outras perdas resultantes da venda da participação societária de 21,21% na Cimpor por R\$170,1 milhões.

A Companhia calcula o EBITDA mais resultados de participações societárias para cada um de seus segmentos operacionais como lucro líquido mais participações societárias, receita (despesa) financeira, depreciação, amortização e exaustão e imposto de renda e contribuição social. A Companhia define EBITDA Ajustado para cada um de seus segmentos operacionais como EBITDA mais resultados de participações societárias menos/mais certas operações sem efeito caixa consideradas excepcionais pela administração, *impairment* de ágio, dividendos recebidos menos/mais EBITDA de operações descontinuadas. Itens sem efeito caixa considerados excepcionais pela administração geralmente referem-se a ganhos/perdas em aquisições, alienações ou permuta de ativos e /ou o *impairment* relacionado.

3.2 - Medições não contábeis

A tabela a seguir apresenta o cálculo e a reconciliação para o EBITDA mais resultados de participações societárias e EBITDA Ajustado de cada segmento operacional para os períodos indicados.

	Período de três meses encerrado em 31 de março de ⁽¹⁾						
	2013				2012		
	Brasil	América do Norte	Europa, Ásia e África	Consolidado	Brasil	América do Norte	Consolidado
	(em milhões de reais)						
Lucro líquido	268,4	(61,2)	(11,0)	196,2	308,5	(58,2)	250,3
Mais (menos):							
Receita (despesa) financeira, líquida de operações descontinuadas	92,9	11,0	9,5	113,4	109,1	(2,7)	106,4
Receita (despesa) financeira, líquida de operações descontinuadas	-	-	(5,7)	(5,7)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social de operações continuadas	142,3	(28,1)	11,0	125,2	140,9	(33,3)	107,6
Imposto de renda e contribuição social de operações descontinuadas	-	-	(1,2)	(1,2)	-	-	-
Participações societárias	(0,1)	-	(0,3)	(0,4)	(22,3)	3,7	(18,6)
Depreciação, amortização e exaustão de operações continuadas	90,7	43,3	39,4	173,4	79,1	46,5	125,6
Depreciação, amortização e exaustão de operações descontinuadas	-	-	6,5	6,5	-	-	-
EBITDA mais resultados de participações societárias	594,2	(35,1)	48,2	607,4	615,3	(44,1)	571,3
Mais (menos):							
Dividendos recebidos	12,5	-	-	12,5	12,6	-	12,6
EBITDA de operações descontinuadas	-	-	11,7	11,7	-	-	-
EBITDA Ajustado	606,8	(35,1)	59,9	631,6	627,9	(44,1)	583,9

⁽¹⁾ Reformulado com base nos princípios contábeis introduzidos a partir de 1º de janeiro de 2013.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de ⁽¹⁾								
	2012			2011			2010		
	Brasil	América do Norte	Consolidado	Brasil	América do Norte	Consolidado	Brasil	América do Norte	Consolidado
	(em milhões de reais)								
Lucro líquido	1.571,4	69,1	1.640,5	793,2	61,6	854,8	2.632,8	47,7	2.680,4
Mais (menos):									
Receita (despesa) financeira, líquida	909,7	25,5	935,3	778,0	(5,6)	772,4	344,4	46,3	390,7
Imposto de renda e contribuição social	(133,2)	(9,0)	(142,3)	305,0	(27,9)	277,1	1.157,4	(30,6)	1.126,8
Participações societárias	144,6	-	144,6	(311,8)	-	(311,8)	(192,0)	-	(192,0)
Depreciação, amortização e exaustão	348,2	210,0	558,3	267,3	173,8	441,1	220,3	200,0	420,3
EBITDA mais resultados de participações societárias	2.840,8	295,6	3.136,4	1.831,7	201,9	2.033,6	4.162,9	263,4	4.426,3
Mais (menos):									
Dividendos recebidos	193,4	-	193,4	156,6	-	156,6	51,9	-	51,9
Ganho com a venda de participação de 21,21% na Cimpor	(266,8)	-	(266,8)	-	-	-	-	-	-
Ganho com a transferência de ativos – permuta de ativos da Cimpor em 2012	-	-	-	-	-	-	(1.672,4)	-	(1.672,4)
Impairment de investimento na Cimpor e ágio	-	-	-	586,5	-	586,5	-	-	-
Perda com a venda de investimentos societários	7,7	-	7,7	-	-	-	-	-	-
EBITDA Ajustado	2.775,1	295,6	3.070,7	2.574,8	201,9	2.776,8	2.542,4	263,4	2.805,8

⁽¹⁾ A informação da demonstração do resultado é apresentada a partir das demonstrações financeiras anuais auditadas.

A Companhia divulga o ROCE Ajustado (*Return on Capital Employed*) em razão da natureza intensiva de ativos de seu negócio e do uso eficiente do seu capital. O ROCE Ajustado é uma medida não-contábil que ajuda a administração da Companhia a maximizar o uso e o retorno dos ativos existentes da Companhia e a buscar crescimento estratégico e oportunidades de investimento para produzir suficientes retornos. A Companhia calcula o ROCE Ajustado por meio da divisão da soma de seu lucro operacional das operações continuadas antes das participações societárias e do resultado financeiro, mais/menos itens não recorrentes considerados pela administração da Companhia como excepcionais incluídos no lucro operacional e dividendos recebidos, pela soma do imobilizado mais o total do ativo circulante menos o total do passivo circulante, em cada caso, das operações continuadas.

3.2 - Medições não contábeis

A tabela a seguir apresenta o cálculo do ROCE Ajustado e a reconciliação com o lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro para os períodos indicados:

	Período dos últimos doze meses encerrado			
	em 31 de março de 2013 ⁽¹⁾	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2012 ⁽¹⁾⁽²⁾	2011 ⁽²⁾	2010 ⁽²⁾	
(em milhões de reais, exceto porcentagem)				
Cálculo do ROCE Ajustado				
Lucro operacional das operações continuadas antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.581,7	2.578,1	1.592,6	4.006,0
Mais (menos):				
Dividendos recebidos	193,3	193,4	156,6	51,9
Ganho com a transferência de ativos – permuta de ativos da Cimpor em 2010	–	–	–	(1.672,4)
Ganho com a venda de participação de 21,21% na Cimpor	(266,8)	(266,8)	–	–
Perda com a venda de investimentos societários	7,7	7,7	–	–
Impairment de investimento na Cimpor e Bio Bio	–	–	586,5	–
	<u>2.515,9</u>	<u>2.512,4</u>	<u>2.335,7</u>	<u>2.385,4</u>
Dividido pela soma de:				
Imobilizado	9.289,5	9.320,8	6.954,3	5.581,3
Total do ativo circulante	4.888,0	5.527,1	3.791,6	3.015,8
Menos:				
Total do passivo circulante	(3.416,3)	(3.226,3)	(2.158,3)	(1.968,5)
	<u>10.761,2</u>	<u>11.621,6</u>	<u>8.587,5</u>	<u>6.628,7</u>
ROCE Ajustado	23,4%	21,6%	27,2%	36,0%

(1) A informação de balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2012 foi reformulada com base nos princípios contábeis intruduzidos a partir de 1º de janeiro de 2013.

(2) A informação de demonstração do resultado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 é apresentada a partir das demonstrações financeiras anuais auditadas.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As informações prestadas neste item se referem a eventos posteriores às informações contábeis consolidadas da Companhia referentes ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013:

Em 2 de abril de 2013, a Votorantim Cement North America Inc. e algumas de suas subsidiárias assinaram um aditamento ao contrato de crédito celebrado com um sindicato de bancos, com valor total de principal de U.S.\$450,0 milhões, cujas principais características estão descritas no item "10.1.f – Empréstimo sindicalizado VCNA" deste Formulário de Referência. Referido aditamento teve por objetivo, dentre outros, estender o vencimento do empréstimo de longo prazo e do empréstimo rotativo até 31 de março de 2018.

Em 3 de abril de 2013, a Votorantim Europe, S.L., Unipersonal, controlada da Companhia, celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Votorantim Andina S.A., controlada da Votorantim Industrial S.A., por meio do qual adquiriu 374.090.472 ações de emissão da Cimentos Artigas S.A., representativas de 38,39% do capital social de tal sociedade, e 25.306.594 ações classe B de emissão da Cimentos Avellaneda S.A., representativas de 38,39% do capital social de tal sociedade, pelo preço de €154,6 milhões (equivalente a R\$402,3 milhões) representando o valor justo da participação na Cimentos Avellaneda S.A. e o valor contábil da Cimentos Artigas S.A. Com isso, a Votorantim Europe, S.L., Unipersonal passou a deter 51% do capital votante da Cimentos Artigas S.A. e 49% do capital votante da Cimentos Avellaneda S.A.

Em 5 de abril de 2013, foi aprovada a conversão de 100 ações ordinárias em 100 ações preferenciais da Companhia.

Em 16 de abril de 2013, a Companhia adquiriu participação de 30% na Cimpor Macau, com sede na China, por EUR 14,5 milhões (equivalente a R\$37,5 milhões). Essa aquisição é parte de nossa estratégia para facilitar a venda das operações na China. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 80,0% de participação societária na Cimpor Macau. Para informações adicionais sobre esse evento societário, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Em 16 de abril de 2013, a Companhia alienou 48% do investimento na C+PA Cimento e Produtos Associados S.A. por EUR 23,3 milhões (equivalente a R\$60,2 milhões), gerando ganho de EUR 14,8 milhões (R\$38,2 milhões).

Em 18 de abril de 2013, a Companhia aumentou sua participação acionária na Cimentos Bío Bío S.A. em 1,55%, pelo montante total de Ch\$ 2.742,7 milhões (equivalente a R\$ 11,6 milhões), passando a deter 16,70% de seu capital votante.

Em 30 de abril de 2013, foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para 49 ações ordinárias, mediante a emissão de 5.310.496.224 ações ordinárias. A quantidade de ações de emissão da Companhia após o desdobramento é de 5.421.131.562 ações ordinárias e 100 preferenciais, totalizando 5.421.131.662 ações.

Em 2 de maio de 2013, a Companhia pagou antecipadamente U.S.\$ 15,0 milhões (equivalente a R\$ 30,1 milhões) do valor do principal em aberto do Votorantim *Backstop Facility*. Para informações adicionais sobre esse endividamento, vide item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

Em 14 de maio de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Votorantim Industrial S.A. ("VID"), por meio do qual a VID adquiriu a participação acionária de 12,36% que a Companhia detinha na Votorantim Investimentos Latino Americanos S.A. ("VILA") pelo montante total de R\$682,5 milhões. Em 28 de maio de 2013, a Companhia compensou parcialmente este valor com o saldo de dividendos a pagar de R\$280,2 milhões devidos à VID. O saldo remanescente desta operação será quitado através do pagamento da dívida que uma subsidiária da Companhia tem com uma subsidiária da VID decorrente da aquisição de participação acionária na Cimentos Avellaneda S.A. e Cimentos Artigas S.A.

Em 27 de maio de 2013, foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para 1,00301935819354 ações ordinárias. A quantidade de ações de emissão da Companhia após o desdobramento é de 5.437.499.900 ações ordinárias e 100 preferenciais, totalizando 5.437.500.000 ações.

Em 28 de maio de 2013, o montante de R\$366,3 milhões correspondente ao saldo de dividendos a pagar, foi em parte pago à VID e em parte compensado com o montante devido pela VID em decorrência da aquisição de 12,36% de participação acionária na VILA, conforme acima descrito.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Regras sobre a retenção lucros	<p>Regra estatutária: de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>Regra estatutária: de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>Regra estatutária: de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>
Valores das retenções de lucros	<p>R\$80,8 milhões foram destinados à reserva legal, R\$308,0 milhões à reserva de retenção de lucros e R\$183,8 milhões à reserva de incentivos fiscais.</p>	<p>R\$44,4 milhões foram destinados à reserva legal e R\$139,8 milhões à reserva de incentivos fiscais.</p>	<p>R\$135,9 milhões foram destinados à reserva legal e R\$81,0 milhões à reserva de incentivos fiscais.</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2012	2011	2010
Regras sobre a distribuição de dividendos	<p>Regra estatutária: de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, após atendidas as disposições legais, do saldo remanescente do lucro líquido, se não se optar pela permanência do saldo à disposição da assembleia geral, poderão ser constituídas outras reservas de lucros na forma do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Política adotada pela Companhia: R\$2.428,5 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos.</p>	<p>Regra estatutária: de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, após atendidas as disposições legais, do saldo remanescente do lucro líquido, se não se optar pela permanência do saldo à disposição da assembleia geral, poderão ser constituídas outras reservas de lucros na forma do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Política adotada pela Companhia: R\$746,8 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos.</p>	<p>Regra estatutária: de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, após atendidas as disposições legais, do saldo remanescente do lucro líquido, se não se optar pela permanência do saldo à disposição da assembleia geral, poderão ser constituídas outras reservas de lucros na forma do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Política adotada pela Companhia: R\$2.821,6 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos.</p>
Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Restrições às distribuições de dividendos	A Companhia não poderá pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito às emissões de debêntures da Companhia.	A Companhia não poderá pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito às emissões de debêntures da Companhia.	A Companhia não poderá pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito às emissões de debêntures da Companhia.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil 31/03/2013	Exercício social 31/12/2012		Exercício social 31/12/2011		Exercício social 31/12/2010	
		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Lucro líquido ajustado				1.332.102.000,00		840.920.000,00	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado				78.390.000		25.000.000	
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor				34.710.000		15.990.000	
Dividendo distribuído total				1.044.172.000,00		210.230.000,00	
Lucro líquido retido				572.627.000,00		625.215.000,00	
Data da aprovação da retenção				30/04/2013		30/04/2012	
							29/04/2011
							2.536.926.000,00
							40.520.000
							54.330.000
							1.028.005.000,00
							1.620.408.000,00

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária								
Ordinária	18.093.000,00	15/05/2012	200.000.000,00	26/01/2012	699.167.552,73	05/11/2010		
Ordinária	169.465.769,96	05/12/2012						
Ordinária	212.345.935,52	27/12/2012						
Ordinária	350.294,00	19/04/2012						
Ordinária	100.000.000,00	01/03/2013						
Ordinária	365.250.000,52	28/05/2013						
Ordinária			10.230.000,00	16/02/2012				
Ordinária					709.000,00	01/04/2011		
Ordinária					26.171.000,00	07/04/2011		
Ordinária					72.000.000,00	27/04/2011		
Ordinária					386.000,00	31/05/2011		
Ordinária					4.400.000,00	14/06/2011		
Ordinária					20.000.000,00	17/06/2011		
Ordinária					100.000,00	21/06/2011		
Ordinária					495.000,00	27/06/2011		
Ordinária					18.660.000,00	28/06/2011		
Ordinária					3.490.000,00	29/06/2011		
Ordinária					96.000,00	30/06/2011		
Ordinária					1.200.000,00	05/07/2011		
Ordinária					4.310.000,00	06/07/2011		
Ordinária					5.095.000,00	07/07/2011		
Ordinária					10.000.000,00	13/07/2011		
Ordinária					4.600.000,00	25/07/2011		
Ordinária					399,35	31/07/2011		
Ordinária					45.590.632,23	02/08/2011		
Ordinária					15.974.971,00	04/08/2011		
Ordinária					19.000.000,00	15/09/2011		
Ordinária					38.046.623,79	19/09/2011		
Ordinária					9.900.000,00	21/09/2011		

Ordinária									1.800.000,00	22/09/2011
Ordinária									2.630.000,00	23/09/2011
Ordinária									1.900.000,00	26/09/2011
Ordinária									3.000.000,00	28/09/2011
Ordinária									8.800.000,00	29/09/2011
Ordinária									3.400.000,00	30/09/2011
Ordinária									951.820,74	01/10/2011
Ordinária									1.700.000,00	07/10/2011
Ordinária									4.461.000,16	10/10/2011
Juros Sobre Capital Próprio										
Ordinária									178.667.000,00	05/12/2012

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Em 2010, houve distribuição de dividendos, relativo ao exercício de 2009, à conta de reserva de retenção de lucros constituída em 2009, no montante de R\$1.794 mil.

Em 2011, houve distribuição de dividendos, relativo ao exercício de 2010, à conta de reserva de retenção de lucros constituída em 2010, no montante de R\$537 mil.

Em 2012, houve distribuição de dividendos, relativo ao exercício de 2011, à conta de reserva de retenção de lucros constituída em 2011, no montante de R\$1.563 mil.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2013	18.058.756.000,00	Índice de Endividamento	3,610000000	
31/12/2012	19.008.753.000,00	Índice de Endividamento	3,870000000	
31/03/2013	0,00	Outros índices	3,260000000	O índice de alavancagem financeira líquida, com utilização disseminada no mercado, é calculado pela Companhia da seguinte forma: (Empréstimos e financiamentos +/- Derivativos - Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras) / EBITDA ajustado (acumulados últimos 12 meses). A Companhia acredita que esse índice, em adição ao índice de endividamento financeiro, é apropriado para a correta compreensão da situação financeira da companhia, uma vez que proporciona uma medida adequada para gestão de capital da Companhia.
31/12/2012	0,00	Outros índices	3,190000000	O índice de alavancagem financeira líquida, com utilização disseminada no mercado, é calculado pela Companhia da seguinte forma: (Empréstimos e financiamentos +/- Derivativos - Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras) / EBITDA ajustado (acumulados últimos 12 meses). A Companhia acredita que esse índice, em adição ao índice de endividamento financeiro, é apropriado para a correta compreensão da situação financeira da companhia, uma vez que proporciona uma medida adequada para gestão de capital da Companhia.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/03/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	21.940.000,00	41.340.000,00	34.086.000,00	36.409.000,00	133.775.000,00
Quirografárias	3.685.844.000,00	1.072.420.000,00	2.795.654.000,00	10.371.062.000,00	17.924.980.000,00
Total	3.707.784.000,00	1.113.760.000,00	2.829.740.000,00	10.407.471.000,00	18.058.755.000,00
Observação					
As informações prestadas neste item se referem às informações contábeis consolidadas da Companhia. As obrigações que não possuem estimativas de vencimento foram classificadas como superior a cinco anos.					
Exercício social (31/12/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	19.592.000,00	33.529.000,00	27.885.000,00	18.137.000,00	99.143.000,00
Quirografárias	3.480.799.000,00	1.947.997.000,00	2.968.482.000,00	10.512.332.000,00	18.909.610.000,00
Total	3.500.391.000,00	1.981.526.000,00	2.996.367.000,00	10.530.469.000,00	19.008.753.000,00
Observação					
As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. As obrigações que não possuem estimativas de vencimento foram classificadas como superior a cinco anos.					

3.9 - Outras informações relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de algumas de suas subsidiárias possuem cláusulas referentes a pagamento cruzado e antecipação cruzada em casos de inadimplência (*cross-payment* e *cross-acceleration event of default*), segundo as quais a falta de pagamento por parte da Companhia e/ou pela subsidiária em questão ou a antecipação do pagamento exigida por credores após um evento de inadimplência da Companhia, segundo um ou mais contratos, em cada caso, no valor total acima de U.S.\$50,0 milhões, resultaria em um evento de inadimplência segundo o qual, nos termos dos contratos de empréstimos e financiamentos, possibilitaria a hipótese de a maioria dos credores desses empréstimos optar pela antecipação do pagamento da dívida. Além disso, alguns dos contratos de empréstimos e financiamentos em que a Votorantim Participações S.A. (“VPar”), a Votorantim Industrial S.A. (“VID”) e a Hejoassu Administração S.A. são garantidoras também incluem cláusulas de pagamento cruzado e antecipação cruzada em eventos de inadimplência que seriam desencadeados pela falta de pagamento da dívida ou a antecipação do pagamento da dívida da VPar e VID e de algumas de suas subsidiárias relevantes.

O resultado líquido por ação apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia difere dos valores apresentados no item 3.1 deste Formulário de Referência uma vez que: (i) nas demonstrações financeiras esse cálculo é feito com base na média de ações de emissão da Companhia durante cada período, já no item 3.1 considera-se o número de ações emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de cada ano ou em 31 de março de 2013, em ambos os casos, refletindo o desdobramento de ações da Companhia que ocorreu em 30 de abril de 2013; e (ii) nas demonstrações financeiras, esse cálculo é feito com base no resultado do período atribuídos aos acionistas controladores conforme requerido pelo IAS 33/ CPC 41, já no item 3.1 é feito com base no resultado líquido do período.

Demonstração Consolidada Condensada Pro Forma Não Auditada das Operações

Em razão da relevância da permuta de ativos da Cimpor em 2012 (conforme definido abaixo), a Companhia incluiu a seguinte demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, que combina as demonstrações do resultado históricas da Votorantim Cimentos S.A. e a demonstração do resultado combinada histórica *carve-out* dos Negócios Alvo (*Target Businesses*) da Cimpor (conforme definido abaixo) como se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012, ou seja, no início do exercício apresentado.

Em 25 de junho de 2012, a Companhia celebrou um contrato de permuta de ativos com a Camargo Correa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. e a InterCement Austria Holding GmbH (“InterCement”), segundo o qual concordou em transferir sua participação de 21,21% na Cimpor Cimentos do Portugal S.G.P.S (“Cimpor”) em troca de subsidiárias da Cimpor na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia, China e Peru (que, para fins das informações financeiras *pro forma*, estão definidos em conjunto como “Negócios Alvo da Cimpor”), e 21,21% da dívida líquida consolidada da Cimpor (apurada em 30 de novembro de 2012). Essa transação é definida como a “Permuta de Ativos da Cimpor em 2012”. Os Negócios Alvo da Cimpor foram transferidos em 30 de novembro de 2012 (Turquia, Tunísia, Índia e a dívida aplicável) e em 19 de dezembro de 2012 (Espanha, Marrocos, China e Peru), da Cimpor para a Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. (“VCEAA”), companhia constituída pela Cimpor em 8 de outubro de 2012 segundo as leis da Espanha, cujas ações emitidas e em circulação eram detidas pela Cimpor. Em 20 de dezembro de 2012, a Cimpor transferiu todas as ações de emissão da VCEAA para a InterCement e, em 21 de dezembro de 2012, a InterCement transferiu todas as ações de emissão da VCEAA para a Votorantim Cimentos S.A. A Companhia não pretende continuar as suas operações na China e elaborou um plano para venda destes ativos e passivos os quais consequentemente têm sido classificados como operações descontinuadas na demonstração do resultado combinada histórica *carve-out* dos Negócios Alvo da Cimpor. A administração da Companhia espera que essa venda seja concluída em 2013.

Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia e a InterCement concluíram a Permuta de Ativos da Cimpor em 2012, por meio da qual a Companhia obteve a propriedade e o controle societário exclusivo da VCEAA e dos Negócios Alvo da Cimpor. A Companhia contabilizou a Permuta de Ativos da Cimpor em 2012 como uma combinação de negócios de acordo com o IFRS 3 (revisado em 2008)—*Business Combinations*, sendo a Votorantim Cimentos S.A. a adquirente contábil. Segundo as disposições da Permuta de Ativos da Cimpor em 2012, a Companhia pagou €57,0 milhões para a InterCement em 21 de janeiro de 2013 em razão de certos ajustes pós-fechamento. Após a conclusão da Permuta de Ativos da Cimpor em 2012 em 21 de dezembro de 2012, a Companhia deixou de reconhecer sua participação de 21,21% na Cimpor e passou a consolidar 100% dos ativos, passivos e resultados operacionais da VCEAA. Assim, o balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2012 consolidou todos os ativos e passivos da VCEAA. Considerando-se o curto período de tempo entre a data de conclusão da combinação de negócios, em 21 de dezembro de 2012, e o encerramento do exercício fiscal assim como o reduzido volume de operações como resultado dos feriados no final do ano, a Companhia passou a consolidar efetivamente o resultado da VCEAA a partir de 31 de dezembro de 2012. A Companhia estima uma receita e um lucro líquido no período entre 21 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 imaterial. Entretanto, os resultados dos Negócios Alvo da Cimpor de 21 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 são incluídos na demonstração de resultado combinada *carve-out* dos Negócios Alvo da Cimpor.

3.9 - Outras informações relevantes

Para fins da demonstração do resultado consolidada condensada *pro forma* não auditada do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia considerou como se a Permuta de Ativos da Cimpor em 2012 tivesse sido concluída em 1º de janeiro de 2012. Assim, a demonstração do resultado consolidada condensada *pro forma* não auditada baseia-se nas:

- demonstração histórica consolidada auditada das operações da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012; e
- demonstração do resultado combinada *carve-out* auditada dos Negócios Alvo da Cimpor do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A demonstração do resultado combinada *carve-out* dos Negócios Alvo da Cimpor foi ajustada para refletir determinadas reclassificações feitas para adequá-la à forma de apresentação das demonstrações financeiras da Votorantim Cimentos, conforme descrito abaixo.

A demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações não indica necessariamente os resultados que teriam sido alcançados se a Permuta de Ativos da Cimpor em 2012 tivesse ocorrido no início do exercício apresentado, nem indica resultados operacionais futuros.

A demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações, incluída neste Formulário de Referência deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras históricas consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas, bem como com as demonstrações financeiras históricas combinadas *carve-out* dos Negócios Alvo da Cimpor, incluídas no Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações (*Units*) Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Votorantim Cimentos S.A. Enquanto a Companhia espera incorrer em determinados custos na integração das operações dos Negócios Alvo da Cimpor, a demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações não reflete os custos de nenhuma atividade de integração nem os benefícios que podem resultar da realização de futuras economias de custo a partir das eficiências operacionais que podem advir da combinação de negócios. Além disso, a demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações não inclui custos pontuais diretamente atribuídos à Permuta de Ativos da Cimpor em 2012 ou honorários profissionais incorridos pela Companhia relacionados combinação de negócios, pois tais custos não são considerados parte do preço de compra.

3.9 - Outras informações relevantes

Demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Nota	Resultados históricos da Votorantim Cimentos em 2012	Negócios Alvo da Cimpor – Período entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012	Ajustes <i>Pro Forma</i>		<i>Pro Forma</i> 2012	
			Permuta da participação na Cimpor	Aquisição dos negócios alvo da Cimpor		
(em milhões de reais, exceto conforme outra indicação)						
Receita	–	9.481,7	1.474,5	–	–	10.956,1
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.....	3.1/3.2	(6.177,1)	(711,1)	–	(33,7)	(6.921,9)
Lucro bruto.....	–	3.304,6	763,4	–	(33,7)	4.034,3
Receitas (despesas) operacionais						
Com vendas	–	(610,0)	(42,4)	–	–	(652,3)
Gerais e administrativas.....	3.3	(668,0)	(704,0)	–	12,1	(1.359,8)
Provisões e perdas por <i>impairment</i>	–	–	(1.410,5)	–	–	(1.410,5)
Ganho na permuta da Cimpor.....	3.5	266,8	–	(266,8)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas...	–	284,8	(73,1)	–	–	211,7
Despesas operacionais, líquidas	–	(726,4)	(2.230,0)	(266,8)	12,1	(3.211,0)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	–	2.578,1	(1.466,6)	(266,8)	(21,5)	823,2
Resultado de participações societárias						
Realização de outros resultados abrangentes na baixa do investimento da Cimpor.....	3.5	(170,1)	–	170,1	–	–
Equivalência patrimonial	3.5	25,5	(12,7)	79,3	–	92,1
Total de resultado de participações societárias	–	(144,6)	(12,7)	249,4	–	92,1
Receitas financeiras.....	–	316,5	21,9	–	–	338,4
Despesas financeiras.....	3.4	(869,9)	(63,2)	–	(13,0)	(946,2)
Variações cambiais, líquidas.....	–	(381,8)	–	–	–	(381,8)
Resultado financeiro, líquido	–	(935,3)	(41,3)	–	(13,0)	(989,6)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social.....	–	1.498,2	(1.520,6)	(17,4)	(34,5)	(74,3)
Imposto de renda e contribuição social.....	3.5/3.6	142,3	39,5	(391,1)	9,9	(199,4)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	1.640,5	(1.481,1)	(408,4)	(24,6)	(273,6)
Atribuído aos acionistas controladores.....	–	1.616,8	(1.409,3)	(408,4)	(25,2)	(226,2)
Atribuído aos acionistas não controladores	–	23,7	(71,8)	–	0,6	(47,5)
		1.640,5	(1.481,1)	(408,4)	(24,6)	(273,6)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – (R\$) ⁽¹⁾		0,30	–	–	–	(0,04)
Quantidade de ações (em milhares) ⁽¹⁾		5.437.500	–	–	–	5.437.500

⁽¹⁾ Ajustado retroativamente pelos desdobramentos de ações aprovados em 30 de abril de 2013 e em 27 de maio de 2013.

Notas explicativas à demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações

1. Base da apresentação

A demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações foi preparada de acordo com o IFRS 3 (revisado em 2008) —*Business Combinations* utilizando o método de contabilização de compra, no qual a Companhia é considerada a adquirente dos Negócios Alvo da Cimpor.

A demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações apresenta os resultados das operações *pro forma* da Votorantim Cimentos S.A. como se a Permuta de Ativos da Cimpor em 2012 tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012. A demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações é apresentada apenas para fins ilustrativos e não reflete os custos de qualquer integração de atividades ou benefícios que podem resultar das futuras economias de custo devido às eficiências operacionais que podem advir da Permuta de Ativos da Cimpor em 2012.

3.9 - Outras informações relevantes

A tabela abaixo representa a alocação dos valores pagos pelos ativos e passivos tangíveis e intangíveis dos Negócios Alvo da Cimpor adquiridos na data de aquisição/fechamento e que estão refletidos no balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 (vide nota 17.d às demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012).

	Valor justo reconhecido na data de aquisição
	(em R\$ milhões)
Imobilizado	1.596,1
Intangíveis	217,8
Estoques	260,9
Contas a receber	302,5
Caixa e equivalentes de caixa	148,8
Outros ativos	173,9
Total do ativo	2.700,0
Empréstimos e financiamentos	(948,4)
Contas a pagar	(218,5)
Impostos a pagar	(69,0)
Provisões	(86,9)
Impostos diferidos	(203,9)
Outros passivos	(15,2)
Total do passivo	(1.541,8)
Participação de não controladores	(69,0)
Acervo líquido adquirido	1.089,2
Ágio na aquisição	1.143,8
Total da contraprestação transferida	2.233,0
(parte em caixa) em janeiro de 2013	(155,9)

Quando da aquisição pela Companhia do controle acionário dos Negócios Alvo da Cimpor, a Companhia simultaneamente trocou sua participação de 21,21% na Cimpor. A demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações também reflete ajustes *pro forma*, como se a Companhia tivesse disposto de sua participação de 21,21% na Cimpor em 1º de janeiro de 2012.

3.9 - Outras informações relevantes

2. Reclassificações da demonstração do resultado combinada histórica dos Negócios Alvo da Cimpor para adequá-la à apresentação da Votorantim Cimentos S.A. e conversão para Reais

A tabela a seguir apresenta determinadas reclassificações feitas à demonstração do resultado combinada *carve-out* das operações dos Negócios Alvo da Cimpor para adequá-la aos critérios de apresentação utilizados na demonstração do resultado da Votorantim Cimentos S.A., além de apresentar a conversão para Reais dos valores da demonstração do resultado da sua moeda de apresentação, Euros, utilizando a taxa de câmbio média do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 de R\$2,5057 por €1,00.

	31 de dezembro de 2012 – <i>Carve-out</i> dos Negócios Alvo da Cimpor conforme divulgado – Em Euros		Reclassificações para adequação à apresentação da Votorantim Cimentos – Em Euros	<i>Carve-Out</i> dos Negócios Alvo da Cimpor reclassificados – Em Euros	<i>Carve-Out</i> dos Negócios Alvo da Cimpor reclassificados – Em Reais
	(em milhões de Euros)		(em milhões de Euros)		(em milhões de Reais)
Venda de produtos	569,6	–	–	–	–
Serviços prestados	5,5	–	–	–	–
Outras receitas operacionais.....	13,3	–	–	–	–
Total da receita	588,4	Receita.....	–	588.4	1,474.5
Custo dos produtos vendidos.....	(173,7)	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.....	(110.1)	(283.8)	(711.1)
Energia elétrica e serviços terceirizados.....	(221,6)	–	221.6	–	–
Custo de pessoal.....	(113,1)	–	113.1	–	–
Encargos de depreciação e amortização	(73,2)	–	73.2	–	–
Provisões e perdas por <i>impairment</i>	(562,9)	Com vendas	(16,9)	(16,9)	(42,4)
Outras despesas operacionais.....	(29,2)	Gerais e administrativos	(281,0)	(281,0)	(704,0)
Total das despesas	(1.173,7)	Provisões e perdas por <i>impairment</i>	–	(562,9)	(1.410,5)
		Ganho na permuta da Cimpor	–	–	–
		Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	–	(29,2)	(73,1)
		Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e resultado financeiro.....	–	(585,3)	(1.466,6)
		Resultado das participações societárias:			
		Realização de outros resultados abrangentes na baixa do investimento na Cimpor.....			
Despesas financeiras	(25,2)	Despesas financeiras.....	–	(25,2)	(63,2)
Receitas financeiras	8,7	Receitas financeiras	–	8,7	21,9
		Variações cambiais, líquidas	–	–	–
		Resultado financeiro, líquido.....	–	(16,5)	(41,3)
Resultado da equivalência patrimonial ..	(5,1)	Equivalência patrimonial	–	(5,1)	(12,7)
Receita de investimentos	–	–	–	–	–
Lucro (prejuízo) antes de impostos das operações continuadas	(606,8)	Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e contribuição social.....	–	(606,8)	(1.520,6)
		Imposto de renda e contribuição social:.....			
Despesa de imposto de renda	15,8	Corrente	(28,7)	(12,9)	(32,4)
		Diferido	28,7	28,7	71,9
Lucro (prejuízo) do exercício de operações continuadas	(591,1)	Lucro (prejuízo) do exercício de operações continuadas	–	(591,1)	(1.481,1)
Operações descontinuadas.....	(51,4)	Operações descontinuadas	–	(51,4)	(128,7)
Lucro (prejuízo) do exercício	(642,5)	Lucro (prejuízo) do exercício.....	–	(642,5)	(1.609,8)
Atribuível aos acionistas controladores..	(613,8)	Atribuível a acionistas controladores.....	–	(613,8)	(1.538,0)
Atribuível aos acionistas não-controladores	(28,6)	Atribuível a acionistas não-controladores	–	(28,6)	(71,8)
	642,5			(642,5)	(1.609,8)

3.9 - Outras informações relevantes

3. Ajustes Pro Forma

3.1. Amortização de imobilizado

Esse ajuste *pro forma* reflete a amortização adicional para as operações continuadas que seria reconhecida no valor justo do imobilizado caso a Permuta de Ativos da Cimpor em 2012 tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012 *impairment* no valor de R\$10,7 milhões. No âmbito da aquisição contabilizamos o imobilizado adquirido pelo seu valor justo e também revisamos a vida útil remanescente dos ativos.

	Vida útil revisada (anos)	Valor justo (R\$ milhões)
Espanha.....	14	269,0
Índia.....	10	173,1
Marrocos.....	15	204,0
Turquia.....	13	180,4
Tunísia.....	14	169,8
Total imobilizado – operações continuadas.....		996,3
Operações descontinuadas – China.....	19	181,1
Total máquinas e equipamentos		1.177,4
Outros ativos fixos		418,7
Total imobilizado.....		1.596,1

3.2. Custo dos produtos vendidos

Esse ajuste *pro forma* reflete o custo adicional resultante da mensuração dos estoques das operações continuadas ao valor justo caso a Permuta de Ativos da Cimpor em 2012 tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012 no valor de R\$23,0 milhões.

3.3. Despesas de aquisição

Esse ajuste *pro forma* reflete a eliminação dos custos incrementais diretos de aquisição incorridos com a Permuta de Ativos da Cimpor em 2012, lançados na demonstração do resultado da Companhia. Esse ajuste não inclui custos internos, tais como salários e benefícios pagos a indivíduos alocados para a aquisição, nem outros custos internos.

Os ajustes *pro forma* incluem os seguintes valores:

	(em R\$ milhões)
Serviços de consultoria.....	7,3
Serviços de auditoria	0,4
Despesas jurídicas.....	3,4
Despesas com viagens.....	0,9
Outros.....	0,2
Total	12,1

3.4. Despesas de juros

Esse ajuste *pro forma* reflete as despesas de juros adicionais que teriam sido reconhecidas sobre a dívida assumida em ocasião da aquisição dos Negócios Alvo da Cimpor, caso essa dívida tivesse sido assumida em 1º de janeiro de 2012. O valor das despesas de juros foi calculado com base no valor em dólares norte-americanos da dívida assumida em 21 de dezembro de 2012 multiplicado pela taxa de juros do contrato para tal dívida de Libor + 1,33% ao ano e com base nas despesas de juros do período entre 1º de janeiro de 2012 e 20 de dezembro de 2012 no valor de R\$13,0 milhões, que não foram reconhecidas na demonstração do resultado das operações da Companhia, nem na demonstração do resultado das operações *carve-out* dos Negócios Alvo da Cimpor. Para mensuração do ajuste *pro forma* consideramos a LIBOR (1M) média de 2012. Assim, caso a taxa de juros LIBOR tenha uma variação de 0,125%, as despesas de juros terão uma variação de R\$1 milhão.

3.9 - Outras informações relevantes

3.5. Reversão da participação na Cimpor e ganho na remensuração da participação na Cimpor no momento da venda

Esse ajuste *pro forma* reflete a reversão de:

- (a) a participação societária resultante da participação da Companhia de 21,21% na Cimpor, no valor de R\$79,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; e
- (b) o ganho na remensuração reconhecida pela Companhia na Permuta da Ativos da Cimpor em 2012 de R\$266,8 milhões, o respectivo efeito sobre o imposto de renda de R\$391,0 milhões e a realização de outros resultados abrangentes de R\$170,1 milhões.

3.6. Despesas de imposto de renda

O ajuste *pro forma* reflete o efeito do imposto de renda com base na alíquota nominal de imposto de renda aplicável a cada país da operação. A tabela a seguir apresenta a alíquota de imposto de renda aplicável às operações em cada um dos países onde os Negócios Alvo da Cimpor que são considerados operações continuadas atuam:

- Espanha 30%;
- Turquia 20%;
- Índia 32%;
- Marrocos 30%;
- Tunísia 30%; e
- Peru 30%.

3.7. Acionistas não-controladores

O ajuste *pro forma* reflete o ajuste ao lucro dos acionistas não-controladores dos Negócios Alvo da Cimpor resultante dos ajustes indicados acima.

Nota 4 *Impairment* de ativos não-circulantes

Durante 2012, antes da data de aquisição, os Negócios Alvo da Cimpor registraram perdas substanciais para *impairment* de ágio e imobilizado, chegando a um valor de total de EUR 594,0 milhões (R\$1.491,1 milhões), os quais a Administração considera excepcionais, e não geraram nenhum ajuste *pro forma* e são reconhecidos como perda para *impairment* na demonstração consolidada condensada *pro forma* não auditada das operações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Para os fins desta seção e da seção 5 deste Formulário de Referência, a indicação de que um risco pode ter ou terá um “efeito adverso para nós” ou expressões similares significam que esse risco pode ter ou terá um efeito adverso em nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, no resultado das nossas operações, nossas margens, nosso fluxo de caixa e/ou no preço de mercado das nossas Ações.

Riscos adicionais que atualmente consideramos irrelevantes ou que atualmente não são do nosso conhecimento também poderão ter um efeito adverso para nós.

a) Com relação à Companhia

As condições econômicas do Brasil e de outros países onde a Companhia atua podem afetar significativamente de maneira adversa os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

As condições econômicas dos países onde a Companhia atua podem exercer um impacto significativo e adverso sobre os negócios, situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia é altamente dependente dos resultados operacionais de suas operações no Brasil. Em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, as vendas no Brasil representaram 81,3% e 76,8% da receita líquida consolidada da Companhia. O crescimento real do PIB brasileiro em 2012 foi de 0,9%, de acordo com o IBGE. A recente desaceleração econômica, associada aos efeitos atuais da crise econômica mundial, pode resultar em uma maior volatilidade econômica e financeira e estagnação em termos de crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), impactando negativamente a demanda e a precificação dos produtos da Companhia e, conseqüentemente, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. As medidas tomadas pelo Governo Federal brasileiro e pelo Banco Central podem não conseguir evitar futuras desacelerações da economia brasileira.

Além disso, a Companhia depende dos resultados operacionais de suas subsidiárias que operam na América do Norte, *joint ventures* com 50% de participação nos Estados da Flórida e Michigan, nos Estados Unidos da América, de suas controladas na Bolívia e no Uruguai, bem como dos resultados das sociedades nas quais detém participações minoritárias na Argentina e Chile. O amplo impacto da crise econômica mundial, inclusive os efeitos prolongados da dívida europeia, provocou desaceleração econômica em alguns desses países, que em alguns casos consistiu em situações econômicas e financeiras domésticas voláteis. Vide “Fatores de Riscos – Com relação aos países estrangeiros – As condições econômicas na América do Norte e em outros mercados em que a Companhia atua podem afetar de maneira adversa seus negócios, situação financeira e resultados operacionais”. Ainda há um risco significativo de que medidas tomadas pelos governos e bancos centrais de alguns desses países para combater os efeitos da crise econômica mundial não sejam suficientes para evitar futuras desacelerações econômicas. A desaceleração ocorrida no setor de construção civil, altamente correlacionada à situação econômica, foi especialmente grave nos países em que houve grande expansão do mercado imobiliário durante anos de elevados níveis de disponibilidade de crédito (como os Estados Unidos e a Espanha). Quaisquer futuras reduções na disponibilidade de crédito podem afetar significativamente de maneira adversa a demanda por produtos da Companhia no Brasil, América do Norte e outros mercados onde a Companhia atua, bem como o custo e a disponibilidade das matérias-primas.

A Companhia está sujeita a algumas investigações no Brasil relacionadas a supostas violações das leis antitruste, bem como outros litígios pendentes que podem afetar significativamente de maneira adversa seu desempenho e sua situação financeira.

A Companhia e outros produtores de cimento estão sujeitos a investigações em andamento pelas autoridades antitruste brasileiras, principalmente em virtude da escala e da importância de suas operações, além de sua posição de liderança no mercado brasileiro. Por exemplo, em 2003, a Secretaria de Direito Econômico (“SDE”), instaurou um processo administrativo contra as maiores companhias brasileiras de cimento, que também são fabricantes de concreto, incluindo a Companhia. Esse processo refere-se a alegações feitas por alguns fabricantes de concreto de que as grandes companhias de cimento teriam violado a lei antitruste brasileira por, supostamente, se recusarem, de forma concertada, a vender determinados tipos de cimento a companhias fabricantes de concreto. Além disso, em 2006, a SDE instaurou outro processo administrativo contra as maiores fabricantes de cimento do Brasil, inclusive a Companhia. Tal processo refere-se a alegações de práticas anticompetitivas, inclusive a fixação de preços e formação de cartel. Para informações adicionais sobre esses processos, ver item “4.5 – Processos sigilosos relevantes” deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Essas investigações podem resultar em sanções penais para certas pessoas físicas, além de multas administrativas para a Companhia que variam de 1,0% a 30,0% do faturamento bruto da empresa no último exercício anterior à instauração do processo administrativo ou, se a nova lei antitruste brasileira for aplicada, de 0,1% a 20,0% do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial que ocorreu a infração.

Ademais, tanto a antiga lei de defesa da concorrência quanto à nova lei de defesa da concorrência preveem a possibilidade de aplicações de sanções não pecuniárias, a saber: (1) publicação de extrato da decisão condenatória em jornal de grande circulação, o que pode ter um impacto negativo na reputação da Companhia; (2) proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação na administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como em entidades da administração indireta; (3) inscrição do infrator no Cadastro Nacional da Defesa do Consumidor; (4) recomendações aos órgãos públicos competentes para que seja concedida licença compulsória de direito de propriedade intelectual de titularidade do infrator, quando a infração estiver relacionada ao uso desse direito; (5) recomendações dirigidas aos órgãos públicos competentes para que não seja concedido ao infrator parcelamento de tributos federais por ele devido; (6) recomendações dirigidas aos órgãos públicos competentes para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos; e (7) obrigatoriedade de cisão, transferência de controle societário, venda de ativos ou cessação parcial das atividades da Companhia, além de qualquer outra medida considerada necessária pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), para eliminar os efeitos prejudiciais à concorrência provocados pela conduta anticoncorrencial. Qualquer dessas decisões e/ou multas podem ter um efeito significativamente adverso sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Nesse mesmo contexto, em 2012, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte ajuizou uma ação civil pública em face da Companhia e contra outros oito réus, inclusive vários grandes fabricantes brasileiros de cimento, alegando violação da legislação antitruste brasileira em virtude de suposta formação de cartel. Tal ação civil pública exige, entre outros, que: (1) os réus paguem, conjuntamente, uma indenização no valor de R\$5.600 milhões aos autores da ação civil pública por danos morais coletivos; (2) os réus paguem 10,0% do valor total pago pelo cimento ou concreto comprado pelos consumidores das marcas negociadas pelos réus, no período entre 2002 e 2006; e (3) sejam aplicadas aos réus as seguintes sanções de acordo com os artigos 23, inciso I, e 24 da Lei nº 8.884/94: (i) além da aplicação da multa mencionada no item (1) acima, multa variando entre 1,0% e 30,0% do valor do faturamento bruto da empresa obtido no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, a qual nunca poderá ser inferior à vantagem auferida, quando quantificável; e (ii) a proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação tendo por objeto aquisições, alienações, realização de obras e serviços, concessão de serviços públicos, junto à Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, bem como entidades da administração indireta, por prazo não inferior a cinco anos. Considerando-se que o valor total do pedido de indenização por danos morais coletivos dessa ação civil pública é de R\$5.600 milhões, com atribuição de responsabilidade solidária a todos os réus, a Companhia estimou que, com base em sua participação de mercado, sua parcela desse passivo corresponderia a aproximadamente R\$2.400 milhões. Contudo, não é possível garantir que esse cálculo prevalecerá e que a Companhia não será condenada ao pagamento de algum outro valor, podendo, inclusive, ser maior do que o referido montante de R\$2.400 milhões, ou mesmo ser o valor integral da mencionada indenização por danos morais coletivos. Adicionalmente, não é possível garantir que a Companhia não será condenada ao pagamento de outros valores a título de dano patrimonial individual homogêneo, conforme item (2) acima. Essa ação se baseia nas mesmas alegações sobre os fatos envolvidos nos processos administrativos instaurados pela SDE, em especial no processo administrativo instaurado em 2006. Para informações adicionais sobre esse processo, ver item “4.5 – Processos Sigilosos” deste Formulário de Referência.

A Companhia também é parte em um número significativo de processos trabalhistas, cíveis e tributários, alguns dos quais envolvem reivindicações monetárias relevantes. Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía diversas contingências, cujo montante considerado como probabilidade de perda provável e possível envolvido totalizava R\$6.279,5 milhões, para as quais estabeleceu provisões no valor de R\$1.249,9 milhões. Na mesma data, a Companhia também efetuou depósitos judiciais no valor de R\$553,7 milhões relacionados aos processos com perda provável e R\$207,2 milhões relacionados aos processos com perda possível. Se a Companhia obtiver sentenças desfavoráveis em um ou mais desses processos pode ser obrigada a pagar valores significativos, e, conseqüentemente, será afetada de maneira adversa. A Companhia não estabeleceu provisões para alguns desses processos, ou estabeleceu provisão para uma parcela do valor da causa, com base na avaliação de seus advogados. Um desfecho desfavorável em controvérsias pendentes pode afetar significativamente a Companhia de maneira adversa. Para maiores informações sobre os processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, ver item “4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes” deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de completar ou integrar suas aquisições antigas ou futuras e as alianças estratégicas com êxito.

A Companhia adquiriu recentemente subsidiárias na Espanha, Turquia, Marrocos, Índia, Tunísia e China. Caso a integração das operações das subsidiárias recém adquiridas encontre dificuldades inesperadas ou caso seus negócios não se desenvolvam conforme esperado, a Companhia poderá incorrer em despesas significativas de *impairment* no futuro, o que poderá ter um efeito relevante adverso sobre os resultados operacionais e situação financeira da Companhia. Além disso, já adquiriu participação em outras companhias e fábricas de cimento e pode vir a adquirir novos negócios ou firmar alianças estratégicas e/ou *joint ventures* como parte de sua estratégia para expandir sua presença internacional e diversificar seu portfólio de produtos. Não há como prever quando ou se a Companhia realizará outras aquisições ou alianças nem se uma operação ou aquisição importante será realizada em condições vantajosas para a Companhia. A capacidade de continuar expandindo, com êxito, por meio de aquisições e alianças estratégicas depende de diversos fatores, inclusive da disponibilidade geral e capacidade de identificação de oportunidades adequadas, negociação de condições vantajosas, obtenção de financiamento e conclusão de operações. Mesmo se a Companhia realizar aquisições e alianças estratégicas, tais operações podem envolver riscos significativos, inclusive os seguintes:

- incapacidade de obter os resultados projetados com os negócios adquiridos;
- incapacidade de integrar corretamente as operações, sistemas, serviços e produtos de qualquer companhia adquirida, ou de obter as sinergias e/ou economias de escala;
- passivos ou contingências não previstas;
- incapacidade de planejar ou administrar de maneira eficaz qualquer aquisição ou aliança estratégica;
- considerações antitruste e outras exigências regulatórias;
- desvio de atenção da administração; e
- incapacidade de reter ou contratar pessoal-chave para o negócio adquirido.

Se a Companhia não for capaz de integrar ou administrar os negócios adquiridos ou alianças estratégicas com êxito pode não realizar a economia prevista de custos, crescimento de receita e níveis de integração, podendo sofrer um efeito significativamente adverso.

O nível de endividamento da Companhia pode afetar significativamente de maneira adversa a capacidade da Companhia de reagir às mudanças nos negócios, ou deixar a Companhia mais vulnerável em caso de desaceleração dos negócios.

Em 31 de março de 2013, o endividamento consolidado em aberto da Companhia totalizou R\$12.293,7 milhões, dos quais, 10% e 90% representavam seu endividamento de curto prazo e de longo prazo, respectivamente. Assumindo que todos os pagamentos de amortização e pagamentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia com saldo em aberto em 31 de março de 2013 sejam realizados nas datas programadas de pagamento e com as taxas de juros e de câmbio aplicáveis em 31 de março de 2013, o serviço da dívida total estimado seria de R\$1.734,6 milhões (dos quais R\$931,0 milhões correspondem a principal e R\$803,7 milhões a despesas com juros) no período de um ano, R\$1.213,4 milhões (dos quais R\$411,2 milhões correspondem a principal e R\$802,1 milhões a despesas com juros) entre 1º de abril de 2014 e 31 de março de 2015 e R\$1.216,3 milhões (dos quais R\$405,2 milhões correspondem a principal e R\$811,1 milhões a despesas com juros) entre 1º de abril de 2015 e 31 de março de 2016. Para informações adicionais sobre o endividamento futuro estimado da Companhia, ver item “10.1.h. – Obrigações contratuais” deste Formulário de Referência.

O nível de endividamento e o perfil de dívida da Companhia podem ter consequências importantes, muitas das quais podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Especificamente, o nível de endividamento da Companhia pode:

- limitar sua flexibilidade de planejamento ou reação à concorrência e/ou mudanças que venham a ocorrer em seus negócios ou dentro do setor;
- exigir que utilize um montante significativo de seu fluxo de caixa para o serviço da dívida, reduzindo sua capacidade de utilizar fluxos de caixa gerados para financiar capital de giro, despesas de capital e outros propósitos gerais da Companhia;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- limitar a capacidade da Companhia em obter financiamento em condições favoráveis ou aumentar os custos de financiamento;
- deixar a Companhia em desvantagem competitiva com relação a alguns concorrentes com menor alavancagem;
- aumentar a vulnerabilidade em caso de desacelerações nos negócios; e
- afetar sua avaliação de crédito e as condições segundo as quais financiamento adicional é disponibilizado à Companhia.

A capacidade da Companhia de arcar com o serviço da dívida pode exercer um efeito significativamente adverso sobre sua liquidez, situação financeira e resultados operacionais.

As estratégias comerciais da Companhia exigem investimentos significativos e a Companhia pode não ser capaz de obter financiamento para tais investimentos em condições competitivas.

As estratégias comerciais para expandir a capacidade de produção de cimento e outros materiais básicos de construção e a rede de distribuição, bem como para adquirir mais ativos exigem investimentos significativos, incluindo despesas de capital com projetos de *greenfield* e *brownfield*, que podem ser financiados por meio de empréstimos e financiamentos ou por meio de capital adicional. Entretanto, o financiamento adequado pode não estar disponível ou, caso esteja, pode não oferecer condições vantajosas, inclusive em virtude de condições macroeconômicas adversas. A Companhia pode não ser capaz de obter capital adicional no futuro para financiar suas necessidades de capital e estratégia comercial a um custo aceitável. Caso não consiga obter capital suficiente adicional em condições aceitáveis, a Companhia pode ser incapaz de implantar completamente sua estratégia comercial. Isso pode limitar o crescimento e o desenvolvimento futuro de seu negócio. Se a necessidade de capital aumentar em virtude de perdas operacionais, tais perdas podem dificultar a captação de recursos adicionais para financiar os projetos de expansão da Companhia.

A implantação das estratégias de crescimento da Companhia depende de certos fatores além de seu controle, como mudanças nas condições dos mercados onde opera, ações realizadas por concorrentes e leis e regulamentos em vigor no Brasil e em outras jurisdições em que atua. Se a Companhia não obtiver êxito em qualquer parte de sua estratégia, pode ser significativamente afetada de maneira adversa.

Atrasos na construção de novas fábricas de cimento e na expansão das fábricas atuais da Companhia podem afetar significativamente de maneira adversa os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A construção ou a expansão de uma fábrica de cimento envolve diversos riscos, inclusive riscos de engenharia e construção, riscos governamentais, ambientais e regulatórios, bem como outros desafios significativos que podem atrasar ou impedir o funcionamento bem sucedido de um projeto ou aumentar seu custo de maneira significativa. Por exemplo, o atraso no início de um projeto *greenfield* pode ser o resultado de desafios de engenharia relacionados à mineração de calcário em topografias difíceis. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de identificar locais atrativos para a construção de novas fábricas. A capacidade da Companhia em completar com êxito qualquer projeto de construção ou expansão no prazo também pode estar sujeita a riscos adicionais. Portanto, a Companhia pode incorrer em custos adicionais caso não consiga terminar qualquer projeto de construção ou expansão no prazo, ou dentro do orçamento, ou, ainda, se as novas fábricas ou expansões não operarem a plena capacidade ou se o custo de construção, expansão e funcionamento de tais fábricas ficar acima do esperado. Não há como garantir que quaisquer desses custos adicionais não exerçam um efeito significativamente adverso sobre a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode ser significativamente afetada de maneira adversa se suas operações de transporte, armazenamento e distribuição forem interrompidas ou ficarem mais caras do que o esperado.

Os negócios da Companhia dependem do funcionamento ininterrupto de transporte, armazenagem e distribuição de seus produtos. A infraestrutura no Brasil e em outros países onde a Companhia atua pode ser significativamente menos desenvolvida em comparação a outras regiões. O transporte, a armazenagem ou a distribuição do cimento e outros materiais básicos de construção podem ser parcial ou totalmente paralisados, temporária ou permanentemente, devido a circunstâncias que estão fora do controle da Companhia, como por exemplo:

- eventos catastróficos,
- greves ou outros problemas trabalhistas, e
- outras interrupções em meios de transporte.

Além disso, a Companhia conta com fornecedores de serviços terceirizados para transportar seus produtos aos clientes. A capacidade da Companhia em atender seus clientes a custos razoáveis depende, em vários casos, da sua capacidade de negociar condições razoáveis com as transportadoras, inclusive empresas de transporte rodoviário. Se as transportadoras aumentarem suas tarifas, a Companhia pode ser obrigada a pagar tais tarifas antes de repassar os aumentos aos clientes, ou ainda, pode não conseguir fazer esse repasse.

Qualquer interrupção significativa no transporte dos produtos ou aumento no custo de transporte, por qualquer motivo, pode afetar significativamente a Companhia de maneira adversa.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir potenciais perdas a que está sujeita.

Os negócios da Companhia geralmente estão sujeitos a diversos riscos que podem resultar em danos ou destruição de seu ativo imobilizado. A ocorrência de sinistros ou outros passivos não cobertos pelos seguros, ou que ultrapassem os limites de cobertura das apólices, podem resultar em custos inesperados adicionais e afetar significativamente a Companhia de maneira adversa.

Periodicamente, a Companhia pode estar sujeita a litígios trabalhistas que podem afetá-la de maneira significativamente adversa.

A maioria dos empregados da Companhia é representada por sindicatos ou entidades equivalentes e beneficia-se de acordos coletivos de trabalho ou acordos similares sujeitos à renegociação periódica. A Companhia está sujeita a possíveis desacelerações na produção em algumas de suas unidades. Por exemplo, em 2011, a planta de cimento da Companhia localizada em Rio Branco passou por uma ameaça de greve que resultou na negociação de um novo acordo coletivo de trabalho para essa unidade. Além disso, a Companhia pode não concluir futuras negociações trabalhistas com êxito ou em condições vantajosas, podendo elevar significativamente o custo trabalhista, ou resultar em paralisações ou distúrbios que afetem suas operações. Esses aumentos de custo, paralisações ou problemas trabalhistas podem afetar significativamente a Companhia de maneira adversa.

A Companhia está sujeita à fiscalização periódica e regular pelas autoridades e órgãos competentes, inclusive o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho, para verificação do cumprimento de obrigações trabalhistas, inclusive relativas à saúde, medicina e segurança ocupacional. Tais fiscalizações podem resultar em multas e processos que podem afetar significativamente a Companhia de maneira adversa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As estimativas do volume e da qualidade dos depósitos de calcário da Companhia podem ser superestimadas, impossibilitando o reabastecimento das reservas.

As reservas de calcário da Companhia descritas neste Formulário de Referência são estimadas com base em métodos de avaliação geralmente utilizados no setor e em premissas relacionadas à produção e preços de mercado do calcário. Existem muitas incertezas inerentes à estimativa da quantidade de reservas e à projeção de possíveis índices futuros de produção mineral, inclusive vários fatores além do controle da Companhia. A engenharia de reservas minerais envolve a estimativa de depósitos minerais que não podem ser determinados de maneira precisa e a precisão de qualquer estimativa de reserva é uma função da qualidade dos dados disponíveis, bem como da avaliação e interpretação geológica e de engenharia. Consequentemente, a Companhia não tem como garantir aos investidores que suas reservas de calcário serão recuperadas ou que serão recuperadas às taxas esperadas. A Companhia pode precisar revisar as estimativas de vida de suas minas e reservas com base em sua produção real e outros fatores. Por exemplo, flutuações nos preços de mercado do calcário, redução das taxas de recuperação das reservas, rendimento mais elevado ou aumento dos custos operacionais e de capital em virtude da inflação, taxas de câmbio ou outros fatores podem tornar cara a mineração de certas reservas e resultar na reformulação das reservas da Companhia. A Companhia pode ser afetada significativamente de maneira adversa se o número de suas reservas de calcário for menor do que o estimado, especialmente se tiver que comprar calcário de terceiros ou desenvolver minas em locais mais distantes de suas fábricas.

A Companhia não controla a estratégia comercial de investimentos em sociedades em que não é a controladora e está restrita a direitos de acionistas minoritários em tais jurisdições.

A Companhia possui operações no Brasil, Argentina, Chile, América do Norte e, a partir de 2013, Europa, Ásia e África, por meio de participação minoritária ou *joint ventures* que não são completamente controlados por ela. Em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, tais sociedades representavam, em conjunto, 8,6% e 5,6%, respectivamente, do ativo total da Companhia e 1,6% e 0,2%, respectivamente, do lucro líquido total da Companhia. Os interesses comerciais dos demais acionistas podem não corresponder aos interesses da Companhia. Podem ser tomadas decisões desfavoráveis aos interesses comerciais da Companhia ou as decisões de seu interesse podem demorar significativamente para serem tomadas. Portanto, os interesses desses acionistas controladores podem nem sempre estar alinhados aos interesses da Companhia. Além disso, se alguma dessas sociedades em que a Companhia possui participação minoritária violar regulamentos ambientais, antitruste, tributário ou de qualquer outra natureza, provocar danos ambientais significativos ou tornar-se parte em uma contingência significativa, sua reputação perante seus clientes pode ser significativamente afetada. Consequentemente, os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser significativamente afetados de maneira adversa. Além disso, pode haver restrições legais em tais jurisdições que podem impactar gravemente a capacidade da Companhia para implantar suas estratégias operacionais e financeiras nas companhias em que tem participação minoritária. Todos esses fatores podem afetar significativamente de maneira adversa os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia depende dos administradores, de mão-de-obra qualificada e de empregados com conhecimento técnico específico para desempenhar as operações da Companhia.

Manter mão-de-obra qualificada e motivada é essencial para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, principalmente no caso de futuro desenvolvimento tecnológico e expansão geográfica. A concorrência por esses talentos aumentou nos últimos anos e, em determinados casos, a Companhia enfrentou desafios relacionados à obtenção ou retenção do pessoal desejado. A escassez de pessoal ou a perda de empregados-chave pode influenciar de maneira negativa o futuro desenvolvimento dos negócios da Companhia, inclusive pelo fato de impedi-la de replicar sua estrutura de administração em companhias adquiridas. Além disso, a Companhia está sujeita a riscos relacionados à dependência de certas pessoas que ocupam posições chave, especialmente pessoas em cargos da alta administração e das áreas de desenvolvimento, distribuição, serviços, produção, financeira e *marketing* e vendas. A perda de pessoal da área administrativa ou de empregados que ocupam posições chave pode provocar a perda de *know-how*, ou, em certas circunstâncias, fazer com que esse *know-how* seja transmitido aos concorrentes. Se um desses fatores ocorrer, a Companhia pode ser significativamente afetada de maneira adversa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Como uma parcela importante do endividamento total da Companhia é denominada em dólares norte-americanos, flutuações do real frente ao dólar norte-americano podem afetar de maneira adversa o resultado financeiro líquido e os resultados operacionais da Companhia.

O real sofreu desvalorização periódica frente ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras durante os últimos 40 anos. Nesse período, o governo brasileiro implantou diversos planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, como desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas com frequência diária e mensal, sistemas de taxas de câmbio flutuantes, controles cambiais e mercados de câmbio paralelo. A taxa de câmbio do real frente ao dólar norte-americano e outras moedas sofreu flutuações significativas no período. Por exemplo, de acordo com o Banco Central, o real apresentou desvalorização de 31,9% frente ao dólar norte-americano em 2008, valorização de 25,5% e 4,3% em 2009 e 2010, respectivamente, e desvalorização de 12,6% em 2011 e 8,9% em 2012. Não há garantias de que o real não sofrerá outras desvalorizações frente ao dólar norte-americano e que a Companhia não será significativamente afetada de maneira adversa em virtude de tais flutuações.

Como uma parcela importante do endividamento total da Companhia é denominada em dólares norte-americanos, flutuações do real frente ao dólar norte-americano podem afetar de maneira adversa o resultado financeiro líquido e os resultados operacionais da Companhia. Em 31 de março de 2013, o endividamento da Companhia denominado em dólares norte-americanos representava 30,3% do endividamento total. Uma desvalorização ou depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode causar perdas cambiais que devem ser registradas no resultado financeiro líquido da Companhia. Por exemplo, em 2010, foram registrados ganhos cambiais líquidos no valor de R\$97,2 milhões em virtude de uma valorização de 4,3% do real frente ao dólar norte-americano. Em contrapartida, foram registradas perdas cambiais líquidas no valor de R\$253,6 milhões em 2011 em virtude de uma desvalorização de 12,6% do real frente ao dólar norte-americano durante aquele ano. Em 2012, foram registradas perdas cambiais líquidas no valor de R\$381,8 milhões em virtude de uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte-americano durante aquele ano.

Mudanças na legislação tributária brasileira ou conflitos na interpretação de tais leis podem ter um efeito significativamente adverso sobre a Companhia pelo aumento de impostos devidos.

O Governo Federal frequentemente implanta diversas mudanças em regimes tributários que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive em virtude da celebração ou do aditamento de tratados em matéria tributária. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e criação de impostos, temporários ou não, cujos recursos são destinados aos propósitos do governo.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária, afetando significativamente a lucratividade da Companhia de maneira adversa e aumentando o preço de seus serviços, restringindo sua capacidade de realizar negócios nos mercados em que atua e em mercados-alvo e impactando seus resultados financeiros. Não há como garantir que a Companhia será capaz de manter seu fluxo de caixa projetado e sua lucratividade após os aumentos de impostos brasileiros aplicáveis à Companhia e a seus negócios.

Além disso, algumas leis tributárias podem estar sujeitas à interpretação controversa pelas autoridades fiscais, inclusive, entre outros, regulamentos aplicáveis à reestruturações societárias. Se uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseou em suas operações prevalecer, ela será afetada de maneira adversa.

A Companhia pode ser significativamente afetada de maneira adversa se algum dos benefícios fiscais a ela concedidos for revogado ou se ela não conseguir renovar ou prorrogar tais benefícios fiscais.

Para promover o desenvolvimento industrial, alguns Estados brasileiros concedem benefícios financeiros e fiscais para atrair investimentos. A Companhia é beneficiária de alguns incentivos fiscais concedidos pelos Estados do Ceará, Rondônia, Paraná, Sergipe, Tocantins, Mato Grosso, Pará e pelo Distrito Federal, entre outros. Esses benefícios incluem o diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") sobre a importação de ativos fixos e matérias-primas, o diferimento do ICMS sobre a importação de produtos intermediários e de embalagem, créditos fiscais de ICMS e a redução dos impostos aplicáveis.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os benefícios fiscais relativos ao ICMS podem ser declarados inconstitucionais se forem concedidos sem a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Já foram propostas ações perante o Supremo Tribunal Federal contestando a constitucionalidade de certos benefícios fiscais concedidos à Companhia, como o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Sergipe. Além disso, o fisco estadual pode revogar benefícios fiscais se a Companhia não cumprir com as condições estabelecidas pela lei que lhe concedeu o benefício fiscal. Se algum benefício fiscal for declarado inconstitucional, ou for revogado, a Companhia pode ser obrigada a pagar ao Estado aplicável o valor total de ICMS que deixou de recolher no período anterior de cinco anos, acrescido de juros e multa. Além disso, os benefícios fiscais têm prazo fixo e a Companhia pode não conseguir renová-los ou prorrogá-los. Os itens acima podem causar um efeito significativamente adverso sobre a Companhia.

Além dos benefícios acima, a Companhia recebe alguns benefícios fiscais relacionados à redução de impostos federais (imposto de renda e adicional ao frete para renovação da marinha mercante) e municipais (imposto sobre serviços). Se a Companhia deixar de cumprir as exigências legais ou se algum desses benefícios fiscais for declarado inconstitucional, além de perder tais benefícios, a Companhia pode ter que recolher um valor equivalente aos benefícios acrescidos de juros e multa, afetando-a significativamente de maneira adversa.

Flutuações nas taxas de juros podem aumentar o custo de serviço da dívida da Companhia, afetando de modo negativo seu desempenho financeiro geral.

A taxa de juros incidente sobre algumas dívidas da Companhia é calculada com base em taxas variáveis, como o CDI e a *London Interbank Offered Rate* (“LIBOR”). O CDI flutuou significativamente no passado em virtude do impacto das mudanças no crescimento econômico do Brasil, na inflação, nas políticas do Governo Federal e em outros fatores. Por exemplo, o CDI aumentou para 13,6% em 31 de dezembro de 2008, diminuiu para 8,6% em 31 de dezembro de 2009, aumentou para 10,6% em 31 de dezembro de 2010, aumentou para 10,9% em 31 de dezembro de 2011 e diminuiu para 6,9% em 31 de dezembro de 2012. As taxas LIBOR também variaram em resposta a mudanças no crescimento econômico, na política monetária e em regulamentos governamentais. Um aumento significativo nas taxas de juros subjacentes, especialmente o CDI e a LIBOR, pode afetar significativamente as despesas financeiras da Companhia e, conseqüentemente, seu desempenho econômico geral. Em contrapartida, uma redução importante nestas taxas pode afetar significativamente de maneira adversa as receitas financeiras provenientes de investimentos da Companhia, uma vez que alguns de seus investimentos rendem juros com base nessas taxas.

Além disso, o Banco Central estabelece periodicamente a taxa especial de liquidação e custódia *overnight* para o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”), que é a taxa básica de juros do sistema financeiro brasileiro e um importante instrumento político para a obtenção de metas de inflação. Recentemente, a SELIC sofreu variações e o Banco Central interveio frequentemente para ajustá-la em resposta a incertezas econômicas. Em 31 de dezembro de 2008, 2009, 2010 e 2011, a SELIC atingiu 13,75%, 8,75%, 10,75% e 11,00%, respectivamente. Em 2012, o Comitê de Políticas Monetárias (“COPOM”) reduziu a SELIC diversas vezes até atingir 7,25% em 10 de outubro de 2012. Em 17 de abril de 2013, o COPOM decidiu pelo aumento da SELIC para 7,50%. Futuras reduções na SELIC podem afetar a Companhia de maneira adversa ao reduzir sua receita proveniente dos ativos que rendem juros.

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O acionista controlador da Companhia tem uma influência significativa sobre a Companhia e seus interesses podem não coincidir com os interesses dos acionistas minoritários da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Votorantim Industrial S.A. (“VID”) detém 99,99% do capital social da Companhia. Após a realização da oferta pública de inicial de distribuição primária e secundária de certificados de depósitos de ações (*units*) representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Companhia, a VID continuará a deter uma participação significativa na Companhia. Desta forma, o acionista controlador da Companhia possui capacidade para determinar o resultado de praticamente todas as matérias submetidas à aprovação da assembleia geral de acionistas e, portanto, controla as políticas de negócios da Companhia, incluindo, dentre outras, as seguintes:

- a composição do Conselho de Administração e, conseqüentemente, quaisquer decisões do Conselho de Administração relacionadas à condução dos negócios e políticas, incluindo a eleição e destituição dos diretores estatutários;
- decisões relacionadas a incorporações, cisões, outras combinações de negócios e demais operações, incluindo aquelas que possam resultar na mudança de controle;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- aquisição de participações societárias em outras sociedades; e
- o pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório ou a realização de outras distribuições, e o montante de tais dividendos ou distribuições.

O acionista controlador da Companhia pode decidir realizar algumas operações que podem ser conflitantes com os interesses dos acionistas minoritários e pode ser capaz de impedir outros acionistas a bloquear tais ações ou fazer com que sejam tomadas ações diferentes. Além disso, o acionista controlador pode evitar operações de mudança de controle que poderiam ser uma oportunidade para o acionista minoritário de vender ou ganhar um prêmio no seu investimento nas ações e *units* da companhia.

A Companhia não pode assegurar que o seu acionista controlador irá agir de uma forma consistente com os melhores interesses dos acionistas minoritários.

c) Com relação aos seus acionistas

Titulares de units e ações da Companhia podem não receber dividendos.

Segundo o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber pelo menos 25,0% do lucro líquido anual, calculado e ajustado conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações, na forma de dividendos ou participação acionária. O lucro líquido da Companhia pode ser utilizado para repor perdas ou ser retido de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que companhias de capital aberto suspendam a distribuição dos dividendos obrigatórios se o Conselho de Administração informar os acionistas na assembleia geral ordinária que a distribuição de dividendos não é recomendada em virtude da situação financeira de tal companhia. Portanto, não há garantias de que a Companhia será capaz de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio no futuro e nem que tal distribuição será de acordo com seu histórico.

As ações preferenciais subjacentes às units da Companhia possuem direitos limitados de voto.

Apenas as ações ordinárias da Companhia possuem plenos direitos de voto. Exceto em determinadas circunstâncias, as ações preferenciais da Companhia não possuem direito de voto. Em virtude dessa restrição de direitos de voto e como o acionista controlador será titular de mais de 50% das ações ordinárias após a conclusão da oferta, as ações preferenciais subjacentes às *units* geralmente não conferem poder a seus titulares para influenciar a maioria das decisões societárias que dependem das assembleias de acionistas, inclusive sobre a distribuição de dividendos.

d) Com relação a suas controladas e coligadas

Não existem fatores de risco relacionados a controladas e coligadas da Companhia.

e) Com relação a seus fornecedores

O negócio da Companhia depende do fornecimento adequado de matéria-prima e energia elétrica.

O negócio da Companhia exige matérias-primas, como clínquer, gesso, escória, cinza leve e outros materiais utilizados na produção de clínquer e cimento. Por exemplo, a Companhia pretende negociar a compra de uma quantidade significativa de cinza leve de um de seus fornecedores brasileiros e comprar uma parte significativa dos sacos utilizados para embalar cimento de outro fornecedor brasileiro. As condições de fornecimento de matéria-prima geralmente envolvem riscos, inclusive a possibilidade de custos mais elevados de matéria-prima e menos controle sobre os cronogramas de entrega. Todos ou parte desses fatores podem afetar a Companhia significativamente de maneira adversa. A Companhia pode não conseguir obter fornecimento adequado de matérias-primas de forma oportuna e econômica, causando um efeito significativamente adverso.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia utiliza quantidades significativas de coque de petróleo em seus processos de produção de cimento e depende de um número limitado de fornecedores que estabelecem o preço do coque de petróleo em dólares norte-americanos, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia. Exemplificadamente, uma diminuição de 30% no preço médio de coque de petróleo de 2011 para 2012 foi a principal razão de uma diminuição de 0,5% nos custos variáveis da Companhia, enquanto um aumento no preço médio de coque de petróleo de 15,1% de 2010 para 2011 aumentou tais custos da Companhia. A Companhia não realiza operações de *hedge* relacionadas ao preço do coque de petróleo. Além disso, qualquer escassez ou interrupção no fornecimento de coque de petróleo pode interromper as operações da Companhia.

A Companhia consome uma quantidade significativa de energia elétrica em seus processos de produção e, atualmente, depende de fornecedores terceiros para obter uma parcela significativa de suas necessidades de energia. Em 2011, 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, os custos de eletricidade representaram aproximadamente 8,6%, 7,8% e 9,1%, respectivamente, dos custos e despesas totais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou aproximadamente 28,4% de seus contratos de compra de energia com terceiros por meio de contratos de curto-prazo com vigência de um ano que permitem ajustes das tarifas semestralmente. Os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados significativamente de maneira adversa por custos mais elevados, indisponibilidade ou escassez de eletricidade ou, ainda, interrupção no fornecimento de energia elétrica. Exemplificadamente, um aumento de 17,8%, ou R\$88,3 milhões, nas despesas com energia elétrica da Companhia em 2011 resultou principalmente de um aumento de 20,6% nos custos de energia elétrica no Brasil, contribuindo substancialmente para um aumento de 14%, ou R\$697,5 milhões, no custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Já houve, periodicamente, escassez de eletricidade no Brasil e em alguns países onde a Companhia atua e essa escassez pode voltar a ocorrer no futuro. Não há garantias de que a capacidade de geração elétrica crescerá o suficiente para atender a demanda da Companhia. Qualquer escassez pode afetar significativamente de maneira adversa o custo e o fornecimento de energia elétrica utilizada nas operações da Companhia.

f) Com relação a seus clientes

Não existem fatores de risco relacionados aos clientes da Companhia.

g) Com relação aos setores de atuação

A Companhia depende do desenvolvimento do setor de construção civil no Brasil e está exposta ao risco de um desempenho negativo deste mercado.

O consumo de cimento está diretamente ligado à construção civil. Dada a extensão das atividades da Companhia no Brasil, seus negócios dependem muito do desenvolvimento do setor de construção civil no Brasil, que está intimamente relacionado à situação econômica geral e às prioridades e recursos financeiros do Governo Federal brasileiro.

Em todo o país, o setor da construção civil é cíclico e depende dos mercados de construção comercial e residencial. Particularmente, a demanda por cimento e outros produtos depende muito da construção residencial no Brasil, principalmente da construção habitacional e de reformas residenciais no segmento de baixa renda. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento ("SNIC"), em 2012, aproximadamente 48,7% das vendas totais de cimento no Brasil foram realizadas para o mercado de varejo. Uma deterioração da situação econômica brasileira pode reduzir a disponibilidade de financiamento concedido a pessoas que pretendem construir ou reformar a casa e reduzir, de maneira geral, a renda familiar disponível, causando uma diminuição significativa na construção de residências e na demanda por produtos da Companhia. Políticas públicas relacionadas à habitação e ao crédito habitacional, como o Programa Minha Casa Minha Vida, também afetam a demanda por cimento.

Políticas públicas ligadas a investimentos em projetos de infraestrutura (ex., estradas, portos e ferrovias) e a construção no setor público afetam de maneira significativa a demanda por produtos da Companhia. No Brasil, espera-se que o governo realize investimentos significativos em infraestrutura nos próximos anos em virtude do Programa de Aceleração do Crescimento ("PAC"), da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, entre outros. Caso tais investimentos não sejam realizados em virtude de fatores macroeconômicos ou outros fatores, atrasem ou criem uma demanda por produtos abaixo do esperado, a Companhia pode não ser capaz de obter os resultados operacionais previstos em seu plano estratégico.

Tendências negativas no setor da construção civil ou em importantes mercados regionais em que a Companhia atua podem ter um efeito significativamente adverso sobre sua situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O setor de construção civil possui natureza cíclica. Variações na oferta e demanda, inclusive reduções em virtude de uma diminuição nos negócios, ou aumento da oferta, podem resultar em excesso de capacidade e, conseqüentemente, em uma redução da utilização das fábricas de cimento da Companhia, o que pode afetar significativamente a Companhia de maneira adversa.

A Companhia é afetada pela natureza cíclica do setor de construção civil, caracterizado por períodos de crescimento e declínio causados pelas variações de oferta e na demanda. Atrasos no processo de ajuste de capacidade após uma redução significativa na demanda, ou, em contrapartida, um aumento acima do esperado de investimentos de concorrentes em capacidade adicional pode criar um excesso de capacidade e reduzir a utilização das fábricas de cimento da Companhia. Conseqüentemente, pode ocorrer uma redução no volume de vendas e/ou dos preços, afetando de maneira adversa a situação financeira geral e os resultados operacionais da Companhia.

Caso a Companhia não consiga reduzir o excesso de capacidade (ex., pelo fechamento de fábricas) a custos razoáveis, de maneira a reduzir a base de custos e ajudar a minimizar a oferta excessiva que contribui para uma redução de preços, ou caso a Companhia opte por uma estratégia de manter as fábricas na expectativa de uma recuperação da demanda, poderá sofrer uma redução ainda maior de fluxo de caixa. Mesmo obtendo êxito na redução da demanda, tal redução pode ocasionar custos significativos, especialmente relacionados ao fechamento de fábricas ou outras medidas de reestruturação. Além disso, as políticas de preços e produção de concorrentes podem, em alguns mercados, frustrar os esforços de vendas da Companhia.

A Companhia também está sujeita ao risco de acumular excesso de capacidade, por exemplo, em virtude de sua avaliação incorreta de desenvolvimentos de mercado, que não pode ser totalmente aproveitada. Qualquer falha em utilizar de maneira adequada a capacidade de produção da Companhia pode provocar uma depreciação extraordinária de equipamentos de produção e perda significativa do ágio por *impairment*, com conseqüências negativas em virtude do nível relativamente elevado de custos fixos.

Caso um ou mais dos riscos mencionados acima ocorra, os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem sofrer um efeito significativamente adverso.

A Companhia está sujeita a concorrência significativa nos mercados em que opera, o que pode reduzir sua participação de mercado e lucratividade nas regiões onde atua.

Os mercados de cimento, agregados, concreto, argamassas e outros materiais básicos de construção no Brasil, América do Norte e outros mercados onde a Companhia opera são extremamente competitivos. A Companhia enfrenta mercados consolidados e concorrência significativa de empresas brasileiras e internacionais. Além disso, pode vir a sofrer concorrência de produtos importados de concorrentes estrangeiros. A posição competitiva da Companhia é afetada por preço, logística e custos de produção. No Brasil, os principais concorrentes da Companhia são: InterCement Brasil S.A. e Cimento Nassau (João Santos). Em nível global, a Companhia concorre com *players* locais e internacionais, como Lafarge S.A., CEMEX S.A.B. de C.V., HeidelbergCement AG e Holcim Ltd. Alguns dos concorrentes globais da Companhia possuem mais recursos financeiros e de marketing, maior carteira de clientes e maior leque de oferta de produtos que a Companhia. Além disso, alguns desses concorrentes podem conseguir financiamentos em condições mais vantajosas. Se a Companhia não conseguir manter-se competitiva ou seus concorrentes forem mais agressivos, poderá sofrer um efeito significativamente adverso no Brasil e em outros mercados onde opera.

A introdução de substitutos do cimento em mercados onde a Companhia atua e o desenvolvimento de novas técnicas de construção podem afetar significativamente a Companhia de maneira adversa.

Materiais como plástico, alumínio, cerâmica, vidro, madeira e aço podem ser utilizados na construção como substitutos do cimento. Além disso, outras técnicas de construção, como o uso de *dry wall*, podem reduzir a demanda por cimento, concreto e argamassas. Ademais, novas técnicas de construção e materiais modernos podem ser lançados no futuro. O uso de substitutos do cimento pode reduzir significativamente a demanda e o preço dos produtos de cimento e, conseqüentemente, afetar significativamente a Companhia de maneira adversa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O setor da construção civil é afetado por condições climáticas, as quais podem afetar o desempenho da Companhia significativamente de maneira adversa.

Em períodos de clima frio e chuvas fortes a demanda por materiais de construção diminui. Assim, os resultados de um único trimestre podem não apresentar uma base confiável para as expectativas de um ano inteiro. Além disso, conforme o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, a mudança climática pode contribuir para alterações e variabilidade nas precipitações e para a intensidade e a frequência de eventos climáticos extremos. Tais condições climáticas adversas podem afetar significativamente de maneira adversa os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia se ocorrerem em intensidade incomum, em períodos anormais, ou durarem mais tempo do que o normal em seus principais mercados, inclusive no Brasil, principalmente em períodos de pico das construções.

h) Com relação à regulação do setor de atuação

O cumprimento de regulamentos ambientais, sanitários e de segurança pode resultar em custos adicionais significativos. A não observância da legislação ambiental pode resultar em punição para reparação de danos ambientais, bem como sanções penais e administrativas, que podem afetar a Companhia de maneira adversa.

As operações da Companhia frequentemente envolvem o uso, manuseio, descarte e descarga de materiais perigosos no meio ambiente e o uso de recursos naturais. A maior parte das operações da Companhia está sujeita a vasta regulamentação ambiental, sanitária e de segurança.

A aprovação de leis e regulamentos mais rígidos, ou a interpretação mais rígida das atuais leis e regulamentos, pode impor novos riscos ou custos sobre a Companhia ou exigir mais investimentos relacionados a equipamentos de controle de poluição, que podem resultar em um declínio significativo na lucratividade da Companhia. Os esforços para lidar com as mudanças climáticas por meio de leis e regulamentações municipais, estaduais e federais, bem como de acordos internacionais, para reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), podem criar riscos e incertezas para os negócios da Companhia. Isso ocorre porque o processo de fabricação do cimento exige a combustão de grandes quantidades de combustível e gera CO₂ como derivado do processo de calcinação. Tais riscos podem vir a adicionar custos para a obtenção de alvarás de emissão ou créditos de carbono para cumprir os limites de emissão de GEE, custos relativos aos equipamentos para redução das emissões e cumprimento desses limites, ou podem causar a redução de lucros devido aos maiores custos de produção que resultam direta ou indiretamente da imposição de controles regulatórios ou legislativos. A Companhia também pode ter que modificar ou modernizar suas instalações a um custo significativo para cumprir as regulamentações de emissões de GEE e descarte de resíduos.

Em virtude de possíveis mudanças nas regulamentações ambientais, o valor necessário e o momento para a realização de futuras despesas ligadas ao cumprimento de tais regulamentações podem ser significativamente diferentes do previsto pela Companhia. Determinadas leis ambientais impõem responsabilidade sobre a Companhia por toda e qualquer consequência da exposição a substâncias perigosas ou outros danos ao ambiente. Além disso, a Companhia pode precisar investir mais recursos em medidas de segurança e saúde ocupacional para reduzir lesões graves ou fatalidades.

A Companhia não tem como garantir que os custos por ela incorridos no cumprimento da legislação ambiental, sanitária e de segurança, em vigor e futura, e as responsabilidades a ela impostas em virtude da liberação de substâncias perigosas ou exposição a elas, passada ou futura, ou ainda, que acidentes graves não irão afetar significativamente de maneira adversa seus resultados operacionais e situação financeira.

De acordo com a legislação brasileira, é necessário um processo prévio de licenciamento ambiental para a construção, a instalação, a expansão e o funcionamento de qualquer estabelecimento ou atividade que utilize recursos ambientais ou é considerada poluidora real ou potencial, bem como para aquelas que provocam qualquer tipo de degradação ambiental. A incapacidade de obter tais licenças ou autorizações junto aos órgãos ambientais competentes para a construção, a modificação, a implantação, a expansão e o funcionamento de atividades ou empresas potencialmente poluidoras pode sujeitar a Companhia a sanções penais e administrativas que podem resultar em multas de R\$500,00 a R\$10.000.000,00. Além das multas, a Companhia pode estar sujeita a sanções, como a suspensão dos negócios, desativação e demolição, entre outros. Isso significa que se a Companhia desenvolver qualquer atividade potencialmente poluidora sem a autorização dos órgãos ambientais competentes, pode estar sujeita a tais sanções, entre outras (como interdições e embargos). Tais sanções também são aplicáveis se a Companhia deixar de cumprir as condicionantes estabelecidas em suas licenças ambientais. Para informações adicionais sobre a legislação estrangeira aplicável à Companhia, ver item “7.5 – Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades” deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Na América do Norte, a Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais locais, estaduais e federais nos Estados Unidos e leis e regulamentos provinciais e federais no Canadá relacionados, entre outros assuntos, às emissões atmosféricas, ao descarte de resíduos e à descarga de água. Nos Estados Unidos, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (*United States Environmental Protection Agency*) (“EPA”) concluiu os novos padrões ambientais para o cimento Portland, os Padrões Nacionais de Emissão de Poluentes Atmosféricos Perigosos (*National Emission Standards for Hazardous Air Pollutants*), que introduziu controles mais rigorosos para substâncias emitidas na produção de cimento, como o mercúrio, hidrocarbonetos totais, ácido clorídrico e matéria particulada. Esses padrões passarão a vigorar em 2015. Para informações adicionais sobre a regulação estrangeira aplicável à Companhia, ver item 7.5 deste Formulário de Referência.

Além disso, a incapacidade de cumprir as leis e regulamentos ambientais, bem como os regulamentos sanitários e de segurança, pode tornar a Companhia responsável pela reparação de qualquer dano causado, ou que possa vir a ocorrer, e pode lesar sua reputação ou exigir que a Companhia e seus administradores sofram sanções de natureza penal, civil, trabalhista, administrativa ou de previdência social. Tais sanções podem incluir multas, restrições de direitos, serviços comunitários e indenização. Além disso, as sanções de natureza administrativa podem variar desde a imposição de advertência e multas até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda de incentivos fiscais, a obrigação de reparar as áreas afetadas e o cancelamento ou a suspensão de linhas de financiamento concedidas por instituições financeiras públicas, bem como a proibição de firmar contratos no âmbito público. A imposição dessas sanções ou de obrigações de reparação por violação da legislação ambiental pode afetar a Companhia de maneira adversa.

A Companhia é parte em certos processos administrativos e judiciais de natureza ambiental. Para informações sobre os processos ambientais relevantes envolvendo a Companhia, ver item “4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes” deste Formulário de Referência. Quaisquer perdas resultantes de tais processos podem afetar significativamente de maneira adversa os resultados operacionais e a situação financeira de Companhia

As atividades de lavra mineral dependem de autorizações, concessões e licenciamentos de autoridades públicas que estão sujeitos a expiração, restrições de renovação, mudanças das leis e regulamentos relevantes e a vários outros riscos e incertezas que podem afetar o setor de materiais básicos de construção e as atividades da Companhia.

As atividades de mineração, processamento, transporte, armazenamento e produção exercidas pela Companhia dependem de autorizações, concessões e licenciamentos por parte de órgãos reguladores e do Governo Federal (inclusive órgãos mineradores e ambientais). É possível que a Companhia precise renovar as autorizações, concessões e licenciamentos já existentes e relevantes exigidos para a realização de atividades minerárias ou relacionadas à mineração, ou necessite de outros no futuro.

Essas autorizações, concessões e licenciamentos estão sujeitos ao cumprimento de condições impostas e a regulamentos promulgados pelas autoridades governamentais competentes. Não há garantia de que as autorizações, concessões e licenciamentos exigidos, ou as suas respectivas renovações, quando aplicáveis, serão outorgados, e não há garantia de que novas condições não serão impostas com relação a tais renovações.

As concessões de lavra e autorizações de pesquisa da Companhia exigem o pagamento de certos valores ao Governo Federal e a determinados Estados, como os *royalties* referidos como Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (“CFEM”), e taxas aplicáveis relativas à lavra, produção, aproveitamento e uso de recursos minerários. *Royalties*, tributos e taxas relativos a concessões de lavra e autorizações de pesquisa podem mudar ou aumentar significativamente em virtude de sentenças judiciais desfavoráveis de ações envolvendo entidades governamentais discutindo a cobrança de tais *royalties*, tributos e taxas devido a mudanças na lei, ou simplesmente porque tais encargos (que diferem em cada fase do desenvolvimento do direito mineral) tendem a atingir valores mais elevados na fase de concessão de lavra do que na fase de autorização de pesquisa. Se os *royalties*, tributos e taxas relativas à atividade minerária aos quais a Companhia está sujeita aumentarem significativamente, seus objetivos comerciais podem ser prejudicados pelos custos de manutenção das concessões de lavra e autorizações de pesquisa. Assim, a Companhia deve verificar constantemente o potencial mineral de cada direito minerário para determinar se os custos de manutenção das concessões de lavra e autorizações de pesquisa justificam-se pelos resultados operacionais obtidos ou a serem obtidos. Caso tal custo não se justifique e a Companhia deixe de recolher os *royalties*, tributos e taxas aplicáveis e abandone a mina ou interrompa as atividades de lavra, sem a autorização formal do Departamento Nacional de Produção Mineral (“DNPM”), por um período superior a seis meses, poderá perder suas concessões de lavra. Como alternativa, a Companhia pode ceder autorizações de pesquisa ou concessões de lavra. Não há garantias de que as concessões de lavra exigidas serão obtidas e mantidas em condições vantajosas para a Companhia, com relação a seus alvos de aproveitamento ou lavra atuais ou projetados para o futuro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Se a Companhia não conseguir demonstrar a existência de recursos minerais técnico e economicamente viáveis em uma área abrangida por suas autorizações de pesquisa, pode ter que devolvê-las à União. Essa exigência de reversão pode causar perda significativa de parte dos recursos minerais identificados inicialmente nos estudos de prospecção, exploração ou viabilidade.

Além disso, tais autorizações, concessões e licenciamentos podem não ser outorgados ou renovados, ou podem, ainda, ser alterados de forma significativamente adversa aos interesses da Companhia, ou então revogados em virtude de mudanças nas leis e regulamentos que regem o direito minerário.

Se a Companhia violar alguma das leis e regulamentos mencionados acima ou as condições de seus licenciamentos, concessões ou autorizações, estará sujeita a multas significativas, dentre outras sanções, que incluem a caducidade das concessões de lavra e, possivelmente, o fechamento de algumas de suas instalações.

O Brasil poderá substituir seu atual Código de Mineração por um novo marco regulatório de mineração, o que poderá alterar substancialmente o modo com que as autorizações, concessões e licenciamentos são outorgados, modificar os termos e condições de tais autorizações, concessões e licenciamentos, aumentar as alíquotas da CFEM, estabelecer uma nova agência em substituição do DNPM, bem como determinar um investimento mínimo para cada fase de lavra, sendo que qualquer dessas mudanças pode aumentar as despesas da Companhia e potencialmente afetar de maneira relevante adversa as autorizações, concessões e licenciamentos da Companhia.

As atuais operações de mineração da Companhia são reguladas principalmente pelo Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 ("Código de Mineração"), Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968 ("Regulamento do Código de Mineração"), dentre outros decretos, portarias, leis e regulamentos (coletivamente, o "Marco Regulatório da Mineração").

Em 2009, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), anunciou que um novo marco regulatório seria elaborado para substituir o atual Marco Regulatório da Mineração, sendo que algumas propostas de lei foram enviadas ao Congresso Nacional. É provável que essas propostas não sejam aprovadas, no todo ou em parte, pois o Poder Executivo está atualmente elaborando uma nova proposta que pode vir a ser emitida tanto via projeto de lei, quanto via medida provisória. Entretanto, espera-se que essa nova proposta, independentemente da forma a ser adotada, baseie-se em projetos de lei anteriores e as novas diretrizes regulamentadoras da mineração preparadas pelo MME em 2009.

Os projetos de lei precisarão ser aprovados pelo Congresso Nacional e, depois, precisarão ser sancionadas pelo Presidente da República. Nesse processo, é possível que sejam incluídas disposições referentes ao período de transição entre a lei anterior e a lei nova, mas, no presente estágio, não há como determinar o teor de qualquer lei nova nem os termos de qualquer disposição transitória.

De acordo com relatórios da imprensa, material disponibilizado pelo governo e projetos de leis anteriormente propostos, espera-se que o novo marco regulatório crie uma agência para substituir o DNPM, uma nova fórmula de cálculo da alíquota da CFEM, com possível aumento de alíquota, um sistema de licitação para outorga de concessões de lavra e autorizações de pesquisa de acordo com o tipo de mineral e a relevância econômica e estratégica da mina, e novos termos e condições para a outorga de concessões de lavra e autorizações de pesquisa, inclusive a possível determinação de investimento mínimo para cada fase de lavra.

Um novo marco regulatório da mineração pode limitar a vigência das atuais concessões de lavra da Companhia, aumentar suas despesas, principalmente os *royalties* de mineração, tributos e taxas, e exigir uma nova licitação de suas concessões de lavra caso estas sejam consideradas relevantes do ponto de vista estratégico e econômico. Além disso, a Companhia tem requerimento para concessão de lavra cuja aprovação pelo DNPM ainda está pendente. Não é possível determinar se a outorga de tais concessões será aprovada de acordo com o Marco Regulatório da Mineração atual, o novo marco regulatório em análise, ou mesmo se a outorga será aprovada, pois o DNPM ainda não analisou o requerimento. A falta de aprovação de quaisquer dos requerimentos para as concessões da Companhia pode reduzir sua capacidade antecipada para produzir o calcário de que necessita para a produção do cimento, o que implica na compra adicional de matérias-primas pela Companhia de terceiros fornecedores, bem como o pagamento pelo transporte de tais matérias-primas até as plantas da Companhia. Tal cenário pode aumentar significativamente os custos operacionais da Companhia e possivelmente levá-la a aumentar os preços do cimento.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Portanto, qualquer dessas mudanças ou a falta de aprovação dos requerimentos para concessão de lavra pode afetar de maneira adversa os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

As operações de mineração da Companhia estão sujeitas a riscos inerentes ao setor de mineração.

A lavra e o desenvolvimento de depósitos minerais envolvem riscos significativos. As atividades de lavra, extração e produção podem ser prejudicadas por acidentes industriais, falha de equipamentos, condições geotécnicas e geológicas incomuns, riscos ambientais, processos trabalhistas, mudanças no ambiente regulatório, condições climáticas e outros fenômenos naturais.

As atividades produtivas da Companhia podem ser afetadas por acidentes associados à operação de seus equipamentos de mineração e britagem, o que pode resultar em inatividade em curto prazo ou paralisações mais demoradas das unidades de produção. Esses riscos podem causar danos significativos às propriedades minerais, exposição humana à poluição, lesão corporal ou morte, danos aos recursos naturais e ao meio ambiente, atrasos de expedição, prejuízos monetários e, possivelmente, responsabilidade civil caso a Companhia não seja capaz de cumprir as obrigações de seus diversos contratos de fornecimento.

Atualmente a Companhia extrai a maior parte dos recursos minerais de suas minas. Riscos associados à mineração incluem acidentes relacionados à operação de perfuração, detonação, transporte de rochas, britagem e inundações do poço. Além disso, as atividades da Companhia exigem a remoção de águas subterrâneas durante as operações de mineração. Esforços futuros para a remoção de águas subterrâneas podem não ser adequados e deixar de atender demandas operacionais ou expectativas futuras.

A ocorrência de tais riscos e/ou qualquer inatividade em curto prazo ou paralisações mais demoradas em qualquer das unidades de produção ou mineração podem afetar significativamente de maneira adversa a capacidade produtiva da Companhia e, conseqüentemente, prejudicar sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais de diversos contratos de fornecimento.

A incapacidade de resolver qualquer problema inesperado, como descrito acima, a um custo razoável do ponto de vista comercial, pode afetar significativamente de maneira adversa os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como impossibilitar o pagamento de dividendos sobre suas *units* e/ou ações.

i) Com relação aos países estrangeiros

As condições econômicas na América do Norte e em outros mercados em que a Companhia atua podem afetar de maneira adversa seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Nos Estados Unidos, a recessão ocorrida entre 2008 e 2009 foi mais duradoura e profunda do que as recessões anteriores das décadas de 1990 e início de 2000, e as incertezas econômicas continuam a afetar o mercado imobiliário, o principal propulsor da demanda por cimento. O momento em que a recuperação imobiliária ocorrerá ainda é incerto devido ao atual ambiente de mercado, condições apertadas de crédito e excesso de oferta de moradia. Os gastos públicos promovidos pelo *American Recovery and Reinvestment Act of 2009* não foram suficientes para compensar o declínio da demanda por cimento e concreto devido à atual situação econômica.

A Argentina, o Uruguai, a Bolívia e o Chile estão expostos ao risco de uma redução da atividade econômica geral. A atual, ou qualquer futura, desaceleração financeira e a redução das exportações para os Estados Unidos e a Europa, bem como a redução de remessas e do preço das *commodities* podem representar um risco importante para essas regiões no curto prazo. Além disso, esses países são caracterizados por intervenções ocasionais de seus governos, que frequentemente modificam as políticas monetárias e de crédito, entre outras, para influenciar as respectivas economias. Isso pode significar uma maior volatilidade econômica e financeira e menores índices de crescimento, que podem exercer um efeito significativamente adverso sobre o consumo e/ou o preço dos produtos da Companhia, afetando de maneira adversa seus negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Muitos países da Europa ocidental, como a Espanha, enfrentaram dificuldades econômicas em virtude da crise financeira cujos efeitos se refletiram na economia, inclusive em setores da construção civil. Se essa situação persistir, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados de maneira adversa. No setor da construção civil, a readaptação do segmento residencial pode durar mais tempo do que o esperado; já o segmento de construção não residencial pode passar por um declínio mais acentuado do que o esperado. Além disso, as medidas de austeridade implantadas por alguns países europeus podem acentuar o declínio na atividade da construção e na demanda pelos produtos da Companhia. Preocupações ligadas à crise da dívida europeia, a percepção de mercado relacionada à instabilidade do Euro e o risco de contágio ainda maior podem exercer um impacto negativo em outros países onde a Companhia atua, afetando de maneira adversa a demanda por seus produtos e, conseqüentemente, seus negócios e resultados operacionais. Por exemplo, importantes ligações comerciais com a Europa ocidental deixam alguns países, como a Turquia, Marrocos e Tunísia, vulneráveis. A grande necessidade de financiamento desses países e o crescimento econômico moderado também podem afetar significativamente de maneira adversa os investimentos em construção em tais países e, conseqüentemente, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A região Ásia-Pacífico provavelmente será afetada se o cenário econômico se deteriorar ainda mais. A desaceleração do crescimento econômico na Índia pode exercer um impacto negativo sobre o desenvolvimento do setor da construção civil nesse país e, conseqüentemente, sobre a demanda pelos produtos da Companhia. Outro aumento no risco-país e/ou uma diminuição na confiança entre investidores estrangeiros também podem limitar o fluxo de capital e os investimentos na região da Ásia, principalmente na Índia.

A volatilidade econômica nesses países pode afetar o preço e a demanda pelos produtos da Companhia e, conseqüentemente afetar de maneira adversa seus negócios e resultados operacionais.

A presença da Companhia e seus planos de expansão em mercados emergentes a expõem a riscos políticos e econômicos que não ocorrem em mercados maduros.

Os mercados emergentes enfrentam riscos políticos e econômicos e os riscos associados aos sistemas jurídicos são mais incertos do que aqueles de economias mais maduras. Em 31 de março de 2013, aproximadamente 84,0% da capacidade instalada global de produção de cimento da Companhia se localizava em mercados emergentes. Os mercados emergentes estão ainda mais expostos à volatilidade no PIB, inflação, taxas de câmbio e taxas de juros do que os mercados desenvolvidos, o que pode afetar o nível de atividade de construção e os resultados operacionais da Companhia em mercados emergentes em que a Companhia atua ou atuará.

Outros riscos em potencial apresentados pelos mercados emergentes são:

- interrupção das operações em virtude de terrorismo, distúrbios civis e outros conflitos ou ameaças de conflitos;
- privatização e desapropriação de propriedade privada;
- controles de preço;
- mudanças inesperadas em ambientes regulatórios, inclusive leis, regras e regulamentações nos âmbitos ambiental, sanitário e de segurança, planejamento local, de zoneamento e trabalhista;
- diferentes regimes tributários, inclusive com relação à imposição de retenção de impostos em remessas e outros pagamentos efetuados por subsidiárias e *joint ventures*;
- variação nas taxas de câmbio e restrições à repatriação de capital; e
- dificuldades para atrair e reter administradores e empregados qualificados.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos nas muitas jurisdições em que atua e está exposta a mudanças em tais leis e regulamentos e ao desfecho de investigações realizadas por autoridades reguladoras governamentais e internacionais, entre outras, que podem resultar na aplicação de multas e/ou sanções por inadimplência.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos aplicáveis aos negócios em geral nos países e mercados em que atua. Tais leis e regulamentos dispõem sobre o uso da terra, zoneamento, práticas trabalhistas, concorrência, relatórios financeiros, tributação, medidas anti-suborno e anti-corrupção, e governança, entre outros. Não há como garantir que as unidades operacionais da Companhia obterão êxito no cumprimento de todas as exigências de órgãos reguladores de forma a não afetar significativamente de maneira adversa os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Não temos expectativa de redução ou aumento relevante na nossa exposição aos riscos mencionados no item 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 31 de março de 2013, a Companhia era parte em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais, tributários e administrativos, cujo montante considerado como probabilidade de perda provável e possível envolvido totalizava R\$6.279,5 milhões, dos quais R\$1.249,9 milhões correspondiam a perdas prováveis e R\$5.029,6 milhões a perdas possíveis. Com exceção dos processos tributários questionando a legalidade ou constitucionalidade do tributo, para os quais é registrada uma provisão a despeito das chances de se obter uma sentença favorável, a política da Companhia é de registrar provisões para contingências legais quando, com base no julgamento da Administração e no parecer dos advogados, o risco de perda é provável. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia registrado uma provisão no valor de R\$1.249,9 milhões e R\$1.291,5 milhões, respectivamente, para cobrir contingências de processos para os quais o risco de perda havia sido considerado provável. Além disso, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia também realizou depósitos judiciais no valor de R\$553,7 milhões e R\$498,5 milhões, respectivamente, relativos aos processos com perda provável, e R\$207,2 milhões e R\$246,5 milhões, respectivamente, relacionados aos processos com perda possível.

A tabela a seguir apresenta um resumo das contingências judiciais e administrativas em que a Companhia é parte, o valor envolvido dos processos cuja probabilidade de perda é considerada provável e/ou possível e o valor total da provisão estabelecida para as perdas que possam advir dessas contingências:

	Em 31 de março de 2013	
	Total do valor em discussão	Total das provisões
	(em milhões de reais)	
Processos cíveis e outros ⁽¹⁾	3.846,0	110,6
Processos judiciais e administrativos tributários	2.375,4	1.081,3
Processos judiciais e administrativos trabalhistas	58,0	58,0
Total	6.279,5⁽²⁾	1.249,9

⁽¹⁾ Inclui processos ambientais e administrativos.

⁽²⁾ Considerando o valor de R\$2.400 milhões relativos à "Ação civil pública – Cartel" descrita no item 4.5 deste Formulário de Referência, estimada pela Companhia como sendo sua participação no passivo total com base em sua participação de mercado. Contudo, considerando-se que tal ação é de responsabilidade conjunta, a Companhia não pode garantir que o cálculo de sua parcela prevalecerá e que não será condenada ao pagamento de uma parcela maior ou até mesmo do valor total da ação.

Os processos que, individualmente, podem nos causar um desembolso superior a aproximadamente 2% do patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2013, correspondente a R\$100,0 milhões, são considerados relevantes para seus negócios e, portanto, foram descritos abaixo.

(i) Contingências Trabalhistas

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas subsidiárias figuravam como reclamadas em diversos processos judiciais e administrativos trabalhistas, cujo montante considerado como probabilidade de perda provável envolvido totalizava o valor de R\$58,0 milhões e estava totalmente provisionado. Não há processos judiciais, administrativos e arbitrais de natureza trabalhista que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam relevantes para os seus negócios.

(ii) Contingências Tributárias

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas subsidiárias figuravam como ré em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cujo montante considerado como probabilidade de R\$1.081,3 milhões e R\$1.294,1 milhões, respectivamente. Deste valor contingente, conforme avaliado pelos advogados internos e externos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$1.081,3 milhões para as contingências prováveis. O processo descrito abaixo é considerado individualmente relevante para os negócios da Companhia na avaliação da sua administração:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 2003.8801005-9	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe
Instância	2ª
Data de instauração	10/01/2003
Partes no processo	Autor: Município de Nossa Senhora do Socorro/SE Ré: Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("VCNNE")
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$116,0 milhões (março/2013)
Principais fatos	Em 10 de janeiro de 2003, a Prefeitura do Município de Nossa Senhora do Socorro ajuizou ação judicial em face da Companhia visando obter indenização a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (" <u>CFEM</u> ") correspondente ao período de 1982 a 2003. Após o regular processamento do feito, sobreveio sentença reconhecendo parcial decurso do prazo prescricional para intentar os pedidos indenizatórios. Nessa oportunidade, o valor envolvido foi reduzido para aproximadamente R\$21 milhões. O Tribunal de Justiça de Sergipe (" <u>TJ/SE</u> ") reconheceu em sede de apelação a ilegitimidade ativa do autor para ajuizar a ação. Atualmente, aguarda-se julgamento dos recursos (especial e extraordinário) apresentados aos tribunais superiores.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda	Dispêndio financeiro.
Valor provisionado	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(iii) Contingências Cíveis e Ambientais

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas subsidiárias figuravam como ré em diversos processos administrativos e judiciais de natureza cível e ambiental, cujo montante considerado como probabilidade de perda provável e possível envolvido totalizava R\$110,6 milhões e R\$3.735,4 milhões respectivamente. Deste valor contingente, conforme avaliado pelos advogados internos e externos, a Companhia tem provisionado o valor de R\$110,6 milhões para as contingências prováveis. Os processos judiciais, administrativos e arbitrais de natureza cível e ambiental que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, são relevantes para os seus negócios estão descritos abaixo:

Processo nº 030.11002356-3	
Juízo	2ª Vara da Comarca de Imbituba Justiça Estadual de Santa Catarina
Instância	1ª
Data de instauração	13/07/2011
Partes no processo	Autores: Associação dos Moradores da Rua de Baixo e Instituto Conexão Ambiental Associação de Surf de Imbituba Réus: CRB Operações Portuárias S.A. (" CRB "), Companhia Docas de Imbituba, o município de Imbituba e a Fundação do Meio Ambiente (" FATMA ")
Valores, bens ou direitos envolvidos	Segundo os assessores legais da CRB, não é possível aferir o valor envolvido. Trata-se de uma obrigação de limitar as emissões de partículas sólidas em operações futuras.
Principais fatos	Em julho de 2011, a Associação dos Moradores da Rua de Baixo, o Instituto Conexão Ambiental e a Associação de Surf de Imbituba ajuizaram uma ação civil pública contra a CRB, subsidiária indireta da Companhia, Companhia Docas de Imbituba, o município de Imbituba e a FATMA, alegando que o armazenamento e o transporte de coque no Porto de Imbituba causou danos ambientais e afetou adversamente a saúde dos moradores da área. Os autores da ação também alegam que a CRB violou o termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público, segundo o qual a CRB: (1) adotaria medidas para o armazenamento adequado do coque no terminal do Porto de Imbituba; (2) armazenaria o coque adequadamente no terminal até 30 de novembro de 2003; (3) providenciaria o licenciamento ambiental exigido pelo FATMA até o final de 2003; (4) adiará a aplicação das restrições ao uso da propriedade do Corpo de Bombeiros no município até o final da concessão do Porto de Imbituba, intermediando a transferência permanente, junto ao Governo Federal, da titularidade das instalações do Corpo de Bombeiros do município e estimulando o comércio local com a doação de R\$52.000 ao Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros (" FMCB "), até o final de 2003; (5) doaria R\$100.000 ao FMCB para compra de veículo paramédico para o município até o final de 2003; e (6) o Procurador do Estado concordaria em não tomar nenhuma medida contra as agências, entidades ou indivíduos que assinassem o termo de ajustamento de conduta caso as condições por ele dispostas fossem cumpridas no prazo determinado. Além disso, uma liminar fora deferida contra a CRB e outros réus proibindo essas companhias de armazenar e transportar coque no Porto de Imbituba. A CRB apresentou provas das renovações e investimentos feitos e apelou da liminar que resultou no encerramento de suas operações de coque no porto, assim como da multa diária R\$100.000,00 caso a CRB não encerrasse tais operações. Com a interposição do recurso, a liminar foi suspensa temporariamente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 12 de dezembro de 2011, a CRB e os autores da ação chegaram a um acordo parcial na Vara de Imbituba, segundo o qual a CRB comprometeu-se a realizar seis melhorias propostas. Além disso, em 5 de janeiro de 2012, a CRB firmou um termo de ajustamento de conduta com a FATMA, segundo o qual a FATMA concordava em reduzir as sanções previamente impostas à luz dos custos envolvidos na implantação das melhorias. Em maio de 2012, a Vara de Imbituba nomeou um perito para confirmar a existência dos danos ambientais alegados, que teriam sido causados pelo armazenamento de coque no terminal do Porto de Imbituba. A Vara notificou as partes a apresentarem seus quesitos e o nome dos assistentes técnicos. A Companhia está atualmente aguardando a preparação do laudo pericial a ser emitido pelo perito judicial.

Chance de perda

Provável

Análise do impacto em caso de perda

Condenação para paralisar a descarga de coque, bem como realizar as obras necessárias para solução do problema.

Valor provisionado

R\$1.000,00.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 2003.35.00. 016631-1	
Juízo	Justiça Estadual de Goiás
Instância	1ª
Data de instauração	09/10/2003
Partes no processo	Autor: Associação dos Pescadores do Estado de Goiás Ré: Votorantim Cimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Anulação ou suspensão de licenças ambientais e indenização pecuniária em um valor inestimável.
Principais fatos	Ação proposta visando à anulação ou suspensão de certas licenças ambientais concedidas pelo IBAMA para companhias que operam na Região da Serra do Falcão. A suspensão de tais licenças perduraria até que as partes envolvidas aditassem o contrato de concessão para incluir, entre outros: (i) a construção de um mecanismo que permita a transferência dos peixes do local da represa; (ii) medidas de contenção da disseminação de doenças na região; e (iii) a restauração de 59% da floresta, ou 12.390 hectares, equivalentes à área que foi inundada. A Associação também pleiteia indenizações pecuniárias em um valor a ser definido pelo juiz. A Companhia apresentou defesa em maio de 2004, após a qual foi concedida a tutela antecipada contra a Companhia e outros réus. Atualmente, o processo encontra-se suspenso para ser julgado em conjunto com processo similar.
Chance de perda	Remota.
Análise do impacto em caso de perda	Dispêndio financeiro e paralisação das atividades.
Valor provisionado	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 2000.3600.010649-5	
Juízo	Justiça Estadual do Mato Grosso
Instância	2ª
Data de instauração	11/12/2000
Partes no processo	Autor: Ministério Público do Mato Grosso Ré: Votorantim Cimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Anulação de licenças ambientais e suspensão das operações da Companhia no Rio Paraguai/Paraná.
Principais fatos	Ação civil pública que pleiteia a anulação de determinadas licenças ambientais concedidas à Companhia e a suspensão das operações da Companhia no Rio Paraguai/Paraná. A Companhia foi excluída da ação civil pública e o Ministério Público apelou. Em agosto de 2007, o tribunal, em decisão unânime, decidiu que o IBAMA havia concedido os licenciamentos para a Companhia da forma correta. A Companhia o julgamento dos embargos de divergência opostos pelo Ministério Público desde 14 de abril de 2009.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Dispêndio financeiro e suspensão das atividades.
Valor provisionado	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 157.01.1986.000025.000000-000	
Juízo	Justiça Estadual do Estado de São Paulo
Instância	1ª
Data de instauração	15/02/1986
Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réus: Votorantim Cimentos S.A. e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
Principais fatos	O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública contra a Companhia e outras companhias alegando que as respectivas operações causavam graves danos ambientais à região da Serra do Mar e, conseqüentemente, pleiteia indenização por tais danos. O juiz determinou a avaliação dos danos na região da Serra do Mar por laudo pericial. Contudo, tal laudo ainda não foi concluído porque o perito judicial recusou o pedido. Essa ação civil pública foi suspensa pela última vez em maio de 2012 por um período de 90 dias. A suspensão foi renovada por período igual de 90 dias, contado a partir de agosto de 2012. As partes estão atualmente negociando um acordo com o Ministério Público do Estado de São Paulo.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda	Reparação e indenização pelos danos causados.
Valor provisionado	R\$1,8 milhões

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 0039827-16.2010.8.10.0001	
Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de São Luís/MA
Instância	1ª
Data de instauração	22/11/2010
Partes no processo	Autor: Transklein Transporte e Carga Ltda. Ré: VCNNE
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$152,1 milhões
Principais fatos	Ação proposta pleiteando indenização no valor de R\$123,7 milhões, alegando que a VCNNE deixou de cumprir o volume mínimo de transporte estabelecido no contrato de transporte de cimento firmado entre as partes. A VCNNE foi citada em março de 2011, tendo apresentado sua defesa e arguido incompetência do juízo, com base na cláusula de eleição de foro do contrato. A ação foi suspensa em razão de referido incidente e em 22 de janeiro de 2013, foi proferida decisão que acolheu a exceção de incompetência, tendo sido determinada a redistribuição da ação perante uma das varas cíveis da comarca de Recife/PE para julgamento da lide. Em 04 de março de 2013 a ação foi remetida para Recife/PE, não tendo, até o momento, sido distribuída em referida comarca.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Dispêndio financeiro de até R\$152,1 milhões (valor atualizado com base em março/2013).
Valor provisionado	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 0099827-05.2005.8.26.0100	
Juízo	28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo
Instância	1ª
Data de instauração	08/09/2005
Partes no processo	Autora: Tabernáculo Comercial e Transportadora Ltda. Ré: Votorantim Cimentos Brasil S.A. (incorporada pela Companhia)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$154,1 milhões
Principais fatos	<p>Ação ajuizada contra a VCB, que foi incorporada pela Companhia, pleiteando indenização por danos materiais no valor de R\$ 84,2 milhões e danos morais sem valor específico, alegando que a Companhia deixou de cumprir dois acordos verbais, quais sejam: um acordo de transporte de cimento, segundo o qual a Companhia não teria realizado o transporte do volume mínimo estabelecido e um acordo de revenda exclusiva, segundo o qual a Companhia não teria respeitado as condições comerciais estabelecidas. A Tabernáculo argumenta que tais violações causaram interrupções nas atividades do departamento de vendas e perdas significativas ao seu departamento de transporte.</p> <p>A Companhia apresentou sua defesa em setembro de 2009, sustentando, em síntese, que: (1) o prazo de prescrição já havia decorrido; (2) a Companhia não havia alterado as condições gerais do acordo de revenda exclusiva; e (3) a Tabernáculo não tinha capacidade de conduzir os próprios negócios, tendo causado a própria insolvência.</p> <p>Em agosto de 2011, o juízo de origem denegou o pedido de reconhecimento de decurso do prazo prescricional levantado pela Companhia e determinou a realização da perícia pleiteada pela Tabernáculo, perícia esta que ainda não foi concluída.</p>
Chance de perda	Provável em 1% (R\$1,5 milhão) do valor em discussão e possível com relação ao restante do valor (R\$152,6 milhões)
Análise do impacto em caso de perda	Dispêndio financeiro de até R\$154,1 milhões (valor atualizado com base em março/2013).
Valor provisionado	R\$1,5 milhão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 2007.0007.2097-4/0	
Juízo	Justiça Estadual de Tocantins
Instância	1ª
Data de instauração	28/08/ 2007
Partes no processo	Autor: Marcelo Soares de Oliveira Réus: VCNNE, representante legal da Companhia de Mineração do Tocantins – Mineratins, o Estado do Tocantins, o governador do Tocantins e o presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins
Valores, bens ou direitos envolvidos	Anulação de procedimento licitatório.
Principais fatos	Ação popular proposta alegando que o processo licitatório por meio do qual a VCNNE ganhou o direito à transferência dos direitos minerários relativos ao Processo DNPM nº 860.933/1982, então outorgados à Companhia de Mineração do Tocantins – Mineratins, devia ser anulado devido às falhas nos procedimentos licitatórios danosos à Secretaria da Fazenda. O autor também pleiteou a concessão de liminar para suspender todos os efeitos da licitação, o que ainda não foi apreciado pela vara. Em maio de 2008, a VCNNE apresentou sua defesa argumentando que tal ação é conexa a outra ação e, assim, deve ser a ela reunida e arquivada. Em abril de 2009, o Procurador do Estado concordou com a existência de conexão entre as ações e que ambas deveriam ser julgadas em conjunto.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Perda do direito minerário.
Valor provisionado	Não há.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Em 31 de março de 2013, não possuíamos processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Processos administrativos instaurados pela SDE

Em 2003, a SDE instaurou um processo administrativo contra as maiores companhias de cimento produtoras de concreto do Brasil, inclusive a Companhia. Nesse processo, algumas produtoras de concreto alegam que as grandes companhias de cimento teriam supostamente violado a lei antitruste brasileira ao, de forma concertada, se recusar a vender determinados tipos de cimento para as companhias produtoras de concreto. No caso de condenação por violação da lei antitruste brasileira, certas pessoas físicas podem estar sujeitas a sanções penais e a Companhia a sanções administrativas, inclusive multa administrativa variando de 1,0% a 30,0% do faturamento bruto da empresa no ano anterior ao da instauração do processo administrativo, ou 0,1% a 20,0%, se a nova lei antitruste brasileira for aplicada, do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração. A Superintendência Geral do CADE (“SG”), que, após a entrada em vigor da Nova Lei de Defesa da Concorrência, assumiu as funções da extinta SDE, continua a analisar as alegações, não sendo possível prever se pretende conduzir outras investigações. Não há prazo estabelecido para que seja emitida uma decisão em relação a esse processo, o que pode ocorrer a qualquer momento. A expectativa de perda nesse processo é considerada possível pela Companhia. A Companhia não registrou qualquer provisão para esse processo.

Em 2006, a SDE instaurou um processo administrativo contra as maiores companhias de cimento produtoras de concreto do Brasil, inclusive a Companhia. Nesse processo, alega-se a adoção de supostas práticas anticompetitivas, entre elas, fixação de preços e formação de cartel. No caso de condenação pela violação da lei antitruste brasileira, certas pessoas físicas podem estar sujeitas a sanções penais e a Companhia a sanções administrativas, inclusive multa administrativa variando de 1,0% a 30,0% do valor do faturamento bruto da empresa no último exercício anterior à instauração do processo administrativo ou, se a nova lei antitruste brasileira for aplicada, de 0,1% a 20,0% do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado segundo os mesmos critérios, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial que ocorreu a infração. A SDE emitiu um parecer opinativo não vinculativo ao CADE em 10 de novembro de 2011, sugerindo a imposição de multas e outras sanções não pecuniárias, de acordo com a lei antitruste brasileira, às companhias de cimento sob investigação, inclusive a Companhia, por violação da lei antitruste brasileira. Para informações adicionais sobre possíveis sanções, vide item “4.1 – Fatores de Risco – A Companhia está sujeita a algumas investigações no Brasil relacionadas a supostas violações das leis antitruste, bem como outros litígios pendentes que podem afetar significativamente de maneira adversa seu desempenho e sua situação financeira.”, deste Formulário de Referência. Não há prazo estabelecido para que o CADE conclua a análise da matéria e emita sua decisão, o que pode ocorrer a qualquer momento. A expectativa de perda nesse processo é considerada possível pela Companhia. A Companhia não registrou qualquer provisão para esse processo.

Ação civil pública – Cartel

O Ministério Público do Rio Grande do Norte ajuizou uma ação civil pública contra a Companhia e outros oito réus, incluindo várias das maiores produtoras de cimento do Brasil, alegando suposta violação da lei antitruste brasileira por meio da suposta formação de cartel, pleiteando, entre outros, que os réus: (1) paguem uma indenização conjunta no valor de R\$5.600 milhões em favor dos autores da ação por danos morais coletivos; (2) paguem 10,0% do valor total pago pelo cimento ou concreto comprado pelos consumidores das marcas comercializadas pelos réus, entre os anos de 2002 a 2006, a título de dano patrimonial individual homogêneo; e (3) sejam aplicadas aos réus as seguintes sanções de acordo com os artigos 23, inciso I e 24 da Lei nº 8.884/94: (i) além da multa referida no item (1) acima, pagamento de multa variando de 1,0% a 30,0% do valor do faturamento bruto da empresa no último exercício anterior à instauração do processo administrativo a qual nunca poderá ser inferior à vantagem auferida, quando quantificável; e (ii) a proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação tendo por objeto aquisições, alienações, realização de obras e serviços, concessão de serviços públicos, junto à Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, bem como entidades da administração indireta, por prazo não inferior a cinco anos. Considerando-se que o valor total do pedido de indenização por danos morais coletivos, previsto no item (1) acima, é de R\$5.600 milhões, com atribuição de responsabilidade solidária a todos os réus, a Companhia estimou que, com base em sua participação de mercado, sua parcela desse passivo corresponderia a aproximadamente R\$2.400 milhões. Contudo, não é possível garantir que esse cálculo prevalecerá e que a Companhia não será condenada ao pagamento de valor diferente, podendo, inclusive, ser maior do que o referido montante de R\$2.400 milhões, ou mesmo ser o valor integral da mencionada indenização por danos morais coletivos. Também não é possível garantir que a Companhia não será condenada ao pagamento de outros valores a título de dano patrimonial individual homogêneo, conforme item (2) acima, e/ou de multa, prevista no item (3) acima. A expectativa de perda é considerada possível pela Companhia, sendo que a Companhia não registrou qualquer provisão para esse processo.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Valores envolvidos	R\$497,6 milhões
Valor provisionado	Não há.
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	<p>Em dezembro de 2011, oito autos de infração no valor total de R\$448,2 milhões foram lavrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") contra a Companhia pela suposta falta de pagamento de IRPJ e CSLL relativos aos exercícios fiscais de 2006 e 2007. Os autos de infração lavrados relativos ao exercício fiscal de 2006 têm por base a alegação de planejamento tributário realizado utilizando-se o regime de lucro presumido, mesmo após a Companhia ter assumido operações anteriormente conduzidas por outras entidades do mesmo grupo econômico que eram tributadas segundo o regime do lucro real. De acordo com a RFB, a falta de apresentação de documentos durante a auditoria fiscal e a natureza do planejamento tributário levaram ao cálculo de lucro tributável no exercício fiscal de 2006.</p> <p>Os autos de infração lavrados relativos ao exercício fiscal de 2007 têm como base o argumento da Receita de que, devido à reestruturação realizada em 2006, a Companhia perdeu o direito de usufruir da dedução dos prejuízos tributários em anos subsequentes, o que reduziu o lucro tributável do exercício fiscal de 2007. A expectativa de perda nesses processos é considerada possível a respeito de 9% do valor total e remota a respeito dos 91% restantes. Em 31 de março de 2013, o valor total dos autos de infração era de R\$497,6 milhões, sendo que a Companhia não registrou nenhuma provisão para esses autos de infração.</p>
Valores envolvidos	R\$127,5 milhões
Valor provisionado	Não há.
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	<p>Em janeiro de 2010, dois autos de infração no valor total de R\$97,7 milhões foram lavrados pelo Distrito Federal contra a Companhia com relação a créditos de ICMS sobre o uso e consumo de coque, que supostamente teriam sido erroneamente registrados pela Companhia no período entre setembro de 2006 e junho de 2009, bem como a suposta falta de pagamento de ICMS sobre operações interestaduais. A decisão final sobre esses autos de infração ainda está pendente. A expectativa de perda é considerada remota. Em 31 de março de 2013, o valor relativo a esses autos de infração era de R\$127,5 milhões, para os quais a Companhia não registrou nenhuma provisão.</p>

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Valores envolvidos	R\$383,3 milhões
Valor provisionado	R\$88,7 milhões
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	O DNPM lavrou diversos autos de infração contra a Companhia, alegando que ela deixara de pagar a CFEM relativa ao período entre 1991 e 2011. Em 31 de março de 2013, o valor envolvido era de R\$383,3 milhões, dos quais aproximadamente R\$294,6 milhões eram considerados perda possível e aproximadamente R\$88,7 milhões eram considerados perda provável. A Companhia registrou uma provisão de R\$88,7 milhões para esses autos de infração.
Valores envolvidos	R\$205,2 milhões
Valor provisionado	R\$0,1 milhão
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A RFB lavrou seis autos de infração em face da Companhia visando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL referentes aos anos calendários de 2006 a 2010 sob a alegação de (i) amortização indevida de ágio; (ii) uso de prejuízo fiscal e de base negativa de CSLL em montante superior aos 30% permitidos na legislação fiscal; e (iii) falta de pagamento das antecipações mensais devidas de IRPJ e CSLL (estimativas). Atualmente, aguarda-se julgamento das impugnações apresentadas. A chance de perda é considerada provável em relação a 0,1% do valor total, possível a respeito de 59,5% do valor total e remota para os 40,4% restantes. A Companhia registrou uma provisão de R\$0,1 milhão para esses autos de infração.

4.7 - Outras contingências relevantes

Dixon – Poeira do forno de cimento (cement kiln dust)

Em 15 de junho de 2011, a Southfield Corporation buscou autorização para incluir a Votorantim Cement North America Inc. (“VCNA”) como parte de uma ação envolvendo a Agência de Proteção Ambiental de Illinois (*Illinois Environmental Protection Agency*) concernente à poeira do forno de cimento (*cement kiln dust*) (“CKD”) encontrada na propriedade da Southfield em Dixon, Illinois, adjacente à planta de cimento da VCNA em Dixon. A Southfield alega que a VCNA é responsável pela gestão, reparação, monitoramento e descarte de CKD ou águas subterrâneas em virtude de suposta violação por parte da VCNA de determinadas obrigações contratuais com a Southfield. A Southfield estima que os custos totais envolvidos variem de menos de U.S.\$ 10 milhões até U.S.\$ 48 milhões, ou U.S.\$ 88 milhões no improvável caso de que haja necessidade de remoção de toda a CKD e descarte *off-site* (junto com a cobertura vegetal e solo (*overburden*) e resíduos sólidos (*old mine spoil*)). As partes iniciaram negociações e a VCNA prevê a conclusão de um acordo final em 2013.

Charlevoix – Best Available Retrofit Technology

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (*United States Environmental Protection Agency*) (“EPA”) introduziu recentemente um Plano de Implantação Federal com o objetivo de impor a chamada Melhor Tecnologia Disponível para Modernização (*Best Available Retrofit Technology*) (“BART”) na planta de cimento de Charlevoix, Michigan, estabelecendo controles mais rigorosos sobre o óxido nitroso. Em resposta, a VCNA enviou uma declaração à EPA afirmando que, entre outros, a planta de Charlevoix não está sujeita à BART, um posicionamento que conta com o apoio do Estado do Michigan. A EPA está analisando a declaração, e a VCNA tomará as medidas legais, se necessário, para evitar a aplicação do plano de introdução da BART, o que exigiria despesas de capital significativas para que fosse cumprida.

Departamento de Justiça e Procuradoria Geral do Estado da Flórida

A Prestige era parte em duas ações civis públicas reunidas em um único processo, alegando violações antitruste por parte de várias companhias que mantinham operações de cimento e concreto no Estado da Flórida. O juiz indeferiu alguns dos pedidos e partes de pedidos de extinção do processo e subsequentemente desautorizou todas as classes. Houve conciliação e/ou arquivamento voluntário de todas as ações em fevereiro e março de 2012. Após o ajuizamento das ações civis públicas, a Procuradoria e o Departamento de Justiça do Estado da Flórida conduziram investigações tendo por objeto matéria semelhante à discutida nos processos, mas com um escopo mais restrito. As últimas comunicações havidas com as autoridades ocorreram em maio de 2012, sem indicação de que qualquer uma das autoridades tenha qualquer intenção de conduzir investigações adicionais ou apresentar queixas.

Termos de Compromisso e Termos de Ajustamento de Conduta

Além dos termos de ajustamento de conduta informados no item 4.3 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui demais termos de compromisso ou de ajustamento de conduta relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é companhia estrangeira.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Esses riscos de mercado, que estão fora do controle da Companhia, envolvem principalmente a possibilidade de que variações nas taxas de juros, taxas de câmbio, ou preços de *commodities* afetem negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou fluxos de caixa e ganhos futuros. Um risco de mercado é uma perda em potencial advinda de variações adversas de taxas e preços de mercado. Para informações adicionais sobre a gestão do risco financeira da Companhia, vide a nota explicativa 4 às informações contábeis consolidadas interinas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e a nota 5 às demonstrações contábeis auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Risco cambial

Os passivos da Companhia denominados principalmente em dólares norte-americanos e Euros estão expostos ao risco cambial. Para compensar parcialmente o risco de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, a Companhia mantém recursos líquidos disponíveis denominados em dólares norte-americanos e pode vir a firmar contratos de derivativos. Como a Companhia toma empréstimos em dólares norte-americanos nos mercados internacionais para financiar suas operações e investimentos, fica exposta aos riscos de mercado relativos à variação cambial e taxas de juros. As vendas feitas por determinadas subsidiárias estrangeiras, e que geram recebíveis em moeda estrangeira, tendem a proporcionar um *hedge* natural das obrigações do serviço de dívida denominada em moeda estrangeira, sem haver, contudo, uma equivalência completa.

A exposição cambial da Companhia gera riscos de mercado associados às variações cambiais. Uma parcela significativa do endividamento da Companhia é denominada em moeda estrangeira. Em 31 de março de 2013, o endividamento em moeda estrangeira consolidado era de R\$6.015,4 milhões, dos quais 62,0% era denominado em dólares norte-americanos e 33,8% era denominado em Euros. Essa exposição cambial é representada principalmente pela dívida oriunda dos *bonds* internacionais e dos empréstimos sindicalizados. A Companhia designa parte destes empréstimos para realizar o *hedge* dos investimentos líquidos em subsidiárias estrangeiras, para fins contábeis. Para informações adicionais sobre o *hedge* dos investimentos líquidos da Companhia, vide a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a nota explicativa 5 às informações contábeis consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013. O fluxo de caixa líquido em moeda estrangeira protege parcialmente a Companhia da exposição oriunda do endividamento denominado em dólares norte-americanos e em outras moedas.

Em 31 de março de 2013, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo em moeda estrangeira.

Caso o real sofresse uma desvalorização de 10,0% frente ao dólar norte-americano com relação à taxa de câmbio em 31 de março de 2013, o endividamento denominado em dólares norte-americanos da Companhia, em tal data, aumentaria em aproximadamente R\$372,9 milhões, e o excesso de liquidez denominado em dólares norte-americanos do exercício aumentaria aproximadamente R\$7,5 milhões.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxas de juros porque uma parcela significativa de seu endividamento está sujeita a juros variáveis. Em 31 de março de 2013, o endividamento consolidado total em aberto era de R\$12.293,7 milhões, dos quais R\$7.308,9 milhões, ou 59,5%, estavam sujeitos a juros variáveis, incluindo R\$5.981,4 milhões de dívida denominada em reais sobre os quais incidiam juros baseados em CDI ou TJLP, e R\$1.327,5 milhões de dívida denominada em dólares norte-americanos sobre os quais incidiam juros baseados na LIBOR ou Unidade Monetária BNDES ("UMBNDDES"). Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía contratos de *swap* de juros nos quais 31,3% de seu endividamento com juros baseados na LIBOR foram trocados para taxas fixas. Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía contratos de derivativos para limitar a exposição às variações da taxa fixa com valor nominal total de R\$500 milhões, com vencimento em 2018. Para informações adicionais sobre os instrumentos financeiros derivativos da Companhia para taxas de juros, vide a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras consolidadas e auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e a nota explicativa 5 às informações contábeis consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

O excedente de caixa proveniente das operações da Companhia (que consistem em caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros mantidos para negociação) totalizavam R\$2.132,1 milhões em 31 de março de 2013, dos quais R\$1.782,0 milhões foram aplicados em caixa e equivalentes de caixa e determinados valores mobiliários para negociação denominados em reais que, em geral, pagam juros a taxas *overnight* com base no CDI. A Companhia acredita que a sua exposição ao risco de taxas de juros brasileiras é parcialmente atenuada por esses investimentos. Os R\$350,0 milhões restantes foram investidos em instrumentos financeiros de curto prazo denominados em moeda estrangeira que, em geral, pagam juros a taxas *overnight* com base na taxa dos fundos do Governo Federal.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Caso a taxa de juros média do CDI aplicável aos ativos financeiros e dívida da Companhia em 2012 e no primeiro trimestre de 2013 fosse 1,0% maior que a taxa de juros média do período, a receita financeira em 2012 e no primeiro trimestre de 2013 teria um aumento de aproximadamente R\$19,6 milhões e R\$4,4 milhões, respectivamente, e as despesas financeiras no mesmo período teriam um aumento de aproximadamente R\$48,8 milhões e R\$12,3 milhões, respectivamente.

Riscos macroeconômicos

Além disso, a Companhia pode vir a ser afetada pelos seguintes riscos macroeconômicos:

O Governo Federal do Brasil exerce influência significativa na economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem ter impacto direto nos negócios da Companhia.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções frequentes, ocasionalmente significativas, do Governo Federal, que mudou diversas vezes as políticas monetárias, de crédito ou outras políticas para influenciar a economia do país. As medidas adotadas pelo governo para controlar a inflação e alterar outras políticas incluem controle de salários e preços, mudanças em impostos existentes, ou a criação de novos impostos, e flutuação da taxa básica de juros. As medidas tomadas pelo governo com relação à economia podem exercer um impacto significativo em companhias brasileiras, inclusive a Companhia, e nas condições de mercado e preços de valores mobiliários brasileiros. Além disso, as medidas tomadas por governos municipais e estaduais relacionadas às leis trabalhistas e outras leis que afetam os negócios da Companhia podem impactar a Companhia. A situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser significativamente afetados de maneira adversa por mudanças nas políticas públicas, bem como por:

- depreciação e outras mudanças na taxa de câmbio;
- políticas monetárias;
- índices de inflação;
- instabilidade econômica e social;
- escassez de energia elétrica ou outras alterações nos preços da eletricidade;
- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições sobre remessas ao exterior;
- liquidez de capital interno e mercados de crédito;
- política tributária, inclusive tratados internacionais em matéria tributária; e
- outras políticas e eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil.

Incertezas relacionadas à implantação, pelo governo brasileiro, de mudanças na política ou regulamentações que afetem esses ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no país e aumentar a volatilidade do valor de mercado de títulos emitidos por companhias brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, as crises políticas afetaram de maneira adversa a confiança dos investidores e a opinião pública e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico no Brasil.

Esses e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira e as políticas públicas podem afetar significativamente a Companhia de maneira adversa.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Condições econômicas e de mercado, inclusive a percepção de riscos, em outros países, principalmente nos Estados Unidos, em países em desenvolvimento e em outros países onde a Companhia atua, podem afetar significativamente a economia brasileira de maneira adversa e, conseqüentemente, o valor de mercado das units e ações da Companhia.

O mercado de títulos emitidos por companhias brasileiras é influenciado por condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, por condições de mercado nos Estados Unidos e em países em desenvolvimento, principalmente outros países latino-americanos. Embora as condições econômicas variem conforme o país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode provocar flutuações no mercado de capitais de outros países. Acontecimentos ou condições econômicas adversas em outros países, inclusive em países em desenvolvimento, muitas vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e causaram considerável fuga de capitais, reduzindo os investimentos estrangeiros no Brasil e limitando o acesso aos mercados de capitais internacionais. Todos esses fatores podem afetar significativamente de maneira adversa a obtenção de empréstimos a taxas de juros aceitáveis pela Companhia ou a captação de recursos no mercado acionário em caso de necessidade.

Os valores mobiliários brasileiros apresentaram aumento da volatilidade periodicamente. Os preços de ações negociadas na BM&FBOVESPA, por exemplo, historicamente são sensíveis às flutuações das taxas de juros nos Estados Unidos e às movimentações dos principais índices acionários nos Estados Unidos. Além disso, a percepção de riscos mais altos pelos investidores em virtude de crises ou condições econômicas adversas em outros países, inclusive países latino-americanos e outros países em desenvolvimento, pode provocar a redução do preço de mercado das *units* e ações da Companhia.

O efeito da inflação e das medidas governamentais destinadas a combatê-la pode contribuir significativamente para incertezas econômicas no Brasil e afetar os resultados operacionais e o valor de mercado das units e ações da Companhia.

O Brasil vivenciou, historicamente, índices de inflação extremamente altos. A inflação, juntamente com as medidas governamentais para combatê-la, produziram efeitos negativos sobre a economia brasileira, principalmente antes de 1995. Os índices de inflação chegaram a 7,8% em 2007 e 9,8% em 2008, comparadas a uma deflação de 1,7% em 2009, e inflação de 11,3% em 2010, 5,1% em 2011 e 7,8% em 2012, medidas pelo Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”), compilado pela FGV. As medidas tomadas pelo governo brasileiro para combater a inflação frequentemente incluíram uma política monetária arroxada com elevadas taxas de juros, restrição da disponibilidade de crédito e redução do crescimento econômico. A inflação, as medidas que podem ser tomadas no combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis outras medidas podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e, desta forma, enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, afetando significativamente de maneira adversa a capacidade da Companhia de acessar os mercados de capitais internacionais.

O Brasil pode vivenciar elevados níveis de inflação no futuro e isso pode afetar a demanda nacional pelos produtos da Companhia. As pressões inflacionárias podem restringir a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros internacionais e podem provocar outras intervenções do governo na economia, inclusive por meio da introdução de políticas que podem afetar significativamente de maneira adversa o desempenho geral da economia brasileira. Conseqüentemente, a Companhia pode sofrer um efeito significativamente adverso.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a) risco para o qual se busca proteção

A Companhia atualmente segue a política de gestão de risco de mercado da Votorantim Industrial S.A., sua controladora ("VID"), que busca proteger os fluxos de caixa da Companhia, receitas e custos operacionais, bem como os componentes financeiros (ativos e passivos financeiros) de eventos de mercado adversos, tais como flutuações de moeda, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia pretende, no futuro, adotar sua própria política de gestão de risco de mercado.

O real é a moeda funcional da Companhia e de todas suas operações no Brasil, e todos os esforços do processo de gestão de riscos de mercado têm como objetivo a proteção e a redução da volatilidade do fluxo de caixa nesta moeda, a preservação da capacidade de pagamento de obrigações financeiras e a manutenção de níveis de liquidez e endividamento.

b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia espera desenvolver e implantar sua própria política de gestão de risco de mercado de forma coerente com a política de gestão de risco de mercado da VID utilizando outras políticas específicas e procedimentos que estabelecem diretrizes que atenuam os efeitos adversos de cada fator de risco de mercado, bem como métricas para sua mensuração e acompanhamento. As políticas adotadas pela VID incluem, entre outras:

- (1) Política de Gestão de Exposição Cambial: estabelece uma estrutura de diretrizes e normas para a proteção contra a volatilidade cambial (*hedge* de moedas), predominantemente com relação ao dólar norte-americano, que inclui os recebimentos e pagamentos em dinheiro e conseqüentemente causa impacto sobre os fluxos de caixa. Os mecanismos de *hedge* cambial são baseados na exposição cambial projetada até o final do exercício em questão e do exercício seguinte à data de referência. Além disso, durante a preparação do orçamento anual, a Companhia pode designar programas de *hedge* para proteger os fluxos de caixa dos segmentos da Companhia.
- (2) Política de Gestão de Exposição a Taxas de Juros: estabelece uma estrutura de diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros que impactam os fluxos de caixa da Companhia. A exposição a cada indexador de taxas de juros (principalmente CDI, LIBOR e TJLP) é projetada até o final da vida útil dos ativos e passivos em questão e que estão indexados a tais índices. Com base nessas exposições, a Companhia prepara propostas de proteção financeira que são submetidas à aprovação do Comitê de Finanças da VID.
- (3) Política de Gestão de Riscos de Emissores e Contrapartes: estabelece os limites de exposição relativos a instituições financeiras e não financeiras que sejam contrapartes da Companhia em operações financeiras e/ou emissores de títulos de dívida. Também estabelece a alocação de limites relativos a valores mobiliários do Governo Federal brasileiro emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. Em caso de operações com instrumentos financeiros derivativos, a exposição ao risco de crédito de uma determinada contraparte e operação é mensurada pelo risco pré-fechamento, por meio de modelos estatísticos e parâmetros pré-aprovados. Ao calcular o limite de exposição ao risco de contrapartes/emissores, o critério do grupo econômico é utilizado. No caso de investimentos financeiros, a política estabelece que os limites de crédito alocados a emissores não devem exceder, o que for menor, (1) 20,0% do total de recursos sob gestão da Companhia, (2) 10,0% do patrimônio líquido da Companhia, e (3) 10,0% do patrimônio líquido da emissora. No caso de alocação de recursos em risco soberano (títulos do Governo Federal emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central), são estipulados limites mínimos de 20,0% e máximos de 100% do total de recursos sob gestão da Companhia.
- (4) Política de Gestão de Liquidez e Endividamento Financeiro: estabelece diretrizes de gestão da liquidez e endividamento financeiro da Companhia. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência. A gestão de liquidez e endividamento adota métricas comparáveis fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global para riscos de crédito BBB estável ou equivalente. Quanto ao endividamento, são observadas métricas consideradas compatíveis com o objetivo descrito.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Quanto à alocação de recursos, tanto direta como por meio de fundos de investimento, podem ser utilizados os seguintes ativos financeiros: títulos de dívida (*bonds*) do Governo Federal brasileiro ou do Tesouro Nacional; certificados de depósitos bancários (“CDBs”); Recibos de Depósito Bancário (“RDBs”); Letras Hipotecárias (“LHs”); títulos de dívida corporativos; contratos de recompra lastreados por ativos financeiros; Cédula de Crédito Bancário (“CCB”); notas promissórias corporativas; *box transactions*; Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”); e Letras de Crédito do Agronegócio (“LCA”). Todos os emissores devem atender aos requisitos descritos na Política de Gestão de Riscos de Emissores e Contrapartes.

A Companhia realiza captações principalmente por meio dos seguintes instrumentos: títulos de dívida (*bonds* e debêntures); linhas de crédito de importação; linhas de crédito oferecidas pelo governo; financiamentos do BNDES e linhas de crédito para capital de giro.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial

Os instrumentos financeiros derivativos que podem ser usados na gestão da exposição da Companhia às taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities* são: *swaps* padrão; opções de compra, opções de venda; *collars* de taxas de juros; contratos futuros de câmbio; e contratos a termo de moeda sem entrega física (*non-deliverable forwards* ou “NDF”). Estratégias que contemplam a compra e a venda simultânea de opções podem vir a ser autorizadas se não resultarem em uma posição vendida líquida de volatilidade do ativo subjacente.

Em 31 de março de 2013, a Companhia: (i) não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo em moeda estrangeira; (ii) possuía contratos de *swap* de juros segundo os quais 31,3% de seu endividamento sujeito a juros baseados na LIBOR estava sujeito a taxas fixas; e (iii) possuía contratos de derivativos para limitar a exposição às variações da taxa fixa com valor nominal total de R\$500 milhões, com vencimento em 2018.

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desse risco

O gerenciamento de riscos de mercado é feito através da parametrização dos riscos, através de limites descritos em política, como instrumentos elegíveis e prazos máximos. A Tesouraria da VID faz a gestão das transações financeiras, de forma a garantir a operacionalização dentro dos parâmetros estabelecidos pelas políticas. A Tesouraria da VID conta com uma área de riscos de mercado, que é responsável por garantir a manutenção dos limites estabelecidos. Além disso, a área de Riscos e *Compliance*, que se reporta diretamente à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da VID, é responsável pelo monitoramento independente dos limites estabelecidos.

O fluxo de informações de instrumentos financeiros é feito através de um sistema interno, onde cada operação é digitada, validada e autorizada por usuários distintos. A autorização das operações ocorre de acordo com as alçadas internas definidas.

Os seguintes itens são monitorados continuamente pelas duas áreas mencionadas:

- utilização apenas dos instrumentos derivativos permitidos pela Política, de acordo com o apresentado no item 5.2(c) deste Formulário de Referência;
- acompanhamento diário do valor justo dos derivativos pela Tesouraria da VID;
- a existência de uma exposição efetiva ou altamente provável para o *hedge*;
- verificação das posições de *hedge* executadas, respeitando-se os prazos para proteção estabelecidos em Política;
- limites inferiores para exposições às taxas pós-fixadas;
- revisão anual da Política de Riscos de Mercado.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

e) se a Companhia opera instrumentos financeiros com os objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Votorantim Cement North America Inc. (“VCNA”) obteve um empréstimo no valor de US\$23,3 milhões o qual tem como garantia ações que a VCNA detêm em uma companhia listada nos EUA (as quais são contabilizadas ao seu valor justo com contrapartida no patrimônio líquido apresentados no balanço patrimonial em Aplicações Financeiras com um saldo de US\$48,2 milhões em 31/03/2013). Contratualmente o empréstimo foi estruturado como a venda das ações pela VCNA com uma obrigação contratual da VCNA recomprar a um preço equivalente ao empréstimo recebido mais juros e um contrato de *Total Return Swap* pelo qual todos os ganhos/perdas no valor justo das ações e os dividendos são transferidos para VCNA. Do ponto de vista contábil, na medida em que os riscos e benefícios dessas ações não foram transferidos e a VCNA continua detendo os mesmos, a VCNA continua reconhecendo as ações como aplicações financeiras ao seu valor justo no patrimônio líquido (outros lucros abrangentes) e não reconhece contabilmente o *Total Return Swap* separadamente.

f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O controle e gerenciamento de riscos de mercado é de responsabilidade da Diretoria de Finanças e de Relação com Investidores da VID. A Tesouraria da VID faz a gestão das transações financeiras, de forma a garantir a operacionalização dentro dos parâmetros estabelecidos pelas Políticas. Um controle paralelo é feito pela Diretoria de Riscos e *Compliance* da VID.

A instância formal estabelecida pela VID para a discussão sobre a gestão de risco de mercado é o Comitê de Tesouraria de VID, que é formado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, pelo Diretor de Tesouraria, pelo Diretor de Riscos e *Compliance* e pelos gerentes responsáveis por cada área da Tesouraria.

Esse Comitê, que se reúne mensalmente, é responsável por:

- Formalizar os controles e as ações decorrentes;
- Julgar o cumprimento e propor eventuais alterações nas políticas;
- Discutir atividades relacionadas à gestão de riscos da VID;
- Encaminhar propostas para deliberação do Comitê de Finanças VID.

g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Política de Riscos de Mercado da VID é revisada anualmente por seu Conselho de Administração.

A Diretoria de Riscos e *Compliance* da VID é a responsável pelo *compliance* das diversas políticas de riscos da VID. Essa diretoria possui acesso às informações de posição de instrumentos financeiros e é responsável pela dupla checagem do *compliance* dos itens mensuráveis definidos na política de riscos de mercado, garantindo a governança do ambiente de controles diretos relacionados à Tesouraria da VID.

Todas as operações financeiras são cadastradas em um sistema interno. Cada operação é digitada e validada por usuários e áreas distintas. Após a validação, a aprovação das operações é feita pelo responsável, de acordo com as alçadas internas da VID. Estas informações são armazenadas no sistema para o monitoramento das posições.

A estrutura organizacional da VID está consolidada para garantir a independência e suportar com robustez o ambiente de controles internos que sustentam as políticas e, para efeito de governança do processo de gestão de riscos de mercado. A descrição abaixo evidencia as instâncias de decisão e execução das políticas de riscos, bem como a responsabilidade atribuída a cada órgão da VID:

Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração da VID, a aprovação das políticas de riscos de mercado e de quaisquer exceções, limites ou revisões nelas descritas. O Conselho de Administração da VID é composto por membros indicados pelos acionistas da VID, sem ingerência da Companhia.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Comitê de Finanças

Cabe ao Comitê de Finanças da VID assessorar o Conselho de Administração, sendo um órgão consultivo para assuntos mais críticos que envolvam aspectos descritos na Política. O Comitê de Finanças da VID é composto por membros com conhecimentos técnicos específico em finanças, apontados pelo Conselho de Administração da VID, sem ingerência da Companhia.

Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores

Cabe à Diretoria de Finanças e de Relações com os Investidores da VID, sem ingerência da Companhia, a aprovação e controle das execuções das estratégias adotadas.

Comitê de Tesouraria

Cabe ao Comitê de Tesouraria da VID, sem ingerência da Companhia, o acompanhamento da aderência às políticas vigentes, além do estudo, discussão e elaboração de propostas de estratégias para a gestão de riscos de mercado da VID. O Comitê de Tesouraria da VID reúne-se mensalmente.

Tesouraria

Cabe à Tesouraria da VID, sem ingerência da Companhia, a execução das operações financeiras, contratação, execução das estratégias aprovadas e a realização da gestão dos riscos de mercados da VID, sem ingerência da Companhia. Cabe ao Diretor de Tesouraria da VID a aprovação da lista de profissionais autorizados a contratar instrumentos financeiros descritos na Política, respeitando-se o disposto em outras Políticas aplicáveis.

Diretoria de Riscos e Compliance

Cabe à área de Riscos e *Compliance* da VID, sem ingerência da Companhia, o controle de enquadramento e compliance da Política, além do acompanhamento das atividades realizadas pela área de Riscos de Mercado da Tesouraria.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Nos últimos três exercícios sociais, não houve alterações nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está sujeita ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 5 do Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	09/01/1997
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade empresária limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

O grupo Votorantim iniciou as operações de sua primeira planta de cimento na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, em 1933. Entre 1940 e 1960, o grupo Votorantim iniciou as operações de cinco novas plantas nos Estados de Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Ceará.

Durante as décadas de 60 e 70, o grupo Votorantim continuou a crescer no Brasil e construiu novas plantas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. Além disso, adquiriu a Cimentos Itaú em 1977 e, conseqüentemente, aumentou sua participação de mercado no Brasil de 25% para 37%, de acordo com o SNIC.

Durante as décadas de 80 e 90, o grupo Votorantim adquiriu e construiu três novas plantas de cimento nos Estados da Paraíba, de Alagoas e de Mato Grosso. Em 1986, adquiriu a Cimentos Santa Rita e, em 1996, adquiriu a Companhia de Cimento Ribeirão Grande no Estado de São Paulo. Nessa época, o grupo Votorantim iniciou a fabricação de argamassas.

Em 1997, a Companhia foi constituída com o intuito de agregar os ativos de cimento do grupo Votorantim. Em 2001, a Companhia contava com 22 plantas de cimento. Além disso, iniciou sua estratégia de expansão internacional pela aquisição de companhias de cimento e concreto na América do Norte, inclusive da subsidiária St. Marys Canada. Em 2002, adquiriu a Engemix no Brasil e se tornou uma das líderes na fabricação de concreto no Brasil.

Em março de 2003, a Companhia adquiriu, por meio de sua controlada Suwannee Holdings LLC, 50,0% de participação na Suwannee American Cement LLC, como parte da *joint venture* com a Anderson Columbia Company, Inc., uma companhia de construção dos Estados Unidos que opera uma planta de cimento no Estado da Flórida.

Em março de 2005, a Companhia fortaleceu suas operações na região dos Grandes Lagos na América do Norte pela aquisição de duas plantas de cimento e ativos relacionados da Cemex USA. Atualmente, a Companhia é a segunda maior produtora de cimento da região dos Grandes Lagos, de acordo com a PCA.

Em outubro de 2007, a Companhia ampliou ainda mais suas operações na América do Norte com a aquisição da Prestige, que possui operações de concreto e *gunite* na Flórida, Carolina do Norte, Texas e Califórnia. Em fevereiro de 2008, adquiriu os negócios de concreto, agregados e carretagem relacionada (transporte ou entrega) da Prairie, expandindo ainda mais seus negócios na região. Com sede em Bridgeview, Estado de Illinois, Prairie é um fornecedor de concreto e agregados líder de mercado, com 81 plantas nos Estados de Illinois, Michigan, Indiana e Wisconsin e 17 operações de lavra de agregados nos Estados de Illinois e Indiana.

Entre 2007 e 2009, a Companhia aumentou sua capacidade de produção de cimento no Brasil pela construção de outras plantas de cimento nos Estados do Ceará, Bahia, Tocantins e Rondônia, ampliação de uma planta no Estado do Mato Grosso e reativação de uma planta no Estado de Goiás.

A partir de 2007, a Companhia manteve sua estratégia de expansão internacional e adquiriu, por si e por meio de sua controladora e controladas, participações em companhias de cimento na América do Sul, inclusive a Bío Bío (Chile), Artigas (Uruguai) e Avellaneda (Argentina).

Em 2010, a Companhia adquiriu participação, por meio de permuta de ativos com a Companhia Nacional de Cimento Portland (Lafarge Brasil), de 21,21% na Cimpor Cimentos de Portugal SGPS S.A. ("Cimpor").

Em 2011 e parte de 2012, a Companhia construiu novas plantas de cimento nos Estados do Rio de Janeiro, Maranhão e Santa Catarina. Além disso, expandiu suas plantas de cimento em Salto e Poty, nos Estados de São Paulo e Pernambuco, respectivamente. No final de 2012, instalou uma nova planta de cimento no Estado de Mato Grosso e ampliou duas plantas de cimento nos Estados do Paraná (Rio Branco) e Sergipe (Cimesa).

No final de 2012, a Companhia concluiu a operação de permuta com a Camargo Correa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. e a InterCement Austria Holding GmbH, trocando sua participação de 21,21% na Cimpor pelos ativos de produção da Cimpor na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China, além da jazida de calcário no Peru e 21,21% da dívida líquida da Cimpor. Essa operação resultou em um aumento da capacidade instalada anual total de produção de cimento da Companhia em 16,3 milhões de toneladas.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) Evento	Aquisição de participação na Cimpor Cimentos de Portugal SGPS S.A. (" <u>Cimpor</u> ") pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 3 de fevereiro de 2010, a Companhia celebrou um Contrato de Permuta de Ações com a Companhia Nacional de Cimento Portland (" <u>Lafarge Brasil</u> "), segundo o qual concordou em transferir as atividades, negócios e ativos relacionados às fábricas de cimento Cocalzinho, Cipasa e Aratú no Brasil para a Lafarge Brasil, bem como 30% da escória recebida na unidade de granulação em Santa Cruz, enviada pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, em troca da participação de 17,28% na Cimpor detida pela Lafarge Brasil. A Companhia passou a deter tal participação com a assinatura do Contrato de Permuta de Ações, transferindo assim as três fábricas de cimento para a Lafarge em 19 de julho de 2010. Em 17 de fevereiro de 2010, a Companhia adquiriu outras 26,0 milhões de ações de emissão da Cimpor, representativas de uma participação adicional de 3,93%, pelo valor à vista de R\$390,0 milhões. Assim, a participação da Companhia na Cimpor passou para 21,21% do capital social circulante.
c) Partes envolvidas	Companhia, Lafarge Brasil, Lafarge S.A. e Cimpor.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) Evento	Aquisição de participação da Companhia de Cimento Ribeirão Grande (" <u>CCRG</u> ") pela Cal Itáu Participações S.A. (" <u>Cal Itáu</u> ").
b) Principais condições do negócio	Em 29 de junho de 2010, a Cal Itáu celebrou contrato de compra e venda de ações de emissão da CCRG com o Banco Santander (Brasil) S.A. (" <u>Santander</u> "), segundo o qual o Santander transferiu à Cal Itáu 1.354.326 ações ordinárias e 5.417.306 ações preferenciais de emissão da CCRG, representativas de 4,34% do capital social votante, pelo valor de R\$17.500.000,00. Após essa negociação, a Cal Itáu passou a controlar 100% do capital social da CCRG.
c) Partes envolvidas	Cal Itáu, Santander e CCRG.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) Evento	Incorporação da Votorantim Cimentos Brasil S.A. (“ <u>VCBSA</u> ”) pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 31 de agosto de 2010, os acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária, aprovaram a incorporação da VCBSA pela Companhia, mediante a absorção do acervo líquido da VCBSA avaliado em R\$2.430.370, não resultando em aumento de capital na Companhia.
c) Partes envolvidas	VCBSA e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) Evento	Incorporação da Cal Itaú pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 5 de novembro de 2010, foi aprovada a incorporação da Cal Itaú, subsidiária integral da Companhia, pela Companhia mediante a absorção do acervo líquido da incorporada, avaliado em R\$176,6 milhões, não resultando em aumento de capital na Companhia. A incorporação possibilitou uma simplificação na estrutura societária do grupo econômico e redução nos custos de suas operações.
c) Partes envolvidas	Cal Itaú e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) Evento	Aquisição de participação na Cimentos Portland S.A. (" <u>Cimentos Portland</u> ") pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 15 de novembro de 2010, a Companhia adquiriu participação minoritária na Cimentos Portland, recente <i>joint venture</i> formada com a Cimentos Bío Bío S.A. (" <u>Bío Bío</u> "), IPSA – Inversiones Portland S.A. (" <u>IPSA</u> "), uma companhia de cimento peruana, e a World Cement Group SL (" <u>World Cement Group</u> "), uma companhia de cimento espanhola. A estrutura acionária da Cimentos Portland é a seguinte: Companhia (29,5%), Bío Bío (29,5%), IPSA (20,5%) e World Cement Group (20,5%).
c) Partes envolvidas	Cimentos Portland, Bío Bío, IPSA, World Cement Group e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) Evento	Aquisição de participação na Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A. (" <u>VILA</u> ") pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 24 de novembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a Bradesplan Participações Ltda. (" <u>Bradesplan</u> "), segundo o qual a Bradesplan transferiu à Companhia 54 ações ordinárias nominativas sem valor nominal da VILA, representativas de 6,55% do capital social votante da VILA, pelo valor de R\$416,2 milhões. Posteriormente, em 30 de novembro de 2010, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 8,74% na VILA por meio de emissão de ações pela VILA. Em troca de tais ações adicionais, a Companhia cancelou um recebível da VILA no valor de R\$285,9 milhões. O valor contábil desse recebível era equivalente a seu valor de mercado na data da permuta. Por meio de tais aquisições combinadas, a Companhia passou a deter participação direta de 12,36% na VILA.
c) Partes envolvidas	Bradesplan, VILA e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) Evento	Aquisição de participação na PPGP Participações Ltda. (" <u>PPGP</u> ") pela CCRG.
b) Principais condições do negócio	Em 11 de maio de 2012, a CCRG, subsidiária integral da Companhia, concordou em adquirir 100% de participação na PPGP, por R\$115,2 milhões a serem pagos em quatro parcelas. Por meio dessa aquisição, a Companhia adquiriu certos direitos minerários e ativos fixos no Estado de São Paulo.
c) Partes envolvidas	PPGP e CCRG.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) Evento	Incorporação da A21 Mineração Ltda. (" <u>A21</u> ") pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 31 de agosto de 2012, foi aprovada, em assembleia geral extraordinária, a incorporação da A21 pela Companhia, mediante a absorção do acervo líquido da A21 avaliado em aproximadamente R\$1,4 milhão, não resultando em aumento de capital na Companhia. A incorporação possibilitou uma simplificação na estrutura societária do grupo econômico e redução nos custos de suas operações.
c) Partes envolvidas	A21 e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) Evento	Incorporação da CCRG pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 30 de novembro de 2012, foi aprovada, em assembleia geral extraordinária, a incorporação da CCRG pela Companhia, mediante a absorção do acervo líquido da CCRG avaliado em aproximadamente R\$306,1 milhões, não resultando em aumento de capital na Companhia. A incorporação possibilitou uma simplificação na estrutura societária do grupo econômico e redução nos custos de suas operações.
c) Partes envolvidas	CCGR e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) Evento	Incorporação da Votorantim Cimentos Américas S.A. (" <u>VCASA</u> ") pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 30 de novembro de 2012, foi aprovada, em assembleia geral extraordinária, a incorporação da VCASA pela Companhia, mediante a absorção do acervo líquido da VCASA avaliado em aproximadamente R\$599,6 milhões, não resultando em aumento de capital na Companhia. A incorporação possibilitou uma simplificação na estrutura societária do grupo econômico e redução nos custos de suas operações.
c) Partes envolvidas	VCASA e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) Evento	Permuta de ativos da Cimpor Cimentos de Portugal S.G.P.S. ("Cimpor") em 2012 pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	<p>Em 25 de junho de 2012, a Companhia assinou um acordo de permuta de ativos com a Camargo Correa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. ("<u>Camargo Correa</u>") e a InterCement Austria Holding GmbH ("<u>InterCement</u>"), segundo o qual concordou em transferir sua participação de 21,21% na Cimpor em troca dos ativos de produção da Cimpor na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China, bem como a jazida no Peru, e 21,21% da dívida líquida de Cimpor. Em virtude da permuta de ativos da Cimpor em 2012, a Companhia passou a deter: (1) ativos de produção de cimento na Espanha com capacidade instalada anual total de produção de cimento de 3,2 milhões de toneladas; (2) ativos de produção de cimento no Marrocos com capacidade instalada anual total de produção de cimento de 1,2 milhões de toneladas; (3) ativos de produção de cimento na Tunísia com capacidade instalada anual total de produção de cimento de 1,7 milhões de toneladas; (4) ativos de produção de cimento na Turquia com capacidade instalada anual total de produção de cimento de 3,0 milhões de toneladas; (5) ativos de produção de cimento na Índia com capacidade instalada anual total de produção de cimento de 1,2 milhões de toneladas; e (6) negócios de produção de cimento na China com capacidade instalada anual total de produção de cimento de 6,0 milhões de toneladas, registrados no balanço da Companhia como ativos e passivos mantidos para venda.</p> <p>Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia concluiu a operação, o que resultou em um aumento da capacidade instalada anual total de produção de cimento de 16,3 milhões de toneladas. Em decorrência de alguns ajustes pós-fechamento, a Companhia pagou €57,0 milhões à InterCement em 21 de janeiro de 2013. Em 21 de dezembro de 2012, no âmbito da permuta de ativos da Cimpor em 2012, a Companhia assumiu determinadas dívidas da Cimpor e suas subsidiárias no valor total de principal de U.S.\$ 434,1 milhões (equivalente a R\$901,2 milhões utilizando-se a taxa de câmbio aplicável em 21 de dezembro de 2012 de R\$2,0758 por U.S.\$ 1,00). Em 7 de janeiro de 2013, a Companhia antecipou o pagamento de U.S.\$ 200,0 milhões do saldo de principal em aberto dessa dívida.</p>
c) Partes envolvidas	Camargo Correa, InterCement, Cimpor e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) Evento	Aquisição de participação na Cimentos Avellaneda S.A. (" <u>Avellaneda</u> ") e na Cimentos Artigas S.A. (" <u>Artigas</u> ") pela Votorantim Europe, S.L., Unipersonal (" <u>Votorantim Europe</u> ").
b) Principais condições do negócio	Em 27 de dezembro de 2012, a Votorantim Europe adquiriu da Cimentos Molins S.A. (" <u>Molins</u> "), participação de 10,61% na Avellaneda, na Argentina, e de 12,61% na Artigas, no Uruguai. A VID possuía participação de 38,39% na Avellaneda e na Artigas. Em 31 de dezembro de 2012, a Avellaneda e a Artigas possuíam uma capacidade instalada anual de produção de cimento de 2,8 milhões de toneladas e 0,5 milhões de toneladas, respectivamente. Em 21 de janeiro de 2013, a Companhia pagou à Molins U.S.\$60 milhões relacionados a ajustes pós fechamento pela aquisição de participação na Avellaneda e U.S.\$25 milhões pela aquisição de participação na Artigas.
c) Partes envolvidas	Avellaneda, Artigas, Molins e Votorantim Europe.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) Evento	Aquisição de participação na Cimento e Produtos Associados S.A. (" <u>C+PA</u> ") pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 10 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu uma participação não controladora de 48% na C+PA, sociedade constituída sob as leis de Portugal, pelo montante de EUR 10,4 milhões (R\$27,9 milhões), sendo que, até 31 de março de 2013, o montante de EUR 4,0 milhões (R\$10,7 milhões) não foi pago. A C+PA possui participação acionária de 25% na Cimpor Macau – Investment Company S.A. (" <u>Macau</u> "), a qual atua na China. Tal aquisição faz parte da estratégia da Companhia para facilitar o processo de venda de suas operações na China.
c) Partes envolvidas	C+PA e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) Evento	Aquisição de participação na Avellaneda e na Artigas pela Votorantim Europe.
b) Principais condições do negócio	Em 3 de abril de 2013, a Votorantim Europe, controlada da Companhia, celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Votorantim Andina S.A. ("Votorantim Andina"), subsidiária da Votorantim Industrial S.A., por meio do qual adquiriu 374.090.472 ações de emissão da Cimentos Artigas S.A., representativas de 38,39% do capital social de tal sociedade, e 25.306.594 ações classe B de emissão da Cimentos Avellaneda S.A., representativas de 38,39% do capital social de tal sociedade, pelo preço de €154,6 milhões representando o valor justo da participação na Cimentos Avellaneda S.A. e o valor contábil da Cimentos Artigas S.A. Com isso, a Votorantim Europe, S.L., Unipersonal passou a deter 51% do capital votante da Cimentos Artigas S.A. e 49% do capital votante da Cimentos Avellaneda S.A.
c) Partes envolvidas	Avellaneda, Artigas, Votorantim Europe e Votorantim Andina.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) Evento	Alienação de participação na C+PA e aquisição de participação na Macau pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 16 de abril de 2013, a Companhia alienou sua participação acionária de 48% na C+PA, por EUR 23,3 milhões (R\$60,2 milhões), e adquiriu uma participação acionária de 30% na Macau, por EUR 14,5 milhões (R\$37,5 milhões). Após a aquisição dessa participação, a Companhia passou a deter 80% de participação acionária na Macau.
c) Partes envolvidas	C+PA, Macau e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a) Evento	Aquisição de participação na Bío Bío pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 18 de abril de 2013, a Companhia aumentou sua participação acionária na Bío Bío em 1,55%, pelo montante total de Ch\$2.742,7 milhões (equivalentes a R\$11,6 milhões), passando a deter 16,70% de seu capital votante.
c) Partes envolvidas	Bío Bío e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) Evento	Alienação de participação na VILA pela Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 14 de maio de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Votorantim Industrial S.A. ("VID"), por meio do qual a VID adquiriu a participação acionária de 12,36% que a Companhia detinha na VILA pelo montante total de R\$682,5 milhões. Em 28 de maio de 2013, a Companhia compensou parcialmente este valor com o saldo de dividendos a pagar de R\$280,2 milhões devidos à VID. O saldo remanescente desta operação será quitado através do pagamento da dívida que uma subsidiária da Companhia tem com uma subsidiária da VID decorrente da aquisição de participação acionária na Cimentos Avellaneda S.A. e Cimentos Artigas S.A.
c) Partes envolvidas	VILA, VID e Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não aplicável, uma vez que não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia até a data deste Formulário de Referência.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

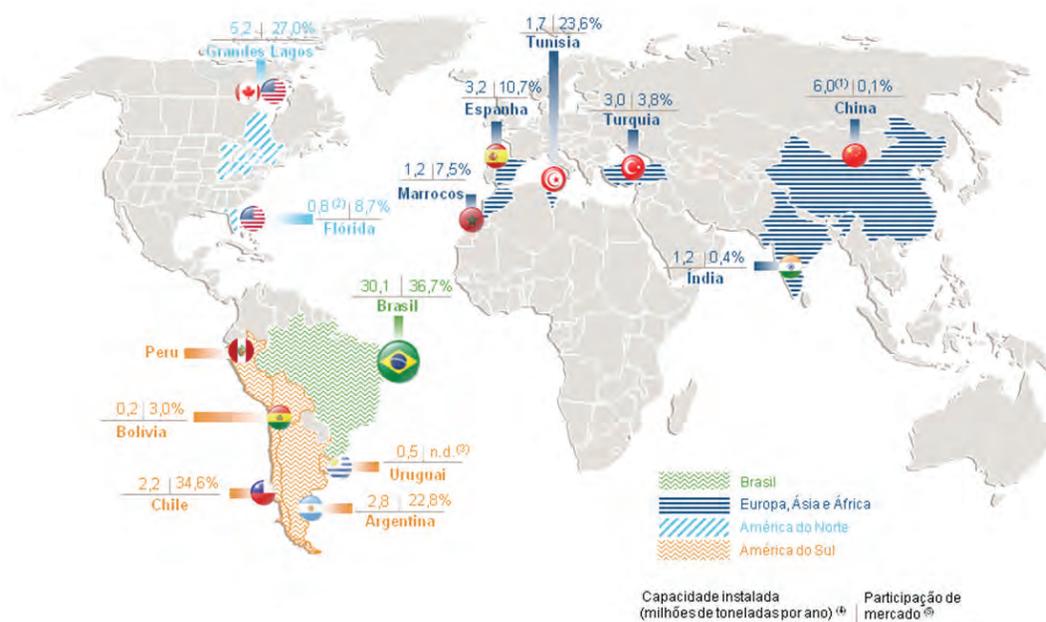
A Companhia é uma empresa global de materiais básicos de construção, com operações verticalizadas e presença na América do Sul, América do Norte, Europa, África e Ásia. A Companhia acredita ser a maior e mais rentável companhia de materiais básicos de construção no Brasil, quarto maior mercado de cimento do mundo segundo dados do *Building Materials Research Report*. A Companhia é parte do grupo Votorantim, que iniciou, em 1933, as operações de sua primeira planta de cimento. A Companhia produz e comercializa um portfólio completo de materiais de construção: cimento, agregados, concreto, argamassas e outros produtos complementares. Por seu portfólio amplo e diversificado de produtos, a Companhia possui uma base de clientes substancialmente diversificada por todo o país. A Companhia é a oitava maior companhia global de produção de cimento em termos de capacidade global instalada de produção de cimento, de acordo com os dados do *Global Cement Report*, com 52,3 milhões de toneladas por ano na data deste Formulário de Referência. Em 2012, a Companhia atingiu uma receita líquida de R\$9.481,7 milhões, um lucro líquido de R\$1.640,5 milhões, margem líquida (calculada por meio da divisão de lucro líquido por receita líquida) de 17,3%, EBITDA Ajustado de R\$3.070,7 milhões, margem de EBITDA Ajustado de 32,4% e ROCE (*Return on Capital Employed*) Ajustado de 21,6%. A Companhia acredita que seu ROCE Ajustado, o qual atingiu 23,4% no período de doze meses encerrado em 31 de março de 2013, é um dos mais altos dentre as produtoras globais de cimento de capital aberto, com base na análise das informações públicas disponíveis das produtoras que a Companhia acredita serem as principais produtoras globais de cimento, sendo que a Companhia registrou uma taxa composta de crescimento médio anual (*compound annual growth rate*, “CAGR”) de receita de 9,4% entre 2009 e 2012.

A Companhia acredita ter um posicionamento único para manter elevado retorno sobre o capital investido e criar valor para os seus acionistas. A Companhia possui operações em diversos mercados, que apresentam altas taxas de crescimento, tendo operações em regiões com grandes oportunidades de geração de valor, com 33 plantas de cimento, 23 moagens, 331 centrais de concreto, 84 unidades de agregados, duas fábricas de clínquer, duas unidades de calcário e 13 plantas de argamassa. Além disso, a Companhia possui 61 reservas de calcário com vida útil média esperada de mais de 60 anos, com base na capacidade máxima instalada de produção de cimento da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Os Mercados da Companhia

O mapa abaixo demonstra a capacidade de produção instalada da Companhia por país em que atua, considerando apenas os ativos por ela consolidados, e sua respectiva participação no mercado local:



(1) Os ativos relacionados ao negócio da Companhia na China são classificados como "mantidos para venda" nas informações contábeis consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

(2) Considera 100% da capacidade instalada anual, a qual não era consolidada em 31 de março de 2013.

(3) Não disponível.

(4) A capacidade instalada anual de produção de cimento apresentada data de 31 de março de 2013. A informação apresentada considera apenas as sociedades consolidadas pela Companhia, inclusive a Cimentos Artigas S.A. A capacidade instalada de produção de cimento anual representa a capacidade total.

(5) Os dados sobre participação de mercado são apresentados com base nos dados do SNIC (Brasil), USGS e *The Canada Cement Association in Ontario* (América do Norte), *Agrupación de Fabricantes de Cemento de España – Oficemen* (Espanha), *Türkiye Çimento Müstahsilleri Birliği* (Turquia), CMA (Índia), *China Economic Information Network* (China), *Asociación de Fabricantes de Cemento Portland* (Argentina), *Association Professionnelle des Cimentiers du Maroc* (Marrocos), CNPC (Tunísia), IBCH – *Instituto Boliviano del Cemento y el Hormigón* (Bolívia), ICH – *Instituto del Cemento y el Hormigón de Chile* (Chile) e são os mais recentes disponíveis, quais sejam 31 de março de 2013, exceto para Bolívia e Chile, cujos dados são de 31 de dezembro de 2012.

Brasil

No Brasil, a Companhia possui 16 plantas de cimento, 11 moagens, 110 centrais de concreto, 28 unidades de agregados, oito unidades de argamassa e uma unidade de calcário, bem como 27 reservas de calcário. Em 31 de março de 2013, a Companhia apresentou capacidade instalada de produção de cimento de 30,1 milhões de toneladas por ano. A Companhia é líder de mercado no país com uma participação de mercado de 36,4%, 35,2% e 36,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, respectivamente, em termos de volume de vendas de cimento Portland no Brasil, de acordo com as informações disponíveis no Sindicato Nacional da Indústria do Cimento ("SNIC"). A Companhia atende aproximadamente 30.000 clientes por mês, graças a sua ampla rede de distribuição por todo país, que inclui 52 centros de distribuição, estrategicamente localizados próximos aos principais mercados do Brasil.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Além dos 30,1 milhões de toneladas de capacidade instalada de produção de cimento da Companhia no Brasil, também possui participação societária nas sociedades Mizu S.A. (“Mizu”) e Sirama Participações S.A. (“Sirama”), companhias brasileiras de cimento com três plantas de cimento, duas moagens e uma planta de mistura de cimento, possuindo uma capacidade instalada total de produção de cimento combinada de 5,2 milhões de toneladas por ano. Além disso, a Companhia possui participação na Polimix Cimento Ltda. (51,0%, porém sem exercer controle em razão de possuir direitos limitados para tomar decisões estratégicas, operacionais e financeiras) e na Verona Participações Ltda. (25,0%), companhias brasileiras de cimento.

A Companhia acredita que o aumento da renda, a diminuição das taxas de juros, o déficit habitacional e a implementação de importantes projetos de infraestrutura pelo Governo Federal brasileiro levarão a oportunidades para o crescimento do setor de construção civil e, conseqüentemente, a uma demanda substancialmente maior de cimento, concreto, agregados, argamassa e outros materiais básicos de construção. O consumo de cimento anual *per capita* no Brasil cresceu a uma taxa média anual de 8,5% entre 2007 e 2011, de acordo com o SNIC, o que equivale a 2,3 vezes o crescimento real do produto interno bruto (“PIB”) no mesmo período, segundo dados do IBGE. O Governo Federal brasileiro anunciou planos para aumentar substancialmente os gastos públicos e privados em infraestrutura, particularmente por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (“PAC”), com um investimento estimado de R\$955 bilhões até 2014, dos quais aproximadamente 10% devem ainda ser desembolsados para rodovias, portos e aeroportos, entre outros projetos a partir de setembro de 2012. O Governo Federal espera investir cerca de R\$390 bilhões na construção de habitações no Brasil entre 2012 e 2015 para tratar do déficit habitacional estimado de 5,6 milhões de casas, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – 2008 conduzida pelo IBGE. Além dos investimentos previstos em infraestrutura e habitação, a Companhia espera que o mercado brasileiro de cimento também tenha uma demanda adicional devido aos projetos de construção relacionados à Copa do Mundo da FIFA de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

América do Norte

As atividades da Companhia na América do Norte incluem quatro plantas de cimento, duas moagens, 140 centrais de concreto, 33 unidades de agregados e quatro jazidas de calcário, com uma capacidade instalada de produção de cimento total de 5,2 milhões de toneladas por ano na região dos Grandes Lagos. A Companhia também possui operações nos estados da Flórida e Michigan por meio da participação de 50% em *joint ventures*, com capacidade total instalada de produção de cimento de 0,8 milhão de toneladas por ano, uma planta de cimento e uma unidade de agregados. O cimento nessas regiões (ao contrário do mercado brasileiro) é usualmente vendido a granel para empresas de concreto. Em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia vendeu aproximadamente 95% e 96%, respectivamente, de seu cimento na região dos Grandes Lagos a granel. Além disso, a Companhia vendeu cimento para fabricantes de concreto pré-moldado, bem como para empresas de construção. A Companhia acredita que está bem posicionada para se beneficiar da esperada recuperação econômica e da recuperação do setor de construção civil dessas regiões. A *Portland Cement Association* (“PCA”) estima que o consumo de cimento na América do Norte deverá aumentar em 8,1% em 2013, 8,3% em 2014 e 9,2% em 2015 como resultado da esperada recuperação econômica dos Estados Unidos, principalmente da indústria da construção.

América do Sul (exceto Brasil)

As atividades da Companhia na América do Sul, excluindo as operações brasileiras, incluem participações minoritárias e de controle nas principais empresas de materiais básicos de construção da região. A Companhia possui participação societária de:

- 66,71% na Itacamba Cimentos S.A. na Bolívia, a qual possui uma moagem e capacidade instalada de produção de cimento de 0,2 milhão de toneladas por ano;
- 51,0% na Artigas, uma companhia uruguaia de cimento com capacidade instalada de produção de cimento atual de 0,5 milhão de toneladas por ano;
- 49,0% na Avellaneda, uma companhia argentina de cimento com capacidade instalada de produção de cimento atual de 2,8 milhões de toneladas por ano; e
- 16,70% na Bío Bío, uma companhia chilena de cimento com capacidade instalada de produção de cimento atual de 2,2 milhões de toneladas por ano.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Por meio dessas participações minoritárias e de controle, a Companhia está envolvida na operação de cinco plantas de cimento, três moagens, uma planta de clínquer, 65 centrais de concreto, 18 unidades de agregados, uma unidade de argamassa e três plantas de cal na América do Sul (exceto Brasil). Além disso, a Companhia possui uma jazida de calcário no Peru, como resultado da permuta de ativos da Cimpor descrita abaixo. A Companhia acredita que suas operações na América do Sul fornecem uma plataforma para a consolidação e expansão potencial de sua presença nos mercados atraentes desta região.

Europa, África e Ásia

Em 25 de junho de 2012, a Companhia celebrou um acordo de permuta de ativos com a Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. e a InterCement Austria Holding GmbH, segundo o qual acordou a troca da sua participação de 21,21% na Cimpor pelos ativos de produção da Cimpor na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China, além da jazida de calcário no Peru, e 21,21% da dívida líquida da Cimpor. Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia concluiu essa operação, o que resultou em um aumento de sua capacidade instalada anual total de produção de cimento em 16,3 milhões de toneladas. Em virtude de alguns ajustes após fechamento da transação, a Companhia pagou €57,0 milhões à InterCement Austria Holding GmbH em 21 de janeiro de 2013.

Como resultado da permuta de ativos da Cimpor, a Companhia possui 13 plantas de cimento, uma planta de clínquer, oito moagens, 78 centrais de concreto, 22 unidades de agregados, cinco unidades de argamassa, uma unidade de cal hidratada e 29 jazidas de calcário na Europa, África e Ásia, com uma capacidade total instalada de cimento de 16,3 milhões de toneladas por ano. A Companhia acredita que pode gerar valor nestas operações por meio de potenciais sinergias, melhorias na eficiência de custos e racionalização fabril entre estas operações, além de aumentar ainda mais a presença da Companhia em certos mercados de alto crescimento. A Companhia pretende descontinuar suas operações na China e implementou um plano para alienar os ativos no país em 2013.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

Brasil

No Brasil, a Companhia produz e vende cimento, concreto, agregados, argamassas e outros produtos complementares do negócio de materiais básicos de construção por meio das seguintes cinco sociedades: Votorantim Cimentos N/NE S.A., Sirama, Mizu, Supermix e Polimix Concreto. A receita de serviços da Companhia no Brasil compreende a receita advinda da atividade de produção e bombeamento de concreto. Conforme descrito abaixo, o *marketing* dos produtos de cimento da Companhia no Brasil é feito por meio das marcas Votoran, Itaú, Poty, Tocantins e Aratu, enquanto para os demais materiais básicos de construção a Companhia utiliza as marcas Engemix, Matrix, Votomassa, Limes (Cal Hidratada Itaú), Insumos Agrícolas, Cimento Branco e Artefatos de Cimento. As operações da Companhia no Brasil (incluindo as operações na América do Sul) representaram 76,8% e 81,3% da receita total da Companhia relativa ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir apresenta o volume de vendas, a capacidade instalada anual de cimento e algumas informações financeiras relativas às operações da Companhia no Brasil nos períodos indicados:

Brasil	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2012	2011	2010
Volume de vendas:					
Cimento (em milhares de toneladas)	5.993	5.812	24.379	23.551	22.657
Agregados (em milhares de toneladas)	3.172	4.194	15.070	16.696	13.331
Concreto (em milhares de metros cúbicos).....	1.103	1.132	4.819	4.572	4.188
Argamassa (em milhares de toneladas).....	428	403	1.699	1.587	1.366
Capacidade instalada anual de cimento (em milhares de toneladas).....					
Receita (em milhões de reais)	30.063	26.246	30.063	26.246	23.241
Receita (em milhões de reais)	1.905,4	1.847,6	7.705,1	7.250,4	6.538,1
EBITDA Ajustado (em milhões de reais) ⁽¹⁾	606,8	627,9	2.775,1	2.574,8	2.542,4
Margem de EBITDA Ajustado ⁽²⁾	31,8%	34,0%	36,0%	35,5%	38,9%

⁽¹⁾ A Companhia define EBITDA mais resultados de participações societárias como lucro líquido *mais* resultados de participações societárias, *mais/menos* receita (despesa) financeira, *mais* depreciação, amortização e *exaustão*, *mais/menos* imposto de renda e contribuição social. A Companhia define EBITDA Ajustado como EBITDA mais resultados de participações societárias *menos/mais* certas operações sem efeito caixa consideradas excepcionais pela administração, *impairment* de ágio, dividendos recebidos *menos/mais* EBITDA de operações descontinuadas. Itens sem efeito caixa considerados excepcionais pela administração geralmente referem-se a ganhos/perdas em aquisições, alienações ou permuta de ativos e /ou o *impairment* relacionado. Para o cálculo do EBITDA mais resultados de participações societárias e EBITDA Ajustado e uma reconciliação entre o EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado para fins de uma comparação mais direta conforme o IFRS, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Margem de EBITDA Ajustado significa EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

Cimento

A Companhia oferta diversos tipos de cimentos adequados para múltiplos usos, como para construção residencial e comercial e engenharia civil, de acordo com a regulamentação brasileira e com as necessidades dos clientes. Os produtos variam do cimento Portland ordinário até o cimento de alta resistência inicial e qualidades de cimento especializadas para atender às necessidades específicas dos clientes.

O cimento Portland é um pó fino com propriedades aglutinantes hidráulicas que, ao ser misturado com água e outros materiais de construção, constitui o cimento utilizado na construção de casas, prédios, pontes, barragens e outras estruturas. Os consumidores levam em consideração a aplicação do produto para escolher o tipo apropriado de cimento Portland.

No Brasil, as classificações de cimento Portland se baseiam em diferentes composições físico-químicas que caracterizam a qualidade do cimento quanto à sua resistência à compressão e à resistência química a diversos fatores externos.

O cimento produzido pela Companhia tem diversas aplicações, como:

- estruturas reforçadas de concreto, pavimentos de concreto protendido, pré-fabricados, reboco de argamassa, blocos de concreto, revestimentos, pisos, contrapisos, reboco, concreto protendido e materiais de construção de concreto pré-moldado e pré-fabricado;

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

- fibrocimento;
- concreto simples, armado ou usinado, estruturas de concreto em geral, fundações, colunas, galerias subterrâneas, argamassa para assentamento ou revestimento e concreto magro para calçadas e revestimento;
- concreto geral, concreto compactado a rolo e outras estruturas de concretos e pavimentos que têm contato permanente com substâncias químicas abrasivas;
- construção de concreto, blocos grandes de concreto, construção naval, projetos de saneamento, barragens, pontes, portos e pavimentos de concreto, além de estruturas de concreto que têm contato permanente com substâncias químicas abrasivas;
- pontes, barragens, pavimentos, projetos de saneamento, moldes de concreto, calçadas, preparo de argamassas para revestimentos como chapisco e gesso, preenchimento e contrapisos, que são resistentes a sulfatos, uma vantagem em construções expostas a ambientes agressivos;
- projetos de saneamento em portos, barragens e estruturas de concreto que têm contato direto com substâncias químicas abrasivas; e
- esgotos, solo sulfatados, obras navais e barragens.

A Companhia também vende cimento para projetos específicos de infraestrutura, a exemplo das usinas hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. A Companhia geralmente celebra contratos de fornecimento de longo prazo para projetos deste tipo.

Concreto

O concreto é produzido no local das próprias obras ou nas centrais de concreto e transportado diretamente até as obras em caminhões betoneira. No setor de concreto, a presença próxima de uma rede de centrais de concreto é fundamental para atender às necessidades de entrega dos clientes. Como o cimento misturado com água passa pela etapa de hidratação, o concreto não pode ser transportado por longas distâncias. Após um tempo, uma reação química endurece o concreto em uma forma permanente de pedra artificial. Esse material de construção possui as seguintes características: resistência à tração e à compressão, durabilidade, tempo de ajuste, facilidade de aplicação e viabilidade em diversas condições climáticas e de construção.

A Companhia iniciou a produção de concreto no Brasil em 2002 por meio da aquisição da Geral de Concreto S.A., atualmente denominada Engemix, na qual a Companhia possui 100,0% de participação. Além disso, possui participação de 25,0% na Supermix e de 27,57% na Polimix Concreto. No Brasil, o volume de concreto comprado em comparação ao concreto produzido na obra ainda é relativamente baixo. Entretanto, a Companhia espera que o consumo de concreto cresça a níveis mais elevados que os do cimento com base no potencial aumento da produção industrializada de concreto. O negócio de concreto da Companhia é um dos líderes do setor no Brasil, sob a marca Engemix, utilizada em obras em todo o país há quatro décadas. A Companhia acredita que esse fato lhe confere uma vantagem competitiva tendo em vista as tendências projetadas.

A Engemix está dividida em quatro principais linhas de negócios: (1) autoconstrução: voltada a pequenos construtores e varejistas; (2) construção em série: o fornecimento de concreto é destinado especificamente para uso em construção habitacional subsidiada pelo governo; (3) construção geral: voltada a grandes construtoras, representa 75% dos negócios da Engemix; e (4) construção em canteiro, voltada a clientes que realizam obras de grande porte e necessitam de infraestrutura de mistura de concreto no próprio canteiro de obras.

Agregados

Os agregados servem como matérias-primas utilizadas na produção de concreto, alvenaria, asfalto e outros processos industriais, e servem como base para a construção de estradas, calçadas, ferrovias, aterros sanitários e edificações. Agregados típicos incluem brita (por exemplo, calcário e granito), areia natural e cascalho. Os agregados se diferenciam por suas propriedades físicas e químicas em termos de granularidade e rigidez. O tipo de agregado disponível em certos mercados é determinado pela geologia local.

Os agregados geralmente são consumidos em locais próximos à sua produção em virtude dos custos elevados de transporte.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Outros materiais básicos de construção

A linha de negócios de outros materiais básicos de construção da Companhia inclui essencialmente: argamassas básicas e colantes; cal hidratada; cal e gesso agrícolas; cimento branco e blocos de concreto.

A Companhia produz e vende dois tipos de pré-mistura para argamassas, a básica e a colante. A argamassa básica é uma pré-mistura industrializada de areia, cimento e aditivos especiais a granel ou em sacos. Ao ser misturada com água, apresenta diversas aplicações, inclusive como estuque para interiores e exteriores, material de preenchimento e adesão de tijolos para a construção de muros. A argamassa colante também é uma mistura de cimento e areia com aditivos especiais de propriedades plásticas e adesivas. É comercializada em sacos e, depois de misturada com água, é utilizada em projetos de colocação de pisos e azulejos.

A linha de argamassas básicas da Companhia, Matrix, inclui 12 produtos prontos para uso em sacos ou a granel e cinco sistemas de construção para facilitar o uso conforme as exigências específicas de cada projeto e tipo de aplicação. As pré-misturas para argamassa básica representam uma pequena parcela dentre todas as argamassas produzidas no Brasil, predominantemente preparadas *in situ*, um processo que requer mais trabalho. A Companhia acredita que a pré-mistura para argamassa básica tem potencial de crescimento elevado no mercado em virtude da tendência de substituição da argamassa preparada *in situ* pela pré-mistura para argamassa industrializada básica, gerando ganho de produtividade e redução de custo. A Companhia acredita ter condições plenas para capturar esse aumento de demanda, já que é produtora líder com participação de mercado estimada de aproximadamente 40% em 31 de dezembro de 2012. A Companhia vem apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 19% desde 2009, com 924 mil toneladas vendidas em 2012.

A Votomassa, uma linha de argamassas e rejuntas adesivos, inclui 17 produtos diferentes, 14 fabricados pela Companhia e outros três por sua parceira tecnológica, a Laticrete, produtora mundial de soluções de construção. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia produziu 191 mil toneladas de argamassa colante. Em 2012, a Companhia produziu 775 mil toneladas de argamassa colante, representando um aumento anual de 10% desde 2009. Como segunda maior produtora no Brasil, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Cimento—SINAPROCIM, com participação de mercado estimada de aproximadamente 20% em 31 de dezembro de 2012, a Companhia acredita ser capaz de aumentar sua participação de mercado no segmento de argamassas colantes nos próximos anos por meio do investimento em reconhecimento da marca e alavancagem da atual base de clientes.

Além disso, a Companhia é a fabricante brasileira líder em cal hidratada de acordo com a ABCP, a qual é normalmente comercializada em sacos pelos varejistas. A cal hidratada é produzida inicialmente por um processo de queima de calcário em fornos para a produção de cal virgem (óxido de cálcio) e posterior hidratação para a formação de hidróxido de cálcio. A cal hidratada é misturada com cimento e água para a produção de argamassa. A Companhia comercializa cal em sacos de 20 kg sob a marca “Itaú”.

A Companhia também fabrica e comercializa calcário agrícola desde 1970. O calcário agrícola é um aditivo feito a partir de calcário britado utilizado na agricultura como corretivo de acidez do solo. A Companhia é um dos *players* líderes nesse segmento e estabeleceu um parâmetro de qualidade do produto e atendimento ao consumidor. A comercialização de calcário agrícola da Companhia é feita sob a marca “Itaú” nas principais áreas agrícolas do Brasil.

A Companhia também importa e comercializa cimento branco no Brasil. Exceto por sua cor, o cimento branco possui essencialmente as mesmas propriedades do cimento cinza, portanto, possui diversas aplicações. No Brasil, o cimento branco é utilizado principalmente nas indústrias no preparo de argamassa branca, artefatos de concreto e pisos industriais. Por fornecer uma base de tingimento neutra e cores consistentes, o cimento branco é utilizado em arquitetura e decoração. Ainda é um nicho de mercado incipiente, com volume total de 171 mil toneladas importadas em 2012, mas a Companhia acredita que nos próximos anos pode apresentar um crescimento rápido. No Brasil, as vendas de cimento branco vêm apresentando uma taxa anual de crescimento de 19% desde 2008, e a Companhia importou e vendeu, aproximadamente, 12% do volume total de mercado.

América do Norte

Na América do Norte, a Companhia comercializa cimento, concreto e agregados por meio de cinco sociedades nas quais detém participação acionária: Marys Cement Inc. (“*St Marys*”), Suwannee, Prestige Concrete Products (“*Prestige*”), Superior Material Holdings, LLC (“*Superior*”) e Prairie. A Companhia comercializa, ainda, seus produtos utilizando as seguintes marcas: Prairie, FiberMax, Redi-Fill, Pure Color, Prairie RCC e Prairie Aggregates. As operações da Companhia na América do Norte representaram 9,8% e 18,7% da receita total da Companhia relativa ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Na América do Norte, a Companhia vende cimento, concreto e agregados. Sua produção de cimento e concreto na América do Norte iniciou-se em 2001, por meio da aquisição da St Marys Cement Inc., ou St Marys, no Canadá. A Companhia também vende agregados como base para construção de estradas, fabricação de asfalto e outras aplicações na construção por meio da St Marys, no Canadá, e a Prairie, na região dos Grandes Lagos, nos Estados Unidos. Em 2003, a Companhia adquiriu, por meio de sua controlada Suwannee Holdings, a participação de 50% na Suwannee, como parte da *joint venture* com o Anderson Group, e entrou no mercado da Flórida, na época, um dos mercados mais atrativos de cimento e concreto da América do Norte. Posteriormente, a Companhia adquiriu novas fábricas de cimento, centrais de concreto, unidades de agregados e terminais de distribuição na região dos Grandes Lagos e na Flórida. Em 2008, a Companhia também adquiriu a Prairie, uma das maiores produtoras de concreto e agregados no centro-oeste dos Estados Unidos, presente nos Estados de Illinois, Indiana, Michigan e Wisconsin e na região dos Grandes Lagos. Além disso, em 2010 a VCNA celebrou um contrato de *joint venture* com a Edw. C. Levy Co. para a criação da Superior Material Holdings, LLC, uma companhia de concreto e materiais de construção com sede em Michigan.

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía uma participação de mercado de aproximadamente 27% na região dos Grandes Lagos e aproximadamente 8,7% no Estado da Flórida por meio de *joint venture*, segundo dados do USGS e *The Canada Cement Association in Ontario*. A Companhia opera em duas plantas de cimento no Canadá (St. Marys e Bowmanville, ambas localizadas na província de Ontário) e três plantas de cimento (Charlevoix, Michigan; Dixon, Illinois; e Suwannee, Florida – através de uma *joint venture* na qual detém participação de 50%) e duas moagens (Detroit, Michigan e Badger of Milwaukee, Wisconsin) nos Estados Unidos da América. Em 2012, as plantas de cimento na América do Norte atingiram uma taxa de utilização de 70%. Dados preliminares de 2012 sobre consumo de cimento indicam que houve aumento de 14,8% e 6,9% no consumo na Flórida e na região dos Grandes Lagos, respectivamente. Espera-se que o consumo na Flórida aumente 18,9% em 2013.

A tabela a seguir apresenta o volume de vendas, a capacidade instalada anual de cimento e algumas informações financeiras relativas às operações da Companhia na América do Norte nos períodos indicados:

América do Norte	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2012 ⁽¹⁾	2011 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
Volume de vendas:					
Cimento (em milhares de toneladas)	425	466	4.009	3.621	3.581
Agregados (em milhares de toneladas)	1.061	1.348	11.323	10.370	11.377
Concreto (em milhares de metros cúbicos)	411	434	3.923	3.984	4.151
Capacidade instalada anual de cimento					
Grandes Lagos (em milhares de toneladas)	5.174	5.174	5.174	5.174	5.174
Flórida (em milhares de toneladas) ⁽²⁾	–	–	420	420	420
Receita (em milhões de reais)	243,9	210,2	1.776,6	1.448,0	1.509,0
EBITDA Ajustado (em milhões de reais) ⁽³⁾	(35,1)	(44,1)	295,6	201,9	263,4
Margem de EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	(14,4)%	(21,0)%	16,6%	13,9%	17,5%

⁽¹⁾ Considera a participação proporcional nos dados operacionais, volume de vendas e resultado operacional das *joint ventures* em que a Companhia possui participação de 50% na América do Norte.

⁽²⁾ Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 2012, não considera a capacidade anual instalada das *joint ventures* em que a Companhia possui participação de 50% na América do Norte.

⁽³⁾ A Companhia define EBITDA mais resultados de participações societárias como lucro líquido *mais* resultados de participações societárias, *mais/menos* receita (despesa) financeira, *mais* depreciação, amortização e exaustão, *mais/menos* imposto de renda e contribuição social. A Companhia define EBITDA Ajustado como EBITDA mais resultados de participações societárias *menos/mais* certas operações sem efeito caixa consideradas excepcionais pela administração, *impairment* de ágio, dividendos recebidos *menos/mais* EBITDA de operações descontinuadas. Itens sem efeito caixa considerados excepcionais pela administração geralmente referem-se a ganhos/perdas em aquisições, alienações ou permuta de ativos e /ou o *impairment* relacionado. Para o cálculo do EBITDA mais resultados de participações societárias e EBITDA Ajustado e uma reconciliação entre o EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado para fins de uma comparação mais direta conforme o IFRS, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁴⁾ Margem de EBITDA Ajustado significa EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

Grandes Lagos

A St Marys fabrica diversos tipos de cimento para diferentes finalidades: normal, alta resistência inicial, baixo calor de hidratação, e resistência a sulfatos, bem como outros produtos complementares, como cimento ensacado ou a granel.

Desde a sua fundação, em 1912 em St. Marys, Ontario, a St Marys Cement é a maior produtora de cimento da região dos Grandes Lagos. Com seis plantas estrategicamente localizadas para atender clientes no Canadá e nos Estados Unidos e capacidade de produção acima de cinco milhões de toneladas métricas, a St Marys Cement participou de projetos marcantes, como CN Tower, Roy Thompson Hall, Maple Leaf Gardens e Darlington Nuclear Station, bem como outros tantos projetos residenciais, cívicos e de engenharia que contribuíram significativamente com o crescimento e a prosperidade da região.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Constituída na província de Ontário, Canadá, e com sede em Toronto, a St Marys é a divisão de materiais de construção da St Marys Cement. A St Marys possui mais de 450 caminhões betoneira, além de 40 centrais de concreto. A St Marys, conta com 12 operações de areia e cascalho e jazidas, além de ser uma grande produtora de agregados, competindo no mercado da região sul de Ontário que consome mais de 140 milhões de toneladas de materiais de agregados anualmente.

A Prairie Materials é outra companhia da divisão de materiais de construção da Companhia na América do Norte. Proprietários, *designers* e construtores contam com a Prairie Material para adquirir produtos de concreto confiáveis e inovadores. Embora as misturas sob medida sejam preparadas para aplicações muito específicas, muitas delas se enquadram nas seguintes categorias: (1) concreto auto adensável e autocompactante, uma mistura de concreto extremamente maleável que pode ser colocada em elementos estruturais restritos e que se compacta por meio de seu próprio peso sem vibração; (2) concreto leve estrutural, próprio para aplicações estruturais, com densidade de 90-115 lb/ft³ em comparação com o concreto de peso normal de 140-150 lb/ft³, feito a partir de agregados especiais leves finos e grossos e incorporação de ar; (3) FiberMax, um concreto que apresenta menos rachaduras e retrações nas fases iniciais de assentamento e oferece suporte adicional aos agregados grossos em cada centímetro cúbico de aplicação de concreto; (4) agregados e materiais decorativos, como calcário claro, lajes e pedregulhos das jazidas e poços da Companhia em Illinois e Indiana.

A Superior, *joint venture* da Companhia com a Edw. C. Levy Co., é uma fornecedora de concreto com plantas localizadas no Estado de Michigan.

Flórida

A Companhia administra suas operações de cimento na Flórida por meio da Suwannee, uma *joint venture* com a Anderson Columbia Company, Inc. em que a Companhia, por meio de sua controlada Suwannee Holdings, detém uma participação de 50%. A Suwannee vende a maior parte de sua produção de cimento no Estado da Flórida e o restante na região sul da Geórgia. Além disso, a Companhia é titular de 100% da participação na Prestige Concrete Products ("Prestige"), na Flórida.

Os produtos de cimento da Suwannee consistem em cimento Tipo I e um cimento especial.

A Prestige possui 30 unidades fixas de blocos e concreto e fornece concreto de alta qualidade para projetos nas regiões norte e central da Flórida, sul da Geórgia, e nas cidades de Greensboro e Winston-Salem, na Carolina do Norte. A Prestige também conta com 14 unidades de gunite, com equipes no Texas, Califórnia e Carolina do Norte. A divisão de concreto da Prestige oferece uma ampla linha de produtos, desde concreto leve que permite flexibilidade no design até concreto de alta resistência inicial para construção de vias rápidas. A Prestige possui uma linha completa de aditivos e misturas, inclusive fibras estruturais, cinza leve, sílica ativa, redutores de água e agentes retardantes/acelerantes, entre outros. A divisão de concreto da Prestige também oferece uma linha completa de materiais de construção para empreiteiros de construções de concreto, como tela metálica, cimento de alvenaria, rejuntas e juntas de dilatação.

A divisão de blocos de concreto da Prestige produz blocos leves. Por meio da Prestige, a Companhia é proprietária de uma planta moderna em Groveland, na Flórida, que fabrica, de maneira consistente, blocos que atendem, ou ultrapassam, todos os padrões de resistência, peso e tamanho da ASTM International (originalmente conhecida como *American Society for Testing and Materials*).

América do Sul (exceto Brasil)

A tabela a seguir apresenta as participações da Companhia nas companhias indicadas:

Companhia	Participação (%)	Jurisdição
Cementos Bío Bío S.A. ⁽¹⁾	16,70	Chile
Avellaneda ⁽²⁾	49,00	Argentina
Artigas ⁽³⁾	51,00	Uruguai
Itacamba	66,71	Bolívia

⁽¹⁾ Em 18 de abril de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 1,55% na Bío Bío, passando a deter 16,70% de participação nesta sociedade.

⁽²⁾ Em 3 de abril de 2013, a Companhia, por meio de sua controlada Votorantim Europe, S.L., Unipersonal ("Votorantim Europe"), passou a deter 49,0% de participação na Avellaneda. Para informações adicionais, ver item "6.5 – Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas."

⁽³⁾ Em 3 de abril de 2013, a Companhia, por meio de sua controlada Votorantim Europe, passou a deter 51,0% de participação na Artigas. Para informações adicionais, ver item "6.5 – Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas."

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A tabela a seguir apresenta as informações operacionais da Companhia na América do Sul (exceto o Brasil) nos períodos indicados:

América do Sul (exceto o Brasil)	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2012	2011	2010
Volume de vendas (consolidada):					
Cimento (em milhares de toneladas)	1.179	1.148	4.408	4.588	3.973
Concreto (em milhares de metros cúbicos)	840	896	3.353	3.136	2.556
Capacidade instalada anual de cimento (em milhares de toneladas):					
Argentina	2.805	2.805	2.805	2.805	2.805
Bolívia	200	200	200	200	200
Chile.....	2.245	2.245	2.245	2.245	2.245
Uruguai	517	517	517	517	517

A Avellaneda opera duas plantas de cimento integradas na Argentina, Olavarría e San Luiz, e seis centrais de concreto. A Avellaneda vende a maior parte de sua produção na região de Buenos Aires, mas também comercializa seus produtos em Cuyo e exporta uma pequena parcela para o Paraguai.

A Artigas produz clínquer na planta de Minas e o transporta até Sayago, uma moagem de cimento localizada nas proximidades de Montevideo. A Artigas é um *player* significativo por ser uma das duas únicas produtoras de clínquer no Uruguai. A Artigas produz cimento, cimento de alvenaria e adesivo. Além disso, a Artigas possui três centrais de concreto e uma unidade de agregados.

A Bío Bío possui uma moagem e três plantas de cimento integradas, além de 56 centrais de concreto e 17 unidades de agregados. A maior parte do cimento é vendida a concreteiras, e a Bío Bío possui uma participação significativa deste mercado. Além de cimento e concreto, a Bío Bío produz calcário por meio da Bío Bío Cales.

Europa, Ásia e África

Na Europa, Ásia e África, a Companhia produz e vende cimento, concreto, agregados, argamassas e outros materiais básicos de construção por meio de diversas sociedades. Na Espanha, a Companhia atua principalmente por meio da Cementos Cosmos S.A., Cementos Teide S.L.U. (antigamente denominada Cimpor Canarias, S.L.) e Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A., utilizando as marcas Cementos Cosmos, Cementos de Andalucía e Cementos Teide para divulgar seus produtos de cimento, a marca Cimpor Hormigón para divulgar seu concreto, a marca Cimpor Áridos para os agregados e a marca Pulmor para as argamassas. No Marrocos, a Companhia atua principalmente por meio da Cementos Asment EAA e divulga seus produtos de cimento por meio da marca Asment Temara, seu concreto por meio da marca Betocim e os agregados por meio da marca Grabemaro. Na Tunísia, a Companhia atua principalmente por meio de duas sociedades – Societe des Ciments de Jbel Oust e Terminal Cementier Gabes, e divulga seus produtos de cimento por meio da marca Ciments Jbel Oust. Na Turquia, a Companhia atua principalmente por meio da Çimento Sanayi e Yibitas Yozgat Isci Birliđi Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayl A.Ş. e divulga seus produtos de cimento por meio da marca Cimpower. Na Índia, a Companhia atua principalmente por meio da Shree Digvijay Cement Company Limited e divulga seus produtos de cimento por meio da marca Kamal.

Na China, a Companhia possui ativos de produção de cimento principalmente por meio da Cimpor Macau, embora não pretenda dar continuidade às operações na China e já tenha implantado um plano para vender seus ativos em 2013.

O processo de aquisição de subsidiárias na Europa, Ásia e África começou em 25 de junho de 2012, a Companhia celebrou um acordo de permuta de ativos com a Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. e a InterCement Austria Holding GmbH, segundo o qual acordou a troca da sua participação de 21,21% na Cimpor pelas subsidiárias da Cimpor, incluindo ativos de produção da Cimpor na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China, e sua subsidiária, incluindo uma jazida de calcário no Peru, e 21,21% da dívida líquida consolidada da Cimpor. Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia concluiu essa operação, o que resultou em um aumento de sua capacidade instalada anual total de produção de cimento em 16,3 milhões de toneladas. Em virtude de alguns ajustes após fechamento da transação, a Companhia pagou €57,0 milhões à InterCement Austria Holding GmbH em 21 de janeiro de 2013.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Em virtude da permuta de ativos da Cimpor em 2012, a Companhia possui 13 plantas de cimento, uma planta de clínquer, oito moagens, 78 centrais de concreto, 22 unidades de agregados, cinco plantas de argamassa e uma planta de cal hidratada.

A tabela abaixo apresenta o volume vendido da Companhia na Europa, Ásia e África nos períodos abaixo indicados:

Europa, Ásia e África ⁽¹⁾	Período de três meses encerrado em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2013	2012
Volume de vendas (em milhares de toneladas):		
Cimento e clínquer	2.248	10.189
Capacidade instalada anual (em milhares de toneladas):		
Espanha	3.215	3.215
Marrocos	1.239	1.239
Tunísia	1.750	1.750
Turquia	3.028	3.028
Índia	1.154	1.154
China	5.962	5.962
Receita (em milhões de reais)	331,5	—
EBITDA Ajustado (em milhões de reais) ⁽²⁾	59,9	—
Margem de EBITDA Ajustado ⁽³⁾	18,1%	—

⁽¹⁾ A Companhia começou a consolidar essas informações apenas a partir de 21 de dezembro de 2012, data em que concluiu a permuta de ativos da Cimpor em 2012.

⁽²⁾ A Companhia define EBITDA mais resultados de participações societárias como lucro líquido *mais* resultados de participações societárias, *mais/menos* receita (despesa) financeira, *mais* depreciação, amortização e exaustão, *mais/menos* imposto de renda e contribuição social. A Companhia define EBITDA Ajustado como EBITDA mais resultados de participações societárias *menos/mais* certas operações sem efeito caixa consideradas excepcionais pela administração, *impairment* de ágio, e dividendos recebidos *menos/mais* EBITDA de operações descontinuadas. Itens sem efeito caixa considerados excepcionais pela administração geralmente referem-se a ganhos/perdas em aquisições, alienações ou permuta de ativos e /ou o *impairment* relacionado. Para o cálculo do EBITDA mais resultados de participações societárias e EBITDA Ajustado e uma reconciliação entre o EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado para fins de uma comparação mais direta conforme o IFRS, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ Margem de EBITDA Ajustado significa EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

Espanha

A Companhia produz e vende cimento, concreto e argamassa.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, aproximadamente 79% do volume de vendas da Companhia na Espanha corresponderam a vendas de cimento a granel e 21% a vendas de cimento ensacado. O cimento a granel é principalmente utilizado na produção de concreto e em projetos de infraestrutura, enquanto os sacos de 25 kg de cimento são principalmente voltados ao varejo.

Marrocos

A Companhia produz e vende cimento, concreto e agregados.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, aproximadamente 19% do volume de vendas da Companhia no Marrocos corresponderam a vendas de cimento a granel e 81% a vendas de cimento ensacado. O cimento a granel é predominantemente utilizado na produção de concreto e projetos de infraestrutura, enquanto sacos de cimento de 50 kg são mais voltados ao varejo.

Tunísia

A Companhia produz e vende cimento, agregados e cal hidratada.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, aproximadamente 10% do volume de vendas da Companhia na Tunísia corresponderam a cimento a granel e 90% a cimento ensacado. O cimento a granel é predominantemente utilizado na produção de concreto e projetos de infraestrutura, enquanto os sacos de cimento de 50 kg são mais voltados ao varejo na Tunísia, e pequenas quantidades são exportadas à Argélia e Líbia por caminhões.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Turquia

A Companhia produz e vende cimento, concreto e agregados.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, aproximadamente 17% do volume de vendas da Companhia na Turquia corresponderam a vendas de cimento a granel e 83% a vendas de cimento ensacado. O cimento a granel é predominantemente utilizado na produção de concreto e projetos de infraestrutura, enquanto os sacos de cimento de 50 kg são mais voltados ao varejo.

Índia

A Companhia produz e vende cimento.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, aproximadamente 8% do volume de vendas da Companhia na Índia corresponderam a vendas de cimento a granel e 92% a vendas de cimento ensacado. O cimento a granel é predominantemente utilizado na produção de concreto e projetos de infraestrutura, enquanto os sacos de cimento de 50 kg são mais voltados ao varejo. A Companhia distribui cimento por meio de caminhões ou por trens, em caso de pequena quantidade.

China

A Companhia produz e vende cimento e clínquer. A Companhia opera duas plantas de cimento integradas na província de Shandong, em Zaozhuang e Shandong; uma unidade de produção de clínquer na província de Jiangsu em Liyang; e dois moinhos, um em Suzhou e outro em Huaian. A capacidade instalada anual de produção de cimento da Companhia na China é de 6,0 milhões de toneladas. A Companhia não pretende continuar as suas operações na China e elaborou um plano para venda desses ativos e passivos. Conseqüentemente, esses ativos e passivos são incluídos em um grupo mantido para venda e são apresentados em uma linha separada no balanço patrimonial.

As plantas de cimento da Companhia estão localizadas na região nordeste da China, próximas a grandes centros urbanos, tais como Shanghai, e onde um grande número de pequenas e médias produtoras de cimento atua. O mercado de cimento nessa região está passando por uma fase de consolidação liderada por alguns dos maiores produtores chineses de cimento, os quais criaram condições de mercado atrativas para a venda de ativos localizados nesta área.

Em 16 de abril de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 30% na Cimpor Macau na China. – Investment Company S.A. na China. Tal aquisição faz parte da estratégia da Companhia para facilitar o processo de venda de suas operações na China. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia detém uma participação societária de 80% da Cimpor Macau.

A Companhia não pretende continuar as suas operações na China e elaborou um plano para venda destes ativos. Conseqüentemente, estes ativos são incluídos em um grupo mantido para venda e são apresentados em uma linha separada no balanço patrimonial.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A Companhia organiza-se em áreas geográficas e possui três segmentos operacionais com base na localização de seus principais ativos: (1) Brasil (incluindo as operações na América do Sul); (2) América do Norte; e (3) a partir de 21 de dezembro de 2012, quando foi concluída a permuta de ativos da Cimpor, Europa, África e Ásia.

Tendo em vista que a permuta de ativos da Cimpor foi concluída em 21 de dezembro de 2012, as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 incluem informações segmentadas no balanço patrimonial para os três segmentos operacionais, mas na demonstração de resultado apenas para dois segmentos: (1) Brasil (incluindo as operações da Companhia na América do Sul); e (ii) América do Norte. A partir de 1º de janeiro de 2013, as demonstrações financeiras da Companhia passaram a incluir informações sobre os três segmentos operacionais descritos acima.

A Companhia não divulgou a participação da receita proveniente de vendas e serviços na receita líquida total nos últimos 3 exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(em R\$ milhares)	Período de três meses encerrado em 31 de março de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2013		2012		2012		2011		2010	
	Receita Líquida	% do total (A.V.)	Receita Líquida	% do total (A.V.)	Receita Líquida	% do total (A.V.)	Receita Líquida	% do total (A.V.)	Receita Líquida	% do total (A.V.)
Segmento										
Brasil (incluindo as operações na América do Sul)	1.905.383	76,8	1.847.568	89,8	7.705.102	81,26	7.250.396	83,35	6.538.100	81,25
América do Norte	243.875	9,8	210.216	10,2	1.776.571	18,74	1.447.956	16,65	1.508.981	18,75
Europa, África e Ásia ⁽¹⁾	331.526	13,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita líquida total	2.480.784	100	2.057.784	100	9.481.673	100	8.698.352	100	8.047.081	100

⁽¹⁾ Considerando-se o curto período de tempo entre a data de conclusão da combinação de negócios, em 21 de dezembro de 2012, e o encerramento do exercício fiscal assim como o reduzido volume de operações como resultado dos feriados no final do ano, a Companhia passou a consolidar efetivamente o resultado da Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. a partir de 31 de dezembro de 2012. A Companhia estima que a receita e o lucro líquido no período entre 21 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 são imateriais em relação à receita e ao lucro líquido da Companhia no exercício.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não divulgou a participação dos segmentos de atuação no seu lucro líquido nos últimos 3 exercícios sociais e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

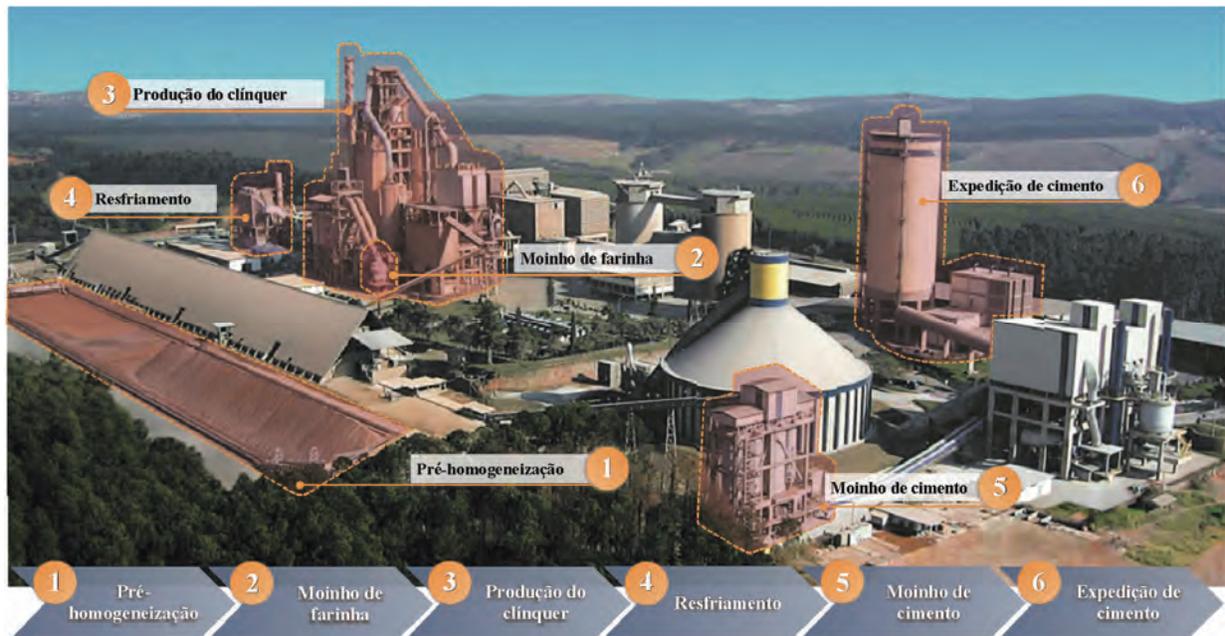
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

Processo de Produção

Cimento

Calcário, argila e componentes menores (como areia, bauxita e minério de ferro) são extraídos de jazidas de propriedade da Companhia ou adquiridos de terceiros, ou por ela operadas, para a fabricação de cimento por meio de um processo de produção altamente automatizado, monitorado por computadores, que envolve as seis etapas a seguir:



1. Pré-homogeneização

As rochas de calcário são carregadas e transportadas ao britador primário, localizado próximo à jazida. No britador, as rochas de calcário são reduzidas a fragmentos de aproximadamente 2,5-8 cm. Esse calcário britado é transportado à planta de cimento por caminhão ou correia transportadora. A argila também é transportada por caminhões até as plantas. Na planta de clínquer, o calcário britado é misturado em pilhas de pré-homogeneização para redução da variação de suas propriedades químicas.

2. Moinho de farinha

O calcário, a argila e outros componentes menores pré-misturados são combinados. Essa mistura passa por um moinho que produz a mistura de argila e calcário a um pó chamado de “farinha” ou “cru”, que é armazenado em silos para que ocorra a homogeneização, garantindo assim as exigências de qualidade e regularidade fundamentais para a produção de clínquer.

3. Produção do clínquer

A farinha passa por um pré-aquecedor ou calcinador, onde é pré-aquecida para que o calcário se transforme em óxido de cálcio. Após o processamento na torre, a farinha é alimentada nos fornos rotativos, onde o calor intenso produzido pela queima de coque de petróleo e combustíveis alternativos faz com que o óxido de cálcio sofra uma fusão parcial com o minério de ferro, alumínio e sílica (da argila) e forme uma mistura de silicatos de cálcio e outros silicatos, chamados de “clínquer”. Nessa etapa, a temperatura no forno atinge cerca de 1.450 °C. Algumas das plantas da Companhia, referidas como unidades de clínquer, são exclusivamente dedicadas à produção de clínquer.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

4. Resfriamento

Para finalizar o processo de produção do clínquer, o material é resfriado no resfriador e a temperatura reduzida para menos de 150°C para poder ser manuseado e ter suas propriedades físico-químicas otimizadas.

5. Moinho de cimento

O clínquer é transportado para as moegas onde as outras matérias-primas ficam armazenadas, como, gesso, calcário, pozolana e escória. Dependendo da porcentagem de cada matéria-prima, obtém-se um tipo determinado de cimento, de acordo com as especificações técnicas de cada país. A mistura final é moída no moinho até se transformar em um pó fino, o produto de cimento final. Esses moinhos de cimento podem fazer parte de uma planta de cimento integrada ou operar em unidades separadas, referidas como moagens.

6. Expedição de cimento

Após o processo de moagem final, o cimento é estocado em silos, e pode ser expedido a granel ou ensacado (por via férrea ou rodoviária) por ensacadeiras rotativas.

Concreto

Uma central de concreto consiste basicamente em silos de estocagem de areia, brita e cimento e uma pá carregadeira. A figura abaixo ilustra o processo de produção de concreto em oito etapas:



1. Entrada

O concreto é produzido por meio da mistura de cimento, agregados, água e aditivos. Os componentes do concreto são recebidos por pessoal treinado e testados por amostragem. Após a verificação, os componentes são enviados aos silos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

2. Estocagem

As plantas de cimento da Companhia estão equipadas com modernos sistemas de desempoeiramento e de controle de emissões gasosas para reduzir o impacto ambiental do processo de fabricação de cimento, além de rigorosos sistemas de controle de qualidade que permitem que a Companhia ofereça produtos de altíssima qualidade e regularidade a seus clientes.

3. Moegas

Uma pá carregadeira transporta os agregados ao silo, onde uma esteira abastece as caixas de agregados. A areia, a brita e outros produtos possuem suas respectivas moegas. Um sistema automatizado emite um alerta sempre que alguma moega estiver com nível baixo de estoque para que seja reabastecida.

4. Ponto de carga

Os materiais que compõem o concreto são separados e pesados na moega de agregados e transportados pela esteira até o ponto de carga, onde são carregados em caminhões betoneira. O cimento que cai dos silos localizados acima é misturado com água e aditivos. Esse processo é automatizado e controlado a partir da sala de comando.

5. Sala de comando

A sala de comando controla toda a produção da central. Existem diferentes especificações de concreto para diferentes aplicações e é na sala de comando que os pedidos dos clientes são processados.

6. Bate lastro

Uma vez carregados, os caminhões betoneira seguem para o bate lastro, onde o concreto é misturado por aproximadamente dez minutos.

7. Saída

Com o concreto misturado e pronto para ser entregue, o caminhão betoneira é lacrado e deixa a planta. O lacre é a garantia do cliente de que o caminhão saiu da central e chegou ao local de entrega sem extravio. A nota fiscal é entregue mediante o recebimento da mercadoria.

8. Laboratório

A cada 20 metros cúbicos de concreto produzido pelas centrais (enquanto a norma prevê uma modelagem a cada 50 metros cúbicos) é feita uma coleta de material para análise em laboratório. Esta amostra chama-se corpo de prova, que é moldado no local da obra pelo motorista (em geral são quatro exemplares coletados por uma equipe de motoristas do laboratório no prazo máximo de 48 horas). Estes corpos de prova são recebidos no laboratório, identificados e armazenados em câmara úmida (ou tanque com água com temperatura controlada) até a data do teste. Após esse processo, eles são rompidos em prensas automatizadas no laboratório sete e 28 dias após sua retirada. Os resultados são analisados, tornando possível o controle da qualidade do material produzido nas centrais.

Agregados

Antes de iniciar o processo de lavra do mineral para a produção de agregados, é preciso retirar a camada superior de terra ou estéril. Esses materiais são carregados nos caminhões e depositados em pilhas de estéril. A camada de solo vegetal é removida separadamente e armazenada para a reabilitação ambiental da área onde foram extraídos os minérios.

A extração de agregados se inicia com um plano de perfuração e detonação. São identificados os locais exatos onde a rocha será perfurada para a colocação dos explosivos. O equipamento utilizado chama-se perfuratriz, que gera furos de, geralmente, 3,5" a 4,5" de diâmetro e 15 metros de profundidade.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

As rochas de tamanho compatível com o britador primário são carregadas por escavadeiras nos caminhões rodoviários ou “fora-da-estrada”. Os caminhões descarregam este produto no britador primário.

Argamassa e outros materiais básicos de construção

A Companhia produz argamassa, inclusive argamassas básica e colante, em cinco etapas: (1) transporte de matérias-primas para a produção de argamassa (cimento, areias e aditivos especiais) para os silos onde ocorre a dosagem automática para dentro de um misturador de alto desempenho; (2) o misturador de matéria-prima forma uma argamassa perfeitamente homogênea e de alta qualidade; (3) acondicionamento por meio de ensacadeiras controladas por computador; (4) carregamento automatizado dos sacos sobre os *pallets*; e (5) estocagem da argamassa ensacada em galpões e expedição para os clientes e centros de distribuição.

Dentro do sistema Matrix de distribuição a granel, a argamassa é fabricada e estocada em silos. Depois é transportada em caminhões próprios e, ao chegar na obra, é descarregada em silos móveis.

A cal é outro produto extraído do calcário por meio de controles industriais rígidos que é selecionada, moída e submetida a temperaturas elevadas (acima de 1.000 graus Celsius) em modernos fornos industriais. Esse processo de “queima” é chamado de calcinação. Desse processo, é obtida a cal virgem, um composto de óxidos de cálcio e magnésio amplamente utilizado na construção civil em todo o mundo. O controle de qualidade da produção de cal inicia-se no depósito, com a escolha adequada de matérias-primas, e continua em todas as etapas de produção, especialmente antes da “queima”.

Seguro

A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de danos a terceiros, e coberturas e condições comparáveis àquelas contratadas por companhias semelhantes no Brasil, América do Norte, Europa, Ásia e África.

A Companhia possui seguro de propriedade e de interrupção de negócios com cobertura de danos às suas sete plantas mais importantes no Brasil, que representam aproximadamente 65,2% de seus ativos totais. A Companhia baseia suas decisões acerca da cobertura de seguro em análises de risco conduzidas por seus consultores de seguro. As plantas na América do Norte, Europa, Ásia e África possuem seguro de propriedade e interrupção de negócios cobrindo as plantas, equipamentos e estoques contra riscos operacionais e determinados casos fortuitos.

b) características do processo de distribuição

Brasil

No Brasil, a Companhia possui 16 plantas de cimento, 11 moagens, 110 centrais de concreto, 28 unidades de agregados, uma unidade de cal e oito plantas de argamassa, bem como 27 jazidas de calcário. Em 2012, suas plantas de cimento possuíam taxa de utilização de 90%.

As jazidas se localizam ao lado ou relativamente próximas às plantas de cimento da Companhia. Algumas instalações servem apenas como moinhos, uma vez que determinadas áreas não possuem reservas suficientes de calcário e é mais fácil e mais barato transportar clínquer do que calcário. A Companhia também possui instalações próximas a grupos de clientes e fontes de matéria-prima, como o clínquer, produzido pela Companhia ou comprado de terceiros, além de outros aditivos como escória, cinza volante e pozolana, reduzindo assim os custos com frete.

A Companhia implantou um sistema de qualidade de produção em todas as plantas de cimento, chamada Sistema de Produção Votorantim Cimentos (“VCPS”), para a introdução das melhores práticas de produção de cimento. Todas as plantas procuram manter os padrões ISO referentes ao meio ambiente e aos processos de qualidade.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela a seguir apresenta informações relacionadas às instalações de produção da Companhia no Brasil em 31 de março de 2013:

Unidades de produção	Tipo de planta	Estado	Ano de início das operações
Brasil⁽¹⁾:			
Sudeste:			
1. Cantagalo	Cimento	Rio de Janeiro	1975/1982
2. Sepetiba.....	Moagem	Rio de Janeiro	2010/2011
3. Volta Redonda	Moagem	Rio de Janeiro	1943
4. Itaú de Minas	Cimento	Minas Gerais	1973/1984/1996
5. Salto de Pirapora	Cimento	São Paulo	1977/2011
6. Santa Helena	Cimento	São Paulo	1970/1977/1986
7. Cubatão	Moagem	São Paulo	1986
8. Ribeirão Grande.....	Cimento	São Paulo	1977/1978
Sul:			
9. Pinheiro Machado	Cimento	Rio Grande do Sul	1972/1980
10. Vidal Ramos.....	Cimento	Santa Catarina	2011
11. Rio Branco	Cimento	Paraná	1976/1983/1984/1995
12. Itaú do Paraná	Cimento	Paraná	1973
13. Itajaí	Moagem	Santa Catarina	1943
14. Esteio	Moagem	Rio Grande do Sul	1952
15. Imbituba	Moagem	Santa Catarina	2011
Centro-Oeste:			
16. Sobradinho.....	Cimento	Distrito Federal	1972/1983/1996
17. Corumbá	Cimento	Mato Grosso do Sul	1989
18. Nobres	Cimento	Mato Grosso	1991
19. Cuiabá	Cimento	Mato Grosso	2012
Nordeste:			
20. Cearense	Cimento	Ceará	1980/1994
21. Cimesa.....	Cimento	Sergipe	1983/1998/2006
22. Pecém.....	Moagem	Ceará	2008
23. Poty.....	Moagem	Pernambuco	2011
24. São Luis.....	Moagem	Maranhão	2011
Norte:			
25. Porto Velho	Moagem	Rondônia	2009
26. Xambioá.....	Cimento	Tocantins	2009
27. Barcarena	Moagem	Pará	2007

⁽¹⁾ Não inclui as instalações de produção da Mizu e da Sirama.

A Companhia armazena o cimento que produz em silos em suas plantas no Brasil antes do ensacamento por ensacadeiras rotativas automatizadas ou da entrega em caminhões, no caso de vendas a granel. Após o ensacamento, a maior parte do cimento é paletizada e despachada aos armazéns ou enviada diretamente ao cliente final. A Companhia possui sistemas de paletização em todas as plantas de cimento e moagens para o ensacamento do cimento. Também é proprietária de todos os seus armazéns, localizados em todo o território nacional e utilizados exclusivamente para o armazenamento de cimento e argamassa.

A Companhia se beneficia da proximidade de suas fábricas de cimento dos principais centros comerciais no Brasil. A proximidade regional reduz os custos de distribuição e tempo de entrega. Devido aos custos de transporte relativamente altos, a maioria do cimento consumido no Brasil é feito dentro de uma distância relativamente curta da unidade na qual é produzido. Os clientes recebem o cimento em uma das plantas ou armazéns da Companhia ou diretamente no local por eles determinado e, neste caso, a entrega é feita por caminhões de transportadoras terceirizadas contratados exclusivamente para esse propósito. A estratégia de distribuição é planejada para que a venda de cimento aos clientes ocorra ao menor custo líquido, e a produção nas plantas é coordenada para determinar qual unidade é capaz de entregar o cimento de maneira mais eficiente aos clientes.

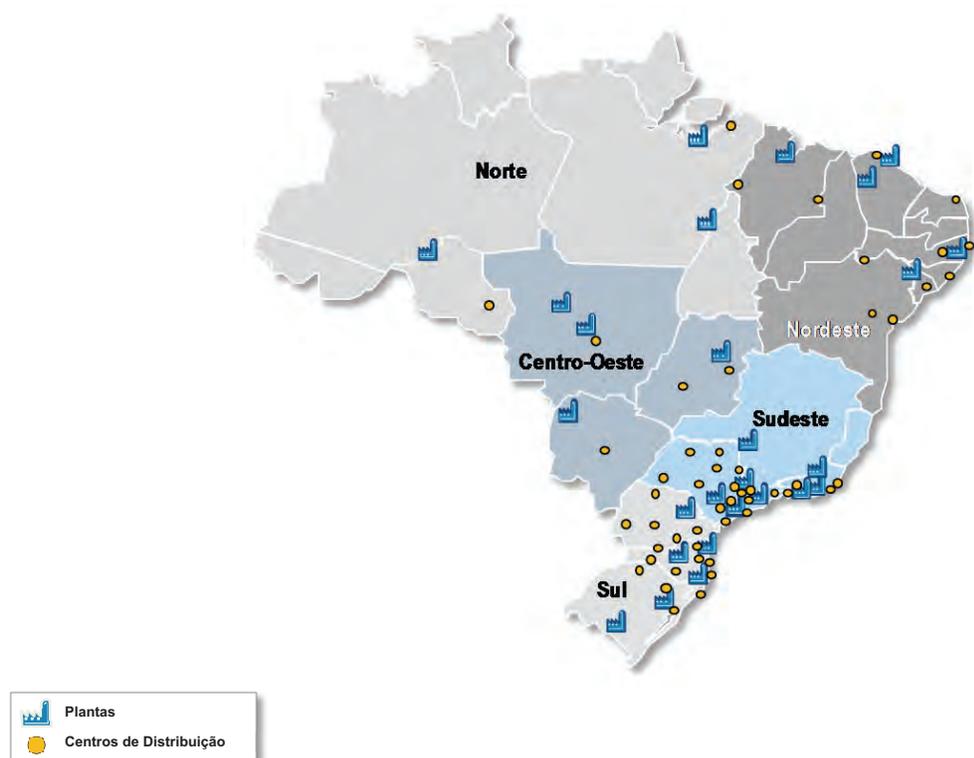
Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e o período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia realizou investimentos de R\$681,0 milhões, R\$1.332,5 milhões, R\$1.171,3 milhões e R\$213,1 milhões, respectivamente, em todo o Brasil, para aumentar a capacidade de produção em 29,7%, de 23,2 milhões de toneladas em 31 de dezembro de 2010 para 30,1 milhões de toneladas em 31 de março de 2013. A Companhia está construindo novas plantas abrangendo todos os produtos e ampliando e modernizando instalações já existentes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A meta é continuar a se aproximar cada vez mais do cliente final para acompanhar o crescimento do consumo de cimento no Brasil.

A rede operacional é utilizada para promover as marcas e os produtos, bem como para manter a Companhia informada sobre tendências e desenvolvimentos de mercado. A Companhia acredita que sua rede de distribuição, níveis de qualidade e relacionamento de longo prazo com clientes ajudarão no desenvolvimento de um forte reconhecimento de marca.

O mapa a seguir apresenta os centros de distribuição e a rede de transportes no Brasil:



Em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia entregou aproximadamente 69% do cimento vendido no Brasil em sacos industriais a varejistas que comercializam materiais de construção, distribuidores e construtoras. Os restantes 31% do cimento foram entregues a granel a concreteiras, indústrias que utilizam o cimento como matéria-prima e a clientes finais. Além disso, a Companhia vende cimento a granel a companhias que produzem elementos pré-fabricados de concreto.

A Companhia também vende cimento para projetos específicos de infraestrutura, como as usinas hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. A Companhia geralmente celebra contratos de fornecimento de longo prazo para esses projetos específicos.

As condições de pagamento oferecidas aos clientes geralmente são em média de 17 dias após a venda (a Companhia não disponibiliza financiamento aos fornecedores). A Companhia realiza análises de crédito de clientes potenciais e considera insignificante seu nível de créditos de liquidação duvidosa.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

América do Norte

Grandes Lagos

Os negócios da Companhia na região dos Grandes Lagos incluem cinco plantas de cimento, duas moagens, 140 centrais de concreto e 34 unidades de agregados. A tabela abaixo apresenta as informações relacionadas às plantas da Companhia na região dos Grandes Lagos:

Unidades de produção na região dos Grandes Lagos	Tipo de planta	Estado/ Província	Ano de início das operações
Canadá:			
Bowmanville.....	Cimento	Ontário	1968/1991
St Marys.....	Cimento	Ontário	1912/1977
Estados Unidos:			
Detroit.....	Moagem	Michigan	1977/1991
Badger.....	Moagem	Wisconsin	2001
Charlevoix.....	Cimento	Michigan	1996
Dixon-Marquette.....	Cimento	Illinois	1955/1965

Além disso, as plantas da Companhia, a saber, Bowmanville, St. Marys, Detroit e Charlevoix receberam a certificação ISO 14001 em virtude de seus projetos de proteção ambiental. A planta de Detroit também recebeu a certificação em sistema OHSAS 18001 em virtude de seu programa de segurança e saúde ocupacional.

A Companhia distribui seus produtos por meio de uma moderna rede de terminais por toda a região dos Grandes Lagos, que é abastecida por barcas, ferrovias e caminhões.

Na região dos Grandes Lagos, a Companhia atende os Estados de Wisconsin, Illinois, Indiana, Michigan, Ohio e Nova York, nos Estados Unidos, e a província de Ontário, no Canadá. Em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia vendeu aproximadamente 95% e 70%, respectivamente, de seu cimento a granel na região dos Grandes Lagos a concreteiras. Além disso, a Companhia vende cimento a granel a companhias que produzem elementos pré-fabricados de concreto e construtoras.

As condições de pagamento oferecidas aos clientes geralmente são de aproximadamente 66 dias após a venda (a Companhia não disponibiliza financiamento aos fornecedores). A Companhia realiza análises de crédito de clientes potenciais e considera insignificante seu nível de créditos de liquidação duvidosa.

Flórida

Os negócios da Companhia na Flórida incluem uma planta de cimento, 27 centrais de concreto, 3 unidades de blocos e 14 unidades de gunita.

Unidades de produção na Flórida	Tipo de planta	Estado/ Província	Ano de início das operações
Suwannee ⁽¹⁾	Cimento	Flórida	2003

⁽¹⁾ Por meio de *joint venture* na Flórida com a Anderson Columbia Company, Inc. na qual a Companhia, por meio de sua controlada Suwannee Holdings, possui participação de 50%.

A planta de cimento da Suwannee recebeu a certificação ISO 14001 por seus programas de proteção ambiental. Além disso, também recebeu a certificação em sistema OHSAS 18001 em virtude de seu programa de segurança e saúde ocupacional.

Em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Suwannee vendeu aproximadamente 90% e 95%, respectivamente, de sua produção no Estado da Flórida e o restante na região sul da Geórgia. As vendas de cimento da Suwannee são predominantemente realizadas a granel, sendo que, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e em 2012, aproximadamente 49% e 75% das vendas destinaram-se a produtoras de concreto, respectivamente, e o restante destinou-se a produtoras especializadas e de concreto pré-moldado.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Ao iniciar suas operações, a Suwannee vendia 180 mil toneladas métricas de cimento anualmente. Em 2004, a estimativa inicial de vendas foi de 400 mil *short tons*, mas as vendas reais do ano foram mais do que o dobro desse valor. Desde então, a produção anual vem atendendo, e até superando, consistentemente, as necessidades dos clientes da Suwannee. Com capacidade total de quase um milhão de *short tons*, a Suwannee continua a estabelecer padrões de *compliance* ambiental, de qualidade, segurança e saúde nos mercados em que atua. A Companhia acredita que existem oportunidades de crescimento uma vez que a Suwannee pretende ganhar novos mercados no futuro próximo para atender melhor às exigências de seus clientes.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Prestige vendeu aproximadamente 86% de sua produção na Flórida, 8% na Carolina do Norte, 4% na Califórnia e 2% no Texas. A Prestige realiza sua distribuição principalmente por meio de caminhões. Desde que a Companhia adquiriu participação na Prestige em outubro de 2007, embora o consumo de concreto na Flórida tenha diminuído em aproximadamente 52%, a Prestige manteve uma participação de mercado de aproximadamente 4%.

As condições de pagamento eram, em geral, de aproximadamente 40 dias, mas foram estendidas para aproximadamente 50 dias. A Companhia acredita que possui reservas suficientes para cobrir os créditos de liquidação duvidosa.

América do Sul (exceto Brasil)

Os negócios da Companhia na América do Sul (exceto no Brasil) incluem cinco plantas de cimento, três moagens, 65 centrais de concreto, 18 unidades de agregados, uma unidade de argamassa, três plantas de cal e uma jazida de calcário. Abaixo, seguem informações relacionadas às plantas da Companhia na América do Sul (exceto Brasil):

Unidades de produção na América do Sul (exceto Brasil)	Tipo de planta	Estado/Província	Ano de início das operações
Chile:			
San Antonio.....	Moagem	Valparaíso	2012
Antofagasta.....	Cimento	Antofagasta	1975
Curicó.....	Cimento	Maule	1998
Talcahuano.....	Cimento	Bío Bío	1961
Argentina:			
Olivarria.....	Cimento	Buenos Aires	1919
San Luis.....	Cimento	Cuyo	1990
Uruguai:			
Sayago.....	Moagem	Montevideo	1996
Bolívia:			
Itacamba.....	Moagem	Santa Cruz	1997

Cada uma das plantas da Companhia localizadas no Chile, Argentina, Uruguai e Bolívia receberam a certificação ISO 14001 em virtude de seus projetos de proteção ambiental. Além disso, as plantas da Argentina, Uruguai e Bolívia receberam a certificação ISSO 9000.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Avellaneda opera duas plantas integradas na Argentina, Olavarría e San Luiz. A primeira localiza-se próximo a Buenos Aires, seu mercado mais importante, e a segunda, na região oeste de Cuyo, na província de San Luis. A Avellaneda vende a maior parte de sua produção na região de Buenos Aires, mas também comercializa seus produtos em Cuyo e exporta uma pequena parcela para o Paraguai. A Avellaneda distribui sua produção principalmente por meio de caminhões.

A Artigas possui duas plantas no Uruguai, Minas e Sayago. A Artigas produz clínquer na planta de Minas e o transporta até Sayago, uma moagem de cimento localizada nas proximidades de Montevideo, com capacidade instalada anual de aproximadamente 500 mil toneladas. A Artigas é um *player* significativo por ser uma das duas únicas produtoras de clínquer no Uruguai. A Artigas produz cimento, cimento de alvenaria e adesivo. A Artigas vendeu, em 2012, parte de sua produção de clínquer à outra companhia produtora de clínquer no Uruguai, a ANCAP. A Artigas vende a maior parte de sua produção de cimento por meio de distribuidores ou de sua companhia de concreto. O principal cliente de concreto da Artigas é a Montes del Plata, uma planta de celulose que está em fase de construção no Uruguai. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Artigas vendeu aproximadamente 80.000 e 11.140 metros cúbicos, respectivamente, para a Montes del Plata.

A Bío Bío possui quatro plantas distribuídas em todo o Chile. Na região central, a Bío Bío possui um moinho, San Antonio, e uma planta integrada. Nas regiões sul e norte, as duas plantas são integradas. Adicionalmente, a Bío Bío possui 56 centrais de concreto e 17 unidades de agregados. Em geral, o Chile possui um segmento de construção bastante industrializado que deixa menos espaço aos negócios de varejo do que outros países da América do Sul como o Brasil. A maior parte do cimento é vendida a concreteiras, sendo distribuída por meio de caminhões, e a Bío Bío possui uma participação significativa deste mercado. Na região norte, a demanda por cimento e concreto é impulsionada por importantes projetos de infraestrutura, principalmente projetos de lavra nas regiões do deserto. Além de cimento e concreto, a Bío Bío vende calcário por meio da Bío Bío Cales principalmente a clientes industriais e gera uma parcela significativa da receita da companhia.

A Itacamba possui uma moagem de cimento na Bolívia, localizada na Província de Santa Cruz. Ela distribui sua produção principalmente no mercado de Santa Cruz, com aproximadamente 80% de sua venda total sendo vendida ensacada para o mercado de varejo.

Europa, Ásia e África

Em 25 de junho de 2012, a Companhia celebrou um acordo de permuta de ativos com a Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. e a InterCement Austria Holding GmbH, segundo o qual concordou em trocar sua participação de 21,21% na Cimpor pelas subsidiárias da Cimpor, incluindo os ativos de produção da Cimpor na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China, e sua subsidiária, incluindo uma jazida no Peru, e 21,21% da dívida líquida consolidada da Cimpor. Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia concluiu essa operação.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os negócios da Companhia na Europa, Ásia e África incluem 13 plantas de cimento, uma planta de clínquer, oito moagens, 78 centrais de concreto, 22 unidades de agregados, cinco unidades de argamassa, uma unidade de cal hidratada e 29 jazidas de calcário. Abaixo, seguem informações relacionadas às plantas da Companhia na Europa, Ásia e África:

Unidades de produção na Europa, Ásia e África	Tipo de planta	Estado/Província	Ano de início das operações
Espanha:			
Oural (Lugo)	Cimento	Galícia	1962
Toral (Ponferrada)	Cimento	Galícia	1974
Cordoba	Cimento	Andalucía	1965
Niebla	Cimento	Andalucía	1967
Huelva	Moagem	Huelva	1999
Narón	Moagem	Narón	2003
Tenerife	Moagem	Ilhas Canárias	1969
Bobadilla	Moagem	Andalucía	2001
Marrocos:			
Asment du Témara	Cimento	Témara	1979
Tunísia:			
Jbel Oust	Cimento	Jebel Oust	1985
Turquia:			
Hasanoglan	Cimento	Anatolia	1992
Çorum	Cimento	Mar Negro	1958
Sivas	Cimento	Anatolia	1943
Yozgat	Cimento	Anatolia	1978
Samsun	Moagem	Mar Negro	1995
Nevsehir	Moagem	Anatolia	1993
Índia:			
Jamnagar	Cimento	Gujarat	1956
China:			
Zaozhuang	Cimento	Shandong	2010
Shandong	Cimento	Shandong	2003
Suzhou	Moagem	Jiangsu	1994
Huaian	Moagem	Jiangsu	2009

Exceto pela planta em Huelva, que está fechada, todas as plantas localizadas na Europa, Ásia e África receberam a certificação ISO 14001 em virtude de seus projetos de proteção ambiental.

Espanha

Na Espanha, a Companhia opera duas plantas na Galícia, Oural (Lugo) e Toral (Ponferrada), e duas plantas na Andalucía, Córdoba e Niebla, com capacidade instalada anual total de 3,2 milhões de toneladas em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012. As operações da Companhia na Espanha também incluem uma moagem em Huelva, bem como uma moagem em Narón e duas moagens e oito terminais nas Ilhas Canárias.

A Companhia distribui cimento principalmente em caminhões, ou trens para o transporte de pequena quantidade. A Companhia possui oito centros de distribuição no norte da Espanha, todos servidos por ferrovias, onde a Companhia vende cimento a granel ou em sacos.

Marrocos

O Marrocos é um dos mercados de cimento com histórico mais significativo de aumento de demanda entre as operações da Companhia na Europa, Ásia e África. A Companhia opera uma planta em Témara, com capacidade instalada anual de produção de cimento de 1,2 milhões de toneladas. A Companhia distribui cimento por meio de caminhões diretamente das plantas até os clientes.

Tunísia

A Companhia opera uma planta em Jbel Oust, que possui capacidade instalada anual de 1,7 milhão de toneladas de cimento. A Companhia distribui cimento por meio de caminhões diretamente das plantas até os clientes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Turquia

A Companhia atua na Turquia principalmente por meio de suas participações na Cimento Sanavi e Yibitas Yozgat, AS. A Companhia tem uma capacidade anual de produção de cimento de 3,0 milhões de toneladas, e atua nas regiões central e leste da Anatólia e do Mar Negro. Conta com quatro plantas de cimento: Hasanoglan, Çorum, Sivas e Yozgat. A Companhia ainda opera dois moinhos em Samsun e Nevsehir. Do ponto de vista comercial, a Companhia enfatiza os mercados das regiões central e leste da Anatólia e do Mar Negro. Suas características estratégicas incluem, entre outras, a distância dos principais portos e, em geral, menor elasticidade de preços em comparação à costa mediterrânea. A Companhia distribui cimento por meio de caminhões diretamente das plantas até os clientes.

Índia

A Companhia possui uma planta próximo a Jamnagar, no Estado de Gujarat, com capacidade anual de produção de cimento de 1,2 milhão de toneladas. A Companhia possui quatro centros de distribuição no Estado de Gujarat, onde comercializa cimento ensacado.

Marketing e branding

Brasil

A estratégia de *marketing* e vendas da Companhia está voltada para lojas de material de construção, já que a maior parte do cimento no Brasil é vendida em sacos a clientes individuais, e o restante é vendido a granel. A Companhia acredita que a venda por meio de lojas de materiais de construção possibilita um alcance maior junto a consumidores do varejo em todo o Brasil. Esse fato é condizente com a forma como o cimento é vendido em países da América Latina. Nos Estados Unidos, a maior parte do cimento é vendida a granel. O objetivo da Companhia é se diferenciar por meio de sua longa história no mercado e forte reconhecimento de marca, e pelo melhor atendimento possível aos clientes, tanto na qualidade quanto na eficiência de entrega.

As seguintes marcas de cimento são comercializadas pela Companhia no Brasil: Votoran, Itaú, Poty, Tocantins e Aratu. De acordo com uma pesquisa de mercado sobre a fidelidade do cliente realizada pela Ipsos Loyalty (Brasil), aproximadamente 72% dos consumidores de varejo no Brasil recomendam fortemente as marcas da Companhia.

A Companhia também possui outros produtos, como cal (Cal Hidratada Itaú), insumos agrícolas, cimento branco e artefatos de cimento, e marcas, entre elas, Engemix, Matrix e Votomassa.

América do Norte

Grandes Lagos

As principais marcas de concreto e agregados da Companhia na América do Norte incluem Prairie, FiberMax, Pure Color, Prairie RCC e Prairie Aggregates.

A estratégia de vendas e *marketing* da Companhia na região dos Grandes Lagos da América do Norte enfatiza qualidade e serviços voltados para as principais contas da Companhia.

Flórida

Na Flórida, a Companhia comercializa concreto, blocos de concreto e produtos de concreto projetado/gunite por meio da marca Prestige.

América do Sul (exceto Brasil)

Na Argentina e no Uruguai, a Avellaneda e a Artigas comercializam cimento e concreto por meio das seguintes marcas: Cimento Avellaneda, Hormigones Avellaneda, Cimento Artigas, Cimento Ideal e Hormigones Artigas.

No Chile, a Bío Bío comercializa cimento e concreto por meio das seguintes marcas: Cimento Bío Bío, Cimento Inacesa, Ready mix e Tecnomix.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Na Bolívia, a Itacamba comercializa cimento por meio da marca Cimento Camba.

Europa, Ásia e África

Espanha

Na Espanha, a Companhia comercializa cimento sob as seguintes marcas: Cimentos Cosmos no norte, Cimentos de Andalucía no sul e Cimentos Teide nas Ilhas Canárias. O concreto da Companhia é comercializado sob a marca Cimpor Hormigón e os agregados são comercializados sob a marca Cimpor Áridos. A argamassa da Companhia é comercializada sob a marca Pulmor. A Companhia espera começar a utilizar diferentes marcas para a comercialização de seus produtos na Espanha nos próximos seis meses.

Marrocos

No Marrocos, a Companhia comercializa cimento sob a marca Asment Temara, concreto sob a marca Betocim e agregados sob a marca Grabemaro.

Tunísia

A Companhia comercializa cimento na Tunísia sob a marca Ciments Jbel Oust, estabelecida desde 1978 na região de Tunis.

Turquia

A Companhia comercializa cimento na Turquia sob a marca Cimpower e espera começar a utilizar diferentes marcas para a comercialização de seus produtos nos próximos seis meses.

Índia

A Companhia comercializa cimento na Índia sob a marca Kamal, estabelecida há 50 anos na região de Gujarat.

c) características dos mercados de atuação:

Visão geral do setor

Cimento

O cimento é um material de construção fundamental, usado em várias etapas do ciclo de construção de edificações residenciais, comerciais e industriais e projetos de infraestrutura. É um agente aglomerante que, ao ser misturado com areia ou agregados e água, produz concreto ou argamassa. Além disso, é um componente importante de outros materiais de construção essenciais. O cimento é vendido ensacado, como um produto com marca, ou a granel, dependendo do usuário final.

O processo de produção de cimento começa com a extração e britagem de calcário e argila. O calcário e a argila são então pré-homogeneizados, secos, introduzidos em um moinho e processados em altíssimas temperaturas em um forno para produzir clínquer. O clínquer é o produto intermediário usado na fabricação de cimento ao qual, dentro da moagem de cimento, outros materiais são adicionados, como escória, cinza leve, pozolana e uma pequena quantidade de gesso, moídos até transformarem-se em um pó extremamente fino que produzirá o cimento final.

As principais matérias-primas usadas na produção de cimento são calcário, argila, gesso e outros aditivos como escória, pozolanas naturais ou artificiais e *fly-ash*. As plantas de cimento ficam estrategicamente localizadas nas proximidades das grandes jazidas de calcário para reduzir os custos de produção decorrentes do transporte da matéria-prima. Os processos de fabricação consomem grandes quantidades de energia; cada tonelada de cimento consome de 60 a 130 kg de óleo combustível e aproximadamente 100 kWh de eletricidade, dependendo do tipo de cimento, que juntos, representam aproximadamente metade dos custos diretos de produção, segundo dados do SNIC. Outros custos significativos incluem a operação e a manutenção da instalação de produção.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A relação entre a natureza perecível e o alto peso do cimento e seu valor unitário converte-se em custos de transporte relativamente significativos. Assim sendo, as produtoras de cimento em países maiores tendem a aglomerarem-se em torno dos principais mercados consumidores e ganham uma vantagem natural em termos de custo nas áreas vizinhas à sua instalação de produção. Além disso, o comércio internacional de cimento acaba geralmente sendo impraticável, representando apenas 4,5% das vendas de cimento em todo o mundo em 2010, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição* (relatório global do setor de cimento).

O principal impulsionador de consumo de cimento é a atividade da construção, que pode ser dividida em três segmentos: o residencial, o industrial e comercial e o público (este incluindo os principais projetos de infraestrutura). Como consequência, a demanda por cimento é altamente dependente de iniciativas de construção habitacional e de investimentos em projetos industriais, comerciais e de infraestrutura. Esses fatores estão relacionados às atividades gerais econômicas e a tendências demográficas, como urbanização e composição familiar.

Além disso, observa-se que a elasticidade de preço da demanda por cimento é baixa, o que é parcialmente explicado pela ausência de produtos substitutos competitivos e uma participação relativamente baixa do cimento nos custos de construção. É improvável que aumentos no preço do cimento afetem a decisão de se executar um projeto de construção, uma vez que os custos do cimento geralmente representam uma parcela reduzida do total dos custos de construção.

Concreto

O concreto é uma combinação de cimento, agregados e aditivos químicos que endurece na forma permanente de rocha artificial quando misturado com água. Ele é produzido em centrais de concreto e transportado por caminhões betoneira diretamente para os canteiros de obra.

A demanda por concreto segue as mesmas tendências do cimento, porém, com base no aumento da industrialização do concreto, espera-se um crescimento adicional. A demanda por concreto tende a ser maior em mercados mais desenvolvidos, mas espera-se um crescimento maior em mercados emergentes, que estão se desenvolvendo em termos de práticas de construção. As produtoras de cimento podem adotar uma estratégia verticalmente integrada, produzindo concreto para reduzir a volatilidade da demanda, em um ambiente de demanda decrescente, de modo a assegurar o uso de parte de sua produção de cimento e agregados. Outros benefícios de uma operação integrada incluem um maior contato com os consumidores finais, o que ajuda na avaliação da demanda por outros produtos de seu portfólio, como agregados e cimento.

Agregados

Agregados são materiais obtidos a partir de matérias-primas, como brita, areia e cascalho, que são usados como matérias-primas para vários produtos de construção, incluindo concreto, asfalto e argamassa, ou diretamente como material de construção em obras de rodovias, ferrovias e aterros.

O mercado de agregados é maior do que o de cimento, em termos de tonelagem, de acordo com o DNPM, e está sujeito a muitos dos impulsionadores de demanda do setor de cimento. Neste mercado, os custos de transporte têm uma participação ainda maior nos custos totais, e as economias de escala são ainda mais significativas. Assim, estão expostos a uma pressão ainda maior para que a produção ocorra próximo dos usuários finais.

Argamassa

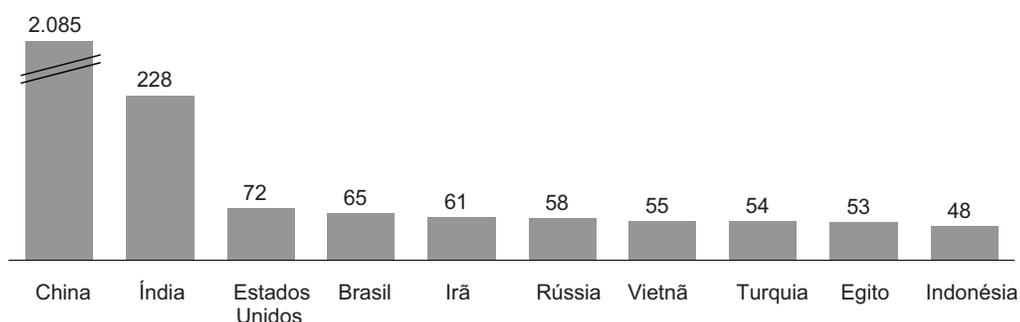
A argamassa é um material de construção essencial em diversas finalidades de uso no setor da construção. É composta por diferentes matérias-primas, como areia, cimento e aditivos. A verticalização e a proximidade a jazidas de cimento e fontes de areia industrial e/ou natural são importantes vantagens competitivas. A Companhia acredita que em mercados em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, há potencial de aumento do uso da argamassa industrializada na construção, em substituição à fabricação manual no local, à medida que os custos de mão-de-obra diminuem e os ganhos em produtividade tornam-se uma meta importante. Nesse sentido, espera-se que a argamassa torne-se um canal importante para a distribuição de cimento, tal como o concreto em mercados desenvolvidos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O mercado global de cimento

O consumo mundial de cimento alcançou 3,6 bilhões de toneladas em 2011, de acordo com dados da Cembureau. Impulsionado principalmente pelos mercados emergentes, o consumo de cimento praticamente dobrou na última década, apresentando uma taxa de crescimento anual composta de 8,2% entre 2001 e 2011, segundo dados do Cembureau. Espera-se que o mercado de cimento mantenha um forte ritmo de crescimento e alcance 4,1 bilhões de toneladas em 2014, de acordo com o *Building Materials Research Report*. Entre outros países, a China se destaca com 2,09 bilhões de toneladas de cimento vendidas em 2011 e 58% do consumo em todo o mundo, de acordo com o *Building Materials Research Report*. Os Estados Unidos são o terceiro maior mercado de cimento do mundo, e o Brasil ocupa o quarto lugar, de acordo com dados do *Building Materials Research Report* e do SNIC.

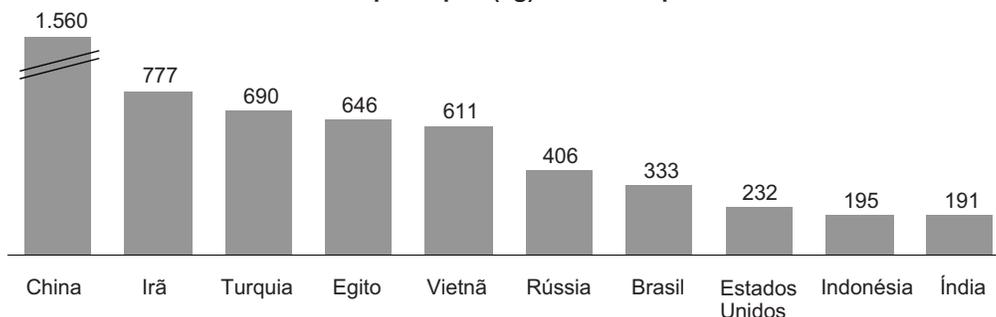
Países com maior consumo de cimento em 2011 (milhões de toneladas)



Fonte: *Building Materials Research Report* (exceto para os dados do Brasil que a fonte é o SNIC).

Uma métrica importante a ser considerada pelos mercados internacionais de cimento é o consumo per capita dos países, que varia muito de acordo com o seu nível de desenvolvimento econômico e a importância do setor da construção em suas economias.

Consumo de cimento per capita (kg) em 2011 – países selecionados

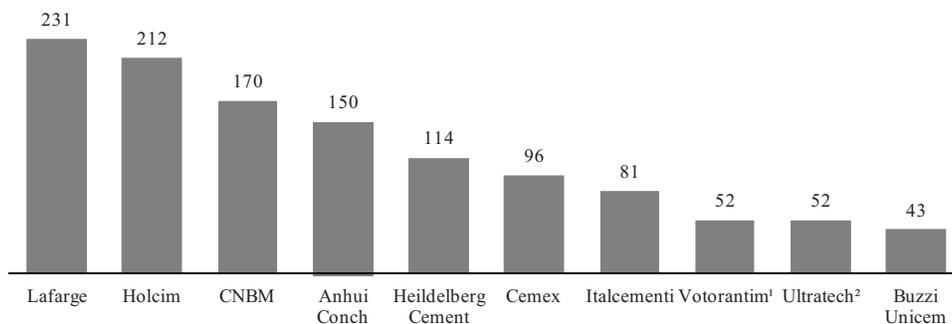


Fonte: Consumo de acordo com o *Building Materials Research Report*; população de acordo com o *United States Census Bureau* (exceto para os dados do Brasil que a fonte é o SNIC).

As dez maiores produtoras de cimento representaram 26% das vendas de cimento em todo o mundo em 2011, segundo dados do *Global Cement Report* – 9ª edição. As principais produtoras de cimento de mercados desenvolvidos aumentaram sua exposição a mercados emergentes por meio de aquisições e crescimento orgânico tornando-se assim *players* geograficamente diversificados.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Capacidade de produção de cimento (milhões de toneladas por ano) em 2011 – Principais companhias



Fonte: Global Cement Report – 9ª edição

Notas:

(1) Capacidade instalada de dezembro de 2012, considerando os ativos da permuta de ativos da Cimpor em 2012.

(2) Inclui outros ativos de cimento do grupo Aditya Birla.

O mercado brasileiro de cimento

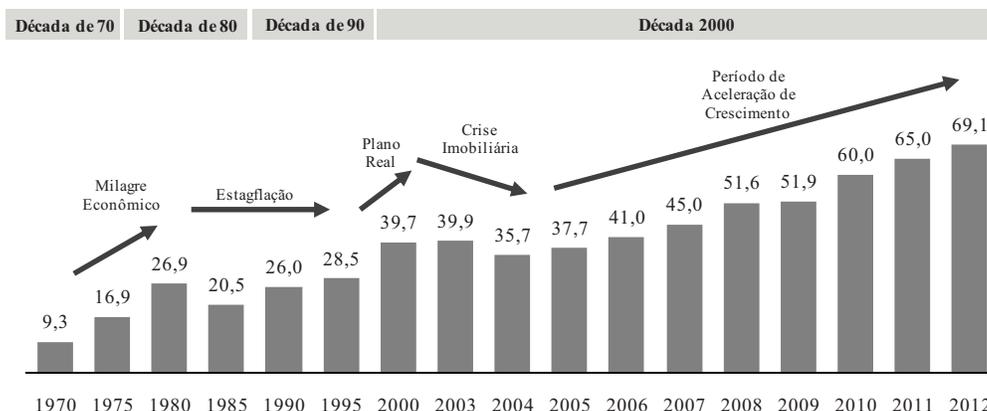
Visão geral

O Brasil foi o quarto maior mercado consumidor de cimento do mundo em 2011, com aproximadamente 65 milhões de toneladas, passando para 69 milhões de toneladas em 2012, de acordo com o SNIC, representando um crescimento de 6,6%. A maior parte do cimento vendido no Brasil é produzida internamente, as importações representaram apenas 1,7% do consumo local em 2011, de acordo com o SNIC. Em 2011, o Brasil tinha 81 unidades de produção de cimento espalhadas em todo o país, com uma capacidade combinada de 78 milhões de toneladas por ano, de acordo com o SNIC. Ainda de acordo com o SNIC, as exportações foram praticamente insignificantes em 2011.

O cimento é um material onipresente no setor da construção no Brasil e vem sendo produzido localmente em escala industrial desde 1926. Na década de 70, a produção cresceu intensamente com uma elevação do patamar de 9,8 milhões de toneladas por ano para 27,2 milhões de toneladas por ano no início da década de 80, de acordo com o SNIC. A instabilidade econômica da década de 80 fez com que a demanda por cimento permanecesse lenta até a implantação do Plano Real. A subsequente estabilidade levou a um crescimento renovado, e o consumo de cimento alcançou 39,7 milhões de toneladas em 2000, de acordo com o SNIC. As crises globais e a atividade econômica enfraquecida provocaram uma desaceleração até 2004, segundo dados do SNIC, a partir daí a economia brasileira recuperou o ritmo, e a demanda por cimento entrou em um novo período de rápido crescimento que perdura até hoje.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Consumo de cimento (milhões de toneladas)

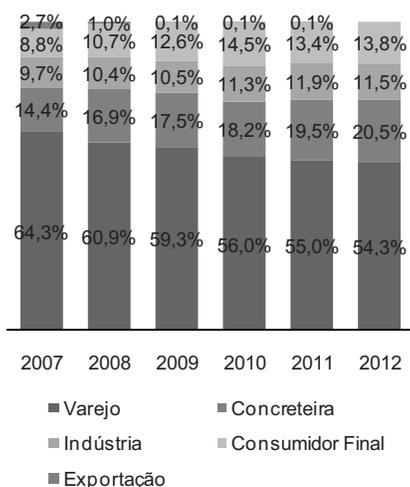


Fonte: SNIC.

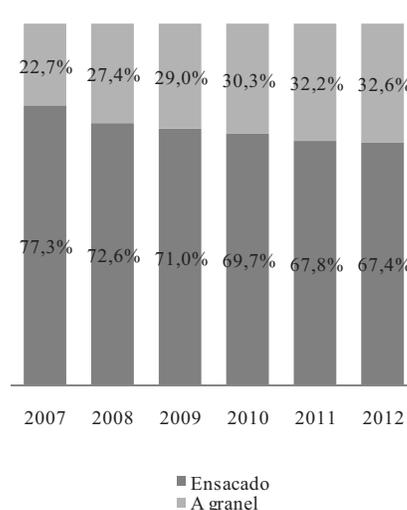
O cimento é o principal material usado na construção residencial, mercado que representou 56,7% da demanda por consumo de cimento em 2010, de acordo com o SNIC e a FGV. Os projetos de infraestrutura representaram 24,9% do cimento, enquanto os projetos comerciais e industriais representaram 16,0% do volume consumido em 2010, segundo dados do SNIC e da FGV. Os 2,4% restantes foram destinados a outras finalidades.

No Brasil, o cimento é geralmente vendido como um produto ensacado e com marca por meio de varejistas. A venda ensacada no Brasil representa mais da metade do total de vendas de cimento, segundo dados do SNIC e da FGV. O cimento é também vendido a granel a misturadores de concreto e a outros consumidores industriais, como construtores e produtores de argamassa. As vendas são também realizadas diretamente a usuários finais, como companhias de construção e entidades públicas que compram tanto cimento ensacado quanto cimento a granel. Uma extensa rede de distribuição e uma marca com grande reconhecimento no mercado representam vantagens competitivas significativas para as vendas no varejo. Além disso, a capacidade de atender vários segmentos e de produzir tanto cimento ensacado quanto cimento a granel são importantes vantagens competitivas para este mercado.

Vendas Internas de Cimento por Canal de Distribuição



Vendas Internas de Cimento por Tipo de Embalagem



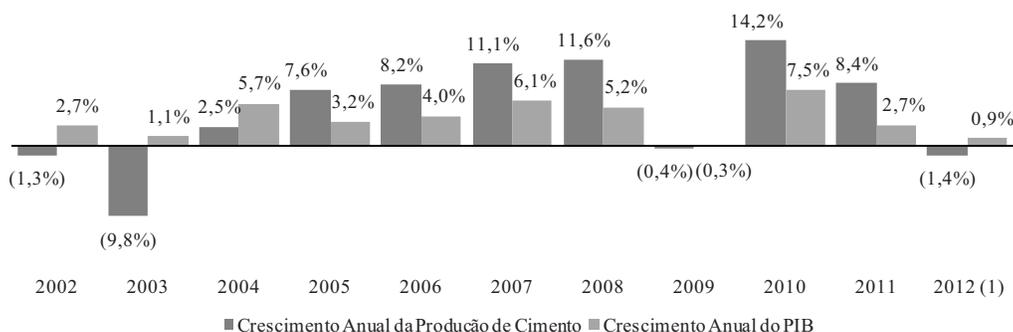
Fonte: SNIC.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Impulsionadores de crescimento

Recentemente, o consumo de cimento no Brasil cresceu a taxas mais rápidas do que o PIB nacional segundo dados do SNIC e IBGE. As tendências gerais do setor de cimento no Brasil são influenciadas pelo setor da construção, que, por sua vez, é influenciado pelo crescimento e estabilidade da economia geral e pela disponibilidade de crédito, entre outros fatores. Desde 2006, o consumo de cimento vem aumentando a um CAGR de 7,1% em termos de volume, enquanto o PIB cresceu 3,6%, de acordo com o SNIC e o IBGE respectivamente.

Consumo de cimento e crescimento econômico



Fonte: SNIC, IBGE.

(1) Os dados de 2012 são preliminares e, portanto, estão sujeitos à revisão.

O recente forte crescimento foi impulsionado pela baixa taxa de desemprego, renda mais alta, desenvolvimento habitacional com crédito subsidiado pelo governo, que passou de 399 mil unidades em 2005 para 1.042 mil unidades em 2011, e a primeira fase do PAC de investimentos em infraestrutura, lançado em 2006, com R\$657 bilhões investidos até 2010, segundo dados do Ministério do Planejamento.

A despeito do recente crescimento, o mercado de cimento brasileiro ainda oferece oportunidades significativas de crescimento. De acordo com o SNIC, o consumo de cimento brasileiro permanece baixo, em 311 kg per capita em 2010, comparado a uma média mundial de 488 kg. Em 2011, o consumo per capita de cimento no Brasil foi de 333 kg, de acordo com o SNIC.

Uma visão de longo prazo, considerando o consumo histórico, sugere que o cimento no Brasil ainda tem espaço para crescimento até atingir os níveis de países desenvolvidos. O consumo cumulativo per capita no período entre 1950 e 2011 foi de 6,9 toneladas no Brasil, consideravelmente mais baixo do que o de países que passaram por um desenvolvimento econômico mais rápido nesse período, como a Coreia do Sul e o Japão, segundo dados do *Global Cement Report* – 9ª edição.

O Brasil apresenta um grande déficit habitacional, definido como o número de casas a serem construídas para que todos os brasileiros tenham acesso à moradia adequada, estimado em 5,6 milhões em 2011 de casas pela Secretaria Nacional de Habitação do Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) 2008, utilizados pelo Ministério das Cidades. Essa questão está sendo discutida pelo governo brasileiro por meio do MCMV, que oferece financiamento subsidiado para habitação a preços acessíveis a compradores, que de outro modo não seriam capazes de adquirir um imóvel, e aos incorporadores de tais projetos. O programa foi lançado em 2009, com mais de um milhão de moradias concluídas.

Além disso, são necessários investimentos consideráveis para melhorar a atual infraestrutura do país. A situação precária da infraestrutura brasileira fica evidente no *Global Competitiveness Report* de 2012-2013, em que o Brasil ocupa a 70ª posição entre 144 países na categoria Infraestrutura. O Governo Federal brasileiro está envolvido na promoção de investimentos em infraestrutura como uma forma de melhorar a produtividade econômica e comprometeu-se a investir R\$955 bilhões entre 2011 e 2014 como parte da segunda fase do PAC 2, o programa anunciado em março de 2011 como extensão da primeira fase do PAC, segundo dados do Ministério do Planejamento. Mais recentemente, o Governo Federal brasileiro anunciou o Programa de Investimento em Logística, um pacote de investimentos em infraestrutura de transporte, conforme descrito abaixo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

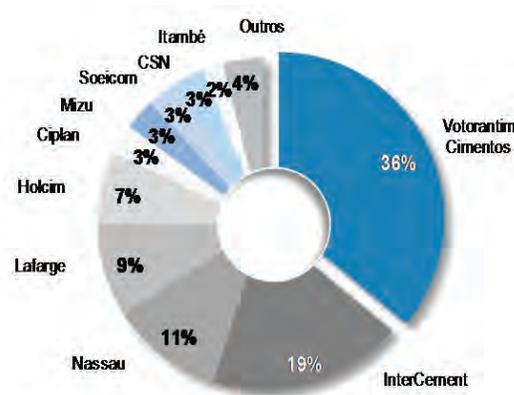
Em 2012, o Governo Federal brasileiro lançou o Programa de Investimento em Logística, que define um plano de modernização e integração da infraestrutura de transporte, incluindo estradas, ferrovias, portos e aeroportos. Os investimentos planejados em estradas e ferrovias exigirão investimentos da ordem de R\$133 bilhões, dos quais R\$79,5 bilhões devem ser investidos nos próximos cinco anos, segundo dados do Ministério do Planejamento. No que diz respeito aos portos, os investimentos planejados somam R\$54,2 bilhões, dos quais R\$31,0 bilhões devem ser investidos antes de 2015. A infraestrutura de aeroportos receberá investimentos da ordem de R\$18,7 bilhões na forma de modernização de dois importantes aeroportos (Galeão, no Estado do Rio de Janeiro, e Confins, no Estado de Minas Gerais). O setor privado será o principal agente na realização desses projetos por meio de novas concessões e de parcerias público-privadas, e o investimento estará apto a receber financiamento do BNDES a taxas subsidiadas.

Como resultado dos fatores supracitados, a Companhia espera que o déficit habitacional e os investimentos em infraestrutura continuem a impulsionar a demanda por construção e, conseqüentemente, por cimento, fazendo com que o aumento do consumo de cimento brasileiro se aproxime do nível de consumo de outros países.

Ambiente competitivo

De acordo com o SNIC, 15 companhias mantêm unidades de produção no Brasil, e as seis maiores delas representam 81,6% das vendas internas de cimento.

Participação de mercado das vendas internas de cimento por Volume – 2011



Fonte: SNIC.

A Votorantim Cimentos é líder de mercado e a única companhia com presença nacional, alcançando significativas participações de mercado em todas as regiões. A InterCement Brasil, parte do Grupo Camargo Corrêa, está atualmente no processo de integração das plantas brasileiras adquiridas recentemente da Cimpor em suas operações existentes. Uma vez concluída a integração, a Companhia espera que a InterCement Brasil seja a segunda maior produtora de cimento do Brasil, com cerca de metade da participação de mercado da Companhia. A João Santos é uma companhia nacional com liderança na região norte, a qual a Companhia acredita que se tornará a terceira maior produtora do país depois que a InterCement Brasil concluir a integração das plantas da Cimpor. A quarta e a quinta maiores produtoras do país são as duas companhias líderes globais de cimento: Lafarge (França) e Holcim (Suíça), que entraram no mercado brasileiro por meio de aquisições.

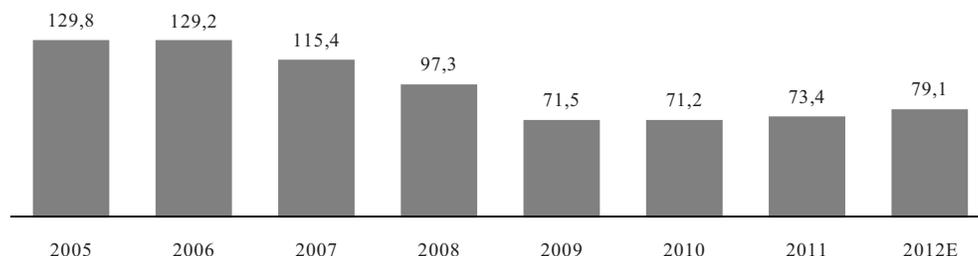
O mercado norte-americano de cimento

Visão geral

O mercado de cimento nos Estados Unidos e Canadá foi profundamente afetado pela crise econômica global desde 2008 e está atualmente caminhando para uma recuperação gradativa. Em 2005, o consumo de cimento na região alcançou 136 milhões de toneladas, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. Durante a crise habitacional, a demanda por cimento alcançou 77 milhões de toneladas em 2009, segundo dados do *Global Cement Report – 9ª edição*. Desde essa época, vem ocorrendo uma recuperação gradativa, de acordo com as estimativas do segundo semestre de 2012 da PCA, devido à normalização dos segmentos residenciais e não residenciais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

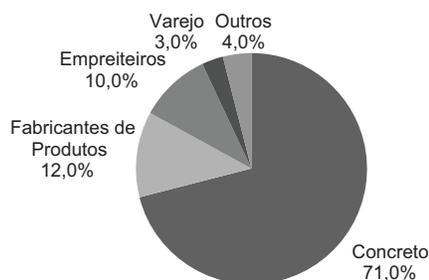
Entregas para clientes finais nos Estados Unidos (milhões de toneladas)



Fonte: USGS.

O mercado de cimento nos Estados Unidos está segmentado em grupos e as companhias concentram suas atividades em mercados regionais. De acordo com os dados do USGS, os principais *players* são companhias estrangeiras que dominam 85% do mercado americano, principalmente europeias e latino-americanas, como Cemex, Lafarge, Holcim, HeidelbergCement, Italcementi, Titan e Buzzi Unicem. O cimento, na região, é geralmente vendido a granel e usado na produção de concreto.

Vendas de cimento por canal de distribuição nos Estados Unidos – 2011



Fonte: USGS.

Grandes Lagos

A região dos Grandes Lagos, na América do Norte, consiste nos Estados de Wisconsin, Illinois, Indiana, Michigan, Ohio, Pensilvânia e Nova York, nos Estados Unidos, e na província de Ontário, no Canadá. A atividade econômica nesses Estados é altamente dependente do setor industrial e foi afetada pela economia fraca desde 2008.

De acordo com o USGS e a *Canada Cement Association* em Ontário, o consumo de cimento na área chegou a 17,2 milhões de toneladas em 2009 vindo de 24,9 milhões de toneladas em 2006.

A concorrência é principalmente regional, e as importações, exceto entre Canadá e Estados Unidos, não são significativas. Os principais concorrentes da Companhia nesse mercado são: Holcim Ltd., Lafarge e ESSROC Italcementi Group.

Flórida

Os mercados de cimento na Flórida e na Geórgia enfrentaram uma queda acentuada na demanda desde o início da desaceleração econômica em curso, especialmente no segmento residencial. Os mercados habitacionais de ambos os Estados estavam entre os mais atingidos pela crise habitacional. No entanto, a demanda por cimento está atualmente passando por uma recuperação gradativa e, de acordo com a PCA, espera-se que o consumo de cimento na Flórida e na Geórgia aumente aproximadamente 5,7% e 7,5%, respectivamente, em 2012.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A indústria local na Flórida enfrenta um excesso de capacidade de produção. As sete plantas de cimento da Flórida têm uma capacidade combinada de 8,86 milhões de toneladas por ano, enquanto que as vendas de cimento no Estado chegaram a 3,5 milhões de toneladas em 2011, de acordo com a PCA. A produção atual no Estado é substancialmente menor do que os níveis anteriores à crise, quando o consumo de cimento era de 5,51 milhões de toneladas em 2007, de acordo com a PCA.

Existem atualmente cinco grandes produtoras de cimento no Estado da Flórida de acordo com a PCA. Os principais *players* com unidades de produção no mercado são: VCNA, Titan America LLC, Cemex USA, Vulcan Materials Company e CRH.

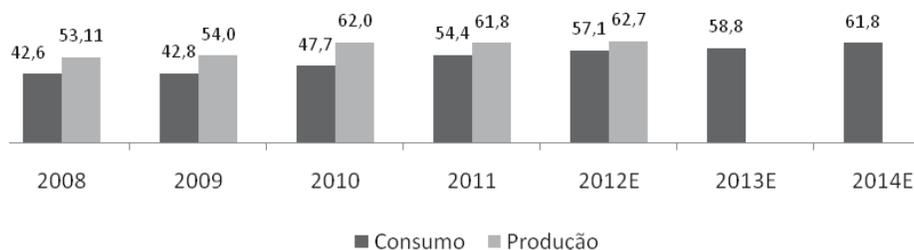
Outros mercados de cimento

Turquia

De acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição* e o *Building Materials Research Report*, o mercado de cimento na Turquia é o 10º maior mercado do mundo com 47,7 milhões de toneladas consumidas em 2010. O consumo per capita é de 567 kg anuais, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. A Turquia é também o maior exportador de cimento do mundo, com 19 milhões de toneladas de cimento exportadas em 2010, com uma capacidade instalada considerável de 104 milhões de toneladas por ano. As vendas de cimento são geralmente feitas a granel, e representaram 65,5% do volume vendido em 2009, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. Espera-se que o mercado interno mantenha sua rápida taxa de crescimento, mas o setor poderá sofrer sobrecarga das exportações, que são direcionadas principalmente para o Iraque, a Síria, a Rússia, o Egito e a Nigéria. Entretanto, as exportações vêm passando por um crescimento mais lento devido (1) à forte demanda interna por cimento; (2) à instabilidade política no Oriente Médio; (3) ao aumento da capacidade de produção nos países importadores; e (4) ao conflito existente na Síria, um dos maiores mercados de exportação da Turquia, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*.

O *Global Cement Report – 9ª edição* indica que o mercado está dividido e é composto por *players* locais e estrangeiros. O líder de mercado, em termos de capacidade de produção de cimento, é Oyak, fundo de pensão das forças armadas, com participação de mercado de 18%, seguido pelo conglomerado industrial Limak Holding, que tem uma capacidade de produção de cimento de 10,3 milhões de toneladas por ano e pela Akçansa, *joint venture* entre a HeidelbergCement e o grupo industrial turco Sabanci.

Consumo e produção de cimento na Turquia (milhões de toneladas)



Fonte: *Global Cement Report – 9ª edição*.

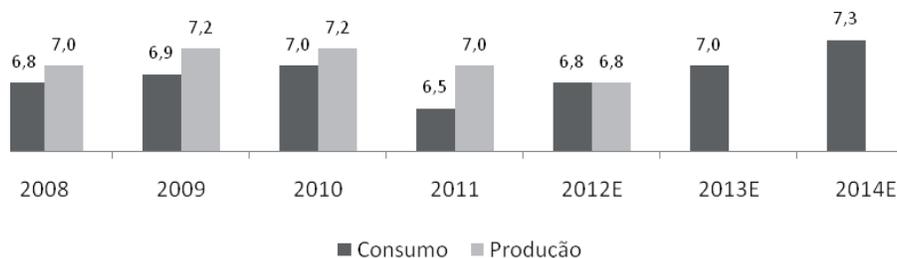
Tunísia

A Tunísia vem passando por importantes mudanças políticas e uma inquietação interna que vem causando uma significativa turbulência nos mercados de cimento e uma desaceleração da produção e demanda. Entretanto, a Companhia espera que seja retomado o aumento da demanda assim que a estabilidade for alcançada. O mercado de cimento do país está fortemente concentrado em torno da capital, Túnis, que representa mais da metade das vendas de cimento.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

De acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*, o mercado tunisiano está dividido entre seis companhias, quatro delas de propriedade estrangeira, em virtude de um processo de privatização que ocorreu na virada do século. As outras duas companhias são estatais. Em 31 de dezembro de 2011, a capacidade anual instalada de produção de cimento era de 7,5 milhões de toneladas, e espera-se que uma nova planta de cimento da Cemset Carthage (uma companhia estatal), com capacidade instalada anual de produção de cimento de 2,3 milhões de toneladas, cuja operação estava prevista para o final de 2012, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*.

Consumo e produção de cimento na Tunísia (milhões de toneladas)



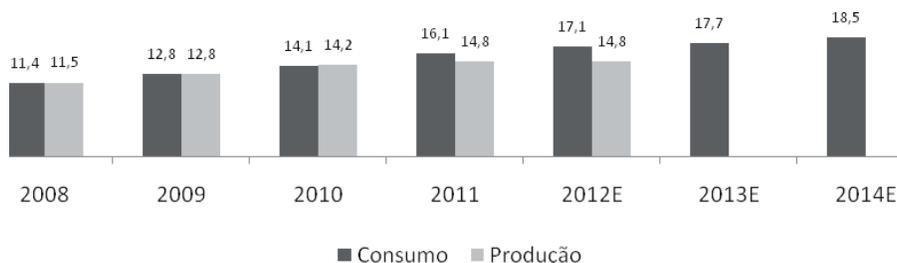
Fonte: *Global Cement Report – 9ª edição*.

Marrocos

O Marrocos é considerado um mercado de cimento de rápida expansão, segundo dados do *Global Cement Report – 9ª edição*. O setor da construção foi impulsionado por programas de habitação acessível e projetos de infraestrutura de grande escala, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. De acordo com esse mesmo relatório, o consumo de cimento em 2010 era de 14,6 milhões de toneladas, convertendo-se em um consumo anual per capita de 465 kg, alcançando 16,4 milhões de toneladas em 2012, um aumento de 12% em dois anos. O comércio de cimento é insignificante em comparação com as exportações e importações.

O *Global Cement Report – 9ª edição* indica que o mercado marroquino é dominado por quatro *players*, todos eles de propriedade estrangeira. Os três maiores *players* são: Lafarge, Italcementi e Holcim, com quarto plantas cada, e o quarto *player* é a Asment de Temara, com uma planta de cimento. A Ciment d'Atlas, estreante no mercado, instalou sua segunda planta, que deu início às operações em abril de 2012. A capacidade anual instalada total de produção de cimento no país foi de 20,3 milhões de toneladas por ano em 31 de dezembro de 2012, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*.

Consumo e produção de cimento no Marrocos (milhões de toneladas)



Fonte: *Global Cement Report – 9ª edição*.

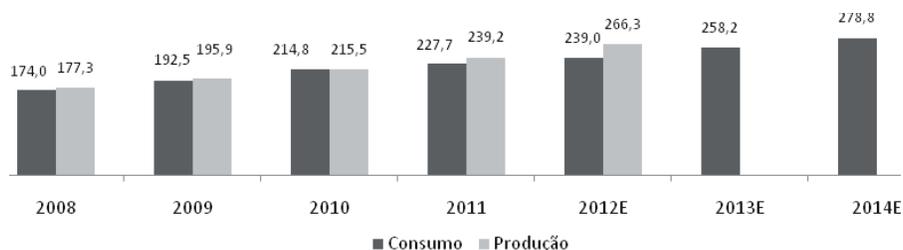
Índia

A economia da Índia registrou um forte crescimento em 2011, apresentando um crescimento real do PIB de 7,4%, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. O mercado de cimento na Índia é o segundo maior do mundo, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. A demanda por cimento na Índia é impulsionada principalmente pelo segmento habitacional, que representou 60% do consumo de cimento na Índia em 2009, seguido pelo de infraestrutura, que representou 20% da demanda nacional, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. A habitação também deve vir a ser o principal propulsor de crescimento futuro, uma vez que as tendências relacionadas à urbanização e crescimento da população ativa continuam.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O mercado de cimento indiano está relativamente fragmentado apesar de ter passado por um processo de consolidação na última década. De acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*, os principais *players* no mercado de cimento indiano são a Holcim, por meio de duas companhias na qual tem participação acionária, a ACC e a ACL, com uma participação de mercado de 20,2%, e o grupo indiano Aditya Birla, por meio de suas subsidiárias, Ultratech e Grasim, que juntas detinham 18,4% do mercado em 2010.

Consumo e produção de cimento na Índia (milhões de toneladas)



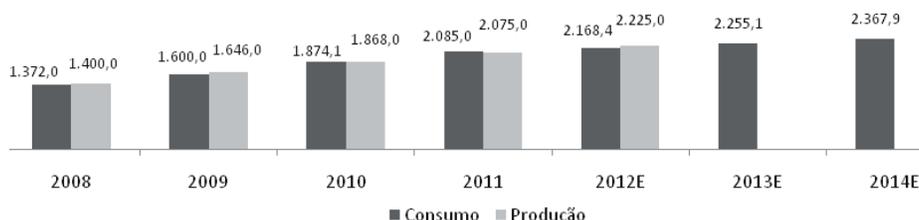
Fonte: *Global Cement Report – 9ª edição*.

China

A economia da China em 2011 manteve uma tendência constante de crescimento nos últimos anos e apresentou um crescimento real do PIB de 9%, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. O setor da construção na China, o maior mercado de cimento do mundo, também obteve bom desempenho; de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*, o consumo total de cimento alcançou 2.085 milhões de toneladas em 2011, o que representa um aumento anual de 11,1% comparado a 1.874 milhões de toneladas em 2010. A maior parte do cimento consumido na China é usada em projetos de infraestrutura pública (30% do consumo total em 2009), habitação urbana (13% do consumo total em 2009) e habitação rural (12% do consumo total em 2009). As informações acima foram obtidas com base em dados divulgados pelo *Global Cement Report – 9ª edição*.

O mercado de cimento chinês é um mercado muito fragmentado, com os três principais *players* representando menos de 22% da capacidade instalada total de produção (Conch: 9,3%; Nanfang: 7,7%; e China United: 4,2%), de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*.

Consumo e Produção de Cimento na China (milhões de toneladas)



Fonte: *Global Cement Report*.

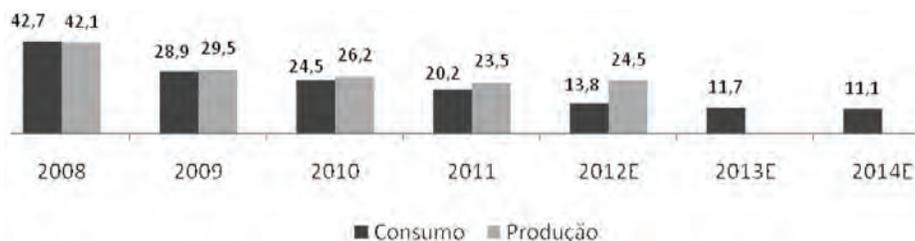
Espanha

O setor de cimento da Espanha foi profundamente afetado pela crise no setor imobiliário do país, cujos efeitos vem afetando a atividade da construção de maneira adversa desde 2008. Conseqüentemente, o consumo de cimento caiu de 56 milhões de toneladas em 2007 para 25 milhões de toneladas em 2010, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. Aproximadamente 83% das vendas de cimento são feitas a granel, e 90% das entregas fazem uso de transporte rodoviário, de acordo com o mesmo relatório.

O mercado de cimento espanhol está muito bem consolidado, pois as seis maiores produtoras representaram 80% da capacidade interna instalada em 2010, segundo dados do *Global Cement Report – 9ª edição*. Essas produtoras incluem: Cements Portland Valderrivas, Cemex, Lafarge, Holcim e Cimpor.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Consumo e produção de cimento na Espanha (milhões de toneladas)



Fonte: *Global Cement Report – 9ª edição* e *Building Materials Research Report*.

Argentina, Chile, Bolívia e Uruguai

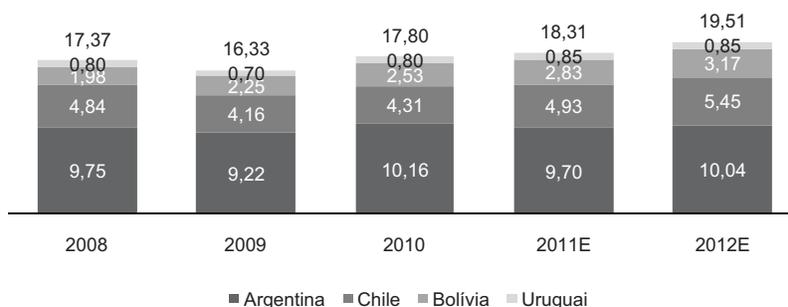
O mercado de cimento argentino apresentou uma demanda instável entre 2008 e 2012 de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. Os principais propulsores para o consumo de cimento são os setores de habitação e infraestrutura, ambos dependentes de políticas mantidas pelo governo. Os principais *players* do mercado argentino são a InterCement, a Holcim e a Avellaneda, que juntas representam aproximadamente 95% da capacidade instalada, de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*.

No Chile, o consumo de cimento sofreu uma queda em 2009, decorrente de uma redução da atividade de construção habitacional, mas vem crescendo desde essa época, segundo dados do *Global Cement Report – 9ª edição*. São três os principais *players* no mercado de cimento chileno, que juntos controlam mais de 90% da capacidade instalada de produção de cimento do país: Cementos Bío-Bío, Polpaico e Melón.

O mercado de cimento boliviano vem experimentando um forte crescimento nos últimos anos, e espera-se que este seja mantido nos próximos anos de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. O crescimento da capacidade interna não acompanhou o ritmo do aumento recente da demanda, aumentando as importações no país. Os principais *players* no mercado boliviano, segundo dados do *Global Cement Report – 9ª edição* são: Soboce, Fancesa, Coboce e Itacamba.

O Uruguai vem apresentando uma crescente demanda por cimento desde 2009 de acordo com o *Global Cement Report – 9ª edição*. Os dois maiores produtores do país são a estatal ANCAP e a Artigas.

Consumo de Cimento (milhões de toneladas)



Fonte: *Global Cement Report – 9ª edição*.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

i) participação em cada um dos mercados:

Brasil

A Companhia é a maior produtora de cimento do Brasil, com uma posição de liderança no mercado segundo dados do SNIC. O mapa a seguir apresenta a capacidade anual de produção instalada e a participação de mercado da Companhia em termos de volume de cimento vendido no Brasil.



⁽¹⁾ A capacidade instalada anual de produção de cimento da Companhia inclui suas subsidiárias consolidadas no Brasil. Entretanto, a Companhia também detém as seguintes participações em afiliadas não consolidadas: 51,0% na Mizu, que possui capacidade instalada anual de produção de cimento de 2,9 milhões de toneladas, 38,25% na Sirama, que possui capacidade instalada anual de produção de cimento de 2,3 milhões de toneladas, 51,0% na Polimix Cimento e 25,0% na Verona Participações Ltda. Embora a Companhia possua 51,0% do capital social em circulação da Mizu e da Polimix Cimento, não exerce controle sobre elas em virtude de direitos limitados para influenciar decisões financeiras, operacionais e estratégicas. Consequentemente, a Companhia contabiliza as participações que detém pelo método de equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Em 31 de março de 2013 e de acordo com dados preliminares do SNIC e análise da Companhia, dados sobre a participação de mercado não incluíam a Mizu, a Sirama, a Polimix Cimento e a Verona Participações Ltda.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela a seguir apresenta o volume de vendas, a capacidade instalada anual de cimento e algumas informações financeiras relativas às operações da Companhia no Brasil nos períodos indicados:

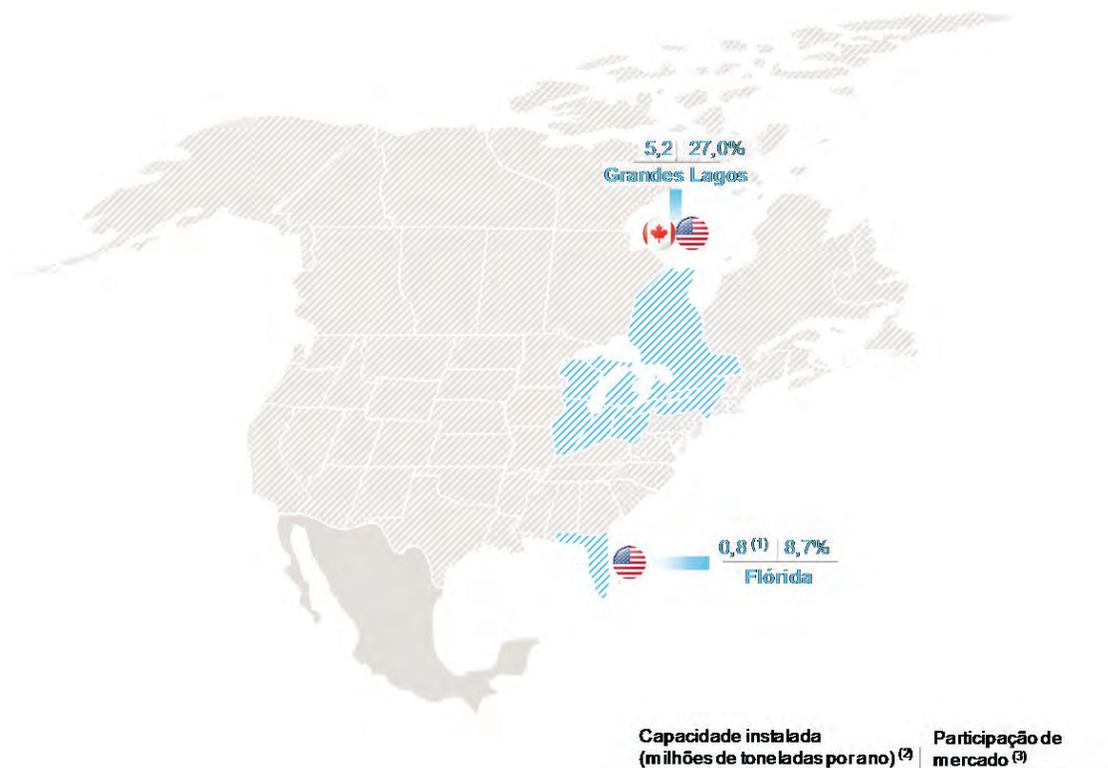
Brasil	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2012	2011	2010
Volume de vendas:					
Cimento (em milhares de toneladas)	5.993	5.812	24.379	23.551	22.657
Agregados (em milhares de toneladas)	3.172	4.194	15.070	16.696	13.331
Concreto (em milhares de metros cúbicos).....	1.103	1.132	4.819	4.572	4.188
Argamassa (em milhares de toneladas).....	428	403	1.699	1.587	1.366
Capacidade instalada anual de cimento (em milhares de toneladas)	30.063	26.246	30.063	26.246	23.241
Receita (em milhões de reais)	1.905,4	1.847,6	7.705,1	7.250,4	6.538,1
EBITDA Ajustado (em milhões de reais) ⁽¹⁾	606,8	627,9	2.775,1	2.574,8	2.542,4
Margem de EBITDA Ajustado ⁽²⁾	31,8%	34,0%	36,0%	35,5%	38,9%

⁽¹⁾ A Companhia define EBITDA mais resultados de participações societárias como lucro líquido *mais* resultados de participações societárias, *mais/menos* receita (despesa) financeira, *mais* depreciação, amortização e exaustão, *mais/menos* imposto de renda e contribuição social. A Companhia define EBITDA Ajustado como EBITDA mais resultados de participações societárias *menos/mais* certas operações sem efeito caixa consideradas excepcionais pela administração, *impairment* de ágio, dividendos recebidos *menos/mais* EBITDA de operações descontinuadas. Itens sem efeito caixa considerados excepcionais pela administração geralmente referem-se a ganhos/perdas em aquisições, alienações ou permuta de ativos e /ou o *impairment* relacionado. Para o cálculo do EBITDA mais resultados de participações societárias e EBITDA Ajustado e uma reconciliação entre o EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado para fins de uma comparação mais direta conforme o IFRS, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Margem de EBITDA Ajustado significa EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

América do Norte

Através da VCNA, a Companhia possui uma forte presença na região dos Grandes Lagos e no estado da Flórida (através de uma *joint venture* com parceiro estratégico – 50%/50%). O mapa a seguir apresenta a capacidade instalada anual de produção de cimento e a participação de mercado da Companhia na América do Norte.



⁽¹⁾ Considera 100% da capacidade instalada anual da Suwannee, a qual não era consolidada em 31 de março de 2013.

⁽²⁾ Em 31 de março de 2013.

⁽³⁾ Em 31 de março de 2013 e de acordo com USGS e *The Canada Cement Association in Ontario*.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela abaixo apresenta as informações financeiras e operacionais na América do Norte nos períodos indicados:

América do Norte	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2012	2011	2010
Volume de vendas:					
Cimento (em milhares de toneladas)	425	466	4.009	3.621	3.581
Agregados (em milhares de toneladas)	1.061	1.348	11.323	10.370	11.377
Concreto (em milhares de metros cúbicos)	411	434	3.923	3.984	4.151
Capacidade instalada anual de cimento					
Grandes Lagos (em milhares de toneladas)	5.174	5.174	5.174	5.174	5.174
Flórida (em milhares de toneladas)	–	–	420	420	420
Receita (em milhões de reais)	243,9	210,2	1.776,6	1.448,0	1.509,0
EBITDA Ajustado (em milhões de reais) ⁽¹⁾	(35,1)	(44,1)	295,6	201,9	263,4
Margem de EBITDA Ajustado ⁽²⁾	(14,4)%	(21,0)%	16,6%	13,9%	17,5%

⁽¹⁾ Com efetividade a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os resultados das *joint ventures* na América do Norte em que possui participação de 50%. Portanto, a informação relativa ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e 2012 não inclui as informações financeiras operacionais das *joint ventures* na América do Norte em que possui participação de 50%.

⁽²⁾ Inclui a participação proporcional nos dados operacionais, volume de vendas e resultado operacional das *joint ventures* na América do Norte em que a Companhia possui participação de 50%.

⁽³⁾ A Companhia define EBITDA mais resultados de participações societárias como lucro líquido *mais* resultados de participações societárias, *mais/menos* receita (despesa) financeira, *mais* depreciação, amortização e exaustão, *mais/menos* imposto de renda e contribuição social. A Companhia define EBITDA Ajustado como EBITDA mais resultados de participações societárias *menos/mais* certas operações sem efeito caixa consideradas excepcionais pela administração, *impairment* de ágio, e dividendos recebidos *menos/mais* EBITDA de operações descontinuadas. Itens sem efeito caixa considerados excepcionais pela administração geralmente referem-se a ganhos/perdas em aquisições, alienações ou permuta de ativos e /ou o *impairment* relacionado. Para o cálculo do EBITDA mais resultados de participações societárias e EBITDA Ajustado e uma reconciliação entre o EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado para fins de uma comparação mais direta conforme o IFRS, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁴⁾ Margem de EBITDA Ajustado significa EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

América do Sul (exceto no Brasil)

A Companhia possui operações de cimento na Bolívia e participações societárias no Chile, Argentina, Uruguai e Peru. O mapa abaixo apresenta a capacidade instalada anual de produção de cimento e participação de mercado da Companhia na América do Sul (exceto no Brasil).



⁽¹⁾ A Companhia possui uma jazida de calcário no Peru resultante da permuta de ativos da Cimpor em 2012.

⁽²⁾ Em 31 de março de 2013, a Companhia detinha participação de 15,15% na Bio Bio, uma companhia de cimento chilena com atual capacidade instalada anual de produção de cimento de 2,2 milhões de toneladas. Em 18 de abril de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 1,55% na Bio Bio, passando a deter 16,70% de participação nesta sociedade.

⁽³⁾ Em 31 de março de 2013, a Companhia, juntamente com sua acionista controladora, VID, detinha 51,0% de participação na Artigas, uma companhia de cimento uruguaia com atual capacidade instalada anual de produção de cimento de 0,5 milhões de toneladas. Em 31 de março de 2013, a participação indireta da Companhia na Artigas era de 12,61%, e assim, a Companhia registrou sua participação societária na Artigas pelo método de equivalência patrimonial. Em 3 de abril de 2013, a VID, por meio de sua controlada Votorantim Andina, transferiu sua participação na Artigas para a Companhia.

⁽⁴⁾ Não disponível.

⁽⁵⁾ Em 31 de março de 2013, a Companhia, juntamente com sua acionista controladora, VID, detinha 49,0% de participação indireta na Avellaneda, uma companhia de cimento argentina com atual capacidade instalada anual de produção de cimento de 2,8 milhões de toneladas. Em virtude de sua participação indireta na Avellaneda ser de 10,61% em 31 de março de 2013, a Companhia registrou sua participação societária na Avellaneda pelo método de equivalência patrimonial. Em 3 de abril de 2013, a VID, por meio de sua controlada Votorantim Andina, transferiu sua participação na Avellaneda para a Companhia.

⁽⁶⁾ A capacidade instalada anual de produção de cimento apresentada é de 31 de março de 2013. A capacidade instalada anual total de produção de cimento da Companhia na América do Sul (exceto o Brasil) inclui apenas a capacidade instalada de produção de cimento de Itacamba na Bolívia e da Artigas no Uruguai.

⁽⁷⁾ Os dados sobre participação de mercado apresentados são de 31 de março de 2013, exceto para Bolívia e Chile, cujos dados são de 31 de dezembro de 2012, de acordo com *Asociación de Fabricantes de Cemento Portland (Argentina)*, *IBCH – Instituto Boliviano del Cemento y el Hormigón (Bolívia)* e *ICH – Instituto del Cemento y del Hormigón de Chile (Chile)*.

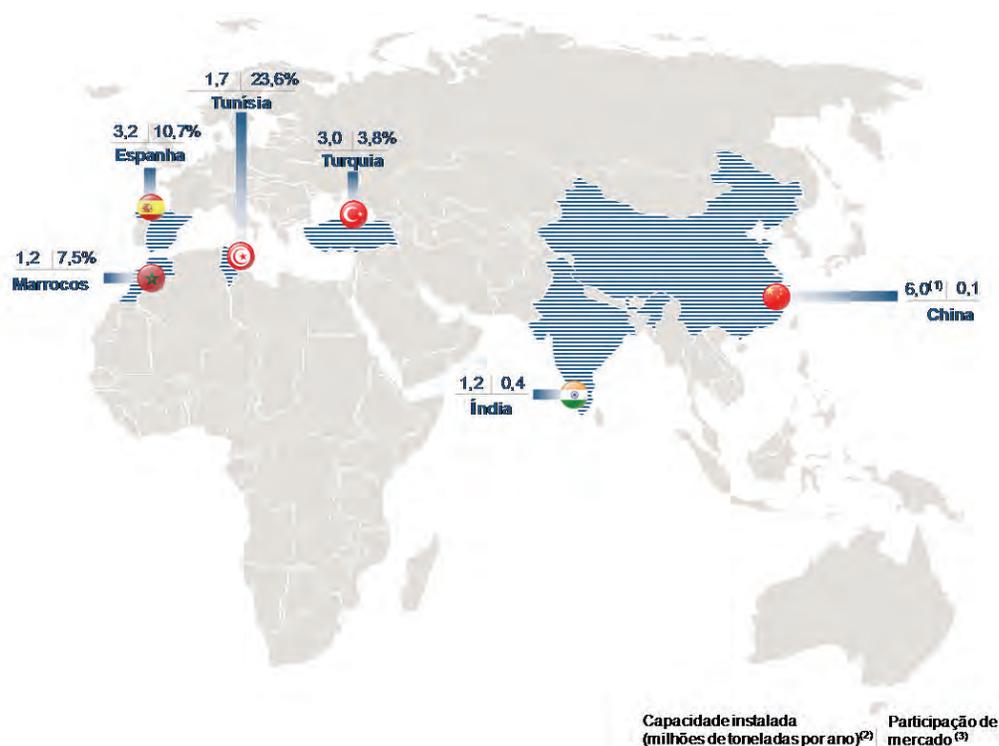
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela a seguir apresenta as informações operacionais da Companhia na América do Sul (exceto o Brasil) nos períodos indicados:

América do Sul (exceto o Brasil)	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2012	2011	2010
Volume de vendas (consolidada):					
Cimento (em milhares de toneladas)	1.179	1.148	4.408	4.588	3.973
Concreto (em milhares de metros cúbicos).....	840	896	3.353	3.136	2.556
Capacidade instalada anual de cimento (em milhares de toneladas):					
Argentina.....	2.805	2.805	2.805	2.805	2.805
Bolívia.....	200	200	200	200	200
Chile.....	2.245	2.245	2.245	2.245	2.245
Uruguai.....	517	517	517	517	517

Europa, Ásia e África

O mapa abaixo apresenta a capacidade instalada anual de produção de cimento e a participação de mercado da Companhia na Europa, Ásia e África, resultado da permuta de ativos com a Cimpor em 2012:



(1) Em virtude da permuta de ativos da Cimpor em 2012, a Companhia detém uma participação de 50,0% nos ativos de produção da Cimpor na China, com atual capacidade instalada anual de produção de cimento de 6,0 milhões de toneladas. Os ativos da Companhia relacionados a seus negócios na China estão registrados como "mantido para venda" nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui uma participação societária de 80% na Cimpor Macau.

(2) Capacidade instalada anual de produção de cimento em 31 de março de 2013.

(3) Participação de mercado em 31 de março de 2013, de acordo com as fontes *Agrupación de Fabricantes de Cemento de España – Oficemen* (Espanha), TCMB (Turquia), CMA (Índia), *China Economic Information Network* (China), *Association Professionnelle des Cimentiers du Maroc* (Marrocos) e CNPC (Tunísia).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela abaixo apresenta as informações operacionais da Companhia na Europa, Ásia e África nos períodos indicados:

Europa, Ásia e África ⁽¹⁾	Período de três meses encerrado em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2013	2012
Volume de vendas (em milhares de toneladas):		
Cimento e clínquer	2.248	10.189
Capacidade instalada anual (em milhares de toneladas):		
Espanha	3.215	3.215
Marrocos	1.239	1.239
Tunísia	1.750	1.750
Turquia	3.028	3.028
Índia	1.154	1.154
China	5.962	5.962
Receita (em milhões de reais)	331,5	–
EBITDA Ajustado (em milhões de reais) ⁽²⁾	59,9	–
Margem de EBITDA Ajustado ⁽³⁾	18,1%	–

⁽¹⁾ A Companhia começou a consolidar essas informações apenas a partir de 21 de dezembro de 2012, data em que concluiu a permuta de ativos da Cimpor em 2012.

⁽²⁾ A Companhia define EBITDA mais resultados de participações societárias como lucro líquido *mais* resultados de participações societárias, *mais/menos* receita (despesa) financeira, *mais* depreciação, amortização e exaustão, *mais/menos* imposto de renda e contribuição social. A Companhia define EBITDA Ajustado como EBITDA mais resultados de participações societárias *menos/mais* certas operações sem efeito caixa consideradas excepcionais pela administração, *impairment* de ágio, e dividendos recebidos *menos/mais* EBITDA de operações descontinuadas. Itens sem efeito caixa considerados excepcionais pela administração geralmente referem-se a ganhos/perdas em aquisições, alienações ou permuta de ativos e/ou o *impairment* relacionado. Para o cálculo do EBITDA mais resultados de participações societárias e EBITDA Ajustado e uma reconciliação entre o EBITDA mais resultados de participações societárias e o EBITDA Ajustado para fins de uma comparação mais direta conforme o IFRS, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ Margem de EBITDA Ajustado significa EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

ii) condições de competição nos mercados:

Brasil

Como o transporte de cimento representa uma parcela importante de custos, a concorrência é essencialmente regional. Diversas companhias multinacionais de cimento, inclusive a Holcim e a Lafarge, possuem operações no Brasil. A Companhia também concorre com produtoras nacionais, como a InterCement, a Nassau e a Ciplan. As companhias multinacionais entraram no mercado principalmente por meio da compra de produtoras de cimento brasileiras e não pelo desenvolvimento de nova capacidade de produção. O aumento da demanda por cimento resultou no anúncio de planos de expansão da capacidade de produção por parte de um número cada vez maior de concorrentes.

Tradicionalmente, as importações de cimento nunca foram significativas no mercado brasileiro. As exportações de cimento representaram aproximadamente 0,04% das vendas do Brasil em 2012, de acordo com o SNIC. Os mercados relativamente pequenos de importação e exportação de cimento resultam principalmente de custos elevados de transporte, da falta de infraestrutura em portos brasileiros para o carregamento e descarregamento de cimento, e da natureza manifestamente regional do mercado de cimento no Brasil, de acordo com o mesmo relatório. Em 2012, com base em cálculo realizado segundo dados do SNIC, a Companhia foi responsável por aproximadamente 35,2% da produção total de cimento Portland no Brasil. Já a Cimento Nassau (Grupo João Santos), o maior concorrente da Companhia, foi responsável por aproximadamente 10,5% em 31 de agosto de 2012, de acordo com dados do SNIC.

A Companhia acredita que um novo participante no mercado brasileiro de cimento enfrentaria diversas barreiras naturais à entrada, tais como escassez de reservas de calcário disponíveis próximas aos centros populacionais, vastos requisitos de investimentos de capital e tempo exigido para a construção de novas fábricas, bem como o processo de estabelecimento de uma rede de distribuição varejista e o desenvolvimento de uma identificação de marca necessária para o êxito no mercado varejista.

América do Norte

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía uma participação de mercado de aproximadamente 27,0% na região dos Grandes Lagos e aproximadamente 8,7% no Estado da Flórida por meio de tal *joint venture*, segundo dados do USGS e *The Canada Cement Association in Ontario*. Dados preliminares de 2012 sobre consumo de cimento indicam que houve aumento de 14,8% e 6,9% no consumo na Flórida e na região dos Grandes Lagos, respectivamente. Espera-se que o consumo na Flórida aumente mais 18,9% em 2013.

Grandes Lagos

Grandes companhias multinacionais produtoras de cimento, inclusive Holcim, Lafarge e ESSROC Italcementi Group, são os principais concorrentes da Companhia na região dos Grandes Lagos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Tradicionalmente, as importações de cimento na região dos Grandes Lagos não são significativas. Os importadores enfrentam uma barreira para a entrada de seus produtos substanciada no transporte do produto final em barcaças pelo sistema de lagos e eclusas do Canal de São Lourenço, que fica fechado durante os três meses do inverno. Além disso, esse sistema não acomoda navios transoceânicos, exigindo que o importador pare na cidade de Quebec para recarregar sua carga em embarcações menores. A Companhia acredita que essas limitações efetivamente impedem que os importadores tornem-se concorrentes significativos na região dos Grandes Lagos.

A Companhia acredita que um novo participante no mercado de cimento da região dos Grandes Lagos enfrentaria diversas barreiras à entrada. A maior barreira a ser superada na construção de uma nova fábrica de cimento seria obter um local em área de amplas reservas de calcário próxima a um grande centro populacional. Isso exigiria, dentre outras coisas, a obtenção de alvarás locais, os quais representam, normalmente, um obstáculo relevante. A construção de tal fábrica exigiria, ainda, um maior investimento de capital e isso levaria vários anos. Um novo participante precisaria construir também uma rede de distribuição envolvendo terminais e capacidade de embarque, o que exigiria um investimento significativo em termos de capital e tempo.

Flórida

Os principais concorrentes da Suwannee e da Prestige no Estado da Flórida são: Titan America LLC, Cemex USA, Vulcan Materials Company, HeidelbergCement e CRH no mercado de cimentos, e Lafarge no mercado de escória.

Além das produtoras mencionadas acima, a Companhia não acredita que novos concorrentes entrarão no mercado de cimento no Estado da Flórida em virtude da atual oferta excessiva no Estado, que não deve se equilibrar com a demanda de mercado até pelo menos 2020.

América do Sul (exceto Brasil)

Os principais concorrentes no mercado de cimento argentino são a InterCement e a Holcim, as quais, em conjunto com a Avellaneda, representam aproximadamente 95% da capacidade instalada de produção do país, de acordo com o *Global Cement Report*.

Os principais concorrentes da Companhia no mercado de cimento chileno são a Melón e a Polpaico, as quais, em conjunto com a Bío Bío, representam aproximadamente 90% da capacidade instalada de produção do país, de acordo com o ICH.

Os principais concorrentes da Companhia no mercado de cimento boliviano são Soboce, Fancesa e Coboce.

O principal concorrente da Companhia no mercado de cimento uruguaio é a entidade estatal ANCAP.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Europa, Ásia e África

Espanha

O mercado de cimento na Espanha, segundo dados do *Oficemen* de 2011, está relativamente consolidado com aproximadamente 80% da capacidade instalada de produção de cimento detida por seis companhias, cinco das quais, inclusive a Companhia, são controladas por grupos multinacionais de produtoras de cimento (Cemex, Lafarge, Holcim e Italcementi).

A Companhia acredita que as condições de mercado na Espanha permanecerão desafiadoras e espera uma queda adicional significativa no mercado antes da crise econômica atingir o pior estágio. A Companhia espera que a economia se recupere a médio e longo prazo e, enquanto isso, a Companhia está tomando medidas importantes com base em sua experiência bem-sucedida de recuperação. A Companhia pretende reorganizar e simplificar suas operações na Espanha para torná-las rentáveis. A Companhia planeja implementar diversas iniciativas baseadas nas suas melhores práticas, as quais já foram implementadas em diversos outros países em que opera, incluindo renegociações de linhas de crédito, redução de funcionários, melhoramento da estabilidade operacional, aprimoradas iniciativas e logísticas de mercado, bem como uso de combustíveis alternativos, dentre outros. A antecipação de tais medidas ajudará a Companhia a superar circunstâncias atuais adversas e restabelecer sua lucratividade.

Marrocos

A Companhia é a quarta maior produtora de cimento no Marrocos, com uma participação de mercado de 7,5% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, segundo dados da *Global Cement Report – 9ª edição*. É líder de mercado na região de Rabat, com participação de 46,8% no mercado local. Seus concorrentes no Marrocos são grandes companhias internacionais, como Lafarge, Holcim e Italcementi.

Tunísia

A Companhia é a segunda maior produtora de cimento na Tunísia, com participação de mercado de aproximadamente 23,6% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, segundo dados do CNPC. Na região de Túnis tem participação de mercado de aproximadamente 40%. Na Tunísia, o setor de cimentos está bem consolidado, onde as quatro maiores produtoras são responsáveis por aproximadamente 80% da produção. Os concorrentes da Companhia são: Cimentos Portland Valderrivas, por meio de sua subsidiária Enfidha, líder no país; Secil, uma produtora portuguesa que atua em Gabés; Colacem, uma companhia italiana CAT; e duas estatais, Bizerte e Ciments d'Oum Kelli.

Historicamente, a Tunísia é um mercado importante em termos de crescimento e lucratividade. A Tunísia está estrategicamente posicionada para exportar para a Líbia, principalmente para atender o maior mercado do país, Trípoli.

Turquia

Do ponto de vista comercial, a Companhia enfatiza os mercados das regiões central e leste da Anatólia e do Mar Negro. Suas características estratégicas incluem, entre outras, a distância dos principais portos e, em geral, maior elasticidade de preços em comparação à costa mediterrânea.

O segmento de cimento na Turquia obteve resultados significativos nos últimos dois anos. De acordo com a *Türkiye Çimento Müstahsilleri Birliği* ("TCMB"), a associação de cimento do país, a Turquia produziu aproximadamente 64 milhões de toneladas de cimento e clínquer em 2012, das quais, aproximadamente 54 milhões de toneladas de cimento foram vendidas no país. Em 2012, estimou-se que o segmento de moradias privadas representaria aproximadamente 52% da demanda local total, seguido pelo segmento comercial, com 11%, de acordo com a TCMB.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia é a oitava maior produtora de cimento na Turquia, de acordo com *Global Cement Report* – 9ª edição, com uma participação de mercado de 3,8% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, de acordo com o TCMB. O mercado está altamente fragmentado e inclui players estrangeiros e nacionais. Os líderes de mercado são: Akçansa, *joint venture* entre a HeidelbergCement e o grupo industrial turco Sabanci; seguido por Oyak; o fundo de pensão das forças armadas, com participação de mercado de 18%; e um conglomerado industrial local, Limak Holding, com capacidade instalada anual de produção de cimento de 10,3 milhões de toneladas, de acordo com a TCMB.

Índia

A Índia é o segundo maior mercado de cimento do mundo, de acordo com o *Global Cement Report* – 9ª edição. Além disso, segundo a India Ratings and Research Private Limited, do grupo Fitch Company, a demanda por cimento no país crescerá aproximadamente entre 5% e 8% de 2013 para 2014. Esse fato, entre outros, ocorre em virtude do constante apoio do governo (entre 2011 e 2012, o governo aprovou bonds livres de impostos no valor de U.S.\$6,5 bilhões) e do forte aumento de demanda do segmento imobiliário, responsável por aproximadamente 60% da demanda total do país.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia possuía participação de mercado de 0,1%, na Índia, de acordo com a CMA. Enquanto companhias de cimento globais, como Holcim, Lafarge, Italcementi e HeidelbergCement são ativas nesse mercado, a maior operadora, Ultratech, é indiana. O mercado permanece bastante fragmentado, onde Ultratech e ACC/Ambuja (Holcim) não representam mais de 25% da participação de mercado total do país, de acordo com a CMA. Diversos *players*, como Dalmia, Shree e India Cements cobrem mercados regionais.

d) eventual sazonalidade

Os impactos sazonais abaixo descritos não têm se mostrado relevantes nos trimestres de cada um dos três últimos exercícios, de forma que a Companhia não direciona esforços no sentido de mensurar quais são os impactos nos resultados auferidos trimestralmente. Portanto, não está sendo apresentada informação sobre o impacto percentual da sazonalidade nos resultados da Companhia.

Brasil

No mercado brasileiro, existe uma sazonalidade no que se refere à demanda de cimento, sendo que alguns fatores que impactam este consumo exercem diferentes influências no curto e longo prazo. Por exemplo, no longo prazo, o consumo é fortemente influenciado pela disponibilidade de crédito imobiliário, renda, custo da construção civil e investimentos do Governo em infraestrutura e desenvolvimento habitacional, já no curto prazo, o consumo é principalmente influenciado pela renda e pelas condições climáticas.

Em relação às condições climáticas, períodos de concentração de chuvas impactam negativamente a construção civil como um todo, desde a paralisação do trabalho nas obras e, como resultado, da concretagem. A Companhia observa redução do consumo de cimento principalmente de janeiro a março, devido ao período de chuvas na região sudeste, além de redução nos meses de maio e junho devido ao período de chuvas no nordeste.

Com relação à renda sobre as vendas da Companhia, o impacto é maior no segmento de mercado que chamamos informalmente de formiguinha (pequenas reformas – varejo), o qual é influenciado pelo aumento da disponibilidade de renda no final do ano com o pagamento do 13º salário (outubro a novembro). A partir de dezembro, observa-se geralmente uma redução no consumo com a concessão de férias coletivas na construção civil e o direcionamento de gastos com impostos e educação.

América do Norte

Grandes Lagos

Quase todos os produtos da Companhia são produzidos e consumidos em ambientes externos. Mudanças sazonais e outras condições climáticas, especialmente na primeira metade do ano, com o período de inverno, podem afetar a produção e o volume de vendas trimestral dos produtos. Portanto, o resultado de um trimestre não é necessariamente indicativo do resultado esperado para o ano inteiro.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Flórida

A Companhia acredita que não há sazonalidade relacionada às vendas de cimento no Estado da Flórida.

América do Sul (exceto Brasil)

Avellaneda e a Artigas estão sujeitas à sazonalidade em virtude das estações de chuvas em Buenos Aires e Montevideo, respectivamente, que resultam em um consumo menor de cimento. Suas vendas tendem a apresentar uma leve queda nesses mercados durante o verão, de novembro a março.

A Bío Bío no Chile está sujeita à sazonalidade em virtude das estações de chuva na região central, que resulta em um consumo menor de cimento e menos construções no mercado do Chile em geral. As vendas geralmente tendem a apresentar uma leve queda de junho a setembro.

Itacamba está sujeita à sazonalidade na Bolívia em virtude da estação de chuva no primeiro semestre do ano. Suas vendas tendem a apresentar um leve aumento no segundo semestre.

Europa, Ásia e África

Espanha

A Companhia está sujeita à sazonalidade na Espanha. Dezembro é geralmente o mês com o menor volume de vendas em virtude dos feriados (apenas 18-19 dias de trabalho) do mês. Em contrapartida, no verão, o volume de vendas aumenta em virtude do bom tempo.

Marrocos

A Companhia está sujeita à sazonalidade no Marrocos, em virtude de dois fatores: feriados religiosos durante o ano, que geralmente interrompem a atividade de construção, e chuvas fortes no inverno.

Tunísia

A Companhia está sujeita à sazonalidade na Tunísia, pois as vendas médias diminuem durante o feriado do Ramadan, um período não fixo do ano, e na estação de chuvas, de dezembro a janeiro. Os melhores períodos de vendas são os meses de verão e o mês após o Ramadan, quando as pessoas retomam suas atividades diárias.

Turquia

A Companhia está sujeita à sazonalidade na Turquia em virtude de condições climáticas. Durante a baixa estação, de novembro a março, o volume de vendas mensal representa aproximadamente 4,5 a 7,5% do volume anual de vendas. Durante a alta estação, de abril a outubro, a porcentagem pode aumentar para 9,5% a 11% do volume anual de vendas.

Índia

A Companhia está sujeita à sazonalidade na Índia. Normalmente, o período de pico das vendas de cimento ocorre entre dezembro e maio, que tipicamente representa aproximadamente 55 a 60% das vendas do ano. As vendas diminuem entre junho e novembro em virtude da estação de chuvas e feriados religiosos.

e) principais insumos e matérias primas:

- i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;**
- ii) eventual dependências de poucos fornecedores;**
- iii) eventual volatilidade de seus preços.**

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

As principais matérias-primas utilizadas na produção de cimento são: (1) calcário, argila e demais aditivos menores (areia, bauxita e minério de ferro) para a produção de clínquer; (2) aditivos de cimento, inclusive escória de alto forno, pozolanas naturais e artificiais, gesso e cinza volante; e (3) sacaria. A Companhia produz quase todo o clínquer que utiliza na fabricação de cimento. Em 2012 e no primeiro trimestre de 2013, o custo das principais matérias-primas da Companhia representou aproximadamente 4,6% e 9,2% de seus custos e despesas totais.

Algumas das matérias-primas da Companhia, como a escória, são fornecidas por diferentes produtores e transportadas até suas plantas de cimento.

A Companhia possui relacionamento comercial com a Vale Fertilizantes S.A. para fins de fornecimento de gesso utilizada no processo de produção de cimento no Brasil. Em 2012, os principais fornecedores de gesso da Companhia eram a Vale Fertilizantes S.A. e a GessoSul Indústria de Gesso Ltda. Embora a Companhia não tenha celebrado contratos de fornecimento, ela compra regularmente gesso desses fornecedores. Além disso, a Companhia possui uma operação de extração de gesso natural na cidade de Ouricuri, Pernambuco, que fornece aproximadamente 16% do gesso utilizado pela Companhia.

A Companhia não acredita que dependa substancialmente de um único fornecedor de gesso e, periodicamente, leva em consideração outros possíveis fornecedores de gesso no mercado.

A Companhia possui contratos de fornecimento para a compra de outras matérias-primas, tais como escória (um subproduto do setor siderúrgico) e cinza volante (*fly ash*), utilizadas como substitutos ao clínquer para reduzir os custos da produção de cimento e ampliar sua gama de produtos cimentícios. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os principais fornecedores de escória da Companhia no Brasil foram a Usiminas e a Thyssenkrupp CSA. No Canadá e nos Estados Unidos, a escória é fornecida pela Algoma Steel Inc. e Stelco Inc., dois produtores de aço baseados em Ontário, conforme contratos de fornecimento de longo prazo. O principal fornecedor no Brasil de cinza volante, um subproduto obtido das usinas termoeletricas, é a Tractebel Energia S.A., conforme contratos de longo prazo. A Companhia não prevê nenhuma dificuldade em obter quantidades suficientes desses produtos nos próximos anos nem aumentos significativos dos preços de mercado recentes.

A Companhia compra sacos industriais para embalar cimento conforme os contratos de fornecimento firmados com a Cocelpa Cia. de Celulose, Conpel Cia. Nordestina de Papel e Klabin.

A Companhia utiliza quantidades significativas de coque de petróleo em seus processos de produção de cimento e depende de um número limitado de fornecedores que estabelecem o preço do coque de petróleo em dólares norte-americanos. A Companhia tem transações com a Votorantim GmbH, uma subsidiária integral do nosso acionista controlador, para compras de coque de petróleo. A Votorantim GmbH compra o coque de petróleo de fornecedores e revende para a Companhia com uma margem no seu preço de compra entre 14 e 15%. A Companhia não espera mudanças relevantes em relação a tal contrato, mas pode decidir no futuro comprar diretamente dos fornecedores. No primeiro trimestre de 2013 e em 2012, 2011 e 2010, a Companhia fez pagamentos à Votorantim GmbH no valor total de \$59,3 milhões, R\$230,2 milhões, R\$415,5 milhões e R\$57,9 milhões, respectivamente, relativos à compra de coque de petróleo.

Matérias Primas

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o custo das principais matérias-primas da Companhia representou aproximadamente 9,2% e 4,6% de seus custos e despesas totais, respectivamente (5,4% em 2011 e 5,8% em 2010). A Companhia não prevê aumentos significativos dos preços de mercado recentes para outras matérias-primas (como escória e cinza leve, utilizadas como substitutos ao clínquer).

Fontes de Energia

Combustíveis fósseis e alternativos

As fontes de energia também exercem um importante papel na produção dos produtos da Companhia. Em suas plantas, a Companhia utiliza energia térmica obtida por meio de uma mistura de combustíveis fósseis e reciclagem de combustíveis alternativos. Os fornos utilizam coque (coque de petróleo) comprado no mercado internacional e nacional como principal combustível fóssil, que supriu aproximadamente 89%, 86,7% e 85,8% das necessidades energéticas totais da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. O coque de petróleo é um produto rico em carbono obtido como subproduto da destilação do petróleo sendo utilizado como um dos combustíveis da produção de cimento.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os fornos da Companhia também utilizam combustíveis alternativos reciclados, como biomassa e resíduos de coprocessamento, que supriram aproximadamente 11%, 13,3% e 14,2% das necessidades térmicas totais da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

Energia Elétrica

As unidades de produção da Companhia consomem quantidades significativas de eletricidade. Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 2012, os custos com eletricidade representaram 9,1% e 8,1%, respectivamente, dos custos e despesas totais (nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, esse percentual era de 7,8%, 8,6% e 8,1%, respectivamente). A Companhia possui uma usina hidrelétrica no nordeste do Brasil (Pedra do Cavalo), com capacidade instalada total de 160 MW, e 5,6% de participação em uma usina hidrelétrica localizada no sul do país (Machadinho), com capacidade instalada total de 1.140 MW. A Companhia também possui quatro pequenas centrais hidrelétricas com capacidade instalada total de 12,2 MW nos Estados de Minas Gerais e Paraná. Além disso, é proprietária ou possui participação em três usinas hidrelétricas nos Estados de Mato Grosso, Rio Grande do Sul/Santa Catarina e Pará/Tocantins, em desenvolvimento desde 1988, 2002 e 2002, respectivamente. Essas usinas não estão funcionando atualmente. Para cada uma dessas plantas, a Companhia está aguardando a aprovação das licenças governamentais para iniciar a construção das usinas hidrelétricas, as quais são detidas por sociedades nas quais a Companhia não possui participação controladora. Embora tais sociedades estejam aguardando a aprovação de tais licenças por um longo período, a Companhia ainda espera obtê-las. Adicionalmente, há um mercado com liquidez para tais investimentos, e a Companhia pode vir a vender essas usinas. O valor contábil do investimento da Companhia em tais sociedades é irrelevante e corresponde a R\$24,6 milhões em 31 de março de 2013. As usinas de energia de propriedade da Companhia, ou usinas em que possui participação, supriram aproximadamente 23,4%, 27,5%, 27,8% e 25,3% das necessidades de energia elétrica das operações brasileiras no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente.

A Companhia também compra energia de sua afiliada Votener, que administra a geração de energia das operações industriais da VID, com base em contratos de longo-prazo, inicialmente de cinco anos, vigentes até dezembro de 2016. A Votener supriu aproximadamente 51,7%, 43,0%, 53,0% e 43,8% das necessidades de energia das operações da Companhia no Brasil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente. No primeiro trimestre de 2013 e em 2012, 2011 e 2010, a Companhia fez pagamentos para a Votener no montante total de R\$39,0 milhões, R\$174,6 milhões, R\$253,7 milhões e R\$81,6 milhões, respectivamente, relativos à compra de energia.

A Companhia compra o restante da energia consumida em suas plantas de cimento por meio de contratos com terceiros, com vigência de um ano, renovados automaticamente, exceto quando são rescindidos por qualquer uma das partes por meio de notificação prévia por escrito, com antecedência de seis meses, e que permita que a Companhia faça a revisão e os devidos ajustes quanto à energia que deverá comprar semestralmente. Na América do Norte, a Companhia compra eletricidade no mercado à vista por meio de contratos de longo prazo. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, as compras no mercado à vista supriram aproximadamente 75% das necessidades energéticas totais das operações da Companhia na América do Norte. A Companhia possui um contrato de fornecimento de energia de longo prazo para uma de suas plantas de cimento na América do Norte com vigência até 31 de dezembro de 2015, e que representa aproximadamente 25% das necessidades totais de eletricidade de suas operações na América do Norte.

Reservas Minerais

As reservas minerais da Companhia incluem apenas materiais que atendem às especificações de qualidade de cada processo e produto. Para garantir a competitividade de suas operações, a Companhia realiza atualizações tecnológicas, inovações em processos e produtos, bem como pesquisas constantes nos negócios de cimento, agregados, argamassa e calcário agrícola para suprir as respectivas necessidades de recursos minerais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

As principais exigências referem-se a uma composição química compatível com a qualidade exigida pelo processo de produção. A Companhia possui diversas unidades de produção estrategicamente localizadas para atender ao mercado, com recursos minerais de diferentes níveis de qualidade, no mesmo local. Além disso, realiza testes químicos geoestatísticos para determinar as melhores proporções de mistura que atendam às especificações do produto e ao volume de produção, assim como para aproximar-se de um índice próximo a 100% das reservas minerais desses produtos.

As reservas da Companhia incluem a soma de reservas prováveis e comprovadas. Reservas comprovadas são aquelas que possuem tamanho, forma, profundidade e teor mineral das reservas bem estabelecidos, com base em pesquisas geológicas, campanhas de perfuração, análise química ou modelo geológico. Todas essas atividades irão determinar a quantidade de minerais que atende aos padrões de qualidade exigidos pelo processo de produção. Além disso, a Companhia considera como reservas comprovadas aquelas que estão localizadas em terras de sua propriedade e cujas licenças ambientais foram concedidas.

Reservas prováveis são aquelas cuja quantidade ou qualidade são analisadas com base em informações similares obtidas de reservas comprovadas, mas os locais de inspeção, amostragem e medições estão bem mais distantes. O nível de segurança, embora em certos casos inferior ao das reservas comprovadas, é alto o suficiente para que seja estabelecida uma continuidade entre os pontos de observação. Além disso, a Companhia considera como reservas prováveis aquelas que não estão localizadas em terras de sua propriedade ou cujas licenças ambientais ainda não foram obtidas.

As estimativas de reservas comprovadas e prováveis da Companhia são baseadas na estimativa de toneladas recuperáveis. A Companhia não utilizou terceiros para revisar suas reservas entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de março de 2013. Os dados das reservas minerais da Companhia são preparados por seus engenheiros e geólogos e estão sujeitos a revisão pela equipe corporativa. A Companhia acredita que seus engenheiros e geólogos são qualificados para preparar os dados das reservas minerais no Brasil e no exterior. Tendo em vista que a Companhia prepara os dados de suas reservas minerais internamente, seus engenheiros e geólogos adquiriram um importante *know how*, o que ajuda a Companhia a manter sua competitividade de custos.

Com a finalidade de manter a competitividade de custo, a Companhia obtém praticamente todos os seus recursos minerais de suas próprias jazidas, por meio, na maioria dos casos, de seu próprio equipamento de lavra (máquinas de perfuração, escavadeiras, pás carregadeiras, caminhões, etc.) e sistemas de britagem, com o menor número possível de empreiteiros. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente 100% do calcário da Companhia foi obtido a partir de suas próprias jazidas e aproximadamente 50% dos agregados da Companhia foi obtido a partir de suas próprias jazidas.

A Companhia armazena calcário, argila e outros compostos menores extraídos das jazidas, em sua maioria, em cavas abertas, em suas propriedades. Após a localização de quantidades suficiente de calcário, o material cobrindo a jazida, ou “cobertura vegetal e solo” (*overburden*) (do qual a Companhia pode extrair argila), é removido por tratores ou escavadeiras hidráulicas e armazenado em áreas controladas que atendem às especificações previstas pela legislação ambiental. Após a remoção da camada superficial, a extração do calcário requer a perfuração da jazida para localização de calcário em quantidades suficientes e de qualidade satisfatória para então, na maior parte das jazidas, realizar os desmontes com explosivos para extração do calcário.

A Companhia conduz controle operacional anual, checando as reservas minerais liberadas (já com o estéril removido) e revisando os novos volumes de produção e aspectos geológicos para manter altos padrões de segurança e volume suficiente para durar aproximadamente doze meses sem sobrecarregar as atividades.

A Companhia cumpre toda a legislação em vigor, inclusive ambiental, por meio da prática contínua das melhores práticas. A Companhia é membro da *Cement Sustainability Initiative* (“CSI”).

As despesas de capital da Companhia concentram-se no desenvolvimento de novas jazidas e manutenção dos investimentos sustentáveis, destinando-se principalmente a equipamentos de mineração e segurança, sistemas de britagem, e *compliance* ambiental.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a produção total em jazida foi de aproximadamente 73 milhões de toneladas, dos quais aproximadamente 100% foi usado para consumo próprio na produção de cimento, concreto e outros produtos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em 31 de março de 2013, a Companhia operava 61 jazidas de calcário em todo o mundo, que serviam as instalações dedicadas à produção de cimento, próximas das jazidas. A Companhia estima que as reservas de calcário comprovadas e prováveis possuem uma vida útil média restante de 60 anos, presumindo a capacidade de produção máxima de 31 de dezembro de 2012. Essas reservas não incluem direitos minerários adicionais que a Companhia possui (para expansão futura de sua capacidade produtiva em novas unidades de produção).

Em 31 de março de 2013, a Companhia operava 52 jazidas de agregados em todo o mundo, que serviam as operações de concreto e agregados. A Companhia estima que as reservas de agregados comprovadas e prováveis, no consolidado, possuem uma vida útil média restante de 45 anos no Brasil e 60 anos na América do Norte, presumindo que haja nível médio de produção de 31 de dezembro de 2012.

A Companhia não classifica suas reservas por nota média.

A Companhia diferencia o calcário recuperável de resíduo avaliando se as pedras de calcário estão adequadas para serem utilizadas como farinha, que é um pó composto de argila e mistura de calcário. Para atender as especificações desta farinha, a Companhia geralmente utiliza calcário com uma concentração de, no mínimo, 75% de carbonato de cálcio (CaCO₃). Embora não exista uma nota de corte específica para agregados, a Companhia diferencia agregados recuperáveis de resíduo por meio da segregação do tipo de pedra extraída da jazida. As pedras mais comuns utilizadas para a produção de agregados são granito, gnaiss, basalto, calcário, areia ou cascalho.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, dependendo do tipo de produção de cimento, a Companhia necessitou de 0,4 a 1,4 toneladas de calcário para produzir uma tonelada de cimento. Em média, a Companhia necessitou de aproximadamente 1,15 toneladas de calcário para produzir uma tonelada de cimento. Adicionalmente, a Companhia necessitou de aproximadamente uma tonelada de pedra para produzir uma tonelada de agregados.

A Companhia não divulgou suas reservas de argila, já que acredita não serem relevantes para a sua produção de cimento tendo em vista que ela extrai argila da cobertura vegetal e solo (*overburden*), assim como a Companhia pode utilizar outros materiais, tais como minério de ferro, alumínio e sílica como substitutos da argila comprada externamente. Além disso, 16% do gesso utilizado pela Companhia é fornecido por sua fábrica localizada na cidade de Ouricuri, Pernambuco. A Companhia compra o restante de gesso por meio de contratos de fornecimento.

A tabela abaixo apresenta informações sobre as reservas comprovadas e prováveis de matérias-primas para a produção de cimento, por segmento geográfico:

Localidade	Número de Jazidas	% das Reservas		Reservas ⁽¹⁾			Anos até o esgotamento	Produção anualizada em 2012 (em milhões de toneladas)	Produção anualizada média em 5 anos (em milhões de toneladas)	% de uso próprio
		Próprias	Arrendadas	Comprovadas	Prováveis ⁽²⁾	Total				
Calcário:										
Brasil ⁽³⁾	27	100%	–	1.496	1.782	3.278	66	31	33	100%
América do Norte	4	100%	–	508	415	923	125	5	5	100%
América do Sul (exceto o Brasil) ⁽⁴⁾	1	100%	–	–	–	–	–	–	–	–
Europa, Ásia e África ⁽⁵⁾	29	100%	–	430	555	985	69	14	11	100%
Agregados:										
Brasil	23	79%	21%	568	129	697	45	14	14	100%
América do Norte	29	48%	52%	572	N/A	572	60	10	10	100%

⁽¹⁾ Os dados de reservas consideram os fatores de diluição e recuperação.

⁽²⁾ Os dados de reservas prováveis não incluem as reservas prováveis dos projetos greenfield: Edealina, Primavera, Ituaçu e Paraíba.

⁽³⁾ Inclui quatro jazidas de argila pozolana e uma jazida de gesso do Brasil.

⁽⁴⁾ Inclui a jazida de calcário no Peru para a qual não existem dados de reservas atualmente disponíveis, tendo em vista que a Companhia adquiriu recentemente tal ativo e que a jazida está sob avaliação dos engenheiros e geólogos da Companhia.

⁽⁵⁾ Inclui as 13 jazidas na região da Europa, Ásia e África para as quais não existem dados de reservas atualmente disponíveis, tendo em vista que a Companhia adquiriu recentemente tais ativos e que as jazidas estão sob avaliação dos engenheiros e geólogos da Companhia.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que, individualmente, sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

Em virtude da natureza extremamente varejista do mercado de cimento no Brasil, a Companhia não depende de um pequeno número de consumidores de grande porte. Nenhum cliente sozinho foi responsável por mais de 5% do volume total de vendas de cimento da Companhia no Brasil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. A Companhia atendeu mais de 48.000 clientes no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, e as vendas a seus maiores 20 clientes representaram apenas 20% do volume total de vendas de cimento no Brasil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Os 10 principais clientes da Companhia representaram aproximadamente 31% das vendas totais na região dos Grandes Lagos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia está sujeita a inúmeras regulamentações governamentais em todas as jurisdições nas quais opera. Segue um resumo das regulamentações que têm impacto mais significativo nas operações da Companhia.

Historicamente, a Companhia tem mantido uma boa relação com a administração pública para a obtenção das autorizações governamentais necessárias para o exercício de suas atividades, tais como as autorizações, concessões e licenciamentos relevantes exigidos para a realização de atividades minerárias ou relacionadas à mineração e as licenças ambientais. Entretanto, não podemos garantir que tais licenças serão renovadas ou novas serão concedidas no futuro. Vide item 4.3 – “O cumprimento de regulamentos ambientais, sanitários e de segurança pode resultar em custos adicionais significativos. A não observância da legislação ambiental pode resultar em punição para reparação de danos ambientais, bem como sanções penais e administrativas, que podem afetar a Companhia de maneira adversa” e “As atividades de lavra mineral dependem de autorizações, concessões e licenciamentos de autoridades públicas que estão sujeitos a expiração, restrições de renovação, mudanças das leis e regulamentos relevantes e a vários outros riscos e incertezas que podem afetar o setor de materiais básicos de construção e as atividades da Companhia” deste Formulário de Referência.

Regulamentação minerária

A atividade de mineração no Brasil é regida pela Constituição Federal de 1988, pelo Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (“Código de Mineração”), bem como por outros decretos, leis, portarias e regulamentos, que definem as formas de aproveitamento das substâncias minerais e impõem às mineradoras diversas obrigações e responsabilidades sobre o modo como as jazidas minerais são pesquisadas, exploradas, a segurança dos trabalhadores e das comunidades locais onde as minas estão localizadas, a proteção e recuperação do meio ambiente, entre outras. Tais ordenamentos também determinam a competência e atuação do Estado sobre a atividade.

A atividade de mineração no Brasil é regulamentada pelo MME e pelo DNPM. O MME é responsável pela formulação e coordenação das políticas públicas brasileiras acerca das áreas de geologia, recursos minerais e energéticos; aproveitamento da energia hidráulica; mineração e metalurgia; e petróleo, combustível e energia elétrica, incluindo a nuclear. O DNPM, autarquia vinculada ao MME, foi instituído em 1934 com a finalidade de promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar as atividades de mineração no país.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, os recursos minerais e jazidas situados em território nacional perfazem propriedade distinta do solo e são de domínio da União, sendo competência privativa desta legislar sobre tais bens, jazidas, mineração e metalurgia. Brasileiros ou empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País podem efetuar a pesquisa e a lavra de recursos minerais após a obtenção das respectivas autorizações de pesquisa, concessões de lavra e ou licenciamento aplicáveis nos termos previstos pela legislação vigente.

Atualmente, o Código de Mineração prevê cinco regimes aproveitamento das substâncias minerais no Brasil, que diferem de acordo com o minério a ser explorado e a dimensão do projeto a ser desenvolvido. Esses regimes são:

- autorização de pesquisa;
- concessão de lavra;
- licenciamento;
- permissão de lavra garimpeira; e
- monopólio.

As atividades de mineração da Companhia estão sujeitas aos três primeiros regimes. A Companhia obteve, ou está no processo de obtenção, das autorizações, concessões e licenças requeridas para a condução de sua atividade minerária e atividades a ela relacionadas e poderá ter de renovar tais autorizações, concessões e licenças ou requerer autorizações, concessões e licenças adicionais no futuro.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Regimes de autorização de pesquisa e concessão de lavra

O regime de aproveitamento de autorização de pesquisas inicia-se com o protocolo, pela parte interessada, de um requerimento de autorização junto ao DNPM, materializando seu pleito para a realização da pesquisa. Mediante o cumprimento das exigências legais e deferimento pelo DNPM, a autarquia emite um Alvará de Pesquisa ao interessado para realização de trabalhos de prospecção e pesquisa mineral dentro da área requerida por período de um a três anos (renovável pelo mesmo período mediante a satisfação de certos requisitos), com o intuito de aferir a existência dos recursos e a viabilidade da exploração da área.

Ao final dos trabalhos de pesquisa, um relatório de pesquisa definitivo deve ser submetido à análise e aprovação do DNPM. Caso aprovado, interessado deve protocolar, no prazo de um ano, requerimento para concessão de lavra. Este requerimento deve atender a determinadas exigências da legislação minerária, inclusive a determinação da viabilidade técnico-econômica do projeto de lavra daquela jazida e a apresentação do Plano de Aproveitamento Econômico ("PAE").

Enquanto o DNPM analisa o requerimento para concessão de lavra, o requerente tem o direito exclusivo de requerer essa concessão na área abrangida por seu alvará de pesquisa, desde que o requerente não perca seu direito minerário por qualquer outro motivo. O titular do processo minerário somente terá o direito de lavra da jazida mediante a aprovação de seu requerimento para concessão de lavra, que ocorre por meio da publicação de uma portaria de concessão de lavra emitida pelo MME, observada também a necessidade de aprovação do respectivo processo de licenciamento ambiental, conforme determina a legislação ambiental aplicável.

Note-se que o MME não cede a jazida mineral, mas outorga ao concessionário a propriedade sobre o produto da lavra, que deve ser operacionalizada de acordo com o PAE aprovado pelo DNPM e pelas autoridades ambientais. O titular da portaria de lavra deverá iniciar os trabalhos de lavra no prazo de seis meses contados da sua publicação e, via de regra, não poderá suspendê-los sem a prévia autorização do DNPM. Atualmente, as portarias de lavra são outorgadas por tempo indeterminado e permanecem válidas até o esgotamento das reservas minerais da jazida, desde que não haja a caducidade do título por qualquer outro motivo.

A autorização de pesquisa e a concessão de lavra podem ser transmitidas para terceiros, mediante a prévia aprovação do DNPM ou MME, dependendo do direito em questão, de acordo com a legislação aplicável.

Ações judiciais relativas a direitos minerários não são incomuns, sendo frequentes os conflitos de titulares de direitos minerários para obtenção de acesso à área disponibilizada para o desenvolvimento das atividades minerárias.

O DNPM pode declarar a caducidade dos direitos minerários (inclusive os alvarás de pesquisa e as concessões de lavra) após a instauração dos devidos processos administrativos na ocorrência de determinadas circunstâncias, incluindo, mas não se limitando:

- paralisação de todas as atividades de lavra pelo titular do direito minerário por mais de seis meses sem a aprovação prévia do DNPM;
- falta de pagamento das obrigações relevantes (*royalties* ou outras taxas e obrigações relativas ao alvará de pesquisa ou à concessão de lavra, conforme o caso); e
- incapacidade de realizar a pesquisa ou a lavra, conforme o caso, de acordo com os planos protocolados junto ao DNPM.

Regime de licenciamento mineral

O regime de licenciamento, que também rege as atividades de mineração da Companhia, permite a lavra de alguns minérios específicos, tais como areia, cascalho e saibro para utilização imediata na construção civil, sem a necessidade de prévia realizada de pesquisa.

Para tanto, é necessário o registro no DNPM de licença específica expedida pela autoridade administrativa local do município onde resta situada a jazida, com definição do prazo de validade do licenciamento. Uma vez expirado o prazo, o titular deve solicitar uma nova licença, caso contrário a área ficará disponível novamente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Somente o proprietário do solo ou quem esteja autorizado por ele pode fazer uso deste regime, exceto (1) quando o imóvel pertencer a pessoa jurídica de direito público, ou (2) se a propriedade estiver localizada em áreas correspondentes a títulos de registros de licença cancelados. Nesses casos, será devida ao proprietário renda pela ocupação da área.

As operações de lavra na área poderão ser iniciadas, desde que haja a apresentação ao DNPM de licença ambiental do órgão competente em até 180 dias da data da emissão do título de licenciamento.

Acesso e ocupação de áreas

Se o titular do alvará de pesquisa ou da concessão de lavra não for o proprietário da área onde os recursos minerais ou a infraestrutura relativa à atividade de mineração (tais como linhas de transmissão de energia e barragens de resíduos) estiverem localizados, e não deseje adquiri-las, nem tenha celebrado um acordo com o superficiário, fará jus ao acesso e/ou ocupação da área por meio da instituição de servidão minerária a ser requerida ao DNPM nos termos do Código de Mineração.

Os titulares de alvarás de pesquisa devem pagar pela ocupação das áreas e indenizar o proprietário ou possuidor pelos danos e prejuízos que possam ser causados pelos trabalhos de pesquisa. Esses valores podem ser livremente negociados entre as partes, desde que o DNPM seja subsequentemente informado. Na falta de um acordo, após a outorga do alvará de pesquisa, o DNPM requererá a determinação dos valores a serem pagos por um juízo competente.

Na ausência de um acordo, outorgada a concessão de lavra, o proprietário ou possuidor da terra fará jus ao recebimento de pagamentos mensais equivalentes a 50% da CFEM. Não obstante tal remuneração, a indenização por danos e o pagamento de valores em retribuição à ocupação ainda são devidas com relação às áreas dedicadas às instalações acessórias.

Encargos minerários

As receitas oriundas das atividades de lavra estão sujeitas à CFEM, que é devida ao DNPM, que, por sua vez, transfere o valor aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e à União. A CFEM é calculada mensalmente com base no valor do faturamento líquido obtido por ocasião da venda do produto mineral, calculado pelo valor da venda deduzido dos tributos (ICMS, PIS e COFINS) que incidem na comercialização, despesas com transporte e seguro. Quando o produto é consumido nos processos industriais internos da companhia, consideram-se para o cálculo da CFEM os custos incorridos na sua produção. A alíquota a ser aplicada varia de acordo com o produto mineral (atualmente entre 0,2% e 3%).

Durante a fase de pesquisa, a taxa anual por hectare é devida ao DNPM, atualmente fixada em R\$2,36 por hectare para alvarás de pesquisa outorgados pela primeira vez e R\$3,58 por hectare para alvarás de pesquisa prorrogados. Tais valores são regularmente corrigidos pelo DNPM.

Além disso, alguns Estados brasileiros (tais como Minas Gerais, Amapá, Pará e Mato Grosso do Sul) recentemente promulgaram a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários, um imposto de fiscalização mensal relativo à transferência e comercialização de determinados minerais dentro de tais Estados.

Outras questões que afetam as atividades de lavra

Em 2009, o Governo Federal anunciou que um novo marco regulatório de mineração logo seria estabelecido em substituição ao atual Código de Mineração. De acordo com material disponibilizado pelo governo e baseando-se em projetos de lei, espera-se que o novo marco regulatório de mineração crie uma nova agência que irá substituir o DNPM, assim como uma nova fórmula de cálculo da CFEM, com o possível aumento da respectiva alíquota, um sistema de licitação para a outorga de alvarás de pesquisa e concessões de lavra dependendo do tipo do mineral e da relevância estratégica e econômica da jazida, altere os prazos dispostos nos termos do Código de Mineração (inclusive instituindo prazo de vigência da concessão de lavra) e estabeleça novos termos e condições para alvarás de pesquisa e concessões de lavra, inclusive estabelecendo investimentos mínimos para cada fase da exploração.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Regulamentação de lavra de agregados na América do Norte

Na América do Norte, a Companhia opera alguns poços e jazidas de calcário e agregados segundo a legislação das províncias e municípios do Canadá, e segundo as leis federais, estaduais e locais nos Estados Unidos. Os procedimentos, a duração dos prazos, as despesas e os riscos envolvidos na obtenção de novas licenças para a extração de agregados variam significativamente entre as jurisdições locais. Particularmente, o processo regulatório na Província de Ontário é relativamente complexo e dispendioso.

Armazenamento de combustível

Exige-se que qualquer companhia que adquira combustível para a condução de suas atividades e que possua instalações com capacidade de armazenamento acima de 15 metros cúbicos de combustível (inclusive diesel), com o objetivo de abastecer equipamentos móveis, veículos terrestres, aeronaves, navios ou locomotivas, obtenha autorização prévia da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), para a construção ou operação de tais instalações, de acordo com a Resolução ANP nº 12/2007.

Caso uma companhia deixe de cumprir as disposições da citada Resolução, diferentes sanções podem ser aplicadas, de multas à suspensão temporária, total ou parcial, das atividades da instalação, cancelamento do registro da instalação e revogação da licença de operação.

Regulamentação ambiental

Responsabilidade ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente prevê responsabilidade civil objetiva por danos ambientais. O fato de o poluidor possuir autorizações para operar não o isenta de tal responsabilidade. Nos termos da legislação brasileira, as pessoas físicas e jurídicas envolvidas, direta ou indiretamente, em atividades nocivas ou poluidoras estão sujeitas à responsabilidade solidária.

A responsabilidade penal também recai tanto sobre as pessoas físicas quanto jurídicas que violarem a legislação ambiental. Assim, um diretor, administrador, conselheiro, gerente, agente ou procurador de uma pessoa jurídica também está sujeito à responsabilidade penal caso seja negligente ou cometa crimes ambientais. O acordo em processo civil ou administrativo não impede a propositura da ação penal. As sanções restritivas de liberdade (reclusão ou detenção) são frequentemente reduzidas a sanções restritivas de direitos, tais como serviços comunitários.

As sanções administrativas incluem multas diárias, suspensão total ou parcial das atividades, sanções restritivas de direitos, sentença de reparação de danos, entre outras. Os valores das multas variam de R\$50 a R\$50.000.000. Além das sanções penais e administrativas, a legislação ambiental brasileira impõe ao réu a indenização ou a reparação dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros. A execução de multas pode ser suspensa mediante o acordo junto a autoridades ambientais sendo substituída pela reparação do dano. No caso de ausência da reparação dos danos ou do não pagamento de multas, a doutrina da desconsideração da personalidade jurídica é aplicada. Portanto, futuros acionistas podem vir a ser responsabilizados por danos ambientais independentemente do fato de a aquisição acionária ter se consumado após a ocorrência dos danos ou infrações administrativas.

Licenciamento ambiental

A Constituição Federal do Brasil concede aos governos federal, estaduais e municipais a competência constitucional para legislar sobre matéria ambiental e instituir a respectiva regulamentação. Enquanto a União possui competência para legislar sobre os padrões mínimos de proteção ambiental, os Estados possuem competência para regulamentar questões ambientais mais específicas, competindo aos municípios apenas a regulamentação de questões de interesse local, ou que complementem a legislação federal ou estadual.

Nos termos da legislação brasileira, a construção, a instalação, a ampliação e a operação de qualquer estabelecimento ou atividade que utilize recursos ambientais, ou que seja considerada efetivamente ou potencialmente poluidora, bem como as atividades que podem ocasionar qualquer tipo de degradação ambiental, dependem de processo de licenciamento prévio.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O processo de licenciamento ambiental, regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“CONAMA”) nº 237/1997 e pela Lei Complementar nº 140/2011, consiste em um sistema trifásico, no qual cada licença resta condicionada à emissão de sua precedente, conforme a seguir:

- Licença Prévia (LP) – concedida na fase preliminar de planejamento do projeto; esta licença sinaliza a aprovação de sua localização, concepção e viabilidade ambiental, estabelecendo os requisitos básicos a serem cumpridos na fase de implantação subsequente.
- Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação do empreendimento e sua construção com base nas especificações previstas na licença anterior, nos planos, programas e projetos aprovados, inclusive nas medidas de controle ambiental.
- Licença de Operação – autoriza a operação do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das condicionantes estabelecidas na Licença Prévia e de Instalação, inclusive de quaisquer medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

A Companhia busca obter todas as licenças ambientais requeridas para o regular exercício de suas atividades, bem como revisar as solicitações para a renovação de licenças operacionais periodicamente. Vale observar que, de acordo com a Resolução do CONAMA nº 237/1997, o prazo máximo de validade para as licenças ambientais é de cinco anos para licença prévia, seis anos para licença de instalação e dez anos para licença de operação.

Há, ocasionalmente, conflito de competência entre as autoridades ambientais quando as atividades de lavra propostas estão situadas em locais regulamentados por mais de um município ou Estado, ou estão sob a jurisdição tanto do Estado quanto da União. De acordo com a Resolução nº 237/1997 do CONAMA e a Lei Complementar nº 140/2011, compete ao Estado o licenciamento de instalações a serem construídas em seu próprio território, a menos que os impactos ambientais ultrapassem os limites territoriais de tal Estado, casos em que o licenciamento compete à União. Além disso, compete aos municípios o licenciamento de empreendimentos com impacto estritamente municipal. Não obstante, os projetos devem ser licenciados, em última instância, em um único nível de competência, evitando, desse modo, processos de licenciamento em diferentes níveis de governo. A Lei Complementar nº 140/2011 fixou regras relativas às ações administrativas decorrentes do exercício da competência para o licenciamento ambiental, possibilitando, inclusive, a delegação entre os entes federativos da análise do processo de licenciamento ambiental e emissão das licenças necessárias, mediante a celebração de convênios. Não obstante, referido diploma legal deixa claro que os empreendimentos deverão ser licenciados por um único ente federativo, evitando, deste modo, processos de licenciamento em esferas distintas.

Além das diretrizes gerais previstas pelo Governo Federal, a cada Estado compete a regulamentação específica sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de sua competência. Ademais, dependendo do nível do impacto ambiental ocasionado pela atividade de lavra, os procedimentos para a obtenção da licença ambiental podem exigir a avaliação do impacto ambiental e a realização de audiências públicas, que podem aumentar consideravelmente a complexidade e a duração do processo de licenciamento, além de expor a atividade de lavra a reivindicações legais potenciais.

Todas as solicitações de renovação de licenças ambientais deverão ser requeridas junto ao órgão ambiental competente com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade. Nessas circunstâncias, a validade do licenciamento será prorrogada automaticamente até a emissão da decisão pelo órgão ambiental sobre a renovação. Em contrapartida, não há a garantia de prorrogação automática caso o requerimento seja feito fora desse período.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes para a construção, a implantação, a modificação, a ampliação e a operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores sujeitam o infrator a sanções penais e administrativas que podem resultar em multas de R\$500 a R\$10.000.000. Em geral, o valor máximo da multa é aplicado somente quando a falta do licenciamento adequado ocasiona um alto risco ambiental ou pode vir a ocasionar sérios danos ambientais. Além das multas, o infrator também fica sujeito a sanções como suspensão das atividades, desativação e demolição, entre outras, que também são aplicáveis caso o incorporador do projeto deixe de cumprir com as condições estabelecidas em seu licenciamento ambiental.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Registro junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

A inscrição no cadastro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), de todas as pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvem atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras é obrigatória. A inscrição também é obrigatória para a extração, produção, transporte e venda de produtos considerados prejudiciais ao meio ambiente, inclusive produtos de fauna e flora e seus derivados. Após a inscrição, a pessoa física ou jurídica deve enviar ao IBAMA relatórios anuais contendo os detalhes das atividades desenvolvidas.

O descumprimento da obrigação de inscrição sujeita o infrator a uma multa que pode alcançar o valor de R\$9.000. A falta de envio dos relatórios anuais sujeita o infrator a multas de R\$1.000 a R\$100.000.

Além disso, as atividades da Companhia estão sujeitas ao pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”), nos termos das Instruções Normativas nº 31/2009 e nº 06/2013 do IBAMA. O valor devido depende do porte da companhia e da intensidade do potencial poluidor de suas atividades, e varia de R\$200 a R\$10.000 ao ano. A falta de pagamento da taxa sujeita o infrator à multa de 20%, mais juros de 1% ao mês.

Legislação sobre áreas protegidas

As atividades da Companhia estão sujeitas a legislação ambiental sobre áreas protegidas, conforme descrito abaixo.

A Lei Federal nº 12.651/2012 define a Área de Preservação Permanente (“APP”) como “toda área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar de populações humanas”. Por esta razão, essas áreas recebem tutela especial. As áreas designadas como APP incluem os topos das montanhas e as margens de rios ou de quaisquer córregos e nascentes adjacentes, mesmo que intermitentes.

O dano ou a destruição florestal ou de outras formas de vegetação natural em uma APP, sem a autorização do órgão competente, quando exigível, ou em descumprimento da autorização obtida, é considerado uma infração administrativa. De acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008, a multa aplicável às infrações varia de R\$5.000 a R\$50.000 por hectare ou fração. Além disso, a supressão de árvores de uma APP pode sujeitar o infrator a uma multa que varia de R\$5.000 a R\$20.000. As autoridades competentes também podem suspender ou demolir a obra após a avaliação da gravidade das circunstâncias, que incluem: (1) os motivos da infração e as consequências à saúde pública e ao meio ambiente; (2) o histórico de cumprimento da legislação ambiental pelo infrator; e (3) as condições econômicas do infrator, nos termos do referido Decreto.

Além disso, no caso de supressão da vegetação em uma área situada em APP, o proprietário, possuidor ou ocupante da área, a qualquer título, fica obrigado a promover a recomposição da vegetação.

A Reserva Legal, por sua vez, é definida, pelo artigo 3º, III, da Lei Federal nº 12.651/2012, como a área localizada dentro de uma propriedade rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, promover a conservação da biodiversidade, bem como ao abrigo e à proteção da fauna silvestre e flora nativa.

A obrigação de se manter uma Reserva Legal é um ônus real que recai sobre os proprietários ou possuidores do imóvel, a despeito da forma de aquisição da propriedade, pois continua aderida ao bem. A Reserva Legal deve corresponder a 20% do total da área de uma propriedade rural, exceto na região da Amazônia Legal, onde o percentual é de 80% nas áreas de bioma florestal e 35% nas áreas de bioma do cerrado.

Foi criado, recentemente, o Cadastro Ambiental Rural (“CAR”), pela Lei Federal nº 12.651/2012, por meio do qual as Reservas Legais devem ser registradas junto ao órgão municipal, estadual ou federal. O CAR é um cadastro público eletrônico de âmbito nacional obrigatório para todas as propriedades rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento (artigo 29 da referida Lei Federal). Caso a Reserva Legal já tenha sido averbada na matrícula do imóvel e essa averbação identifique o perímetro e a localização da área, o proprietário ou o possuidor estará desobrigado do fornecimento dessas informações no registro junto ao CAR, bastando que seja apresentado ao órgão ambiental competente a certidão de registro de imóveis onde conste a averbação ou termo de compromisso já firmado.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Por sua vez, as Unidades de Conservação (“UCs”) são definidas pela Lei Federal nº 9.885/2000 como os espaços territoriais com características naturais relevantes criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção. Exemplos de UCs incluem as estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais e florestas nacionais, entre outros.

Qualquer interferência nas UCs só poderá ocorrer de acordo com as disposições do instrumento legal que as criou e dos respectivos planos de manejo. Além disso, qualquer interferência em áreas ambientalmente protegidas exige a autorização prévia dos órgãos responsáveis pela sua administração. A ausência da anuência do órgão gestor e o descumprimento das regras dispostas nos planos de manejo, caracterizam infração administrativa passível de penalidade de multa de, respectivamente, R\$500,00 a R\$10.000.000,00 e R\$500,00 a R\$10.000,00, sem prejuízo de outras penalidades como, por exemplo, embargo e interdição das atividades.

Normas de poluição/contaminação

As atividades da Companhia também estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais emitidos pelas autoridades públicas com relação a emissões atmosféricas, descarte de objetos, resíduos sólidos (inclusive substâncias nocivas) e odores.

O descarte final de resíduos é um assunto que afeta diretamente tanto o meio ambiente quanto a saúde pública. Assim, a legislação brasileira, sobretudo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, determina que o transporte, a gestão e o descarte final de resíduos não devem causar qualquer dano ao meio ambiente, à saúde ou ao bem-estar públicos. A segregação, a coleta, o armazenamento, o transporte, o tratamento e o descarte final de resíduos são regulamentados pela legislação brasileira, que também prevê que as partes que terceirizam essas atividades são solidariamente responsáveis com os terceiros contratados.

A disposição inadequada dos resíduos sólidos produzidos pelas atividades da Companhia, bem como os acidentes resultantes do transporte de tais resíduos, pode resultar na contaminação do solo e das águas subterrâneas e dar origem à aplicação de sanções administrativas e penais. As sanções administrativas aplicáveis a qualquer descarte inadequado, resultando ou não em poluição, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra, e, ainda, a imposição de multas de até R\$50.000.000. Em geral, o valor máximo da multa é aplicado somente em casos de danos graves ao meio ambiente. Note-se que a legislação brasileira prevê que as partes que terceirizam essas atividades são solidariamente responsáveis pelos danos causados por terceiros.

O transporte, o tratamento e a destinação final adequada dos resíduos dependem da classe a que ele pertence, e tais atividades estão sujeitas à prévia aprovação do órgão ambiental competente. As atividades de tratamento de resíduos, em particular, estão sujeitas ao licenciamento, e as companhias contratadas para realizar tais atividades deverão comprovar a regularidade de suas licenças.

A contaminação do solo e/ou das águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, pois a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição. Em outras palavras, a responsabilidade por um dano ambiental não expira com o decurso de tempo.

As áreas onde a poluição efetivamente ocorreu devido ao descarte, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias e resíduos perigosos são consideradas áreas contaminadas cuja gestão requer conhecimentos jurídico e técnico específicos, pois a determinação dos custos atuais de reparação podem ser fatores decisivos na aquisição de um local destinado a uma instalação industrial, por exemplo.

As áreas consideradas “contaminadas” incluem aquelas em que a poluição for comprovadamente ocasionada pelo descarte, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, com impacto negativo sobre a propriedade protegida.

O titular de uma propriedade contaminada obriga-se automaticamente a reparar quaisquer danos ambientais ou impactos negativos, independentemente das causas da contaminação. Neste sentido, o titular de uma propriedade cujo solo ou água subterrânea é contaminado por materiais perigosos está sujeito à lavratura de um auto de infração por uma autoridade ambiental exigindo a limpeza da área, circunstância esta que pode acarretar despesas significativas. Não obstante, caso tal obrigação atinja o novo proprietário, ele pode exercer seu direito de regresso contra a pessoa que tenha ocasionado o dano ambiental.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia possui áreas contaminadas, bem como áreas sob monitoramento nas seguintes cidades: São Paulo, São Paulo; Cubatão, São Paulo; Sorocaba, São Paulo; Sobral, Ceará; e Xambioá, Tocantins.

No Estado de São Paulo, a Companhia está sujeita a determinadas leis e regulamentos estaduais que dispõem sobre a gestão de áreas contaminadas. A legislação estadual considera responsáveis legais e solidários pela prevenção, identificação e remediação de uma área contaminada: (1) o causador da contaminação e seus sucessores; (2) o proprietário da área; (3) o superficiário; (4) o detentor da posse efetiva; e (5) quem dela se beneficiar direta ou indiretamente.

Os processos de recuperação no Brasil caracterizam-se por uma interação considerável com órgãos públicos, que devem aprovar todas as medidas remediadoras e avaliar sua eficácia. Esses processos de remediação podem incluir: (1) a remoção das fontes de contaminação por meio de escavação; (2) o tratamento do material obtido, permitindo a descontaminação do solo e das águas subterrâneas; e (3) a transferência de resíduos sólidos para tratamento e descarte final em unidades devidamente autorizadas. Além disso, a suspeita de contaminação geralmente exige que os seguintes estudos sejam realizados: (1) avaliação preliminar; (2) investigação confirmatória; (3) investigação detalhada; e (4) análise de riscos.

Estabelecida a necessidade de remoção de substância contaminadora identificada em uma determinada área, a Companhia pode ter que apresentar um plano de remediação de acordo com a legislação aplicável. Após a remediação da área contaminada, o órgão ambiental pode vir a monitorar a eficiência e a eficácia de tal reparação, por meio de campanhas de monitoramento.

Mediante o reestabelecimento do nível de risco aceitável à saúde humana, o órgão ambiental declara tal área uma Área Remediada para o Uso Declarado, levando em consideração a utilização pretendida do local.

Sítios arqueológicos e áreas de interesse histórico e cultural

A Constituição Federal prevê que o governo e a sociedade civil são responsáveis pela proteção do patrimônio cultural. Em áreas com potencial ocorrência de sítios arqueológicos e áreas de interesse histórico e cultural, a Companhia deve obter a devida autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (“IPHAN”) antes de iniciar seus trabalhos. A interferência não autorizada em áreas culturais, históricas e arqueológicas é considerada uma infração administrativa sujeita a embargos e multas de R\$10.000 a R\$100.000.

Recursos hídricos

A Companhia deve obter outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos e pagar pelos direitos de uso. De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal nº 9.433/1997, estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos: (1) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo; (2) extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; (3) lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; (4) aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; e (5) outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

Exceto por derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, ou pelo uso para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, todo uso relevante da água está sujeito à outorga do direito de uso de recursos hídricos.

Emissões de carbono e mudança climáticas

Mudanças climáticas podem afetar adversamente as exigências técnicas dos projetos da Companhia, o modo como utiliza seus equipamentos e o modo como presta seus serviços. Variações nas condições meteorológicas causadas pelas mudanças climáticas podem levar a adiamentos nos cronogramas dos projetos que, por sua vez, levariam a aumento dos custos. A incapacidade da Companhia de adaptar suas operações às mudanças climáticas e manter seu padrão de qualidade pode causar uma diminuição das receitas e da participação de mercado, afetando adversamente seus negócios e resultados operacionais.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Política Nacional sobre Mudança do Clima foi instituída pela Lei Federal nº 12.187/2009 e dispõe sobre a elaboração de planos de mitigação com metas específicas de redução de emissões para os seguintes setores: (1) energia; (2) transporte; (3) indústria da transformação; (4) indústria química; (5) papel e celulose; (6) mineração; (7) construção civil; (8) agricultura; e (9) serviços de saúde.

O processo de produção de cimento e as atividades de mineração exigem a combustão de grandes quantidades de combustível e geram CO₂ como derivado do processo de calcinação. Assim, os esforços empreendidos para lidar com a mudança climática por meio de novas leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, bem como por meio de tratados internacionais, para reduzir as emissões de GEEs, podem afetar diretamente os negócios da Companhia e exigir que ela obtenha alvarás de emissão ou créditos de carbono para cumprir os limites de emissão, adquira equipamentos para redução das emissões e obedeça aos limites de GEE ou os padrões tecnológicos exigidos.

Legislação ambiental na América do Norte

Na América do Norte, a Companhia está sujeita a leis e regulamentações ambientais federais, estaduais e locais nos Estados Unidos, e a leis e regulamentações das províncias no Canadá que dispõem sobre emissões atmosféricas, descarte de resíduos e descarga de água, entre outros.

A maior parte da matéria-prima, produtos e derivados associados às operações de qualquer instalação industrial, inclusive as operações de produção de produtos de cimento ou concreto, contém elementos ou compostos químicos regulamentados. Entre outros exemplos, podem ser citados traços de metal presentes em matérias-primas, produtos acabados, poeira do forno de cimento (*cement kiln dust* ou “CKD”) e a inflamabilidade de combustíveis alternativos usados como substitutos principais ou complementares dos combustíveis fósseis não renováveis nos fornos de cimento da Companhia. Atualmente, a CKD gerada pela Companhia é dispensada da aplicação dos padrões de gestão de resíduos perigosos conforme o *United States Resource Conservation and Recovery Act* (“RCRA”). Em algumas das instalações da Companhia, a CKD é vendida com diversas possibilidades de utilização vantajosa, inclusive como substituto de potássio/cal na agricultura. Apesar de a Companhia utilizar materiais perigosos, tais como combustíveis para veículos motorizados, lubrificantes, solventes e substâncias químicas, bem como materiais designados ou caracterizados como “resíduo perigoso” pelo EPA, ela não utiliza nenhum resíduo perigoso assim designado como combustível na produção de cimento nas plantas. Assim, a Companhia precisa assegurar-se que seus empregados cumpram as exigências mais rigorosas da legislação ambiental aplicável a essas atividades. A inobservância de tais exigências rigorosas pode colocar em risco os licenciamentos de gestão de resíduos perigosos e, em determinadas circunstâncias, expor a Companhia a responsabilidades e custos de descontaminação pelo descarte de substâncias perigosas no meio ambiente ou a processos ajuizados por empregados ou outras pessoas alegando exposição a substâncias perigosas.

Recentemente, a Companhia introduziu a utilização de combustíveis alternativos em algumas plantas de cimento, onde todas as exigências de licenciamento são cumpridas.

Nos Estados Unidos, o EPA concluiu os novos padrões ambientais para o cimento Portland, os Padrões Nacionais de Emissão de Poluentes Atmosféricos Perigosos (*National Emission Standards for Hazardous Air Pollutants*), que introduziu controles mais rigorosos para substâncias emitidas na produção de cimento, como o mercúrio, hidrocarbonetos totais, ácido clorídrico e matéria particulada. Esses padrões passarão a vigorar em 2015. A Companhia está bem posicionada, com relação aos seus concorrentes na América do Norte, para cumprir os novos regulamentos. Além disso, a EPA introduziu recentemente um Plano de Implantação Federal com o objetivo de impor a BART na planta de cimento de Charlevoix, estabelecendo controles mais rigorosos sobre o óxido nitroso. Em resposta, a Companhia enviou uma declaração à EPA afirmando que, entre outros, a planta de Charlevoix não está sujeita à BART, um posicionamento que conta com o apoio do Estado do Michigan. A EPA está analisando a declaração, e a Companhia tomará as medidas legais, se necessário, para evitar a aplicação do plano de introdução da BART, o que exigiria despesas de capital significativas para que fosse cumprida.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia pretende cumprir todas as exigências legais relacionadas a questões ambientais, sanitárias e de segurança, mas considerando-se que muitas dessas exigências são subjetivas e, conseqüentemente, não são quantificáveis, determináveis e são passíveis de serem afetadas por futuras leis ou regulamentos promulgados por órgãos públicos, não é possível prever com exatidão os custos totais futuros de cumprimento de tais exigências, nem seu efeito sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia. Não obstante a intenção da Companhia de cumprir todas as exigências legais, caso haja lesão corporal ou danos à propriedade ou contaminação do meio ambiente em virtude de seus negócios ou pelo uso, geração, ou descarte de substâncias ou resíduos perigosos, a Companhia pode ser responsabilizada pela lesão ou dano, além de ter que pagar os custos da investigação e reparação de tal contaminação. O valor de tal passivo pode ser relevante e a Companhia pode incorrer em tal passivo relacionado a possíveis processos de cunho ambiental, sanitário ou de segurança em função de suas operações e propriedades.

Legislação e despesas futuras

A Companhia se empenha em cumprir todas as leis e regulamentos ambientais. Contudo, ela não tem como prever se o cumprimento de leis e regulamentos ambientais já em vigor ou que venham a ser promulgados no futuro exigirão despesas de capital significativas. Assim, a Companhia não pode garantir que a aplicação de regulamentos ambientais mais severos no futuro não resultará em despesas adicionais significativas.

Legislação antitruste

A Lei nº 12.529/11 ("Nova Lei de Defesa da Concorrência") entrou em vigor em 29 de maio de 2012, prevendo novas regras relativas ao sistema antitruste brasileiro. De acordo com a Nova Lei de Defesa da Concorrência, conforme alterada pela Portaria Interministerial nº 994, de 30 de maio de 2012, um ato de concentração exige notificação se um dos grupos econômicos envolvidos na operação registrar faturamento bruto no Brasil superior a R\$750.000.000 e se um dos outros grupos econômicos envolvidos na operação registrar faturamento bruto no Brasil superior a R\$75.000.000 no exercício fiscal anterior à operação.

A Nova Lei de Defesa da Concorrência adotou um sistema prévio de controle de atos de concentração, de acordo com o qual as partes envolvidas em operações que exijam submissão ao CADE só poderão implantá-las após a sua aprovação. Assim, a aprovação do CADE é condição suspensiva do fechamento. As partes que consumarem as operações antes de receber a aprovação do CADE ou que praticarem *gun jumping* sujeitam-se a multas que variam de R\$60.000 a R\$60.000.000.

Contudo, a Lei nº 8.884/94 ("Antiga Lei de Defesa da Concorrência"), que vigorou até 28 de março de 2012, previa limites diferentes de notificação de controle de atos de concentração no Brasil. De acordo com a Antiga Lei de Defesa da Concorrência, a notificação de um ato de concentração era obrigatória se: (1) um dos grupos econômicos envolvidos na operação registrasse receita bruta superior a R\$400 milhões em sua última demonstração de resultado; ou (2) a nova sociedade passasse a controlar no mínimo 20% do mercado relevante. O sistema de controle de atos de concentração era posterior, ou seja, a notificação podia ser submetida após a consumação da operação e às partes não era vedado consumá-la antes de obter a aprovação do CADE.

Caso a operação atingisse qualquer dos limites estabelecidos pela Antiga Lei de Defesa da Concorrência e as partes não submetessem a devida notificação, sujeitavam-se ao pagamento de multa por atraso no valor de que variava de 60.000 unidade fiscal de referência ("UFIRs"), a 6.000.000 UFIRs (R\$63.846 a R\$6.384.600). O prazo de prescrição era de cinco anos, o que significa que o CADE tinha cinco anos para impor qualquer multa caso as partes tomassem qualquer medida para consumir a operação.

A Antiga Lei de Defesa da Concorrência previa multas e outras sanções não pecuniárias para o caso de infrações antitruste. As multas variavam de 1% a 30% do valor do faturamento bruto no seu último exercício, excluídos os impostos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando quantificável. Além disso, os conselheiros e diretores das empresas envolvidas na conduta em questão também estavam sujeitos a investigação e, se culpados, sujeitavam-se a multas que variavam de 10% a 50% da multa aplicável à empresa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

De acordo com a Nova Lei de Defesa da Concorrência, infrações antitruste são puníveis com multas que variam de 0,1% a 20,0% do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, a qual nunca poderá ser inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação. Os diretores da empresa sujeitam-se a multas que variam de 1% a 20% da multa imposta à empresa. Sanções não pecuniárias tais como a publicação de extrato da decisão condenatória em jornal, proibição de contratar com instituições financeiras oficiais ou de participar de licitações com órgãos públicos, cisão da sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos ou cessão parcial de atividade, entre outros, também podem ser impostas de acordo com a Nova Lei de Defesa da Concorrência.

Entretanto, conforme a Antiga Lei de Defesa da Concorrência, infrações antitruste são puníveis com multas que variam de 1,0% a 30,0% do valor do faturamento bruto no seu último exercício, excluídos os impostos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando quantificável.

Assim, no caso dos procedimentos administrativos instaurados à época da vigência da Antiga Lei de Defesa da Concorrência, esperava-se que, de acordo com a legislação brasileira, fosse aplicada a disposição menos severa prevista pelas leis, a antiga e a nova. Ainda é difícil, no atual estágio da Nova Lei de Defesa da Concorrência, prever qual disposição prevalecerá no entendimento das autoridades antitruste brasileiras.

Com relação aos atos de concentração, ressalta-se que as operações consumadas durante a vigência da Antiga Lei de Defesa da Concorrência, ou seja, até 28 de maio de 2012, sujeitam-se a regras previstas pela Antiga Lei de Defesa da Concorrência, e as operações consumadas durante a vigência da Nova Lei de Defesa da Concorrência, sujeitam-se às regras por ela previstas.

Legislação antidumping

As medidas *antidumping* no Brasil são regidas pelo Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995. Esse decreto regulamenta as normas e os procedimentos administrativos relativos à abertura de investigações *antidumping* e à aplicação de medidas *antidumping* contra produtos importados para o Brasil a preços de *dumping*.

Mediante o recebimento de uma petição submetida por uma indústria nacional, o Departamento de Defesa Comercial ("DECOM"), parte da Secretaria de Comércio Exterior, SECEX, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, conduz uma investigação administrativa *antidumping*. Concluída a investigação do DECOM, a SECEX profere sua decisão final, publicada no Diário Oficial, sobre a existência de fundamentos para a aplicação de medida *antidumping*.

Depois de aplicadas as medidas *antidumping*, sua vigência se estende pelo período considerado necessário para proteger a indústria nacional contra ameaças ou danos causados pela importação de produtos objeto de *dumping*, ou por um período de cinco anos da data de aplicação das medidas ou da data da última revisão das condições de tais medidas.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A Companhia acredita que a sustentabilidade é parte estratégica de seu modelo de gestão.

A Companhia é sócia fundadora da CSI e uma grande defensora do uso responsável de energia e proteção do clima. A Companhia acredita que é pioneira no uso de combustíveis alternativos no Brasil e uma das companhias com menores índices de emissão de CO₂ do mundo. A Companhia pretende continuar explorando o uso de técnicas ecológicas para reduzir seus índices de emissão de CO₂. A estratégia de redução das emissões de CO₂ da Companhia inclui: (1) investimento em pesquisa e desenvolvimento para diminuir o uso de clínquer mantendo ou até mesmo aprimorando o desempenho do produto; (2) investimento em tecnologias que aumentem a eficiência térmica; (3) otimização da matriz de energia por meio da utilização de mais biomassa e resíduos industriais, reduzindo assim o índice de emissões de kg CO₂/kcal. A ferramenta de mensuração de emissões de CO₂ foi implantada em todas as plantas e os resultados são auditados anualmente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

De 2005 a 2008, a Companhia coprocessou 1,5 milhões de toneladas de resíduos de 11 fábricas, compostos principalmente de pneus, solventes químicos e óleos. Em 2010, a Companhia lançou uma iniciativa em conjunto com a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, ou RBMA, e a Sociedade Brasileira de Espeleologia, ou SBE. Essa parceria oferece novas oportunidades de: (1) implantar medidas para proteger o ecossistema; (2) desenvolver política e estratégia de biodiversidade e para as áreas cársticas; e (3) implantar padrões ambientais mais elevados.

Além disso, a Companhia utiliza o coprocessamento como um dos mecanismos de desenvolvimento limpo (recomendado pelo Protocolo de Kyoto) em seus processos produtivos. Assim, elimina resíduos de outras indústrias em seus fornos de cimento de uma forma econômica, eficaz e ecológica.

Em face do exposto no item “a” acima acerca do licenciamento ambiental, a Companhia procura obter todos os licenciamentos ambientais exigidos para o exercício regular de suas atividades.

A Companhia procura revisar periodicamente todas as solicitações de renovação de licenças ambientais. O prazo de validade máximo das licenças ambientais é de cinco anos para as Licenças Prévias, seis anos para as Licenças de Instalação e de dez anos para as Licenças de Operação.

Além disso, as Certificações ISO 9001 de todas as instalações da Companhia estão em processo de renovação, seguindo os padrões de qualidade internacionais. As instalações de Salto de Pirapora, Itaú de Minas, Cantagalo, Rio Branco do Sul, Bowmanville, St Marys, Suwannee, Detroit e Charlevoix obtiveram a Certificação ISO 14001 para seus programas de proteção ambiental. A Companhia utiliza equipamentos e tecnologias não poluentes avançadas, aderindo a regras estritas de gestão ambiental e responsabilidade social, e recebeu a certificação de Sistema Padrão ISO 14000. Os certificados de gestão ambiental da ISO 14000 atestam a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades de uma organização. Para obtê-los, as companhias devem cumprir o conjunto de normas, parâmetros e diretrizes para a gestão ambiental definidas pela *International Organization for Standardization – ISO* (Organização Internacional para Padronização).

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As principais marcas da Companhia são Votoran, Itaú Cimentos, Poty, Tocantins, Aratu, Votomassa, Matrix e Engemix no Brasil; e Prairie, Prestige, FiberMax, Redi-Fill, Pure Color, Prairie RCC e Prairie Aggregates na América do Norte. As marcas da Companhia possuem reconhecimento internacional e elevados níveis de fidelidade do cliente. A Companhia acredita que tais marcas são importantes, especialmente para os clientes do varejo que desenvolvem a fidelidade com base na qualidade dos produtos. A Companhia acredita que a alta qualidade de seus produtos e a relação existente entre essa qualidade e a marca confere à Companhia uma vantagem competitiva. A Companhia é proprietária da maior parte de suas marcas mais relevantes, ou possui o direito de utilizá-las no *marketing* de seus produtos em geral.

Encontra-se em fase de desenvolvimento uma nova marca corporativa global, que compreenderá não apenas o cimento, mas um portfólio mais abrangente dos produtos da Companhia. A Companhia ainda não tem definição acerca da data para o lançamento de sua nova marca corporativa global.

O registro da marca “Itaú Cimentos” foi cancelado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”) devido ao uso da marca similar “Itaú”. De acordo com a Lei de Propriedade Industrial, a cessão deve compreender todos os registros de marcas idênticas ou semelhantes relativas a produtos ou serviços idênticos, semelhantes ou afins de propriedade do cedente, sendo que as marcas que não forem transferidas podem ser canceladas pelo INPI, medida esta tomada pelo INPI no caso da marca “Itaú Cimentos”. O objetivo dessa disposição é evitar que a propriedade de marcas idênticas ou semelhantes relativas a produtos ou serviços idênticos ou semelhantes seja concedida a diferentes titulares, o que causaria confusão para os consumidores, além de concorrência desleal. Contudo, no caso da Companhia tanto o cedente quanto o cessionário são companhias do mesmo grupo econômico e, portanto, a Companhia acredita que não há risco de confusão para os consumidores nem de concorrência desleal. A Companhia apelou do cancelamento do registro e aguarda a decisão.

Considerando-se que o processo de produção de cimento é, em grande parte, de domínio público, a Companhia não possui nenhuma patente relacionada ao processo de produção. Além disso, não depende de nenhuma tecnologia patenteada de nenhum terceiro para produzir cimento.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na Receita Líquida total do emissor

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2013		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012	
	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação (%)	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação (%)
Brasil.....	1.828.216	73,7%	7.655.325	80,7%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na Receita Líquida total do emissor

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2013		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012	
	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação (%)	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação (%)
Receitas provenientes dos clientes atribuídos a:				
Estados Unidos.....	134.622	5,4%	1.032.153	10,9%
Canadá	109.253	4,4%	744.418	7,9%
Outros	408.692	16,5%	49.777	0,5%

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2013		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012	
	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação (%)	Receita Líquida (R\$ mil)	Participação (%)
Países Estrangeiros.....	652.568	26,3%	1.826.348	19,3%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia está sujeita à legislação de todos os países referidos no item 7.6, especificamente no que se refere à regulamentação de suas atividades comerciais, como, por exemplo, as normas locais de concorrência, societária e de mercado. Para informações adicionais sobre os efeitos das principais regulações estrangeiras nas atividades da Companhia, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Sustentabilidade e Segurança

A Votorantim Industrial S.A., acionista controladora da Companhia, publica o Relatório de Sustentabilidade anualmente. A versão mais atual, referente a 2011, pode ser encontrada no site www.votorantim.com.br/ri.

O Instituto Votorantim apoia os negócios do Grupo Votorantim na busca de soluções que contribuam com o relacionamento e o desenvolvimento das comunidades. É responsável pelo direcionamento da atuação social e pela qualificação do investimento social externo. O Instituto, em suas atividades, não só fornece diretrizes e ferramentas para as ações de investimento social como contribui para a gestão e avaliação de impactos sociais. O investimento social externo consolidado de todos os negócios, em todas as suas iniciativas, atingiu o montante de R\$65,9 milhões (crescimento de 11% sobre o total investido em 2011, de R\$59,4 milhões) em 2012, sendo que R\$51,5 milhões referem-se a recursos próprios e R\$14,4 milhões a investimentos incentivados em apoio a políticas públicas. Esse investimento foi direcionado para 204 projetos, que o Instituto Votorantim estima ter beneficiado aproximadamente 1,3 milhão de pessoas.

No Programa ReDes (parceria entre o Instituto Votorantim e o BNDES para fomentar cadeias produtivas locais em municípios brasileiros), 115 projetos receberam apoio técnico para o desenvolvimento de planos de negócios, em 25 municípios de dez estados do Brasil, nos quais há atuação das operações de Cimentos, Metais, Siderurgia e Fibria. Destes projetos, 45 foram selecionados para receber recursos financeiros não reembolsáveis. Na terceira fase do Programa, que se encerra em 2015, essas organizações receberão cerca de R\$33 milhões e apoio técnico de consultorias especializadas em gestão de negócios, para colocar em prática as atividades propostas e gerar oportunidades de trabalho e renda.

A metodologia de Engajamento com Partes Interessadas (EPI), desenvolvida para oferecer ferramentas de gestão de impactos das operações na relação com públicos estratégicos, foi aplicada em 18 municípios, em 2012. Após o mapeamento de impactos e de públicos realizado, foram desenvolvidos 56 novos planos de engajamento com partes interessadas, envolvendo comunidades, fornecedores, empregados, entre outros.

No Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE), que por meio da mobilização social e do apoio à gestão pública contribui para a melhoria do ensino público, tivemos, em 2012, 27 municípios participantes e a realização de mais de 300 atividades, que mobilizaram 3.053 participantes e atingiram mais de 78 mil pessoas. Dentre as ações realizadas, o concurso de redação "Tempos de Escola" recebeu mais de 6 mil inscrições e premiou 78 estudantes. Em 2012, o PVE foi reconhecido pelo Prêmio Objetivos do Milênio Brasil, realizado pela Presidência da República e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ficando entre os 50 finalistas dentre as 1.680 iniciativas inscritas.

A Companhia empenha-se em eliminar acidentes. Saúde e segurança figuram entre as principais prioridades nas operações da Companhia. A Companhia vem aperfeiçoando a segurança e reduzindo o índice de acidentes fatais em conformidade com os padrões do setor de cimento. Em virtude dos investimentos realizados em saúde e segurança, entre 2008 e 2011, o LTIFR da Companhia e o índice de acidentes fatais entre empregados estavam abaixo da média, de acordo com o Benchmarking da CSI. A Companhia continuará a investir em saúde e segurança com o objetivo de eliminar os acidentes fatais.

7.9 - Outras informações relevantes

Vantagens Competitivas

A Companhia acredita que as vantagens competitivas a seguir a colocam na frente de seus concorrentes e contribuem para seu contínuo sucesso:

Posição de liderança absoluta no mercado brasileiro com a força de marcas top-of-mind e rede operacional e logística única

De acordo com o SNIC, a Companhia é líder no mercado de cimento no Brasil, com 16 plantas de cimento e 11 moagens, o que a torna a única fornecedora de cimento com produção nas cinco regiões do país. Ainda de acordo com o SNIC, em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia possuía uma participação de mercado de 35,2% e 36,7%, em termos de volume de vendas de cimento Portland, e vem mantendo sua posição de liderança por várias décadas. A Companhia acredita que seu posicionamento no mercado também é decorrente do reconhecimento de marca e fidelidade de clientes em virtude da alta qualidade de seus produtos e extensa rede de distribuição. A Companhia possui 52 centros de distribuição, estrategicamente localizados para oferecer serviços com excelência a aproximadamente 30.000 clientes por mês em aproximadamente 3.350 cidades no Brasil. Em virtude da estabilidade, escala e alcance nacional de suas unidades de produção, a Companhia se beneficia de uma eficiente logística de distribuição, que proporciona economia de custo significativa e tempo ideal de venda, garantindo um diferencial de rentabilidade para a Companhia.

A participação da Companhia nos mercados de varejo e de cimento ensacado com mais de 25 produtos distintos e cinco marcas gera um forte reconhecimento no mercado. De acordo com uma pesquisa de mercado realizada pela Ipsos Loyalty (Brazil), aproximadamente 72% dos clientes de varejo da Companhia no Brasil recomendam muito suas marcas. A combinação entre marcas *top-of-mind*, produtos de alta qualidade e elevada taxa de penetração entre os varejistas tradicionalmente fortalecem o posicionamento da Companhia. A Companhia acredita que sua rede de distribuição também é uma vantagem competitiva, pois possibilita o aumento da fidelização e a torna a fornecedora preferencial dos clientes de varejo que normalmente compram diretamente da Companhia, em vez de comprar de distribuidores. Além disso, a Companhia acredita que é a única no Brasil capaz de fornecer um portfólio completo de materiais básicos de construção aos clientes, desde agregados e cimento até concreto e argamassas. Assim, a Companhia acredita que a integração do negócio por toda a cadeia de valor do cimento proporciona uma vantagem competitiva à Companhia, possibilitando a criação de valor aos seus clientes.

Plataforma global de operações e posicionamento estratégico em mercados de crescimento acelerado

A Companhia atua em alguns dos mercados de cimento mais promissores, caracterizados por forte impulsionadores de demanda. A Companhia é a oitava maior produtora global de cimento, em termos de capacidade instalada anual de produção de cimento, com 52,3 milhões de toneladas na data deste Formulário de Referência, de acordo com a *Global Cement Report – 9ª edição*, e possui base internacional diversificada de ativos em vários mercados importantes. Tais mercados, que proporcionam à Companhia uma identidade única, abrangem a América do Sul, a América do Norte, a Turquia, o Marrocos, a Tunísia, a Espanha e a Índia. A Companhia acredita que a maior parte de seus mercados possui perfis demográficos favoráveis e que devem apresentar crescimento econômico, ou retomada de crescimento e níveis de demanda, resultando, possivelmente, no aumento de consumo de cimento *per capita*.

No Brasil, a Companhia acredita que o aumento do nível de renda, a redução da taxa de juros, o déficit habitacional e a implantação de projetos de infraestrutura significativos pelo Governo Federal promoverão oportunidades de crescimento no setor de construção e, conseqüentemente, uma demanda adicional significativa por cimento, concreto, agregados, argamassa e outros materiais básicos de construção. As operações da Companhia na América do Norte estão concentradas em seis Estados norte-americanos e duas províncias canadenses na região dos Grandes Lagos, e também nos Estados da Flórida e Michigan por meio de participação de 50% em *joint ventures*. A Companhia acredita estar bem posicionada para se beneficiar da recuperação econômica e do setor de construção nessas regiões.

A Companhia possui participação em companhias de cimento na Argentina e Chile e participação controladora na Itacamba, na Bolívia, e Artigas, no Uruguai. Além disso, possui uma jazida de calcário no Peru em virtude da permuta de ativos da Cimpor em 2012. Em 2012, esses países apresentavam uma média anual de consumo de cimento *per capita* de 248 kg a 324 kg, segundo dados do AFCP – *Asociación de Fabricantes de Cemento Portland* (Argentina), ICH – *Instituto del Cemento y del Hormigón de Chile* (Chile), *Instituto Boliviano del Cemento y el Hormigón* (Bolívia) e ASOCEM – *Asociación de Productores de Cemento* (Peru). A Companhia acredita que o consumo de cimento continuará a aumentar nesses mercados, à medida que converge naturalmente à média mundial de 488 kg, de acordo com a SNIC.

7.9 - Outras informações relevantes

A conclusão da permuta de ativos da Cimpor em 2012 aumentou a presença da Companhia em mais seis países em três continentes. A presença da Companhia em países emergentes, como Marrocos, Turquia, Tunísia e Índia, apresenta novas plataformas de crescimento e, na Espanha, oferece uma oportunidade de recuperação e criação de valor por meio do aumento da eficiência operacional.

A liderança de conhecimento técnico no setor possibilita um baixo custo de produção nos mercados em que atua

Em seus 80 anos de história no setor de cimento, a Companhia desenvolveu *know-how* distinto e conhecimento técnico de liderança que são aplicados a todas as suas operações. As medidas de redução constantes do custo operacional, a capacidade de responder oportunamente a flutuações de mercado e os elevados padrões operacionais impulsionaram a capacidade da Companhia de aumentar sua lucratividade, mesmo em condições de mercado extremamente difíceis. Esses esforços permitem constantemente que a Companhia melhore seus principais indicadores de desempenho, como eficiência de forno para reduzir a proporção de clínquer e aumentar o uso de combustíveis alternativos, que juntamente com a produção interna de clínquer, aumenta a capacidade de controle de custos operacionais. Em 2012, a Companhia produziu praticamente todo o clínquer processado em suas moagens para a produção de cimento.

A Companhia realizou investimentos e obteve os direitos minerários de acesso a suas jazidas de calcário. Além disso, possui acesso seguro e eficiente a outras matérias-primas, como gesso, escória, cinza leve e pozolana. O longo histórico e o acesso contínuo da Companhia a matérias-primas lhe conferem relevante vantagem competitiva. No Brasil, a Companhia realiza a mineração de calcário em jazidas cuja vida média da reserva é de mais de 60 anos, com base na sua capacidade máxima de produção de cimento de 30,1 milhões de toneladas em 31 de dezembro de 2012. A Companhia acredita que a distância média das plantas de cimento brasileiras até suas jazidas é uma das menores do setor de cimento no Brasil. Isso também minimiza os custos de logística de matéria-prima, aumentando a eficiência e a lucratividade da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia supriu aproximadamente 27,5% e 23,4% de suas necessidades energéticas no Brasil por meio de suas usinas hidrelétricas, reduzindo significativamente os custos de energia. Além disso, todas as plantas de cimento da Companhia utilizam um processo de produção seco que reduz o consumo de energia. O restante das necessidades de energia da Companhia no Brasil é suprido por meio de contratos de fornecimento de longo prazo de grande escala a preços competitivos. A Companhia acredita ser pioneira no uso de combustíveis alternativos e ecológicos no Brasil, como o combustível derivado de pneus e outros resíduos industriais. Como a Companhia desenvolveu uma flexibilidade em sua matriz energética, consegue utilizar combustíveis primários mais baratos e se beneficiar de tendências de redução de preços de alguns combustíveis. Além disso, aproximadamente 25,0% da sua capacidade instalada atual de produção de cimento no Brasil resultam das plantas novas e mais eficientes em termos energéticos desenvolvidas pela Companhia nos últimos três anos, reduzindo assim seu consumo energético.

Capacidade comprovada de administração com disciplina financeira e um histórico de geração vigorosa de EBITDA e de retorno sobre o capital investido

A Companhia acredita ocupar uma posição singular para manter alta lucratividade e criar grande valor a seus acionistas. Ela está voltada para a criação de valor e alta lucratividade por meio de sua expansão orgânica no Brasil, aquisição de companhias no exterior e celebração de parcerias estratégicas ou *joint ventures*. De 2010 a 2012, a capacidade instalada de produção de cimento da Companhia no Brasil aumentou de 23,2 milhões de toneladas para 30,1 milhões de toneladas.

Em 2012, a Companhia registrou lucro líquido de R\$1.640,5 milhões, EBITDA Ajustado de R\$3.070,7 milhões, margem líquida de 17,3%, margem de EBITDA Ajustado de 32,4% e, no período de doze meses encerrado em 31 de março de 2013, o ROCE Ajustado atingiu 23,4%, o qual a Companhia acredita estar dentre os maiores na indústria global de cimento, baseado na análise de informações públicas disponíveis das companhias que acredita serem as principais produtoras globais de cimento. De 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, as despesas de capital da Companhia, relacionadas principalmente à sua expansão orgânica, totalizaram R\$4.187,5 milhões. Além disso, a Companhia distribuiu dividendos e juros sobre o capital próprio no total de R\$5.736,4 milhões e manteve uma forte estrutura de capital no período. A Companhia acredita que esse fato ilustra seu potencial de forte geração de fluxo de caixa.

7.9 - Outras informações relevantes

Modelo de gestão bem definido, comprovado e replicável, dando suporte à excelência operacional, estabilidade e alta lucratividade

A Companhia acredita possuir um modelo operacional que permite a obtenção de margens superiores às de companhias semelhantes no Brasil e na América do Norte. Além disso, a Companhia acredita que seus níveis de lucratividade ultrapassam a média do setor. A Companhia também registra ROCE Ajustado constantemente acima da média das principais companhias listadas do setor. Apesar da desaceleração sem precedentes do setor de cimentos na América do Norte em 2008, a Companhia ajustou os níveis de produção da maioria de seus concorrentes e, conseqüentemente, sua margem de EBITDA Ajustado foi menos afetada do que a de seus concorrentes na América do Norte. A Companhia acredita que seu modelo de gestão replicável ajudou a obter esses resultados positivos e fará com que melhore o desempenho de companhias e ativos nos quais venha a realizar investimentos ou que venha a adquirir. Por exemplo, entre 2004 e 2008, o modelo de gestão eficiente da Companhia levou a uma redução do custo por tonelada de vendas de 11% e 15% nas plantas de Charlevoix e Dixon na América do Norte, respectivamente, depois de a Companhia ter adquirido tais plantas de seus concorrentes locais.

Similarmente às melhorias implantadas em suas operações na América do Norte, a Companhia pretende implantar seu modelo de gestão para melhorar o resultado financeiro dos ativos da Cimpor que foram adquiridos recentemente.

As principais características do modelo de gestão da Companhia são: (1) obtenção de maior lucratividade pela gestão ativa da estrutura de custo, adaptando-a às mudanças nas condições de mercado; (2) aumento de eficiência no uso de matérias-primas e de contratos de fornecimento de grande escala para se beneficiar das economias de escala; e (3) contratação de profissionais experientes e qualificados. A administração da Companhia procura criar valor com base na agregação de valor de mercado. Para alinhar completamente o direcionamento da Companhia com a sua administração, parte da remuneração dos administradores se baseia em métricas de desempenho.

Alta administração experiente e forte apoio da Votorantim Industrial

A alta administração da Companhia possui vários anos de experiência principalmente em desempenho financeiro, eficiência operacional e retorno aos acionistas. Além disso, a alta administração compromete-se a defender a sustentabilidade e a obter resultados financeiros sólidos de uma maneira responsável em termos sociais e ambientais.

A alta administração da Companhia a transformou em uma companhia de materiais básicos de construção global e verticalmente integrada, voltada para a ampliação de sua diversificação de oferta de produtos e presença geográfica. Nos últimos 80 anos, a Companhia realizou aquisições estratégicas e desinvestimentos e implantou projetos *brownfield* e *greenfield* que aumentaram sua capacidade instalada anual. Além disso, priorizou reduções de custo e melhorou seu desempenho financeiro.

A Companhia possui uma acionista controladora empenhada, a Votorantim Industrial, com conhecimento profundo do setor de cimento em virtude de sua posição proeminente no setor em seus 80 anos de existência. A Companhia acredita que o apoio da Votorantim Industrial lhe confere vantagem competitiva em virtude do suporte contínuo e visão de longo prazo do crescimento global. Além disso, o histórico comprovado da Votorantim Industrial na implantação de práticas sólidas de governança corporativa vem contribuindo para o crescimento sustentável da Companhia.

Estratégia

A Companhia almeja sua expansão orgânica no Brasil e a expansão internacional para outras geografias principalmente por meio de aquisições. Além disso, pretende continuar a crescer com disciplina financeira e manter uma estrutura adequada de capital para se posicionar como líder em termos de lucratividade.

7.9 - Outras informações relevantes

Manutenção do crescimento orgânico no Brasil

A Companhia atua nas cinco regiões brasileiras, possuindo presença nacional com jazidas de calcário estrategicamente localizadas próximas aos mercados consumidores mais importantes e que mais crescem no Brasil. Esse fato lhe confere relevante vantagem competitiva, pois lhe permite selecionar em quais regiões continuará a expandir organicamente. Durante os últimos cinco anos, a Companhia desenvolveu, modernizou e expandiu suas plantas de cimento no Brasil, aumentando sua capacidade instalada de produção de cimento de 21,4 milhões de toneladas em 2007 para 30,1 milhões de toneladas em 31 de dezembro de 2012. A Companhia acredita ainda não ter desfrutado totalmente dos benefícios do aumento de sua capacidade instalada em termos de volume de vendas e resultados operacionais em virtude da necessidade de um período de arranque para que uma nova planta de cimento atinja sua capacidade plena. Em 2012, a Companhia investiu R\$1.171,3 milhões em suas plantas, as quais devem começar a operar em plena capacidade dentro de um ano a partir da data de início das operações da planta nova mais recente.

Além disso, a Companhia está desenvolvendo projetos de *greenfield* e *brownfield* com o objetivo de servir mercados atrativos em todo o Brasil, localizados nos seguintes Estados: Ceará, Paraíba, Goiás, Pará, Paraná e São Paulo. A Companhia espera que esses projetos resultem em uma capacidade instalada anual adicional total de 10,3 milhões de toneladas até o final de 2015.

A Companhia pretende dar continuidade ao seu crescimento orgânico no Brasil pela manutenção e melhoria das eficiências de custo em comparação a seus concorrentes, aumentando ainda mais sua oferta de produtos e alcance geográfico e reduzindo o tempo de entrega aos clientes. A Companhia continuará a criar reconhecimento de marca, entregar produtos de alta qualidade e manter sua alta taxa de penetração no segmento do varejo, e isso permitirá que continue a ser recompensada pelos seus produtos. Além disso, pretende aumentar sua participação no mercado técnico (um segmento que consiste predominantemente em companhias de construção de médio e grande portes), que, de acordo com o *Consulting Group LCA*, é um segmento em expansão que demanda um amplo portfólio de produtos e serviços de boa qualidade, como os oferecidos pela Companhia.

A Companhia acredita não ter alcançado completamente os benefícios de seu recente aumento de capacidade instalada em termos de volume de vendas e de seus resultados operacionais devido ao período de *ramp-up* requerido para uma nova planta de cimento atingir sua capacidade total. Durante 2012, a Companhia investiu R\$1.171,3 milhões em suas novas plantas, as quais a Companhia espera que atinjam sua capacidade total dentro de um ano do início de suas operações.

Expansão da presença internacional da companhia por meio de aquisições e investimentos

A Companhia pretende expandir ainda mais suas operações em todo o mundo por meio de uma plataforma verticalmente integrada e presença em mercados de crescimento acelerado. Ao considerar oportunidades de aquisição ou de investimentos na América do Norte, a Companhia selecionará companhias ou ativos com potencial de melhoria dos desempenhos operacionais e financeiros e de criação de sinergias com seus atuais grupos. Na América do Sul, a Companhia continuará a investir em ativos de primeira linha, em parceria com negócios sólidos estabelecidos nos países. A Companhia continuará a identificar plataformas de entrada com operações de boa qualidade, bem localizadas e com bom posicionamento no mercado regional, com potencial de evolução para negócios integrados de materiais de construção, à medida que os mercados de construção forem se tornando mais sofisticados com o tempo. Além disso, a Companhia pretende manter a mesma disciplina de crescimento que se mostrou comprovadamente bem-sucedida durante seu desenvolvimento.

Melhoria contínua da rentabilidade e do desempenho financeiro de seus ativos

No Brasil, a Companhia investiu e pretende continuar investindo na melhoria de sua lucratividade e eficiência de custo por meio de tecnologias avançadas de produção. Espera também continuar a utilizar combustíveis alternativos para reduzir ainda mais os custos com energia por meio de investimentos em coprocessamento de energia. A Companhia acredita que continuará mantendo seu histórico no alcance de eficiência de custo por meio do uso disciplinado de políticas de gestão de custo e alavancagem de seu *know-how* e conhecimento técnico de liderança no setor.

Na América do Norte, a Companhia voltará seus esforços para a maximização de benefícios resultantes da expectativa de recuperação do mercado. Além disso, espera melhorar ainda mais as taxas de utilização de suas plantas, considerando-se que um volume maior de vendas diminui os custos fixos por tonelada vendida. Na América do Sul, a Companhia continuará a trabalhar juntamente com seus parceiros, compartilhando seu conhecimento do setor para replicar seu bem-sucedido modelo de gestão.

7.9 - Outras informações relevantes

No âmbito da permuta de ativos da Cimpor em 2012, a Companhia pretende aplicar seu modelo de gestão e *know-how* no setor de cimentos (como já fez e ainda faz na América do Norte) aos ativos da Cimpor recentemente adquiridos pela Companhia e por ela operados. A Companhia pretende aproximar esses novos ativos dos padrões operacionais e de lucratividade similares aos das companhias e plantas de maior eficiência de seu portfólio. Os planos de recuperação operacional que visam o aumento da lucratividade dessas companhias envolvem, entre outros, o aumento da eficiência operacional a níveis comparáveis aos utilizados nas plantas de cimento mais eficientes da Companhia. A Companhia acredita que seus investimentos serão bem-sucedidos em virtude de sua estrutura societária enxuta e vasta experiência comercial em diversos mercados distintos.

Alavancagem ainda maior do posicionamento de mercado e redes de distribuição para expandir sua oferta de produtos e serviços de valor agregado

Ao oferecer os melhores produtos e serviços aos clientes, a Companhia pretende diversificar ainda mais seu portfólio de produtos por meio do aumento da produção e da venda de agregados, concreto, argamassa e outros materiais básicos de construção. A Companhia manterá a gestão da oferta de produtos como parte de um negócio verticalmente integrado, permitindo assim a captação de uma parcela maior da cadeia de valor do cimento e a oferta de soluções integradas às necessidades dos clientes. A Companhia também continuará a se beneficiar de sua vasta experiência comercial em uma ampla variedade de produtos e mercados.

A Companhia está bem posicionada para captar um aumento na demanda por concreto, agregados e argamassa no Brasil, e concreto e agregados na América do Norte e América do Sul (exceto o Brasil). A Companhia ainda acredita que sua presença e experiência no mercado de concreto a ajudará a desenvolver um canal de distribuição de cimento na Turquia, Marrocos, Índia, Tunísia e Espanha.

A Companhia acredita ser a única produtora de materiais básicos de construção que ofereça uma variedade tão grande de produtos no Brasil e pretende manter a oferta diversificada de produtos aos clientes. Seus produtos variam dos cimentos padrão, como o cimento Portland, ao cimento de alta resistência. Além disso, fornece produtos especiais de cimento para atender às necessidades dos clientes, inclusive em grandes projetos de infraestrutura, como a usina hidrelétrica de Belo Monte, um projeto no Estado do Pará com custo total divulgado de R\$28,9 bilhões, e as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, projetos de infraestrutura com custo total divulgado de R\$15,1 bilhões e R\$9,5 bilhões, respectivamente, no Estado da Rondônia.

A Companhia pretende aumentar ainda mais a diversidade de produtos por meio do aumento da oferta de agregados, concreto, argamassa e outros materiais básicos de construção. Também acredita que no Brasil existe demanda significativa por produtos de concreto em comparação com outros materiais, principalmente em projetos de infraestrutura, como portos, aeroportos, barragens, projetos de saneamento e segmentos habitacionais subsidiados pelo governo, o que resultará no aumento das vendas de cimento a granel.

Manutenção do enfoque em sustentabilidade e responsabilidade social

A Companhia compromete-se a apoiar o desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade significa assegurar a manutenção do negócio e o crescimento de longo prazo e, ao mesmo tempo, priorizar a responsabilidade social e ambiental e resultados condizentes com a criação de valor. As ações da Companhia são determinadas por três princípios em todos os mercados em que atua: crescimento econômico constante, proteção do meio ambiente e respeito às comunidades. Ao obedecer a esses princípios, a Companhia continuará a se desenvolver como uma companhia de nível internacional e a operar seus negócios de acordo com valores sustentáveis.

A Companhia é sócia fundadora da CSI e sólida defensora do uso responsável da energia e proteção climática. A Companhia acredita ser pioneira no uso de combustíveis alternativos no Brasil e que é uma das companhias de cimento com os menores índices de emissão de CO₂ do mundo, baseado em suas estimativas. Além disso, continuará a explorar o uso de técnicas ecológicas para reduzir as emissões de CO₂. Sua estratégia de redução de emissões de CO₂ inclui: (1) investimento em pesquisa e desenvolvimento para reduzir o uso do clínquer e ao mesmo tempo manter, ou melhorar, o desempenho do produto; (2) realização de investimentos em tecnologia para melhoria da eficiência térmica; e (3) otimização dos custos de energia e redução das emissões (kg CO₂/kcal). A Companhia calcula as emissões de CO₂ de todas as suas plantas e esses valores são auditados anualmente.

7.9 - Outras informações relevantes

Em 2010, a Companhia lançou uma iniciativa juntamente com a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a Sociedade Brasileira de Espeleologia. Essa parceria oferece novas oportunidades para: (1) a implantação de medidas de proteção ao ecossistema; (2) o desenvolvimento de políticas e estratégias sobre biodiversidade e áreas cársticas; e (3) a implantação de padrões ambientais mais elevados.

O Instituto Votorantim apoia os negócios do Grupo Votorantim na busca de soluções que contribuam com o relacionamento e o desenvolvimento das comunidades. É responsável pelo direcionamento da atuação social e pela qualificação do investimento social externo. O Instituto, em suas atividades, não só fornece diretrizes e ferramentas para as ações de investimento social como contribui para a gestão e avaliação de impactos sociais. O investimento social externo consolidado de todos os negócios, em todas as suas iniciativas, atingiu o montante de R\$65,9 milhões (crescimento de 11% sobre o total investido em 2011, de R\$59,4 milhões) em 2012, sendo que R\$51,5 milhões referem-se a recursos próprios e R\$14,4 milhões a investimentos incentivados em apoio a políticas públicas. Esse investimento foi direcionado para 204 projetos, que o Instituto Votorantim estima ter beneficiado aproximadamente 1,3 milhão de pessoas. A Companhia firmou acordos com organizações de educação reconhecidas para promover sua cultura corporativa de proteção ao meio ambiente e fomentar o desenvolvimento econômico e educacional nas comunidades locais.

Premiações

Em 2011, a Companhia foi considerada uma das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, de acordo com o Guia Você S.A./Exame, uma revista brasileira especializada em negócios. Desenvolvido pela Exame e FIA-USP (Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo). Esse estudo realiza a classificação de milhares de companhias, avaliando suas políticas e práticas de recursos humanos e o nível de satisfação dos empregados. A Companhia acredita que essa premiação é um reconhecimento de seu compromisso contínuo com o desenvolvimento e bem estar de seus empregados.

Benefícios Fiscais

A Companhia beneficia-se de determinados incentivos fiscais concedidos pelos Estados brasileiros onde suas plantas estão localizadas. Tais incentivos relacionam-se principalmente ao ICMS cobrado pelos estados e imposto de renda. A descrição a seguir detalha os incentivos fiscais mais relevantes da Companhia.

FDI – Estabelecimento em Sobral – CE

O Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (Lei Estadual nº 10.367, de 7 de dezembro de 1979 e Decreto Estadual nº 29.183, de 8 de fevereiro de 2008) (“**FDI**”) é um programa criado pelo Estado do Ceará para promover o desenvolvimento das atividades industriais no Estado por meio de incentivos fiscais e creditícios. O FDI busca o desenvolvimento, a expansão, a modernização, a diversificação ou a recuperação comercial, por meio de incentivos fiscais e creditícios. De acordo com o FDI, a Companhia usufrui dos seguintes incentivos fiscais, até 12 de setembro de 2016: (1) diferimento do ICMS sobre a importação de ativos fixos e matérias-primas; (2) financiamento de 75,0% do ICMS sobre as vendas de produtos manufaturados, com o pagamento de 25% do valor do imposto após 36 meses.

PRO-DF II – Estabelecimento em Sobradinho – DF

O Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal (Lei Distrital nº 3.196, de 29 de setembro de 2003 e Decreto nº 24.430, de 2 de março de 2004) (“**PRO-DF II**”) foi criado para promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal. De acordo com esse programa, desde 2 de agosto de 2010, a Companhia é beneficiária de empréstimos concedidos pelo fundo público no valor de 70,0% do ICMS sobre as vendas dos produtos manufaturados pela Companhia. Assim, a Companhia recolhe apenas 30,0% do ICMS devido. Esses empréstimos devem ser pagos em até 300 meses da data da liberação do adiantamento, sendo que cada empréstimo deve ser amortizado com reajuste monetário e juros sobre o principal a uma taxa de 0,2% ao mês.

PRODIC – Estabelecimento em Porto Velho – RO

O Programa de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Mineral do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 61, de 21 de julho de 1992 e Lei Estadual nº 1.558 de 26 de dezembro de 2005) (“**PRODIC**”) foi criado para promover o desenvolvimento, a expansão e a modernização do Estado de Rondônia por meio de incentivos fiscais e creditícios. De acordo com esse programa, a Companhia usufrui dos seguintes incentivos fiscais, até 30 de maio de 2018: (1) crédito fiscal presumido de 85,0% do ICMS; (2) diferimento do ICMS sobre a importação de matérias-primas sem similar no mercado nacional; e (3) redução de 50,0% da base de cálculo do ICMS sobre as aquisições de energia elétrica e nas prestações de serviços de transporte interestadual e de comunicação em que for tomadora.

7.9 - Outras informações relevantes

Programa Paraná Competitivo – Estabelecimento em Rio Branco do Sul – PR

O Programa Paraná Competitivo (Decreto Estadual nº 630, de 24 de fevereiro de 2011) foi criado para promover o desenvolvimento industrial do Estado do Paraná, por meio de incentivos fiscais e creditícios.

No âmbito desse programa, a Companhia solicitou e obteve, em 5 de dezembro de 2011, a aplicação de um regime especial segundo o qual passa a se beneficiar, por tempo indeterminado, dos seguintes incentivos fiscais:

- pagamento do ICMS incremental (incremento devido a incentivos fiscais) sobre as vendas de produtos manufaturados em duas parcelas: 10,0% no mês seguinte ao fato gerador e 90,0% após oito anos, com reajuste monetário;
- diferimento do ICMS sobre a aquisição de energia elétrica e gás natural por oito anos;
- suspensão do pagamento do ICMS sobre a aquisição de ativos fixos importados por meio do registro de crédito e do débito nos livros fiscais da Companhia;
- suspensão do pagamento do ICMS sobre aquisições intraestaduais e/ou interestaduais de ativos fixos;
- suspensão do ICMS sobre a importação de matéria-prima, material intermediário e de embalagem até a saída dos produtos industrializados;
- possibilidade de transferência de créditos de ICMS acumulados nos livros fiscais da Companhia a outro contribuinte registrado no Estado do Paraná; e
- possibilidade de recebimento de créditos de ICMS acumulados nos livros fiscais de outros contribuinte registrado no Estado do Paraná.

PSDI – Estabelecimento em Laranjeiras – SE

O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (Lei Estadual nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991) (“PSDI”) foi criado para promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Sergipe por meio de incentivos fiscais e creditícios. No âmbito desse programa, a Companhia solicitou e obteve a aplicação de um regime especial segundo o qual passa a se beneficiar, até 30 de junho de 2016, dos seguintes incentivos fiscais: (1) diferimento do ICMS sobre a importação de matéria-prima a ser exclusivamente utilizada no processo de industrialização da Companhia; e (2) pagamento de apenas 8,0% do ICMS incremental sobre vendas adicionais de produtos manufaturados.

PROINDUSTRIA – Desenvolvimento industrial de Tocantins – Estabelecimento em Xambioá – TO

O Programa de Industrialização Direcionada (Lei Estadual nº 1.385, de 9 de julho de 2003) (“PROINDÚSTRIA”) é um programa criado pelo Estado do Tocantins para promover o desenvolvimento das atividades industriais no Estado, por meio de incentivos fiscais e creditícios.

No âmbito desse programa, a Companhia solicitou e obteve, em 16 de abril de 2008, a aplicação de um regime especial segundo o qual passa a se beneficiar, até 26 de fevereiro de 2013, dos seguintes incentivos fiscais:

- pagamento de uma alíquota efetiva de ICMS de 2,0% sobre as vendas de produtos manufaturados;
- inexistência da substituição tributária de ICMS sobre bens ou serviços a serem utilizados no processo de produção, industrialização e manipulação;
- isenção do ICMS sobre a importação de matérias-primas (inclusive semielaborados ou acabados, e materiais de embalagens) e ativos fixos sem similar no mercado do Estado para serem utilizados exclusivamente no processo de industrialização; e
- isenção do ICMS sobre aquisições interestaduais de ativos fixos.

7.9 - Outras informações relevantes

Incentivos de imposto de renda – SUDAM e SUDENE – Estabelecimento em Xambioá – TO, Caucaia – CE, Sobral – CE, Laranjeiras – SE, Nobres – MT, Porto Velho – RO e Barcarena – PA

Algumas das plantas da Companhia usufruem de incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), agências públicas brasileiras criadas para estimular o crescimento econômico das regiões Norte e Nordeste do Brasil, respectivamente. Tais incentivos correspondem a uma redução de 75,0% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. O lucro da exploração corresponde à receita operacional líquida antes do imposto de renda, ajustado pelas adições e exclusões impostas pela legislação tributária brasileira. Esses benefícios possuem datas de início diferentes (de 2006 a 2011), todos com vigência de dez anos.

Tecnologia da informação

A Companhia acredita que uma infraestrutura adequada de tecnologia da informação é importante para sustentar seu crescimento. Os processos de coleta de dados e *software* permitem que a Companhia monitore com precisão a qualidade dos produtos fabricados em suas várias instalações, assegurando assim uniformidade e permitindo ajustes rápidos em caso de variações. Além disso, o *software* de planejamento dos recursos de produção (ERP) permite que a Companhia desenvolva modelos de produção, fornecimento e preços com base em uma previsão da demanda do consumidor.

Os serviços de tecnologia da informação são realizados no Centro de Competência em Tecnologia da Informação, ou CCTI. O CCTI foi criado e é administrado pela VID e presta serviços de tecnologia da informação às diversas linhas de negócio da VID. O serviço é prestado segundo um contrato de prestação de serviços firmado entre a Companhia e o CCTI, incluindo a descrição de todos os serviços e respectivos *benchmarks*. Tais serviços são prestados nos termos do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia e o CCTI em 19 de junho de 2012, o qual inclui a descrição de todos os serviços prestados com suas respectivas referências. A Companhia não espera quaisquer mudanças relevantes nos termos e condições de seu contrato de tecnologia da informação com a VID. Em 2012, 2011 e 2010, a Companhia reembolsou despesas para VID no montante total de R\$7,3 milhões, R\$5,2 milhões e R\$4,6 milhões, respectivamente.

Esses serviços de tecnologia da informação são supervisionados e controlados pela Companhia, e receberam a certificação ISO 20.000, pelo cumprimento das melhores práticas de tecnologia da informação, e para certificação ISAE 3402, concedida a companhias com controles internos eficazes.

Centro de Soluções Compartilhadas

A Companhia celebrou um contrato com a VID em 13 de abril de 2005 para a prestação de serviços pelo Centro de Soluções Compartilhadas (“CSC”) da VID, relacionados a atividades administrativas, recursos humanos, *back office*, contabilidade, tributos, assistência técnica, treinamento, bem como o aluguel de equipamentos e espaço para as controladas da VID. Em razão dos serviços serem contratados para beneficiar todas as companhias controladas pela VID, a Companhia reembolsa as despesas relacionadas a tais serviços para a VID baseado nos serviços atualmente fornecidos para a Companhia pelo CSC. A Companhia não espera quaisquer mudanças relevantes nos termos e condições de seu contrato de compartilhamento de custos com a VID. Em 2012, 2011 e 2010, a Companhia reembolsou despesas para VID no montante total de R\$27,0 milhões, R\$19,7 milhões e R\$19,7 milhões, respectivamente.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

A Companhia é controlada pela Votorantim Industrial S.A., a qual detém 99,99% das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia. A Votorantim Industrial S.A. tem como objeto social: (i) a participação, no Brasil e no exterior, direta ou indiretamente, em sociedades civis e comerciais, de qualquer natureza, especialmente aquelas voltadas para segmentos industriais e de infra-estrutura, inclusive os setores energético, de mineração e metalurgia, reflorestamento, agro-negócios, química, cimento, concreto e agregados, bem como produção de compostos químicos, filmes, fitas adesivas e embalagens flexíveis; (ii) a administração de seus bens e interesses; e (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação, incluindo exportação de bebidas, bem como a contratação de fornecimentos e serviços de terceiros por conta e ordem de suas subsidiárias.

A Votorantim Industrial S.A., por sua vez, é 99,99% detida pela Votorantim Participações S.A. A Votorantim Participações S.A. tem como objeto social a participação de sociedades civis ou comerciais, de qualquer natureza, e administração de seus bens e interesses.

A Votorantim Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado detida pela Hejoassu Administração S.A., a qual possui aproximadamente 100% de seu capital social, e pela Família Ermirio de Moraes.

A Hejoassu Administração S.A. é integralmente detida pela Família Ermirio de Moraes por meio das seguintes sociedades: JEMF Participações S.A., MRC Participações S.A., AEM Participações S.A. e ERMAN Participações S.A. A Hejoassu Administração S.A. tem como objeto social a administração de seus bens e direitos, bem como os de sociedades civis ou comerciais, de qualquer natureza, das quais participe.

A JEMF Participações S.A. tem por atividade, única e exclusivamente, a participação no capital social das seguintes sociedades: (i) Hejoassu Administração S.A.; (ii) AEM Participações S.A.; (iii) ERMAN Participações S.A.; e (iv) MRC Participações S.A.

A MRC Participações S.A. tem por atividade, única e exclusivamente, a participação no capital social das seguintes sociedades: (i) Hejoassu Administração S.A.; (ii) JEMF Participações S.A.; (iii) AEM Participações S.A.; e (iv) ERMAN Participações S.A.

A AEM Participações S.A. tem por atividade, única e exclusivamente, a participação no capital social das seguintes sociedades: (i) Hejoassu Administração S.A.; (ii) JEMF Participações S.A.; (iii) MRC Participações S.A.; e (iv) ERMAN Participações S.A.

A ERMAN Participações S.A. tem por atividade a participação no capital social de: (i) Hejoassu Administração S.A.; (ii) JEMF Participações S.A.; (iii) MRC Participações S.A.; e (iv) AEM Participações S.A.

Para informações adicionais acerca das controladoras, diretas e indiretas, da Companhia, vide item 15.1.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

b) Controladas e coligadas

As principais controladas e coligadas da Companhia são as descritas abaixo:

Denominação Social	País de Atuação	Participação Direta e Indireta em 31 de março de 2013	Controlada ou Coligada
Votorantim Cimentos N/E S.A.	Brasil	95,31%	Controlada
Acariúba Mineração e Participação Ltda.	Brasil	100%	Controlada
Eromar S.A.	Uruguai	100%	Controlada
Itacamba Cimento S.A.	Bolívia	66,67%	Controlada
Pedreira Pedra Negra Ltda.	Brasil	100%	Controlada
Lux Cem International S.A.	Luxemburgo	100%	Controlada
Seacrown do Brasil Comércio, Importação e Participação S.A.	Brasil	100%	Controlada
Votorantim Cimentos Chile Ltda.	Chile	100%	Controlada
Silcar – Empreend. Com. e Part. Ltda.	Brasil	100%	Controlada
Interávia Transportes Ltda.	Brasil	100%	Controlada
Votorantim Cement North America Inc.	Canadá	100%	Controlada
Votorantim Cimentos North America Inc.	Canadá	100%	Controlada
St. Barbara Cement, Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	Canadá	100%	Controlada
St. Marys Cement, Inc (EUA)	Estados Unidos	100%	Controlada
Rosedale Securities Ltd.	Estados Unidos	100%	Controlada
Suwannee Holdings LLC.	Estados Unidos	100%	Controlada
VCNA Nova Scotia ULC.	Estados Unidos	100%	Controlada
Hutton Transpor Limited.	Estados Unidos	100%	Controlada
VCNA Prestige Gunite, Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
American Gunite Management Co., Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
Sacramento Prestige Gunite, Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
VCNA Prestige Concrete Products, Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
VCNA US Materials, Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
VCNA US Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
VCNA Prairie Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
Central Ready Mix Concrete, Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
VCNA Prairie Aggregate Holdings Illinois, Inc.	Estados Unidos	100%	Controlada
St. Marys VCNA, LLC	Canadá	100%	Controlada
Votorantim Europe S.L.U.	Espanha	100%	Controlada
Societe Les Ciments de Jbel Oust – CJO	Tunísia	99,99%	Controlada
Shree Digvijay Cement Company Limited	Índia	73,63%	Controlada
Cimpor Macau – Investment Company, S.A. ⁽³⁾	China	50%	Controlada
Votorantim Çimento anayi ve Ticaret A.S (anteriormente denominada Cimpor Yibitas Çimento Sanayi ve Ticaret A.S.)	Turquia	99,76%	Controlada
Yibitas Yozgat Isci Birligi Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.S.	Turquia	82,96%	Controlada
Asment De Temara, S.A.	Marrocos	62,62	Controlada
Cementos Cosmos S.A.	Espanha	99,77%	Controlada
Cimpor Canarias, S.L.	Espanha	100%	Controlada
Sociedad de Cementos y Materiales de Construcción de Andalucía, S.A.	Espanha	100%	Controlada
Great Lakes Slag, Inc.	Estados Unidos	50%	Coligada
Bot-Duff Resources Inc.	Estados Unidos	50%	Coligada
Votorantim Investimentos Latino Americanos S.A. ⁽²⁾⁽³⁾	Brasil	12,36%	Coligada
Sirama Participações Ltda.	Brasil	38,25%	Coligada
Cementos Avellaneda S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾	Argentina	10,61%	Coligada
Cemento Bio Bio S.A. ⁽²⁾⁽⁵⁾	Chile	15,15%	Coligada
Maré Cimento Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	51%	Coligada
Cementos Portland S.A.	Peru	29,50%	Coligada
Supermix Concreto S.A.	Brasil	25%	Coligada
Polimix Concreto Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	27,57	Coligada
Cementos Artigas S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾	Uruguai	12,61%	Coligada
Mizu S.A. ⁽¹⁾	Brasil	51%	Coligada
Verona Participações Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	25%	Coligada
Polimix Cimento Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	51%	Coligada
Sumter Cement Co LLC	Estados Unidos	50%	Coligada
Trinity Materials LLC	Estados Unidos	50%	Coligada
Suwannee American Cement LLC	Estados Unidos	50%	Coligada
Superior Building Materials LL	Estados Unidos	50%	Coligada
Cementos Especiales de Las Islas S.A.	Espanha	50%	Coligada
Hormigones Y Áridos La Barca S.A.	Espanha	49,78%	Coligada
Cantera do Penedo S.A.	Espanha	41,23%	Coligada

(1) Sociedades que são contabilizadas como investimento em associadas. Nos termos do acordo de acionistas, a Companhia tem limitada participação de certas decisões financeiras e operacionais específicas e relacionadas a certas matérias e atividades das investidas e, portanto, a Companhia não possui o controle de tais sociedades. Os dividendos são distribuídos em montantes desproporcionais ao percentual de participação acionária.

(2) Sociedades em que a Companhia possuía participação no capital votante inferior a 20% mas na qual exercia influência significativa por meio de acordos de acionistas, representação no Conselho de Administração ou participação detida por partes relacionadas.

(3) Sociedade classificada como "mantida para venda" nas informações contábeis consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

(4) Em 3 de abril de 2013, a Companhia, por meio da Votorantim Europe, S.L., Unipersonal, adquiriu 38,39% do capital social da Cementos Avellaneda S.A. e da Cementos Artigas S.A., passando a deter 49% e 51% do capital votante de tais sociedades, respectivamente.

(5) Em 18 de abril de 2013, a Companhia adquiriu participação adicional de 1,55% na Cementos Bio Bio S.A., passando a deter 16,70% de participação nesta sociedade.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

As principais controladas e coligadas da Companhia, descritas acima, atuam na produção de cimento, concreto e agregados e/ou na participação em sociedades que atuam nesse segmento.

c) participações da Companhia em sociedades do grupo

Vide item “b” acima. A Companhia não detém participação em sociedades que não sejam suas controladas ou coligadas.

d) participações de sociedades do grupo na Companhia

Não há participação de sociedades do grupo no capital social da Companhia, além daquelas descritas no item “a” acima.

e) sociedades sob controle comum

As sociedades abaixo listadas possuem o mesmo controle acionário que a Companhia, sendo, portanto, controladas, diretas ou indiretas, da Votorantim Industrial S.A. na proporção indicada:

Votorantim Metais Participações Ltda. – 100%
Companhia Brasileira de Alumínio – 100%
Votorantim Siderurgia S.A. – 100%
Fibria Celulose S.A. – 29,42%
Votorantim Administração e Participações Ltda. – 100%
Votorantim Energia Ltda. – 100%

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Para informações adicionais sobre o grupo econômico da Companhia, recomenda-se consultar o item 8.1 deste Formulário de Referência.

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Para conhecer nossas operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário e alienações e aquisições de ativos importantes ocorridas no grupo, veja o item 6.5 do Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Para apresentação da informação requerida no item 9.1.c adiante, a Companhia utilizou um critério de relevância a partir da avaliação da representatividade das suas subsidiárias no ativo total e na receita líquida da Companhia. A Votorantim Cimentos N/NE S.A. e a Votorantim Cement North America Inc. representam, individualmente, mais de 10% do ativo total e da receita líquida da Companhia em 2012.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de Cimento	Brasil	RJ	Cantagalo	Própria
Moagem	Brasil	RJ	Sepetiba	Própria
Moagem	Brasil	RJ	Volta Redonda	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	MG	Itaú de Minas	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	SP	Salto de Pirapora	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	SP	Santa Helena	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	SP	Ribeirão Grande	Própria
Moagem	Brasil	SP	Cubatão	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	PR	Rio Branco	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	PR	Itaú do Paraná	Própria
Moagem	Brasil	RS	Esteio	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	RS	Pinheiro Machado	Própria
Moagem	Brasil	SC	Imbituba	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	SC	Vidal Ramos	Própria
Moagem	Brasil	SC	Itajaí	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	DF	Sobradinho	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	MS	Corumbá	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	MT	Nobres	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	MG	Cuiabá	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	SE	Cimesa	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	CE	Cearense	Própria
Moagem	Brasil	CE	Pecém	Própria
Moagem	Brasil	PE	Poty	Própria
Moagem	Brasil	MA	São Luis	Própria
Moagem	Brasil	RO	Porto Velho	Própria
Fábrica de Cimento	Brasil	TO	Xambioá	Própria
Moagem	Brasil	PA	Barcarena	Própria
Fábrica de Cimento	Canadá	ON	Bowmanville	Própria
Fábrica de Cimento	Canadá	ON	St. Marys	Própria
Moagem	Estados Unidos	MI	Detroit	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Moagem	Estados Unidos	WI	Badger	Própria
Fábrica de Cimento	Estados Unidos	MI	Charlevoix	Própria
Fábrica de Cimento	Estados Unidos	IL	Dixon-Marquette	Própria
Moagem	Bolívia	SC	Provincia de Germán Busch	Própria
Fábrica de Cimento	Espanha	GA	Toral de los Vados	Própria
Fábrica de Cimento	Espanha	GA	Oural	Própria
Fábrica de Cimento	Espanha	AN	Córdoba	Própria
Fábrica de Cimento	Espanha	AN	Niebla	Própria
Moagem	Espanha	AN	Bobadilla	Própria
Moagem	Espanha	C	Narón	Própria
Moagem	Espanha	H	Huelva	Própria
Moagem	Espanha	CN	Tenerife	Própria
Fábrica de Cimento	Turquia		Hasanoglan	Própria
Fábrica de Cimento	Turquia		Yozgat	Própria
Fábrica de Cimento	Turquia		Sivas	Própria
Fábrica de Cimento	Turquia		Çorum	Própria
Moagem	Turquia		Samsun	Própria
Moagem	Turquia		Nevsehir	Própria
Fábrica de Cimento	Tunísia	ZA	Jbel Oust	Própria
Fábrica de Cimento	Marrocos		Témara	Própria
Fábrica de Cimento	Índia	GJ	Jamnagar	Própria
Fábrica de Cimento	China		Shandong	Própria
Fábrica de Cimento	China		Zaozhuang	Própria
Moagem	China		Suzhou	Própria
Moagem	China		Hualian	Própria
Moagem	Uruguai		Sayago	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ARATU (nominativa) 811123251	Brasil	Reg. Vigente até 18/09/2014	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	ARATU (nominativa) 811123260	Brasil	Reg. Vigente até 28/08/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	ARATU (nominativa) 821211749	Brasil	Reg. Vigente até 03/09/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ARATU (mista) 821230077	Brasil	Pendente de registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	CIMENTO ARATU (mista) 825921422	Brasil	Reg. Vigente até 07/08/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	MATRIX (mista) 817982205	Brasil	Reg. Vigente até 24/12/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	MATRIX (nominativa) 818863501	Brasil	Reg. Vigente até 07/07/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	MATRIX (nominativa) 904790363	Brasil	Pendente de registro.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	MATRIX (nominativa) 904790495	Brasil	Pendente de registro.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTOMASSA (nominativa) 821092669	Brasil	Reg. Vigente até 04/06/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTOMASSA (nominativa) 821092677	Brasil	Reg. Vigente até 07/05/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTOMASSA (nominativa) 821092685	Brasil	Reg. Vigente até 07/05/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTOMASSA (nominativa) 821092693	Brasil	Reg. Vigente até 07/05/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTOMASSA (nominativa) 200020625	Brasil	Reg. Vigente até 04/06/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	VOTOMASSA (nominativa) 824864700	Brasil	Reg. Vigente até 15/05/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTOMASSA COLANTE AC+ (mista) 905195787	Brasil	Pendente de registro.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTOMASSA COLANTE ACMAIS (mista) 905195809	Brasil	Pendente de registro.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTORAN (nominativa) 007138350	Brasil	Reg. Vigente até 10/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTORAN (nominativa) 006898068	Brasil	Reg. Vigente até 10/04/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTORAN (nominativa) 006898289	Brasil	Reg. Vigente até 10/04/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTORAN (nominativa) 006941184	Brasil	Reg. Vigente até 25/05/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTORAN (nominativa) 006941192	Brasil	Reg. Vigente até 25/05/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTORAN (nominativa) 006941206	Brasil	Reg. Vigente até 25/05/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTORAN (mista) 815372930	Brasil	Reg. Vigente até 07/04/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	VOTORAN (mista) 815372949	Brasil	Reg. Vigente até 07/04/2012	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CIMENTO ITAÚ (mista) 825693853	Brasil	Cancelado, aguardando decisão.	Se não foi apresentado recurso contra a decisão de cancelamento ex officio, este registro será extinto.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	CIMENTO VOTORAN (mista) 82567777	Brasil	Reg. Vigente até 19/06/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	TOCANTINS (nominativa) 006051979	Brasil	Reg. Vigente até 25/02/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	TOCANTINS (nominativa) 006138659	Brasil	Reg. Vigente até 10/10/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	TOCANTINS (nominativa) 006123325	Brasil	Reg. Vigente até 10/08/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	TOCANTINS (nominativa) 006295363	Brasil	Reg. Vigente até 25/04/2016	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	TOCANTINS (nominativa) 800078845	Brasil	Reg. Vigente até 25/09/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	ENGEMIX (nominativa) 006074294	Brasil	Reg. Vigente até 25/04/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	ENGEMIX (nominativa) 811573745	Brasil	Reg. Vigente até 05/11/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	ENGEMIX (nominativa) 811573753	Brasil	Reg. Vigente até 18/08/2017	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	ENGEMIX (mista) 814255019	Brasil	Reg. Vigente até 18/12/2010	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ENGEMIX (mista) 826483429	Brasil	Reg. Vigente até 25/09/17	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	ENGEMIX (mista) 826483437	Brasil	Reg. Vigente até 25/09/17	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	CIMENTO POTY (mista) 819068284	Brasil	Reg. Vigente até 16/11/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	POTYMIX (mista) 819068306	Brasil	Reg. Vigente até 06/10/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	POTYMIX (mista) 819068292	Brasil	Reg. Vigente até 16/11/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	CIMENTO POTY (mista) 819072575	Brasil	Reg. Vigente até 06/10/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	POTYMASSA (mista) 819068314	Brasil	Reg. Vigente até 06/10/2008	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	POTYMASSA (mista) 819072567	Brasil	Reg. Vigente até 21/12/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	Prairie 2544547	Estados Unidos	Reg. Vigente até 05/03/2022	Possíveis violações de marca, falha no registro ou na renovação da marca.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	Prestige Concrete Products 85144490	Estados Unidos	Pendente de registro.	Possíveis violações de marca, falha no registro ou na renovação da marca.	São as mesmas condições descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Cementos Cosmos, S.A. (nominativa) 226057	Espanha	Reg. Vigente até 16/05/2020	Os pedidos de registro ainda não concedidos podem ser indeferidos. Os registros de marca já pedidos ou já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a legislação local ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual como concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. É preciso controlar prazos para solicitar a renovação do registro a tempo, sob pena de caducidade.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	Portland Cement Kamal (mista) 893358	Índia	Reg. Vigente até 22/12/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	CJO Ciments Jbel Oust (C'import Group) (mista) ET00432	Tunísia	Reg. Vigente até 02/06/2015	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	Asment Tamara 70102	Marrocos	Reg. Vigente até 24/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Prairie 898940	Estados Unidos	Reg. Vigente até 13/06/2015	Possíveis violações de marca, falha no registro ou na renovação da marca.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	Prairie 1192306	Estados Unidos	Reg. Vigente até 16/03/2022	Possíveis violações de marca, falha no registro ou na renovação da marca.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	Prestige Concrete Products & Design 85144501	Estados Unidos	Pendente de registro.	Possíveis violações de marca, falha no registro ou na renovação da marca.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	C Cimentos Cosmos (mista) 1803228	Espanha	Reg. Vigente até 11/02/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	CC Cimentos Cosmos Comercial (mista) 2317108	Espanha	Reg. Vigente até 19/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	CC Cimentos Cosmos Comercial (mista) 2584598	Espanha	Reg. Vigente até 11/02/2014	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	C Aridos Cosmos (mista) 2839270	Espanha	Reg. Vigente até 29/07/2018	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.
Marcas	Asment Temara 15770	Marrocos	Reg. Vigente até 24/06/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas condições descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Votorantim Cement North America Inc.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Canadá	ON	Toronto	Produção e comercialização de cimento, agregados e concreto e participação em outras sociedades.	100,000000
31/03/2013	-3,010000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	11,180000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	3.217.752.000,00		
31/12/2011	10,240000	0,000000						
31/12/2010	-0,980000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Produção e comercialização de cimento.								
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	10.656.452/0001-80	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Produção e comercialização de cimento e participação em outras sociedades.	95,310000
31/03/2013	3,480000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2012	13,700000	0,000000		Valor contábil	31/03/2013	3.662.566.000,00		
31/12/2011	11,330000	0,000000						
31/12/2010	2,080000	0,000000						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Extração de calcário e comercialização de cimento na região Norte e Nordeste.								

9.2 - Outras informações relevantes

A Companhia avalia continuamente sua base de imóveis próprios e, em havendo imóveis que não estejam sendo utilizados para fins operacionais, tais imóveis podem ser vendidos para partes relacionadas, sujeito às aprovações internas e corporativas necessárias. No entanto, a Companhia acredita que os imóveis que podem ter essa destinação tem pouca representatividade em relação a sua base total de ativos ou somente de terras e de edificações.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia aplicou nas suas informações financeiras interinas consolidadas do trimestre encerrado em 31 de março de 2013 as novas normas e interpretações contábeis que tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, inclusive o IFRS 11/ CPC 19 (R2) – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*). A informação comparativa apresentada nas informações interinas consolidadas de 31 de março de 2013 foi ajustada retrospectivamente para refletir a aplicação do IFRS 11/ CPC 19 (R2), incluindo o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e em 1º de janeiro de 2012 e a demonstração do resultado relativa ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2012.

As demonstrações financeiras anuais relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foram preparadas conforme as normas de aplicação obrigatórias para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não incluem os efeitos da adoção do IFRS 11/CPC 19(R2), cuja aplicação é mandatória somente a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Companhia entende que os efeitos da aplicação do IFRS 11/CPC (R2) retrospectivamente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 não seria material para a posição financeira, resultado das operações e fluxos de caixa desses exercícios.

A informação incluída neste Formulário de Referência sobre o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 corresponde ao balanço patrimonial apresentado como comparativo na informação interina consolidada de 31 de março de 2013 e reflete a aplicação do IFRS 11/ CPC 19 (R2). A informação incluída neste Formulário de Referência sobre o balanço patrimonial em datas anteriores, incluindo 31 de dezembro de 2011 e 2010, corresponde ao balanço patrimonial apresentado nas demonstrações financeiras anuais auditadas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e, portanto, não inclui os efeitos da aplicação do IFRS 11/ CPC 19 (R2).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Com um mercado favorável no Brasil, influenciado também por políticas governamentais de incentivo a projetos de infraestrutura, a Companhia observou um efeito positivo na demanda por seus produtos e serviços.

A combinação de um mercado favorável com o início das operações de novas plantas e moagens possibilitou o aumento do volume vendido de cimento em 3,3% no Brasil, atingindo 24,4 milhões de toneladas. O preço médio de cimento no Brasil no ano subiu 4,1%, contribuindo para que a receita consolidada da Companhia atingisse R\$9,5 bilhões em 2012, alta de 9,0% em relação ao ano anterior.

Ainda como resultado do plano de expansão da capacidade de produção de cimentos no Brasil, o volume comercializado de cimento aumentou 3,6% em 2011, passando de 26,4 milhões de toneladas para 27,3 milhões de toneladas. A receita atingiu R\$8,7 bilhões em 2011, 8,1% maior que 2010. Em 2010, a receita apresentou crescimento de 11%, atingindo R\$8,0 bilhões.

Os investimentos realizados nos últimos anos para construção de novas fábricas foram fundamentais para atender a essa maior demanda por cimento. Durante os últimos cinco anos, a Companhia desenvolveu, modernizou e expandiu suas plantas de cimento no Brasil, aumentando sua capacidade instalada de produção de cimento de 21,4 milhões de toneladas em 2007 para 30,1 milhões de toneladas em 31 de dezembro de 2012.

Durante o primeiro trimestre de 2013, com a consolidação dos resultados das operações na Europa, África e Ásia, a Companhia adicionou 2,1 milhões de toneladas de cimento ao seu volume de vendas e R\$331,5 milhões de reais a sua receita. No Brasil, o volume comercializado de cimento aumentou 3,1%, passando de 5,8 milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2012 para 6,0 milhões de toneladas no primeiro trimestre de 2013. Como resultado, a receita atingiu R\$2,5 bilhões no primeiro trimestre de 2013, 20,6% maior em relação ao mesmo período de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A produção de cimento é uma atividade de capital intensivo, com base na extração e transformação de recursos naturais. Dessa forma, a estrutura de custos da Companhia é baseada principalmente nos custos de transformação (energia) e na manutenção e operação dos ativos. No primeiro trimestre de 2013, o custo do produto vendido e as despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram 24,0% e 52,6% em relação ao mesmo período de 2012, respectivamente, principalmente em função da consolidação dos resultados das operações na Europa, África e Ásia. Em 2012, o custo do produto vendido e as despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram 8,7% e 13,6%, respectivamente, como reflexo da entrada em operação de novas unidades e aumento do volume vendido. Em 2011, o custo do produto vendido e as despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram 14,0% e 23,1%, respectivamente, em função do aumento do volume de vendas e dos custos de energia elétrica e de coque de petróleo. Em 2010, o custo do produto vendido e as despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram 8,1% e 18,5%, respectivamente.

Dada a característica sazonal da produção da Companhia, o EBITDA Ajustado no primeiro trimestre de 2013 foi de R\$631,6 milhões, com margem de 25,5%. O EBITDA Ajustado encerrou 2012 em R\$3,1 bilhões, 10,6% superior ao ano anterior, com margem de 32,4%, impulsionado majoritariamente pelo aumento do preço médio de cimento em 5,3% e do volume vendido de cimento em 4,3%. Em 2011 e 2010, o EBITDA Ajustado foi R\$2,8 bilhões em ambos os anos.

Em 2012, a Companhia concluiu a troca dos ativos detidos pela Cimpor e passou a atuar em países de grande importância estratégica. Com esta permuta, a Companhia recebeu ativos na Espanha, Índia, Turquia, Marrocos, Tunísia e China, que adicionaram 16,3 milhões de toneladas a capacidade produtiva, e uma jazida de calcário no Peru. Dentre os ativos que foram recebidos nessa operação estão 13 fábricas de cimento, 1 fábrica de clínquer, 8 moagens, 78 centrais de concreto, 22 unidades de agregados, 5 unidades produtoras de argamassa e 1 unidade de cal hidratada. Foi dado, assim, mais um passo no processo da Companhia de internacionalização, possibilitando atuação em novas geografias e gerando oportunidades em novos mercados. Além disso, a Companhia consolidou sua presença na América do Sul por meio de sua participação na Artigas no Uruguai, e na Avellaneda, na Argentina, reforçando sua posição nesta região. Ainda em 2012, a Companhia adicionou 3,1 milhões de toneladas em capacidade instalada no Brasil, dando continuidade a sua estratégia de expansão orgânica em regiões estratégicas e com alto potencial de crescimento e demanda, otimizando custos de distribuição, e inaugurou ainda quatro novas centrais de concreto e duas novas unidades de agregados.

Gestão de Capital

A gestão da liquidez e do endividamento, operando com uma estrutura de capital adequada e maximizando o retorno dos acionistas, é prioritária para a Companhia. A Companhia atualmente não tem uma política de liquidez e de endividamento, mas segue as políticas de gestão de capital da VID, que tem por objetivo buscar métricas financeiras compatíveis com grau de investimento definido pelas agências classificadoras de riscos. A estratégia da Companhia inclui a amortização de dívida de curto prazo com os recursos de empréstimos de longo prazo e títulos de dívida de longo prazo, a fim de aumentar seu nível de liquidez e melhorar sua flexibilidade estratégica, financeira e operacional. Ao longo dos próximos anos, a Companhia focará principalmente na manutenção de um perfil adequado de liquidez e prazo médio da dívida, compatível com a geração prevista de fluxo de caixa e investimentos.

Em 31 de março de 2013, a dívida bruta da Companhia totalizou R\$12.293,7 milhões, uma redução de R\$490,3 milhões em relação à registrada em 31 de dezembro de 2012, principalmente em função da liquidação antecipada de U.S.\$200 milhões da Votorantim *Backstop Facility* em janeiro de 2013, com o objetivo de reduzir o endividamento bruto. Em 2012, a dívida bruta totalizou R\$12.784,0 milhões (R\$8.056,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$5.248,3 milhões em 31 de dezembro de 2010), um aumento de R\$4.727,3 milhões em relação à registrada em 31 de dezembro de 2011. Juntamente com a desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, as emissões de debêntures registradas no primeiro trimestre e no segundo semestre no valor de R\$1.000,0 milhões e R\$1.200,0 milhões, respectivamente, e a reabertura de *bond* de 30 anos no valor adicional de US\$500 milhões foram os principais responsáveis pelo aumento do endividamento.

Em 31 de março de 2013, o saldo da dívida bruta da Companhia totalizava R\$12.293,7 milhões (R\$12.784,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$8.056,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$5.248,3 milhões em 31 de dezembro de 2010), e a posição de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos, era de R\$2.132,4 milhões (R\$2.977,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$1.677,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.198,2 milhões em 31 de dezembro de 2010). Como resultado, a dívida líquida, em 31 de março de 2013, correspondia a R\$10.161,3 milhões (R\$9.806,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$6.379,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$4.050,1 milhões em 31 de dezembro de 2010).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O BNDES tem sido uma importante fonte de financiamento dos projetos de expansão da Companhia no Brasil. Em 31 de março de 2013, o endividamento total da Companhia nesta instituição era de R\$1.408,1 milhões (R\$1.469,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$1.237,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$790,8 milhões em 31 de dezembro de 2010) e, para o mesmo período, a Companhia possuía duas linhas de crédito pré-aprovadas no montante de R\$1,9 bilhão.

O endividamento da Companhia é composto exclusivamente por dívidas de longo prazo, sendo que, em 31 de março de 2013, 10% dos empréstimos e financiamentos tinham parcelas vencendo nos 12 meses seguintes. A porção em reais representa 51% (49% em 31 de dezembro de 2012, 48% em 31 de dezembro de 2011 e 55% em 31 de dezembro de 2010) e a porção em moeda estrangeira 49% (51% em 31 de dezembro de 2012, 52% em 31 de dezembro de 2011 e 45% em 31 de dezembro de 2010), dos quais R\$3.729,1 milhões eram denominados em dólares americanos (R\$4.137,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$2.118,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$553,9 milhões em 31 de dezembro de 2010) e R\$2.035,8 milhões eram denominados em Euros (R\$2.118,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$1.890,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.731,2 milhões em 31 de dezembro de 2010). No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, o prazo médio da dívida foi de 9,8 anos, sendo que, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o prazo médio da dívida foi de 9,7, 10,3 e 6,6 anos, respectivamente.

O saldo de caixa, aplicações financeiras e derivativos da Companhia em 31 de março de 2013 atingiu R\$2.132,4 milhões (R\$2.977,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$1.677,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.198,2 milhões em 31 de dezembro de 2010), R\$845,4 milhões menor que o apurado em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente à liquidação antecipada de empréstimos e financiamentos, pagamentos por aquisição de participações em 2012 e pagamento de dividendos à Votorantim Industrial S.A. A dívida líquida somou R\$10.161,3 milhões em março de 2013 (R\$9.806,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$6.379,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$4.050,1 milhões em 31 de dezembro de 2010), apresentando aumento de R\$355,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012, e a alavancagem, medida pelo quociente de Dívida Líquida sobre EBITDA, atingiu 3,3x e 3,2x em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, e 2,3x e 1,4x em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de março de 2013, era de R\$4.996,6, o que significa um aumento de 1,8%, ou aproximadamente R\$88,8 milhões, em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido era de R\$4.907,8 milhões, o que significa uma redução de 9,4%, ou R\$510,6 milhões, em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011, principalmente em função da declaração de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$2.607,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 7,1%, ou R\$357,6 milhões, principalmente devido ao lucro líquido e outros componentes do resultado abrangente do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 no valor total de R\$1.085,6 milhões.

Em 31 de março de 2013, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 5.437.500.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, após o ajuste retrospectivo para refletir os desdobramentos de ações ocorridos em 30 de abril de 2013 e em 27 de maio de 2013, conforme tabela a seguir.

Número de ações	31/03/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Ordinárias	5.437.500.000	5.437.500.000	5.437.500.000	5.415.312.650
Preferenciais ⁽¹⁾	-	-	-	-
Total	5.437.500.000	5.437.500.000	5.437.500.000	5.415.312.650

⁽¹⁾ Em 5 de abril de 2013, foi aprovada a conversão de 100 ações ordinárias em 100 ações preferenciais de emissão da Companhia.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas.

Em 31 de março de 2013, o saldo da dívida bruta da Companhia totalizava R\$12.293,7 milhões (R\$12.784,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$8.056,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$5.248,3 milhões em 31 de dezembro de 2010), e a posição de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos, era de R\$2.132,4 milhões (R\$2.977,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$1.677,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.198,2 milhões em 31 de dezembro de 2010). Como resultado, a dívida líquida, em 31 de março de 2013, correspondia a R\$10.161,3 milhões (R\$9.806,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$6.379,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$4.050,1 milhões em 31 de dezembro de 2010).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A relação entre capital de terceiros e capitalização total (capital de terceiros + capital próprio) em 31 de março de 2013 era de 0,78:1, comparado a 0,79:1 em 31 de dezembro de 2012, 0,70:1 em 31 de dezembro de 2011, e 0,69:1 em 31 de dezembro de 2010.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia acredita que o fluxo de caixa operacional, somado aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras, são suficientes para atender aos compromissos financeiros contratados. O saldo de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de R\$2.132,0 milhões da Companhia em 31 de março de 2013, correspondente ao caixa e equivalentes de caixa somados às aplicações financeiras, é suficiente para atender os compromissos financeiros por empréstimos e financiamentos a serem cumpridos nos próximos 12 meses, que correspondiam a um valor total de R\$1.233,0 milhões em 31 de março de 2013.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia tem como alternativa, para sustentar projetos de expansão e aquisições, a obtenção de linhas de financiamentos de longo prazo. Considerando o cenário atual de mercado, a Companhia acredita que estas linhas de financiamento continuarão disponíveis.

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía acesso a uma linha de crédito com valor total de principal de U.S.\$1,5 bilhão segundo um contrato de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) garantido pela VID. Esse contrato foi assinado em 4 de agosto de 2011 e permite a realização de desembolsos a várias subsidiárias da VID, inclusive a Companhia, junto a um sindicato de instituições financeiras.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

As principais fontes de liquidez (incluindo os recursos necessários para realizar os pagamentos programados de principal e juros, refinanciar dívidas, suprir a necessidade de capital de giro e de despesas de capital planejadas) consistiram, historicamente, em:

- fluxos de caixa provenientes de operações;
- empréstimos de longo prazo; e
- emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia utilizou o fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais principalmente para atender as necessidades de capital de giro em aplicações financeiras, serviço de dívida e pagamento de dividendos aos acionistas.

A Companhia acredita que o caixa e equivalentes de caixa, o fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais e os empréstimos disponíveis, juntamente com os recursos líquidos a serem obtidos com a oferta pública inicial de ações, serão suficientes para atender as necessidades de despesas de capital e liquidez no futuro próximo. A Companhia pode precisar de capital adicional para atender necessidades de liquidez de maior prazo e crescimento futuro. Apesar de a Companhia acreditar que possui as fontes adequadas de liquidez, condições econômicas menos favoráveis poderiam afetar negativamente seus negócios. Além disso, a incapacidade da Companhia de acessar os mercados de capital pode afetar negativamente a sua capacidade de obter capital adicional para fazer frente ao crescimento do negócio. Consequentemente, o custo e as condições desse capital podem não ser vantajosos.

A estratégia de financiamento da Companhia é alongar o perfil das dívidas em aberto, inclusive pagando a dívida de curto prazo com os recursos líquidos oriundos de empréstimos de longo prazo e títulos de dívida de longo prazo com o objetivo de aumentar o nível de liquidez e aprimorar sua flexibilidade estratégica, financeira e operacional. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o prazo médio de vencimento das dívidas da Companhia era de 9,8 e 9,7 anos, respectivamente. A estratégia financeira da Companhia para os próximos anos envolve principalmente a manutenção de liquidez e de perfil de vencimento que sejam compatíveis com a geração de fluxos de caixa e as despesas de capital esperadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita que continuará sendo capaz de obter crédito suficiente para financiar suas necessidades de capital de giro com base nas condições atuais de mercado e em sua posição de liquidez.

f) níveis de endividamento e características das dívidas:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, o endividamento total da Companhia era de R\$12.293,7 milhões, dos quais R\$1.233,0 milhões em endividamento de curto prazo (ou 10% do endividamento total), e R\$11.060,7 milhões em endividamento de longo prazo (ou 90% do endividamento total).

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, o endividamento em reais era de R\$6.278,3 milhões (ou 51,1% do endividamento total), e o endividamento em moeda estrangeira era de R\$6.015,4 milhões (ou 48,9% do endividamento total), dos quais R\$3.729,1 milhões estavam denominados em dólares norte-americanos e R\$2.035,8 milhões estavam denominados em Euros.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, sobre R\$7.308,9 milhões, ou 59,5%, do endividamento total incidiam juros a taxas flutuantes, inclusive a dívida denominada em reais de R\$5.981,4 milhões, sobre os quais incidiam juros com base no CDI ou TJLP, e a dívida denominada em moeda estrangeira de R\$1.327,5 milhões, sobre os quais incidiam juros com base na LIBOR ou Unidade Monetária BNDES ("UMBNDDES").

A tabela a seguir apresenta informações selecionadas sobre o valor do endividamento em 31 de março de 2013:

Endividamento	Taxa de juros média anual	Em 31 de março de 2013		
		Circulante	Não Circulante	Total
(em milhões de reais)				
Moeda nacional				
BNDES	TJLP + 2,84% 5,14%	239,7	952,4	1.192,0
Debêntures	111,69% CDI(1) CDI + 1,09%	107,0	4.800,0	4.907,0
FINAME	4,67% TJLP + 2,54%	21,9	111,8	133,8
Agência de fomento	TJLP + 3,50%	0,9	1,6	2,5
Outros	2,43% TJLP	17,7	25,3	43,0
		387,2	5.891,0	6.278,3
Moeda estrangeira				
Eurobonds – USD	7,25%	88,7	2.517,3	2.606,0
Eurobonds – EUR	5,25%	93,9	1.939,0	2.032,9
Empréstimo sindicalizado VCNA – USD ⁽²⁾	LIBOR + 1,50%	29,5	386,2	415,7
Votorantim Backstop Facility – USD ⁽³⁾	LIBOR + 1,25%	480,0	–	480,0
Agência de fomento	LIBOR + 1,39%	14,6	112,7	127,3
BNDES	UMBNDDES(4) + 2,40%	39,3	176,8	216,1
Outros	–	99,9	37,7	137,6
		845,8	5.169,7	6.015,4
Endividamento Total		1.233,0	11.060,7	12.293,7

(1) Certificado de Depósito Interbancário.

(2) Consiste em um empréstimo a prazo de U.S.\$325,0 milhões e um empréstimo rotativo de até U.S.\$125,0 milhões.

(3) Em 2 de maio de 2013, a Companhia antecipou o pagamento de U.S.\$15,0 milhões dessa dívida.

(4) A UMBNDDES é a média ponderada das variações cambiais das moedas existentes na Cesta de Moedas do BNDES.

Endividamento de curto prazo

O endividamento de curto prazo era de R\$1.233,0 milhões em 31 de março de 2013.

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía acesso a uma linha de crédito com valor total de principal de U.S.\$1,5 bilhão segundo um contrato de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) garantido pela VID. Esse contrato foi assinado em 4 de agosto de 2011 e permite a realização de desembolsos a várias subsidiárias da VID, inclusive a Companhia, junto a um sindicato de instituições financeiras. Esse contrato disponibiliza uma *tranche* de capital de giro com valor total de principal de U.S.\$750,0 milhões, sobre os quais incidem juros à LIBOR mais uma margem aplicável que varia com base na classificação de crédito da VID. A *tranche* de capital de giro possui vencimento final em 4 de agosto de 2016. Em 31 de março de 2013, nenhum desembolso havia sido feito a nenhum tomador segundo esse contrato.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Endividamento de longo prazo

Em 31 de março de 2013, o endividamento de longo prazo total era de R\$11.060,7 milhões, dos quais R\$5.891,0 milhões (ou 53,3%) estavam denominados em reais, R\$3.026,6 milhões (ou 27,4%) estavam denominados em dólares norte-americanos, e R\$1.939,0 milhões (ou 17,5%) estavam denominados em Euros. A Companhia incorreu a maior parte de sua dívida de longo prazo para financiar despesas de capital e para pagar outras dívidas em aberto.

Uma parcela substancial do endividamento da Companhia é garantido pela VPar (acionista controladora da VID), VID e Hejoassu Administração S.A. (acionista controladora da VPar) (“Hejoassu”), sendo que alguns contratos requerem que a VPar e a VID, como garantidoras, cumpram índices financeiros (*covenants*). O não cumprimento pela VPar ou VID desses índices financeiros constituiria um evento de inadimplemento e resultaria na antecipação do cumprimento das obrigações. Em 31 de dezembro de 2012, a VPar e a VID estavam adimplentes em relação a essas obrigações financeiras.

Para informações adicionais sobre as restrições impostas à Companhia e suas subsidiárias em decorrência do endividamento de longo prazo, vide item 10.1(f) (iv) deste Formulário de Referência.

Debêntures

A Companhia realizou várias emissões de debêntures não conversíveis, segundo escrituras de emissão que incluem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*).

Em 3 de dezembro de 2009, a Companhia emitiu debêntures no valor total de R\$1.000,0 milhões, divididas em duas séries de R\$500,0 milhões cada, ambas com garantia incondicional e irrevogável da VPar. As debêntures da primeira série têm remuneração de 110,2% do CDI ao ano, e as debêntures da segunda série têm remuneração de 112,65% do CDI ao ano. Os juros remuneratórios das duas séries de debêntures são pagos em 20 parcelas semestrais, sendo que o primeiro pagamento foi em 3 de junho de 2010. O vencimento final dessas debêntures é 3 de dezembro de 2019.

Em 5 de outubro de 2010, a Companhia emitiu debêntures no valor total de principal de R\$1.000,0 milhão, com garantia incondicional e irrevogável da VID. Essas debêntures têm remuneração de 113,95% do CDI ao ano, paga em 20 parcelas semestrais, sendo que a primeira foi paga em 5 de abril de 2011. O vencimento final dessas debêntures é 5 de outubro de 2020.

Em 14 de fevereiro de 2011, a Companhia emitiu debêntures no valor total de principal de R\$600,0 milhões, com garantia incondicional e irrevogável da VID. As debêntures têm remuneração de 113,9% do CDI ao ano, paga em 20 parcelas semestrais, sendo que a primeira foi paga em 14 de agosto de 2011. O vencimento final dessas debêntures é 14 de fevereiro de 2021.

Em 20 de janeiro de 2012, a Companhia emitiu debêntures no valor total de R\$1.000,0 milhões, divididas em duas séries de R\$500,0 milhões cada, ambas com garantia incondicional e irrevogável da VID. As debêntures da primeira série têm remuneração de CDI mais 1,09% ao ano, e as debêntures da segunda série têm remuneração de 111,0% do CDI ao ano. Os juros remuneratórios das duas séries são pagos em 13 parcelas semestrais, sendo que o primeiro pagamento foi em 20 de julho de 2012. Para a segunda série, a Companhia assinou um contrato de *swap* de juros no valor nominal de R\$500,0 milhões para realizar o *hedge* econômico da variação das taxas de juros dessas debêntures. O vencimento final das duas séries de debêntures é 31 de maio de 2018.

Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia emitiu debêntures no valor total de R\$1.200,0 milhões, com garantia incondicional e irrevogável da VID. As debêntures têm remuneração de 109,2% do CDI ao ano. O valor do principal será pago em uma única parcela em 5 de dezembro de 2018 e os juros remuneratórios serão pagos em 12 parcelas semestrais, sendo que o primeiro pagamento será em 5 de junho de 2013. A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos oriundos da oferta de debêntures para o pagamento antecipado de dívidas, alongando assim o perfil da dívida, e também atender às necessidades de capital de giro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Bonds internacionais

Em 28 de abril de 2010, a Voto-Votorantim Limited, uma subsidiária integral da VPar, emitiu notas no mercado externo com vencimento em 2017, com valor total de principal de €750,0 milhões, com garantia incondicional e irrevogável da VPar, Votorantim Cimentos (como sucessora na incorporação da VCB) e a Companhia Brasileira de Alumínio (uma subsidiária da VID, ou “CBA”). A garantia prestada pela Companhia e pela CBA limita-se a 50,0% do principal em aberto. Sobre essas notas incidem juros remuneratórios de 5,25% a.a., pagos anualmente no dia 28 de abril. O valor do principal dessas notas será pago em uma única parcela em 28 de abril de 2017. Em 28 de outubro de 2010, a Companhia assumiu as obrigações da Voto-Votorantim Limited, apesar de as garantias prestadas pela VPar (100%) e CBA (50,0%) continuarem válidas. Apesar de a Companhia não pagar qualquer tipo de remuneração à VPar e à CBA por exercerem o papel de garantidoras das obrigações da Companhia, ela pode vir a pagar uma taxa de garantia em condições de mercado para a VPar e CBA pelas obrigações que garantem, em algum momento após a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia. A Companhia pretende obter financiamentos no futuro sem garantia, o que pode exercer um efeito adverso sobre o custo de financiamento. Em 31 de março de 2013, o valor total de principal em aberto era de R\$1.939,0 milhões (€750,0 milhões).

Em 5 de abril de 2011, a Companhia emitiu notas no mercado externo com vencimento em 2041, com valor total de principal de U.S.\$750,0 milhões, com garantia incondicional e irrevogável da VPar e da VID. Sobre essas notas incidem juros remuneratórios de 7,25% ao ano, pagos semestralmente nos dias 5 de abril e 5 de outubro de cada ano. O valor do principal das notas será pago no vencimento em 5 de abril de 2041. Em 9 de fevereiro de 2012, a Companhia emitiu notas adicionais, com valor total de principal de U.S.\$500,0 milhões. Em 6 de setembro de 2012, a VPar foi desobrigada como garantidora das notas, e a VID permaneceu como única garantidora. Em 31 de março de 2013, o valor total de principal em aberto era de R\$2.517,3 milhões (U.S.\$1.250,0 milhões).

Financiamentos BNDES

O BNDES tem sido uma importante fonte de financiamento das despesas de capital da Companhia. Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía R\$1.879,7 milhões em duas linhas de limite de crédito rotativo junto ao BNDES e, na mesma data, a dívida total em aberto relativa a essas duas linhas de limite de crédito era de R\$809,5 milhões. A Companhia assinou o primeiro contrato de limite de crédito rotativo com o BNDES em 27 de janeiro de 2009, com valor total de principal de R\$600,0 milhões. A Companhia possui um período de disponibilidade de cinco anos da data do contrato para realizar as contratações. As taxas de juros para os financiamentos são determinadas com base na classificação de crédito da VID e com base nas políticas de crédito internas do BNDES. O vencimento dos empréstimos dessa linha de limite de crédito é determinado com base no prazo do projeto a ser financiado, geralmente de sete anos, com período de carência de dois anos e amortização em cinco anos. A Votorantim Cimentos Norte e Nordeste S.A. (“VCNNE”) também é beneficiária do limite de crédito. Em 31 de março de 2013, o valor total do principal em aberto era de R\$400,1 milhões.

Em 7 de abril de 2009, a Votorantim Metais S.A. (anteriormente denominada como Votorantim Metais Níquel S.A.), a Votorantim Metais Zinco S.A. e a Votorantim Siderurgia S.A. assinaram um contrato de limite de crédito rotativo com o BNDES no valor total de R\$1.279,7 milhões, e em 24 de agosto de 2010, a Companhia e a VCNNE também foram incluídas como beneficiárias do limite de crédito. A Companhia possui um período de disponibilidade de cinco anos da data do contrato para realizar as contratações. As taxas de juros para os financiamentos são determinadas com base na classificação de crédito da VID e com base nas políticas de crédito internas do BNDES. O vencimento dos empréstimos dessa linha de limite de crédito é determinado com base no prazo do projeto a ser financiado, geralmente de sete anos, com período de carência de dois anos e amortização em cinco anos. Em 31 de março de 2013, o valor total da dívida em aberto era de R\$409,4 milhões. A Votorantim Metais S.A., a Votorantim Metais Zinco S.A. e a Votorantim Siderurgia S.A. compartilham o limite de tal linha de limite de crédito com a Companhia, portanto o limite de utilização poderá ser inferior ao montante contabilizado pela Companhia como valor total da dívida em aberto.

Em 31 de março de 2013, os empréstimos em aberto da Companhia com o BNDES totalizavam R\$1.408,1 milhões, dos quais R\$1.192,0 milhões correspondiam aos empréstimos denominados em reais e os demais R\$216,1 milhões correspondiam aos empréstimos denominados em UMBNDES. A Companhia utilizou os recursos desses empréstimos para financiar, entre outros, a expansão das fábricas no Brasil. Sobre a maior parte dos empréstimos da Companhia com o BNDES incidem juros indexados à TJLP. Os demais empréstimos com o BNDES são indexados à UMBNDES, que é a média ponderada das variações cambiais das moedas existentes na Cesta de Moedas do BNDES, predominantemente dólares norte-americanos. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a TJLP estava fixada em 5,0% e 5,5%, respectivamente, ao ano. Em 2012, 2011 e 2010, a TJLP apresentou médias de 5,8%, 6,0% e 6,0%, respectivamente, ao ano. Esses empréstimos são garantidos pela Hejoassu.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas sobre os financiamentos de longo prazo da Companhia junto ao BNDES em 31 de março de 2013:

Dívida	Tomador	Garantidor(s)	Taxa de juros	Amortização do principal	Vencimento	Saldo de principal em aberto em 31 de março de 2013 (em milhões de reais)
Contrato de Crédito de R\$358,3 milhões	VCSA	Hejoassu	Tranche A – TJLP + 2,45% a.a. Tranche B – TJLP + 3,45% a.a. Tranche C – UMBNDES + 2,45% a.a. Tranche D – TJLP + 2,05% a.a. Tranche E – TJLP	72 parcelas mensais começando em fevereiro de 2014 para a Tranche C e 72 parcelas mensais começando em dezembro de 2013 para as demais Tranches	Janeiro de 2020 para a Tranche C e novembro de 2019 para as demais Tranches	R\$159,1
Contrato de Crédito de R\$280,1 milhões	VCSA	Hejoassu	Tranche A – UMBNDES + 2,45% a.a. Tranche B – TJLP + 2,45% a.a. Tranche C – TJLP + 3,45% a.a. Tranche D – 5,50% a.a. Tranche E – TJLP + 4,65% a.a.	60 parcelas mensais começando em novembro de 2012 para a Tranche A e 60 parcelas mensais começando em outubro 2012 para as demais Tranches	Outubro de 2017 para a Tranche A e setembro de 2017 para as demais Tranches	R\$210,5
Contrato de Crédito de R\$244,4 milhões	VCSA	Hejoassu	Tranche A – UMBNDES + 2,45% a.a. Tranche B – TJLP + 2,45% a.a. Tranche C – TJLP + 3,45% a.a. Tranche D – TJLP + 2,05% a.a. Tranche E – TJLP	72 parcelas mensais começando em novembro de 2013 para a Tranche A e 72 parcelas mensais começando em outubro de 2013 para as demais Tranches	Outubro de 2019 para a Tranche A e setembro de 2019 para as demais Tranches	R\$161,8
Contrato de Crédito de R\$203,8 milhões	VCSA	Hejoassu	Tranches A, F e K – UMBNDES + 2,45% a.a. Tranche B, G, e L – TJLP + 2,45% a.a. Tranches C, H, e M – TJLP + 3,45% a.a. Tranches D, I e N – TJLP + 4,65% a.a. Tranches E, J e P – 4,5% a.a. Tranche O – TJLP + 2,05% a.a. Tranche Q – TJLP	60 parcelas mensais começando em fevereiro de 2012 para as Tranches A, F e K e 60 parcelas mensais começando em janeiro de 2012 para as demais Tranches	Janeiro de 2017 para as Tranches A, F e K e dezembro de 2016 para as demais Tranches	R\$136,5

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dívida	Tomador	Garantidor(s)	Taxa de juros	Amortização do principal	Vencimento	Saldo de principal em aberto em 31 de março de 2013 (em milhões de reais)
Contrato de Crédito de R\$192 milhões	VCSA	Hejoassu	Tranche A – UMBNDES + 2,45% a.a. Tranche B – TJLP + 2,45% a.a. Tranche C – TJLP + 3,45% a.a. Tranche D – 5,5% a.a.	60 parcelas mensais começando em maio de 2013 para a Tranche A e 60 parcelas mensais começando em abril de 2013 para as demais Tranches	Abril de 2018 para a Tranche A e março de 2018 para as demais Tranches	R\$151,1
Contrato de Crédito de R\$173,8 milhões	VCSA e VCNNE	Hejoassu	Tranche A e F – UMBNDES + 2,12% a.a. Tranches B e G – TJLP + 2,12% a.a. Tranches C e H – TJLP + 3,12% a.a. Tranches D e I – TJLP + 4,32% a.a. Tranches E e J – 4,5% a.a. Tranche K – TJLP	60 parcelas mensais começando em novembro de 2011 para as Tranches A e F e 60 parcelas mensais começando em setembro de 2011 para as demais Tranches	Outubro de 2016 para as Tranches A e F e agosto de 2016 para as demais Tranches	R\$119,1
Contrato de Crédito de R\$161,0 milhões	VCNNE	Hejoassu	Tranche A – UMBNDES + 2,12% a.a. Tranche B – TLP + 3,12% a.a. Tranche C – TLP + 2,12% a.a. Tranche D – TJLP + 1,72% a.a. Tranche E – TJLP + 4,32% a.a.	60 parcelas mensais começando em agosto de 2011 para todas as Tranches	Julho de 2016 para todas as Tranches	R\$106,4

Empréstimo sindicalizado da VCNA

Em 28 de outubro de 2010, a VCNA e algumas de suas subsidiárias, como tomadoras, e um sindicato de credores assinaram um contrato de crédito com um sindicato de bancos no valor total de principal de U.S.\$450,0 milhões. Esse empréstimo possui uma *tranche* de crédito a prazo ("Empréstimos a Prazo"), e uma *tranche* de crédito rotativo ("Empréstimos Rotativos"). Os Empréstimos a Prazo, com valor total de principal de U.S.\$325,0 milhões, possuem um prazo de quatro anos, a juros flutuantes com base na LIBOR mais uma margem aplicável que varia entre 2,00% e 2,75% a.a., dependendo do índice de alavancagem consolidado da VCNA, pagos trimestralmente. O principal dos empréstimos a prazo foi amortizado em parcelas trimestrais a partir de 31 de março de 2011. Os Empréstimos Rotativos possuem valor total de principal de até U.S.\$125,0 milhões, sobre os quais incidem juros a uma taxa de referência determinada com base na moeda de cada empréstimo (dólares norte-americanos ou canadenses) mais uma margem aplicável que varia entre 2,00% e 2,75% a.a., determinada com base no tipo de crédito rotativo (saque ou carta de crédito) e no índice de alavancagem consolidado da VCNA. Ainda em relação a essa linha de crédito, a Companhia assinou diversos contratos de *swap* de juros no valor nominal de U.S.\$200,0 milhões, com vencimento em 31 de outubro de 2014.

Em 23 de novembro de 2011, as partes assinaram um aditamento que, entre outros, estendeu o vencimento dos empréstimos a prazo e dos empréstimos rotativos até 23 de novembro de 2016, e reduziu a margem aplicável para todas as *tranches* para 1,50% a 2,25%. Em 31 de março de 2013, o valor total do principal dos empréstimos a prazo em aberto era de R\$419,6 milhões (U.S.\$208,4 milhões). Em 31 de março de 2013, não havia montantes em aberto para os empréstimos rotativos.

Em 2 de abril de 2013, as partes assinaram um aditamento que, entre outros, estendeu o vencimento dos empréstimos a prazo e dos empréstimos rotativos até 31 de março de 2018.

Os empréstimos do contrato de empréstimo sindicalizado da VCNA contam com alienação fiduciária de substancialmente todos os ativos da VCNA e dos tomadores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Agência de fomento

Em 22 fevereiro de 2011, a Companhia assinou dois contratos de financiamento com a Eksport Kredit Financiering A/S, como credora, a VPar e a VID, como garantidoras. Esses contratos foram assinados no âmbito do *Amended and Restated ECA Framework Agreement* ("Votorantim ECA Framework Agreement"), de 15 de dezembro de 2011. O primeiro contrato, com valor total de principal de U.S.\$36,9 milhões, possui um prazo de dez anos, com encargos de LIBOR mais 1,385% ao ano, pagos semestralmente. O principal é pago em 20 parcelas semestrais, sendo que a primeira parcela foi paga em 30 de julho de 2011. O segundo contrato, com valor total de principal de U.S.\$33,7 milhões, possui um prazo de dez anos e período de carência de dois anos, com encargos de LIBOR mais 1,385% ao ano, pagos semestralmente. O principal é pago em 20 parcelas semestrais, sendo que a primeira parcela será paga em 30 de julho de 2013. Em 7 de dezembro de 2012, a VPar deixou de ser garantidora desses contratos e a VID passou a ser a única garantidora. Os recursos líquidos desses financiamentos foram utilizados para realizar pagamentos a fornecedores de determinados equipamentos para as fábricas da Companhia no Brasil. Em 31 de março de 2013, o valor total do principal em aberto desses dois contratos era de R\$126,9 milhões (U.S.\$63,0 milhões).

Votorantim Backstop Facility

Em 7 de agosto de 2012, a Companhia e a VID assinaram um contrato de linha de crédito de U.S.\$400,0 milhões ("Votorantim Backstop Facility"), com um grupo de credores que estabeleceram uma estrutura segundo a qual determinados tomadores poderão firmar contratos de empréstimo e assim tomar empréstimos garantidos pela Companhia e pela VID. O valor do contrato foi posteriormente aumentado de U.S.\$400,0 milhões para U.S.\$450,0 milhões, conforme aditamento de 6 de novembro de 2012. Os recursos oriundos do contrato podem ser utilizados pelos tomadores para pagar determinadas dívidas da Cimpor ou suas subsidiárias. Entre outras obrigações, os termos do contrato proibem que a VID e a Companhia, além de determinadas subsidiárias materiais, alienem fiduciariamente alguns de seus ativos, sendo permitidas algumas exceções.

Em 20 de agosto de 2012, a Cimpor Inversiones S.A., uma subsidiária da Cimpor, assinou um contrato de empréstimo no âmbito deste contrato, segundo o qual tomou quatro empréstimos com valor total de principal de U.S.\$400,0 milhões. Em 15 de novembro de 2012, a Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. (anteriormente denominada como Cimentos EAA Inversiones S.L.) assumiu as obrigações da Cimpor Inversiones S.A. como tomadora conforme o contrato e, em 20 de dezembro de 2012, a Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. tomou um empréstimo adicional no valor de principal de U.S.\$34,1 milhões. Em 21 de dezembro de 2012, com a conclusão da permuta de ativos da Cimpor em 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social em circulação da Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. Em 31 de março de 2013, o valor total do principal em aberto era de R\$472,7 milhões (U.S.\$234,1 milhões). Em 7 de janeiro de 2013 e 2 de maio de 2013, a Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. pagou antecipadamente U.S.\$200,0 milhões e U.S.\$15,0 milhões, respectivamente do valor do principal em aberto deste contrato.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas:

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

A maior parte dos instrumentos de dívida da Companhia contém outras obrigações que restringem, entre outros, a capacidade da Companhia e de algumas de suas subsidiárias de prestar garantias, realizar a incorporação ou fusão com outra entidade ou alienar ou dispor, de qualquer outra forma, todos, ou substancialmente todos, os ativos da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de algumas de suas subsidiárias possuem cláusulas referentes a pagamento cruzado e antecipação cruzada em casos de inadimplência (*cross-payment* e *cross-acceleration event of default*), segundo as quais a falta de pagamento por parte da Companhia ou a antecipação do pagamento exigida por credores após um evento de inadimplência, segundo um ou mais contratos, em cada caso, no valor total acima de U.S.\$50,0 milhões, resultaria em um evento de inadimplência segundo tais dívidas e possibilitaria a hipótese de a maioria dos credores desses empréstimos optar pela antecipação do pagamento da dívida. Além disso, alguns dos contratos em que a VPar, a VID e a Hejoassu são garantidoras também incluem cláusulas de pagamento cruzado e antecipação cruzada em eventos de inadimplência que seriam desencadeados pela falta de pagamento da dívida ou a antecipação do pagamento da dívida da VPar e VID e de algumas de suas subsidiárias relevantes.

As obrigações decorrentes das debêntures restringem, entre outros, a capacidade da Companhia de (1) prestar garantias, e realizar a incorporação ou fusão com outra entidade ou (2) submeter-se a mudança de controle. Segundo as escrituras de emissão das debêntures em circulação, após a ocorrência e a persistência de um evento de inadimplemento, a Companhia não poderá distribuir dividendos além do mínimo obrigatório legal de 25,0% do lucro líquido ajustado, conforme o Estatuto Social. Na data deste Formulário de Referência, nenhum caso de inadimplemento havia ocorrido nem permanece com relação às debêntures da Companhia.

As notas no mercado externo da Companhia incluem obrigações que restringem, entre outros, a capacidade da Companhia e de algumas de suas subsidiárias de prestar garantias, realizar a incorporação ou fusão com outra entidade ou alienar ou dispor, de qualquer outra forma, de todos, ou substancialmente todos, os ativos da Companhia.

Os contratos de crédito assinados pela Companhia com o BNDES possuem obrigações que restringem, entre outros, (1) a capacidade da Companhia e de algumas de suas subsidiárias de prestar garantias, realizar a incorporação ou fusão com outra entidade ou alienar ou dispor, de qualquer outra forma, de todos, ou substancialmente todos, os ativos da Companhia ou (2) a capacidade da Companhia de submeter-se a mudança de controle ou a capacidade de seus acionistas, diretos e indiretos, de submeterem-se a mudança de controle.

Em razão do empréstimo sindicalizado, a VCNA deve cumprir determinadas obrigações financeiras e está sujeita e determinadas obrigações de não fazer que restringem sua capacidade e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outros:

- realizar a incorporação, fusão, liquidação ou dissolução, ou transferência, de qualquer forma, de todos ou substancialmente todos os seus ativos;
- dispor dos ativos;
- criar certos gravames;
- participar de operações com afiliadas;
- incorrer em endividamento adicional;
- realizar investimentos;
- realizar determinados pagamentos restritos (incluindo pagamento de dividendos à Companhia); e
- realizar determinadas despesas de capital.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Para informações sobre os limites de utilização dos financiamentos contratados pela Companhia, vide item 10.1 (f) “Endividamento de curto prazo”, “Financiamentos BNDES” e “Empréstimo sindicalizado da VCNA” deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise dos resultados das operações

Período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 comparado ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2012

A tabela a seguir apresenta informações financeiras consolidadas e auditadas referentes aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de					
	2013	AV	2012	AV	Variação 2013x2012	
		(%)		(%)		(%)
	(em milhões de reais, exceto percentuais)					
Demonstração do Resultado						
Receita líquida	2.480,8	100	2.057,8	100	423,0	20,6
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.759,6)	(70,9)	(1.418,6)	(68,9)	(341,0)	24,0
Lucro bruto	721,2	29,1	639,2	31,1	82,0	12,8
Despesas com vendas	(186,2)	(7,5)	(112,8)	(5,5)	(73,4)	65,1
Despesas gerais e administrativas	(181,1)	(7,3)	(127,9)	(6,2)	(53,2)	41,6
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	91,9	3,7	47,1	2,3	44,8	95,0
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	445,7	18,0	445,7	21,7	0,0	0,0
Equivalência patrimonial	0,4	0,0	18,6	0,9	(18,2)	(97,8)
Resultado financeiro líquido	(113,4)	(4,6)	(106,4)	(5,2)	(7,0)	(6,6)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	332,7	13,4	357,9	17,4	(25,2)	(7,0)
Imposto de renda e contribuição social	(125,2)	(5,0)	(107,6)	(5,2)	(17,6)	16,3
Lucro líquido das operações continuadas	207,5	8,4	250,3	12,2	(42,8)	(17,1)
Operações descontinuadas						
Perda das operações descontinuadas	(11,4)	(0,5)	—	—	n.s. ⁽¹⁾	n.s. ⁽¹⁾
Lucro líquido do período	196,2	7,9	250,3	12,2	(54,1)	(21,6)

⁽¹⁾ Não significativo.

A tabela a seguir apresenta informações resumidas referentes aos volumes de venda de cada um dos segmentos operacionais da Companhia, por produto, nos períodos indicados, bem como a variação percentual dos preços médios nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de			Período de três meses encerrado em 31 de março de 2013
	Volume de vendas		Variação	Variação do preço médio ⁽¹⁾
	2013	2012	%	%
Brasil:				
Cimento (em milhares de toneladas) ⁽²⁾	6.020	5.838	3,1	1,0
Concreto (em milhares de m ³)	1.103	1.132	(2,5)	1,8
Agregados (em milhares de toneladas)	3.172	4.194	(24,4)	1,1
Argamassa (em milhares de toneladas)	428	403	6,4	(0,5)
América do Norte:				
Cimento (em milhares de toneladas)	425	466	(8,8)	1,2
Concreto (em milhares de m ³)	411	434	(5,3)	2,5
Agregados (em milhares de toneladas)	1.061	1.348	(21,3)	(0,9)
Europa, Ásia e África⁽³⁾:				
Cimento (em milhares de toneladas)	2.119	—	—	—
Concreto (em milhares de m ³)	523	—	—	—
Agregados (em milhares de toneladas)	1.071	—	—	—
Argamassa (em milhares de toneladas)	13	—	—	—
Consolidado:				
Cimento (em milhares de toneladas)	8.564	6.304	35,9	(8,7)
Concreto (em milhares de m ³)	2.037	1.566	30,1	(6,8)
Agregados (em milhares de toneladas)	5.304	5.542	(4,3)	0,7
Argamassa (em milhares de toneladas)	441	403	9,4	(6,9)

⁽¹⁾ A variação do preço médio é calculada para cada segmento com base na moeda local, por exemplo, em reais no caso do Brasil e em dólares norte-americanos no caso da América do Norte.

⁽²⁾ Inclui as operações na Bolívia. A informação referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 não inclui o volume de vendas de Artigas (Uruguai) de 109,0 mil toneladas, a qual passou a ser consolidada na Companhia em 3 de abril de 2013.

⁽³⁾ Não considera as informações da VCEAA para 2012, uma vez que a Companhia passou a deter o controle desta sociedade e dos Negócios Alvo da Cimpor em 21 de dezembro de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita líquida

A receita líquida aumentou 20,6%, ou R\$423,0 milhões, de R\$2.057,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$2.480,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, devido principalmente a (1) aumento do volume de vendas no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 comparado ao mesmo período em 2012, incluindo um aumento no volume de vendas de cimento, concreto e argamassa de 35,9%, 30,1% e 9,4%, respectivamente, atribuível à consolidação do resultado operacional da Companhia na Europa, Ásia e África a partir de 1º de janeiro de 2013 e aumento de vendas no Brasil; e (2) o efeito da redução dos preços médios dos produtos da Companhia na Europa, Ásia e África, quando comparados aos preços médios no Brasil e América do Norte.

- Operações no Brasil. A receita líquida das operações no Brasil, incluindo a América do Sul, aumentou 3,1%, ou R\$57,8 milhões, de R\$1.847,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$1.905,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, devido principalmente a (1) aumento do volume de vendas no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, incluindo um aumento no volume de vendas de cimento e argamassa de 3,1% e 6,4%, respectivamente, em função do aumento do volume de vendas na região Nordeste; e (2) aumento do preço médio de venda de cimento, concreto e agregados de 1,0%, 1,8% e 1,1%, respectivamente, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 comparado ao mesmo período em 2012, devido ao aumento das vendas em regiões que geralmente apresentam preços de venda mais elevados. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela diminuição de 24,4% e 2,5% do volume de vendas de agregados e concreto, respectivamente, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.
- Operações na América do Norte. A receita líquida das operações na América do Norte aumentou 16,0%, ou R\$33,7 milhões, de R\$210,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$243,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013. Excluindo os efeitos da variação cambial do real frente ao dólar norte-americano, a receita aumentou 2,7% devido principalmente a (1) aumento do preço médio de venda de cimento e concreto de 1,2% e 2,5%, respectivamente; e (2) aumento de 3,2% no volume de vendas de concreto, que foram parcialmente compensados pela diminuição do volume de vendas dos produtos da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, incluindo uma diminuição no volume de vendas de cimento, concreto e agregados de 8,8%, 5,3% e 21,3%, respectivamente; e (3) diminuição de 0,9% no preço médio de venda de agregados.
- Operações na Europa, Ásia e África. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia registrou uma receita líquida das operações na Europa, Ásia e África de R\$331,5 milhões e vendeu 2.119, 1.071 e 13 mil toneladas de cimento, agregados e argamassa, respectivamente, e 523 mil metros cúbicos de concreto.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados aumentou 24%, ou R\$341,0 milhões, de R\$1.418,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$1.759,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, devido principalmente a (1) consolidação do resultado das operações na Europa, África e Ásia a partir de 1º de janeiro de 2013, que resultou no registro adicional de R\$275,5 milhões de custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados neste período; (2) aumento do volume de vendas de cimento e argamassa no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013; e (3) aumento dos custos de produção de cimento de 5,7% devido à inflação (o IPCA acumulou aumento de 6,6% no último período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2013) e aumento do consumo de clínquer importado.

Lucro bruto

Devido aos motivos expostos acima, o lucro bruto consolidado aumentou 12,8%, ou R\$82,0 milhões, de R\$639,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$721,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013. A margem bruta diminuiu de 31,1% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para 29,1% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram 65,1%, ou R\$73,4 milhões, de R\$112,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$186,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 devido a (1) consolidação do resultado operacional da Europa, África e Ásia a partir de 1º de janeiro de 2013, que resultou no registro adicional de R\$9,7 milhões de despesas com vendas neste período; (2) aumento do volume de vendas de cimento e argamassa no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013; e (3) aumento das despesas com frete por tonelada no Brasil, no caso de todos os produtos, incluindo um aumento de despesas de frete de 33,5% por tonelada de cimento no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, quando comparado ao mesmo período em 2012, devido principalmente ao aumento dos preços médios de combustíveis de 21,9%.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 41,6%, ou R\$53,2 milhões, de R\$127,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$181,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 devido principalmente a (1) consolidação do resultado das operações na Europa, África e Ásia a partir de 1º de janeiro de 2013, que resultou no registro adicional de R\$18,5 milhões de despesas gerais e administrativas neste período; e (2) o aumento de 13,8% com despesas de pessoal e aumento de 29,7% com serviços de consultoria e terceirização no Brasil durante o período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 quando comparado ao mesmo período em 2012. O aumento de 13,8%, ou R\$7,6 milhões, com despesas de pessoal deveu-se principalmente ao aumento dos salários do pessoal administrativo, em linha com a taxa de inflação do INPC de 7,22% no Brasil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013. O aumento de 29,7%, ou R\$10,0 milhões, com serviços de consultoria e terceirização no Brasil atribuiu-se à expansão das operações da Companhia e à implantação da estratégia de crescimento, resultando em melhorias do modelo comercial e redução de custos de manutenção.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas aumentaram 95,0%, ou R\$44,8 milhões, de R\$47,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$91,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 devido (1) ao recebimento de R\$29,0 milhões a título de restituição da Província de Ontário (Canadá) em relação a um acordo celebrado com referido Governo estadual no âmbito de um processo judicial, por meio do qual a Companhia transferiu uma planta de agregados ao Governo desta província em troca de U.S.\$15,0 milhões; e (2) aumento de 27,8%, ou R\$11,2 milhões, de benefícios fiscais decorrente do aumento do volume de vendas na região nordeste do Brasil e ao início das operações da unidade em Cuiabá na região centro-oeste do Brasil, as quais se beneficiam de grandes incentivos fiscais.

Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro

Devido aos motivos expostos acima, o lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro se permaneceu estável em R\$445,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 comparado a R\$445,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013. A margem operacional diminuiu de 21,7% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para 18,0% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

- Operações no Brasil. O lucro operacional das operações no Brasil, incluindo a América do Sul, diminuiu 2,7%, de R\$536,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$521,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013. A margem operacional das operações no Brasil, incluindo a América do Sul, diminuiu de 29,0% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para 27,4% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.
- Operações na América do Norte. O lucro operacional das operações na América do Norte aumentou R\$12,2 milhões, passando de R\$(90,6) milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$(78,4) milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013. A margem operacional das operações na América do Norte aumentou de (43,1)% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para (32,1)% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.
- Operações na Europa, Ásia e África. O lucro operacional e a margem operacional das operações na Europa, Ásia e África foram de R\$2,3 milhões e 0,7%, respectivamente, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado de participações societárias

O resultado de participações societárias diminuiu 97,8%, ou R\$18,2 milhões, de R\$18,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$0,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 devido, principalmente, à redução de R\$8,5 milhões relativa à permuta de ativos da Cimpor em 2012.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido aumentou 6,6%, ou R\$7,0 milhões, de R\$106,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$113,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 devido principalmente à combinação de (1) aumento de 3,6% das despesas financeiras, de R\$206,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$213,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013; (2) aumento de 60,8% dos ganhos cambiais, de R\$8,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$13,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013; e (3) redução de 4,9% das receitas financeiras, de R\$91,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$87,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

O aumento de 3,6% das despesas financeiras deveu-se principalmente ao aumento de 3,8% das despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, de R\$192,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$199,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, em função do aumento de empréstimos e financiamentos, de R\$9.999,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$12.293,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, que foi parcialmente compensado pela diminuição na média das taxas CDI e TJLP de 10,2% e 6,0% ao ano, respectivamente, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, para 7,0% e 5,0%, respectivamente, no mesmo período em 2013. A redução de 4,9% das receitas financeiras deveu-se principalmente à redução de 19,7% nos juros de ativos financeiros e empréstimos a partes relacionadas, de R\$25,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$20,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, atribuível a uma redução em empréstimos a partes relacionadas de R\$238,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$115,6 milhões no mesmo período em 2013.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram 16,3%, ou R\$17,6 milhões, de R\$107,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$125,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013. O aumento das despesas com imposto de renda e contribuição social deveu-se principalmente ao registro da despesa de R\$20,4 milhões em razão da alteração da forma de reconhecimento das despesas com imposto de renda sobre as variações cambiais para o regime de competência a partir de 1º de janeiro de 2013. Em 2012, a Companhia reconheceu as despesas com imposto de renda sobre as variações cambiais pelo regime de caixa.

Lucro líquido das operações continuadas

Devido aos motivos expostos acima, o lucro líquido das operações continuadas diminuiu 17,1%, ou R\$42,8 milhões, de R\$250,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$207,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do exercício diminuiu 21,6%, ou R\$54,1 milhões, de R\$250,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 para R\$196,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, como resultado da diminuição de 17,1%, ou R\$42,8 milhões, no lucro líquido das operações continuadas e um prejuízo de R\$11,4 milhões das operações descontinuadas no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise das contas patrimoniais

Comparação das posições de 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 das contas patrimoniais

	Em 31 de março de		Em 31 de dezembro de		
	2013	AV.% 2013	2012 ⁽¹⁾	AV.% 2012	AH.% 2013/2012
(em milhões de reais, exceto percentuais)					
Dados do Balanço Patrimonial					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	275,2	1,2	936,3	3,9	(70,6)
Aplicações financeiras	1.856,8	8,1	2.032,4	8,5	(8,6)
Contas a receber de clientes	940,5	4,1	910,7	3,8	3,3
Estoques	1.176,7	5,1	1.182,1	4,9	(0,5)
Imposto de renda e contribuição social	191,9	0,8	83,9	0,4	128,7
Adiantamento a fornecedores	92,6	0,4	110,2	0,5	(16,0)
Dividendos a receber	0,5	0,0	0,5	0,0	0,0
Tributos a recuperar	209,4	0,9	176,2	0,7	18,8
Outros ativos	144,3	0,6	94,8	0,4	52,2
	4.888,0	21,2	5.527,1	23,1	(11,6)
Ativos mantidos para venda	1.382,7	6,0	701,2	2,9	97,2
Total do ativo circulante	6.270,7	27,2	6.228,3	26,0	0,7
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	115,6	0,5	16,4	0,1	604,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	738,1	3,2	972,0	4,1	(24,1)
Tributos a recuperar	211,0	0,9	41,3	0,2	410,9
Depósitos judiciais	207,2	0,9	246,5	1,0	(15,9)
Outros ativos	229,0	1,0	242,2	1,0	(5,5)
Investimentos	1.295,1	5,6	2.050,6	8,6	(36,8)
Imobilizado	9.289,5	40,3	9.320,8	39,0	(0,3)
Intangível	4.699,2	20,4	4.798,4	20,1	(2,1)
Total do ativo não circulante	16.784,7	72,8	17.688,3	74,0	(5,1)
Total do ativo	23.055,4	100,0	23.916,6	100,0	(3,6)
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.233,0	5,3	606,9	2,5	103,2
Fornecedores	767,0	3,3	856,2	3,6	(10,4)
Salários e encargos sociais	177,6	0,8	227,5	1,0	(21,9)
Imposto de renda e contribuição social	70,9	0,3	51,2	0,2	38,6
Tributos a recolher	243,2	1,1	207,5	0,9	17,2
Dividendos a pagar	388,1	1,7	439,1	1,8	(11,6)
Adiantamentos de clientes	118,0	0,5	18,6	0,1	533,7
Contas a pagar na aquisição de participações	–	0,0	328,5	1,4	(100,0)
Contas a pagar – <i>Trading</i>	75,6	0,3	53,8	0,2	40,6
Demais contas a pagar	107,4	0,5	105,3	0,4	2,0
Uso do bem público – UBP	24,0	0,1	23,6	0,1	1,9
Outros passivos	211,5	0,9	308,1	1,3	(31,4)
	3.416,3	14,8	3.226,3	13,5	5,9
Obrigações como bens mantidos para venda	291,5	1,3	274,1	1,1	6,3
Total do passivo circulante	3.707,8	16,1	3.500,4	14,6	5,9

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Em 31 de março de		Em 31 de dezembro de		
	2013	AV.% 2013	2012 ⁽¹⁾	AV.% 2012	AH.% 2013/2012
(em milhões de reais, exceto percentuais)					
Passivo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social					
diferidos	864,4	3,7	842,7	3,5	2,6
Empréstimos e financiamentos	11.060,7	48,0	12.177,2	50,9	(9,2)
Partes relacionadas	482,0	2,1	486,6	2,0	(0,9)
Provisões	957,4	4,2	1.070,8	4,5	(10,6)
Uso do bem público – UBP	383,2	1,7	381,6	1,6	0,4
Plano de pensão	159,5	0,7	184,8	0,8	(13,7)
Adiantamento de clientes	39,8	0,2	–	–	n.s.
Outros passivos	404,0	1,8	364,7	1,5	10,8
Total do passivo não circulante	14.351,0	62,2	15.508,4	64,8	(7,5)
Total do passivo	18.058,8	78,3	19.008,8	79,5	(5,0)
Patrimônio líquido					
Capital social	2.746,0	11,9	2.746,0	11,5	0,0
Reserva para incentivos fiscais	596,1	2,6	544,4	2,3	9,5
Reservas de lucros	789,8	3,4	789,8	3,3	0,0
Retenção de lucros	104,6	0,5	–	0,0	n.a.
Ajustes de avaliação patrimonial	510,5	2,2	577,7	2,4	(11,6)
Patrimônio líquido atribuídos aos					
acionistas controladores	4.747,1	20,6	4.658,0	19,5	1,9
Participação dos acionistas não					
controladores	249,6	1,1	249,9	1,0	(0,1)
Total do patrimônio líquido	4.996,6	21,7	4.907,8	20,5	1,8
Total do passivo e patrimônio líquido	23.055,4	100,0	23.916,6	100,0	(3,6)

⁽¹⁾ O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 corresponde ao balanço patrimonial apresentado como comparativo na informação interina consolidada de 31 de março de 2013 e reflete a aplicação do IFRS 11/ CPC 19 (R2).

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou 0,7%, ou R\$42,4 milhões, de R\$6.228,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$6.270,7 milhões em 31 de março de 2013, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras diminuiu 28,2%, ou R\$836,6 milhões, passando de R\$2.968,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$2.132,1 milhões em 31 de março de 2013 devido principalmente a amortização de empréstimos e financiamentos no valor de R\$492,3 milhões, aquisição de ativo imobilizado no valor de R\$369,5 milhões, aquisição de participação societárias (C+PA, Artigas e Avellaneda) no montante de R\$189,9 milhões, pagamento de R\$155,9 milhões à InterCement Austria realizado janeiro de 2013 como resultado de ajustes pós-fechamento relacionados à permuta de ativos da Cimpor em 2012 e R\$109,1 milhões de dividendos pagos, parcialmente compensados pela geração de caixa no período de R\$751,0 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de imposto de renda e contribuição social aumentou 128,7%, ou R\$108,0 milhões, passando de R\$83,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$191,9 milhões em 31 de março de 2013 decorrente principalmente da alteração do regime de tributação da variação cambial do regime de competência para o regime de caixa.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes aumentou 3,3%, ou R\$29,8 milhões, de R\$910,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$940,5 milhões em 31 de março de 2013, devido principalmente ao aumento de R\$55,8 milhões do saldo de contas a receber com partes relacionadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativos mantidos para venda

O saldo de ativos mantidos para venda aumentou 97,2%, ou R\$681,4 milhões, passando de R\$701,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.382,7 milhões em 31 de março de 2013 e se refere à classificação da participação acionária na Votorantim Investimentos Latino Americanos S.A. (“VILA”) como ativo mantido para venda, pois a Companhia pretendia aliená-la à Votorantim Industrial S.A. (“VID”), a qual já possuía 21,95% de participação acionária na VILA. Em 14 de maio de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a VID, por meio do qual a VID adquiriu a participação acionária de 12,36% que a Companhia detinha na VILA. Para informações adicionais sobre essa operação, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Ativo não circulante

O ativo não circulante diminuiu 5,1%, ou R\$903,6 milhões, de R\$17.688,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$16.784,7 milhões em 31 de março de 2013, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas aumentou R\$99,2 milhões, de R\$16,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$115,6 milhões em 31 de março de 2013 em razão principalmente do saldo do Fundo DI controlado pela Votorantim Industrial no valor de R\$99,6 milhões.

Investimentos

O saldo de investimentos diminuiu 36,8%, ou R\$755,5 milhões, de R\$2.050,6 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.295,1 milhões em 31 de março de 2013 em função da classificação da participação acionária na VILA como ativo mantido para venda, pois a Companhia pretendia aliená-la à VID, a qual já possuía 21,95% de participação acionária na VILA. Em 14 de maio de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com a VID, por meio do qual a VID adquiriu a participação acionária de 12,36% que a Companhia detinha na VILA. Para informações adicionais sobre essa operação, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 5,9%, ou R\$207,4 milhões, de R\$3.500,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$3.707,8 milhões em 31 de março de 2013, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de dívida bruta aumentou R\$626,2 milhões, de R\$606,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.233,0 milhões em 31 de março de 2013, devido principalmente a classificação do saldo da Votorantim Backstop Facility como passivo circulante no primeiro trimestre de 2013.

Contas a pagar na aquisição de participações

O saldo de R\$328,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 se refere a (1) €57,0 milhões (equivalentes a R\$155,9 milhões) de ajustes pós-fechamento relacionados à permuta de ativos da Cimpor em 2012, pagos em 21 de janeiro de 2013, (2) U.S.\$60 milhões (equivalentes a R\$121,9 milhões) pela aquisição de participação de 10,61% na Avellaneda, na Argentina, pagos em 18 de janeiro de 2013, e (3) U.S.\$25,0 milhões (equivalentes a R\$50,8 milhões) pela aquisição de participação de 12,61% na Artigas, no Uruguai, pagos em 18 de janeiro de 2013.

Obrigações com bens mantidos para venda

O saldo de obrigações com bens mantidos para venda aumentou 6,3%, ou R\$17,4 milhões, de R\$274,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$291,5 milhões em 31 de março de 2013 e se refere à classificação dos ativos da VILA como ativo mantido para venda.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo não circulante

O passivo não circulante diminuiu 7,5%, ou R\$1.157,4 milhões, de R\$15.508,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$14.351,0 milhões em 31 de março de 2013, explicado principalmente pela variação na rubrica comentada abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de dívida bruta diminuiu 9,2%, ou R\$1.116,5 milhões, de R\$12.177,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$11.060,7 milhões em 31 de março de 2013, devido principalmente à liquidação antecipada de U.S.\$ 200,0 milhões da Votorantim *Backstop Facility* em janeiro de 2013 e à classificação do saldo remanescente desse empréstimo para o passivo circulante.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

A tabela a seguir apresenta informações financeiras consolidadas e auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Variação 2012x2011 (%)
	2012	AV (%)	2011	AV (%)		
	(em milhões de reais, exceto percentuais)					
Demonstração do Resultado						
Receita líquida	9.481,7	100,0	8.698,4	100,0	783,3	9,0%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(6.177,1)	(65,1)	(5.684,5)	(65,4)	(492,6)	8,7%
Lucro bruto	3.304,6	34,9	3.013,9	34,6	290,7	9,6%
Despesas com vendas	(610,0)	(6,4)	(595,4)	(6,8)	(14,6)	2,5%
Despesas gerais e administrativas	(668,0)	(7,0)	(530,0)	(6,1)	(138,0)	26,0% ⁽¹⁾
Ganho realizado na permuta de ativos – Cimpor	266,8	2,8	–	–	266,8	n.s. ⁽¹⁾
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	284,8	3,0	(295,9)	(3,4)	580,7	n.s. ⁽¹⁾
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.578,1	27,2	1.592,6	18,3	985,5	61,9%
Realização de outros resultados abrangentes na baixa do investimento da Cimpor	(170,1)	(1,8)	–	–	(170,1)	n.s. ⁽¹⁾
Equivalência patrimonial	25,5	0,3	311,8	3,6	(286,3)	(91,8%)
Resultado financeiro líquido	(935,3)	(9,9)	(772,4)	(8,9)	(162,9)	21,1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.498,2	15,8	1.131,9	13,0	366,3	32,4%
Imposto de renda e contribuição social	142,3	1,5	(277,1)	(3,2)	419,4	n.s. ⁽¹⁾
Lucro líquido do exercício	1.640,5	17,3	854,8	9,8	785,7	91,9%

⁽¹⁾ Não significativo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir apresenta informações resumidas referentes aos volumes de venda de cada um dos segmentos operacionais da Companhia, por produto, nos exercícios indicados, bem como a variação percentual dos preços médios entre 2012 e 2011:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012
	Volume de vendas		Variação	Variação do preço médio ⁽¹⁾
	2012	2011	%	%
Brasil:				
Cimento (em milhares de toneladas) ⁽²⁾	24.466	23.682	3,3	4,1
Concreto (em milhares de m ³)	4.819	4.572	5,4	1,0
Agregados (em milhares de toneladas)	15.070	16.696	(9,7)	0,4
Argamassa (em milhares de toneladas).....	1.699	1.587	7,0	2,8
América do Norte⁽³⁾:				
Cimento (em milhares de toneladas)	4.009	3.621	10,7	(3,1)
Concreto (em milhares de m ³)	3.923	3.984	(1,6)	0,5
Agregados (em milhares de toneladas)	11.323	10.370	9,2	(0,7)
Consolidado⁽³⁾:				
Cimento (em milhares de toneladas)	28.475	27.302	4,3	5,3
Concreto (em milhares de m ³)	8.742	8.556	2,2	8,8
Agregados (em milhares de toneladas)	26.392	27.066	(2,5)	5,5
Argamassa (em milhares de toneladas).....	1.699	1.587	7,1	2,8

⁽¹⁾ A variação do preço médio é calculada para cada segmento com base na moeda local, por exemplo, em reais no caso do Brasil e em dólares norte-americanos no caso da América do Norte.

⁽²⁾ Inclui as operações na Bolívia.

⁽³⁾ Inclui a participação proporcional no volume de vendas das *joint ventures* na América do Norte em que a Companhia possui participação de 50%.

Receita líquida

A receita líquida aumentou 9,0%, ou R\$783,3 milhões, de R\$8.698,4 milhões em 2011 para R\$9.481,7 milhões em 2012, devido principalmente a (1) aumento do volume de vendas em 2012 comparado a 2011, incluindo um aumento no volume de vendas de cimento, concreto e argamassa de 4,3%, 2,2% e 7,1%, respectivamente, e (2) aumento do preço médio de venda de cimento, concreto, agregados e argamassa de 5,3%, 8,8%, 5,5% e 2,8%, respectivamente, em 2012 comparado a 2011. Esse aumento foi parcialmente compensado pela diminuição de 2,5% do volume de vendas de agregados em 2012 comparado a 2011.

- **Operações no Brasil.** A receita líquida das operações no Brasil, incluindo a América do Sul, aumentou 6,3%, ou R\$454,7 milhões, de R\$7.250,4 milhões em 2011 para R\$7.705,1 milhões em 2012, devido principalmente a (1) aumento do volume de vendas em 2012, incluindo um aumento no volume de vendas de cimento, concreto e argamassa de 3,3%, 5,4% e 7,0%, respectivamente, em função do início das operações das novas fábricas e moagens em 2011, incluindo a moagem em Poty Paulista em abril de 2011, moagem em Imituba em maio de 2011, fábrica de cimento em Vidal Ramos em julho de 2011, moagem em São Luís em dezembro de 2011 e nova linha de produção em Salto de Pirapora, também em dezembro de 2011; e (2) aumento do preço médio de venda de cimento, concreto, agregados e argamassa de 4,1%, 1,0%, 0,4% e 2,8%, respectivamente, em 2012 comparado a 2011, devido ao aumento das vendas em regiões que geralmente apresentam preços de venda mais elevados. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela diminuição de 9,7% do volume de vendas de agregados em 2012.
- **Operações na América do Norte.** A receita líquida das operações na América do Norte aumentou 22,7%, ou R\$328,6 milhões, de R\$1.448,0 milhões em 2011 para R\$1.776,6 milhões em 2012. Excluindo os efeitos da variação cambial do real frente ao dólar norte-americano, a receita aumentou 3,5% devido principalmente a (1) aumento do volume de vendas de cimento e agregados de 10,7% e 9,2%, respectivamente; e (2) aumento do preço médio de venda de concreto de 0,5%, em função do impacto das melhorias contínuas dos fundamentos econômicos nos Estados Unidos, bem como aos projetos de construção iniciados antes do planejado em 2012, graças a um inverno menos rigoroso comparado a 2011. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela diminuição (1) do volume de vendas de concreto de 1,6%; e (2) do preço médio de vendas de cimento e agregados de 3,1% e 0,7%, respectivamente, devido principalmente às condições de mercado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados aumentou 8,7%, ou R\$492,6 milhões, de R\$5.684,5 milhões em 2011 para R\$6.177,1 milhões em 2012, devido principalmente a (1) maior volume de vendas de todos os produtos em 2012; e (2) aumento dos custos fixos em 2012 em função do aumento dos custos com mão-de-obra e serviços terceirizados. O aumento dos custos com mão-de-obra e serviços terceirizados foi o resultado da combinação de (1) aumento médio real dos salários de 4% pagos aos empregados das fábricas no Brasil em 2012, coerente com o aumento geral de salários acima da taxa de inflação no setor industrial no Brasil; e (2) início das operações das novas fábricas no Brasil em 2011, o que levou a um aumento de 14,0% do número de empregados em fábricas de 3.693 em 31 de dezembro de 2011 para 4.210 em 31 de dezembro de 2012. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela diminuição dos custos variáveis, devido principalmente a uma diminuição de 30,0% dos preços médios do coque no mercado internacional, de U.S.\$90,8 por tonelada em dezembro de 2011 para U.S.\$63,6 por tonelada em dezembro de 2012. O impacto dessa diminuição no Brasil foi parcialmente compensado por uma valorização de 8,9% do real frente ao dólar norte-americano em 2012 comparado a 2011.

Lucro bruto

Devido aos motivos expostos acima, o lucro bruto consolidado aumentou 9,6%, ou R\$290,7 milhões, de R\$3.013,9 milhões em 2011 para R\$3.304,6 milhões em 2012. A margem bruta aumentou de 34,6% em 2011 para 34,9% em 2012.

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram 2,5%, ou R\$14,6 milhões, de R\$595,4 milhões em 2011 para R\$610,0 milhões em 2012 devido a (1) aumento do volume de vendas de todos os produtos em 2012; (2) aumento das despesas com frete por tonelada no Brasil, no caso de todos os produtos, incluindo um aumento de despesas de frete de 15,3% por tonelada de cimento em 2012, devido principalmente ao aumento dos preços médios de combustíveis de 3,0%, de R\$2,03 em dezembro de 2011 para R\$2,09 em dezembro de 2012; e (3) aumento das despesas com logística, devido ao aumento do número dos centros de distribuição, de 44 em 31 de dezembro de 2011 para 52 em 31 de dezembro de 2012, e, conseqüentemente, das despesas operacionais relativas aos novos centros.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 26,0%, ou R\$138,0 milhões, de R\$530,0 milhões em 2011 para R\$668,0 milhões em 2012 devido principalmente ao aumento com despesas administrativas de pessoal e com serviços de consultoria no Brasil em 2012. O aumento com despesas administrativas de pessoal deveu-se principalmente ao aumento do número de empregados no Brasil de 8.161 em 31 de dezembro de 2011 para 9.265 em 31 de dezembro de 2012, e ao aumento dos salários do pessoal administrativo, em linha com a taxa de inflação de 6,5% no Brasil em 2011. O aumento com serviços de consultoria no Brasil atribuiu-se à expansão das operações da Companhia e à implantação da estratégia de crescimento, incluindo melhorias do modelo comercial e redução de custos de manutenção.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas aumentaram R\$580,7 milhões, de uma despesa de R\$295,9 milhões em 2011 para uma receita de R\$284,8 milhões em 2012 devido a uma despesa de *impairment* de R\$586,5 milhões, registrada em 2011 e relacionada ao investimento na Cimpor e Bío Bío. A despesa de *impairment* do investimento da Cimpor é principalmente atribuível a mudanças adversas relevantes pelas quais a Cimpor passou em alguns de seus mercados mais relevantes, incluindo Portugal, Espanha e Egito. Para informações adicionais sobre as mudanças adversas relevantes que levaram a Companhia a determinar o *impairment* em seu investimento na Cimpor, ver item 10.3 – “Efeitos da aquisição da Cimpor e a permuta de ativos da Cimpor em 2012”. Excluindo o efeito da perda por *impairment* registrada em 2011, outras receitas (despesas) operacionais, líquidas diminuíram 2,0% em 2012 comparado a 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro

Devido aos motivos expostos acima, o lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro aumentou 61,9%, ou R\$985,5 milhões, de R\$1.592,6 milhões em 2011 para R\$2.578,1 milhões em 2012. A margem operacional aumentou de 18,3% em 2011 para 27,2% em 2012.

- Operações no Brasil. O lucro operacional das operações no Brasil, incluindo a América do Sul, aumentou 59,3%, de R\$1.564,4 milhões em 2011 para R\$2.492,6 milhões em 2012. A margem operacional das operações no Brasil, incluindo a América do Sul, aumentou de 21,6% em 2011 para 32,3% em 2012.
- Operações na América do Norte. O lucro operacional das operações na América do Norte aumentou de R\$28,2 milhões em 2011 para R\$85,6 milhões em 2012. A margem operacional das operações na América do Norte aumentou de 1,9% in 2011 para 4,8% em 2012.

Resultado de participações societárias

O resultado de participações societárias diminuiu 91,8%, ou R\$286,3 milhões, de R\$311,8 milhões em 2011 para R\$25,5 milhões em 2012 devido à diminuição de R\$203,5 milhões da receita advinda da participação de 21,21% na Cimpor em 2012, em função de perda líquida registrada pela Cimpor naquele exercício comparado com o lucro líquido registrado em 2011. Excluindo o resultado da participação societária na Cimpor, o resultado de participações societárias diminuiu 44,1%, ou R\$82,7 milhões, de R\$187,5 milhões em 2011 para R\$104,8 milhões em 2012.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido aumentou 21,1%, ou R\$162,9 milhões, de R\$772,4 milhões em 2011 para R\$935,3 milhões em 2012 devido principalmente à combinação de (1) aumento de 20,2% das despesas financeiras, de R\$723,6 milhões em 2011 para R\$869,9 milhões em 2012; (2) aumento de 50,5% das perdas cambiais, de R\$253,6 milhões em 2011 para R\$381,8 milhões em 2012; e (3) aumento de 54,5% das receitas financeiras, de R\$204,9 milhões em 2011 para R\$316,5 milhões em 2012.

O aumento de 20,2% das despesas financeiras deveu-se principalmente ao aumento de 37,1% das despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, de R\$479,4 milhões em 2011 para R\$657,4 milhões em 2012, em função do aumento de empréstimos e financiamentos, de R\$8.056,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$12.784,0 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento de R\$128,2 milhões das perdas cambiais deveu-se principalmente à desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte-americano em 2012 comparado à desvalorização de 12,6% do real frente ao dólar norte-americano em 2011. O aumento de 54,5% das receitas financeiras deveu-se principalmente ao aumento de 35,4% das receitas provenientes de ativos financeiros de R\$179,3 milhões em 2011 para R\$242,8 milhões em 2012, em função do aumento em ativos financeiros de R\$1.450,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.032,4 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram uma variação de uma despesa de R\$277,1 milhões em 2011 para um benefício de R\$142,3 milhões em 2012. Apesar do aumento do lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro em 2012, comparado a 2011, o imposto de renda e contribuição social diminuiu principalmente devido ao efeito da reversão do imposto de renda diferido relativo ao investimento na Cimpor na data da conclusão da permuta de ativos da Cimpor em 2012. Essa operação não teve nenhum efeito sobre o imposto de renda corrente. A alíquota nominal da Companhia foi de 34,0% em 2012 e 2011, e a alíquota efetiva foi de 24,5% em 2011.

Lucro líquido do exercício

Devido aos motivos expostos acima, o lucro líquido do exercício aumentou 91,9%, ou R\$785,7 milhões, de R\$854,8 milhões em 2011 para R\$1.640,5 milhões em 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise das contas patrimoniais

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 das contas patrimoniais

	Em 31 de dezembro de				
	2012 ⁽¹⁾	AV.% 2012	2011 ⁽¹⁾	AV.% 2011	AH.% 2012/2011
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
Dados do Balanço Patrimonial					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	936,3	3,9	225,1	1,2	315,9
Aplicações financeiras.....	2.032,4	8,5	1.450,5	7,8	40,1
Contas a receber de clientes.....	910,7	3,8	786,1	4,2	15,9
Estoques.....	1.182,1	4,9	890,7	4,8	32,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	83,9	0,4	23,6	0,1	255,5
Adiantamento a fornecedores.....	110,2	0,5	118,4	0,6	(6,9)
Dividendos a receber.....	0,5	0,0	7,6	0,0	(93,4)
Tributos a recuperar.....	176,2	0,7	149,3	0,8	18,0
Outros ativos.....	94,8	0,4	140,3	0,9	(32,4)
	5.527,1	23,1	3.791,6	20,4	45,8
Ativos mantidos para venda.....	701,2	2,9	–	n.a.	n.a.
Total do ativo circulante.....	6.228,3	26,0	3.791,6	20,4	64,3
Ativo não circulante					
Partes relacionadas.....	16,4	0,1	52,8	0,3	(68,9)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	972,0	4,1	759,1	4,1	28,0
Tributos a recuperar.....	41,3	0,2	14,9	0,1	177,2
Depósitos judiciais.....	246,5	1,0	149,4	0,8	65,0
Outros ativos.....	242,2	1,0	199,3	1,1	21,5
	1.518,4	6,3	1.175,6	6,3	29,5
Investimentos.....	2.050,6	8,6	3.241,4	17,4	(36,7)
Imobilizado.....	9.320,8	39,0	6.954,3	37,3	34,0
Intangível.....	4.798,4	20,1	3.466,4	18,6	38,4
	16.169,9	67,6	13.662,1	73,3	18,4
Total do ativo não circulante.....	17.688,3	74,0	14.837,6	79,6	19,2
Total do ativo.....	23.916,6	100,0	18.629,2	100,0	28,4
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos.....	606,9	2,5	413,6	2,2	46,7
Fornecedores.....	856,2	3,6	662,5	3,6	29,2
Salários e encargos sociais.....	227,5	1,0	151,4	0,8	50,3
Imposto de renda e contribuição social.....	51,2	0,2	132,9	0,7	(61,5)
Tributos a recolher.....	207,5	0,9	181,5	1,0	14,3
Dividendos a pagar.....	439,1	1,8	274,0	1,5	60,2
Adiantamentos de clientes.....	18,6	0,1	14,4	0,1	29,6
Contas a pagar na aquisição de participações.....	328,5	1,4	–	–	n.a.
Contas a pagar – Trading.....	53,8	0,2	36,8	0,2	46,0
Demais contas a pagar.....	105,3	0,4	58,0	0,3	81,6
Uso do bem público – UBP.....	23,6	0,1	22,0	0,1	7,1
Outros passivos.....	308,1	1,3	211,3	1,1	45,9
	3.226,3	13,5	2.158,3	11,6	49,5
Obrigações como bens mantidos para venda.....	274,1	1,1	–	n.a.	n.a.
Total do passivo circulante.....	3.500,4	14,6	2.158,3	11,6	62,2
Passivo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	842,7	3,5	983,3	5,3	(14,3)
Empréstimos e financiamentos.....	12.177,2	50,8	7.643,2	41,0	59,3
Partes relacionadas.....	486,6	2,0	726,1	3,9	(33,0)
Provisões.....	1.070,8	4,5	935,0	5,0	14,5
Uso do bem público – UBP.....	381,6	1,6	352,2	1,9	8,3
Plano de pensão.....	184,8	0,8	134,5	0,7	37,4
Outros passivos.....	64,7	1,5	278,2	1,5	31,1
	15.508,4	64,8	11.052,5	59,3	40,3
Total do passivo não circulante.....	19.008,8	79,5	13.210,8	70,9	43,9
Patrimônio líquido					
Capital social.....	2.746,0	11,5	2.746,0	14,7	0,0
Reserva para incentivos fiscais.....	544,4	2,3	360,6	1,9	51,0
Reservas de lucros.....	789,8	3,3	1.963,9	10,5	(59,8)
Ajustes de avaliação patrimonial.....	577,7	2,4	155,8	0,8	270,9
Patrimônio líquido atribuídos aos acionistas controladores.....	4.658,0	19,5	5.226,4	28,1	(10,9)
Participação dos acionistas não controladores.....	249,9	1,0	192,0	1,0	30,2
	4.907,8	20,5	5.418,4	29,1	(9,4)
Total do passivo e patrimônio líquido.....	23.916,6	100,0	18.629,2	100,0	28,4

(1) O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 corresponde ao balanço patrimonial apresentado como comparativo na informação interina consolidada de 31 de março de 2013 e reflete a aplicação do IFRS 11/ CPC 19 (R2). Por sua vez, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 corresponde ao balanço patrimonial apresentado nas demonstrações financeiras anuais auditadas dos exercícios 2012, 2011 e 2010 e, portanto, não inclui os efeitos da aplicação do IFRS 11/ CPC 19 (R2).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou 64,3%, ou R\$2.436,7 milhões, de R\$3.791,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$6.228,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras aumentou 77,2%, ou R\$1.293,1 milhões, passando de R\$1.675,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.968,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 devido principalmente a (1) caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 2012 no valor de R\$1.422,1 milhões, (2) captação de recursos de R\$3.674,6 milhões, (3) R\$193,4 milhões de recebimento de dividendos, e (4) incorporação do saldo de caixa e equivalentes de caixa da VCEAA de R\$148,8 milhões em 21 de dezembro de 2012. Estes aumentos foram parcialmente compensados por (1) aquisição de ativo imobilizado no valor total de R\$1.500,1 milhões, (2) pagamento R\$513,5 milhões de serviço da dívida, e (3) pagamento de R\$2.442,1 milhões de dividendos e juros sobre capital próprio.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes aumentou 15,9%, ou R\$124,6 milhões, de R\$786,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$910,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente a incorporação da carteira de recebíveis da VCEAA no valor de R\$302,5 milhões em 21 de dezembro de 2012, parcialmente compensados por operações de cessão de recebíveis de clientes nacionais, sem direito de regresso, no valor de R\$139,8 milhões realizadas durante o último trimestre do ano.

Estoques

O saldo dos estoques registrou uma elevação de 32,7%, ou R\$291,4 milhões, 31 de dezembro de 2012 explicado principalmente pela incorporação dos estoques da VCEAA no valor de R\$260,9 milhões em 21 de dezembro de 2012.

Ativos mantidos para venda

O saldo de R\$701,2 milhões na rubrica de ativos mantidos para venda refere-se à classificação das operações na China como resultado da conclusão da permuta de ativos com a Cimpor. A Companhia não pretende continuar as suas operações na China e elaborou um plano para venda destes ativos. Consequentemente, estes ativos são incluídos em um grupo mantido para venda e são apresentados em uma linha separada no balanço patrimonial.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou 19,2%, ou R\$2.850,7 milhões, de R\$14.837,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$17.688,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Investimentos

O saldo de investimentos diminuiu 36,7%, ou R\$1.190,8 milhões, de R\$3.241,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.050,6 milhões em 31 de dezembro de 2012 em função principalmente da transferência da participação de 21,21% da Companhia na Cimpor para o Grupo Camargo Corrêa em troca da propriedade e controle de operações na Espanha, Turquia, Marrocos, Tunísia, Índia e China. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do investimento da Companhia na Cimpor era de R\$1.751,0 milhões.

Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado aumentou 34,0%, ou R\$2.366,5 milhões, em 31 de dezembro de 2012, decorrente das seguintes movimentações: (1) investimentos em expansão e modernização, principalmente para as fábricas do Brasil, no valor de R\$1.500,1 milhões, (2) incorporação do saldo do ativo imobilizado da VCEAA em 21 de dezembro de 2012 no valor de R\$1.596,1 milhões, parcialmente compensados por uma depreciação de R\$482,4 milhões no período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Intangível

O saldo de intangível aumentou 38,4%, ou R\$1.332,0 milhões, de R\$3.466,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$4.798,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 principalmente em função do ágio resultante da aquisição da VCEAA no valor total de R\$1.143,8 milhões. O valor do ágio de R\$273,8 milhões da operação da China foi reclassificado para a conta Ativos mantidos para venda.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 62,2%, ou R\$1.342,1 milhões, de R\$2.158,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$3.500,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de dívida bruta aumentou 46,7%, ou R\$193,3 milhões, de R\$413,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$606,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente a (1) desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte-americano em 2012.

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 29,2%, ou R\$193,7 milhões, de R\$662,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$856,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, em função principalmente de incorporação do saldo de contas a pagar da VCEAA no valor de R\$218,5 milhões em 21 de dezembro de 2012, parcialmente compensados pela redução de R\$70,0 milhões do saldo de contas a pagar na VCNA.

Contas a pagar na aquisição de participações

O saldo de R\$328,5 milhões em 31 de dezembro de 2012 refere a (1) €57,0 milhões (equivalentes a R\$155,9 milhões) de ajustes pós-fechamento relacionados à permuta de ativos da Cimpor em 2012, pagos em 21 de janeiro de 2013, (2) U.S.\$60 milhões (equivalentes a R\$121,9 milhões) pela aquisição de participação de 10,61% na Avellaneda, na Argentina, pagos em 18 de janeiro de 2013, e (3) U.S.\$25,0 milhões (equivalentes a R\$50,8 milhões) pela aquisição de participação de 12,61% na Artigas, no Uruguai, pagos em 18 de janeiro de 2013.

Obrigações com bens mantidos para venda

O saldo de R\$274,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 na rubrica de obrigações com bens mantidos para venda refere-se à classificação das operações na China como resultado da conclusão da permuta de ativos com a Cimpor. A Companhia não pretende continuar as suas operações na China e elaborou um plano para venda destes passivos. Conseqüentemente, estes passivos são incluídos em um grupo separado no balanço patrimonial.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 40,3%, ou R\$4.455,9 milhões, de R\$11.052,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$15.508,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de dívida bruta aumentou 59,3%, ou R\$4.534,0 milhões, de R\$7.643,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$12.177,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente as captações realizadas durante o ano: (1) quinta emissão pública de debêntures no valor de R\$1,2 bilhão em 5 de dezembro de 2012, (2) reabertura dos *bonds* com vencimento em 2041 no mercado internacional em emissão adicional de U.S.\$500 milhões em 9 de fevereiro de 2012, (3) quarta emissão pública de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão em 20 de janeiro de 2012, e (4) incorporação da dívida bruta da VCEAA no valor total de R\$948,4 milhões em 21 de janeiro de 2012, composta principalmente por empréstimo no valor de U.S.\$434,1 milhões, com vencimento em fevereiro de 2014 e custo médio de LIBOR + 1,33% a.a. (*Votorantim Backstop Facility*).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Partes relacionadas

O saldo de valores relativos a operações com partes relacionadas sofreu uma redução de 33,0%, ou R\$239,5 milhões, de R\$726,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$486,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, devido à liquidação do contrato de mútuo com a VID, com saldo de R\$293,5 milhões em 2011, parcialmente compensada pelo aumento de R\$34,0 milhões do contrato de mútuo com a Votorantim Overseas Trading Operations IV Limited (de R\$375,7 milhões em 2011 para R\$409,7 milhões em 2012) devido a desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte-americano em 2012.

Análise dos resultados das operações

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

A tabela a seguir apresenta informações financeiras consolidadas e auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010		Variação 2011X2010 (%)	
	2011	AV (%)	2010	AV (%)		
(em milhões de reais, exceto percentuais)						
Demonstração do Resultado						
Receita líquida.....	8.698,4	100,0	8.047,1	100,0	651,3	8,1
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.....	(5.684,5)	(65,4)	(4.986,9)	(62,0)	(697,6)	14,0
Lucro bruto.....	3.013,9	34,6	3.060,2	38,0	(46,3)	(1,5)
Despesas com vendas.....	(595,4)	(6,8)	(500,7)	(6,2)	(94,7)	18,9
Despesas gerais e administrativas.....	(530,0)	(6,1)	(413,1)	(5,1)	(116,9)	28,3
Ganho realizado na permuta de ativos – Cimpor.....	–	–	1.672,4	20,8	(1.672,4)	n.s. ⁽¹⁾
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	(295,9)	(3,4)	187,2	2,3	(483,1)	n.s. ⁽¹⁾
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro.....	1.592,6	18,3	4.006,0	49,8	(2.413,4)	(60,2)
Resultado de participações societárias.....	311,8	3,6	192,0	2,4	119,8	62,4
Resultado financeiro líquido.....	(772,4)	(8,9)	(390,8)	(4,9)	(381,6)	97,6
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	1.131,9	13,0	3.807,2	47,3	(2.675,3)	(70,3)
Imposto de renda e contribuição social.....	(277,1)	(3,2)	(1.126,8)	(14,0)	849,7	(75,4)
Lucro líquido do exercício.....	854,8	9,8	2.680,4	33,3	(1.825,6)	(68,1)

⁽¹⁾ Não significativo.

A tabela a seguir apresenta informações resumidas referentes aos volumes de venda de cada um dos segmentos operacionais da Companhia, por produto, nos exercícios indicados, bem como a variação percentual dos preços médios entre 2011 e 2010:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010		
	Volume de vendas		Variação	Volume de vendas		Variação
	2011	2010	%	2011	2010	%
Brasil:						
Cimento (em milhares de toneladas) ⁽²⁾	23.682	22.788	3,9	23.682	22.788	3,9
Concreto (em milhares de m ³).....	4.572	4.188	9,2	4.572	4.188	9,2
Agregados (em milhares de toneladas).....	16.696	13.331	25,2	16.696	13.331	25,2
Argamassa (em milhares de toneladas).....	1.587	1.366	16,2	1.587	1.366	16,2
América do Norte⁽³⁾:						
Cimento (em milhares de toneladas).....	3.621	3.581	1,1	3.621	3.581	1,1
Concreto (em milhares de m ³).....	3.984	4.151	(4,0)	3.984	4.151	(4,0)
Agregados (em milhares de toneladas).....	10.370	11.377	(8,8)	10.370	11.377	(8,8)
Consolidado⁽³⁾:						
Cimento (em milhares de toneladas).....	27.302	26.368	3,6	27.302	26.368	3,6
Concreto (em milhares de m ³).....	8.556	8.339	2,6	8.556	8.339	2,6
Agregados (em milhares de toneladas).....	27.066	24.707	9,5	27.066	24.707	9,5
Argamassa (em milhares de toneladas).....	1.587	1.366	16,2	1.587	1.366	16,2

⁽¹⁾ A variação do preço médio é calculada para cada segmento com base na moeda local, por exemplo, em reais no caso do Brasil e em dólares norte-americanos no caso da América do Norte.

⁽²⁾ Inclui as operações na Bolívia.

⁽³⁾ Inclui a participação proporcional no volume de vendas das *joint ventures* na América do Norte em que a Companhia possui participação de 50%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita líquida

A receita líquida aumentou 8,1%, ou R\$651,3 milhões, de R\$8.047,1 milhões em 2010 para R\$8.698,4 milhões em 2011, devido principalmente a (1) aumento do volume de vendas de todos os produtos em 2011, incluindo um aumento no volume de vendas de cimento, concreto, agregados e argamassa de 3,6%, 2,6%, 9,5% e 16,2%, respectivamente; e (2) aumento do preço médio venda de cimento e argamassa de 1,3% e 7,4%, respectivamente, em 2011 comparado a 2010.

- Operações no Brasil. A receita líquida das operações no Brasil, incluindo a América do Sul, aumentou 10,9%, ou R\$712,3 milhões, de R\$6.538,1 milhões em 2010 para R\$7.250,4 milhões em 2011, devido principalmente a (1) aumento do volume de vendas de produtos em 2011, incluindo um aumento no volume de vendas de cimento, concreto, agregados e argamassa de 3,9%, 9,2%, 25,2% e 16,2%, respectivamente, devido principalmente ao início das operações das novas fábricas e moagens em 2011, incluindo a unidade de Sepetiba em janeiro de 2011, a unidade de Poty Paulista em abril de 2011, a unidade de Imituba em maio de 2011, e a unidade de Vidal Ramos em julho de 2011; e (2) aumento do preço médio de venda de cimento, concreto, agregados e argamassa de 3,5%, 3,1%, 1,0% e 7,4%, respectivamente, em 2011, devido ao aumento das vendas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde os preços de venda são geralmente mais elevados.
- Operações na América do Norte. A receita líquida das operações na América do Norte diminuiu 4,0%, ou R\$61,0 milhões, de R\$1.509,0 milhões em 2010 para R\$1.448,0 milhões em 2011. Excluindo os efeitos da variação cambial do real frente ao dólar norte-americano, a receita aumentou 0,8%, devido principalmente ao aumento de 1,1% do volume de vendas de cimento, em função do impacto das melhorias contínuas dos fundamentos econômicos no Canadá, parcialmente compensado por uma diminuição de 8,8% e 0,6% do volume de vendas de agregados e concreto, respectivamente, devido ao efeito da manutenção da desaceleração econômica nos Estados Unidos. O preço de venda médio do cimento e de concreto aumentou 1,4% e 1,0%, respectivamente, enquanto o preço médio de venda de agregados diminuiu 3,1% principalmente em função das condições de mercado.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados consolidado aumentou 14,0%, ou R\$697,6 milhões, de R\$4.986,9 milhões em 2010 para R\$5.684,5 milhões em 2011, devido a principalmente a (1) aumento do volume de vendas de todos os produtos em 2011; (2) aumento de despesas com energia elétrica em 2011, devido principalmente a um aumento de 20,6% dos custos de eletricidade no Brasil; e (3) aumento de 10,1%, ou R\$16,8 milhões, de despesas com pessoal em função dos efeitos da inflação no Brasil, o que resultou em um aumento de 5,4% dos salários pagos aos empregados da Companhia em 2011.

Lucro bruto

Devido aos motivos expostos acima, o lucro bruto diminuiu 1,5%, ou R\$46,3 milhões, de R\$3.060,2 milhões em 2010 para R\$3.013,9 milhões em 2011. A margem bruta diminuiu de 38,0% em 2010 para 34,6% em 2011.

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram 18,9%, ou R\$94,7 milhões, de R\$500,7 milhões em 2010 para R\$595,4 milhões em 2011, devido principalmente a (1) aumento do volume de vendas de todos os produtos em 2011; (2) maiores despesas com frete por tonelada no Brasil para todos os produtos, incluindo um aumento de despesas de frete de 10,8%, 4,4% e 7,9% por tonelada de cimento, agregados e argamassa, respectivamente, em 2011; e (3) aumento das despesas com logística de 30,2%, ou R\$22,2 milhões, devido às medidas implantadas, incluindo a abertura de quatro novos centros de distribuição em 2011, com o intuito de aperfeiçoar o atendimento ao cliente nos novos centros de distribuição.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 28,3%, ou R\$116,9 milhões, de R\$413,1 milhões em 2010 para R\$530,0 milhões em 2011, devido principalmente a um ganho de R\$80,0 milhões em 2010 relacionado à atenuação de determinadas contingências tributárias em virtude de uma reorganização societária interna concluída em 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas diminuíram R\$483,1 milhões, de uma receita de R\$187,2 milhões em 2010 para uma despesa de R\$295,9 milhões em 2011, devido principalmente a uma despesa de *impairment* de R\$586,5 milhões registrada em 2011 referente aos investimentos realizados na Cimpor e Bío Bío. Excluindo o efeito da despesa de *impairment* registrada em 2011, outras receitas (despesas) operacionais, líquidas aumentaram 55,2% em 2011 comparado a 2010, devido principalmente ao aumento de R\$105,0 milhões de benefícios fiscais sem efeito caixa de R\$90,4 milhões em 2010 para R\$195,4 milhões em 2011.

Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro

Devido aos motivos expostos acima, o lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro diminuiu 60,2%, ou R\$2.413,4 milhões, de R\$4.006,0 milhões em 2010 para R\$1.592,6 milhões em 2011. A margem operacional diminuiu de 49,8% em 2010 para 18,3% em 2011.

- Operações no Brasil. O lucro operacional das operações no Brasil, incluindo a América do Sul, diminuiu 60,3%, de R\$3.942,6 milhões em 2010 para R\$1.564,4 milhões em 2011. A margem operacional das operações no Brasil, o que inclui o investimento realizado pela Companhia na Cimpor, o ganho oriundo da aquisição da participação de 17,28% na Cimpor em fevereiro de 2010, e o *impairment* desse investimento, diminuiu de 60,3% em 2010 para 21,6% em 2011.
- Operações na América do Norte. O lucro operacional das operações na América do Norte diminuiu 55,5%, de R\$63,4 milhões em 2010 para R\$28,2 milhões em 2011. A margem operacional das operações na América do Norte diminuiu de 4,2% em 2010 para 1,9% em 2011.

Resultado de participações societárias

O resultado de participações societárias aumentou 62,4%, ou R\$119,8 milhões, de R\$192,0 milhões em 2010 para R\$311,8 milhões em 2011, devido principalmente a um aumento de (1) R\$39,5 milhões da receita advinda da participação de 21,21% na Cimpor; (2) R\$25,3 milhões da receita advinda da participação de 38,25% na Sirama, investida da Companhia com operações de cimento no Brasil; (3) R\$19,6 milhões da receita advinda da participação de 12,36% na Votorantim Investimentos Latino Americanos S.A. ("VILA"); e (4) R\$9,4 milhões da receita advinda da participação de 25,0% na Verona Participações Ltda. Excluindo o resultado da participação societária na Cimpor, o resultado de participações societárias aumentou 74,8%, ou R\$80,3 milhões, de R\$107,3 milhões em 2010 para R\$187,5 milhões em 2011.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido aumentou 97,6%, ou R\$381,6 milhões, de R\$390,8 milhões em 2010 para R\$772,4 milhões em 2011, devido principalmente à combinação dos efeitos de (1) perda cambial de R\$253,6 milhões registrada em 2011, comparada a um ganho cambial de R\$97,2 milhões registrado em 2010; (2) diminuição de 51,9% das receitas financeiras, de R\$425,8 milhões em 2010 para R\$204,9 milhões em 2011; e (3) diminuição de 20,8% das despesas financeiras, de R\$913,7 milhões em 2010 para R\$723,6 milhões em 2011.

O aumento de R\$350,9 milhões de perdas cambiais foi relacionado principalmente à desvalorização de 12,6% do real frente ao dólar norte-americano em 2011 comparado à valorização de 4,3% do real frente ao dólar norte-americano em 2010. As receitas financeiras reduziram 51,9% principalmente como resultado da diminuição de 99,5% dos juros sobre mútuos a partes relacionadas de R\$230,4 milhões em 2010 para R\$1,1 milhão em 2011, em função da diminuição dos mútuos ativos de R\$257,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$52,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. As despesas financeiras diminuíram 20,8% devido principalmente à diminuição de 92,7% das despesas com juros sobre mútuos a partes relacionadas, de R\$402,9 milhões em 2010 para R\$29,6 milhões em 2011, em função da diminuição de mútuos passivos, de R\$1.748,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$726,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, parcialmente compensada por um aumento de 83,6% das despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, de R\$261,1 milhões em 2010 para R\$479,4 milhões em 2011, em função do aumento de empréstimos e financiamentos, de R\$5.248,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$8.056,7 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social diminuíram 75,4%, ou R\$849,7 milhões, de R\$1.126,8 milhões em 2010 para R\$277,1 milhões em 2011. A redução das despesas com impostos refletem a redução do lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$1.131,9 milhões em 2011, comparado ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$3.807,2 milhões em 2010. A alíquota nominal e efetiva de imposto de renda da Companhia foi de 34,0% e 24,5%, respectivamente, em 2011, e 34,0% e 29,6%,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

respectivamente, em 2010. A diferença entre as alíquotas nominal e efetiva em 2011 comparadas a 2010 deve-se principalmente ao lucro não tributável oriundo de equivalência patrimonial e incentivos fiscais.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício diminuiu 68,1%, ou R\$1.825,6 milhões, de R\$2.680,4 milhões em 2010 para R\$854,8 milhões em 2011, devido principalmente ao ganho de R\$1.672,4 milhões registrado em 2010 relacionado à aquisição de participação na Cimpor.

Análise das contas patrimoniais

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 das contas patrimoniais

	Em 31 de dezembro de				
	2011	AV.% 2011	2010	AV.% 2010	AH.% 2011/2010
	(em milhões de reais, exceto percentuais)				
Dados do Balanço Patrimonial					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	225,1	1,2	24,9	0,2	802,4
Aplicações financeiras.....	1.450,5	7,8	1.184,0	7,2	22,5
Contas a receber de clientes	786,1	4,2	679,6	4,2	15,7
Estoques.....	890,7	4,8	796,8	4,9	11,8
Imposto de renda e contribuição social.....	23,6	0,1	22,7	0,1	3,8
Adiantamentos a fornecedores.....	118,4	0,6	73,2	0,4	61,8
Dividendos a receber	7,6	0,0	5,5	0,0	36,2
Tributos a recuperar.....	149,3	0,8	74,6	0,5	100,2
Outros ativos.....	140,3	0,9	154,5	0,9	(9,2)
Total do ativo circulante	3.791,6	20,4	3.015,8	18,4	25,7
Ativo não circulante					
Partes relacionadas.....	52,8	0,3	257,1	1,6	(79,5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	759,1	4,1	514,0	3,1	47,7
Tributos a recuperar	14,9	0,1	23,0	0,1	(35,0)
Depósitos judiciais	149,4	0,8	103,8	0,6	43,9
Outros ativos.....	199,3	1,1	96,4	0,6	106,9
	1.175,6	6,4	994,2	6,0	18,2
Investimentos.....	3.241,4	17,4	3.521,5	21,5	(8,0)
Imobilizado.....	6.954,3	37,3	5.581,3	34,1	24,6
Intangível.....	3.466,4	18,6	3.259,4	19,9	6,3
	13.662,1	73,3	12.362,2	75,5	10,5
Total do ativo não circulante	14.837,6	79,6	13.356,5	81,6	11,1
Total do ativo.....	18.629,2	100,0	16.372,3	100,0	13,8
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	413,6	2,2	220,7	1,3	87,4
Fornecedores.....	662,5	3,6	638,5	3,9	3,8
Salários e encargos sociais.....	151,4	0,8	111,4	0,7	35,9
Imposto de renda e contribuição social.....	132,9	0,7	186,4	1,1	(28,7)
Tributos a recolher	181,5	1,0	170,9	1,0	6,2
Dividendos a pagar	274,0	1,5	211,1	1,3	29,8
Adiantamento de clientes	14,4	0,1	26,3	0,2	(45,3)
Contas a pagar – <i>Trading</i>	36,8	0,2	187,7	1,1	(80,4)
Contas a pagar.....	58,0	0,3	58,7	0,4	(1,3)
Uso do bem público – UBP.....	22,0	0,1	20,8	0,1	5,8
Outros passivos	211,3	1,1	135,9	0,8	55,5
Total do passivo circulante	2.158,3	11,6	1.968,4	12,0	9,6
Passivo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	983,3	5,3	990,6	6,1	(0,7)
Empréstimos e financiamentos.....	7.643,2	41,0	5.027,6	30,7	52,0
Partes relacionadas.....	726,1	3,9	1.748,0	10,7	(58,5)
Provisões.....	935,0	5,0	805,0	4,9	16,1
Uso do bem público – UBP.....	352,2	1,9	335,3	2,0	5,0
Plano de pensão	134,5	0,7	114,0	0,7	18,0
Outros passivos	278,2	1,5	322,4	2,0	(13,7)
Total do passivo não circulante	11.052,5	59,3	9.343,0	57,1	18,3
Total do passivo.....	13.210,8	70,9	11.311,5	69,1	16,8
Patrimônio líquido					
Capital social.....	2.746,0	14,7	2.327,2	14,2	18,0
Reserva para incentivos fiscais	360,6	1,9	220,8	1,3	63,3
Reservas de lucros.....	1.963,9	10,5	2.415,1	14,8	(18,7)
Ajustes de avaliação patrimonial	155,8	0,8	(88,7)	(0,5)	(275,6)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	5.226,4	28,1	4.874,4	29,8	7,2
Participação dos acionistas não controladores	192,0	1,0	186,4	1,1	3,0
Total do patrimônio líquido	5.418,4	29,1	5.060,8	30,9	7,1
Total do passivo e patrimônio líquido.....	18.629,2	100,0	16.372,3	100,0	13,8

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou 25,7%, ou R\$775,8 milhões, de R\$3.015,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$3.791,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento deveu-se principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras aumentou 38,6%, ou R\$466,7 milhões, passando de R\$1.208,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.675,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido principalmente a (1) caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 2011 no valor de R\$806,7 milhões, (2) captação de recursos de R\$2.434,3 milhões, (3) recebimento de R\$232,9 milhões pela venda de investimentos e imobilizado, e (4) recebimento de dividendos no valor de R\$156,6 milhões. Estes aumentos foram parcialmente compensados por (1) aquisição de ativo imobilizado no valor total de R\$1.723,1 milhões, (2) pagamento de R\$683,8 milhões de dividendos, e (3) pagamentos entre partes relacionadas de R\$692,7 milhões.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes aumentou 15,7%, ou R\$106,5 milhões, de R\$679,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$786,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente a (1) aumento da receita de vendas tanto no Brasil como na América do Norte, (2) maior prazo médio de vendas em dezembro de 2011 comparado a dezembro de 2010, e (3) redução de R\$21,5 milhões da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou 11,1%, ou R\$1.481,1 milhões, de R\$13.356,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$14.837,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado aumentou 24,6%, ou R\$1.373,0 milhões, de R\$5.581,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$6.954,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido aos investimentos em expansão e modernização, principalmente para as fábricas do Brasil, no valor de R\$1.723,1 milhões, parcialmente compensado por depreciação e baixa de R\$366,3 milhões e R\$212,0 milhões, respectivamente, no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 47,7%, ou R\$245,1 milhões, de R\$514,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$759,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, em função principalmente do diferimento da variação cambial no valor de R\$73,7 milhões e do aumento de R\$108,9 milhões de provisões (impostos "sub-judice", perdas em investimentos, perdas de estoques, entre outras).

Intangível

O saldo de intangível aumentou 6,3%, ou R\$207,0 milhões, de R\$3.259,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$3.466,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente a (1) aumento de R\$187,6 milhões devido à variação cambial, (2) R\$152,0 milhões de adições no período, parcialmente compensados por amortizações e transferências no período de R\$74,7 milhões e R\$56,4 milhões, respectivamente.

Investimentos

O saldo de investimentos diminuiu 8,0%, ou R\$280,1 milhões, de R\$3.521,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$3.241,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 como resultado de (1) redução de R\$381,5 milhões no saldo de investimentos na Cimpor, e (2) redução de R\$82,4 milhões no saldo de investimentos na Bío Bío, parcialmente compensados por (1) aumento de R\$47,7 milhões no saldo de investimentos na Sirama, e (2) aumento de R\$30,7 milhões no saldo de investimentos na Maré Cimentos,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Partes relacionadas

O saldo de valores relativos a operações com partes relacionadas sofreu redução de 79,5%, ou R\$204,3 milhões, de R\$257,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$52,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 devido à redução de (1) R\$67,4 milhões no mútuo com a Citrovita Agroindustrial, (2) R\$33,6 milhões no mútuo com a Votorantim Siderurgia, e (3) R\$30,2 milhões no mútuo com a Votorantim Metais S.A.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 9,6%, ou R\$189,9 milhões, de R\$1.968,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.158,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de dívida bruta aumentou 87,4%, ou R\$192,9 milhões, de R\$220,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$413,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente a maior valor de juros apropriados devido ao aumento de captações de recursos em 2011 em relação a 2010 e aumento do saldo dos incentivos fiscais.

Dividendos a pagar

O saldo de dividendos a pagar aumentou 29,8%, ou R\$63,0 milhões, de R\$211,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$274,0 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Contas a pagar – Trading

O saldo de contas a pagar – *trading* diminuiu 80,4%, ou R\$150,9 milhões, de R\$187,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$36,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esta rubrica refere-se a compras de determinadas matérias-primas importadas por meio de empresas de *trading*, que apresentam prazos de pagamento de até 360 dias com comissão calculada e acertada entre as partes antes ou no momento de cada transação comercial, sobre o valor total das compras efetuadas. A diminuição do saldo no período foi decorrente de liquidações e da redução do limite de utilização de operações deste tipo.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 18,3%, ou R\$1.709,4 milhões, de R\$9.343,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$11.052,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de dívida bruta aumentou 52,0%, ou R\$2.615,5 milhões, de R\$5.027,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$7.643,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido principalmente as captações realizadas durante o ano e ao efeito da variação cambial devido à desvalorização de 12,6% do real frente ao dólar norte-americano em 2011. As principais captações de 2011 foram: (1) emissão de U.S.\$750 milhões de *bonds* com vencimento em 2041 no mercado internacional em abril de 2011, e (2) terceira emissão pública de debêntures no valor de R\$600,0 milhões em fevereiro de 2011.

Partes relacionadas

O saldo de valores relativos a operações com partes relacionadas sofreu uma redução de 58,5%, ou R\$1.021,9 milhões, de R\$1.748,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$726,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, devido a (1) redução de R\$483,5 milhões do contrato de mútuo com a Companhia Brasileira de Alumínio, (2) liquidação do contrato de mútuo com a Empresa de Transporte CPT no valor de R\$415,6 milhões, e (3) redução de R\$288,9 milhões do contrato de mútuo com a Votorantim GmbH, parcialmente compensados pelo aumento de R\$117,1 milhões do contrato de mútuo com a VID.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxos de Caixa

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa provenientes das (usados nas) atividades operacionais, de investimento e de financiamento, nos períodos indicados.

	Período de três meses encerrado em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012 ⁽¹⁾	2012 ⁽²⁾	2011 ⁽²⁾	2010 ⁽²⁾
	(em milhões de reais)				
Caixa líquido proveniente das (usado nas):					
Atividades operacionais	685,6	(24,3)	1.422,1	806,7	3.649,6
Atividades de investimento	(804,7)	(405,9)	(1.207,3)	(1.553,9)	(1.947,8)
Atividades de financiamento	(507,7)	364,6	512,1	932,7	(1.688,1)
Varição de caixa e equivalentes de caixa de empresas no exterior	(34,2)	(5,6)	17,5	14,8	(2,7)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	(626,9)	(65,6)	726,9	185,4	13,7

(1) Reformulado com base nos princípios contábeis introduzidos a partir de 1º de janeiro de 2013.

(2) Informação derivada das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia.

Período de três meses encerrado em 31 de março de 2013

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, o caixa resultante do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado para os itens sem efeito caixa foi de R\$685,8 milhões. O fluxo de caixa de capital de giro da Companhia foi positivo em R\$107,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, principalmente devido à venda de aplicações financeiras no valor de R\$175,6 milhões e recebimento de adiantamentos de clientes no valor de R\$139,2 milhões, que foram parcialmente compensados por R\$128,2 milhões utilizados em contas a pagar e outros passivos e R\$89,3 milhões utilizados em fornecedores. Além disso, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia também pagou juros de R\$98,6 milhões e imposto de renda e contribuição social de R\$8,6 milhões, resultando em um caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$685,6 milhões.

O fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento foi de R\$804,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, devido principalmente à aquisição de imobilizado no valor de R\$369,5 milhões durante o ano e a aquisição de participações na C+PA, Artigas e Avellaneda no valor total de R\$189,9 milhões. A demonstração de fluxo de caixa no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 também reflete o pagamento de R\$155,9 milhões à InterCement Austria realizado em 21 de janeiro de 2013 como resultado de ajustes pós-fechamento relacionados à permuta de ativos da Cimpor em 2012. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia também recebeu dividendos de suas investidas no montante total de R\$12,5 milhões.

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento foi de R\$507,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, devido à amortização de empréstimos e financiamentos no valor de R\$492,3 milhões, considerando o pagamento antecipado de R\$406,2 milhões realizado no âmbito do Votorantim *Backstop Facility*, e o pagamento de dividendos no valor de R\$109,1 milhões, parcialmente compensados por novos empréstimos e financiamentos no valor de R\$90,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa diminuiu R\$626,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, devido principalmente aos R\$804,7 milhões utilizados em atividades de investimento e R\$507,7 milhões utilizados em atividades de financiamento no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, parcialmente compensados pelos fluxos de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais no valor de R\$685,6 milhões.

Período de três meses encerrado em 31 de março de 2012

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, o caixa resultante do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado para os itens sem efeito caixa foi de R\$703,5 milhões. A Companhia utilizou R\$551,2 milhões em capital de giro no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, composto principalmente de fluxo de caixa de R\$214,2 milhões utilizado para aumentar as aplicações financeiras, em linha com a estratégia de buscar retornos superiores e manter sua liquidez, permitindo o financiamento das atividades operacionais da Companhia, conforme necessário, bem como equivalentes de caixa utilizados no pagamento de partes relacionadas no valor de R\$206,2 milhões. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, a Companhia também pagou juros de R\$67,3 milhões e imposto de renda e contribuição social de R\$109,3 milhões, resultando em um caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R\$24,3 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento foi de R\$405,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, devido principalmente à aquisição de imobilizado no valor de R\$419,0 milhões durante o ano. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, a Companhia também recebeu dividendos de suas investidas no valor total de R\$12,6 milhões.

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento foi de R\$364,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, devido a captações de recursos de R\$1.890,7 milhões em novos empréstimos e financiamentos, considerando a captação de U.S.\$500,0 milhões no mercado internacional e de R\$1.000,0 milhões por meio da quarta emissão de debêntures da Companhia, parcialmente compensado pelo pagamento de dividendos de R\$1.385,9 milhões durante o período. Adicionalmente, a Companhia pagou obrigações de longo prazo com partes relacionadas no montante de R\$79,0 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa diminuiu R\$65,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, devido principalmente aos R\$405,9 milhões de fluxos de caixa líquidos utilizados nas atividades de financiamento e nas atividades operacionais de R\$24,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, parcialmente compensados pelos fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de investimento no valor de R\$364,6 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Em 2012, o caixa resultante do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado para os itens sem efeito caixa foi de R\$3.285,9 milhões. A Companhia utilizou R\$625,2 milhões em capital de giro em 2012, composto principalmente de fluxos de caixa de R\$581,9 milhões usados para aumentar as aplicações financeiras, pois tais instrumentos financeiros possuem taxas de retorno superiores ao caixa e equivalentes de caixa, além de serem instrumentos com alta liquidez, gerando os recursos necessários para financiar as atividades operacionais da Companhia. Em 2012, a Companhia também pagou juros de R\$719,1 milhões e imposto de renda e contribuição social de R\$519,5 milhões, resultando em um caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$1.422,1 milhões.

O fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento foi de R\$1.207,3 milhões em 2012, devido principalmente à aquisição de imobilizado no valor de R\$1.500,1 milhões durante o ano, parcialmente compensado pelo saldo de R\$148,8 milhões obtidos na aquisição da VCEAA na data em que concluímos a permuta de ativos da Cimpor em 2012. Entretanto, as demonstrações de fluxo de caixa do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 não refletem o pagamento, feito em 21 de janeiro de 2013, de € 57,0 milhões (equivalente a R\$154,9 milhões, utilizando-se a taxa de câmbio aplicável em 21 de janeiro de 2013 de R\$2,7181 por € 1,00), à InterCement Austria Holding GmbH devido a determinados ajustes pós-fechamento relacionados à permuta de ativos da Cimpor em 2012. Em 2012, a Companhia também recebeu dividendos pela participação em investidas no valor total de R\$193,4 milhões.

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento foi de R\$512,1 milhões em 2012, devido a captações de recursos de R\$3.674,6 milhões em novos empréstimos e financiamentos, parcialmente compensado pelos dividendos e juros sobre capital de R\$2.442,1 milhões durante o ano. Além disso, a Companhia amortizou obrigações de longo prazo de operações com partes relacionadas no valor de R\$207,0 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou R\$726,9 milhões em 2012, devido principalmente aos R\$512,1 milhões de fluxos de caixa líquidos proveniente das atividades de financiamento e das atividades operacionais de R\$1.422,1 milhões em 2012, parcialmente compensados pelos fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de investimento no valor de R\$1.207,3 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

Em 2011 o caixa resultante do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado para os itens sem efeito caixa foi de R\$2.799,7 milhões. A Companhia utilizou R\$911,3 milhões em capital de giro em 2011, composto principalmente de fluxos de caixa usados em pagamentos a partes relacionadas no valor de R\$125,0 milhões. Além disso, a Companhia usou R\$266,5 milhões para aumentar as aplicações financeiras, em linha com a estratégia de buscar obter retornos superiores e manter sua liquidez geral. Em 2011, a Companhia também pagou juros de R\$550,2 milhões e imposto de renda e contribuição social de R\$531,6 milhões, resultando em um caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$806,7 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento foi de R\$1.553,9 milhões em 2011, devido principalmente à aquisição de imobilizado no valor de R\$1.723,1 milhões e a um aumento de ativos intangíveis de R\$152,0 milhões durante o ano. Essas saídas de caixa foram parcialmente compensadas pelo recebimento de recursos provenientes da venda de ativo imobilizado no valor de R\$232,9 milhões.

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento foi de R\$932,7 milhões em 2011, devido principalmente a um aumento de R\$2.434,3 milhões em novos empréstimos e financiamentos, que foi parcialmente compensado pelo pagamento de (1) dívida no valor total de R\$144,0 milhões, (2) obrigações de longo prazo com partes relacionadas no valor de R\$692,7 milhões, e (3) dividendos no valor de R\$683,8 milhões durante o ano.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou R\$185,4 milhões em 2011, devido principalmente ao fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$806,7 milhões e fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento no valor de R\$932,7 milhões em 2011 parcialmente compensados pelos fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de investimento no valor de R\$1.553,9 milhões durante o ano.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Em 2010, o caixa resultante do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado para os itens sem efeito caixa foi de R\$2.943,7 milhões. O fluxo de caixa de capital de giro da Companhia foi positivo em R\$1.668,8 milhões em 2010, devido principalmente à venda de aplicações financeiras no valor de R\$1.358,5 milhões. A Companhia alienou esses instrumentos financeiros para atender as necessidades de caixa para o pagamento de passivos financeiros, inclusive o pagamento de obrigações de longo prazo com partes relacionadas. Em 2010, a Companhia também pagou juros de R\$280,2 milhões e imposto de renda e contribuição social de R\$682,8 milhões, resultando em um caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$3.649,6 milhões.

O fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento foi de R\$1.947,8 milhões em 2010, devido principalmente (1) à aquisição de imobilizado no valor de R\$964,4 milhões e (2) aquisição de investimentos de R\$806,3 milhões, dos quais R\$390,0 milhões correspondem ao preço de aquisição pago à vista pela participação adicional de 3,93% na Cimpor adquirida em 2010, e R\$416,3 milhões correspondentes ao preço de aquisição pago à vista pelo investimento na VILA.

O fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento foi de R\$1.688,1 milhões em 2010, devido principalmente a dividendos pagos aos acionistas da Companhia no valor de R\$2.610,5 milhões e ao pagamento de obrigações de longo prazo com partes relacionadas no valor de R\$1.699,3 milhões, em linha com a estratégia de diminuir a dependência desse tipo de fonte de financiamento. Essas saídas de caixa foram parcialmente compensadas por captações de recursos de R\$2.976,7 milhões de empréstimos e financiamentos em 2010.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa aumentou R\$13,7 milhões em 2010, devido principalmente ao fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$3.649,6 milhões em 2010, parcialmente compensado pelos fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de investimento no valor de R\$1.947,8 milhões e fluxo de caixa líquido usado em atividades de financiamento de R\$1.688,1 milhões.

Obrigações contratuais

A tabela a seguir apresenta as obrigações contratuais da Companhia em 31 de março de 2013:

	Vencimentos por Período				
	Total	Menos de 1 ano	1–3 anos	3–5 anos	Mais de 5 anos
	(em milhões de reais)				
Endividamento de longo prazo ⁽¹⁾	11.991,7	931,0	816,5	2.706,2	7.538,1
Despesas de juros ⁽²⁾	9.072,3	803,7	1.613,2	1.604,6	5.050,9
Contratos de uso de bens públicos (UBP).....	1.248,1	24,0	52,2	58,9	1.113,0
Compra de energia elétrica da Votener.....	179,6	179,6	—	—	—
Outros passivos de longo prazo ⁽³⁾	2.736,9	699,7	964,2	555,5	517,6
Total	25.228,6	2.638,0	3.446,1	4.925,2	14.219,6

(1) Inclui apenas pagamentos de principal.

(2) Inclui pagamentos futuros de juros estimados dos empréstimos, financiamentos e debentures da Companhia, calculados com base nas taxas de juros e taxas de câmbio aplicáveis em 31 de março de 2013, presumindo que todas as amortizações e os pagamentos no vencimento dos empréstimos, financiamentos e debentures da Companhia serão feitos nas datas programadas.

(3) Inclui passivos registrados nas demonstrações financeiras da Companhia e determinados compromissos de compra.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contratos de fornecimento

A Companhia possui um relacionamento comercial com a Vale Fertilizantes S.A. para fins de fornecimento de gesso utilizada no processo de produção de cimento no Brasil. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os principais fornecedores de gesso da Companhia eram a Vale Fertilizantes S.A. e a GessoSul Indústria de Gesso Ltda. Apesar de não possuir contratos de fornecimento com esses fornecedores, a Companhia compra gesso dessas empresas com regularidade. Além disso, a Companhia possui uma fábrica de gesso na cidade de Ouricuri, Pernambuco, que fornece aproximadamente 16% de gesso. A Companhia não acredita que dependa substancialmente de um único fornecedor de gesso e, periodicamente, leva em consideração outros possíveis fornecedores de gesso no mercado.

A Companhia possui contratos de fornecimento para a compra de outras matérias-primas, tais como escória e cinza leve, utilizadas como substitutos ao clínquer para reduzir os custos da produção de cimento. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os principais fornecedores de escória, um subproduto do setor siderúrgico, da Companhia no Brasil são a Usiminas e a Thyssenkrupp CSA. No Canadá e nos Estados Unidos, a escória é fornecida pela Algoma Steel Inc. e Stelco Inc., dois produtores de aço baseados em Ontário, conforme contratos de fornecimento de longo prazo. O principal fornecedor no Brasil de cinza leve, um subproduto obtido das usinas termoelétricas, é a Tractebel Energia S.A., conforme contratos de longo prazo. A Companhia não prevê nenhuma dificuldade em obter quantidades suficientes desses produtos nos próximos anos nem aumentos significativos dos preços de mercado recentes.

A Companhia compra sacos industriais para embalar cimento conforme os contratos de fornecimento firmados com a Cocelpa Cia. de Celulose, Conpel Cia. Nordestina de Papel e Klabin.

As fontes de energia também exercem um importante papel na produção dos produtos da Companhia. A Companhia compra energia de sua afiliada, Votener, conforme contratos com prazo de 5 anos. A Companhia também compra energia de concessionárias de energia conforme contratos de compra.

Contratos de uso de bens públicos (UBP)

Em 1997, a Companhia assinou um contrato de concessão de geração de energia elétrica na usina hidrelétrica de Machadinho, segundo o qual a Companhia detém uma participação de 5,6%. Essa usina possui capacidade instalada total de 1.140 MW e está localizada na região Sul do Brasil. Esse contrato de concessão vigora em julho de 2032.

Em 2002, a Companhia assinou um contrato de concessão de geração de energia elétrica na usina hidrelétrica de Pedra do Cavalo, segundo o qual a Companhia detém uma participação de 100%. Essa usina possui capacidade instalada total de 160 MW e está localizada na região Nordeste do Brasil. Esse contrato de concessão vigora em abril de 2037.

Em 1988, 2002 e 2002, respectivamente, a Companhia assinou contratos de concessão de geração de energia elétrica em três usinas hidrelétricas localizadas em Mato Grosso, Rio Grande do Sul/Santa Catarina e Pará/Tocantins, segundo os quais a Companhia é proprietária ou detém participação nas usinas, as quais ainda não estão em funcionamento aguardando a aprovação de licenças governamentais. A Companhia poderá vir a vender tais usinas. Ver item 7.3(e) – “Matérias Primas – Fontes de Energia – Energia Elétrica” deste Formulário de Referência.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os produtos da Companhia são afetados pela ciclicidade

O setor da construção no Brasil é cíclico e dependente dos mercados de construção residencial e comercial. De acordo com o SNIC, o consumo de cimento aumentou consideravelmente nos últimos 60 anos, de 1,8 milhões de toneladas em 1950 para 69,1 milhões de toneladas em 2012. O aumento da demanda resultante desse crescimento do consumo fez com que os produtores de cimento passassem por períodos de insuficiência de capacidade para suprir a demanda pelos seus produtos, apesar dos recentes programas de expansão de capacidade do setor. Os períodos de insuficiência de capacidade geralmente elevaram as taxas de utilização de capacidade e os preços de mercado dos produtos da Companhia, o que por sua vez elevou as margens operacionais. Esses períodos foram frequentemente seguidos por períodos de complementação da capacidade, que resultaram em uma diminuição das taxas de utilização de capacidade e preços de venda, reduzindo assim as margens operacionais.

A Companhia espera que a tendência cíclica de preços de venda e margens operacionais em relação à insuficiência e complementação de capacidade provavelmente continuem a ocorrer, principalmente devido ao impacto constante dos seguintes fatores gerais:

- tendências cíclicas na atividade comercial e econômica em geral produzem oscilações na demanda por outros produtos, o que pode afetar as operações da Companhia;
- durante períodos de demanda reduzida, a estrutura de custos fixos elevados do setor de cimento, que é intensivo em termos de capital, geralmente faz com que os produtores concorram entre si pelo preço para maximizar a utilização da capacidade;
- a complementação de capacidade significativa, seja por meio da expansão ou construção de fábricas, pode levar até dois anos (ou mais) para ser implantada e, assim, necessariamente se baseia em estimativas de demanda futura; e
- considerando-se que a concorrência no setor do cimento é geralmente afetada pelo preço, ter baixos custos é fundamental para que o produtor mantenha a lucratividade. Esse fator favorece os produtores com fábricas maiores e que maximizam economias de escala. Contudo, a construção de fábricas de alta capacidade pode levar a aumentos significativos de capacidade que podem ultrapassar o crescimento da demanda.

Condições macroeconômicas no Brasil

As vendas das operações no Brasil (incluindo as operações na América do Sul) representaram 81,3% e 76,8% da receita líquida consolidada da Companhia em 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, respectivamente. Sendo uma companhia brasileira com parcela significativa de suas operações no Brasil, a Companhia é significativamente afetada pelas condições econômicas brasileiras. Considerando-se que uma parcela significativa de suas operações localiza-se no Brasil, flutuações na demanda brasileira pelos produtos da Companhia afetam seus níveis de produção e receita.

O PIB real do Brasil cresceu a uma taxa média anual composta de 5,4% de 2002 a 2012, segundo dados do IBGE. A tendência de queda da inflação em anos recentes permitiu que o Banco Central baixasse a taxa SELIC, que é a taxa de juros básica de curto prazo, de 17,8% em 31 de dezembro de 2004 para 7,3% e, 31 de março de 2013.

A taxa de desemprego no Brasil diminuiu significativamente na década passada, de 10,5% em dezembro de 2002 para 5,7% em 31 de março de 2013, de acordo com o IBGE. Durante esse período, o consumo privado seguiu uma tendência positiva similar. Ainda de acordo com o IBGE, o consumo privado no Brasil cresceu 6,9%, 4,1% e 3,1% em 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A administração da Companhia acredita que o crescimento econômico brasileiro deve afetar positivamente futuras receitas líquidas e resultados operacionais. O ambiente econômico e político estável do Brasil, e o consequente aumento dos níveis de renda individual, combinado com taxas de juros reduzidas, um *déficit* habitacional significativo, oportunidades de crescimento no setor da construção e a implantação de grandes projetos de infraestrutura pelo Governo Federal elevarão substancialmente a demanda por cimento, concreto, agregados e outros materiais básicos de construção. O Governo Federal anunciou planos de aumento substancial de gastos com infraestrutura pública e privada, particularmente por meio do PAC, com investimentos estimados em R\$955 bilhões até 2014. Aproximadamente 12,3% desses investimentos ainda devem ser desembolsados e alocados a rodovias, portos e aeroportos, entre outros, a partir de dezembro de 2012. Esse valor também inclui o programa MCMV, que já entregou mais de um milhão de unidades habitacionais de 2007 a 2010, e espera entregar mais 2,6 milhões de unidades de 2011 a 2014 (representando aproximadamente R\$146,3 bilhões em investimentos em habitação). Além do PAC, o mercado de cimento brasileiro também passará por um aumento da demanda devido à Copa do Mundo da FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Contudo, um crescimento abaixo do esperado ou uma recessão no Brasil provavelmente reduziriam as receitas líquidas da Companhia e exerceriam um efeito material adverso em seus resultados operacionais.

A tabela a seguir apresenta alguns indicadores macroeconômicos brasileiros para os períodos indicados.

	Período de três	Exercício social encerrado em 31 de		
	meses encerrado em 31 de março de	dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Crescimento real do PIB	n.d.	0,9%	2,7%	7,5%
Crescimento do consumo privado.....	n.d.	3,1%	4,1%	6,9%
Inflação (IGP M) ⁽¹⁾	0,8%	7,8%	5,1%	11,3%
Inflação (IPCA) ⁽²⁾	1,9%	5,8%	6,5%	5,9%
CDI ⁽³⁾	7,0%	6,9%	11,9%	10,6%
Taxa SELIC ⁽⁴⁾	7,3%	7,3%	11,0%	10,8%
TJLP ⁽⁵⁾	5,0%	5,5%	6,0%	6,0%
Desemprego	5,7%	4,6%	4,7%	5,3%
Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar				
norte-americanos	1,5%	(8,9)%	(12,6)%	4,3%
Taxa de câmbio – U.S.\$1.00 ⁽⁴⁾	R\$2,014	R\$2,044	R\$1,876	R\$1,666

Fontes: IBGE, Banco Central do Brasil, Cetip e FGV.

(1) IGP-M é o índice geral de preços de mercado calculado pela FGV (acumulado até o final de cada exercício).

(2) IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE (acumulado até o final de cada exercício).

(3) A taxa CDI é o índice médio de depósitos interbancários aplicável no Brasil (acumulado até o final de cada exercício).

(4) No último dia do período.

(5) A TJLP é uma taxa de juros aplicada pelo BNDES em financiamentos de longo prazo (ao final de cada exercício).

Estrutura de custos

A produção de cimento é uma atividade intensiva em termos de capital, baseada na extração e transformação de recursos naturais. Assim, a estrutura de custos da Companhia é baseada, em grande parte, em custos com energia (eletricidade e energia térmica), manutenção e conserto de ativos, mão-de-obra e transporte, que juntos atingem 65,6% e 59,2% dos custos e despesas totais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Energia elétrica. As unidades de produção da Companhia consomem quantias significativas de eletricidade. Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 2012, os custos com eletricidade representaram 9,1% e 8,1%, respectivamente, dos custos totais (nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, esse percentual era de 7,8%, 8,6% e 8,1%, respectivamente). A Companhia possui uma usina hidrelétrica na região Nordeste do Brasil, (Pedra do Cavalo), com capacidade instalada total de 160 MW, e uma participação de 5,6% em uma usina hidrelétrica localizada na região Sul do Brasil (Machadinho), com capacidade instalada total de 1.140 MW. A Companhia também possui quatro pequenas centrais hidrelétricas, com capacidade instalada total de 12,2 MW, nos Estados de Minas Gerais e Paraná. Além disso, a Companhia detém participação em três usinas hidrelétricas nos Estados de Mato Grosso, Rio Grande do Sul/Santa Catarina e Pará/Tocantins, em desenvolvimento desde 1988, 2002 e 2002, respectivamente, e que ainda não estão em operação. Para cada uma dessas plantas, a Companhia está aguardando a aprovação das licenças governamentais para iniciar a construção das usinas hidrelétricas, as quais são detidas por sociedades nas quais a Companhia não possui participação controladora. Embora tais sociedades estejam aguardando a aprovação de tais licenças por um longo período, a Companhia ainda espera obtê-las. Adicionalmente, há um mercado com liquidez para tais investimentos, e a Companhia poderá vir a vender tais usinas. O valor contábil do investimento da Companhia em tais sociedades é irrelevante e corresponde a R\$24,6 milhões em 31 de março de 2013. As usinas da Companhia e aquelas em que a Companhia possui participação supriram aproximadamente 23,4%, 27,5%, 27,8% e 25,3% da energia elétrica necessária para as operações brasileiras no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente. A Companhia também compra energia de sua afiliada Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”), que administra a geração de energia das operações industriais da VID, segundo contratos de longo prazo com vigência inicial de cinco anos, e que, em geral, terminam em dezembro de 2016. A Votener supriu aproximadamente 51,7%, 43,0%, 53,0% e 43,8% da energia elétrica das operações brasileiras da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, respectivamente. A Companhia adquire o restante da energia consumida em suas operações de cimento por meio de contratos com terceiros com vigência de um ano, com renovação automática a menos que qualquer das partes rescinda o contrato mediante o envio de uma notificação prévia por escrito, com antecedência de seis meses, e que permita que a Companhia faça a revisão e os devidos ajustes quanto à energia que deverá comprar semestralmente. Na América do Norte, a Companhia adquire energia no mercado à vista por meio de contratos de longo prazo. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a energia adquirida no mercado à vista supriu aproximadamente 75% da energia elétrica necessária para as operações na América do Norte. A Companhia possui um contrato de fornecimento de energia de longo prazo para atender uma das fábricas de cimento na América do Norte com vigência até 31 de dezembro de 2015, representando aproximadamente 25% da energia elétrica necessária para as operações na América do Norte.

Energia térmica. A Companhia utiliza energia térmica obtida por meio do uso de uma mistura de combustíveis fósseis e o co-processamento de combustíveis alternativos para abastecer seus fornos. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, os custos de energia térmica representaram 10,3%, 9,8%, 10,7% e 9,8%, respectivamente, dos custos e despesas totais da Companhia. Os fornos da Companhia usam diesel, coque (coque de petróleo) e carvão comprado nos mercados internacionais como principal combustível fóssil, sendo que o coque representa o custo mais significativo. Apesar de o preço médio de coque ter diminuído 30,0% de 2011 para 2012, seu preço aumentou nos anos anteriores (os preços médios aumentaram 15,1% de 2010 a 2011). Em virtude desses recentes aumentos, e do compromisso da Companhia de diminuir as emissões de dióxido de carbono (CO²) (considerando que os processos de conversões químicas do calcário no forno rotativo utilizam grandes quantidades de combustível fóssil e emitem grandes quantidades de CO² na atmosfera), a Companhia vem realizando pesados investimentos em melhorias de eficiência energética e aumento da utilização de combustíveis alternativos.

Custos de Manutenção. O setor da Companhia é intensivo em termos de capital e a Companhia incorre em custos de manutenção necessários para preservar a produtividade e a durabilidade das fábricas de cimento. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, os custos de manutenção representaram 10,6%, 17,1%, 17,4% e 14,7%, respectivamente, dos custos e despesas totais da Companhia. Os custos de manutenção da Companhia aumentaram nos últimos anos devido principalmente às altas taxa de utilização de capacidade nas operações brasileiras nos últimos três anos. Além disso, o aumento dos custos com mão-de-obra (considerando-se que os consertos programados utilizam muita mão-de-obra, tanto própria como terceirizada) e a desvalorização do real (junto com o respectivo impacto sobre os custos de maquinário importado) contribuíram para o aumento dos custos de manutenção.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Custos com transporte. Incluem o custo do transporte de: (1) matérias-primas das jazidas da Companhia ou fábricas dos fornecedores para as instalações da Companhia; (2) produtos da Companhia para seus centros de distribuição; e (3) produtos da Companhia dos centros de distribuição para os consumidores finais. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, os custos de transporte representaram 13,6%, 16,0%, 14,5% e 16,0%, respectivamente, dos custos e despesas totais da Companhia.

Custos com mão-de-obra. Os custos com mão-de-obra da Companhia consistem principalmente em salários, contribuição social e benefícios a empregados. Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia registrou custos com mão-de-obra de R\$331,7 milhões, R\$231,8 milhões, R\$1.106,9 milhões, R\$983,5 milhões e R\$879,9 milhões, respectivamente. A Companhia conseguiu manter os custos com mão-de-obra em uma média de 14,7% dos custos e despesas totais das operações da Companhia nos últimos três anos, apesar da pressão inflacionária sobre os salários no mercado brasileiro na última década.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Este item é informado em conjunto com o item 10.2. c.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Efeitos da variação cambial do real frente a outras moedas

A situação financeira e os resultados operacionais da Companhia sofrem, e continuarão a sofrer, os efeitos da valorização ou desvalorização cambial do real frente outras moedas, principalmente o dólar norte-americano e o Euro, pelos seguintes motivos:

- uma parcela da receita da Companhia é denominada em dólares norte-americanos;
- os custos de algumas das matérias-primas são incorridos pela Companhia em dólares norte-americanos;
- a Companhia possui determinadas despesas operacionais, e realiza determinados gastos, que são denominados em dólares norte-americanos; e
- a Companhia possui montante significativo de passivos financeiros denominados em moeda estrangeira que requer o pagamento de principal e juros em dólares norte-americanos e Euros.

A dívida consolidada da Companhia denominada em dólares norte-americanos e Euros representou 30,3% e 16,6%, respectivamente, do total de dívida em aberto em 31 de março de 2013, excluindo-se os efeitos das operações com partes relacionadas. Assim, quando o real sofre uma desvalorização frente ao dólar norte-americano ou ao Euro:

- os juros devidos referente à dívida denominada em dólares norte-americanos e Euros aumentam em reais, o que afeta negativamente o resultado financeiro líquido da Companhia em reais; e
- o valor total da dívida denominada em dólares norte-americanos e Euros aumenta em reais, e o passivo total e as obrigações de serviço da dívida aumentam em reais.

Uma valorização do real frente ao dólar norte-americano ou ao Euro possui os efeitos inversos.

As vendas realizadas pelas subsidiárias estrangeiras da Companhia, que geram recebíveis em moedas estrangeiras, tendem a proporcionar um *hedge* natural das obrigações de serviço de dívida denominadas em dólares norte-americanos ou Euros, sem haver, contudo, uma equivalência completa. Além disso, a Companhia alocou parte da dívida denominada em Euros para realizar o *hedge* de seu investimento na Cimpor.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Efeitos do nível de dívida e taxas de juros

Em 31 de março de 2013, o total da dívida consolidada em aberto era de R\$12.293,7 milhões. O nível da dívida da Companhia resulta em despesas financeiras significativas e que são refletidas na demonstração do resultado. Despesas financeiras consistem em despesas com juros, ganhos/perdas cambiais oriundos de dívidas denominadas em dólares norte-americanos e outras moedas estrangeiras, ganhos ou perdas com instrumentos financeiros derivativos, entre outros, conforme a nota explicativa 29 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, a Companhia registrou despesas financeiras de R\$213,9 milhões, incluindo R\$199,4 milhões de despesas com juros relacionadas a empréstimos e financiamentos. As taxas de juros pagas com relação à dívida da Companhia dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros preponderantes no Brasil e no exterior, quaisquer garantias prestadas e a avaliação de risco da Companhia, do setor em que atua e da economia brasileira, avaliação esta feita pelos seus possíveis credores, compradores dos títulos de dívida emitidos pela Companhia e agências de classificação que avaliam tais títulos.

A S&P, Moody's e a Fitch Ratings Inc., ou Fitch, mantêm classificações de alguns dos títulos de dívida emitidos pela Companhia. A S&P e a Moody's também mantêm classificações da Votorantim Cement North America. Atualmente, a Companhia não é classificada por nenhuma agência, mas pretende buscar uma classificação no futuro. Qualquer rebaixamento futuro nas classificações provavelmente resultará em um aumento das despesas com juros e outras despesas financeiras para a Companhia no que se refere a futuros empréstimos e emissões de títulos de dívida, e poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de obter financiamentos em condições satisfatórias ou de conseguir os valores solicitados.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Efeitos da aquisição da Cimpor e a permuta de ativos da Cimpor em 2012

Em 3 de fevereiro de 2010, a Companhia assinou o Contrato de Permuta de Ações com a Lafarge, segundo o qual concordou em transferir as atividades, negócios e ativos relacionados às fábricas de cimento Cocalzinho, Cipasa e Aratú no Brasil para a Lafarge, bem como 30% da escória recebida na unidade de granulação em Santa Cruz, enviada pela Companhia Siderúrgica do Atlântico em troca da participação de 17,28% na Cimpor detida pela Lafarge. Em 11 de fevereiro de 2010, a Companhia adquiriu outras 26,0 milhões de ações de emissão da Cimpor, representativas de uma participação adicional de 3,93%, pelo valor à vista de R\$390,0 milhões. Assim, a participação da Companhia na Cimpor passou para 21,21% do capital social circulante. A Companhia registrou um ganho de R\$1.672,4 milhões referente à permuta de ativos relativa à aquisição da participação de 17,28% na Cimpor, que não afetou o caixa.

Em 2011, devido a mudanças adversas significativas em alguns dos mercados mais relevantes da Cimpor, incluindo Portugal, Espanha e Egito, a margem EBIT da Cimpor, o lucro líquido e o retorno sobre capital diminuiu em comparação aos anos anteriores. Algumas das mudanças adversas incluem a diminuição no volume de vendas e a diminuição nas estimativas de venda de longo prazo até 2016 para esses países. Adicionalmente, o valor de mercado da ações da Cimpor também diminuiu em 2011, o que a Companhia atribui às percepções e expectativas dos investidores de uma recessão prolongada em alguns dos mercados relevantes da Cimpor, especialmente na Europa. A Companhia considera estes eventos como indicadores de *impairment*. Como resultado dos testes de *impairment* realizados, a Companhia identificou e registrou um valor de *impairment* de R\$522,2 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Em 25 de junho de 2012, a Companhia assinou um acordo de permuta de ativos com a Camargo Correa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. e a InterCement Austria Holding GmbH, segundo o qual concordou em transferir sua participação de 21,21% na Cimpor em troca das subsidiárias da Cimpor, incluindo seus ativos de produção na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China, e sua subsidiária, incluindo uma jazida no Peru, e 21,21% da dívida líquida consolidada da Cimpor. Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia concluiu a operação, o que resultou em um aumento da capacidade instalada anual total de produção de cimento de 16,3 milhões de toneladas. Em decorrência de alguns ajustes pós-fechamento, a Companhia pagou €57,0 milhões à InterCement Austria Holding GmbH em 21 de janeiro de 2013. Após a conclusão da permuta de ativos da Cimpor em 2012, a Companhia deixou de reconhecer o investimento na Cimpor como ativo, bem como os respectivos ganhos/perdas, como resultado de participações societárias, e começou a consolidar 100% dos ativos, passivos e resultados operacionais referentes às operações na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China e na jazida de calcário no Peru. A Companhia reconheceu um ganho de R\$266,8 milhões em 2012 proveniente da venda de sua participação de 21,21% na Cimpor e reconheceu uma perda de R\$170,1 milhões correspondente aos valores de ajuste acumulado de conversão e contabilidade de *hedge* sobre o investimento na Cimpor anteriormente reconhecidos no patrimônio e que passaram a ser reconhecidos no resultado após a venda.

A Companhia não pretende dar continuidade às operações na China, e já implantou um plano para vendê-las. Assim, tais ativos e passivos são apresentados em rubricas separadas no balanço. A administração espera que essa venda seja concluída em 2013.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As demonstrações financeiras da Companhia tiveram impactos decorrentes das aquisições e alienações de participações societárias, sendo a mais relevante a descrita no item 10.3(a) acima. Para informações adicionais sobre essas operações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência. Todavia, com relação a eventuais futuras aquisições, a Companhia não pode neste momento afirmar que tais eventos não poderão acarretar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista a ausência de operações e/ou eventos não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2013.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras, desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, têm sido preparadas de acordo com as práticas definidas nas normas contábeis emitidas pelos Comitês mencionados acima.

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia aplicou nas suas informações financeiras interinas consolidadas do trimestre encerrado em 31 de março de 2013 as novas normas e interpretações contábeis que têm data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, inclusive o IFRS 11/ CPC 19 (R2) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), conforme detalhado na nota explicativa 3 às informações consolidadas interinas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013. A aplicação de tais normas contábeis não teve nenhum impacto significativo na posição financeira, resultado das operações ou fluxo de caixa da Companhia. As *joint ventures* que previamente eram consolidadas e as quais passaram a ser registradas pelo método de equivalência patrimonial são: Sumter Cement Co LLC; Trinity Materials LLC; Suwannee American Cement LLC, or Suwannee; Superior Building Materials LLC; Cementos Especiales de Las Islas S.A., Hormigones y Aridos La Barca S.A. e Cantera do Penedo S.A.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis que causasse efeito significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes referente aos exercícios sociais de 2012, 2011 e 2010 foi emitido sem ressalvas e contém parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Os diretores da Companhia entendem que tanto as demonstrações individuais quanto as consolidadas estão preparadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis a cada uma delas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

Políticas contábeis críticas são aquelas importantes para a apresentação da situação financeira e resultados operacionais da Companhia e que requerem julgamentos difíceis, subjetivos e complexos por parte da Administração, frequentemente devido à necessidade de realização de estimativas sobre os efeitos de assuntos que são inerentemente incertos.

Quanto maior o número de variáveis e premissas que afetam a resolução de futuras incertezas, mais subjetivos e complexos tais julgamentos se tornam. Para que se possa entender melhor o modo como a Administração forma seu julgamento sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas subjacentes a essas estimativas, e a sensibilidade de tais julgamentos em diferentes circunstâncias, as seguintes políticas contábeis críticas foram identificadas:

- perda (*impairment*) de ágio e investimentos;
- valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros;
- instrumentos financeiros;
- provisões para ativos, passivos e obrigações legais contingentes;
- combinação de negócios;
- imposto de renda, contribuição social e outros tributos;
- benefícios a funcionários;
- reconhecimento da receita e contas a receber de clientes; e
- revisão da vida útil e recuperabilidade do imobilizado.

Perda (impairment) de ágio e investimentos

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou R\$2.872,3 milhões e R\$2.930,5 milhões, respectivamente, de ágio (*goodwill*) no balanço consolidado (R\$2.009,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.912,0 milhões em 31 de dezembro de 2010). O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível” no consolidado. Se a Companhia apurar deságio, tal montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado ao menos uma vez por ano para verificar se há perdas (*impairment*) e, em caso positivo, a Companhia reconhece a perda por *impairment*, que não pode ser posteriormente revertida. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio alocado à entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs com perspectiva de se beneficiarem da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios alocados às UGCs, ou grupo de UGCs, com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para cada UGC, ou grupo de UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa aprovada pela administração.

Com relação ao teste de *impairment* de ágio realizado em 31 de dezembro de 2012, que é a data mais recente em que foi realizado referido teste, a tabela a seguir apresenta, para as UGCs (ou grupo de UGCs) que alocaram um montante significativo de ágio, o montante de ágio alocado para tal UGC ou grupo de UGCs e a porcentagem na qual o valor justo da UGC ou grupo de UGCs excedeu o valor contábil de tal UGC ou grupo de UGCs.

10.5 - Políticas contábeis críticas

UGC ou grupo de UGCs	Em 31 de dezembro de 2012		
	Ágio alocado	Excesso do valor justo da UGC ou grupo de UGCs como percentual do valor contábil da UGC ou grupo de UGCs	
		Montante	Percentual
	(em R\$ milhões, exceto percentual)		
Segmento operacional América do Norte (VCNA).....	1.662,5	700,6	14,3%
Segmento operacional Europa, Ásia e África (VCEAA).....	854,4	-	-*
Ágio relacionado a negócios adquiridos no Brasil:			
• Companhia Cimento Ribeirão Grande	205,9	404,2	78,9%
• Engemix S.A.	75,9	436,0	574,6%
• Mineração Potilider Ltda.	71,4	25,4	44,8%
• CJ Mineração Ltda.....	15,6	32,8	111,6%
Outros.....	44,8	-	
Total.....	2.930,5		

* Considerando que esse negócio foi adquirido em 21 de dezembro de 2012 e registrado pelo valor justo de acordo com o IFRS 3 (revisado em 2008). A Companhia acredita que o valor contábil do segmento operacional da VCEAA representa seu valor justo em 31 de dezembro de 2012.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias (1) mantidos para negociação e (2) empréstimos e recebíveis, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- (1) Mantidos para negociação – Os ativos financeiros mantidos para negociação têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros, principalmente no curto prazo. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Resultado financeiro líquido”. As operações com instrumentos financeiros derivativos são classificadas neste grupo, a menos que tenham sido designadas como instrumentos de *hedge*.
- (2) Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e os recebíveis são atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva operação. Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada operação.

O valor justo dos investimentos com cotação pública baseia-se nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. A Companhia usa seu julgamento para escolher a técnica de avaliação mais adequada dentre diversos métodos e define premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. A Companhia utiliza premissas relativas às taxas de câmbio e juros futuras no reconhecimento do valor justo de cada instrumento financeiro derivativo. A Companhia designa certos derivativos como (1) *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou de uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa) ou (2) *hedge* de risco de moeda de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido).

- (1) *Hedge* de fluxo de caixa – A parcela efetiva de variação do valor justo dos instrumentos derivativos designados como *hedges* de fluxo de caixa são reconhecidos como ganhos ou perdas patrimoniais relativos à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos na demonstração do resultado.
- (2) *Hedge* de investimento líquido – A Companhia designou parte de sua dívida denominada em moeda estrangeira como *hedges* de uma parcela de seus investimentos em moeda estrangeira. Por exemplo, a Companhia utilizou o bônus emitido em Euro como *hedge* de seu investimento na Cimpor e, após a conclusão da permuta de ativos da Cimpor em 2012, como *hedge* de seu investimento na VCEAA. Nesse contexto, a parcela de variação cambial da referida dívida denominada em moeda estrangeira designada para fins de *hedge* contábil é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia. O *hedge* de investimento líquido é reconhecido de modo semelhante ao *hedge* de fluxo de caixa. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisões para passivos e obrigações legais contingentes

As provisões para custos de restauração ambiental, reestruturação e ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, determina-se a probabilidade de que uma saída de recursos seja necessária levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que seja pequena a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, que reflita as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem julgamentos com elevado grau de dificuldade, subjetividade e complexidade sobre as matérias envolvidas, no que tange a probabilidade de perda e os valores a serem provisionados para aquelas contingências com provável chance de perda.

Combinação de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilização de operações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais na data do fechamento. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração dos ativos e passivos, na data de aquisição, requer a utilização de julgamento, incluindo as técnicas de avaliação a serem usadas, e depende do método usado para estimar fluxos de caixa futuros, valor justo, risco de crédito, entre outros, podendo diferir significativamente dos resultados reais.

A Companhia reconhece a participação não controladora em uma entidade em que divide o controle pelo valor justo proporcional do negócio ou pelo valor justo proporcional dos ativos líquidos identificáveis da entidade.

O excesso da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos adquiridos, passivos incorridos e participação não controladora é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o custo da aquisição for menor, a diferença é reconhecida como um ganho de aquisição na demonstração do resultado na data da aquisição. O *goodwill* não sofre amortização, mas é submetido ao teste de avaliação do valor recuperável (*impairment*) em conformidade com o IFRS. Vide “– Perda (*impairment*) de ágio e investimentos” acima.

Nos casos em que a Companhia adquire participação controladora em uma entidade na qual ela já detinha participação antes da data de aquisição, tal participação anterior é reavaliada ao valor justo na data de aquisição e reconhecida na demonstração do resultado.

Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

A Companhia está sujeita ao pagamento de imposto de renda em todos os países onde mantém operações, o que requer um elevado grau de julgamento na determinação das disposições sobre imposto de renda no mundo todo. Muitas das operações e cálculos não resultam na determinação definitiva e certa do imposto. A Companhia também reconhece passivos relativos a questões já previstas de auditoria fiscal com base em estimativas sobre aqueles impostos adicionais que seriam devidos. Diferenças entre o valor final do imposto e o valor inicialmente registrado afetam os ativos e passivos relativos ao imposto de renda corrente e diferido no exercício em que tal determinação é feita.

10.5 - Políticas contábeis críticas

No primeiro trimestre de 2013, a Companhia alterou a opção do regime de caixa para o regime de competência, para fins de tributação do imposto de renda e da contribuição social, sobre as variações cambiais. Essa alteração resultou na mudança da natureza de créditos tributários, no montante de R\$232 milhões, que até então estavam sendo reconhecidos como imposto de renda e contribuição social diferidos passaram a ser reconhecidos como antecipações de imposto de renda e contribuição social.

Benefícios a funcionários

A Companhia participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego. No Brasil, a Companhia é patrocinadora de planos de benefício na modalidade contribuição definida. A Companhia também oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados.

O passivo com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio.

O valor presente das obrigações relativas ao plano de assistência médica e ao plano de pensão de benefício definido depende de uma série de fatores determinados de forma atuarial com base em várias premissas, incluindo a taxa de desconto. A taxa de desconto é a taxa de juros utilizada pela Companhia na determinação do valor presente das estimativas de saída futura de caixa relativas aos benefícios dos planos de pensão e assistência médica, determinados ao final de cada exercício. Qualquer mudança nas premissas utilizadas pela Companhia no cálculo dessas obrigações afetariam o valor justo registrado na data do balanço.

Reconhecimento da receita e contas a receber de clientes

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) benefícios econômicos futuros provavelmente fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de operação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece receitas e os custos de venda de produtos no momento em que os produtos são entregues ao cliente ou no momento em que a propriedade do bem assim como os respectivos riscos são transferidos ao cliente. A receita é registrada líquida de impostos, descontos e devoluções. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir quaisquer perdas na realização das contas a receber de clientes e é incluída nas despesas com vendas. A política contábil da Companhia para estabelecer a provisão para créditos de liquidação duvidosa exige a revisão individual de todos os recebíveis pelos departamentos jurídico, de cobrança e de crédito da Companhia para que o valor esperado de perdas prováveis possa ser determinado.

O reconhecimento da receita baseia-se nos princípios a seguir:

- (1) Venda de produtos – As vendas são feitas à vista ou com pagamento para até 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando os produtos são entregues ao transportador e a propriedade da carga, bem como seus riscos, são transferidos ao cliente.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- (2) Venda de serviços – A Companhia vende serviços de concretagem, co-processamento e transporte de cargas. Esses serviços são prestados com base no tempo e no material, como um contrato de preço fixo, e os termos do contrato, geralmente, variam entre menos de um e três anos. A receita proveniente de tais serviços é reconhecida no momento em que os serviços são prestados.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

Revisão da vida útil e recuperabilidade dos ativos imobilizados de longo-prazo

A Companhia revisa periodicamente a vida útil econômica de seus ativos imobilizados de longo-prazo para fins de cálculo da depreciação sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não mais ser recuperado com base em futuros fluxos de caixa descontados. A Companhia ajusta o valor contábil líquido de seus ativos subjacentes caso a soma do futuro fluxo de caixa descontado seja menor que o valor contábil.

Para informações adicionais sobre as políticas contábeis críticas da Companhia, vide as notas explicativas 2 e 4 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e as notas explicativas 2 e 3 das informações contábeis consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março e 2013.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os diretores da Companhia acreditam que os controles internos executados ao longo do ano corrente, bem como os resultados provenientes dos anos anteriores, os procedimentos e as estruturas a seguir relacionadas, juntamente com o sistema de elaboração das demonstrações financeiras, são suficientes para assegurar a precisão das informações e a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia.

- (i) A Votorantim Cimentos possui, em sua estrutura, uma Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria Interna, área independente, com vínculo administrativo e funcional ao Presidente da Companhia (CEO), e reportará ao Comitê de Auditoria (em formação). A área integra as atividades de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance Assurance* e Auditoria interna (incluindo Ouvidoria), objetivando o aprimoramento do ambiente de controles internos e da gestão de riscos.
- (ii) O time de Auditoria Interna possui independência em relação às operações diárias da Companhia por conta de sua linha de reporte e é responsável pela avaliação periódica dos processos financeiros, operacionais, de gestão e de tecnologia da informação, incluindo a sua conformidade com as políticas, normas e procedimentos e o desempenho e a efetividade dos controles internos para prevenir ou detectar a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes e/ou perdas no negócio.
- (iii) O time de Controles Internos continuamente reavalia os fluxos de processos e os sistemas chaves da Companhia e garante a realização periódica dos testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, como prática da certificação contínua implantada internamente, assegurando:
 - Cálculo da materialidade; com seleção de contas contábeis, processos críticos aos objetivos do negócio e localidades de operação do grupo;
 - Execução de controles internos no *Entity Level*, destacando-se a estrutura de comitês de riscos associados aos processos internos chave e serem complementados durante o 2º semestre de 2013;
 - Revisão e validação dos controles chaves, tanto quanto à eficácia de seu desenho quanto à eficiência de sua operação;
 - Implantação das oportunidades de melhoria e o monitoramento do alcance dos objetivos;
 - Condução do CSA (Control Self Assessment) e testes independentes da administração (Test of Effectiveness).

A área de Controles Internos possui seus processos internos de monitoramento revisados pela VID, atuando na governança e práticas de mercado para a gestão da função.

A Companhia atende atualmente aos padrões do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). Adicionalmente, tendo em vista o seu acelerado crescimento e o formato de desenvolvimento de seus projetos, a Companhia implantou em 2012 o módulo *Process Control* do GRC SAP, com o objetivo de intensificar a gestão de riscos de processo e *compliance*, aprimorando e reforçando seu ambiente de controles internos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes informaram a administração da Companhia que foi efetuado estudo e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos com o exclusivo propósito de estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras nessa data e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia.

Como resultado desse estudo e avaliação, os auditores independentes da Companhia não reportaram, em relação ao exercício de 2012 e ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, qualquer deficiência significativa ou fraqueza material no ambiente de controles internos da Companhia relacionados ao processo de preparação das demonstrações financeiras.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, a Companhia realizou quatro emissões de debêntures, no âmbito da Instrução CVM nº 476/09, e os recursos resultantes dessas ofertas foram utilizados conforme descrito abaixo, sempre de acordo com a destinação originalmente prevista:

2ª Emissão de Debêntures

Os recursos captados foram destinados para investimentos em ativos fixos, capital de giro e reperfilamento da dívida da Companhia.

3ª Emissão de Debêntures

Os recursos captados foram destinados para investimentos em ativos fixos e capital de giro.

4ª Emissão de Debêntures

Os recursos captados foram destinados para investimentos em ativos fixos e capital de giro.

5ª Emissão de Debêntures

Os recursos captados foram destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como alongamento do endividamento e reforço de capital de giro.

Para informações adicionais sobre as emissões de debêntures da Companhia, ver itens 18.5 e 18.10 deste Formulário de Referência.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios na aplicação dos recursos, uma vez que eles foram utilizados em conformidade com o que consta das respectivas escrituras de emissão.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois não houve desvios na aplicação dos recursos.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia, referindo-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 e às informações contábeis consolidadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013, acompanhadas das notas explicativas:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

A Companhia não possui operações que não sejam registradas nas demonstrações financeiras. Além disso, não possui participação em entidades conhecidas como entidades de participação variável (*variable interest entities*), incluindo sociedades de propósito específico e outras entidades de financiamento estruturado.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que a Companhia não possui itens não refletidos nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, visto que a Companhia não possui itens não refletidos nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, visto que a Companhia não possui itens não refletidos nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que a Companhia não possui itens não refletidos nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera investir R\$3.562,5 milhões no Brasil em 2013, 2014 e 2015 em projetos de expansão para aumentar sua capacidade e, assim, atender a demanda adicional pelos seus produtos. A Companhia espera dispendir um adicional de aproximadamente R\$1.425,9 milhões nesse mesmo período em despesas de capital (excluindo os projetos de expansão). A Companhia pretende utilizar esses recursos em manutenção (45,0%), projetos de modernização (26,0%), projetos ambientais, sanitários e de segurança (19,0%), inclusive para auxiliar no cumprimento contínuo das leis e regulamentos aplicáveis; e o restante (10,0%) em outras despesas de capital.

As despesas de capital orçadas pela Companhia totalizam aproximadamente R\$2.868,4 milhões para 2013, 2014 e 2015 referentes aos principais projetos de expansão, incluindo os seguintes projetos no Brasil:

<u>Projeto</u>	<u>Total de Investimento Estimado⁽¹⁾</u>	<u>Capacidade Instalada Anual Projetada</u> (em milhões de toneladas)	<u>Data Estimada de Start-Up</u>
Primavera – Construção de uma nova planta no Estado do Pará (PA)	R\$542 milhões	1,2	2014
Sobral – Construção de uma nova planta no Estado do Ceará (CE).....	R\$760 milhões	2,1	2015
Caaporã – Construção de uma nova planta no Estado da Paraíba (PB).....	R\$752 milhões	2,0	2015
Edealina – Construção de uma nova planta no Estado de Goiás (GO).....	R\$660 milhões	2,1	2014
Marabá – Construção de uma nova moagem no Estado do Pará (PA)	R\$140 milhões	0,6	2014

⁽¹⁾ Valor total estimado do projeto, o qual já considera os desembolsos efetuados até a data deste Formulário de Referência.

A Companhia espera atender as necessidades de despesas de capital a partir do fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais e do caixa e equivalentes de caixa, bem como com parte dos recursos líquidos a serem obtidos com sua oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações (*units*) representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais. A Companhia também pode vir a incorrer em dívida para financiar uma parcela dessas despesas, principalmente se o financiamento junto a fornecedores de equipamentos estiver disponível em condições atrativas.

As despesas de capital reais da Companhia podem diferir dos valores esperados conforme descrito acima, tanto em termos do valor total de despesas de capital efetivamente incorridas como do momento em que tais despesas foram incorridas.

A tabela abaixo mostra as principais despesas de capital incorridas nos exercícios indicados:

	<u>Período de três meses encerrado em 31 de março de</u>	<u>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</u>		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
		(em milhões de reais)		
Expansão	213,1	1.171,3	1.332,5	681,0
Manutenção	76,3	195,8	138,9	158,6
Modernização	29,2	15,1	13,8	21,1
Projetos ambientais, sanitários e de segurança.....	21,2	49,5	41,1	9,3
Outros	29,7	68,3	196,8	94,4
Total	369,5	1.500,1	1.723,1	964,4

10.10 - Plano de negócios

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não pretende dar continuidade às operações na China e já implantou um plano para vendê-las. Assim, tais ativos e passivos são apresentados em rubricas separadas no balanço. A administração espera que essa venda seja concluída em 2013.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de março de 2013, a Companhia investiu R\$3.397,9 milhões em projetos de expansão no Brasil para aumentar a capacidade instalada anual de produção de cimento de 23,2 milhões de toneladas em 2010 para 30,1 milhões em 31 de março de 2013. Os principais projetos de expansão do período foram:

- em 2010, a Companhia iniciou a construção de uma nova fábrica de cimento em Cuiabá, Mato Grosso, com início das operações em novembro de 2012.
- em 2011, a Companhia concluiu a construção de uma nova moagem de escória na unidade de Sepetiba, Rio de Janeiro, com início das operações em janeiro de 2011.
- em 2011, a Companhia concluiu a construção de uma nova moagem de pozolana e cimento em Poty Paulista, Pernambuco, com início das operações em abril de 2011.
- em 2011, a Companhia concluiu a construção de uma nova fábrica de cimento em Imbituba, Santa Catarina, com início das operações em maio de 2011.
- em 2011, a Companhia concluiu a construção de uma nova fábrica de cimento em Vidal Ramos, Santa Catarina, com início das operações em julho de 2011.
- em 2011, a Companhia concluiu a construção de uma nova fábrica de cimento em São Luís, Maranhão, com início das operações em dezembro de 2011.
- em 2011, a Companhia concluiu a construção de uma nova linha de produção na fábrica de Salto de Pirapora, São Paulo, com início das operações em dezembro de 2011.
- em 2012, a Companhia concluiu a construção de uma nova moagem de cimento na fábrica de Cimesa, Sergipe, com início das operações em outubro de 2012.
- em 2012, a Companhia iniciou a construção de uma nova linha de produção da sua planta em Rio Branco, Paraná, com início das operações em abril de 2013.

A tabela a seguir apresenta os principais projetos de despesas de capital classificados como construções em andamento e o respectivo valor acumulado total até 31 de março de 2013:

Em 31 de março de 2013		
Unidade de Negócio – Projeto	Descrição	Valor (em milhões de reais)
Rio Branco	Construção de uma nova linha de produção em Rio Branco, Paraná (PR)	471,7
Cuiabá	Construção de uma nova planta em Cuiabá, Mato Grosso (MT)	104,8
Edealina	Construção de uma nova planta em Edealina, Goiás (GO)	147,1
Vidal Ramos.....	Construção de uma nova planta em Vidal Ramos, Santa Catarina (SC)	59,1
Santa Helena	Construção de uma moagem em Santa Helena, São Paulo (SP)	52,6
Primavera	Construção de uma nova planta em Primavera, Pará (PA)	50,5

- c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.10 - Plano de negócios

Os especialistas do Centro Técnico da Companhia dão suporte técnico às plantas industriais, auxiliam no desenvolvimento de novos processos e produtos, integram novas tecnologias adquiridas de terceiros ou desenvolvidas pela Companhia e auxiliam as plantas no aprimoramento do desempenho geral. O Centro Técnico treina e qualifica indivíduos, de forma contínua, na produção de cimento para trabalhar nas unidades de produção da Companhia.

A Companhia procura manter-se como referência de altos padrões por meio de investimentos em tecnologia, inovação de produtos e processos, estudos de concorrência, eficiência energética e gestão ambiental. A Companhia oferece produtos e serviços por meio do monitoramento ativo e gestão dos principais riscos de suas plantas.

O departamento de Pesquisa e Desenvolvimento procura desenvolver e aprimorar produtos e aperfeiçoar o uso de substitutos de cimento que substituam o clínquer e reduzam as emissões de CO₂ durante o processo de produção do cimento. A Companhia trabalha em parceria com universidades.

Em 2012, as despesas da Companhia com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$30,0 milhões.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 10 do Formulário de Referência.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, cinco membros e, no máximo nove membros, com igual número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral, a qual designará um Presidente e um Vice-Presidente, todos com prazo de mandato unificado de dois anos, admitida a reeleição. No mínimo, 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2.

Além de outras matérias previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e suas diretrizes;
- (ii) aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos;
- (iii) aprovar a política de gestão de riscos;
- (iv) constituir comitês que serão responsáveis por analisar, elaborar propostas ou efetuar recomendações sobre determinadas matérias ao Conselho e definir suas respectivas atribuições de acordo com o previsto no Estatuto;
- (v) nomear os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês eventualmente criados pelo Conselho, bem como fixar a remuneração de seus membros;
- (vi) escolher e destituir auditores externos da Companhia e de suas subsidiárias com base em recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário, os quais não poderão prestar serviços à Companhia e suas subsidiárias que, de acordo com as normas profissionais, legislação e regulamentos que regulam a profissão do auditor externo, comprometam a sua independência durante a vigência do contrato;
- (vii) contratar advogados, especialistas, peritos e outros profissionais externos para melhor instruírem as matérias sujeitas à sua deliberação;
- (viii) aprovar o Código de Conduta da Companhia;
- (ix) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei e sempre quando julgar conveniente, podendo, para tanto, providenciar a publicação do edital de convocação de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto Social;
- (x) eleger e destituir os Diretores Estatutários da Companhia, bem como fixar suas atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- (xi) fixar a distribuição individual da verba de remuneração aprovada pela Assembleia Geral entre os seus próprios membros e os Diretores Estatutários;
- (xii) avaliar formalmente resultados de desempenho da Companhia, da Diretoria Estatutária em conjunto e do Diretor-Presidente, individualmente, bem como tomar conhecimento da avaliação realizada pelo Diretor-Presidente dos demais Diretores Estatutários;
- (xiii) fiscalizar, inclusive individualmente, a gestão dos Diretores Estatutários, examinando, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, obtendo cópia destes sempre que assim achar necessário;
- (xiv) desenvolver em conjunto com a Diretoria Estatutária e aprovar um plano de participação a empregados e Diretoria Estatutária nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais a empregados e Diretoria Estatutária vinculados ao resultado da Companhia ("Plano de Participação nos Resultados");

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xv) fixar o montante da participação dos empregados e Diretoria Estatutária nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor;
- (xvi) estabelecer o limite de ações a serem emitidas dentro do Plano de Opção de Compra de Ações ou de Subscrição de Ações da Companhia previamente aprovado pela Assembleia Geral, observado o limite previsto no item "xv" acima;
- (xvii) deliberar sobre a emissão e alienação de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (xviii) autorizar a aquisição das próprias ações, com o objetivo de mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento, com observância das disposições legais e regulamentares em vigor;
- (xix) deliberar sobre a emissão de ações, de bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, até o limite do capital autorizado, incluindo: (a) a quantidade, espécie e classe de valores mobiliários a serem emitidos; (b) o preço de emissão e os critérios para a sua fixação; (c) o cronograma da emissão; (d) conferir poderes para que a Diretoria possa praticar todos os atos necessários para a implementação da emissão; (e) a exclusão do direito de preferência ou redução do prazo para seu exercício em todas as situações conforme previstas no artigo 172 da Lei n.º 6.404/76; (f) outros termos e condições relevantes da emissão;
- (xx) autorizar a prestação de garantias e contra-garantias de qualquer natureza, seja garantia real ou fidejussória, a favor de terceiros e em valor superior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal, excetuadas aquelas prestadas em favor de sociedades ou entidades controladas pela própria Companhia, que independem de autorização do Conselho de Administração independentemente do valor;
- (xxi) aprovar qualquer operação entre a Companhia, de um lado, e seus acionistas, Administradores, empregados, ou sociedades nas quais tais pessoas detenham, direta ou indiretamente, participação societária ou interesse sob qualquer forma, ou parentes de acionistas, Administradores e empregados da Companhia, ou qualquer parte que, nos termos da legislação aplicável, seja considerada parte relacionada da Companhia, cujo valor seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;
- (xxii) autorizar a contratação de quaisquer operações de empréstimos ou financiamentos, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxi) acima, cujo valor exceda R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;
- (xxiii) autorizar a celebração de quaisquer contratos ou negócios jurídicos em geral, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxi) acima, que obriguem a Companhia, ou exonerem terceiros de responsabilidades para com a Companhia, quando os valores envolvidos, em transações únicas ou conjuntas, ultrapassarem R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal. A título exemplificativo, é necessária a aprovação do Conselho nos contratos ou negócios jurídicos em geral que tenham por finalidade: (a) a retirada de algum setor de negócio ao qual até então participava; (b) a participação em associação ou parceria com terceiros; (c) a alienação, cessão e transferência de bens e direitos integrantes de seu ativo permanente, ou sua oneração; (d) a realização de investimentos de capital, aquisições não constantes do orçamento anual previamente aprovado;
- (xxiv) autorizar a celebração de quaisquer contratos ou negócios jurídicos em geral, pelos órgãos de administração de suas subsidiárias diretas ou indiretas, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxi) acima, que as obriguem, ou exonerem terceiros de responsabilidades para com elas, quando os valores envolvidos, em transações únicas ou conjuntas, ultrapassem R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal. A título exemplificativo, é necessária a aprovação do Conselho nos contratos ou negócios jurídicos em geral que tenham por finalidade: (a) a retirada de algum setor de negócio ao qual até então participava; (b) a participação em associação ou parceria com terceiros; (c) a alienação, cessão e transferência de bens e direitos integrantes de seu ativo permanente, ou sua oneração; (d) a realização de investimentos de capital ou aquisições não constantes do orçamento anual previamente aprovado;
- (xxv) aprovar o nome do representante da Companhia nas assembleias gerais ou nas reuniões de sócios das sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária, inclusive indicando, em sendo o caso, os nomes dos conselheiros a serem eleitos para integrar conselhos de administração dessas sociedades;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xxvi) deliberar sobre quaisquer matérias que não são de competência da Diretoria Estatutária ou da Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social, bem como matérias cujos limites ultrapassem a alçada estabelecida para a Diretoria Estatutária;
- (xxvii) aprovar a alienação do controle de subsidiárias da Companhia;
- (xxviii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (d) outros pontos que o Conselho considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (xxix) deliberar sobre políticas para evitar conflitos de interesses entre a Companhia e seus acionistas ou seus Administradores, bem como sobre a adoção de providências julgadas necessárias na eventualidade de surgirem conflitos dessa natureza;
- (xxx) deliberar sobre as políticas de responsabilidade institucional da Companhia em especial aquelas referentes ao meio-ambiente, saúde e segurança do trabalho, e responsabilidade social da Companhia propostas pela Diretoria Estatutária;
- (xxxi) deliberar sobre as alterações nas regras de governança corporativa, que incluem, mas não se limitam ao processo de prestação de contas e ao processo de divulgação de informações;
- (xxxii) manifestar-se sobre o relatório da administração, das demonstrações financeiras e proposta de destinação do resultado do exercício;
- (xxxiii) propor a política de dividendos da Companhia;
- (xxxiv) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de oferta pública de aquisição para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2; e
- (xxxv) apreciar as propostas apresentadas pela Diretoria Estatutária, nos termos do Estatuto Social.

Diretoria

A Diretoria Estatutária será composta por, no mínimo, três e, no máximo, sete Diretores Estatutários, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor-Financeiro e de Relações com Investidores, e os demais com as designações que lhes forem atribuídas pelo Conselho. O prazo de gestão dos Diretores Estatutários será de dois anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

Compete à Diretoria Estatutária:

- (i) cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecida pelo Conselho;
- (ii) deliberar sobre a criação e a eliminação das Diretorias e Gerências imediatamente subordinadas a cada Diretor Estatutário;
- (iii) elaborar e propor ao Conselho as políticas gerais de recursos humanos da Companhia, incluindo planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, benefícios e regime disciplinar dos empregados da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- (iv) elaborar e propor, anualmente, ao Conselho as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da Companhia, e executar o plano estratégico aprovado;
- (v) elaborar e propor ao Conselho os orçamentos anual e plurianual da Companhia, e executar os orçamentos aprovados;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (vi) definir o plano anual de seguros da Companhia e de suas subsidiárias;
- (vii) elaborar e submeter à aprovação do Conselho proposta sobre a política de gestão de riscos;
- (viii) planejar e conduzir as operações da Companhia e suas subsidiárias e reportar ao Conselho o desempenho econômico-financeiro da Companhia, produzindo inclusive relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- (ix) aprovar critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para suas subsidiárias para sua execução e implantação;
- (x) alienar debêntures conversíveis em ações, ou com garantia real, de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias;
- (xi) identificar, avaliar e propor ao Conselho oportunidades de investimento e/ou desinvestimento que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Estatutária, e executar os investimentos e/ou desinvestimentos aprovados;
- (xii) identificar, avaliar e propor ao Conselho operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia seja parte, inclusive envolvendo as ações de sua própria emissão, bem como aquisições de participações acionárias, e conduzir as fusões, cisões, incorporações e aquisições aprovadas;
- (xiii) elaborar e propor ao Conselho as políticas financeiras da Companhia, e executar as políticas aprovadas;
- (xiv) autorizar a prestação de garantias e contra-garantias de qualquer natureza, seja garantia real ou fidejussória, a favor de terceiros e em valor igual ou inferior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal, excetuadas aquelas prestadas em favor de sociedades ou entidades controladas pela própria Companhia, que independem de autorização;
- (xv) autorizar atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para por fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou Diretores Estatutários, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes e os limites de alçada da Diretoria Estatutária;
- (xvi) definir e propor ao Conselho, após o levantamento do balanço, a destinação do lucro do exercício, a distribuição dos dividendos da Companhia, inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio e, quando necessário, o orçamento de capital;
- (xvii) elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho e, posteriormente, à Assembleia Geral;
- (xviii) promover a adesão dos empregados ao Código de Conduta estabelecido pelo Conselho;
- (xix) elaborar e propor ao Conselho as políticas de responsabilidade institucional da Companhia, tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da Companhia e implementar as políticas aprovadas;
- (xx) autorizar a contratação de quaisquer operações de empréstimos ou financiamentos, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxiii) abaixo, cujo valor seja igual ou inferior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;
- (xxi) celebrar contratos ou negócios jurídicos em geral, não cobertos pelas hipóteses regidas pelo item (xxiii) abaixo, que obriguem a Companhia, ou exonerem terceiros de responsabilidades para com a Companhia, quando os valores envolvidos, em transações únicas ou conjuntas, sejam iguais ou inferiores a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal. A título exemplificativo, é necessária a aprovação da Diretoria Estatutária nos contratos ou negócios jurídicos em geral que tenham por finalidade: (a) a retirada de algum setor de negócio ao qual até então participava; (b) a participação em associação ou parceria com terceiros; (c) a alienação, cessão e transferência de bens e direitos integrantes de seu ativo permanente, ou sua oneração; (d) a realização de investimentos de capital, aquisições não constantes do orçamento anual previamente aprovado;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xxii) autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, podendo estabelecer normas e delegar poderes, cujos valores em transações únicas ou conjuntas, sejam iguais ou inferiores a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;
- (xxiii) aprovar qualquer operação entre a Companhia, de um lado, e seus acionistas, Administradores, empregados, ou sociedades nas quais tais pessoas detenham, direta ou indiretamente, participação societária ou interesse sob qualquer forma, ou parentes de acionistas, Administradores e empregados da Companhia, ou qualquer parte que, nos termos da legislação aplicável, seja considerada parte relacionada da Companhia, cujo valor seja igual ou inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por exercício fiscal;
- (xxiv) propor ao Conselho quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas ou entre acionistas, ou de contratos de consórcio ou entre consorciados, de sociedades ou consórcios dos quais a Companhia participe e, ainda, propor a celebração de novos acordos e contratos de consórcio que contemplem matérias desta natureza;
- (xxv) estabelecer e informar ao Conselho os limites de alçada individual de Diretores Estatutários, respeitados os limites de alcadas da Diretoria Estatutária estabelecidos pelo Conselho;
- (xxvi) estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho para a Diretoria Estatutária, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da Companhia;
- (xxvii) praticar todos e quaisquer atos já previstos no orçamento anual aprovado, independentemente do montante;
- (xxviii) indicar as pessoas que devam integrar a diretoria, o conselho de administração e fiscal e comitês das sociedades e entidades em que a Companhia tenha participação, inclusive indireta.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão societário com caráter não permanente, sendo instalado nos exercícios sociais em que houver solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros e suplentes em igual número, eleitos pela assembleia geral, acionistas ou não, naturais e residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei nº 6.404/76. Será assegurado o direito a eleger um dos membros aos acionistas não controladores, em votação separada. O presidente do Conselho Fiscal será eleito na primeira reunião do órgão.

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário funcionará em caráter permanente, reportará ao Conselho de Administração e será composto por no mínimo três e no máximo cinco membros, todos Conselheiros Independentes e profissionais de reconhecida competência e notório saber. Um dos membros deverá ter dedicação substancial ao Comitê de Auditoria e ser profissional de comprovado conhecimento nos assuntos relacionados à atividade do Comitê, devendo, ainda, atender aos requisitos de independência e de capacitação em finanças e contabilidade societária (*financial literacy*) estabelecidos no regimento do Comitê de Auditoria Estatutário, quando aprovado, na legislação aplicável e nas normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário é de cinco anos.

Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário promover e zelar pelas discussões, no âmbito do Conselho de Administração, cabendo-lhe assessorar o Conselho de Administração no adequado monitoramento de questões relacionadas: (i) à efetividade e integridade dos controles internos; (ii) à identificação e gestão de riscos; (iii) à qualidade das práticas contábeis, incluindo as estimativas e julgamentos contábeis; (iv) à qualidade e integridade dos relatórios financeiros, incluindo as demonstrações financeiras; (v) à ética e conduta, normas e procedimentos e a sua conformidade; (vi) às denúncias ao canal de ouvidoria e o seu respectivo endereçamento; (vii) aos trabalhos realizados pela auditoria externa; e (viii) à supervisão das atividades da auditoria interna.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Comitê de Finanças

O Comitê de Finanças funcionará em caráter permanente, reportará ao Conselho de Administração e será composto por no mínimo três e no máximo cinco membros, sendo a maioria Conselheiros, eleitos pelo Conselho. Pelo menos um membro deve ser profissional de comprovado conhecimento na área. O mandato dos membros do Comitê de Finanças é de um ano. Compete ao Comitê de Finanças: (i) apresentar cenários de mercado de médio e longo prazo ao Conselho; (ii) propor e monitorar as metas anuais de desempenho da Companhia e suas subsidiárias e os orçamentos necessários para atingir as metas projetadas; (iii) monitorar o comportamento da Companhia por meio da análise de seus resultados, acontecimentos mercadológicos, e benchmarking permanente, interno e externo; (iv) analisar e propor a uniformização das melhores práticas; (v) analisar, monitorar e propor ao Conselho sugestões relativas a assuntos tributários e regulatórios pertinentes; (vi) analisar e monitorar o plano anual de investimentos da Companhia; (vii) analisar e monitorar a estrutura de capital e o fluxo de caixa da Companhia; e (viii) analisar e monitorar suas necessidades de capital de giro e de suas subsidiárias, bem como as alternativas para seu adequado financiamento.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente e não está instalado. O Comitê de Auditoria Estatutário foi instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2013 e o Comitê de Finanças foi instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de maio de 2013.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conselho de Administração

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía um Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração receberão apenas remuneração fixa mensal. A Companhia não possui mecanismo de avaliação de desempenho para o Conselho de Administração.

Diretoria

O desempenho da Diretoria da Companhia é avaliado anualmente de acordo com o seu desempenho e a partir de objetivos e metas previamente estabelecidos. Para detalhes sobre a definição das metas, vide item 13 deste Formulário de Referência.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, é avaliado pela assembleia geral, levando-se em consideração as suas atribuições previstas em lei.

Comitê de Auditoria Estatutário

O desempenho do Comitê será feito através de auto-avaliação anualmente, com apoio de assessoria de consultoria independente.

Comitê de Finanças

A Companhia não possui mecanismo de avaliação de desempenho para o Comitê de Finanças.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete aos Diretores, agindo em conjunto de dois diretores ou seguindo o preceituado no artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, sem prejuízo das demais diretrizes estatutárias, deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, representar ativa e passivamente a Companhia, em juízo e fora dele.

Os procuradores da Companhia serão constituídos por procurações firmadas por, no mínimo, dois diretores em conjunto, observados os limites e as formas estabelecidas no Estatuto Social. Compete ainda aos Diretores a responsabilidade individual pela supervisão e controle das atividades inerentes às suas respectivas áreas de atuação, além de outras atribuições que lhes sejam outorgadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-Presidente.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

São atribuições do Diretor-Presidente, sem prejuízo de outras funções que o Conselho lhe possa atribuir:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Estatutária;
- (ii) exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe, para tanto, a coordenação e a supervisão das atividades dos demais Diretores Estatutários, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho e pela Assembleia Geral;
- (iii) delegar competência aos demais Diretores Estatutários, bem como a empregados, para a prática de atos específicos, de acordo com as conveniências de gestão;
- (iv) selecionar e submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos a cargos de Diretor Estatutário, a serem eleitos pelo Conselho, bem como propor a respectiva destituição; e
- (v) indicar, dentre os membros da Diretoria Estatutária, os substitutos dos Diretores Estatutários nos casos de impedimento temporário ou ausência destes, nos termos do artigo 37 do Estatuto Social.

São atribuições do Diretor-Financeiro e de Relações com Investidores, sem prejuízo de outras funções que o Conselho lhe possa atribuir:

- (i) organizar, gerir, reunir, avaliar e supervisionar as atividades e área financeira da Companhia;
- (ii) planejar, organizar, gerir e executar a elaboração do plano e contratação de seguros, apresentando o plano e as propostas aos demais Diretores Estatutários, em reunião, e considerando suas solicitações;
- (iii) planejar, otimizar, organizar, gerir e supervisionar o pagamento e recolhimento dos tributos incidentes sobre as atividades da Companhia;
- (iv) planejar, organizar, gerir e supervisionar as atividades de tesouraria, controladoria, contabilidade, relações com investidores, riscos e *compliance*, centro de serviços compartilhados e Tecnologia da Informação, propondo e sugerindo medidas para o aprimoramento de seu controle;
- (v) propor diretrizes e procedimentos de administração financeira com vistas à salvaguarda, garantia, liquidez e rentabilidade dos ativos da Companhia;
- (vi) abrir e movimentar contas bancárias em conjunto com outro Diretor Estatutário;
- (vii) elaborar propostas orçamentárias e prestar contas aos demais Administradores;
- (viii) elaborar as demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- (ix) implementar os procedimentos e assegurar o cumprimento das normas estipuladas pelos órgãos de certificação, nas áreas sob sua responsabilidade;
- (x) manifestar-se sobre toda documentação pertinente à aquisição, oneração e alienação de bens e direitos ou que constitua a Companhia em obrigação pecuniária de qualquer espécie, observando e fazendo observar as normas internas e limites de alçada aplicáveis e as leis em vigor;
- (xi) representar a Companhia perante qualquer entidade institucional ou órgão regulador ou auto regulador ou atuante no mercado de valores mobiliários nacional e/ou internacional; e
- (xii) desempenhar funções de relações com investidores, designadamente as de prestação de informações ao público investidor e aos órgãos reguladores ou auto regulador e de supervisão, bem como manter atualizado o registro da Companhia.

Compete ainda aos Diretores a responsabilidade individual pela supervisão e controle das atividades inerentes às suas respectivas áreas de atuação, além de outras atribuições que lhes sejam outorgadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-Presidente.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Diretoria da Companhia é avaliada anualmente, com base em metas e indicadores estabelecidos a partir do direcionamento estratégico da empresa e o resultado desta avaliação tem reflexos diretos na remuneração variável dos Diretores (conforme descrito mais detalhadamente no item 13.1.b.iii).

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía um Conselho de Administração. Após a definição das verbas globais pela assembleia geral, a política de remuneração individual e o valor atribuído a cada membro do Conselho de Administração são definidos e aprovados em reunião do referido órgão. A Companhia não possui mecanismo de avaliação de desempenho para os membros do Conselho de Administração.

Com relação à avaliação de desempenho do Comitê de Auditoria Estatutário, o próprio comitê deverá realizar auto-avaliações anuais de suas respectivas performances, com apoio de assessoria de consultoria independente.

Adicionalmente, a Companhia não possui mecanismo de avaliação de desempenho para os membros do Comitê de Finanças.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas quanto a prazos de convocação.

Conforme determina a Lei das Sociedades por Ações, as assembleias são convocadas com 15 dias de antecedência para a primeira convocação e oito dias para a segunda.

b) competências

A assembleia geral dos acionistas é o órgão supremo para decidir sobre todos os negócios sociais e tomar as resoluções que julgar convenientes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, compete à assembleia geral, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei, observado o quórum previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) aumentar o limite do capital autorizado;
- (iii) aumentar o capital social, ressalvado o disposto no artigo 6º do Estatuto;
- (iv) deliberar acerca da avaliação feita por empresa especializada ou por 3 (três) peritos dos bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
- (v) reduzir o capital social;
- (vi) deliberar sobre a incorporação da Companhia, bem como das ações de sua emissão, a incorporação de outras sociedades pela Companhia, sua dissolução, transformação, cisão, fusão ou liquidação;
- (vii) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades;
- (viii) deliberar sobre pedido de falência ou de recuperação da Companhia, nos termos da legislação aplicável;
- (ix) deliberar sobre contratos e operações de valor superior à alçada de aprovação do Conselho de Administração;
- (x) deliberar a saída do Nível 2;
- (xi) escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, conforme previsto no Capítulo VIII do Estatuto Social, a partir da lista tríplice apresentada pelo Conselho; e
- (xii) aprovar o orçamento do Conselho de Administração, como disposto no artigo 34 do Estatuto Social.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estão disponíveis na sede da Companhia, localizada na Praça Prof. José Lannes, nº 40, 9º andar, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-10, bem como nos seguintes endereços eletrônicos: <http://www.vcimentos.com.br/ri>, www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br

d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se as regras constantes na legislação brasileira, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais. O acionista poderá ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, quando aplicável.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador dos fundos de investimento representar os condôminos, conforme exigido pelo artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Os procuradores e os representantes de acionistas poderão participar das assembleias gerais desde que estejam munidos com os respectivos instrumentos de mandato e de representação, que devem ser exibidos no ato ou previamente à respectiva reunião plenária. As procurações podem ser enviadas por meio eletrônico, desde que originais ou cópias autenticadas sejam apresentadas até o momento da assembleia.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não há manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores com esta finalidade. No entanto, a Companhia mantém canal de relacionamento aberto com seus analistas e acionistas através do site da área de Relações com Investidores (<http://www.vcimentos.com.br/ri>) e e-mail (ri@vcimentos.com.br), utilizado para esclarecimento de dúvidas e qualquer tipo de informação relativa à Companhia.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou áudio das suas assembleias.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia não adota mecanismos, além daqueles previstos em lei, destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos seus acionistas.

A Companhia poderá atender tais solicitações, observadas as disposições legais e regulamentares, por meio do canal de atendimento aos investidores (<http://www.vcimentos.com.br/ri>) e e-mail (ri@vcimentos.com.br).

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio (São Paulo) - SP	28/03/2013
		Diário Oficial do Estado - SP	28/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio (São Paulo) - SP	24/05/2013
		Diário Oficial do Estado - SP	24/05/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio (São Paulo) - SP	03/04/2012
		Diário Oficial do Estado - SP	03/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio - SP	17/07/2012
		Diário Oficial do Estado - SP	17/07/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio (São Paulo) - SP	02/03/2011
		Diário Oficial do Estado - SP	02/03/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio - SP	28/06/2011
		Diário Oficial do Estado - SP	28/06/2011

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo 9 (nove) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, que se iniciará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro próprio. No mínimo 20% dos conselheiros eleitos deverão ser Conselheiros Independentes. O(s) conselheiro(s) eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76 será(ão) considerado(s) independente(s). Independentemente de haver número suficiente de suplentes eleitos, o Conselho de Administração deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros que permita o devido funcionamento do Conselho de Administração.

Nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia e no artigo 141 da Lei nº 6.404/76, na eleição dos membros do Conselho de Administração serão observadas as seguintes regras:

- (i) o Acionista Controlador tem o direito de eleger a maioria dos membros do Conselho;
- (ii) será assegurado aos acionistas não controladores o direito de eleger e destituir um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo nos termos da Lei; e
- (iii) sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho se der pelo sistema de voto múltiplo e os acionistas titulares de ações ordinárias exercerem o direito de eleger, em separado, Conselheiro, será assegurado ao Acionista Controlador o direito de eleger Conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de Conselheiros estabelecido no artigo 23 do Estatuto Social.

O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, indicados pela mesma Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração, ou em reunião do próprio Conselho de Administração.

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á, preferencialmente na sede da Companhia, trimestralmente em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando necessário aos interesses sociais. O pedido de reunião deverá ser encaminhado ao Presidente do Conselho, que adotará as providências necessárias para a convocação da reunião.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existe acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesse

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, o conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado; ou (ii) tiver interesse conflitante com a sociedade. Além disso, de acordo com o o Regulamento Interno do Conselho de Administração, além das hipóteses previstas em lei ou regulamentação, considera-se interesse conflitante com o da sociedade o interesse da pessoa que tenha vínculo societário, de subordinação ou de administração, com sociedade concorrente da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração não poderão participar de deliberações relativas a assuntos com relação aos quais seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. Cabe a cada membro informar ao Conselho de Administração seu conflito de interesse tão logo o assunto seja incluído na ordem do dia ou proposto pelo Presidente do Conselho e, de qualquer forma, antes do início de qualquer discussão sobre cada tema.

Na primeira reunião que seguir o ato de sua eleição, o Conselheiro eleito deverá informar aos membros do Conselho: (a) as principais atividades que desenvolva externas à Companhia, (b) participação em conselhos de outras empresas, observado o limite disposto abaixo, bem como cargos que sejam assumidos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado; e (c) o relacionamento comercial com qualquer empresa concorrente da Companhia ou com a própria Companhia e suas coligadas e controladas, inclusive se prestam serviços a essas empresas. Essas informações devem ser prestadas anualmente e sempre que houver um novo evento que enseje a atualização desse tipo de informação.

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Se o membro do Conselho ou empresa por ele controlada ou gerida vier a fazer uma operação com a Companhia e suas coligadas e controladas, as seguintes regras devem ser observadas: (a) a operação deve ser feita em condições de mercado; (b) se não se tratar de operação cotidiana ou de uma prestação de serviços, deve haver laudos emitidos por empresas de primeira linha comprovando que a operação foi feita em condições de mercado; (c) a operação deve ser informada ao Conselho; e (d) a operação deve ser conduzida pelos canais habitualmente competentes na hierarquia da Companhia.

Os Conselheiros somente poderão participar de, no máximo, quatro conselhos de administração de empresas que não pertençam a um mesmo conglomerado econômico. Para fins deste limite, não será considerado o exercício desta função em entidades filantrópicas, clubes ou associações. Referido limite poderá ser ultrapassado mediante aprovação do Conselho de Administração.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Sanções, do Contrato de Participação no Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração		Data da eleição	Prazo do mandato	
		Profissão	Cargo eletivo ocupado		Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Paulo Henrique de Oliveira Santos 034.880.428-80	54 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente		30/04/2013 30/04/2013	30/04/2015 Sim	
Lorival Nogueira Luz Junior 678.741.266-53	41 Administrador de empresas	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores		30/04/2013 30/04/2013	30/04/2015 Sim	
Diretor Vice-Presidente e Diretor Financeiro						
Luiz Alberto de Castro Santos 213.852.898-72	61 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria Diretor sem designação específica		30/04/2013 30/04/2013	30/04/2015 Sim	
Diretor Vice Presidente para a América Latina e Coligadas						
Edvaldo Araújo Rabelo 473.360.216-20	54 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria Diretor sem designação específica		30/04/2013 30/04/2013	30/04/2015 Sim	
Maria Letícia de Freitas Costa 050.932.788-58	53 Engenheira	Pertence apenas ao Conselho de Administração 28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)		30/04/2013 30/04/2013	Até AGO de 2015 Sim	
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário						
Raul Caifat 635.261.408-63	60 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração		05/04/2013 05/04/2013	Até AGO de 2015 Sim	
João Carvalho de Miranda 772.120.887-49	50 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração		05/04/2013 05/04/2013	Até AGO de 2015 Sim	
Membro do Comitê de Finanças						
José Ermirio de Moraes Neto 817.568.288-49	60 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)		05/04/2013 05/04/2013	Até AGO de 2015 Sim	
Membro do Comitê de Finanças						
Fábio Ermirio de Moraes 083.358.948-25	51 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)		05/04/2013 05/04/2013	Até AGO de 2015 Sim	
Membro do Comitê de Finanças						
Markus Johann Akermann	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração		05/06/2013	Até AGO de 2015	

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
000.000.000-00	Economista	Membro do Conselho de Administração Independente (Efetivo)	05/06/2013	Sim
Eduardo Borges de Andrade Filho 587.714.256-91	46 Engenheiro civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	05/06/2013 05/06/2013	Até AGO de 2015 Sim
José Roberto Ermirio de Moraes 029.080.178-81	55 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	05/04/2013 05/04/2013	Até AGO de 2015 Sim
Cláudio Ermirio de Moraes 116.005.728-12	48 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	05/04/2013 05/04/2013	Até AGO de 2015 Sim
Clóvis Ermirio de Moraes Scipilliti 023.290.828-19	54 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	05/04/2013 05/04/2013	Até AGO de 2015 Sim
Edward Ruiz 052.399.217-33	63 Administrador de empresas e contador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2013 30/04/2013	Até AGO de 2015 Sim
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário				
José Écio Pereira da Costa Júnior 359.920.858-15	61 Administrador de Empresas e Contador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	05/06/2013 05/06/2013	Até AGO de 2015 Sim
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Paulo Henrique de Oliveira Santos - 034.880.428-80

Graduado em Engenharia de Produção pela Faculdade de Engenharia Industrial e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Também completou em 2005 o "Owner/President Management Program" da Escola de Administração de Harvard. O Sr. Paulo Henrique é Diretor Presidente da Companhia desde dezembro de 2012. Em janeiro de 2011 assumiu a posição de Diretor de Fusões e Aquisições e Novos Negócios da Votorantim Industrial S.A., função que acumulou até 2012 com a de Presidente na Votorantim Novos Negócios – VNN, no setor de private equity e venture capital, que exerceu desde 2000. Anteriormente, no período de 1997 a 2000, foi Diretor Financeiro da Votorantim Metais. O Sr. Paulo Henrique é atualmente membro do Conselho de Administração da Fibria S.A. e Tivit S.A. O Sr. Paulo Henrique não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lorival Nogueira Luz Junior - 678.741.266-53

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, São Paulo (1993), com vários cursos de especialização no Brasil e no exterior. O Sr. Lorival é o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. Possui 20 anos de experiência no setor financeiro. Trabalhou, por quase 17 anos, no Citibank ocupando os cargos de Corporate Bank Chief of Staff, Gerente de Relacionamento Sênior, Tesoureiro Sênior, Gerente de Produtos de Empréstimo e Analista do Departamento de Controladoria no Brasil. Foi, também, Diretor Executivo de Tesouraria no Creditcard, uma empresa de cartão de crédito líder no Brasil, onde desempenhou um papel importante na conversão da Creditcard para um Banco de Varejo. Ocupou a mesma posição no Banco Citicard até 2008. De 2008 a 2009, foi o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Estácio Participações, uma holding sediada no Brasil, pertencente ao grupo GP Investimentos, que opera no setor de serviços educacionais. Entre 2010 e 2011, foi o Diretor Executivo de Tesouraria e Relações com Investidores da Votorantim Industrial. Em março de 2011, foi eleito Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia S.A. e Diretor Financeiro das empresas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, RGE e demais subsidiárias do grupo CPFL Energia S.A. e Diretor Financeiro das empresas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, RGE e demais subsidiárias do Conselho da CPFL Renováveis. O Sr. Lorival não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Alberto de Castro Santos - 213.852.898-72

Graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O Sr. Luiz é Diretor Vice Presidente para a América Latina e Coligadas da Companhia. Durante os últimos 36 anos, ele ocupou diversos cargos na Companhia, incluindo Head das Operações de Cimento, Gerente de Controle de Produção, Gerente de Produção, Diretor Administrativo, Superintendente Regional e Diretor Comercial. O Sr. Luiz iniciou sua carreira na indústria química na Poliquima e, logo após, passou a trabalhar na Cimento Portland Itaiú. O Sr. Luiz não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Edvaldo Araújo Rabelo - 473.360.216-20

Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Minas Gerais, com MBA pela Universidade de São Paulo e management program pela Harvard Business School. O Sr. Edvaldo é Diretor sem designação específica da Companhia e possui experiência de mais de 30 anos no Grupo Votorantim. O Sr. Edvaldo exerceu o cargo de Diretor Técnico Corporativo desde 2011 na Companhia. No período de 2007 a 2010, foi Diretor de Operações no Brasil e Vice Presidente de Operações na Votorantim Cimentos North America de 2003 a 2006. O Sr. Edvaldo não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58

Graduada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, tendo também obtido seu MBA na Johnson School da Universidade Cornell, nos Estados Unidos. A Sra. Maria Letícia iniciou sua carreira profissional como analista de sistemas nas Indústrias Villares. Em 1986, ingressou na Booz Allen Hamilton, hoje Booz & Company, onde trabalhou até 2010, tendo sido Presidente das operações brasileiras de 2001 até sua aposentadoria em 2010. A Sra. Maria Letícia atuou como membro independente do Conselho de Administração da Sadia S.A. até 2011 e da Gafisa no ano de 2012. Atualmente, a Sra. Maria Letícia é sócia da Prada Assessoria, empresa dedicada à assessoria empresarial. É diretora dos cursos de pós graduação lato sensu do Insper em São Paulo, e é também membro independente do Conselho de Administração da Localiza Rent a Car S.A., da Marcopolo S.A. e da Technip S.A. A Sra. Maria Letícia não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Raul Caifat - 635.261.408-63

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Participou do programa de desenvolvimento de gestão para executivos seniores, no Instituto Internacional para Desenvolvimento de Gestão (IMD), na Suíça. O Sr. Raul é Presidente do Conselho de Administração da Companhia. É CEO da Votorantim Industrial S.A. desde janeiro de 2004 a janeiro de 2012, foi Diretor Geral da Votorantim Industrial S.A. para todos os segmentos industriais (incluindo cimento, celulose e papel, zinco, níquel, metal, suco de laranja, químicos e energia), assumindo em 2006 a responsabilidade por todos os negócios industriais da Companhia. Anteriormente, no período de 1996 a 2003, ocupou a posição de Presidente da Votorantim Celulose e Papel e atuou como Presidente da Associação de Celulose e Papel de São Paulo no período de 1993 a 1995 e como Vice-Presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel no período de 1996 a 2004. O Sr. Raul é membro do Conselho de Administração da Bracelpa, bem como membro do Conselho de Administração da Fibria Celulose S.A. desde dezembro de 2009. O Sr. Raul não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Carvalho de Miranda - 772.120.887-49

Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, participou do curso de pós-graduação em Administração de Empresas do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD). Participou também de intercâmbio com a Wharton Business School, da Universidade da Pensilvânia. O Sr. João é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. É Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Votorantim Industrial S.A. desde março de 2009 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fibria Celulose S.A. desde novembro de 2009. Foi Diretor Vice Presidente do Banco Citibank S.A. do Brasil, no período de 2006 a 2009. Anteriormente, no período de 2004 a 2006, foi o CEO do Citibank N.A. no Chile, além de atuar como Head do Corporate Bank do Citibank, no Brasil, no período de 1998 a 2004. O Sr. João não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Ermirio de Moraes Neto - 817.568.288-49

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em 1975. O Sr. José é membro do Conselho de Administração da Companhia. Ele é também membro do Conselho de Administração da Votorantim Participações S.A. desde outubro de 2001, Presidente do Conselho de Administração da Votorantim Participações S.A. desde agosto de 2000, Presidente do Conselho de Administração do Banco Votorantim desde fevereiro de 1991 e Presidente do conselho deliberativo do Instituto Votorantim desde março de 2003. Ele também foi Diretor e Presidente da S.A. Indústrias Votorantim. O Sr. José não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fabio Ermirio de Moraes - 083.358.948-25

Graduado em Engenharia Mecânica pela Fundação Armando Álvares Penteado em 1984. O Sr. Fábio é membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Fábio é, ainda, membro do Conselho de Administração da Votorantim Participações S.A. Começou a trabalhar no Grupo Votorantim em abril de 1985 e ocupou vários cargos desde então, incluindo o de Vice-Presidente da VCSA, e Diretor Presidente da Cia. Cimento Portland Itaú, Cimentos Tocantins S.A. O Sr. Fábio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Markus Johann Akemann - 000.000.000-00

Graduado em Economia e Ciências Sociais pela University of Sheffield, UK, possui mestrado em Economia e Administração de Empresas pela University of St.Gallen, na Suíça. O Sr. Markus é membro independente efetivo do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Markus é, atualmente, membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Outokumpu OYJ, Helsinki, Finlândia, uma companhia aberta listada na Nasdaq OMX Helsinki. Até abril de 2013, o Sr. Markus atuou como membro do Conselho de Administração da Holcim Ltd. Até março de 2012, o Sr. Markus atuou como membro do Conselho de Administração da ACC Limited, Mumbai, Índia (2005-2012), Ambuja Cements Ltd, Mumbai, Índia (2006-2012), Holcim Espana, Madrid (1994-2012). Atuou, até 2011, como membro da Diretoria da World Business Council for Sustainable Development. Após três anos no Swiss Bank Corporation (atualmente denominado UBS), o Sr. Markus entrou para a o Grupo Holderbank (atualmente Grupo Holcim) em 1978, em que foi nomeado gerente para América Latina e Comércio Internacional em 1986. Em 1993, foi nomeado membro do comitê executivo com responsabilidade por América Latina, Comércio Internacional, Recursos Humanos Corporativos e Treinamento. Em 2002, o Sr. Markus foi nomeado CEO do grupo e membro do Conselho de Administração, cargos que exerceu até 2012 e 2013, respectivamente. O Sr. Markus não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade Filho - 587.714.256-91

Graduado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia – FUMEC. Possui MBA pela The Graduate School of Business – The University of Chicago. O Sr. Eduardo é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Eduardo é membro do Conselho de Administração e do Comitê Executivo da Citrosuco S.A. Agroindústria desde julho de 2012 e suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Inovação da Fibria Celulose S.A. desde dezembro de 2011. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Corporativo de Estratégia da Votorantim Industrial S.A. Entre 2010 e 2011, ocupou o cargo de Vice-Presidente de Desenvolvimento da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS, responsável pelos negócios de Mineração e Bens de Capital e pelas áreas corporativas de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento de Negócios e M&A. Anteriormente foi sócio da McKinsey & Company, Inc., onde atuou por 13 anos, no período de 1997 a 2010, principalmente em indústrias de materiais básicos e energia em temas relacionados a estratégia, finanças corporativas e organização (governança). Na McKinsey, atuou em diversos países e, entre outras posições de liderança, foi líder da prática de materiais básicos e co-líder da prática de finanças corporativas na América Latina. Das sociedades acima citadas, apenas a Votorantim Industrial S.A., a Fibria Celulose S.A. e Citrosuco S.A. Agroindústria fazem parte do mesmo grupo econômico da Companhia. O Sr. Eduardo não ocupa cargos em outras companhias. O Sr. Eduardo não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Roberto Ermirio de Moraes - 029.080.178-81

Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Faculdade de Engenharia da Fundação Armando Álvares Penteado, com curso de extensão universitária em Engenharia de Produção na Fundação Vanzolini (Universidade de São Paulo). O Sr. José Roberto é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. José Roberto é, ainda, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Votorantim Participações S.A. Ele pertenceu ao Conselho de Administração da Aracruz de 2002 a 2004 e é atualmente membro do Comitê Estratégico da IEDI – Instituto para o Desenvolvimento Industrial e do Comitê Estratégico Avançado de Indústria da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. De 1980 até 2005, também foi Presidente da Votoel Filmes Flexíveis Ltda. De 1984 até 2000, foi Diretor da Votorantim Indústrias S.A. De 1989 até 2000, atuou como Presidente da VCP. Foi presidente da Cimento Rio Branco S.A. e da Cimento Gaúcho de 1980 até 1989. O Sr. José Roberto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Cláudio Ermirio de Moraes - 116.005.728-12

Graduado em Engenharia Química pela Fundação Armando Álvares Penteado em 1987. O Sr. Cláudio é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Cláudio é, ainda, membro do Conselho de Administração da Votorantim Participações S.A. Em dezembro de 1987, ele se tornou assistente do Conselho de Administração da Companhia. Em 1989, tornou-se Presidente da Citrovita Agroindustrial. Foi estagiário no Nitro Química de 1985 até 1987, desenvolveu diversos projetos relacionados à nitrocelulose e projeto SO2 e participou de diversos programas de treinamento nas plantas da VCSA. O Sr. Cláudio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Clóvis Ermirio de Moraes Scipilliti - 023.290.828-19

O Sr. Clóvis é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia e é, ainda, membro do Conselho de Administração da Hejpassu, acionista controlador da Companhia, e membro do Conselho de Administração da Votorantim Participações S.A. O Sr. Clóvis está associado ao Grupo Votorantim desde 1980. O Sr. Clóvis não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Edward Ruiz - 052.399.217-33

Graduado em Administração de Empresas e Contabilidade pela Pace University, New York, em 1971, e está terminando um MBA executivo internacional pela FIA em São Paulo. Tornou-se um Certified Public Accountant em 1972, com especialização em IFRS pela Association of Chartered Certified Accountants ("ACCA"), é Candidato para Diploma Especialista IFRS – ACCA e possui Certificado IBGC do Curso de Conselheiros de Administração. O Sr. Edward é membro independente suplente do Conselho de Administração da Companhia. É, ainda, conselheiro independente no Conselho de Administração da empresa de transporte e logística Trati Logística em São Paulo. Até a sua aposentadoria em maio de 2012, o Sr. Edward foi sócio responsável pela área técnica da Deloitte Brasil para assuntos relacionados com IFRS. O Sr. Edward foi também responsável pelo grupo de mercado de capitais da Deloitte Brasil antes de ser responsável pelas áreas técnicas. Anteriormente, o Sr. Edward trabalhou no departamento financeiro da PepsiCo e JP Morgan, nos Estados Unidos. O Sr. Edward também começou sua carreira profissional na empresa de auditoria Arthur Young & Company. Especialista em princípios contábeis internacionais e US GAAP, possui relevante experiência com os relatórios exigidos pela SEC. PCAOB Standards e conversão de demonstrações financeiras dentro os padrões internacionais, bem como liderou inúmeros processos de abertura de capital e ofertas públicas no mercado de capitais. O Sr. Edward não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Écio Pereira da Costa Júnior - 359.920.858-15

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu. O Sr. José Écio é membro independente suplente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. José Écio atuou como Presidente do Conselho Fiscal da Fibria Celulose S.A. de dezembro de 2009 a março de 2013, tendo sido eleito Conselheiro Independente da Fibria Celulose S.A. na AGO de 26.04.2013. Desde dezembro de 2007, atua na firma de consultoria em gestão de negócios JEPeira Consultoria em Gestão de Negócios. Desde junho de 1986 a maio de 2002, foi sócio de Auditoria na Arthur Andersen no Brasil e, em junho de 2002, foi admitido como sócio de auditoria na Deloitte Touche Tohmatsu no Brasil, retirando-se em junho de 2007. O Sr. José Écio é membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria da Gafisa S.A., membro do Conselho de Administração da BRMalls S.A., membro do Conselho de Administração da Princecampos Participações S.A, membro do Comitê de Auditoria da Votorantim Industrial S.A. e membro do Conselho Diretor do IBEF-PR. Nenhuma das sociedades acima, exceto pela própria Companhia, pela Fibria Celulose S.A. e pela Votorantim Industrial S.A., faz parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. José Écio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Edward Ruiz	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas e contador	10/05/2013	10/05/2018
052.399.217-33			63	10/05/2013	
Membro do Conselho de Administração Independente (Suplente)					
José Écio Pereira da Costa Júnior	Comitê de Auditoria	Outros	Administrador de Empresas e Contador	10/05/2013	10/05/2018
359.920.858-15			61	10/05/2013	
Membro do Conselho de Administração Independente (Suplente)					
Maria Leticia de Freitas Costa	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheira	10/05/2013	10/05/2018
050.932.788-58			53	10/05/2013	
Membro do Conselho de Administração Independente (Suplente)					
Fabio Ermirio de Moraes	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	20/05/2013	Até 1ª RCA após AGO de 2014
083.358.948-25			51	20/05/2013	
Membro do Conselho de Administração (Efetivo)					
João Carvalho de Miranda	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	20/05/2013	Até 1ª RCA após AGO de 2014
772.120.887-49			50	20/05/2013	
Vice-Presidente do Conselho de Administração					
José Ermirio de Moraes Neto	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	20/05/2013	Até 1ª RCA após AGO de 2014
817.568.288-49			60	20/05/2013	
Membro do Conselho de Administração (Efetivo)					
Mário Antonio Bertoncini	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	20/05/2013	Até 1ª RCA após AGO de 2014
085.771.768-51			45	20/05/2013	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradoras a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>					
Fabio Ermirio de Moraes	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	083.358.948-25	Votorantim Cimentos S.A.	01.637.895/0001-32	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>					
Cláudio Ermirio de Moraes	Membro do Conselho de Administração (suplente)	116.005.728-12	Votorantim Cimentos S.A.	01.637.895/0001-32	
<u>Observação</u>					

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>					
José Ermirio de Moraes Neto	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	817.568.288-49	Votorantim Cimentos S.A.	01.637.895/0001-32	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>					
José Roberto Ermirio de Moraes	Membro do Conselho de Administração (suplente)	029.080.178-81	Votorantim Cimentos S.A.	01.637.895/0001-32	
<u>Observação</u>					

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2012			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Ermirio de Moraes Neto	8.17.568.288-49	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JEMF Participações S.A.	05.062.394/0001-26		
Sócio			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Roberto Ermirio de Moraes	029.080.178-81	Controle	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JEMF Participações S.A.	05.062.394/0001-26		
Sócio			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Raul Calfat	635.261.408-63	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Industrial S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Carvalho de Miranda Vice-Presidente do Conselho de Administração	772.120.887-49	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Votorantim Industrial S.A. Diretor	03.407.049/0001-51		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
José Écio Pereira da Costa Júnior Membro independente suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	359.920.858-15	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Votorantim Industrial S.A. Membro do Comitê de Auditoria	03.407.049/0001-51		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Maria Leticia de Freitas Costa Membro independente suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	050.932.788-58	Prestação de serviço	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Votorantim Industrial S.A. Membro do Comitê de Auditoria	03.407.049/0001-51		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
José Ermirio de Moraes Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	817.568.288-49	Prestação de serviço	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Hejoassu Administração S.A. Diretor e Conselheiro	61.194.148/0001-07		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Clóvis Ermírio de Moraes Neto Scripilliti Membro suplente do Conselho de Administração	023.290.828-19	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Hejoassu Administração S.A. Conselheiro	61.194.148/0001-07		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Fabio Ermírio de Moraes Membro efetivo do Conselho de Administração	083.358.948-25	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Hejoassu Administração S.A. Conselheiro	61.194.148/0001-07		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
José Roberto Ermírio de Moraes Membro suplente do Conselho de Administração	029.080.178-81	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Hejoassu Administração S.A. Conselheiro	61.194.148/0001-07		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Ermirio de Moraes	083.358.948-25	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Roberto Ermirio de Moraes	029.080.178-81	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cláudio Ermirio de Moraes	116.005.728-12	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Clóvis Ermirio de Moraes Neto Scipilliti	023.290.828-19	Prestação de serviço	Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Ermirio de Moraes Neto	8.17.568.289-49	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Diretor e Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Raul Calfat	635.261.408-63	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Borges de Andrade Filho	587.714.256-91	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Industrial S.A.	03.407.049/0001-51		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2011			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Ermirio de Moraes Neto	817.568.288-49	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JEMF Participações S.A.	05.062.394/0001-26		
Sócio			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Roberto Ermirio de Moraes	029.080.178-81	Controle	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JEMF Participações S.A.	05.062.394/0001-26		
Sócio			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Raul Calfat	635.261.408-63	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Industrial S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Carvalho de Miranda	772.120.887-49	Prestação de serviço	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Industrial S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Ermirio de Moraes Neto	817.568.288-49	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Hejoassu Administração S.A.	61.194.148/0001-07		
Diretor e Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Clóvis Ermirio de Moraes Neto Scipilliti	023.290.828-19	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Hejoassu Administração S.A.	61.194.148/0001-07		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Fabio Ermirio de Moraes	083.358.948-25	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Hejpassu Administração S.A.	61.194.148/0001-07		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
José Roberto Ermirio de Moraes	029.080.178-81	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Hejpassu Administração S.A.	61.194.148/0001-07		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Fabio Ermirio de Moraes	083.358.948-25	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
José Roberto Ermirio de Moraes	029.080.178-81	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cláudio Ermirio de Moraes	116.005.728-12	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Clóvis Ermirio de Moraes Neto Scipilliti	023.290.828-19	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Ermirio de Moraes Neto	8.17.568.288-49	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Diretor e Conselheiro			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Raul Calfat	635.261.408-63	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2010			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Ermirio de Moraes Neto	817.568.288-49	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JEMF Participações S.A.	05.062.394/0001-26		
Sócio			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Roberto Ermirio de Moraes	029.080.178-81	Controle	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
JEMF Participações S.A.	05.062.394/0001-26		
Sócio			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Raul Calfat	635.261.408-63	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Industrial S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Carvalho de Miranda	772.120.887-49	Prestação de serviço	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Industrial S.A.	03.407.049/0001-51		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Ermirio de Moraes Neto	8.17.568.288-49	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Hejoassu Administração S.A.	61.194.148/0001-07		
Diretor e Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Clóvis Ermirio de Moraes Neto Scipilliti	023.290.828-19	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Hejassu Administração S.A.	61.194.148/0001-07		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Ermirio de Moraes	083.358.948-25	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Hejassu Administração S.A.	61.194.148/0001-07		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Roberto Ermirio de Moraes	029.080.178-81	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Hejassu Administração S.A.	61.194.148/0001-07		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabio Ermirio de Moraes	083.358.948-25	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
José Roberto Ermirio de Moraes	029.080.178-81	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Cláudio Ermirio de Moraes	116.005.728-12	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Clóvis Ermirio de Moraes Neto Scipilliti	023.290.828-19	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
José Ermirio de Moraes Neto	817.568.288-49	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Diretor e Conselheiro			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Raul Calfat	635.261.408-63	Prestação de serviço	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Votorantim Participações S.A.	61.082.582/0001-97		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil no âmbito da apólice da Votorantim Industrial S.A., contratado no dia 29 de maio de 2012 e com vigência a partir de 4 de maio de 2012 até 4 de maio de 2013, em benefício de seus administradores (apólice de seguro D&O). Tal seguro se destina a garantir os custos de defesa legal e as indenizações decorrentes de processos judiciais e administrativos, aos quais estejam atreladas reclamações de terceiros, relacionadas às atividades dos administradores da Companhia.

Dentre as coberturas estipuladas em tal apólice, destacam-se aquelas que abrangem danos materiais, danos morais, despesas processuais, custo de fiança e caução judicial, bloqueio e indisponibilidade de bens, danos à reputação, poluição, práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade tributária, reclamação apresentada por entidades externas, multas e penalidades, erros e omissões, inabilitação para o exercício do cargo de diretor, aposentadoria, entre outras. Referida apólice de seguro apresenta especificações, limites e franquias praticadas usualmente no mercado.

O limite máximo de garantia da apólice vigente é de R\$100.000.000,00, mediante um pagamento de um prêmio líquido no valor de R\$250.000,00, sendo que a participação da Companhia em referido prêmio é de R\$121.345,24.

Está sendo negociada uma nova apólice de seguro D&O que atenda as necessidades de uma companhia de capital aberto, cobrindo, inclusive, reclamação de mercado de capitais contra a Companhia, decorrentes de atos danosos praticados por um segurado individualmente ou pela Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

Foram dispensadas de convocação as assembleias gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, sendo que elas foram instaladas com acionistas representando a totalidade do capital social.

Em 2010, uma ação criminal foi distribuída na justiça federal da cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, em face dos administradores da Votorantim Participações S.A. (“VPAR”), sucessora da S.A. Indústrias Votorantim (“SAIV”), incluindo o Sr. Raul Calfat, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e o Sr. José Ermirio de Moraes Neto, membro do Conselho de Administração da Companhia, pela suposta violação de leis ambientais relacionadas à lavra de argila nos arredores da cidade de Sorocaba. A ação criminal está relacionada a uma ordem emitida pelo DNPM, em 29 de junho de 2006, contra a SAIV, determinando a interrupção da exploração das minas na região em razão da suposta ausência de licença requerida. Os Srs. Calfat e Ermirio de Moraes Neto apresentaram suas defesas e uma decisão final está pendente. A Companhia não espera que a referida ação impacte na atuação de tais membros do seu Conselho de Administração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração praticada pela Companhia para seus administradores tem como objetivos:

- Atrair, reter e motivar os administradores para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia;
- Alinhar os interesses dos administradores à criação de valor de forma sustentável para a Companhia;
- Reforçar a cultura da Companhia expressada por seus valores e crenças;
- Fornecer a seus administradores níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelos mercados selecionados; e
- Prover um adequado equilíbrio entre as remunerações fixa e variável, de curto e longo prazo, considerando os objetivos estratégicos.

Na aplicação dessa política, a Companhia utiliza pesquisas de mercado desenvolvidas por empresas independentes.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração está baseada somente em remuneração fixa mensal. Após a definição das verbas globais pela assembleia geral, a política de remuneração individual e o valor atribuído a cada membro do Conselho de Administração são definidos e aprovados em reunião do referido órgão. Membros efetivos do Conselho de Administração não receberão remuneração adicional por participarem de quaisquer Comitês, sejam ou não Comitês estatutários.

Os membros suplentes do Conselho de Administração não perceberão remuneração, exceto nos períodos durante os quais atuarem em substituição a um membro efetivo. Não obstante, ao contrário dos membros titulares, membros suplentes do Conselho de Administração poderão receber remuneração por sua participação nos Comitês, sejam ou não Comitês estatutários.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e não-Estatutária da Companhia é composta por: (i) remuneração fixa; e (ii) remuneração variável de curto e de longo prazo e um programa de investimento, conforme abaixo:

- Remuneração fixa: com base nas responsabilidades do cargo, conforme avaliação de cargo efetuada por empresa independente, define-se a faixa salarial a ser utilizada na fixação dos salários-base dos diretores. É estabelecido como ponto médio dessa faixa a mediana do mercado selecionado. O posicionamento do salário de cada diretor é função de sua experiência profissional, da competência colocada à disposição da Companhia e de seu desempenho.
- Remuneração variável de curto prazo: tem como objetivo estimular o comportamento voltado para resultados, focar as ações das equipes para as questões prioritárias da empresa e recompensar os executivos pelos resultados alcançados. Metas são fixadas no início de cada exercício e o pagamento ocorre no início do ano seguinte, com base no nível de alcance obtido.
- Remuneração variável de longo prazo: tem como objetivo alinhar os interesses dos Diretores à criação de valor de forma sustentável para a Companhia e atrair e reter os talentos da organização. A cada ano, um novo plano trienal é estabelecido. Ocorrerá o pagamento de acordo com os objetivos alcançados.
- Programa de investimento: tem o objetivo de propiciar a oportunidade ao Diretor de participar da criação de valor da empresa, estimular o comportamento voltado para resultados sustentáveis e contribuir para a atuação e retenção de talentos. Através desse programa, o Diretor tem a opção de: (i) receber a totalidade da sua remuneração variável de curto prazo a que fizer jus, ou (ii) optar por aderir a esse programa, renunciando a 50% do valor que lhe é devido a esse título e postergar o recebimento desse montante por dois anos, de forma similar a um investimento na própria Companhia. Findo esse período, a Companhia fará uma contribuição em valor igual àquele montante "investido" e atualizado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Em adição à remuneração, todos os Diretores, tanto Estatutários quanto não-Estatutários, recebem determinados benefícios, que objetivam complementar os benefícios da previdência social e conferir maior segurança, conforto e preservação da saúde dos Diretores Estatutários e não-Estatutários, permitindo-lhes manter o foco no desempenho de suas respectivas funções.

Os benefícios concedidos são: assistência média (com co-participação), assistência odontológica, *check-up* anual, seguro de vida em grupo (com co-participação), auxílio transporte, previdência privada, FGTS, férias e outros benefícios previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Os benefícios visam garantir a competitividade das práticas de remuneração, a fim de atrair e reter quadros de qualidade em posições de liderança da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não-permanente. Quando instalado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é estipulada pelos acionistas, reunidos em assembleia geral, e dentro dos parâmetros legalmente estipulados.

Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Finanças

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Finanças será baseada somente em remuneração fixa mensal para o exercício 2013.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções estimadas/aproximadas para a remuneração da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram:

	Salário ou Pró-labore	Benefícios	Remuneração Variável	Total
Diretoria Estatutária	67%	6%	27%	100%
Diretoria não Estatutária	76%	8%	16%	100%

Cabe ressaltar que os percentuais acima tiveram como base os valores efetivamente pagos no ano 2012, podendo variar a cada ano. O Conselho de Administração da Companhia ainda não havia sido criado em 2012, assim como o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Finanças não haviam sido instalados.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é calculada e ajustada considerando os seguintes parâmetros:

- Dados de mercado para cargos de responsabilidades similares obtidos por intermédio de pesquisas salariais e considerando a estratégia de posicionamento da Companhia para remuneração fixa (mediana);
- Valor do cargo internamente, ou seja, perante cargos de outras áreas (equidade interna);
- Desempenho individual conforme sistema de avaliação adotado pela Companhia;
- Experiência e maturidade do executivo na função ocupada;
- Outros fatores eventuais, como executivos de alto potencial para sucessão, riscos de retenção, habilidades e competências específicas escassas no mercado; e
- Os dados de mercado foram obtidos através de pesquisas salariais por empresa especializada em remuneração, contratada pela Companhia, para comparação junto a um grupo de empresas relevantes e comparáveis em relação ao porte, setor e origem de capital.

Benefícios

Os benefícios são determinados e ajustados com base na prática de mercado e conforme o posicionamento desejado pela Companhia (mediana).

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Remuneração Variável

A Remuneração Variável da Diretoria Estatutária é baseada nos conceitos de remuneração variável de curto e longo prazo e em um programa de investimento, conforme detalhados no item 13.1(b) acima. No caso da remuneração variável de curto prazo, há metas que são fixadas no início de cada exercício e o pagamento ocorre no início do exercício seguinte, com base no nível de alcance obtido. No caso da remuneração variável de longo prazo, a cada ano, um novo plano trienal é estabelecido, e o pagamento é feito de acordo com os objetivos alcançados. No caso do Programa de Investimento, o Diretor tem a opção de (i) receber a totalidade da sua remuneração variável de curto prazo a que tiver direito ou (ii) optar por aderir a esse programa, renunciando a 50% do valor que lhe é devido a esse título e investi-lo por dois anos na empresa. Findo esse período, o valor investido atualizado receberá uma contrapartida da empresa em igual montante.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração

No que tange à remuneração dos membros do Conselho de Administração, os objetivos principais são atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e não-Estatutária, tanto nos elementos que a compõe quanto no peso de cada um, reflete:

- A competitividade com a prática de um mercado composto por empresas selecionadas, que permita atrair e reter os executivos com as qualificações requeridas;
- A possibilidade de se associar uma parcela significativa da remuneração total aos resultados da Companhia;
- A busca de um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a geração de resultados de curto, médio e longo prazos, dentro de níveis de riscos adequados; e
- A possibilidade de se balancear a remuneração variável de curto e longo prazos, visando à geração de resultados anuais sustentáveis.

Conselho Fiscal

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não havia sido instalado.

Comitê de Auditoria Estatutário

No que tange à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, os objetivos principais são atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções.

Comitê de Finanças

No que tange à remuneração dos membros do Comitê de Finanças, o principal objetivo é atrair Conselheiros com perfil de competência adequado para contribuir ao Comitê de Finanças e reconhecer a maior dedicação de tempo para a Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. O racional para este modelo é: (i) os membros do Conselho de Administração necessitam de total independência para analisar as propostas da Diretoria. Evitam-se, assim, sistemas de remuneração que possam gerar situações de conflito de interesses; e (ii) os membros do

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho de Administração são profissionais de vasta experiência e reputação reconhecida no mercado, com histórico de sucesso profissional.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração fixa é ajustada anualmente com base em pesquisa de mercado, nos resultados da Companhia e no desempenho individual, este último referenciado em metas específicas.

A remuneração variável depende de indicadores financeiros e estratégicos, definidos conforme o plano de negócios da Companhia.

Conselho Fiscal

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não havia sido instalado.

Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Finanças

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Finanças serão elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis apenas à remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração fixa é ajustada anualmente com base em pesquisa de mercado, nos resultados da Companhia e no desempenho individual, este com base em metas específicas. Conforme detalhado no item 13.1.b, a remuneração variável da Diretoria é baseada em remuneração variável de curto e de longo prazo e em um programa de investimento.

Conselho Fiscal

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não havia sido instalado.

Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Finanças

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Finanças serão elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração se alinha aos interesses da Companhia na medida em que a remuneração variável descrita anteriormente neste Formulário de Referência está vinculada ao desempenho e aos objetivos estratégicos da Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, uma vez que não houve remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não foi estabelecida qualquer regra associada a eventos societários.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	6,00	0,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.520.000,00	6.235.744,00	0,00	8.755.744,00
Benefícios direto e indireto	0,00	532.596,00	0,00	532.596,00
Participações em comitês	468.000,00	0,00	0,00	468.000,00
Outros	504.000,00	1.746.008,00	0,00	2.250.008,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.964.588,00	0,00	6.964.588,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.218.218,00	0,00	2.218.218,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Incentivo de Longo Prazo		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.		
Total da remuneração	3.492.000,00	17.697.154,00	0,00	21.189.154,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0,00	5,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	5.061.823,00	0,00	5.061.823,00
Benefícios direto e indireto	0,00	461.539,00	0,00	461.539,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.417.544,00	0,00	1.417.544,00

Descrição de outras remunerações fixas		INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.126.606,00	0,00	1.126.606,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	870.000,00	0,00	870.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Gratificação		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.		
Total da remuneração	0,00	8.937.512,00	0,00	8.937.512,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0,00	5,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.659.929,00	0,00	4.659.929,00
Benefícios direto e indireto	0,00	434.918,00	0,00	434.918,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.305.011,00	0,00	1.305.011,00
Descrição de outras remunerações fixas		INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.088.514,00	0,00	2.088.514,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	996.401,00	0,00	996.401,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Incentivo de longo prazo		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.		
Total da remuneração	0,00	9.484.773,00	0,00	9.484.773,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0,00	5,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.266.667,00	0,00	4.266.667,00
Benefícios direto e indireto	0,00	413.737,00	0,00	413.737,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.194.942,00	0,00	1.194.942,00
Descrição de outras remunerações fixas		INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.825.628,00	0,00	3.825.628,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.098.600,00	0,00	3.098.600,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Gratificação e incentivo de longo prazo.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2012.		
Total da remuneração	0,00	12.799.574,00	0,00	12.799.574,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração prevista para o exercício social corrente – 2013

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0	6	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	1.037.225	–	1.037.225
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	13.774.209	–	13.774.209
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade) ⁽¹⁾	–	9.182.806	–	9.182.806
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	–	–	–	–

⁽¹⁾ O valor informado neste item considera os montantes das linhas "bônus" e "outros" (incentivo de longo prazo) do item 13.2.

Remuneração do exercício social encerrado – 2012

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0	5	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	930.068	–	930.068
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	11.801.694	–	11.801.694
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	–	7.867.796	–	7.867.796
Valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade) ⁽¹⁾	–	1.996.606	–	1.996.606
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	–	–	–	–

⁽¹⁾ O valor informado neste item considera os montantes das linhas "bônus" e "outros" (gratificação) do item 13.2.

Remuneração do exercício social encerrado – 2011

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0	5	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	852.688	–	852.688
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	10.766.719	–	10.766.719
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	–	7.177.813	–	7.177.813
Valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade) ⁽¹⁾	–	3.084.915	–	3.084.915
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	–	–	–	–

⁽¹⁾ O valor informado neste item considera os montantes das linhas "bônus" e "outros" (incentivo de longo prazo) do item 13.2.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração do exercício social encerrado – 2010

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	0	5	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	644.000	–	644.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	7.728.750	–	7.728.750
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	–	5.152.500	–	5.152.500
Valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade) ⁽¹⁾ :	–	6.924.228	–	6.924.228
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	–	–	–	–
Valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):.....	–	–	–	–

⁽¹⁾ O valor informado neste item considera os montantes das linhas "bônus" e "outros" (gratificação e incentivo de longo prazo) do item 13.2.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais

Em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2013, foi aprovado o Plano de Outorga de Ações da Companhia ("Plano"). A administração do Plano competirá ao Conselho de Administração da Companhia, sendo-lhe facultado: (i) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração, interpretação, detalhamento e aplicação das normas gerais estabelecidas no Plano; (ii) determinar ou modificar, conforme o caso, os termos, prazos, quantidades e condições das opções outorgadas no âmbito do Plano; (iii) analisar casos excepcionais decorrentes ou relacionados ao Plano; (iv) selecionar os beneficiários, a seu exclusivo critério, nos termos do Plano; e (v) fixar eventuais penalidades pelo descumprimento de obrigações decorrentes ou relacionados ao Plano.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação e vigorará até que sejam integralmente exercidos os direitos decorrentes das opções com base nele outorgadas ou até que terminem os respectivos períodos de exercício das opções outorgadas.

b. principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo a outorga de opções de compra ou subscrição de ações ordinárias e/ou ações preferenciais e/ou certificados de depósito de ações (*units*) representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Ações") a executivos e empregados da Companhia, assim como aos executivos e empregados de outras sociedades que sejam suas controladas, direta ou indiretamente, de modo a estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses desses profissionais com o interesse social.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para o atingimento dos objetivos acima uma vez que a outorga de opções propiciará que os profissionais selecionados participem da criação de valor da empresa, estimulará o comportamento voltado para resultados sustentáveis e contribuirá para a atuação e retenção de talentos.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano se insere na política de remuneração da Companhia, uma vez que visa atrair, reter e motivar os executivos e empregados para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia, bem como tem por objetivo alinhar os interesses dos executivos e empregados à criação de valor de forma sustentável para a Companhia, bem como posicionar a remuneração dos executivos e empregados elegíveis no nível adequado em comparação com o mercado de trabalho no qual os mesmos estão inseridos.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano não tem reflexo na remuneração de curto prazo dos administradores da Companhia. Em relação ao médio e longo prazo, o Plano atua na compatibilização dos interesses dos beneficiários e da Companhia. É interesse da Companhia a valorização de suas Ações e, da mesma forma, é interesse dos beneficiários a valorização das Ações da Companhia, uma vez que passarão a ser acionistas da Companhia quando do exercício de opções. Desse modo, o interesse de ambos ficam alinhados, fazendo com que todos trabalhem juntos para o crescimento do valor da empresa no mercado acionário.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções a serem outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos sobre uma quantidade de Ações que não exceda o limite máximo de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia durante o Prazo de Outorga (conforme definido no item "j" abaixo), sendo necessário, ainda, que a quantidade total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas esteja dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Para fins do limite máximo de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia aqui previsto, computar-se-ão as novas Ações emitidas dentro do limite do capital autorizado, bem como as Ações mantidas em tesouraria vendidas aos Beneficiários.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não há restrições, desde que respeitado o limite previsto no item 13.4 (f) acima.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

h. condições de aquisição de ações

Caberá ao Conselho de Administração fixar as condições para o exercício das opções, podendo fixar as metas a serem atingidas pelos beneficiários para que tenham direito ao exercício das opções que lhe foram conferidas, as quais poderão ser de caráter produtivo, operacional, temporal, econômico ou referente à participação da Companhia no mercado.

A outorga das opções far-se-á mediante celebração de contrato de opção de compra ou subscrição de Ações ("Contrato"), cujos termos e condições serão definidos pelo Conselho de Administração, dentre os quais se destacam: (a) a quantidade de Ações objeto da outorga da opção; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o termo final para exercício da opção; (d) os critérios de definição do preço de exercício e as condições de pagamento; e (e) a eventual fixação de prazos mínimos de carência para o exercício das opções pelos beneficiários.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Caberá ao Conselho de Administração fixar o preço de exercício das opções.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

A outorga de opções aos beneficiários deverá ser realizada no curso do prazo de até 10 (dez) anos, contados a partir do transcurso de 180 (cento e oitenta) dias da data de encerramento da oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações (*units*) representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais da Companhia ("Prazo de Outorga"), cabendo ao Conselho de Administração definir a época e a periodicidade das outorgas.

k. forma de liquidação

Caberá ao Conselho de Administração fixar a forma de pagamento decorrente do exercício das opções.

l. restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração da Companhia determinará, a seu exclusivo critério, os termos e condições a serem observados pelos beneficiários quando da alienação das Ações objeto das opções eventualmente exercidas nos termos do Plano e do Contrato.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de dissolução da Companhia, o Plano e as opções com base nele concedidas serão automaticamente extintos.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caberá ao Conselho de Administração definir, quando da fixação das regras aplicáveis às opções, os efeitos decorrentes do desligamento do beneficiário da Companhia.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Não aplicável, uma vez que não existem ações ou quotas, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, por membros da Diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2012. Até 2012, a Companhia não possuía Conselho de Administração ou Conselho Fiscal.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Item não aplicável, tendo em vista que, embora a Companhia tenha aprovado o Plano de Outorga de Opções em 20 de maio de 2013 autorizando a outorga de opções em até 2% (dois por cento) de seu capital social, até o presente momento não foi realizada outorga de opções.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, não foram outorgadas opções de compra de ações da Companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nos últimos três exercícios sociais, não foram outorgadas opções de compra de ações da Companhia.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Nos últimos três exercícios sociais, não foram outorgadas opções de compra de ações da Companhia, de forma que não existem informações adicionais sobre as informações prestadas nos itens 13.6 a 13.8 a serem descritas neste item.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros	—	5
Nome do plano.....	—	Votorantim Prev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	—	4
Condições para se aposentar antecipadamente.....	—	Não aplicável, todos são elegíveis à aposentadoria normal.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	—	R\$5.248.850,84
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	—	R\$284.924,34
Possibilidade de resgate antecipado e condições	—	O Participante que tiver o Término do Vínculo Empregatício e se desligar deste Plano terá direito a receber o resgate de contribuições, mediante termo de opção, desde que não esteja recebendo Benefício pelo Plano. O participante receberá o valor de 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Participante, e percentagem de cálculo aplicável ao saldo da Conta de Patrocinadora, conforme a seguir:

Tabela de Resgate de Contribuições

até 1 ano, 11 meses e 29 dias	15%
2 anos	18%
3 anos	22%
4 anos	25%
5 anos	28%
6 anos	31%
7 anos	35%
8 anos	38%
9 anos	41%
10 anos	44%
11 anos	48%
12 anos	51%
13 anos	54%
14 anos	57%
15 anos	61%
16 anos	64%
17 anos	67%
18 anos	70%
19 anos	74%
20 anos	77%
a partir de 21 anos	80%

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não divulgado em razão de medida liminar concedida nos autos da ação ordinária nº 2010.51.01.002888-5, pelo MM Juízo da 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro ao IBEF/RJ, do qual a Companhia é associada. A liminar em questão segue em vigor por força de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça na MC 17350–RJ.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, pois nos últimos três exercícios sociais não houve remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros da diretoria estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos. Até 2012, a Companhia não possuía Conselho de Administração ou Conselho Fiscal.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, visto que nenhum membro da Diretoria estatutária recebeu qualquer remuneração resultante em razões diferentes da função ocupada. Até 2012, a Companhia não possuía Conselho de Administração ou Conselho Fiscal.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, pois não houve, nos últimos três exercícios sociais, valores reconhecidos nos resultados de controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros da Diretoria estatutária. Até 2012, a Companhia não possuía Conselho de Administração ou Conselho Fiscal.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 13 do Formulário de Referência.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Os dados abaixo referem-se aos empregados da Companhia e suas principais controladas.

	No período de três meses encerrado em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011	2010
Brasil:				
Administração	418	259	345	324
Pessoal administrativo	1.655	1.815	1.374	1.198
Pessoal operacional	7.050	7.191	6.442	6.295
	9.123	9.265	8.161	7.817
América do Norte:				
Administração	114	13	11	10
Pessoal administrativo	714	499	445	458
Pessoal operacional	2.194	2.616	2.781	3.258
	3.022	3.128	3.237	3.726
América do Sul (exceto o Brasil)⁽¹⁾:				
Administração	51	3	3	3
Pessoal administrativo	114	26	21	22
Pessoal operacional	143	23	22	19
	308	52	46	44
Europa, Ásia e África:				
Administração	16	17	-	-
Pessoal administrativo	218	218	-	-
Pessoal operacional	3.010	2.986	-	-
	3.244	3.221	-	-
Total	15.697	15.666	11.444	11.587

⁽¹⁾ A informação apresentada referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2013 considera 255 empregados da Cimentos Artigas S.A. (Uruguai).

b) número de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Os dados abaixo referem-se aos empregados da Companhia e suas principais controladas.

	No período de três meses encerrado em 31 de março de 2013	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010
Número de terceirizados				
Por grupos				
Administração	-	-	-	-
Pessoal administrativo	610	610	577	553
Pessoal operacional	4.752	4.752	4.578	4.419
Por localização geográfica				
Brasil	5.316	5.316	5.126	4.943
América do Norte	-	-	-	-
América do Sul (exceto o Brasil)	46	46	29	29
Europa, Ásia e África	-	-	-	-
Total de terceirizados	5.362	5.362	5.155	4.972

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia em 31 de março de 2013 foi de 18%, no ano de 2012 foi de 22%, no ano de 2011 foi de 24% e no ano de 2010 foi de 25%.

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

As informações requeridas neste item foram prestadas nos itens 4.3 a 4.7.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O número de empregados aumentou de 2011 para 2012 em razão da conclusão da permuta de ativos da Cimpor em 2012, por meio da qual a Companhia passou a ser composta por 3.221 empregados na Europa, Ásia e África.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da Companhia foi construída dentro do conceito de remuneração total, composta por salário base, remuneração variável e pacote de benefícios.

A remuneração fixa é baseada em avaliação de cargos e definição de estrutura salarial conforme metodologia Hay System, com definição de Grupo Salarial (GS) e faixa salarial de cada cargo. A estratégia da Companhia é de remuneração fixa seguir a mediana do mercado, enquanto a remuneração total deve estar baseada no terceiro quartil do mercado.

Através da remuneração variável, a Companhia estabelece metas que permeiam todos os níveis da organização. Com isso os resultados e remuneração variável dos funcionários são proporcionais àqueles atingidos pela Companhia. Existe ainda a remuneração variável diferida, que é um incentivo de longo prazo oferecido ao alto nível de gestão da empresa e segue os mesmos critérios de metas da remuneração variável, com pagamento após três anos da medição.

b) política de benefícios

Além dos benefícios exigidos por lei (assistência em caso de doença ou acidente, exame médico periódico, exames laboratoriais, licença maternidade e paternidade, remuneração variável e transporte), todos os empregados da Companhia possuem seguro médico, odontológico e de vida, além de planos de previdência privada. A Companhia também procura proporcionar benefícios customizados aos seus empregados, por linha de negócios e/ou região.

A Companhia investe regularmente em programas que buscam o progresso do empregado, atendendo a necessidades comerciais específicas ao mesmo tempo em que aperfeiçoa as qualificações da equipe de forma contínua, com o objetivo de manter e elevar sua competitividade e *know-how* à medida que cresce. Os programas de treinamento criados e desenvolvidos pela Companhia incluem “Treinamento Operacional Técnico (TOO)”, “Rotas para o Desenvolvimento”, “Fábrica de Conhecimento”, “Jovens Técnicos” e “*Fast Track*”. Além disso, a Votorantim possui um Programa de *Trainee* e uma Academia de Excelência, um programa criado pela Votorantim Industrial para líderes dentro da Votorantim.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não há plano de remuneração baseado em ações da Companhia a empregados não-administradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A maior parte dos empregados da Companhia no Brasil é representada por sindicatos. Devido à diversidade das atividades desenvolvidas pela Companhia, e a sua presença em diferentes regiões do Brasil, os empregados são filiados a vários sindicatos diferentes.

A Companhia negocia acordos coletivos de trabalho com os vários sindicatos aos quais seus empregados são filiados. A Companhia considera que a relação que mantém com seus empregados e os respectivos sindicatos é boa.

Em 2011, houve um movimento sindical bastante intenso com ameaça de paralisação na unidade de Rio Branco, no período das negociações data base de 2011/2012. Entretanto, a greve não se concretizou e foi fechado um Acordo Coletivo de Trabalho.

Em 2012, ocorreram paralisações sindicais com duração de 1 a 6 dias em algumas centrais concreto localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, em função principalmente de negociação de acordos coletivos de trabalho com o Sindicato dos Motoristas.

Abaixo, segue uma lista dos principais sindicatos que a Companhia mantém relação:

Sindicato	Unidades
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cimento Cal Gesso De Nobres e Rosário Oeste MT	Limeira
	Cajamar
	Barueri
	Itapeva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Olaria Cimento e seus Produtos	CA Recife
	Poty Paulista
Sindicato Dos Trabalhadores na Indústria de Cimento Cal e Gesso	Cearense/Sobral
	Nobres
	Sobradinho
	São Paulo (VC Berrini)
	Cuiabá
	Itajaí
	Rio Branco do Sul
	CA/CT – Curitiba
	Cimesa (estado de Sergipe)
Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário	Pecém
	Candiota – CGTEE
	Esteio
	P. Machado
	Barcarena
	Itaú de Minas
	Cubatão
	São Paulo (VC Berrini)
	Vidal Ramos
	Araçariguama
Rio Negro/Cantagalo	

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Sindicato	Unidades
Sindicato dos Trab. nas Ind. de Prospecção, Pesquisa, Extração e Beneficiamento de Minerais dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí – SINDIMA	Mineradora Ponta da Serra
Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Maranhão	São Luiz
Federação inter dos Trabalhadores nas Indústrias nos Estados de Rondônia e Acre	Porto Velho
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil – CRBA	Corumbá
Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. de Olaria de Cerâmica para Const. de Cimento, Cal, Gesso e Artefatos de Cerâmica e de Cimento Armado do Município do RJ	Santa Cruz
STI da Construção Civil, Mob., Mont., Ind., etc. de Rio claro.	Volta Redonda
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Brusque	Vidal Ramos
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Arujá e Região	Arujá
Federação dos Trabalhadores da Indústria Extrativa do Estado De São Paulo	Cajamar
Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores Nas Indústrias Extrativas, Mineração, Madeiras e Carvão Vegetal Em Geral De Mato Grosso Do Sul – MS	Campo Grande
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas do Estado de Mato Grosso	Cuiaba
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Mármore, Calcários, Pedreiras de São Paulo	Itapeperica da Serra
Federação dos Trabalhadores da Indústria Extrativa do Estado de São Paulo	Jaú
	Pederneiras
SINDIPEDRA – Sindicato da Indústria de Extração e Benef. de Pedras do Estado de PE	Petrolina
	Seropedica
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Extrmar., Cal e Pedr. do Estado de Pernambuco	Recife
STIEXTARUJA – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Arujá e Região	Santa Isabel
	Taubaté
Federação dos Trabalhadores na Indústria nos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal	Sobradinho II
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração do Carvão, da Flourita, de Mármore, Calcário e Pedreiras, de Areias e Barreiras, da Pirita e de Minérios não Metálicos de Urussanga e Região	Treze de Maio
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria	Viamão
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário e de Cerâmica Branca e Cerâmica Vermelha de Imbituba e Região	Imbituba

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração		Total ações %	
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. de ações (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)											
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %							
Votorantim Participações S.A.											
61.082.582/0001-97		Brasileira-SP	Não	Sim	0	0,000000%	1	0,000001%		1	0,000001%
Votorantim Industrial S.A.											
03.407.049/0001-51		Brasileira-SP	Não	Sim	100	100,000000%	5.437.499.999	99,999999%		5.437.499.999	99,999999%
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %							
TOTAL			0		0,000000%						
OUTROS											
			0		0,000000%		0	0,000000%		0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:											
			0		0,000000%		0	0,000000%		0	0,000000%
TOTAL											
	5.437.499.900		100,000000%		100	100,000000%	5.437.500.000	100,000000%		5.437.500.000	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Votorantim Industrial S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
03.407.049/0001-51						
OUTROS						
1	0,000001	0	0,000000	1		0,000001
TOTAL						
17.512.160.870	100,000000	0	0,000000	17.512.160.870		100,000000
Votorantim Participações S.A.						
61.082.582/0001-97	Brasileira-SP	Não	Sim	17/12/2010		
17.512.160.869	99,999999	0	0,000000	17.512.160.869		99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Votorantim Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
61.082.582/0001-97						
Hejoassu Administração S.A.						
61.194.148/0001-07						
Brasileira-SP						
Não						
Sim						
30/04/2010						
99.9999999						
0						
0,000000						
5.380.879.050						
0,000000						
5.380.879.050						
99,9999999						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
	8	0,000001		0		0,000001
		0,000000		8		
		0,000000		0,000000		
TOTAL						
	5.380.879.058	100,000000		0		0,000000
				5.380.879.058		100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Votorantim Participações S.A.						
				61.082.582/0001-97	Composição capital social	
Hejoassu Administração S.A.						
61.194.148/0001-07	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2010		
5.380.879.050	99,9999999	0	0,000000	5.380.879.050	99,9999999	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS	8	0,000001	0	0,000000	8	0,000001
TOTAL	5.380.879.058	100,000000	0	0,000000	5.380.879.058	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Hejoassu Administração S.A.						
61.194.148/0001-07						
<hr/>						
OUTROS	100,000000	0	0,000000	1.600.000	100,000000	
TOTAL	100,000000	0	0,000000	1.600.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UJ	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Hejoassu Administração S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
61.194.148/0001-07						
AEM Participações S.A.						
05.062.403/0001-89	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000	
Classe ação						
TOTAL						
0	0,000000					
ERMAN Participações S.A.						
05.062.376/0001-44	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000	
Classe ação						
TOTAL						
0	0,000000					
JEMF Participações S.A.						
05.062.394/0001-26	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000	
Classe ação						
TOTAL						
0	0,000000					
MRC Participações S.A.						
05.062.355/0001-29	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000	
Classe ação						
TOTAL						
0	0,000000					

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Hejoassu Administração S.A.						
						Composição capital social
						CPF/CNPJ acionista
						61.194.148/0001-07
OUTROS	0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	1.600.000	100,000000	0	0,000000	1.600.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
AEM Participações S.A.						
05.062.403/0001-89						
Antônio Ermirio de Moraes 004.806.578-15 Brasileiro-SP Não Sim 684.729.100 100,000000 0 0,000000 684.729.100 99,999997						
Classe ação						
TOTAL 0 0,000000						
ERMAN Participações S.A. 05.062.376/0001-44 Brasileira-SP Não Sim 0 0,000000 300 33,330000 300 0,000001						
Classe ação						
TOTAL 0 0,000000						
JEMF Participações S.A. 05.062.394/0001-26 Brasileira-SP Não Sim 0 0,000000 300 33,330000 300 0,000001						
Classe ação						
TOTAL 0 0,000000						
MRC Participações S.A. 05.062.355/0001-29 Brasileira-SP Não Sim 0 0,000000 300 33,340000 300 0,000001						
Classe ação						
TOTAL 0 0,000000						

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
05.062.403/0001-89						
AEM Participações S.A.						
OUTROS	0	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	684.729.100	900	100,000000	684.730.000	100,000000	
						Composição capital social

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPFI/CNPJ acionista						
05.062.376/0001-44						
ERMAN Participações S.A.						
AEM Participações S.A.						
05.062.403/0001-89	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001	
Classe ação						
TOTAL						
0		0,000000			0,000000	
Ermirio Pereira de Moraes						
499.217.118-49	Brasileiro-SP	Não	Sim			
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997	
Classe ação						
TOTAL						
0		0,000000			0,000000	
JEMF Participações S.A.						
05.062.394/0001-26	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001	
Classe ação						
TOTAL						
0		0,000000			0,000000	
MRC Participações S.A.						
05.062.355/0001-29	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001	
Classe ação						
TOTAL						
0		0,000000			0,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ERMAN Participações S.A.						
05.062.376/0001-44						

OUTROS	0	0	0,000000	0	0,000000	0,000000

TOTAL	684.729.100	900	100,000000	684.730.000	100,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
JEMF Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista 05.062.394/0001-26						
AEM Participações S.A.						
05.062.403/0001-89	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
ERMAN Participações S.A.						
05.062.376/0001-44	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
José Ermirio de Moraes Neto						
817.568.288-49	Brasileiro-SP	Não	Sim			
228.243.033	33,330000	0	0,000000	228.243.033	33,333332	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
José Roberto Ermirio de Moraes						
029.080.178-81	Brasileiro-SP	Não	Sim			
228.243.033	33,330000	0	0,000000	228.243.033	33,333332	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
JEMF Participações S.A.						
05.062.394/0001-26						
MRC Participações S.A.						
05.062.355/0001-29	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2009		
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Neide Helena de Moraes						
041.978.048-30	Brasileira-SP	Não	Sim			
228.243.034	33,340000	0	0,000000	228.243.034	33,333333	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %		Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
MRC Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
05.062.355/0001-29						
AEM Participações S.A.						
05.062.403/0001-89	Brasileira-SP	Não		Sim	31/12/2009	
0	0,000000	300		33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
ERMAN						
05.062.376/0001-44	Brasileira-SP	Não		Sim	31/12/2009	
0	0,000000	300		33,340000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
JEMF Participações S.A.						
05.062.394/0001-26	Brasileira-SP	Não		Sim	31/12/2009	
0	0,000000	300		33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Maria Elena de Moraes Scripiliti						
174.502.828-52	Brasileira-SP	Não		Sim		
684.729.100	100,000000	0		0,000000	684.729.100	99,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
05.062.355/0001-29						
MRC Participações S.A.						
OUTROS	0	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	684.729.100	900	100,000000	684.730.000	100,000000	
					Composição capital social	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
05.062.403/0001-89						
AEM Participações S.A.						
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
AEM Participações S.A.						
05.062.403/0001-89						
CPF/CNPJ acionista						
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
05.062.403/0001-89						
AEM Participações S.A.						
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ERMAN						
CPF/CNPJ acionista						
05.062.376/0001-44						
<hr/>						
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
<hr/>						
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
<hr/>						

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ERMAN Participações S.A.						
				CPF/CNPJ acionista		
				05.062.376/0001-44		
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ERMAN Participações S.A.						
				05.062.376/0001-44	Composição capital social	
CPF/CNPJ acionista						
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
JEMF Participações S.A.						
		CPF/CNPJ acionista		05.062.394/0001-26		
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
JEMF Participações S.A.						
		CPF/CNPJ acionista		05.062.394/0001-26		
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
JEMF Participações S.A.						
CPF/CNPJ acionista						
05.062.394/0001-26						
<hr/>						
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
<hr/>						

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
05.062.355/0001-29						
MRC Participações S.A.						
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
MRC Participações S.A.						
05.062.355/0001-29						
CPFI/CNPJ acionista						
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
05.062.355/0001-29						
MRC Participações S.A.						
OUTROS	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000
TOTAL	684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	05/06/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Para informações adicionais sobre os acionistas da Companhia, recomenda-se consultar o item 15.1/2 deste Formulário de Referência.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordo de acionistas regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia realiza certas operações com seus acionistas e com sociedades que são detidas ou controladas, direta ou indiretamente, por ela no curso normal de seus negócios e com empresas coligadas detidas direta ou indiretamente pelos acionistas da Companhia. A Companhia realizará tais operações em condições de mercado e de acordo com os requerimentos legais aplicáveis.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com as normas e precedentes da CVM, qualquer dos acionistas da Companhia ou qualquer membro da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia envolvido em qualquer operação com a Companhia deverá se abster de votar na assembleia geral extraordinária ou na reunião de Diretoria ou do Conselho de Administração, conforme o caso, que delibere acerca de: (i) aprovação dos laudos de avaliação dos ativos utilizados para capitalizar a Companhia mediante aumento de capital; (ii) aprovação das contas como um membro da administração; e (iii) qualquer operação que possa beneficiar particularmente tal acionista ou membro da Diretoria ou do Conselho de Administração, ou na qual o interesse de tal indivíduo seja conflitante com o interesse da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações também proíbe membros do Conselho de Administração e Diretoria de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do Estatuto Social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia mantém certos contratos com outras sociedades controladas por seu acionista controlador no curso normal de seus negócios com o objetivo de dividir custos e despesas relacionados ao uso e à manutenção de certas funções administrativas compartilhadas. Tais operações atendem aos requerimentos legais relacionados a conflitos de interesse e são monitoradas de perto pela administração da Companhia. A Votorantim Industrial S.A. ("VID") presta, atualmente, certos serviços jurídico e de tesouraria para a Companhia. Embora a Companhia não possua um acordo formal com a VID para a prestação de tais serviços, ela espera celebrar um contrato no futuro por meio do qual a VID poderá cobrar um pagamento pela prestação de tais serviços.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Votorantim Cimentos N/NE S/A	01/01/2006	1.201.000.000,00	R\$1.201.000.000,00	R\$1.201.000.000,00	31/12/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada Direta							
A Votorantim Cimentos N/NE S/A compromete-se a entregar à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, o valor de R\$1.201.000.000,00.							
Não há							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
A Votorantim Cimentos N/NE S/A poderá considerar o presente contrato rescindido de pleno direito, independente de notificação, no caso de não restituição, total ou parcial, do valor ora mutuado.							
Natureza e razão para a operação							
Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.							
Votorantim Cimentos N/NE S/A	01/01/2007	100.000.000,00	R\$100.000.000,00	R\$100.000.000,00	31/12/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada Direta							
A Votorantim Cimentos N/NE S/A compromete-se a entregar à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, o valor de R\$100.000.000,00.							
Não há							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
A Votorantim Cimentos N/NE S/A poderá considerar o presente contrato rescindido de pleno direito, independente de notificação, no caso de não restituição, total ou parcial, do valor ora mutuado.							
Natureza e razão para a operação							
Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.							
Votorantim Cimentos N/NE S/A	01/01/2003	498.000.000,00	R\$392.656.000,00	R\$498.000.000,00	31/12/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controlada Direta							
A Votorantim Cimentos N/NE S/A compromete-se a entregar à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, o valor de R\$498.000.000,00.							
Não há							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
A Votorantim Cimentos N/NE S/A poderá considerar o presente contrato rescindido de pleno direito, independente de notificação, no caso de não restituição, total ou parcial, do valor ora mutuado.							
Natureza e razão para a operação							
Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.							
Companhia Brasileira de Alumínio	30/08/2010	500.000.000,00		R\$500.000.000,00	25/06/2015	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Coligada						
A Companhia Brasileira de Alumínio compromete-se a entregar à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de até R\$500.000.000,00. A taxa de juros aplicável é a SELIC.							
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.						
Votorantim GmbH	30/06/2009	255.437.500,00		R\$255.437.500,00	30/06/2011	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Coligada						
A Votorantim GmbH emprestou à Votorantim Cimentos S.A., um crédito no valor de até R\$255.437.500,00.							
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros: De 30/06/2009 à 31/12/2009 - 3% a.a De 01/01/2010 à 30/06/2010 - 3,5% a.a De 01/07/2010 à 31/12/2010 - 4% a.a De 01/01/2011 à 30/06/2011 - 4,5% a.a Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.						
Votorantim Industrial S.A.	30/04/2010	600.000.000,00		R\$600.000.000,00	30/04/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora direta						
A Votorantim Cimentos S.A. disponibiliza à Votorantim Industrial S.A., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de até R\$600.000.000,00. A taxa de juros aplicável é a SELIC.							
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.						
Votorantim Participações S.A.	01/03/2008	48.000.000,00	R\$33.390.000,00	R\$48.000.000,00	31/12/2015	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controladora indireta							
A Votorantim Participações S.A. disponibiliza à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de até R\$48.000.000,00. A taxa de juros aplicável é a SELIC.							
Não há							
Não há							
Natureza e razão para a operação							
Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.							
Votorantim Siderurgia S.A.							
21/05/2010 400.000.000,00 R\$270.000,00 R\$400.000.000,00 21/05/2015 SIM 0,000000							
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Coligada							
A Votorantim Cimentos S.A. disponibiliza à Votorantim Siderurgia S.A., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de até R\$400.000.000,00. A taxa de juros aplicável é a SELIC.							
Não há							
Não há							
Natureza e razão para a operação							
Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.							
Votorantim GmbH							
19/09/2008 143.045.000,00 R\$143.045.000,00 19/09/2011 SIM 2,000000							
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Coligada							
A Votorantim GmbH compromete-se a entregar à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de até R\$143.045.000,00.							
Não há							
A operação foi liquidada.							
Natureza e razão para a operação							
Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.							
Votorantim GmbH							
29/09/2008 40.870.000,00 R\$40.870.000,00 29/09/2011 SIM 2,000000							
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Coligada							
A Votorantim GmbH compromete-se a entregar à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de até R\$40.870.000,00.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.						
Votorantim Participações S.A.	01/09/2010	12.721.744,70		R\$12.721.744,70	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta						
Objeto contrato	A Votorantim Cimentos S.A., assume integral e incondicionalmente a Dívida, em conformidade com o art. 299 e seguintes da Lei nº 10.406/02, conforme alterada ("Código Civil"), assumindo perante SILCAR-EMPREEN. COM. E PARTICIPAÇÕES LTDA a obrigação originalmente de Votorantim Participações S.A. de adimplir a Dívida em conformidade com os seus termos e sujeita às suas condições, exonerando a Votorantim Participações S.A. de qualquer obrigação que este teve, tem ou terá perante SILCAR-EMPREEN. COM. E PARTICIPAÇÕES LTDA com relação à Dívida.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.						
Votorantim Overseas Trade Operations IV Limited (VOTO IV)	24/06/2005	408.700.000,00	R\$409.665.000,00	Dez/2011R\$375.691.00 0,00 – Dez/2012 R\$409.665.000,00	24/06/2020	SIM	8,500000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	A controlada Votorantim Overseas Trade Operations IV Limited compromete-se a entregar à Companhia em caráter de empréstimo, um crédito no valor de US\$200.000 mil, sobre o qual incidirá juros de 8,5% a.a.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	As cláusulas de rescisão são aquelas típicas de mercado de capitais internacionais e estão descritas nos "Events and default", o Trustee ou os detentores (em conjunto de pelo menos 25% dos Notes) poderão acelerar o pagamento do Bonds.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de empréstimo com controlada em conjunto, no valor de US\$200.000.000 e taxa de juros de 8,5% a.a. Recebimento de recursos captados via Eurobond no mercado Internacional.						
Votorantim Participações S.A.	01/09/2008	52.000.000,00		R\$52.000.000,00	31/12/2012	SIM	8,500000
Relação com o emissor	Controladora indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de juros cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	A Votorantim Participações S.A. vende e a Votorantim Cimentos S.A., compra, o montante 332.295.913 ações, pelo preço básico de R\$52.000.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de compra de ações da Votorantim Participações S.A. pela Votorantim Cimentos S.A.						
Votorantim GmbH	03/02/2010	17.677.403,00	R\$18.545.000,00	R\$17.677.403,00	03/02/2010	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	A Votorantim GmbH compromete-se a entregar à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de até R\$17.677.403,00. A taxa de juros aplicável é Libor 12 meses + 2%.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	As cláusulas de rescisão são aquelas típicas de mercado de capitais internacionais e estão descritas na de no. 4 desse Contrato, prevendo aceleração do pagamento caso ocorra algum dos eventos citados em tais cláusulas.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de mútuo entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.						
Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda	01/12/2009	17.000,00	R\$17.000,00		31/12/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Os contratos da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda com a Votorantim Cimentos S.A. têm por objeto a compra e venda de energia elétrica, conforme condições especificadas nos contratos.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Caso a Votorantim Cimentos S.A. não efetue o pagamento dos montantes por ela devidos nos termos e no dia especificado na cláusula 5ª do contrato, a rescisão dar-se-á no prazo de 15 dias úteis contados do recebimentos de notificação por escrito da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de contrato de compra e venda de energia elétrica.						
Ibar Administr. e Participações Ltda.	04/11/1998	12.000.000,00	R\$5.075.000,00	R\$12.000.000,00	31/12/2005	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	Contratação de abertura de crédito, a título de mútuo contínuo e sob a forma de crédito rotativo e recíproco, através do qual a Companhia coloca a disposição da Ibar Administr. e Participações Ltda. e esta, por sua vez, também coloca à disposição daquela, disponibilidades em dinheiro, nos limites, prazos e condições a seguir estabelecidos: Valor do crédito – R\$12.000.000,00 Data abertura – 04/11/1998 Data vencimento – 31/12/2005 Forma de reajuste – Atualização de valores com base na UFIR ou outro índice acordado entre as partes. O saldo existente em 31 de dezembro de 2012 se refere ao montante transferido pela Companhia à Ibar Administr. e Participações Ltda.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O mútuo poderá ser considerado vencido antecipadamente e de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial e sem que lhe seja imputada qualquer sanção, multa, penalidade ou indenização de espécie alguma, na ocorrência das seguintes hipóteses: - Protesto de qualquer dívida líquida e certa de responsabilidade da creditada, inclusive como avalista, endossante ou aceitante; - Dissolução, concordata ou falência da creditada; - Transferência parcial ou total do contrato a terceiros, não autorizada pela então creditora.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de contrato de Abertura de crédito Rotativo e Recíproco.						
Votorantim Industrial S/A	01/01/2012	84.475.967,00		R\$84.475.967,00	31/12/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora Direta						
Objeto contrato	Contrato de Conta-corrente, manutenção e gestão de um caixa único, através do qual as partes se obrigam a abrir conta-corrente entre si, para nela serem registrados seus débitos e créditos. O saldo existente com a Votorantim Industrial era ativo, sendo um empréstimo a receber. A taxa de juros aplicável é a SELIC após vencimento.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de conta-corrente entre empresas para fornecer os recursos necessários para a continuidade das atividades e manutenção da empresa.						
Votorantim Cimentos América S.A.	31/05/2006	602.358.727,20		R\$602.358.727,20	24/05/2007	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	A Votorantim Cimentos S/A compra ações da Votorantim Cimentos América S.A. pelo valor de R\$602.358.727,20.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Natureza e razão para a operação Votorantim GmbH	Trata-se de compra de ações. 01/01/2012	11.369.000,00	R\$11.369.000,00	R\$11.369.000,00	31/12/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor Objeto contrato	Coligada As partes acordam a venda e compra de mercadorias entre si, respeitando os termos descritos em contrato. O saldo existente em 31 de dezembro de 2012 se refere a contas a pagar que a Companhia possui contra a GmbH.						
Garantia e seguros Rescisão ou extinção	Não há Não há						
Natureza e razão para a operação Votorantim Industrial S.A	Trata-se de contrato de compra e venda de mercadorias. 02/12/2008	224.280.977,16		R\$224.280.977,16	31/12/2013	SIM	4,500000
Relação com o emissor Objeto contrato	Controladora Direta A Votorantim Industrial S.A. compromete-se a entregar à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de R\$224.280.977,16.						
Garantia e seguros Rescisão ou extinção	Não há A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação Acariúba Mineração e Participação Ltda	Trata-se de Contrato de empréstimo com controladora direta, no valor de US\$96.764.594,51 e taxa de juros de 4,5% a.a. 29/12/2006	8.980.000,00	R\$4.790.000,00	R\$8.980.000,00	29/12/2009	SIM	15,000000
Relação com o emissor Objeto contrato	Controlada Direta. Por este instrumento particular a Votorantim Cimentos S.A. vende a Acariúba Mineração e Participações Ltda compra o total de 8.890.000 ações, pelo preço básico de R\$8.890.000,00.						
Garantia e seguros Rescisão ou extinção	Não há Não há						
Natureza e razão para a operação Acariúba Mineração e Participação Ltda	Trata-se de Contrato de compra e venda de ações. 01/11/2010	14.049.027,65	R\$13.460.554,24	R\$14.049.027,65	N/A	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Distribuição de dividendos (a receber).						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Citrovita Agro Industrial Ltda.	21/12/2007	200.000.000,00		R\$200.000.000,00	Indeterminado.	SIM	12,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	A Citrovita Agro Industrial Ltda. compromete-se a entregar à Votorantim Cimentos S.A., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de R\$200.000.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de contrato de empréstimo com controladora direta, no valor de R\$200.000 mil e taxa de juros de 12% a.a.						
Citrovita Agro Industrial Ltda.	01/11/2010	1.346.419.344,78		R\$1.346.419.344,78	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	A Votorantim Cimentos S.A. compromete-se a entregar à Citrovita Agro Industrial Ltda., em caráter de empréstimo, um crédito no valor de R\$1.346.419.344,78.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de Contrato de empréstimo com controladora direta, no valor de R\$1.346 mil.						
Cia. De Cimentos Ribeirão Grande	05/12/2006	20.600.000,00		R\$20.600.000,00	31/08/2008	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	A Votorantim Cimentos S.A. coloca à disposição da Cia. De Cimentos Ribeirão Grande disponibilidades em dinheiro, nos limites, prazos e condições estabelecidos em contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de Contrato de crédito rotativo.						
Empresa de Transportes CPT Ltda	27/11/2002	261.492.562,00		R\$261.492.562,00	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Por este instrumento particular a Empresa de Transportes CPT Ltda. vende e Votorantim Participações S.A compra o total de 1.050.758 ações, pelo preço básico de R\$261.492.562,00. Posteriormente essa divida da VPAR com a CPT foi transferida para a VCSA.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de compra e venda de ações.						
Empresa de Transportes CPT Ltda	27/11/2002	41.348.482,00		R\$41.348.482,00	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Por este instrumento particular a Empresa de Transportes CPT Ltda. vende e Votorantim Participações S.A compra o total de 43.717.725 ações, pelo preço básico de R\$41.348.482,00. Posteriormente essa divida da VPAR com a CPT foi transferida para a VCSA.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de compra e venda de ações.						
Empresa de Transportes CPT Ltda	27/11/2002	6.517.980,00		R\$6.517.980,00	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Por este instrumento particular a Empresa de Transportes CPT Ltda. vende e Votorantim Participações S.A compra o total de 2.708.328 ações, pelo preço básico de R\$6.517.980,00. Posteriormente essa divida da VPAR com a CPT foi transferida para a VCSA.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A operação foi liquidada.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Natureza e razão para a operação Interávia Transportes Ltda	Trata-se de compra e venda de ações. 01/02/2007	72.000.000,00	R\$158.000,00	R\$72.000.000,00	31/12/2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	A Votorantim Cimentos S.A. entregará à Interávia Transportes Ltda. o valor de R\$72.000.000,00 mediante remessa para conta corrente da controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A Votorantim Cimentos S.A. poderá considerar o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de notificação, no caso de não restituição, total ou parcial, do valor ora mutuado.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de Contrato de empréstimo com controladora indireta, no valor de R\$72.000 mil.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

Qualquer acionista está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, bem como de atuar em qualquer operação ou negócios na mesma situação de conflito de interesse.

As operações da Companhia, especialmente aquelas realizadas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar seu desempenho e levam sempre em consideração o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização, quitação, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável). Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições estritamente comutativas, com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital					
Capital Emitido					
27/05/2013	2.746.024.209,57		5.437.499.900	100	5.437.500.000
Tipo de capital					
Capital Subscrito					
27/05/2013	2.746.024.209,57		5.437.499.900	100	5.437.500.000
Tipo de capital					
Capital Integralizado					
27/05/2013	2.746.024.209,57		5.437.499.900	100	5.437.500.000
Tipo de capital					
Capital Autorizado					
30/04/2013	12.000.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/09/2010	AGE	01/09/2010	200.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
01/12/2010	AGE	01/12/2010	237.490.302,26	Subscrição particular	5.500.007	0	5.500.007	11,36468300	43,18	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Valor do patrimônio líquido da ação, nos termos do artigo 170, § 1º, II, da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
O aumento foi integralizado mediante capitalização de créditos e em moeda corrente nacional.										
20/01/2011	AGE	20/01/2011	400.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
09/03/2011	AGE	09/03/2011	14.613.000,00	Subscrição particular	355.388	0	355.388	0,53582200	41,12	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Valor do patrimônio líquido da ação, nos termos do artigo 170, § 1º, II, da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
Moeda corrente nacional.										
30/12/2011	AGE	30/12/2011	4.198.749,11	Subscrição particular	96.052	0	96.052	0,15313700	43,71	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Valor do patrimônio líquido da ação, nos termos do artigo 170, § 1º, II, da Lei das Sociedades por Ações.										
Forma de integralização										
O aumento foi integralizado mediante capitalização de créditos e em moeda corrente nacional.										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
30/04/2013	110.635.338	100	110.635.438	5.421.131.562	100	5.421.131.662
Desdobramento						
27/05/2013	5.421.131.562	100	5.421.131.662	5.437.499.900	100	5.437.500.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 17 do Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado na forma da Lei n.º 6.404/76, podendo ainda ser imputado ao valor dos dividendos, sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, o valor dos juros pagos ou creditados, individualizadamente aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 - Outras informações relevantes.
Outras características relevantes	Vide item 18.10 - Outras informações relevantes.
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado na forma da Lei n.º 6.404/76, podendo ainda ser imputado ao valor dos dividendos, sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, o valor dos juros pagos ou creditados, individualizadamente aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Vide item 18.10 - Outras informações relevantes.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 - Outras informações relevantes.
Outras características relevantes	Vide item 18.10 - Outras informações relevantes.
<hr/>	

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Alienação de Controle da Companhia

A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações de todos os demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A oferta pública também deverá ser efetivada no caso de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venham a resultar na alienação do controle da Companhia. Em qualquer um dos casos, o adquirente deverá pagar aos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias ou preferenciais ou de *units*, valor igual ao valor pago por ação detida pelo alienante do poder de controle.

Fechamento de Capital

A Companhia pode se tornar uma companhia fechada, se o acionista controlador ou a própria Companhia fizer uma oferta pública para aquisição de todas as ações que estejam livres para negociação no mercado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação expedida pela CVM. O preço mínimo da oferta deve ser pelo menos igual ao valor econômico das ações, de acordo com avaliação feita por empresa especializada por meio da adoção de qualquer método de cálculo aceito e reconhecido ou qualquer outro critério definido pela CVM.

O laudo de avaliação deve ser preparado por um avaliador especializado e experiente que seja independente da Companhia, dos seus administradores e do acionista controlador. O avaliador será escolhido pelo voto da maioria dos presentes na assembleia geral, na qual cada ação preferencial ou ordinária terá direito a um voto. O proponente arcará com os custos relativos à preparação do laudo de avaliação. A assembleia geral convocada para esta finalidade deverá ter a presença de acionistas que representem pelo menos 20% do total de ações em circulação em primeira convocação, e em segunda convocação, com qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Cancelamento da Listagem das Ações no Nível 2

A qualquer momento, a Companhia pode requerer o cancelamento da listagem das ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA, de acordo com uma deliberação obtida em uma assembleia de acionistas detentores da maioria do capital social, exceto nos casos de saída do Nível 2 por cancelamento do registro de companhia aberta, e desde que a BM&FBOVESPA receba um aviso por escrito com antecedência de 30 dias. O cancelamento da listagem no Nível 2 da BM&FBOVESPA não implica no cancelamento da negociação das ações na BM&FBOVESPA.

Caso os acionistas em assembleia geral deliberem: (1) o cancelamento da listagem de ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA para que as ações sejam negociadas fora daquele segmento; ou (2) uma reorganização societária na qual a sociedade sucessora não possa negociar suas ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA, o acionista controlador deverá efetuar uma oferta pública de recompra das ações de todos os outros acionistas por um preço mínimo que deverá corresponder ao valor econômico das ações, conforme laudo de avaliação preparado de acordo com as informações em "Fechamento de Capital" acima. A BM&FBOVESPA deverá ser notificada sobre a oferta pública e as informações deverão ser divulgadas imediatamente ao mercado, após a aprovação dos acionistas em uma assembleia geral sobre o cancelamento da listagem das Ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA ou reorganização societária. O acionista controlador não precisará efetuar uma oferta pública se a Companhia celebrar um acordo de adesão ao segmento do Nível 2 da BM&FBOVESPA ou se a sociedade sucessora na reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Nível 2 da BM&FBOVESPA no prazo de 120 dias contados da data da assembleia geral que aprovou a operação.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não está listada em qualquer segmento da BM&FBOVESPA e não tem seus valores mobiliários negociados em bolsa na data deste Formulário de Referência.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	VOCI11
Data de emissão	03/12/2009
Data de vencimento	03/12/2019
Quantidade (Unidades)	500
Valor total (Reais)	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Após o 23º mês a contar da data de emissão, as debêntures podem ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, desde que haja o pagamento de prêmio de: (i) 0,80% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, do 24º ao 36º mês a contar da data de emissão; e (ii) 0,50% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, do 37º ao 50º mês a contar da data de emissão.
Características dos valores mobiliários	<p>Vencimento: 03/12/2019. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10.</p> <p>Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos semestralmente, correspondentes a 110,20% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados.</p> <p>Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Participações S.A.</p> <p>Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário.</p> <p>Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à alienação de ativos ou emissão de novos valores mobiliários. Com relação à distribuição de dividendos, a Escritura determina como obrigação da Companhia não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à emissão. Ainda, com relação à assunção de novas dívidas, nos termos da Escritura, é hipótese de vencimento antecipado da obrigação a assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula de negative pledge mais restritiva que a descrita no item (xi) da cláusula 5.3.1.1, exceto se a emissora garantir aos debenturistas da Emissão, por meio de aditamento à Escritura, os mesmos direitos dos novos credores.</p> <p>Repactuação: no 50º mês a contar da data de emissão, ou seja, em 3 de fevereiro de 2014, sendo que o período de vigência da nova remuneração terá início a partir de 3 de fevereiro de 2014, exclusive, e encerramento na data de vencimento.</p> <p>Agente fiduciário: Planner Corretora de Valores S.A.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto na Escritura e nas alterações de prazos, valor e forma de remuneração das debêntures, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo agente fiduciário, que dependerão da aprovação de 2/3 das debêntures em circulação. A alteração do quórum qualificado dependerá da aprovação da totalidade das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Duas Séries. Nominativa Escritural. O número ISIN das debêntures é BRVTRCDBS003.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	VOCI21
Data de emissão	03/12/2009
Data de vencimento	03/12/2019
Quantidade (Unidades)	500
Valor total (Reais)	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Após o 23º mês a contar da data de emissão, as debêntures podem ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, desde que haja o pagamento de prêmio de: (i) 1,00% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, do 24º ao 36º mês a contar da data de emissão; (ii) 0,85% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, do 37º ao 48º mês a contar da data de emissão; e (iii) 0,70% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, do 49º ao 62º mês a contar da data de emissão
Características dos valores mobiliários	<p>Vencimento: 03/12/2019. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10.</p> <p>Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos semestralmente, correspondentes a 112,65% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados.</p> <p>Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Participações S.A.</p> <p>Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário.</p> <p>Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à alienação de ativos ou emissão de novos valores mobiliários. Com relação à distribuição de dividendos, a Escritura determina como obrigação da Companhia não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à emissão. Ainda, com relação à assunção de novas dívidas, nos termos da Escritura, é hipótese de vencimento antecipado da obrigação a assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula de negative pledge mais restritiva que a descrita no item (xi) da cláusula 5.3.1.1, exceto se a emissora garantir aos debenturistas da Emissão, por meio de aditamento à Escritura, os mesmos direitos dos novos credores.</p> <p>Repactuação: no 62º mês a contar da data de emissão, ou seja, em 3 de fevereiro de 2015, sendo que o período de vigência da nova remuneração terá início a partir de 3 de fevereiro de 2015, exclusive, e encerramento na data de vencimento.</p> <p>Agente fiduciário: Planner Corretora de Valores S.A.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto na Escritura e nas alterações de prazos, valor e forma de remuneração das debêntures, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo agente fiduciário, que dependerão da aprovação de 2/3 das debêntures em circulação. A alteração do quórum qualificado dependerá da aprovação da totalidade das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Duas Séries. Nominativa Escritural. O número ISIN das debêntures é BRVTRCDBS011.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	VTCM12
Data de emissão	05/10/2010
Data de vencimento	05/10/2020
Quantidade (Unidades)	1.000
Valor total (Reais)	1.000.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir de 6 de outubro de 2013, as debêntures podem ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, desde que haja o pagamento de prêmio de: (i) 0,90% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, de 6 de outubro de 2013 a 5 de outubro de 2014 (inclusive); (ii) 0,85% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, de 6 de outubro de 2014 a 5 de outubro de 2015 (inclusive); (iii) 0,70% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, de 6 de outubro de 2015 a 5 de outubro de 2016 (inclusive); e (iv) 0,50% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, a partir de 6 de outubro de 2016, caso o resgate antecipado seja realizado fora das datas de amortização de principal e dos percentuais estabelecidos na cláusula 4.8.1 da Escritura.
Características dos valores mobiliários	Vencimento: 05/10/2020. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10. Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos semestralmente, correspondentes a 113,95% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados. Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à alienação de ativos ou emissão de novos valores mobiliários. Com relação à distribuição de dividendos, a Escritura determina como obrigação da Companhia não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à emissão. Ainda, com relação à assunção de novas dívidas, nos termos da Escritura, é hipótese de vencimento antecipado da obrigação a assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula de negative pledge mais restritiva que a descrita no item (xi) da cláusula 5.3.1.1, exceto se a emissora garantir aos debenturistas da Emissão, por meio de aditamento à Escritura, os mesmos direitos dos novos credores. Agente fiduciário: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto na Escritura e nas alterações de prazos, valor e forma de remuneração das debêntures, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo agente fiduciário, que dependerão da aprovação de 2/3 das debêntures em circulação. A alteração do quórum qualificado dependerá da aprovação de 90% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Série Única. Nominativa Escritural. O número ISIN das debêntures é BRVTRCDBS029.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	VTCM13
Data de emissão	14/02/2011
Data de vencimento	14/02/2021
Quantidade (Unidades)	60
Valor total (Reais)	600.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir de 14 de fevereiro de 2013, as debêntures podem ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, desde que haja o pagamento de prêmio de: (i) 1,10% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, de 14 de fevereiro de 2013 a 14 de fevereiro de 2014 (inclusive); (ii) 1,00% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, de 15 de fevereiro de 2014 a 14 de fevereiro de 2015 (inclusive); (iii) 0,80% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, de 15 de fevereiro de 2015 a 14 de fevereiro de 2016 (inclusive); e (iv) 0,60% a.a. incidente sobre o saldo do valor nominal, a partir de 15 de fevereiro de 2016 até 13 de fevereiro de 2020.
Características dos valores mobiliários	Vencimento: 14/02/2021. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10. Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos semestralmente, correspondentes a 113,90% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados. Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à alienação de ativos ou emissão de novos valores mobiliários. Com relação à distribuição de dividendos, a Escritura determina como obrigação da Companhia não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à emissão. Ainda, com relação à assunção de novas dívidas, nos termos da Escritura, é hipótese de vencimento antecipado da obrigação a assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula de negative pledge mais restritiva que a descrita no item (xi) da cláusula 5.3.1.1, exceto se a emissora garantir aos debenturistas da Emissão, por meio de aditamento à Escritura, os mesmos direitos dos novos credores. Agente fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto na Escritura e nas alterações das cláusulas 4.1.3 (prazo e data de vencimento), 4.6 (remuneração), 4.8 (amortização), 5.2 (resgate antecipado) e 5.3 (vencimento antecipado) da Escritura, que dependerão da aprovação de 2/3 das debêntures em circulação. A alteração do quórum qualificado dependerá da aprovação de 90% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Série Única. Nominativa Escritural. O número ISIN das debêntures é BRVTRCDBS037.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	VTCM14
Data de emissão	20/01/2012
Data de vencimento	31/05/2018
Quantidade (Unidades)	500
Valor total (Reais)	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir do 25º mês de vigência das debêntures, as debêntures podem ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, desde que haja o pagamento de prêmio de 0,3% ao ano sobre o saldo do valor nominal.
Características dos valores mobiliários	Vencimento: 31/05/2018. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10. Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos semestralmente, correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, acrescida de uma sobretaxa de 1,09% ao ano, com base em 252 dias úteis. Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à alienação de ativos ou emissão de novos valores mobiliários. Com relação à distribuição de dividendos, a Escritura determina como obrigação da Companhia não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à emissão. Ainda, com relação à assunção de novas dívidas, nos termos da Escritura, é hipótese de vencimento antecipado da obrigação a assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula de negative pledge mais restritiva que a descrita no item (xi) da cláusula 5.3.1.1, exceto se a emissora garantir aos debenturistas da Emissão, por meio de aditamento à Escritura, os mesmos direitos dos novos credores. Agente fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto na Escritura e nas alterações das cláusulas 4.1.3 (prazo e data de vencimento), 4.6 (remuneração), 4.8 (amortização), 5.2 (resgate antecipado) e 5.3 (vencimento antecipado) da Escritura, que dependerão da aprovação de 2/3 das debêntures da 1ª série em circulação e/ou 2/3 das debêntures da 2ª série em circulação. A alteração do quórum qualificado dependerá da aprovação de 90% das debêntures da 1ª série em circulação e/ou 90% das debêntures da 2ª série em circulação.
Outras características relevantes	Duas Séries. Nominativa Escritural. O número ISIN das debêntures é BRVTRCDBS045.

Valor mobiliário	Debêntures

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Identificação do valor mobiliário	VTM24
Data de emissão	20/01/2012
Data de vencimento	31/05/2018
Quantidade (Unidades)	500
Valor total (Reais)	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir do 25º mês de vigência das debêntures, as debêntures podem ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, desde que haja o pagamento de prêmio de 0,3% ao ano sobre o saldo do valor nominal.
Características dos valores mobiliários	Vencimento: 31/05/2018. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10. Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos semestralmente, correspondentes a 111,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados. Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à alienação de ativos ou emissão de novos valores mobiliários. Com relação à distribuição de dividendos, a Escritura determina como obrigação da Companhia não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à emissão. Ainda, com relação à assunção de novas dívidas, nos termos da Escritura, é hipótese de vencimento antecipado da obrigação a assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula de negative pledge mais restritiva que a descrita no item (xi) da cláusula 5.3.1.1, exceto se a emissora garantir aos debenturistas da Emissão, por meio de aditamento à Escritura, os mesmos direitos dos novos credores. Agente fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto na Escritura e nas alterações das cláusulas 4.1.3 (prazo e data de vencimento), 4.6 (remuneração), 4.8 (amortização), 5.2 (resgate antecipado) e 5.3 (vencimento antecipado) da Escritura, que dependerão da aprovação de 2/3 das debêntures da 1ª série em circulação e/ou 2/3 das debêntures da 2ª série em circulação. A alteração do quórum qualificado dependerá da aprovação de 90% das debêntures da 1ª série em circulação e/ou 90% das debêntures da 2ª série em circulação.
Outras características relevantes	Dois Séries. Nominativa Escritural. O número ISIN das debêntures é BRVTRCDBS052.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	VTM15
Data de emissão	05/12/2012

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Data de vencimento	05/12/2018
Quantidade (Unidades)	120.000
Valor total (Reais)	1.200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir do 25º mês de vigência das debêntures, as debêntures podem ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, desde que haja o pagamento de prêmio de 0,3% ao ano sobre o saldo do valor nominal.
Características dos valores mobiliários	Vencimento: 05/12/2018. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10. Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos semestralmente, correspondentes a 109,20% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados. Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário. Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à alienação de ativos ou emissão de novos valores mobiliários. Com relação à distribuição de dividendos, a Escritura determina como obrigação da Companhia não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à emissão. Ainda, com relação à assunção de novas dívidas, nos termos da Escritura, é hipótese de vencimento antecipado da obrigação a assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula de negative pledge mais restritiva que a descrita no item (xi) da cláusula 5.3.1.1, exceto se a emissora garantir aos debenturistas da Emissão, por meio de aditamento à Escritura, os mesmos direitos dos novos credores. Agente fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista na Escritura e nas alterações das cláusulas 4.1.3 (prazo e data de vencimento), 4.6 (remuneração), 4.8 (amortização), 5.2 (resgate antecipado) e 5.3 (vencimento antecipado) da Escritura, que dependerão da aprovação de 2/3 das debêntures em circulação. A alteração do quórum qualificado dependerá da aprovação de 90% das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Série Única. Nominativa Escritural. O número ISIN das debêntures é BRVTRCDBS060.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não está listada em qualquer segmento da BM&FBOVESPA e não tem seus valores mobiliários negociados em bolsa.

A Companhia terá um período de três anos a partir da data de início da negociação das suas Units na BM&FBOVESPA para cumprir a exigência constante do Regulamento de Governança Corporativa do Nível 2 de percentual mínimo de ações em circulação no mercado equivalente a, pelo menos, 25% do total de ações de sua emissão. Esse prazo poderá ser prorrogado pela BM&FBOVESPA, a seu exclusivo critério e diante de circunstâncias de mercado que assim o justifiquem, por período não superior a dois anos, mediante solicitação formal da Companhia devidamente fundamentada, a ser apresentada com, no mínimo, seis meses de antecedência do final do prazo inicial concedido.

As debêntures de emissão Companhia são negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

As *senior notes* de emissão da Companhia foram registradas na Bolsa de Valores da Irlanda. Para informações sobre as principais características desses valores mobiliários, vide item 18.10 – “Outros títulos emitidos pela Companhia”.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia realizou cinco emissões públicas com esforços restritos de colocação de debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, cujas principais características estão descritas a seguir:

Em 3 de dezembro de 2009, a Companhia realizou sua primeira oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, na qual foram emitidas 1.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com valor nominal de R\$1.000.000,00, totalizando a capitalização de R\$1.000.000.000,00.

Em 5 de outubro de 2010, a Companhia realizou sua segunda oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, na qual foram emitidas 1.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com valor nominal de R\$1.000.000,00, totalizando a capitalização de R\$1.000.000.000,00.

Em 14 de fevereiro de 2011, a Companhia realizou sua terceira oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, na qual foram emitidas 60 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com valor nominal de R\$10.000.000,00, totalizando a capitalização de R\$600.000.000,00.

Em 20 de janeiro de 2012, a Companhia realizou sua quarta oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, na qual foram emitidas 1.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com valor nominal de R\$1.000.000,00, totalizando a capitalização de R\$1.000.000.000,00.

Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia realizou sua quinta oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, na qual foram emitidas 120.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com valor nominal de R\$10.000,00, totalizando a capitalização de R\$1.200.000.000,00.

Para informações adicionais sobre as debêntures de emissão da Companhia, vide itens 18.5 e 18.10 deste Formulário de Referência.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas para aquisição de ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

Segue abaixo complementação das informações dos itens 18.1 e 18.5.

Item 18.1

b. direito de voto

Ações Preferenciais

As ações preferenciais da Companhia não conferem direito a voto nas deliberações das assembleias gerais, exceto em relação às seguintes matérias:

- (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;
- (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme item 10.1.1 do Regulamento do Nível 2; e
- (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas neste item 4.1, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

d. direitos de reembolso de capital

Ações Ordinárias e Ações Preferenciais

Direito de Retirada

Acionistas que discordem ou se abstenham da votação sobre determinadas medidas tomadas durante a assembleia geral de acionistas têm o direito, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, de se retirar da Companhia e receber o valor de suas ações. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os direitos de retirada do acionista podem ser exercidos nas seguintes circunstâncias, entre outras:

- (i) modificação nas preferências, privilégios ou uma condição de resgate ou amortização concedida às ações preferenciais, ou a criação de uma nova e mais favorecida classe de ações preferenciais (e nesse caso, apenas os acionistas prejudicados pela referida modificação ou criação terão direito de retirada);
- (ii) cisão (nas circunstâncias específicas descritas abaixo);
- (iii) redução no percentual de dividendos obrigatórios;
- (iv) alteração no objeto social;
- (v) aquisição de uma participação controladora em sociedade mercantil, se o preço de aquisição estiver fora dos limites estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) fusão com outra companhia, incorporação da Companhia por outra companhia; ou
- (vii) aprovação da participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei Sociedades por Ações).

A Lei Sociedades por Ações ainda estabelece que qualquer deliberação referente a uma cisão que: (a) causar uma alteração no objeto social, exceto se o patrimônio tiver sido transferido para uma companhia cujas atividades principais sejam consistentes com o objeto social da Companhia; (b) reduzir os dividendos obrigatórios; ou (c) causar a associação a um grupo de empresas (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações); dará direito de retirada dos acionistas.

18.10 - Outras informações relevantes

Nos casos em que (a) a Companhia realizar uma fusão com outra companhia em circunstâncias nas quais seja a sociedade sucessora, ou (b) a Companhia for incorporada por outra companhia ou (c) a Companhia participar de um grupo de empresas (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), os acionistas não serão autorizados a realizar a retirada de da Companhia, se suas respectivas ações forem (i) líquidas, definidas como parte do índice da BM&FBOVESPA ou de algum outro índice de bolsa de valores (conforme definido pela CVM) e (ii) pulverizadas, de modo que o Acionista Controlador ou as companhias que ele controla detenham menos de 50% das ações.

O direito de retirada expira 30 dias após a publicação da ata da assembleia geral de acionistas pertinente. A Companhia é autorizada a reconsiderar qualquer medida que dê origem ao direito de retirada no prazo de 10 dias após a validade desses direitos, se o resgate de ações de acionistas dissidentes ou não votantes vier a prejudicar a estabilidade financeira da Companhia.

Se os acionistas exercerem os direitos de retirada, eles terão o direito de receber o valor contábil líquido das ações, com base no último balanço aprovado pelos acionistas. Se a deliberação que originar esses direitos for tomada em um prazo posterior a 60 dias após a data do último balanço aprovado, o acionista pode requerer que sua ações sejam avaliadas de acordo um novo balanço, com data não inferior a 60 dias antes da data da deliberação. Nesse caso, deve a Companhia pagar imediatamente 80% do valor patrimonial líquido das ações, em conformidade com o mais recente balanço aprovado pelos acionistas, e o saldo deve ser pago no prazo de 120 dias após a data de deliberação da assembléia geral de acionistas.

Resgate de Ações

O resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação, com redução ou não do capital social. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia pode resgatar ações mediante deliberação tomada em uma assembleia geral de acionistas, pelos acionistas que representem pelo menos 50% das ações afetadas pelo resgate. O resgate das ações pode ser pago com o lucro, reservas de lucros ou reservas de capital. Caso o resgate das ações não se aplique a todas as ações, o resgate será feito por sorteio. Caso ações em custódia sejam escolhidas no sorteio e não haja nenhuma regra estabelecida no contrato de custódia, a instituição financeira especificará, em base *pro rata*, as ações a serem resgatadas.

Prioridade no Reembolso para as Ações Preferenciais

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais possuem prioridade no reembolso em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio, pelo valor patrimonial.

e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle

Ações Ordinárias e Ações Preferenciais

A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações (ordinárias e preferenciais) de todos os demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador alienante.

A mesma oferta também será requerida 1) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venham a resultar na alienação do controle da Companhia; ou 2) em caso de alienação do controle de companhia que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Acionistas vendedores não poderão transferir a propriedade de suas ações caso o comprador não assine o termo de anuência dos controladores previsto no Regulamento do Nível 2, que deve ser submetido imediatamente para a BM&FBOVESPA. Ainda, aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (i) efetivar a oferta pública nos termos acima; e
- (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

18.10 - Outras informações relevantes

g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Ações Ordinárias e Ações Preferenciais

Como regra geral, é necessário o voto favorável de acionistas que representem pelo menos a maioria das ações ordinárias emitidas e em circulação, que estejam pessoalmente presentes em uma assembleia de acionistas, ou representados por um representante legal, para a aprovação de qualquer ação proposta, com as abstenções não sendo consideradas. Entretanto, é necessário o voto favorável dos acionistas que representem no mínimo 50% do capital social da Companhia, de ações emitidas e em circulação, com direito ao voto, entre outras hipóteses, para: (1) criação de ações preferenciais ou melhorar a classe existente de ações preferenciais sem proporção com as demais classes existentes de ações preferenciais, exceto se já previsto ou autorizado pelo Estatuto Social, (2) mudança nas preferências, necessidade de retirada ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais ou a criação de uma classe favorecida de ações preferenciais e (3) redução do dividendo obrigatório para distribuição aos acionistas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer alteração nas preferências ou que possa ter um efeito financeiro negativo sobre os direitos dos detentores de ações preferenciais, ou qualquer alteração que resulte na criação de uma classe mais favorecida de ações preferenciais deve ser aprovada por uma deliberação na assembleia geral dos acionistas e essa alteração somente se tornará válida e efetiva após a aprovação da maioria dos acionistas preferenciais em uma assembleia extraordinária de acionistas.

h. outras características relevantes

Ações Preferenciais

São assegurados aos detentores de ações preferenciais os seguintes direitos e vantagens:

- (i) a prioridade no reembolso em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio, pelo valor patrimonial;
- (ii) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao acionista controlador alienante, assegurado dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias; e
- (iii) demais direitos assegurados aos detentores de ações preferenciais pela Lei n.º 6.404/76 e pelo Regulamento do Nível 2.

18.10 - Outras informações relevantes

Item 18.5

Informações adicionais sobre as debêntures de emissão da Companhia

Condições de vencimento antecipado:

Em complemento ao disposto no item 18.5 sobre o vencimento das debêntures de emissão da Companhia, o agente fiduciário deverá, assim que ciente, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto das escrituras de emissão na ocorrência de hipóteses de vencimento antecipado, conforme definidas nas escrituras de emissão, dentre as quais se enquadram: (i) (a) pedido de autofalência ou pedido de falência não elidido no prazo da emissora e/ou da interveniente garantidora; (b) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da emissora e/ou da interveniente garantidora; (c) decretação de falência da emissora e/ou da interveniente garantidora; (d) liquidação, dissolução, ou extinção da emissora e/ou da interveniente garantidora; (ii) não pagamento pela emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das debêntures, nas datas de vencimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico; (iii) descumprimento, pela emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente às emissões de debêntures, não sanado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico; (iv) declaração de vencimento antecipado, por descumprimento contratual, de qualquer dívida da emissora, e/ou interveniente garantidora e de suas subsidiárias, em valor individual ou agregado igual ou superior a U\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), no caso da primeira, segunda e terceira emissões, e U\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos) no caso da quarta e quinta emissões; (v) inadimplemento, na data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura previsto, no pagamento de qualquer dívida da emissora ou de qualquer controlada e/ou da interveniente garantidora e suas subsidiárias em valor individual ou agregado igual ou superior a U\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), no caso da primeira, segunda e terceira emissões, e U\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos) no caso da quarta e quinta emissões, salvo quando (a) houver concordância do credor correspondente, ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela emissora; (vi) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças judiciais, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a emissora ou qualquer controlada ou interveniente garantidora e suas subsidiárias, exceto se essa obrigação (a) for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is), ou (b) for garantida por ativos suficientes da emissora, seguro garantia ou carta de fiança no âmbito da execução, desde que aceita pelo juízo competente; (vii) (a) se a interveniente garantidora deixar de possuir, direta ou indiretamente, pelo menos 51% (cinquenta e um inteiros por cento) do capital votante da emissora, e que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da emissora e, ainda, dirigir e orientar o funcionamentos e as diretrizes da emissora, bem como, nos casos da terceira, quarta e quinta emissões, (b) se os controladores da interveniente garantidora deixarem de possuir, direta ou indiretamente, pelo menos 51% (cinquenta e um inteiros por cento) do capital votante da interveniente garantidora que lhes assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da interveniente garantidora e, ainda, dirigir e orientar o funcionamentos e as diretrizes da interveniente garantidora; (viii) transformação da emissora em sociedade empresária limitada; (ix) caso as debêntures e/ou fiança se tornem inválidas, ineficazes ou inexecutáveis contra a emissora e/ou interveniente garantidora, ou caso a exequibilidade desse(s) instrumento(s) seja contestada pela emissora e/ou interveniente garantidora ou, ainda, caso a emissora e/ou interveniente garantidora neguem ter responsabilidade sobre esse instrumento; (x) se a relação dívida financeira líquida/EBITDA da interveniente garantidora, for superior a 4,0 (quatro) vezes, calculada anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da interveniente garantidora, nos termos das escrituras de emissão; (xi) vinculação de garantia, exceto nos casos em que haja prévia anuência dos debenturistas (negative pledge), e ressalvadas as Garantias Permitidas (conforme definidas nas escrituras de emissão) da interveniente garantidora e de suas subsidiárias, nos termos das escrituras de emissão; (xii) assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula em que as Garantias Permitidas (conforme definidas nas escrituras de emissão) sejam menos restritivas que as descritas no item (xi) da cláusula 5.3.1.1. das respectivas escrituras de emissão, exceto se a emissora garantir aos debenturistas de cada emissão, por meio de aditamento, os mesmos direitos dos novos credores.

18.10 - Outras informações relevantes**Outros títulos emitidos pela Companhia**

Valor mobiliário	<i>Senior Notes</i>
Identificação do valor mobiliário	€750,0 milhões em <i>Senior Notes</i> a vencer em 2017
Data de emissão	28/04/2010
Data de vencimento	28/04/2017
Quantidade	€750.000.000,00 em <i>Senior Notes</i>
Valor total	€750.000.000,00
Restrição à circulação	Sim
Descrição da restrição	Os títulos não foram registrados na SEC e, portanto não podem ser ofertados ou vendidos nos Estados Unidos ou para norte-americanos, a menos que a oferta ou a venda seja feita em conformidade com as exceções previstas no <i>Securities Act</i> e regulamentação aplicável. Nesse sentido, os títulos só poderão ser adquiridos por investidores institucionais qualificados conforme definido pela Regra 144-A da <i>Securities Act</i> , e por investidores não americanos fora do território dos Estados Unidos, de acordo com a Regulamentação S do <i>Securities Act</i> .
Conversibilidade	Não
Possibilidade de resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Os títulos podem ser resgatados, total ou parcialmente, por vontade da Companhia, mediante o pagamento de 100% do valor do principal e um prêmio, conforme estabelecido na <i>indenture</i> . Os títulos podem, ainda, ser totalmente resgatados caso haja qualquer mudança na Lei (conforme definido na <i>indenture</i>), mediante o pagamento do saldo do valor do principal acrescido dos juros acumulados e não pagos.
Características dos valores mobiliários	<p>Vencimento: 28/04/2017. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10 “Condições de vencimento antecipado das <i>Senior Notes</i>”.</p> <p>Juros: incidirão juros remuneratórios, pagos anualmente, correspondentes a 5,25% a.a., calculados numa base de 365 ou 366 dias.</p> <p>Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Participações S.A. (100%) e da Companhia Brasileira de Alumínio (50%).</p> <p>Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à emissão de novos valores mobiliários, distribuição de dividendos ou emissão de novas dívidas. A <i>indenture</i> possui, no entanto, <i>covenants</i> que restringem a criação de novos ônus e certas vendas de ativos.</p> <p>Agente fiduciário: Deutsche Bank Trust Company Américas</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As deliberações serão tomadas pela maioria do principal dos títulos em circulação. Será necessária a aprovação de 2/3 (dois terços) dos títulos em circulação para a aprovação, dentre outros, da modificação da data de pagamento do principal ou juros remuneratórios, redução da quantia do principal ou dos juros remuneratórios, alteração do local ou moeda de pagamento do principal ou dos juros remuneratórios.
Outras características relevantes	Série Única. Os títulos foram registrados na Bolsa de Valores da Irlanda.

18.10 - Outras informações relevantes

Valor mobiliário	<i>Senior Notes</i>
Identificação do valor mobiliário	US\$750,0 milhões em <i>Senior Notes</i> a vencer em 2041
Data de emissão	05/04/2011
Data de vencimento	05/04/2041
Quantidade	U\$750.000.000,00 em <i>Senior Notes</i>
Valor total	U\$750.000.000,00
Restrição à circulação	Sim
Descrição da restrição	Os títulos não foram registrados na SEC e, portanto não podem ser ofertados ou vendidos nos Estados Unidos ou para norte-americanos, a menos que a oferta ou a venda seja feita em conformidade com as exceções previstas no <i>Securities Act</i> e regulamentação aplicável. Nesse sentido, os títulos só poderão ser adquiridos por investidores institucionais qualificados conforme definido pela Regra 144-A da <i>Securities Act</i> , e por investidores não americanos fora do território dos Estados Unidos, de acordo com a Regulamentação S do <i>Securities Act</i> .
Conversibilidade	Não
Possibilidade de resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Os títulos podem ser facultativamente resgatados, total ou parcialmente, por vontade da Companhia, mediante o pagamento de 100% do valor do principal e um prêmio, conforme estabelecido na <i>indenture</i> . Os títulos podem, ainda, ser totalmente resgatados caso haja qualquer mudança na Lei (conforme definido na <i>indenture</i>), mediante o pagamento do saldo do valor do principal acrescido dos juros acumulados e não pagos.
Características dos valores mobiliários	Vencimento: 05/04/2041. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10 “Condições de vencimento antecipado das <i>Senior Notes</i> ”. Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos semestralmente, correspondentes a 7,25% a.a., calculados numa base de 360 dias. Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A. Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à emissão de novos valores mobiliários, distribuição de dividendos ou emissão de novas dívidas. A <i>indenture</i> possui, no entanto, <i>covenants</i> que restringem a criação de novos ônus e certas vendas de ativos. Agente fiduciário: Deutsche Bank Trust Company Americas
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As deliberações serão tomadas pela maioria do principal dos títulos em circulação. Será necessária a aprovação da totalidade dos títulos em circulação para a aprovação, dentre outros, da modificação da data de pagamento do principal ou juros remuneratórios, redução da quantia do principal ou dos juros remuneratórios, alteração do local ou moeda de pagamento do principal ou dos juros remuneratórios.
Outras características relevantes	Série Única. Os títulos foram registrados na Bolsa de Valores da Irlanda.

18.10 - Outras informações relevantes

Valor mobiliário	<i>Senior Notes</i>
Identificação do valor mobiliário	US\$500,0 milhões em <i>Senior Notes</i> a vencer em 2041
Data de emissão	09/02/2012
Data de vencimento	05/04/2041
Quantidade	U\$500.000.000,00 em <i>Senior Notes</i>
Valor total	U\$500.000.000,00
Restrição à circulação	Sim
Descrição da restrição	Os títulos não foram registrados na SEC e, portanto não podem ser ofertados ou vendidos nos Estados Unidos ou para norte-americanos, a menos que a oferta ou a venda seja feita em conformidade com as exceções previstas no <i>Securities Act</i> e regulamentação aplicável. Nesse sentido, os títulos só poderão ser adquiridos por investidores institucionais qualificados conforme definido pela Regra 144-A da <i>Securities Act</i> , e por investidores não americanos fora do território dos Estados Unidos, de acordo com a Regulamentação S do <i>Securities Act</i> .
Conversibilidade	Não
Possibilidade de resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Os títulos podem ser facultativamente resgatados, total ou parcialmente, por vontade da Companhia, mediante o pagamento de 100% do valor do principal e um prêmio, conforme estabelecido na <i>indenture</i> . Os títulos podem, ainda, ser totalmente resgatados caso haja qualquer mudança na Lei (conforme definido na <i>indenture</i>), mediante o pagamento do saldo do valor do principal acrescido dos juros acumulados e não pagos.
Características dos valores mobiliários	Vencimento: 05/04/2041. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10 “Condições de vencimento antecipado das <i>Senior Notes</i> ”. Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos semestralmente, correspondentes a 7,25% a.a., calculados numa base de 360 dias. Garantia: garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A. Restrições impostas ao emissor: Não há restrições em relação à emissão de novos valores mobiliários, distribuição de dividendos ou emissão de novas dívidas. A <i>indenture</i> possui, no entanto, <i>covenants</i> que restringem a criação de novos ônus e certas vendas de ativos. Agente fiduciário: Deutsche Bank Trust Company Americas
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As deliberações serão tomadas pela maioria do principal dos títulos em circulação. Será necessária a aprovação da totalidade dos títulos em circulação para a aprovação, dentre outros, da modificação da data de pagamento do principal ou juros remuneratórios, redução da quantia do principal ou dos juros remuneratórios, alteração do local ou moeda de pagamento do principal ou dos juros remuneratórios.
Outras características relevantes	Série Única. Os títulos foram registrados na Bolsa de Valores da Irlanda.

18.10 - Outras informações relevantes

Condições de vencimento antecipado das *Senior Notes*:

Em complemento ao disposto acima sobre o vencimento das *senior notes* de emissão da Companhia, o agente fiduciário deverá, assim que ciente, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da *indenture* de emissão na ocorrência de hipóteses de vencimento antecipado, conforme definidas na *indenture*, dentre as quais se enquadram: (i) não pagamento do principal (ou prêmio, se houver) dos títulos nas datas de vencimento; (ii) não pagamento dos juros remuneratórios, incluindo Quantias Adicionais (conforme definido na *indenture*), se houver, sobre os títulos nas datas de vencimento e se tal falha perdurar por um período de 30 dias; (iii) descumprimento de qualquer obrigação da emissora ou de qualquer garantidor relacionado à *indenture* ou aos títulos e se tal descumprimento não for possível de ser sanado ou, se possível de ser sanado, permanecer em descumprimento por 60 dias após o envio de aviso por escrito nesse sentido pelo agente fiduciário à emissora ou aos garantidores, conforme aplicável; (iv) não pagamento na data de vencimento ou dentro do período de cura originalmente aplicado, conforme o caso, de qualquer quantia de principal e prêmio, se houver, ou juros remuneratórios (incluindo Quantias Adicionais, se houver), devidos de acordo com qualquer instrumento evidenciando o Inadimplemento (conforme definido na *indenture*) da emissora, de qualquer dos garantidores ou de qualquer de suas Subsidiárias (conforme definido na *indenture*), ou qualquer Inadimplemento da emissora, de qualquer dos garantidores ou de qualquer das Subsidiárias que se torne devido previamente ao seu vencimento não por opção da emissora, mas em razão da ocorrência de uma hipótese de vencimento antecipado, desde que o valor de tal Inadimplemento seja, em base consolidada (exceto com relação à Votorantim Participações S.A. que será calculado individualmente), igual ou superior a US\$50,0 milhões (ou o equivalente em outras moedas), no caso das *senior notes 2017*, ou US\$100,0 milhões (ou o equivalente em outras moedas), no caso das *senior notes 2041*; (v) decisão final (não sujeita à apelação) favorável ao pagamento pela emissora, qualquer dos garantidores ou das Subsidiárias, que permaneça sem liquidação, sem garantia ou sem suspensão (e não esteja coberto por apólices de seguros emitidas por seguradoras de boa reputação) por um período de 60 dias após a data em que o direito de apelação expirou ou a data determinada para pagamento, se posterior, desde que a quantia total envolvida seja igual ou superior, em base consolidada, (exceto com relação à Votorantim Participações S.A. que será calculado individualmente) a US\$50,0 milhões (ou o equivalente em outras moedas), no caso das *senior notes 2017*, ou US\$100,0 milhões (ou o equivalente em outras moedas), no caso das *senior notes 2041*; (vi) caso a totalidade ou parte substancial da totalidade dos ativos da emissora, de qualquer dos garantidores ou das Subsidiárias seja condenada, apreendida ou de qualquer forma apropriada, ou a custódia de tal propriedade seja assumida por qualquer autoridade governamental ou tribunal ou outra pessoa agindo sob a autoridade do Governo Federal de qualquer jurisdição, ou se a emissora, qualquer dos garantidores ou das Subsidiárias seja impedido de exercer o controle normal sobre a totalidade ou parte substancial da totalidade de sua propriedade ou receitas, caso a totalidade ou parte de tal propriedade ou receita seja material para a emissora, tal garantidor ou tal Subsidiária, respectivamente, considerado como um todo; (vii) (a) caso um terceiro assegurado tome posse da totalidade ou de parte substancial da totalidade dos ativos ou receitas da emissora, de qualquer dos garantidores ou das Subsidiárias; ou (b) caso um síndico ou pessoa similar seja designado para a totalidade ou de parte substancial da totalidade dos ativos ou receitas da emissora, de qualquer dos garantidores ou das Subsidiárias; (viii) falência, insolvência, recuperação judicial ou reorganização afetando a emissora, qualquer dos garantidores ou das Subsidiárias; (ix) não contestação de pedido de falência da emissora e/ou qualquer garantidor no prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos (aplicável às *senior notes 2017*); (x) caso a performance ou cumprimento pela emissora ou garantidores das obrigações relacionadas aos títulos e à *indenture* sejam contrárias à lei, exceto se a emissora ou os garantidores, conforme o caso, forneçam ao agente fiduciário uma declaração assinada por um diretor, especificando que tal ilegalidade não tem, ou não teria, um efeito material adverso sobre tal pessoa e suas subsidiárias ou um efeito material adverso sobre os direitos dos detentores dos títulos; e (xi) se qualquer das garantias se tornar (ou se os garantidores alegarem que qualquer das garantias seja) inválida ou inexecutável, exceto no caso da liberação de tal garantia nos termos da *indenture*.

Características das *Units* da Companhia

No exercício dos direitos conferidos pelas ações representadas pelas *units*, serão observadas as seguintes normas:

- (i) os dividendos e outros valores de distribuição em dinheiro, inclusive de resgate ou amortização das ações de emissão de emissão da Companhia serão transferidos à Itaú Corretora de Valores S.A. e à BM&FBOVESPA, na qualidade de depositário das ações, que serão pagos ao titular das *units*;
- (ii) competirá exclusivamente aos acionistas registrados o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer os direitos de voto;

18.10 - Outras informações relevantes

- (iii) ocorrendo desdobramento, cancelamento, agrupamento, ou novas emissões de ações da Companhia durante a existência das *units*, serão observadas as seguintes regras: (a) caso haja alteração da quantidade de ações representadas pelas *units* em virtude desagrupamento ou cancelamento de ações, Itaú Corretora de Valores S.A., na condição de Custodiante, debitará as contas de *units* dos titulares das ações canceladas, efetuando o cancelamento automático de *units*, guardada sempre a proporção de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais de emissão da Companhia representadas por *units*, sendo que as ações que forem insuficientes para constituir uma *unit* na BM&FBOVESPA serão entregues aos acionistas sem as *units*; e (b) na hipótese de alteração da quantidade de ações representadas pelas *units* em virtude de grupamento ou cancelamento de ações, o custodiante registrará o depósito das novas ações emitidas e emitirá novas *units*, registrando-as na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das *units*, guardada sempre a proporção de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais de emissão da Companhia representadas por *units*, sendo que as ações que forem insuficientes para constituir uma *unit* serão entregues aos acionistas sem as *units*;
- (iv) no caso de a Companhia proceder a um aumento de capital mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas *units*, o titular das *units* poderá exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas *units*. Neste caso, a Companhia criará novas *units* no livro de registro de *units* escriturais da Companhia e creditará tais *units* aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia, observado que o custodiante manterá sempre a proporção de 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais representadas pelas *units*, sendo que as ações que forem insuficientes para constituir uma *unit* na BM&FBOVESPA serão entregues aos acionistas sem as *units*. Não haverá crédito automático de *units* no caso de exercício de direito de preferência em emissões de valores mobiliários além de ações; e
- (v) será assegurado ainda aos titulares de *units* o recebimento de ações decorrentes de fusão, incorporação ou fusão.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários em tesouraria.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 19 do Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 05/04/2013

Cargo e/ou função São consideradas pessoas vinculadas: a Companhia; acionistas controladores, diretos e indiretos; Administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente à Política e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas.

Principais características

A Política tem como objetivo estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser observados pelas Pessoas Vinculadas com relação à negociação de valores mobiliários, preservando a transparência nessas negociações a todos os interessados e afastar eventual presunção de uso inadequado de informação relevante sobre a Companhia que possa influir de modo ponderável (i) na cotação de valores mobiliários de emissão da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Principais períodos de vedação e descrição: a Companhia e as Pessoas Vinculadas (conforme definição prevista na Política e no item 20.1(b) deste Formulário de Referência) não podem negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia desde a data da ciência até o dia da divulgação do ato ou fato relevante ao mercado. A vedação também prevalecerá: (i) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e (ii) em relação aos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. A vedação estende-se à negociação pelas Pessoas Vinculadas e pela própria Companhia, no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) da Companhia. Nos termos da Política de Negociação da Companhia, no período compreendido entre a decisão tomada pelo Acionista Controlador de: (a) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (b) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia, exceto aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral; e (c) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos. Em regra, as vedações previstas deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. O Diretor de Relações com Investidores poderá manter a vedação prevista acima, sempre que, a seu critério, a negociação com os valores mobiliários puder prejudicar os acionistas da Companhia, ou ela própria. Períodos excepcionais de negociação vedada: O Diretor de Relações com Investidores poderá ainda, independentemente de justificativa ou da existência de ato ou fato relevante ainda não divulgado, fixar períodos em que as Pessoas Vinculadas não poderão negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados. As Pessoas Vinculadas deverão manter sigilo sobre tais períodos. Autorização para Negociação e Lock-up: As Pessoas Vinculadas poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia, observados os períodos de vedação aqui mencionados, com objetivo de investimento a longo prazo, sendo que a Pessoa Vinculada fica expressamente proibida de negociar valores mobiliários da Companhia pelo prazo mínimo de 30 dias da data de aquisição. A Companhia, contudo, recomenda a manutenção da propriedade dos valores mobiliários emitidos pela Companhia por um prazo mínimo de seis meses. Violação da Política de Negociação: qualquer violação à Política de Negociação será considerada também uma violação ao Código de Conduta e estará sujeita aos procedimentos e penalidades ali estabelecidos, sujeitando-se o infrator às punições previstas em lei, além de ser responsabilizado por perdas e danos causados à Companhia e terceiros.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 20 do Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações Relevantes foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de abril de 2013, elaborada nos termos da Instrução da CVM n.º 358/2002. Após a devida aprovação, a Política de Divulgação de Informações Relevantes entrou em vigor, tendo sido a mesma implementada pela Companhia. A Política de Divulgação de Informações Relevantes disciplina o funcionamento do Comitê de Divulgação e tem como objetivo regular o dever da Companhia de divulgar de forma adequada e aderente às melhores práticas de Governança Corporativa as Informações Relevantes sobre o seu negócio, estabelecendo as obrigações de elaboração e os mecanismos de divulgação ao mercado, de acordo com os seguintes princípios básicos: (i) obediência à legislação e à regulamentação da CVM, *Securities Exchange Commission* (“SEC”), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e quaisquer outras bolsas de valores ou mercados organizados de negociação em que a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação no Brasil ou no exterior; (ii) melhores práticas de relações com investidores; (iii) transparência e equidade no tratamento de todas as partes interessadas; e (iv) tempestividade e simetria na divulgação das informações.

As regras estabelecidas na Política de Divulgação de Informações Relevantes deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas, conforme definição abaixo, também constante da Política de Divulgação de Informações Relevantes, no que tange à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Para os fins da Política de Divulgação de Informações Relevantes, entende-se por Pessoas Vinculadas: a Companhia; acionistas controladores, diretos e indiretos; Administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente à Política e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações Relevantes estabelece as regras que deverão ser observadas pelo Comitê de Divulgação, Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas, conforme definido na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência, no que tange à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes define informações relevantes como qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação dos Valores Mobiliários; (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (c) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários. Relação de situações que podem configurar Informação Relevante encontra-se no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358/2002 ("Informações Relevantes").

O Comitê de Divulgação tem como objetivo e responsabilidade assegurar o correto arquivamento das Informações Relevantes junto aos Órgãos Reguladores e sua divulgação para que investidores e demais agentes de mercado de capitais tenham disponíveis, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, as informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações. Impede-se assim o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

De acordo com a Política de Divulgação de Informações Relevantes da Companhia, são atribuições do Comitê de Divulgação: (i) assegurar que todas as Informações divulgadas estejam corretas, íntegras, completas e entregues conforme o prazo determinado; (ii) acompanhar o processo de avaliação de controles de divulgação; (iii) adotar e revisar periodicamente os controles internos e procedimentos de divulgação; (iv) assegurar que os aspectos legais e regulamentares são tratados apropriadamente nas divulgações; (v) nomear pontos focais das áreas operacionais envolvidas; (vi) estabelecer o prazo de disponibilização das informações pelas áreas de negócio para a área Relações com Investidores; (vii) determinar as Informações Relevantes que devem ser divulgadas e quais poderão deixar de ser divulgadas, caso sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia; (viii) aprovar a divulgação de Informações Relevantes; e (ix) revisar e avaliar periodicamente a Política.

A Informação Relevante deverá ser divulgada ao mercado, após a aprovação por maioria simples dos membros do Comitê de Divulgação.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes da Companhia prevê que: (i) a Comunicação de Informações Relevantes aos Órgãos Reguladores e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos; (ii) sempre que a Informação Relevante for divulgada ao público por meio de anúncio publicado em jornais, deverá ser publicado nos jornais utilizados pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação e, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado aos Órgãos Reguladores e Bolsas de Valores; (iii) sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será divulgada simultaneamente aos Órgãos Reguladores, Bolsas de Valores e ao público investidor em geral; (iv) qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação, por escrito, imediata ao Diretor de Relações com Investidores; (v) as Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante deverão, sempre que se certifiem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM, desde que esta Pessoa Vinculada tenha comunicado esta Informação Relevante ao Diretor de Relações com Investidores, conforme procedimento estabelecido na Política de Divulgação.

A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores. Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento das Bolsas de Valores de listagem no Brasil.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Excetuam-se à regra de imediata divulgação de informação relevante os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia. Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (a) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (b) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada aos Órgãos Reguladores, Bolsas de Valores e público.

As Pessoas Vinculadas devem observar as seguintes regras, decorrentes da Política de Divulgação de Informações Relevantes: (i) guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam; (ii) não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante. Quaisquer violações da Política de Divulgação de Informações Relevantes verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores. Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, ainda, que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores. Com relação à revisão e comentários sobre projeções de resultados ou relatórios de analistas, é política da Companhia revisar o conteúdo de modelos financeiros e/ou projeções de analistas apenas para avaliar premissas e parâmetros que contemplem dados de conhecimento público incorretos e que, por conseguinte, levem a conclusões irrealistas. A revisão não contempla avaliação de cenários, conclusões ou resultados financeiros estimados. A área de Relações com Investidores não endossará nem rejeitará o resultado estimado ou projetado dos analistas. As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Divulgação obrigam-se a ressarcir a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, todos os prejuízos incorridos em decorrência, direta ou indiretamente, de tal descumprimento. Por último, cumpre salientar que qualquer alteração da Política de Divulgação de Informações Relevantes deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e, obrigatoriamente, comunicada aos Órgãos Reguladores e às Bolsas de Valores.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Comitê de Divulgação tem como objetivo e responsabilidade assegurar o correto arquivamento das Informações Relevantes junto aos Órgãos Reguladores e sua divulgação para que investidores e demais agentes de mercado de capitais tenham disponíveis, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, as informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações. Impede-se assim o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

O Comitê de Divulgação funcionará em caráter permanente e deverá ser composto pelo Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e demais Diretores Estatutários designados pelo Diretor-Presidente. Dessa maneira, o Comitê de Divulgação é um comitê executivo e não um comitê de assessoramento do Conselho de Administração.

O Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela aderência da divulgação à atual política de divulgação e deve: (i) divulgar e comunicar aos Órgãos Reguladores e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência e aprovação do Comitê de Divulgação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação simultaneamente nos Órgãos Reguladores, nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 21 do Formulário de Referência.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante da Companhia que não se enquadre como operação normal de seus negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia ou suas controladas não diretamente relacionados com as nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 22 do Formulário de Referência.